

**Marina Monteiro**

***“De pedra e pau”*: etnografia do Levante Popular de junho de 2013  
na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Doutora em Antropologia Social

**Florianópolis, março de 2018**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Monteiro, Marina  
"de pedra e pau" : etnografia do levante popular  
de junho de 2013 na cidade do rio de janeiro e suas  
confinidades / Marina Monteiro ; orientador, sônia  
Weidner Maluf, 2018.  
441 p.

tese (doutorado) - universidade federal de santa  
catarina, centro de filosofia e ciências humanas,  
programa de pós-graduação em antropologia social,  
florianópolis, 2018.

inclui referências.

1. Antropologia social. 2. etnografia. 3.  
movimentos sociais. 4. Antropologia de protestos.  
5. levante popular de junho. I. Maluf, sônia  
Weidner. II. universidade federal de santa  
catarina. programa de pós-graduação em antropologia  
social. III. título.

**Marina Monteiro**

***“De pedra e pau”*: etnografia do Levante Popular de junho de 2013  
na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades**

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de “Doutor” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

Florianópolis, 06 de março de 2018

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vânia Zikan Cardoso  
Coordenadora do Curso

**Banca examinadora:**

---

Profa. Dra. Sônia Weidner Maluf (PPGAS – UFSC) orientadora

---

Profa. Dra. Alicia Norma González de Castells (PPGAS – UFSC)

---

Profa. Dra. Carmen Susana Tornquist (UDESC)

---

Profa. Dra. Patricia de Moraes Lima (Patricia de Moraes  
Lima)

---

Profa. Dra. Rosana Pinheiro-Machado (UFSM)



## *Agradecimentos*

À minha orientadora Sônia Weidner Maluf, com quem venho trabalhando desde a graduação e pela qual tenho profunda admiração e respeito, agradeço toda a paciência e incentivo para me guiar mais uma vez nessa jornada de escrita e criação;

Ao Programa de Pós-Graduação de Antropologia Social da UFSC, funcionários, corpo docente e discente – em especial aos amigos Anna Horstmann, João Vianna, Douglas Campello, Bianca Oliveira, Arthur Macdonal, Gabriela Prado, Letícia Grala e todos mais que estiveram próximos desde o começo da escrita e que também me inspiraram para esse trabalho;

À CAPES e ao Instituto Brasil Plural (IBP) pelo apoio e patrocínio recebido;

À banca de qualificação e de defesa do projeto: Alicia Castells, Carmen Susana Torquinst e Theóphilos Riófits por toda dedicação desde quando esta tese era uma vaga ideia e cujos comentários foram fundamentais para me ajudar a delimitar meu recorte de pesquisa e para a construção das análises aqui realizadas;

À banca de defesa da presente tese: Alicia Norma Gonzáles de Castells, Carmen Susana Torquinst, Mirella Alves de Brito, Patrícia Moraes de Lima, Rosana Pinheiro-Machado e Viviane Vedana por aceitarem fazer parte dessa jornada;

À família, em especial Elisa Monteiro e Evanilde Tartarotti Monteiro, sempre atenciosas com tudo;

À filha e amiga Sofia Monteiro pela paciência e apoio desde sempre (e também por emprestar o notebook quando o meu quebrou, calma que já te devolvo!);

À Maria Eduarda Ota pelo apoio incondicional e carinho, pelas revisões exaustivas e pelas parcerias do cotidiano: nas *bads*, nas festas e nas paródias;

Ao Carlos Antônio Cardoso pela parceria, pelas viagens retóricas e por me mostrar o jogo de zumbis (que já me acompanha nos momentos de escrita desde o TCC);

Ao Felipe pelo carinho e incentivo, pelas leituras atentas e por ter comigo um humor horrível nas piores horas possíveis;

Aos amigos parceiros que me incentivaram e/ou estiveram presentes nos dilemas da pesquisa e da escrita: Érica, Matheus, Cristina, Keo, Rodrigo Mineiro, Camila, Dalila, Federico, Rafael e tantos outros...

Aos amigos que não posso citar o nome;

Aos desconhecidos dos quais nem lembro mais o nome ou mesmo o rosto;

Aos desconhecidos que ao menos vi os rostos;

Aos companheiros de reuniões, protestos, bares e discussões;

A todos que me ajudaram, me incentivaram e estiveram presentes na realização dessa pesquisa: são tantas e tantos e nem sei como agradecer. Queria que esse trabalho estivesse minimamente à altura de todo o apoio e carinho que recebi de vocês;

E a todos, pessoas e movimentos, que resistiram e que continuam resistindo às opressões desse mundo louco, obrigada pela luta, pela inspiração e pela força. Que enquanto houver repressão haja resistência.

## **Resumo**

Esta tese é resultado de uma pesquisa etnográfica realizada de 2014 a 2017 com pessoas e movimentos sociais na cidade do Rio de Janeiro, RJ, e tem como foco os impactos e reverberações de uma série de manifestações que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013 e que ficaram conhecidas como Levante Popular de junho ou Jornadas de Junho. Parto da ideia de que as manifestações que aconteceram não foram um fenômeno homogêneo e simples de entender, mas uma série de eventos complexos que envolveram pessoas e movimentos sociais por diferentes motivos, por vezes contraditórios entre si. Minha temática de pesquisa, no entanto, não se refere a esse todo, mas aos significados e experiências de pessoas que não se consideram representadas pela política eleitoral partidária e preferem atuar através do que definem como outras formas de fazer política. Nesse sentido, retomo as narrativas desses sujeitos e analiso como as formas de pensar e agir politicamente que se destacaram nessas mobilizações podem ser compreendidas em relação a uma conjuntura mais global na qual se inserem, mas sem perder de vista as suas particularidades.

**Palavras-chave:** Etnografia; Movimentos Sociais; Antropologia de protestos; Levante Popular de junho; Manifestações de junho de 2013.



## **Abstract**

This thesis is the result of an ethnographic research conducted between 2014 and 2017 with people and social movements in the city of Rio de Janeiro, RJ, and focuses on the impacts and reverberations of a series of demonstrations that occurred in Brazil from June 2013 and which became known as the *Levante Popular de junho* or *Jornadas de Junho*. I start from the idea that the demonstrations that took place were not a homogeneous phenomenon and simple to understand, but a series of complex events that involved different people and social movements and for different reasons, sometimes contradictory to each other. My research theme, however, does not refer to this whole, but to the meanings and experiences of people who do not consider themselves represented by any political party and prefer to act through other forms of politics. In this sense, I return to the narratives of these subjects and analyze how the political ways of thinking and acting that stand out in these manifestations can be understood through a more global context in which they are inserted but without losing sight of their particularities.

**Key words:** Ethnography; Social Movements; Riot's Anthropology, Levante Popular de junho (Brazilian popular riot); Brazilian demonstrations of June 2013.



## Lista de imagens

Imagem 01: ônibus incendiado fotografado através de vidraça quebrada de outro ônibus .....	61
Imagem 02: manifestantes levantam faixa sobre a luta das favelas .....	97
Imagem 03: Tapume na frente de banco com a frase: “este banco quebra vidas!” .....	102
Imagem 04: Ocupa Rio, novembro de 2011 .....	103
Imagem 05: linguagem usada nas assembleias, Ocupa Rio, 2011 .....	103
Imagem 06: Manifestação feminista em Copacabana .....	105
Imagem 07: pichação com frase feminista .....	105
Imagem 08: manifestantes na escadaria da ALERJ .....	107
Imagem 09: manifestantes impedem avanço da Polícia .....	109
Imagem 10: manifestantes estendem faixa com os dizeres: “Cadê o Amarildo?” no Ocupa Cabral .....	111
Imagem 11: Ocupa Cabral .....	113
Imagem 12: Ocupa Câmara. Em uma das barracas, projeção da frase "transporte público não pode gerar lucro" .....	115
Imagem 13: policiais atropelam manifestante durante confronto que ocorreu no final do Grito dos Excluídos .....	117
Imagem 14: ocupação do antigo Museu do Índio, agosto de 2013 .....	118
Imagem 15: A jornada da educação .....	119
Imagem 16: manifestação realizada em 10 de outubro de 2013 durante a greve dos professores estaduais .....	121
Imagem 17: manifestação durante a greve dos garis .....	125
Imagem 18: gás lacrimogêneo azul disparado durante cerco policial contra os manifestantes na Praça Saens Peña .....	129
Imagem 19: manifestação feminista 08 de junho de 2016 .....	133
Imagem 20: ocupação da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro .....	135
Imagem 21: manifestação durante a cerimônia de abertura das Olimpíadas .....	137
Imagem 22: bomba de gás lacrimogêneo colorido, manifestação de abertura dos Jogos Olímpicos .....	137
Imagem 23: manifestantes na frente da Câmara Municipal ao final da manifestação do dia 18 de outubro de 2016 contra as reformas trabalhistas .....	138
Imagem 24: mapa dos confrontos que tiveram por palco o centro do Rio de Janeiro .....	144
Imagem 25: mapa dos confrontos no entorno do Maracanã .....	145
Imagem 26: <i>meme</i> ironizando formas pacíficas de revolução .....	287

Imagem 27: Bakunin procurado .....	288
Imagem 28: Tapume com pichação, foto que ficou conhecida durante os protestos de junho de 2013 .....	292
Imagem 29: manifestantes sendo levados por ônibus da polícia para as delegacias no dia 15 de outubro de 2013.....	321
Imagem 30: Rafael Braga posa na frente de uma parede pichada com os dizeres "você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo" .....	358
Imagem 31: charge ironizando o foco de atenção da mídia durante os protestos.....	371

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo 1</b>	
<b>Sobre as mobilizações sociais no Brasil e no mundo</b> .....	35
1.1 Sobre o estudo dos movimentos sociais e as mobilizações atuais .....	35
1.2 O Levante de Junho no contexto das mobilizações contemporâneas .....	44
1.3 As manifestações de junho de 2013.....	48
<b>Capítulo 2</b>	
<b>Ética, política e métodos</b> .....	63
2.1 Antropologia, Poder e Política .....	63
2.2 O lugar da antropóloga: motivações pessoais para a pesquisa, inserção no campo e outras especificidades do meu trabalho de campo .....	69
2.3 Questões de ética e método em antropologia .....	84
<b>Capítulo 3</b>	
<b>Sobre Canções e Revoltas: relatos e imagens do Levante Popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro</b> .....	97
<b>Capítulo 4</b>	
<b>Vozes e formas: a rua como palco do político</b> .....	141
4.1 “Nós avisamos”.....	146
4.2 A dinâmica das ruas em 2013 e suas continuidades .....	156
4.3 Multiplicidade e heterogeneidade dos protestos, predomínio de pautas populares .....	163
4.4 Antecedentes das revoltas de 2013 .....	172
4.5 Legados das manifestações de junho .....	188
4.6 As motivações de ter escolhido a militância .....	200
4.7 Lembranças de um levante qualquer .....	204
<b>Capítulo 5</b>	
<b>Tecnologias de autodefesa</b> .....	211
5.1 Tecnologias de defesa .....	212
5.1.1 Tática Black Bloc .....	217
5.1.2 Greves .....	241
5.1.3 Advogados ativistas .....	255

5.1.4 Políticas de segurança.....	260
5.1.5 Ferramentas de contrainformação .....	269

## **Capítulo 6**

<b>Tecnologias de desmobilização e repressão .....</b>	<b>293</b>
6.1 Perseguição e agressão por parte de policiais.....	293
6.2 Prisões .....	316
6.3 Torturas .....	333
6.4 Perseguição judiciária e criminalização de movimentos sociais .....	339
6.4.1 <i>Eu apoio xs 23</i> .....	344
6.4.2 <i>Liberdade para Rafael Braga!</i> .....	357
6.5 Mídia corporativa .....	359

## **Capítulo 7**

<b>Nuances democráticas: elementos para analisar políticas de participação no Levante Popular de junho .....</b>	<b>377</b>
7.1 Formas de organização - a horizontalidade .....	377
7.2 Favela e asfalto - sobre o <i>popular</i> .....	388
7.3 Crise de representatividade, Estado e democracia .....	403

<b>Considerações Finais .....</b>	<b>417</b>
-----------------------------------	------------

<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>427</b>
---	------------

*Rio de Janeiro sensacional  
Tomou a ALERJ  
De pedra e pau”<sup>1</sup>*

1 Palavra de ordem cantada em coro por manifestantes em atos públicos. Refere-se à “Batalha da ALERJ”, quando manifestantes tentaram entrar na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e, não conseguindo, queimaram e quebraram boa parte de sua fachada.



## Introdução

Vem!  
Vem!  
Vem pra rua, vem!<sup>2</sup>

De longe as ruas agitadas parecem confusas e caóticas, mas conforme chegamos mais perto se percebe uma ordem que rege a formação dos espaços, que delimita as relações, os afetos e os territórios. Não importa qual pauta, objetivo, percurso, ação: mesmo nas mais finas sintonias, as ruas jamais são coesas. E não se propõem a ser. Há limites tênues entre os espaços de alianças, há limites mais claros para as divergências teóricas e metodológicas mais acirradas, há limites que se sobrepõem sem maiores explicações. As ruas são locais de múltiplas disputas. Mas também – ou por isso mesmo – são locais de intensa metodologia, formas de atuar, de se organizar ou mesmo de correr – saber quando e com quem correr porque é sempre mais perigoso correr sozinho.

No começo, de longe, as ruas agitadas não parecem apenas confusas, mas também perigosas. As tensões com a polícia estão sempre em vias de acontecer, é uma constante, uma potência, mesmo quando adormecida. E a tensão entre grupos militantes, mesmo que cause danos imensamente menor, está presente permeando as ações, disputando espaços, pautas, bandeiras. De repente, grupos distintos disputam quem grita mais alto, quem vai se afirmar através das *palavras de ordem*, quem vai fazer a ação mais *radicalizada*, quem é mais ou menos *combativo*, *organizado* ou *responsável*. Por *combatividade* se entende o que diz respeito ao modo como determinadas pessoas e grupos definem seus discursos e práticas como mais radicalizados e que se apresentam dispostos a ações que envolvam maior risco, como fazer *barricadas*, ocupações urbanas e/ou de prédios públicos, entrar em confronto com a polícia, entre outras formas de ação.

São muitos os locais de disputa. De acordo com o método que adotei – ou por sorte mesmo, talvez – meu horizonte de pesquisa e de ação foi restringido a uma parcela desse amplo espectro que compunha os protestos. Como em um funil, retirei do universo da pesquisa de campo e de minha interlocução primeiro as pessoas e grupos de direita e indecisos, depois pessoas e grupos que militam em partidos políticos institucionalizados e militantes de ONGs e, por último, pessoas que

2 Palavra de ordem proferida nas ruas

foram problemáticas para os movimentos – homens com histórico de agressão e atitudes machistas, por exemplo. Mas, bem, meu pequeno enorme grupo não existe isolado e, mesmo em negação, se relaciona ainda com esses outros que são outros desses “meus” outros. Mas depois de um tempo já não é mais tão complicado assim. E mesmo quando mascarados, vestidos uniformemente de preto, à medida que se passa a conviver com a presença deles nas manifestações, é possível perceber singularidades de quem está ali atrás das máscaras e da indumentária das ruas. Assim como é possível perceber, no aparente caos ou improvisação das manifestações, alguma ordem, algum padrão de movimento.

Depois de um tempo, é possível reconhecer subjetividades mesmo através das máscaras. Não demora muito: os olhares perdidos se cruzam e de repente não estão mais perdidos. Podem estar confusos às vezes ou podem estar cheios de certeza. Sabem porque estão lá, sabem para si quem são em meio a tudo isso. Mesmo se for para não ser ninguém em específico, mesmo se for para ser alguém coletivo, ou nada disso também. E mesmo a dispersão tem certa ordem.

Depois de um tempo as faixas fazem mais sentido, as bandeiras marcam posições, territórios flutuantes de ação ou de identificação. As coisas tomam corpos. Dizem de junho: movimentos de massas, de ninguém (no plural, uma horda de ninguém), de anônimos. Mas uma horda de *ninguém* que volta para casa ou que segue para o trabalho, que se diz anarquista, comunista ou que está decidindo ainda, que é favelista, marxista heterodoxo, anarquista ortodoxo ou *sintetista*<sup>3</sup> ou ainda que não se afirma em nenhuma linha política determinada, entre tantas outras: as variações às vezes parecem infinitas, mesmo nesse meu pequeno grupo-espaço de recorte. Não basta sentir, fazer, seguir. Delírios sobre organizações, ações coordenadas de grupos que a princípio parecem estar desorganizados. O que define o fim e o meio.

E depois de um tempo não é necessário nem um olhar, o simples modo de caminhar ou de segurar a bandeira nos faz perceber as pessoas *caracterizadas* por detrás de suas máscaras. Dá para imaginar quem seria aquela pessoa ao longe correndo no meio da fumaça ou aquela outra com tintas nas mãos, como se as pessoas não pudessem simplesmente ser trancadas eternamente dentro do espaço confinado das roupas pretas e máscaras do anonimato, como se as personalidades sempre procurassem extravasar e furar os bloqueios, como se precisassem sempre ser detidas de volta. Porque não é fácil ser anônimo, é preciso um esforço constante.

<sup>3</sup> Linha político-teórica dentro do anarquismo.

E mesmo porque *as ruas* definem algo sempre: quem fica à frente e quem fica no meio, quem faz as ações mais radicais, quem corre e quem fica, quem ocupa e quem vai embora, quem, quem, quem... Quem combina antes, quem se encontra na hora: não há regras, em absoluto, mas há linhas mais ou menos delimitadas. Há ações. Feridos, presos, pelo menos um morto. Muitas vozes em disputa, conflitos, raramente em uníssonos.

Essas ruas descritas aqui, são locais majoritariamente de esquerda<sup>4</sup>, mas nem por isso – ou exatamente por isso – não está dado ou pressuposto nenhum consenso. Conflitos sobre partidários eleitoreiros e não partidários; entre organizados e espontaneístas, entre formas de organização, entre formas de espontaneísmo: as ruas são locais de disputas. Mas também são locais de encontro, pontos de fusão de pessoas por pautas afins.

E as ruas parecem ainda mais confusas com as correrias, com o gás ardendo na garganta, com os olhos lacrimejados, com a respiração ofegante tentando correr sem soltar as mãos de alguém. Com o barulho das bombas, dos tiros (às vezes não apenas de borracha), com os gritos, com os cantos, com o bater dos cassetetes, à luz das mídias, às vezes com o som de helicópteros, com mais gritos. Mas, como venho dizendo, depois de um tempo nada disso é tão complicado.

Meu trabalho não é sobre um grupo específico, não é sobre um evento ou mesmo uma série de eventos, mas sobre formas de conceber e fazer políticas que perpassam vários grupos e pessoas. Meu projeto e intenção de pesquisa tiveram por foco mais pautar questões de campo do que delimitar e esquadrihar um objeto. Nesse sentido, procurei estabelecer como problemas de pesquisa três grandes tópicos gerais:

1. Como trazer à tona as narrativas do Levante Popular de junho a partir da perspectiva de pessoas que não se sentem contempladas pela política eleitoral e que praticam e defendem outras formas de fazer política, principalmente a partir de narrativas anarquistas e comunistas

<sup>4</sup> Os conceitos de direita e esquerda política remontam à Revolução Francesa, por ocasião da reunião dos Estados Gerais, na qual pessoas que se identificavam com princípios igualitários sentavam-se à esquerda do rei e as pessoas ligadas à aristocracia e que defendiam o conservadorismo sentavam-se à direita desse. Ao longo dos anos, esses conceitos sofreram mudanças, mas se manteve o significado principal de vincular a esquerda com igualdade social e a direita com a defesa da propriedade privada e do capitalismo (Tarouco e Madeira, 2013) e da manutenção de seus privilégios históricos. Não vou entrar em maiores discussões sobre as definições entre direita e esquerda política nesta tese, mas tão somente me basear nas concepções nativas desses conceitos.

*revolucionários*, mas não apenas. Ou seja, daquelas que poderíamos definir como as que tentam trazer uma diferença nos modos de protesto e mobilização. Durante o desenvolvimento da pesquisa, tomou corpo que meu objeto de pesquisa era algo denominado como uma vertente *combativa* da política das ruas. A perspectiva de trazer essas narrativas está inserida no que alguns autores têm entendido como uma disputa de significados das Jornadas de Junho e a minha percepção sobre a importância dessas, de trazer à tona esses relatos ao mesmo tempo que diferenciá-los, algo como resgatar alguns gritos específicos em meio a um grande barulho.

2. Sabia que se tratavam de grupos e pessoas que, tendo em vista o tipo de ação e concepção de política que propunham, eventualmente poderiam ter alguns problemas legais ou policiais, o que foi comprovado e ampliado durante a prática da pesquisa. Nesse sentido, sempre tive como norte a intenção de equilibrar ética e método na pesquisa em uma perspectiva mais política. Pensar sobre a viabilidade, importância ou mesmo necessidade de uma pesquisa antropológica em locais de risco foram algumas das questões que tomei como diretriz durante toda a experiência de campo: tal pesquisa é possível, viável, segura? Como?

3. Outro ponto que me intrigava era compreender como as formas de repressão agem, criam e legitimam discursos e práticas, e quais as consequências efetivas da atuação das forças repressivas no modo de fazer política em um suposto regime democrático.

E essas temáticas convergiram para o problema de pesquisa: se e como essas manifestações de junho de 2013 representariam uma nova forma de agir e pensar politicamente. A partir desse direcionamento, procurei trazer elementos que ajudassem a pensar sobre dispositivos e mecanismos, mas também sobre os discursos.

Meu olhar, minha pesquisa e minha intenção estavam nas ruas, nessa mistura caótica produzida por pessoas que muitas vezes nada têm em comum a não ser o mesmo espaço-tempo: mas seria o espaço-tempo apenas uma variável vazia de sentido? A falta de coesão nas ruas indica muitas diferenças nos modos de praticar política, mas uma semelhança é nítida: estão todos insatisfeitos e revoltados. As ruas parecem se unir através dos estrondos, mas é preciso muito mais do que *molotovs* para que elas explodam, é preciso que elas tenham um mínimo de sintonia e que algo seja sólido entre diferentes pessoas.

Trabalhei sempre tendo em vista o que essas ruas tinham a dizer. Mas depois de bem pouco tempo fica claro que o que estou chamando aqui de *as ruas*, resultado de uma espécie de fusão de pessoas com demandas e revoltas, funcionam como *dobras* (Deleuze, 1986), um

diálogo com o fora. Não são apenas um espaço externo, um fora, e não existem em oposição a um espaço privado, mas como condição desse. Nesse sentido, as reuniões que se realizam para planejar os atos<sup>5</sup> de rua tampouco são o dentro, mas parte de um fora que tem em si uma constituição também no interior. O fora que constitui o interior, o dentro que espacializa o exterior, forças que por vezes se potencializam na ação.

E *junho*?

Junho de 2013 surge a princípio como um evento histórico, mas aos poucos vemos que parece ser mais que isso, quase uma forma ou um método, uma série de eventos e algo ainda indefinido, mas que tem características marcantes, quase um conceito. *Junho* levou pessoas às ruas; *junho* como uma série de eventos; em *junho* teve palco uma forma de se manifestar sem precedentes na história brasileira; *junho* se estende em efeitos; *junho* está em disputa. Muitos *junhos*. Mas afinal não fica muito claro o que precisamente seria isso que chamamos de *junho*. Um evento histórico, um conceito, um método?

Esse *junho* que aparece com tantas peculiaridades e que tem características de um conceito ao mesmo tempo que de um evento histórico também poderia ser considerado como uma *dobra*<sup>6</sup> não apenas no espaço, mas no tempo. Uma *dobra* que permite estender temporalmente suas reverberações. Assim como na *dobra* que supera o dualismo dentro/fora e no qual o fora constitui seu espaço de interioridade, uma temporalidade que nos leva a pensar o tempo com passado e presente se constituindo em si. *Junho* não surge em junho: os relatos nos levam a movimentos de 20 anos atrás, nos levam à História, nos levam às lutas pelo passe livre do transporte urbano anos antes ou a maio de 2013 com as revoltas indígenas, por exemplo. Ao mesmo tempo não se encerra: eventos que se desenrolam ao longo desse ano que não apenas são motivados pela série de protestos de junho de 2013, mas parecem uma extensão direta dessa, e que se seguem pelos meses afora, eclodem na Copa, nas prisões políticas, nas greves e nas Olimpíadas, como se fosse uma linha fragmentada de continuidades e que não tem como entender. *Junho* não tem respostas, nem é uma pergunta, não é algo contínuo e tampouco algo acabado.

5 Manifestação de rua.

6 Inspirada no conceito de dobra deleuziano, mas usado de forma livre e heterodoxa para problematizar as reverberações de interioridade e exterioridade que não se constituem apenas enquanto subjetividades, mas também no âmbito temporal.

As questões do tempo e da temporalidade de uma etnografia não é nada nova na antropologia. Autores como Cardoso de Oliveira e Johannes Fabian discutiram como, ao longo dos anos, as etnografias dos lugares ditos exóticos, outros, pareciam efetuar um *congelamento* temporal das realidades estudadas partindo de uma suposição de que a imutabilidade temporal seria associada à distância física e conceitual desses mundos *outros*, de modo a parecer que esses sempre foram e seriam assim. Esse *congelamento* seria, então, mais um dos aspectos etnocêntricos que a antropologia, ciência moderna e ocidental, operaria. Mas, bem, essa análise é realizada ao pensar essas sociedades como objetos longínquos que durante muito tempo se constituíram em único objeto de estudo antropológico, fetichização do *outro* como distante. Haveria simetria se olhado por outro lado?

Fazer o que Latour chama de *antropologia do centro* nos faz retomar esse esforço da simetria, fazer esse deslocamento não apenas espacial, mas também temporal do lugar do antropólogo. A realidade *outra* com um tempo *outro* em um espaço *outro* fica submersa na própria realidade do antropólogo. Mas do mesmo modo que não associamos no dia a dia que o espaço em que estamos é inerte, também não pensamos assim nosso tempo. Toda etnografia é um congelamento de um tempo e de um espaço, e algumas são mais que outras.

Meu trabalho de campo está em um espaço-tempo específico: Levante Popular de junho de 2013 e suas continuidades no Rio de Janeiro. Mas não há nada que nos conduza a entender quão efêmero ele pode ser e não por ser um período de transição, mas porque nunca há como saber. Nós, antropólogos/as, fazemos esse nosso suposto congelamento para poder fazer nossas análises e torcemos para que elas sejam retrato do que estudamos e que tenham força para vingar, nos esquecendo (talvez uma solução metodológica que torne nosso trabalho viável) que nada disso compete a nós: o destino de nossas teses é tão incerto quanto o destino das sociedades. Mas, ao contrário dessas, nosso trabalho está congelado. Não são as sociedades que congelamos, afinal, mas as nossas próprias análises.

Minhas primeiras propostas de projetos de pesquisas e de idas a campo teve por foco as questões de conflitos urbanos e a proposta de compreender os significados e experiências que pessoas libertárias atribuíram às chamadas Jornadas de Junho, série de manifestações e conflitos violentos que marcaram diversas cidades brasileiras em junho e julho de 2013. Esse meu interesse sobre as experiências e significados de pessoas que se identificam com premissas políticas libertárias se deu principalmente por perceber grande repercussão de discursos e práticas

de caráter tradicionalmente anarquistas e libertários, como o uso da tática *black bloc*<sup>7</sup>, discursos sobre apartidarismo e crítica das formas políticas verticalizadas, entre outras coisas, e tentar entender como essas práticas e ações foram vivenciadas por pessoas com ideologias próximas a elas. Além disso, ficou claro para mim, como para muitas outras pessoas, a disputa de significados que junho encerrava: textos intelectuais fazendo aproximações com os movimentos *Occupy*<sup>8</sup>, a mídia convencional brasileira e a direita fazendo discursos sobre ser um levante contra o governo federal (naquele momento, ocupado pelo Partido dos Trabalhadores), etc. Muitas análises, muitas formas de ver junho, muitas disputas: tudo isso, é claro, faz parte do que as Jornadas de Junho foram (e continuam sendo, em certo sentido, até hoje, principalmente nas consequências), mas meu recorte foi escolhido tendo como foco as perspectivas libertárias e/ou autodenominadas *combativas*, também pelo fato de terem sido essas que, apesar dos refluxos e do crescimento das forças mobilizadoras de direita, continuaram nas ruas.

### *Sobre tempo e método*

Enquanto escrevia parte desta tese sabia que estudantes e outros setores da sociedade civil se encontravam reunidos em uma assembleia discutindo assuntos da ocupação em andamento. Estive com eles há pouco tempo e, quando penso neles quase os vejo: alguns sentados nos poucos colchonetes finos ou sacos de dormir, outros enrolados com lençóis e outros apenas sentados, às vezes no chão, às vezes em bancos. Todos dispostos em círculo, símbolo e método da discussão mais democrática e horizontalizada. Duas pessoas com papel e caneta nas mãos, geralmente próximas, são a *mesa* da assembleia: ambas são decididas coletivamente antes de cada reunião. Enquanto uma delas faz as *inscrições*, a outra anota informes, propostas, etc. Uns pacotes com pães de forma aqui ou ali, alguém comendo uma fruta. A discussão é longa, as falas às vezes mostram cansaço e, outras vezes, transbordam

7 Tática de autodefesa e resistência urbana que preza pelo anonimato e *ação direta* e que será melhor analisada no capítulo 5. O nome se refere ao fato de ideal e originalmente todos os adeptos estarem mascarados, vestidos de preto e formando um bloco uniforme.

8 Onda de mobilizações e protestos sociais que ocorreram em diversos países, mas especialmente em algumas cidades dos Estados Unidos e que tinha como diretriz a utilização do espaço público como forma de protesto contra a desigualdade social e ao capitalismo corporativo globalizado (Harvey et al, 2012).

excitação. Não há locais fixos, as pessoas se levantam e trocam os lugares muitas vezes, saem para ir ao banheiro ou falar no celular, voltam e sentam em outros locais, saem de novo, uma ou outra sai para resolver alguma coisa da ocupação.

Comissões são formadas, assuntos de urgência e assuntos cotidianos são tratados. Cada pauta a seu tempo e ao final todas as propostas encaminhadas para votação ou acordo coletivo, o *consenso*. Claro que essa parte do processo não é muito mais simples do que as discussões – mesmo porque essas sempre retornam – mas é, ao menos, mais propositiva. Mesmo com tantas afinidades, cada reunião é peculiar, ou seja: tudo isso pode muito bem ser uma especulação grosseira de como os *ocupantes* se organizam e muito mais ainda sobre como estão resolvendo as pendências, mas é ao mesmo tempo, ao menos, algo como uma *descrição-base* de boa parte delas, aquilo que geralmente acontece independente das especificidades que sempre existem.

Diferente de muitos *ocupantes*, naquela noite voltei para casa para dormir. Havia passado o dia anterior em reuniões que debatiam a efetuação ou não da ocupação. Uma assembleia rompeu entre *partidários* e *combativos*, por serem os primeiros contrários a que pessoas que não estudavam na universidade tivessem direito ao voto. No fim de tarde, os *partidários* debatiam com demais não-ocupantes se deslegitimavam ou não a ocupação, a qual seguiu independentemente dessa suposta avaliação: se afirma, então, se legitima em si. As brigas continuam via *facebook* e através das conversas internas entre os de *dentro* e os de *fora*. E parece um milagre que as brigas de tantos dias e debates consigam ser simplificadas em um pequeno parágrafo. De repente todas as sutilezas se anuviam, as palavras ficam mais sólidas, não porque as sutilezas são frágeis ou sem importância, mas porque fazem parte de um grande espectro que compõe esse trabalho de campo, o espectro do “não revelável”.

Em um só dia cabem inúmeros cuidados. Durante a manhã daquele dia estive com uma pessoa que está incluída em um processo criminal de caráter político e conversamos sobre suas preocupações. Mais tarde, em uma universidade pública, percebo seguranças seguindo alguns *ocupantes*. Durante uma manifestação dos professores da rede estadual um estudante é perseguido por vários policiais e, nessa mesma tarde, uma ordem de reintegração de posse é expedida contra indígenas que ocupavam um museu indígena. Os professores da rede estadual, em greve, descobrem que foram descontados de seus salários mensais o equivalente a 17 dias de trabalho, ou seja, mais da metade do mês. Mais tarde, uma das manifestantes fala de sua suspeita de que seu celular

estivesse grampeado. Outras pessoas falam das ameaças que estão recebendo dentro de uma *ocupação*. Um dia comum para a militância *combativa* carioca.

Pelas questões de segurança, não pude me dar ao luxo de vivenciar o campo sem a parte crítica, não tive como opção o problematizar posteriormente. E nem poderia: como deixar para problematizar questões que afetam diretamente a vida e a liberdade das pessoas com quem estive fazendo a pesquisa? E sei que uma pequena falha minha poderia levar à prisão ou mesmo à morte de alguém. Pode parecer um tanto drástico, mas meio a tantos “sumiços” e óbitos não esclarecidos no ano de 2013<sup>9</sup> - sem contar o grande número de detenções e prisões arbitrárias, como veremos no capítulo 5 – optei por adotar medidas rígidas de segurança dos pesquisados.

Não se trata, é claro, de afirmar que vi ações ilegais que justificassem esse receio, mas de mostrar exatamente o contrário: que mesmo ações previstas pela lei e garantidas pela Constituição vigente podem e estão sendo alvo de constantes perseguições políticas e demais formas de violências. Talvez aqui a grande questão seja pensar nos motivos que levam isso a ocorrer. Quais perigos essas ações encerram e até quais limites a constitucionalidade é válida para definir ações de repressão? Ações repressivas ameaçam a democracia. Ou teríamos motivos para afirmar que esta jamais se consolidou totalmente na sociedade brasileira?

Muito das ações que baseiam minhas questões éticas e metodológicas dizem respeito a uma ideia prévia de que existem forças de repressão instituídas e generalizadas que atuam tendo em vista a manter uma estrutura social assimétrica a qualquer custo. Essa ideia

9 Ver: Polícia investiga incêndio na casa de uma ativista na Baixada Fluminense. Disponível em:

[Acesso em dez 2016; DONATO, Mauro. A PM está ‘terceirizando’ a desocupação das escolas e a 1ª vítima fatal pode ter surgido. Por Mauro Donato. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-pm-esta-terceirizando-a-desocupacao-das-escolas-e-a-1a-vitima-fatal-pode-ter-surgido-por-mauro-donato/>. Acesso em dez 2016.](https://l.facebook.com/l.php?u=http%3A%2F%2Fg1.globo.com%2Frio-de-janeiro%2Fnoticia%2F2013%2F10%2Fpolicia-investiga-incendio-na-casa-de-uma-ativista-na-baixada-fluminense.html&h=ATNZoZ9HzuC5obPS3oM_qsKmCj4fWvKp2S8n10esXr5hRulHtmFO94plPV3mqPnJOK_sSM8ifihydzadeJqP-hTh235uN20oaV41rElCa5LgEt6S6Bt6RILT8lhO_QY5SZvm-80itd-tRg>.”</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

pode ter algumas origens minimamente mapeáveis: talvez pela imersão continuada nesse *campo* em que vi tantas violências por parte de policiais, talvez por ser convencida de que tantas injustiças não podem ser ignoradas sempre. Mas o fato é que muito do que vi justificou meus anseios: reuniões vigiadas, pessoas presas, as marcas das agressões nos corpos dos *manifestantes*, crianças traumatizadas, etc.

Claro que também há uma experiência que vêm anterior ao campo, de acompanhar a criminalização de estudantes e dos movimentos sociais há algum tempo, e muito do que dizia respeito à militância passa a ser central para pensar outras formas de perseguição nessas guerras sem fim do Estado, mais especificamente uma perseguição ideológica que se operacionaliza também nas escolas e nas universidades.

Atualmente encontra-se em andamento uma guerra ideológica pelos embasamentos da educação que acabou por ser iconizada na disputa entre defensores da não ideologização nas escolas - o “Escola sem Partido” – e defensores de uma escola crítica que entendem, assim como Paulo Freire, que toda educação é política e que é preciso, então, diferenciar a quais objetivos ela serve. Outras formas dessa guerra ideológica se dão a partir das perseguições às leituras de autores como Karl Marx e Paulo Freire, por exemplo.

A figura desse profissional parece trazer ameaças aos poderes: nas ditaduras latino-americanas muitos professores foram perseguidos, torturados, mortos – e em alguns lugares ainda são. Basta lembrar eventos próximos: um professor que foi assassinado recentemente em Oaxaca, México<sup>10</sup>, ou o fato de que no Rio de Janeiro, dentre os 23 que respondem o processo sobre a prisão ocorrida na Copa do Mundo de 2014, alguns são professores ou, ainda, o fato de que minha orientadora responde processo por resistência em um evento que ficou conhecido como Levante do Bosque e que ocorreu simultaneamente ao período de pesquisa da tese<sup>11</sup>.

Outro evento teve também um papel fundamental para pensar problemas de ética e metodologia em pesquisas que envolvem riscos. No meu primeiro semestre de doutorado, foi aberta, por iniciativa da bancada ruralista do Congresso, uma Comissão Parlamentar de Inquérito

10 Macario Narváez, tinha 48 anos e era diretor de uma escola primária bilíngue (em espanhol e numa língua indígena) de San Isidro

11 Ver: HOFF, Jeffrey. O “Levante do Bosque” na UFSC. Desacato. Disponível em: <http://desacato.info/o-levante-do-bosque-na-ufsc/>. Acesso em dez 2017.

(CPI) contra o INCRA<sup>12</sup> e contra a FUNAI<sup>13</sup>, alegando, entre outras coisas, que esta última era uma instituição corrompida e que outros órgãos deveriam ser responsáveis pelas questões da demarcação de terra no país. O texto que justifica a abertura da CPI teve bastante repercussão. Mas o que cabe aqui – e o que mais me marcou – é que partes dele continha trechos de uma tese antropológica que falava sobre determinado povo indígena. Em um ponto da tese, a antropóloga traz uma rica narrativa sobre como as relações ancestrais percebidas pelos índios através de um ritual envolvendo o uso de *ayuahasca*, uma mistura de erva e cipó comumente usada em vários rituais de grupos indígenas amazônicos. O documento dos ruralistas mencionava o relato da tese como forma de argumentar que aquele processo de demarcação teria sido ilegítimo, pois teria tido como fundamentação uma alucinação em ritual religioso e, de forma geral, para afirmar que todo o trabalho de demarcação de terra envolvendo a FUNAI era igualmente ilegítimo.

Bom, eu pouco sei hoje sobre demarcação de terras e há um motivo bem simples para essa minha ignorância: é que o processo de demarcação é algo extremamente complexo, envolve diversos tipos de laudos, análises históricas, culturais e ambientais, entre outras. Tratar uma parte de um relato de uma tese como justificativa para deslegitimar todo um processo é mais do que inviabilizar todo o esforço que esse implica, é um ataque falacioso e de má índole que só poderia ter sido realizado por pessoas com intenções muito duvidosas e que pode ter consequências extremamente prejudiciais às pessoas envolvidas que realizaram o laudo e principalmente a esses indígenas que, em última análise, correm o risco de ficar (mais uma vez/ ainda) sem direitos a suas terras.

Claro que a antropóloga não pode ser acusada e muito menos ser considerada culpada pelo fato de sua tese ser utilizada para comprometer a luta pelo acesso à terra desse povo. Nesse sentido, ela é uma vítima: teve seu trabalho apropriado por pessoas mal-intencionadas que fizeram a partir dele um documento indefensável que apenas contempla políticos suspeitos e grandes latifundiários representados pela bancada ruralista no Congresso Nacional. Mas isso tudo nos faz atentar para coisas que nós sabemos que pode acontecer, mas que nunca nos damos conta de que efeitos podem produzir: nossos trabalhos podem (e estão sendo) lidos pelos *inimigos* dos nossos *nativos* com a intenção de prejudicá-los ou mesmo como forma de exercer poder e/ou lucro ou

<sup>12</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

<sup>13</sup> Fundação Nacional do Índio.

qualquer outro fim que não seja nossa intenção inicial. Ou seja, corremos o risco de estarmos expondo nossos sujeitos de pesquisa e fornecendo instrumentos para prejudicá-los de diversos meios: legais, morais, institucionais, etc.

Nossos trabalhos podem ser perigosos e não podemos perder isso do horizonte jamais.

E isso, é claro, traz algumas questões muito sérias sobre os limites do trabalho antropológico, quais metodologias e recursos podemos usar e qual deve ser nosso comprometimento e seriedade com as causas, motivações e o que mais diga respeito aos nossos *nativos*. Em casos mais graves, isso inclui o próprio questionamento sobre um trabalho de campo com determinado grupo ser possível e se trará mais benefícios do que riscos. Se nos propusermos a levar isso realmente a sério, vamos perceber que as respostas que temos a essas questões não são simples.

Se a questão da segurança aparece tantas vezes nesse trabalho é porque ela foi sempre uma questão, uma diretriz para a metodologia, uma convicção e uma inspiração. Aqui é preciso deixar claro que, embora possa parecer à primeira vista, essa questão nunca foi um prejuízo ou um impedimento. Aprendi com a militância e com a pesquisa que a segurança deve ser um caminho para ação e não um obstáculo a ela. A pesquisa só pode acontecer a tendo como horizonte já que não se trata de uma ideia de pesquisa que esmiúce características e revire as pessoas atrás de peculiaridades exóticas e segredos raros, nem que pense em grandes descobertas sobre os “funcionamentos” de determinado grupo. Trata-se de pensar outras formas de relações com a alteridade e questionar, por fim, a própria ideia de onde estão as raízes de nossas pesquisas. Outro motivo são as repercussões e repressões que vi tantas vezes que não me deixavam esquecer dos riscos e do comprometimento que fiz com minha proposta de trabalho: maximizar as potências das ações, discursos e revoltas nativos sem que isso implique risco. Uma pesquisa voltada para a potência.

*Mas que levante foi esse?*

“Manifestações”, “atos”, “levante” “eventos”, “jornadas”, “onda de protestos”: não existe um termo que tenha sido consensual no Brasil para se definir as manifestações que se iniciaram a partir de junho de 2013. Para Gohn (2014), isso chama a atenção principalmente se considerarmos acontecimentos sociais recentes que facilmente encontraram um termo em comum a adeptos, pesquisadores e mídia,

como foi o caso de eventos contemporâneos como *Occupy*, 15M – Indignados<sup>14</sup> e a Primavera Árabe, entre outros. No caso dos eventos brasileiros, a autora salienta que a mídia teve tendência a chamar os eventos de *manifestações* ao passo que os ativistas os entendiam como *atos*. Também Nunes se manifesta a respeito dizendo que o “fato é que nenhum nome (Revolta do Vinagre, Revolta da Tarifa, Inverno Brasileiro...) pegou; ao contrário da Primavera Árabe, do *Occupy Wall Street*, do 15M espanhol, do YoSoy132 mexicano e do Diren Gezi turco, o movimento brasileiro, se assim se pode chamá-lo, não tem nome” (Nunes, 2013).

Para Singer um dos termos mais utilizados, “Jornadas de Junho”, não seria um termo apropriado uma vez que esse teria como base as Jornadas de Junho de 1848 da França e que tais eventos não podem ser comparados em termos de intensidade e impacto social e político. Para esse autor, os protestos brasileiros foram importantes, mas não tiveram o caráter e o ímpeto revolucionário do movimento francês e tampouco, como esse, modificou consideravelmente as estruturas sociais em questão (Singer, 2013).

Souza (2017), entre outros, fala de uma onda de protestos que surge após junho de 2013. De acordo com Singer há, ainda, autores que falam das manifestações de junho como *acontecimentos*, tais quais foram chamados por muitos autores as manifestações da França de 1968 (Singer, 2014).

Bringel opta pelo termo **levante** entendido “como a irrupção de atores sociais em alçamento coletivo contra os poderes instituídos” (Bringel, 2013, p. 51). Para ele, elementos como sedição, conflito e agitação social são considerados fundamentais para a definição de levante, “embora certas gradações da conflitualidade e nuances da configuração sociopolítica o distingam, ao menos analiticamente de outras noções afins, porém distintas, como a revolta, a rebelião, o motim e a insurgência” (idem).

*Levante Popular de junho* foi um dos modos que os sujeitos desta e nesta pesquisa se referiram aos eventos de junho e defenderam seu uso e, portanto, é o termo pelo qual tive preferência em utilizar. Por *levante* procura-se ressaltar seu caráter insurrecional, e a inclusão de *popular* reafirma a posição de que os eventos de junho, mesmo heterogêneos em termos de classe e de linhas de atuação política, tinham por base uma revolta legítima de parcela da população mais precarizada

14 Me refiro aqui ao movimento Indignados que ocorreu na Espanha em 2011 e não ao movimento brasileiro de mesmo nome que tem características direitistas.

e que se distancia dos discursos e privilégios das elites, seja econômica, política ou culturalmente. Nesta tese também utilizo outros termos entendidos aqui como tendo significações similares principalmente como *manifestações*, *mobilizações* e *protestos*, por exemplo, entendendo esses termos como sinônimos e sem, com isso, referenciar alguma linha conceitual específica.

A gente usa também “Jornadas de Junho”, mas a gente prefere até resgatar essa ideia do “Levante Popular” e o “Levante Popular do proletariado marginal”, dos mais marginalizados, né? É claro que tem infinidades, pessoas de diversas classes, pessoas de diversos setores participam desse levante de junho, dessas manifestações, mas de certa maneira o setor mais combativo, o setor que vai conduzir boa parte desse processo – na nossa visão – é esse proletariado marginal (Anônimx, 2015).

Manuel Castells também entende que um dos fatores decisivos para a ocorrência das manifestações brasileiras foi a crescente insatisfação popular com a política partidária e ao modo como essa beneficiava apenas uma parcela da população (*apud* Rodriguez, 2016).

A escolha do recorte temático desta tese propôs alguns desafios.

Ao optar por fazer pesquisa de campo com um recorte amplo contextual e temporalmente sabia que teria duas opções: trabalhar um ou dois temas com maior profundidade ou discutir um panorama do que se entendeu ser o Levante Popular de junho. Se no primeiro caso a discussão seria mais complexa, porém mais localizada, no segundo ela teria que ser mais abrangente para abordar o que compreendi ser uma visão contínua desses eventos, que é a narrativa que busco contemplar nesta tese. De certa forma, essa é uma escolha que contrasta com outros trabalhos antropológicos, debruçados sobre o detalhe etnográfico e com uma tendência pelo enfoque mais verticalizado e minucioso. Ao escolher apresentar um aspecto mais geral e amplificado dos acontecimentos, me deparei com algumas questões e impasses desde o receio (e o risco) de não fazer um trabalho “verdadeiramente” antropológico até a forma de construir a narrativa dos eventos. Quando percebi que o recorte temporal seria parte do tema da pesquisa, passei a ter muito cuidado em relação ao ponto em que delimitaria seu final, uma vez que esse não poderia ser dado arbitrariamente por mim, mas teria

que fazer parte de uma narrativa que fizesse sentido aos sujeitos desta (e nesta)<sup>15</sup> pesquisa.

A seleção do recorte temporal desta tese não pode obedecer ao tempo específico de duração das manifestações do levante de junho de 2013, primeiro porque esse tempo não é nada específico e está tanto em disputa na narrativa histórica como apresenta nuances interpretativas para as pessoas com quem realizei a pesquisa. Em segundo lugar, o fato da minha permanência em campo ter sido intensificada a partir de 2014 me jogava direto para as consequências, efeitos e demais aspectos que as manifestações de 2013 continuaram a trazer e que chamei aqui de *continuidades*.

Sobre qual seria o período específico do que chamo aqui de *levante popular*, acredito que este não esteja ainda bem delimitado historicamente, mas, ao longo da tese, faço um esforço para tentar definir essa temporalidade a partir da literatura sobre o assunto e, principalmente, através dos sujeitos desta pesquisa. A partir dessas perspectivas podemos assumir que existem, basicamente, cinco formas de entender e classificar esses períodos temporais.

A primeira delas diz respeito às manifestações que ocorreram especificamente no mês de junho de 2013 e que levou centenas de milhares de pessoas às ruas com pautas e demandas bastante diferentes ou mesmo contraditórias entre si. Dentro desta pesquisa esse foi o entendimento menos referido do que foi o levante aqui tratado.

Um segundo entendimento prioriza eventos que foram anteriores à presença de grande quantidade de manifestantes nas ruas e localizam prelúdios do levante desde, pelo menos, meados de 2012, e que continua ocorrendo até o final da Copa do Mundo de 2014.

O terceiro ponto especifica um levante que durou de junho a outubro, finalizando com a prisão de quase 200 manifestantes no dia 15 de outubro de 2013 na escadaria da Câmara Municipal. O quarto período defende as manifestações como parte de um mesmo levante que se iniciou também em junho e que teria durado até a morte do cinegrafista Santiago Andrade em fevereiro de 2014. Por fim, a última interpretação defende que o levante foi iniciado em junho e permaneceu até as manifestações contra a Copa do Mundo de Futebol de junho e julho de 2014.

15 Utilizo às vezes o termo “sujeito desta pesquisa”, mas entendo que essas pessoas se constituem nesses sujeitos de fala durante o processo de pesquisa de análise.

Com exceção da primeira interpretação, todas as outras entendem o levante como um período no qual houve fases de maior e menor adesão da população às ruas e que foi um Levante Popular e preconizado por pautas que historicamente diziam respeito à esquerda.

Partindo dessas análises que obtive durante o período de pesquisa entendo aqui por *Levante Popular de junho* não apenas o tempo histórico, mas acima de tudo o tempo narrativo que essas pessoas atribuem ao levante e suas formas e intensidades. Para tentar abarcar o máximo possível das interpretações, esse período se encerraria, assim, em julho de 2014, mas estaria marcado por vários espaçamentos e nuances.

A minha presença em campo propriamente dita corresponderia apenas ao final dessa série de manifestações que ficaram conhecidas como Jornadas de Junho ou Levante Popular de junho. Mas, ainda de acordo com os sujeitos desta pesquisa, um *espírito* de junho teria ficado no imaginário popular da cidade e teria se feito mostrar em várias ocasiões, mesmo durante o tempo de *recuo* que é considerado o ano de 2015 e teria voltado a se intensificar a partir de 2016 não mais na forma de um único levante, mas em levantes menores e menos centralizados. E são as manifestações com esse *espírito* que abordo aqui como as *continuidades*.

Mesmo considerando o grande leque de orientações políticas e ideológicas envolvendo o que se pode entender desses eventos como um todo, esta pesquisa teve como recorte estudar especificamente as experiências e perspectivas auto identificadas como anarquistas, comunistas revolucionárias e/ou que buscam se distanciar do que denominam a política partidária institucional e que se autodenominam, de modo geral, como *independentes* ou *combativas*. Com isso, nunca pretendi negar aspectos mais amplos das manifestações de junho de 2013, mas tão somente afirmar o recorte de minha pesquisa e estabelecer meu ponto de discussão no que diz respeito às referidas manifestações e às disputas narrativas em torno destas. No decorrer da pesquisa de campo e com o passar dos anos do início dos eventos, ficou claro que, junto ao amadurecimento do discurso narrativo e das compreensões do que foi 2013, também passou a ser reclamada mais e mais sua importância e passou a ser atentando para que se protegesse seu legado, para que essa luta, definida pelos sujeitos da pesquisa como apartidária, *independente e combativa*, não se perdesse na história em meio às tantas disputas de significados. Assim, é em torno dessas narrativas que descrevo e analiso os eventos de junho de 2013.

De certa forma acredito que esta tese é um leque, com temáticas a serem aprofundadas, negadas, sentidas, que poderão trazer ainda muitas outras problematizações e *afetos*. Por agora, a apresento em sua forma final que, se às vezes parece ser ainda uma apresentação, é porque ela surge de uma necessidade urgente de, em meio a tantos gritos e discursos em disputa, ajudar a trazer uma perspectiva independente, popular e *combativa* dessa história.

Esta tese está dividida em introdução, sete capítulos e conclusão.

No **primeiro capítulo** trago questões referentes ao estudo dos movimentos sociais e introduzo algumas discussões sobre as manifestações de junho de 2013 no contexto das mobilizações globais contemporâneas. Procuo contar a história do Levante Popular de junho de 2013 tanto a partir das perspectivas dos sujeitos desta pesquisa como a partir de diálogo com outros estudos sobre o tema. Nesse sentido, também trago para discussão algumas questões pertinentes do campo do estudo de movimentos sociais que possam ajudar a definir e problematizar melhor o tema da presente tese.

No **segundo capítulo** realizo discussões sobre ética, métodos e questões políticas que atravessam o trabalho antropológico como um todo, mas tendo como foco as peculiaridades da minha pesquisa. Também apresento a minha inserção no campo e questões que me orientaram na construção da tese.

O **terceiro capítulo, Sobre canções e revoltas**, é uma forma de situar cronologicamente quais foram os principais acontecimentos do Levante Popular de junho e que foram centrais para a realização das análises aqui realizadas. Esse capítulo surge como um *hipertexto* localizado nas margens ao mesmo tempo que é central na tese e, uma vez que não contempla a linearidade da escrita, pode ser acionado a qualquer momento da leitura. Ele é uma narrativa feita de relatos verbais e de imagens e traz de volta o tempo da pesquisa, uma temporalidade que diverge do momento de escrita, mas que propõe ser uma atualização nos momentos de leitura.

O **capítulo quatro** traz questões dos sujeitos de pesquisa no sentido de retrospectivas sobre as manifestações de junho e análises das dinâmicas das mobilizações de 2013 tanto a partir da perspectiva de seus precedentes como de suas continuidades, desdobramentos e legados.

**Tecnologias de autodefesa**, o **capítulo cinco**, abrange de maneira ampla mecanismos que se mostraram essenciais para possibilitar não apenas a defesa, mas também qualquer forma de ação política militante/ativista. A partir da perspectiva das pessoas com quem

realizei esta pesquisa, os governantes, elites e suas mídias se utilizam de um amplo e complexo aparato de opressão e repressão que atua de forma cotidiana em vários níveis e que opera na forma de produzir subjetividades passivas – o que Foucault chama de *corpos docéis*, corpos que obedecem, produzem e por tantas vezes são simplesmente descartados pelo funcionamento de uma máquina repressora e homicida. Nesse sentido, as ações militantes e as ações de revoltas são consideradas como formas de garantir a defesa (e, por vezes, a vida) da população.

No **capítulo seguinte, Tecnologias de repressão**, apresento os dispositivos utilizados de forma a conter, coibir, reprimir e desmobilizar as ações populares em defesa de seus direitos.

O **capítulo sete** aborda três temáticas que se mostraram essenciais para entender alguns aspectos do Levante Popular de junho: a valorização de organizações sem lideranças (a horizontalidade), as aproximações e contraposições entre movimentos que ocorrem no asfalto e nas favelas e, por fim, críticas ao Estado vigente e ao sistema capitalista, realizadas a partir dos relatos aqui abordados.

Por fim retomo nas **Considerações finais** alguns pontos centrais defendidos ao longo da presente tese para pensar nas contribuições e significados do Levante Popular aqui abordado.

## Capítulo 1

### Sobre as mobilizações sociais no Brasil e no mundo

*Não é a Turquia, não é a Grécia  
É o Brasil saindo da inércia!*<sup>16</sup>

Neste capítulo apresento resumidamente as discussões envolvendo o campo de estudo dos movimentos sociais no sentido de buscar entender suas definições, características e como esse campo teórico entende os movimentos na atualidade para, em seguida, apresentar e discutir os eventos que passaram a ser conhecidos como Levante Popular de junho ou Jornadas de junho de 2013 e suas continuidades no país como um todo mas já tendo por especificidade de análise a cidade do Rio de Janeiro, RJ.

#### 1.1 Sobre o estudo dos movimentos sociais e as mobilizações atuais

Existe uma longa discussão na literatura sociológica sobre o caráter e os tipos de movimentos sociais ao longo da história. Embora minha temática não seja os movimentos sociais (e nem a minha abordagem seja a sociológica), um diálogo com esses estudos e sobre o que se tem definido como movimentos sociais pode ajudar a entender algumas das características que se consideram ser peculiares ao levante de junho. Não pretendo traçar uma história dos estudos de movimentos sociais ou das rebeliões populares, cuja literatura é vasta, mas focar este diálogo nos autores que buscaram abordar o que se denominou de *novos movimentos sociais* e como essas discussões são importantes para a temática aqui abordada.

Por “novos movimentos sociais” se entende os movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970 e que se diferenciavam dos movimentos sociais então consolidados por não terem como característica central a questão material de classe social, mas que traziam questões e demandas relacionadas à diversidade sociocultural (Scherer-Warren, 2010).

Ângela Alonso entende que entre as décadas de 1930 a 1960 existiu um pessimismo na sociologia quanto ao estudo das mobilizações sociais. Os autores dessa época apontavam que a sociedade estava fundada em individualismos narcisistas e que as mobilizações políticas eram raras e motivadas por irracionalidades sem maiores fundamentos

ou propostas consistentes para reformas e melhorias sociais. Para esses autores, os movimentos sociais eram entendidos principalmente na ótica dos movimentos operários que haviam ocorrido no início do século XX. A partir da década de 60, estendendo-se até os dias de hoje, com a eclosão de uma nova fase de mobilizações mundiais, os movimentos sociais passam a ganhar novamente atenção dos estudos sobre o tema. Em um primeiro momento, estudiosos das revoluções entenderam o fenômeno a partir da perspectiva de um possível retorno do movimento operário nos moldes já conhecidos, mas logo fica claro que as questões de classe não são o cerne das reivindicações, havendo pautas misturadas que diziam respeito a gênero, etnia, ambientalismo, etc. Tampouco tinham por foco a tomada do Estado, mas a concretização de direitos específicos. De acordo com Melucci, esses movimentos têm como foco coisas da vida e não a tomada do processo produtivo e a preparação para a revolução (*apud* Alonso, 2009). Para dar conta de entender essas mobilizações, Alonso retoma três linhas teóricas que surgem nas Ciências Sociais a partir da década de 1960: a Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Muito resumidamente, de acordo com Alonso, a primeira delas, TMR, aborda as questões materiais de acumulação de recurso e coordenação dos atores políticos e chama atenção para os significados dos processos organizacionais que tem por foco a dimensão micro organizacional da ação coletiva. A TPP, por sua vez, toma por base a macro política e traz para a análise as questões culturais, mesmo que perifericamente, ao passo que a TNMS enfatiza aspectos culturais na definição e entendimento do que seriam movimentos sociais, ao mesmo tempo que foca menos na dimensão política em si e nos recursos materiais <sup>17</sup> (Alonso, 2009).

Segundo Alonso, até os anos 1980 essas teorias competiam no debate sobre movimentos sociais, mas a partir da década de 1990 passaram a se articular entre si, cada linha atentando para seus pontos fracos e procurando encontrar nas escolas teóricas diferentes o que pudesse lhes complementar. Assim, defensores da TNMS passaram a agregar métodos de análise das outras teorias para lidar com a racionalidade dos movimentos sociais, a TPP reconheceu as limitações que suas abordagens traziam no que diz respeito à esfera cultural e a TMR passou a incorporar elementos das duas outras linhas. Esse período de relativo equilíbrio teórico, no entanto, acabou com os

17 Recursos financeiros e de infraestrutura (Alonso, 2009).

movimentos que entraram em cena no século XXI e que, devido suas demandas e metodologias, passaram a exigir novas ferramentas de análise.

Com o desenvolver desses debates as teorias de movimentos sociais passaram a ter como foco de estudo a sociedade civil como um todo, envolvendo aspectos como terrorismo, globalização, questões culturais, etc. Para Alonso, “essas redefinições ampliaram o espectro empírico recoberto pelas teorias, encampando conflitos políticos em geral (a *contentious politics*) e espaços políticos não institucionalizados (a teoria da sociedade civil), em arenas nacionais e globais” (Alonso, 2009, p. 76).

Como resultado dessas discussões teóricas e da natureza das mobilizações sociais, já a partir da década de 1970 é proposto dentro do escopo teórico do campo de estudo dos movimentos sociais a distinção entre *antigos (ou tradicionais) movimentos sociais* e *novos movimentos sociais* (Alonso, 2009). Entre os primeiros estão as mobilizações vinculadas aos movimentos sindicais desde o final do século XIX até a década de 1960 do século XX e que tinham como orientação as pautas econômicas, a tradição marxista e a ruptura com o Estado.<sup>18</sup> Por sua vez, os *novos movimentos sociais* seriam os movimentos que surgem posteriores a década de 1960 e que, tendo como foco de seu nascimento a desilusão com as instituições formais (partidos políticos), preconizavam a ação autônoma, horizontal e independente do Estado e traziam como pautas questões culturais, identitárias ou ecológicas, por exemplo, e não apenas as questões econômicas. Diferente dos movimentos sociais caracterizados como antigos ou tradicionais, os novos movimentos sociais prezariam por reformas políticas e não a ruptura com o Estado (Alonso, 2009).

Scherer-Warren (2006) aponta que, no Brasil, os novos movimentos ocorreram a partir dos anos 1970, estendendo-se para as décadas seguintes, na forma de movimentos culturais, feminismo, ecologia e antirracismo, entre outros.

Para Maria da Glória Gohn,

[n]a realidade histórica, os movimentos sempre existiram, e cremos que sempre existirão. Isso porque representam forças sociais organizadas,

<sup>18</sup> Convém atentar para a ausência de discussão ou mesmo referências sobre os movimentos anarquistas, existentes a partir do início do século XIX, nas teorias dos movimentos sociais clássicas.

aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, mas como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais (Gohn, 2011, p. 336)

Existe grande e controversa literatura para definir as características de movimentos sociais e não é minha intenção discorrer sobre elas aqui. De modo geral, entende-se que movimentos sociais estão relacionados com mobilizações e reivindicações que envolvem causas particulares ou ideologias (Gohn, 2006). Ilse Scherer-Warren entende que “quando uma ação coletiva gera um princípio identitário grupal, define os opositores ou adversários à realização plena dessa identidade ou identificação e age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica” ela se constitui em um movimento social (Scherer-Warren, 2006). De acordo com a autora, mobilizações sociais não institucionais que agem na esfera pública são um modo de movimentos sociais que articula sujeitos que podem ou não ter vínculo com outras formas de movimento social instituído, mas que se caracterizam principalmente pela realização de manifestações em locais públicos com intenção de produzir visibilidade através da mídia e produzir efeitos simbólicos para os próprios manifestantes e sociedade em geral como forma de exercício de pressão política (Scherer-Warren, 2006).

Gohn também entende que os novos movimentos sociais surgem nos anos 1970 tendo por foco a autonomia e efetuando um “duplo distanciamento”: em relação ao Estado autoritário de um lado e, de outro, às práticas populistas e clientelistas presentes então em diversas formas de organização social e nas relações políticas em geral. Além disso, a autora aponta que esses novos movimentos sociais passam a valorizar cada vez mais as pautas culturais (Gohn, 1997).

Apesar das supracitadas características atribuídas aos novos movimentos sociais, alguns movimentos passaram a ter maior diálogo ou relação com instituições ou com o Estado a partir dos anos 1990 especificamente no Brasil. Nesse sentido, Gohn discute também como os movimentos sociais brasileiros no final dos anos 70 foram marcados pela oposição aos regimes militares e que, com o final da ditadura, o caráter desses movimentos sofreu mudanças que acarretaram o declínio das manifestações de rua, de modo que os movimentos se tornaram menos visíveis (Gohn, 2011). Segundo a autora o próprio modo como ocorreu o “processo de transição democrática, com a ascensão de líderes

da oposição, de vários matizes, a cargos no parlamento e na administração de postos governamentais, levou progressivamente ao desaparecimento a questão da autonomia dos discursos dos movimentos e das análises dos pesquisadores” (Gohn, 1997, p. 287). Dessa forma, o Estado passa de opositor a interlocutor dos movimentos sociais (Gohn, 1997).

Ainda de acordo com essa autora, existiram no Brasil dois ciclos de movimentos sociais com o advento da redemocratização. O primeiro deles ocorre na década de 1990, período no qual se consolida a abertura democrática na sociedade brasileira e é resultado da trajetória de lutas sociais que tinham por pauta a implementação dos direitos conquistados com a nova Constituição Brasileira de 1988. O segundo momento abarca o aumento da participação popular democrática através de instituições políticas consolidadas. De acordo com Ilse Scherer-Warren e Lígia Luchman, esse processo leva a um quadro no qual as “dinâmicas institucionais se ampliam e se complexificam de forma contraditória: sinalizam para inovações nos espaços democráticos ao mesmo tempo em que, entre outros, fragmentam políticas, práticas e identidades sociais” (Scherer-Warren, Luchman, 2011, p. 21).

Scherer-Warren e Luchman apontam que tais experiências em outros países já tinham demonstrado aumento da burocratização desses espaços de participação política e o consequente distanciamento entre representantes políticos e a população a ser representada (Scherer-Warren e Luchman, 2011). Para essas autoras, “se é certo que estamos vivendo um momento de institucionalização da participação, são incertas as promessas e os impactos deste processo para o desenvolvimento democrático das sociedades” (Scherer-Warren e Luchman, 2011, p. 15).

Márcio Goldman aponta que, no Brasil, a chamada redemocratização consequente do período pós ditadura militar acabou por reconduzir os movimentos sociais ao mesmo Estado de que tentaram, antes, se separar. Isso teria ocorrido através da aproximação desses movimentos com políticas partidárias, sob a justificativa de que, em uma democracia, os partidos seriam os canais legítimos de participação política. Organizações e movimentos que não aderiram à lógica partidária se institucionalizaram de outra maneira, tornando-se Organizações não-Governamentais (Goldman, 2007).

As discussões sobre aproximações entre movimentos sociais e Estado passam pela crítica da burocratização e distância que esses passam a ter de suas *bases* (Côrrea, 2016). Para Alonso, as novas formas de mobilização podem ser consideradas ao menos parcialmente como

resultado de uma insatisfação com a burocratização que o ativismo passou a ter na década de 1990. Emília Maricato também entende que com o avanço do período de redemocratização os movimentos sociais passaram a ter suas atuações cada vez mais moldadas por vias institucionais (Maricato, 2013).

Janice Tirelli Sousa afirmava que os militantes que atuavam no início dos anos 2000 no Brasil e que, dentre outras pautas, eram críticos à globalização e às privatizações, poderiam ser divididos em “jovens contestadores institucionalizados” e “jovens contestadores independentes” (Sousa, 2004), acentuando a crescente divisão na militância de partidos institucionais e fora desses. Para a autora, a então

matéria da política parece estar orientada pela ação antiinstitucional que se revela como uma luta contra a política como tecnologia de poder, deslocada de sua disposição emancipatória, não menos comprometida como instrumento de uma coletividade (Sousa, 2004, p. 463).

Para Gohn, de forma geral, no início do século XX há grande presença do Estado nos movimentos sociais e uma “institucionalização de práticas antes autônomas” (Gohn, 2011, p. 356), o que resultou em uma contradição entre movimentos reformistas que visam a integração dos excluídos e entre aqueles que buscam a transformação social por meio da mudança do modelo de desenvolvimento e defendem um novo modelo de sociedade (Gohn, 2011).

De acordo com Brito e Oliveira ocorre na década de 1990 a desarticulação das organizações de base através da burocratização dos partidos que haviam surgido na redemocratização. Para esses autores, com o final da ditadura e o advento da chamada redemocratização na década de 1980, movimentos que demandavam a reestruturação social do país na intenção de prevenir erros já cometidos desde o período pré-ditadura – como os picos de miséria social – procuraram incentivar a participação política ativa da parcela mais pobre da população e foi nesse sentido que partidos e organizações políticas de esquerda passaram a investir em trabalhos de base, também tendo por meta a preparação de uma base política futura para apoiar as eleições e as pautas desses partidos (Brito e Oliveira, 2013). Em várias partes do país associações comunitárias de moradores de periferias, movimentos pastorais e movimentos Sem-Teto, entre outros, passaram a participar ativamente de demandas políticas locais e a apoiar esquerdas

institucionais com a intenção de contrapor os privilégios das elites (Brito e Oliveira, 2013).

Bringel também discute como a partir da década de 1990 passou a ocorrer um “alargamento restringido” da democracia que teve início com a aproximação entre movimentos sociais e Estado e que essa aproximação acabou possibilitando uma participação social restrita a espaços e mecanismos institucionais, de forma que os atores sociais ligados à tais formas de organização política se preocupam mais em incidir na política do que na sociedade (Bringel, 2009).

De acordo com Souza, com o final da ditadura militar e com o processo de redemocratização, os chamados “novos movimentos sociais” foram gradativamente saindo de foco e, salvo poucas exceções, não houve mais grandes expressões de manifestações políticas urbanas. Os movimentos sociais que tiveram maior destaque no período de redemocratização no Brasil foram os movimentos no campo, principalmente o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

Assim, pesquisadores como Gohn (2006) e Bringel (2013) consideram que, ao passo que a década de 1990 no Brasil é marcada pelo surgimento de formas de organização mais institucionalizadas e tem como característica a associação entre sociedade civil e poder (Gohn 2006),<sup>19</sup> no começo do século XXI ganharam destaque principalmente os movimentos “transnacionais” (Gohn, 2011, p. 338), como o movimento antiglobalização, movimento que é em si heterogêneo e que abarca diversos aportes políticos diferentes. Esses autores têm ainda identificado que nos últimos 10 anos, os movimentos sociais brasileiros têm tido como pautas principais as questões do direito à cidade (transporte e moradia, principalmente) que, aliados às pautas de movimentos identitários, vão aos poucos formando uma nova configuração de ética política principalmente entre grupos e pessoas que se identificam com a esquerda.

Alguns autores, como Gohn (2012) e Salo Carvalho (*apud* Schuch, 2018) partem da concepção sociológica de *novos movimentos sociais* e a desenvolvem no sentido de apresentar como os movimentos contemporâneos podem ser considerados *novíssimos* movimentos sociais. Gohn analisa aspectos dos movimentos que surgem a partir da crise de 2008, principalmente o *Occupy* e o *Indignados*, e propõe que

19 Mesmo assim, para a autora, esse é um momento onde movimentos de caráter mais identitário ganham força. Dentre os movimentos mais importantes desse período a autora cita o movimento dos indígenas, dos funcionários públicos e dos ecologistas (Gohn, 2006).

através das formas de comunicação, esses podem ser considerados como *novíssimos* movimentos que teriam nas articulações via redes pela internet sua principal característica em comum (Gohn, 2013). De forma semelhante, Carvalho parte da análise de Manuel Castells sobre os movimentos sociais na contemporaneidade para propor que as formas de comunicação que esses atualizam podem ser consideradas como *novíssimos movimentos sociais*. Como Castells, Carvalho entende a necessidade da internet para compreender esses movimentos, mas que se constitui antes de tudo como uma ferramenta utilizada para dar vazão e potencializar ideologias, desejos e necessidades das pessoas (*apud* Schuch, 2018).

Para Carvalho, os *novíssimos movimentos sociais* seriam caracterizados pelo uso de internet, da ocupação dos espaços urbanos e da desconfiança quanto as mídias tradicionais (*idem*).

Antes mesmo de teorizar sobre os *novíssimos movimentos sociais*, Maria da Glória Gohn já discutia sobre a presença de *novíssimos atores* no cenário ativista brasileiro. Segundo essa autora, ocorreu no início do século XXI o advento de movimentos que partiam de análises e perspectivas de ação no âmbito global e que se utilizavam dos recursos das novas tecnologias de comunicação. Para ela,

[n]ovíssimos atores entraram em cena, tanto do ponto de vista de propostas que pautam para os temas e problemas sociais da contemporaneidade, como na forma como se organizam, utilizando-se dos meios de comunicação e informação modernos. Preocupam-se com a formação de seus militantes, pela experiência direta, e não tanto com a formação em escolas, com leituras e estudos de textos [...] Existe uma densa e intensa rede de comunicações intramembros, militantes com militantes. São produzidos textos, boletins, artigos etc. [...] Teses e dissertações vêm sendo produzidas por esses militantes/ativistas/ pesquisadores. Muitas delas são parte das histórias que eles próprios vivenciaram (Gohn, 2011, p. 338).

A partir das discussões realizadas aqui, poderiam ser as manifestações no Rio de Janeiro enquadradas sob tais categorias? Seriam elas aqui parte dos movimentos contemporâneos teorizados por Castells, poderiam ser elas consideradas *novíssimos movimentos*

*sociais*? Ou seriam elas apenas uma atualização já implicada nas discussões dos *novos movimentos sociais*?

Se partimos da perspectiva do que vem sido discutido por esses autores e dentro do âmbito que se refere a presente tese, não há como negar suas similaridades e suas participações ativas dessa forma de manifestação que se espalham pelo globo. Se considerarmos os supracitados pontos em comum a esses movimentos atribuindo ênfase na forma e intensidade que o papel da comunicação exerce, e se apenas isso for o suficiente para caracterizar essa classificação sim, eles são *novíssimos*. Mas acredito que algumas considerações ainda se fazem necessárias.

O escopo teórico dos *novos movimentos sociais* diz respeito a uma ordem social ocidental e/ou ocidentalizada e, como todo corpo teórico, não pode ser generalizado e nem entendido como se ocorresse em sua forma pura na realidade concreta. Em primeiro lugar, porque eles não ocorrem de maneira isolada de outros contextos sociais e, em segundo, porque a própria categoria “movimentos sociais” em si é múltipla. Nesse sentido, existe um aspecto a mais nos *novíssimos* a serem considerados: que eles fogem do que tradicionalmente se entendia como *movimentos sociais* enquanto esfera de pertencimento a um grupo fechado e com uma pauta norteadora específica.

Souza entende que as manifestações de junho não podem ser consideradas como movimentos sociais, mas como uma “onda de protestos” (Souza, 2016). Mesmo levando em conta os pontos em comum das diversas manifestações que compõe o Levante Popular de junho, essas não são ainda um ponto de *pertencimento*: trata-se, antes, de formas de ação, organização e fluxos de intensidades. Ausência de lideranças, horizontalidade, comunicação por redes sociais via internet (e, em contrapartida, a forma de reação dos aparatos repressivos estatais) configuram esse novo modo de ação global. No entanto, de forma analítica, as *mobilizações*, os *levantes*, as *ocupações* e as *primaveras* não podem ser considerados estritamente como pertencentes à esfera e modos de atuação que é próprio dos *movimentos sociais*.

Entender tais eventos como *novíssimos movimentos sociais* remete de novo a questionar sobre a ampliação da própria ideia de movimento social. Para Gohn, movimentos sociais são considerados “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2008). Essas ações podem ocorrer de variadas formas e a partir de diferentes metodologias e se entende que, atualmente, existe certa predisposição para o agir nas redes sociais e

através dos novos meios de comunicação e informação, como a internet (Gohn, 2011).

## 1.2 O Levante de Junho no contexto das mobilizações contemporâneas

*Talvez algum dia, no futuro, os senhores da ordem atual terão de olhar pra trás e lamentar aqueles dias malditos de junho, quando o leão rugiu e a multidão no Brasil mostrou a sua verdadeira face. (Michel Hardt)*

Ao estudar os movimentos sociais na contemporaneidade, Castells atribui uma série de características a partir de seus pontos convergentes: a negação da representatividade em nível organizacional, perspectivas autonomistas, tomada de ruas e praças pela população, práticas de democracia direta e o que o autor denominou como *autocomunicação de massa*. Para o autor essa comunicação não acontece ao mesmo tempo “mas uma pequena rede se conecta a muitas redes que se conecta a muitas redes e se chega a todo o mundo” (Castells, 2013b). E essa forma de comunicação é *auto* porque opera com total “autonomia na emissão das mensagens, na seleção da recepção das mensagens, na criação de redes sociais específicas. Assim, a capacidade de encontrar informação é ilimitada, se você tem critérios de busca – que não são tecnológicos e sim mentais ou intelectuais” (idem). Para Castells, a *autocomunicação de massas* é o que garante que as revoltas consigam perdurar e que seja possível e viável operar resistências (*apud* Wesley, 2017).

Hardt considera que os protestos que ocorreram em solos brasileiros em 2013 são protestos com similaridades com os eventos que ocorreram em outros países a partir de 2011. Para o autor esses movimentos têm por características em comum a auto-organização e o fato de sua heterogeneidade: “não foram (e não se esforçam por ser) unificados e homogêneos, mas sim encontraram meios adequados para exprimir suas diferenças e antagonismos internos – e apesar de (ou por causa de) suas diferenças, descobriram maneiras de compartilhamento e cooperação, gerando uma série de demandas e perspectivas agrupadas na luta” (Hardt, 2014, p. 07). Além disso, o autor entende que esses movimentos exigem “uma ‘democracia real’, contra a democracia fantoche que nos vendem o tempo todo” (idem). Para Hardt, tudo isso aconteceu porque as ruas foram tomadas pela *multidão*.

*Multidão* surge como conceito para complementar a análise que Negri e Hardt fazem acerca do *Império* e diz respeito a forma de organização e ação que passa pela produção de sujeitos políticos e pela qual esses sujeitos se erguem contra a soberania global da atualidade. A *multidão* ultrapassa a delimitação entre público e privado porque opera a nível da própria existência. O conceito é pensado em contraposição à ideia de *povo* ou de *massa*, que são entendidos usualmente como agentes passivos e/ou submissos aos poderes que os governam. Para Negri, “o povo é sempre representado como unidade, ao passo que a multidão não é representável, ela apresenta sua face monstruosa vis-à-vis dos racionalismos teleológicos e transcendentais da modernidade” (Negri, 2004, p. 17).

Para Hardt e Negri as revoltas recentes no Brasil e no mundo estão baseadas na *afirmação do comum* no sentido de tornar a cidade em si como comum, a cidade como o local que, tomado pela *multidão*, voltará à esfera do uso comum e igualitário.

Alguns autores defendem que as manifestações brasileiras fazem parte de uma nova forma de atuação e motivação de mobilizações sociais que começam na internet e vão para as ruas e que abrangem movimentos sociais desde a Primavera Árabe, passando pelos *Indignados* na Espanha e o *Occupy*, entre outros (Castells, 2013; Hardt e Negri, 2014). Mas não é apenas o uso da internet que é entendido como comum a esses diferentes protestos.

Castells analisa tanto as convergências quanto as divergências, o que aproxima e distingue esses movimentos que surgem em tantos lugares diferentes. Para o autor, foi na Tunísia “onde tudo começou”. Em dezembro de 2010 imperava nesse país um momento de crise econômica, desemprego e más condições de vida da maior parte da população. Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de frutas que não havia obtido licença para exercer sua atividade acaba sendo perseguido por fiscais e, ao perder, por fim, sua barraca de frutas e meio de sustento, suicida-se ateando fogo ao próprio corpo, inspirando a revolta para milhares de cidadãos que estavam insatisfeitos com as condições de vida e o regime político em vigor naquele momento. A onda de protestos, que durou por cerca de um ano na Tunísia, se espalhou pelo Oriente Médio e pelo norte da África, tendo por foco principalmente a derrubada de regimes ditatoriais e a exigência de melhores condições de vida; a maior parte dos protestos foi brutalmente reprimida pelos seus governos (Castells, 2013; Hardt e Negri, 2014).

Em janeiro de 2011, no Egito, outro levante se consolidava contra o então regime político que tinha uma mesma gestão há mais de

30 anos. Além disso, as revoltas egípcias também colocavam em pauta questões como desemprego, corrupção, violência policial, redução da inflação e pelo direito à liberdade de expressão. As forças governantes do país dispenderam bastante esforço para evitar e censurar a difusão de imagens da repressão policial, mas tal aparato repressivo não conseguiu cumprir totalmente seu objetivo e uma das imagens dos protestos ficou mundialmente famosa: a cena da Praça Tahrir densamente ocupada pelos manifestantes contrários ao ditador Mubarak, que acaba por renunciar em fevereiro do mesmo ano.<sup>20</sup>

Depois disso, outros países da África do Norte e Ásia também tiveram insurreições, manifestações populares e levantes e, embora o contexto desses sejam diferentes entre si, chama a atenção algumas semelhanças entre esses protestos: a ocupação de praças públicas, a presença de grandes multidões, intensa repressão policial e intensa repercussão local e internacional (Idem). Em governos habituados a censuras, as ferramentas possibilitadas pela comunicação mundial em rede fizeram de cada um desses protestos parte definitiva do cenário global. Em alguns casos os grupos *Anonymous*<sup>21</sup> auxiliaram a propagação de informações e fizeram campanhas e ataques virtuais em apoio aos manifestantes. Alguns dos governos passaram a censurar ainda mais a televisão e acesso às redes sociais e chegaram mesmo a cortar os sinais de internet, mas as revoltas já tinham tomado as ruas impreterivelmente (Castells, 2013). Era a hora das revoltas.

Inspirados pela movimentação na Praça Tahrir e pelo desenrolar da Primavera Árabe como um todo, manifestantes realizaram ao fim de 2011 em Nova Iorque o movimento *Occupy Wall Street*. Esse movimento consistia em ocupar praças públicas no centro comercial de Manhattan como forma de protesto contra grandes corporações e suas influências na política e economia estadunidense e contra as desigualdades sociais e concentração de renda na população. Como slogan e como tema, traziam que “nós somos os 99%”, onde esses 99% se referia à população que não tem acesso à maior parte dos lucros por elas gerados uma vez que esses ficam detidos nas mãos de 1% da população – percentuais referidos a partir de pesquisas então recentes sobre a distribuição de renda no país. Tinham como modo de organização a preferência pela horizontalidade e prática de *ação direta* e,

20 Em relação a queda de alguns ditadores existem críticas sobre o contexto dos movimentos de oposição que, financiado pelos EUA, tem por trás sua política internacional colonizadora e imperialista.

21 Grupo ativista que atua através da internet; será discutido no capítulo 5.

tal como a Primavera Árabe, também o *Occupy* teve efeito de contagiar manifestações em outras cidades e países. No Rio de Janeiro, o movimento Ocupa Rio foi realizado na praça da Cinelândia no final de 2011. No ano seguinte, por ocasião do evento internacional Rio+20, novo movimento Ocupa Rio ocorreu em uma praça na frente do Museu de Arte Moderna.

Em 15 de maio de 2011 se inicia na Espanha o 15M ou *Indignados*, série de manifestações que também tinham por finalidade a crítica ao regime político dominante e ao sistema partidário espanhol. Esse movimento prezava pela ação horizontal e teve sua organização e planejamento realizados principalmente via redes sociais que também foram responsáveis por divulgar as manifestações.

Todos esses movimentos trazem suas peculiaridades. Se nos *Indignados* eram os bancos os alvos de indignação, nos países árabes as pautas giravam em torno da exigência da democratização do regime. Nesse sentido Castells analisa as diferenças entre eles e também como muitas vezes esses movimentos, reprimidos, foram expostos à extrema violência urbana e/ou guerra civil e assim, enfraquecidos, se tornaram suscetíveis às intervenções externas, principalmente dos Estados Unidos da América, no caso da Líbia, e da China e Rússia, no caso da Síria (Castells, 2013).

Esses movimentos trazem algo que é considerado central para pensar as novas formas nas quais os movimentos sociais operam na contemporaneidade: a crítica aos modelos dominantes de fazer política, o mundo conectado pelo advento das novas tecnologias, a ocupação dos espaços públicos e a tendência a se organizar de forma horizontal (idem).

Considera-se que esses movimentos têm em comum com os movimentos no Brasil as ações de rua e as ocupações de espaços públicos como forma de protesto, e podem ser pensados como possíveis, senão precursores, ao menos inspiradores para as manifestações de junho de 2013 no Brasil (Rolnik, 2013).

Nesta pesquisa surgem indícios dessas semelhanças: “o Ocupa Câmara de 2011 foi influenciado pelo *Occupy* americano também”, diz Anônimx.<sup>22</sup> E tantos outros momentos em que os sujeitos interlocutores da pesquisa se referem ao Egito ou à Espanha e mesmo às lutas como a

22 Nesta pesquisa todos os relatos serão apresentados tendo como sujeito Anônimx com a finalidade de garantir segurança dos sujeitos e também para contemplar a ideia de anonimato e multiplicidade que atravessam as manifestações de rua.

dos zapatistas, em território autônomo desde 1994, e dos curdos, atualmente em disputa por território<sup>23</sup>.

### 1.3 As manifestações de junho de 2013

Sou uma dessas pessoas que se consideram “filhas de 2013”. De lá pra cá passei a militar em alguns coletivos, devorar mais livros que me interessam, e o mais importante de tudo: conheci pessoas que também se esforçam pra sair da bolha do seu próprio mundo e lutar em prol do bem-estar coletivo, muitas vezes bem antes das Jornadas de Junho. Acredito que essa onda de manifestações que explodem até hoje Brasil afora ajuda as pessoas que lutam, cada uma da sua forma, a se conhecerem e montarem uma rede de compartilhamento de informações, e por que não de esperança... O que vai sair disso tudo eu não sei, apenas sinto que apesar de todos os pesares, o Brasil nunca mais será o mesmo no que diz respeito a falta de consciência política e desorganização nos espaços de militância. (Anônimx, 2016)

De forma geral, entende-se por Levante Popular de junho ou Jornadas de Junho uma série de manifestações ocorridas em (ou a partir) de junho e julho de 2013 em diversas cidades brasileiras e que pesquisadores e jornalistas têm considerado que tiveram como estopim a excessiva violência policial em protestos que pediam a diminuição do valor da passagem de ônibus em São Paulo, bem como a massiva cobertura midiática dessas violências (Bringel, 2013; Singer, 2013). Embora tenham se iniciado com uma pauta bastante específica, pesquisadores do tema têm considerado que essas Jornadas podem ser caracterizadas pela heterogeneidade das pautas e das orientações políticas. As manifestações de junho de 2013 colocaram o Brasil na mídia mundial devido à grande adesão de participação, mas também pelos confrontos que as marcaram e pelo uso exacerbado da violência policial. Conforme já discorrido, alguns autores aproximam e comparam

23 Os sujeitos desta pesquisa apontam também influências e relações com as histórias de lutas dos movimentos de favelas, indígenas, quilombolas e outros tantos movimentos que não se sentem contemplados ou representados pelo Estado capitalista, como veremos ao longo das discussões trazidas nesta tese.

esses eventos com outros movimentos que ocorreram a partir do início dos anos 2000 ao redor do mundo, como o *Occupy*, e os grandes eventos que ganharam a denominação de “Primavera árabe”<sup>24</sup>.

Essa onda de protestos que caracterizou as manifestações de junho no Brasil não ocorreu de forma arbitrária e sem precedentes: está inserida e relacionada tanto com contextos culturais, políticos e econômicos a nível global, como mencionado, mas também é considerada por pesquisadores e militantes, como consequência de uma trajetória dos movimentos sociais no Brasil desde a redemocratização até os dias atuais e que configuram o entendimento contemporâneo sobre o que seria fazer política reivindicatória.

Para Sueli Rolnik,

A fagulha das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos [...] que, entre “catraços”, ocupações e manifestações, foram se articulando em redes mais amplas, como os Comitês Populares da Copa e sua articulação nacional, a Ancop (Rolnik, 2013, p. 09).

Independente dos motivos e influências, um dos motivos de maior problematização e surpresa em relação às manifestações de junho se deu devido a uma aparente repentividade, intensidade e grande adesão aos protestos nas ruas. Para Souza, no que se refere aos movimentos urbanos, em junho de 2013, “testemunhamos uma onda de protesto como não se via há vinte anos” (Souza, 2014).

Como dito anteriormente, pesquisadores e manifestantes têm considerado que um dos grandes propulsores do Levante Popular de junho foram as violências policiais sofridas por manifestantes em manifestações chamadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) de São Paulo e sua ampla veiculação por mídias oficiais e alternativas.

Desde o início dos anos 2000, diversas cidades têm sido alvo de manifestações urbanas que reclamam melhorias no transporte público, “passe livre” (não pagamento de tarifas urbanas para todos os estudantes) e um pouco depois trazem a pauta da “tarifa zero” (não pagamento de tarifas urbanas para toda a população), a partir da perspectiva de que as tarifas e a má qualidade dos serviços são impedimentos à mobilidade urbana, que faz parte do direito que o cidadão tem de acessar os espaços

24 Souza et al (2011); Hardt e Negri (2014) e Castells (2013), entre outros.

da cidade. Mas o MPL também é responsável por chamar manifestações com pautas mais pontuais.

Em junho de 2013, durante o governo municipal de Fernando Haddad, do Partido dos Trabalhadores, o MPL/SP exigiu a diminuição imediata de um recente aumento nas tarifas de ônibus urbanos. Logo as manifestações passaram a assumir outra proporção, foram amplamente divulgadas pela grande mídia, e tiveram adesão de grande parcela da população.

Aos poucos, em todo o país, o que eram manifestações de pautas relacionadas a direitos condizentes com bandeiras históricas da esquerda brasileira, passou a ser uma manifestação de pautas mistas e mesmo contraditórias entre si. Grupos opostos estavam nas ruas: anticapitalistas, anarquistas, comunistas, militantes de partidos políticos, grupos pedindo intervenção militar. Sob slogans como “o gigante acordou” e “cansei!”, entre outros, diversas pessoas e grupos que não se identificam com a política de esquerda e tampouco costumavam participar em atos públicos passaram a ocupar as ruas, levantando diversas bandeiras, às vezes com propostas vagas como “contra a corrupção”, levantada na maior parte das vezes por pessoas e grupos contrários aos governos tanto municipal, de Fernando Haddad, no caso de São Paulo, quanto federal, de Dilma Rousseff (Pinheiro-Machado & Dent, 2014).

Essa abrangência de pautas rapidamente virou motivo de disputa pelos motivos de se estar na rua e logo virou um conflito também entre partidos. Ansell discute que as reverberações de junho no cenário político não implicam que os manifestantes sejam reacionários, mas que passaram a ter seus significados e demandas colocados em disputas também por partidos conservadores, que tinham como objetivo a derrota do partido naquele momento no governo federal, o Partido dos Trabalhadores, nas próximas eleições (Ansell, 2014). Nas palavras de Rosana Pinheiro-Machado e Alexander Dent, “this seeming problem of focus was compounded by the fact that conservative and right-wing groups mixed with crowds as further protests unfolded, bringing their own causes, oftentimes attacking the causes of the leftist parties” (Pinheiro-Machado & Dent, 2014).

Uma esquerda partidária e/ou engajada em movimentos sociais vê surgir aí uma situação perigosa, mistura de apropriação das manifestações em nome de causas nas quais ela não se reconhece e não aceita. Preocupada, passa a denunciar a instrumentalização das manifestações pelos partidos de direita, ansiosos por recuperar o

poder,<sup>25</sup> além de acusar as esquerdas não institucionais de enfraquecerem suas lutas contra a democracia ao levantar a bandeira de “sem partido!”. Nas manifestações que se seguiram, militantes de partidos de esquerda passaram a ser agredidos e têm suas bandeiras queimadas à luz da lógica de que nas manifestações não poderia haver nenhum partido, apenas a voz do povo – que autores como Rolnik vão chamar de “fascismo antipartidário” (Rolnik, 2013) e que consideram ser um potencial precursor para a implementação de regimes e modos de funcionamento autoritários. Ou seja, ao mesmo tempo que os protestos desencadearam uma onda esquerdista mais “radicalizada”, propensa à *ação direta* e com discursos antiestatais, houve uma espécie de contrapartida por parte de setores conservadores e mesmo de grupos de extrema direita, que passaram a se sentir confortáveis para se posicionarem contra a esquerda e inclusive contra determinadas demandas e direitos sociais historicamente adquiridos pela população brasileira. Incomodados com um governo que definem como de esquerda, entendem os protestos não apenas como forma de derrubada do governo, mas também para questionar a “ideologia de esquerda” que, de acordo com tal perspectiva, se estenderia para a sociedade brasileira. Nesse contexto ainda no fervor das manifestações de junho de 2013 é chamada em São Paulo uma nova “Marcha da Família com Deus pela Liberdade e Contra o Comunismo” que causa à esquerda o receio de novo golpe militar.<sup>26</sup> “Direita” e “esquerda” continuam tendo internamente inúmeras peculiaridades e diferenças e, no que se refere à dinâmica partidária, têm mesmo possibilidades de alianças, mas por um período parecem que se tornam dois blocos relativamente sólidos,

25 Desde as eleições presidenciais de 2002, quando o Partido dos Trabalhadores (PT) ganhou as eleições presidenciais, os partidos de direita passaram a ansiar pelo retorno ao poder. Do mesmo modo como as demais forças de esquerda também estiveram engajadas nessa disputa.

26 Uma vez que a primeira dessa Marcha aconteceu pouco antes do golpe militar de 1964. Embora terminado há mais de 30 anos, o período da ditadura deixa ainda marcas na sociedade brasileira. Nesse sentido, depois de inúmeros debates, em 2012 foi instituída a Comissão Nacional da Verdade pela Lei 12528/2011 com finalidade de apurar violações de Direitos Humanos ocorridas no período entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, período que abrange não só mas também a última ditadura no país. A referida comissão terminou seu trabalho e publicou seus trabalhos em dezembro de 2014 mas esses não tiveram o efeito esperado. Sobre a Comissão Nacional da Verdade, ver: <http://www.cnv.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/resolucoes>.

heterogêneos em si, mas delimitados quanto ao que os difere, ou seja, a oposição de um ao outro.

Marcelo Souza considera que

A pauta socialmente crítica e mesmo anticapitalista inicial, trazida pelo MPL, foi sendo, aos poucos, engolfada e parcialmente eclipsada por uma pauta muito mais vasta e muito mais amorfa ideologicamente, na qual foram sobressaindo reivindicações e interpretações “bem-comportadas” (isto é, conformes à essência do status quo capitalista e pseudodemocrático, como o combate à corrupção e a rejeição de atos legislativos específicos) e, em parte, moralistas e até reacionárias (como o ódio manifestado por skinheads e outros indivíduos e grupos de direita contra os “comunistas”, os “vermelhos” etc.). (Souza, 2014).

Como resultado dessa ocupação controversa das ruas, o Movimento Passe Livre de São Paulo lançou em 21 de junho de 2013 uma carta declarando a sua retirada das ruas<sup>27</sup>, mas as manifestações continuaram a ocupar as ruas com diferentes demandas. Antes disso, já tinha tomado as ruas – e as mídias – elementos e estética do *black bloc*, tática que se define como de inspiração libertária, surgida na Alemanha na década de 1980 e que foi popularizada mais tarde em Seattle, Estados Unidos, por ocasião de manifestações contra a Organização Mundial do Comércio (Ludd, 2013). Essa estratégia de manifestação implica que os envolvidos escondam o rosto e o corpo com vestimentas pretas, formando um bloco no qual se preserva o anonimato e se possibilita, se for o caso, a realização de “ações diretas”<sup>28</sup> com menor risco de serem identificados e presos (Ludd, 2013). Mas voltaremos a essa temática no capítulo 5.

A ocorrência da ampliação de uma estratégia mais radical acaba por minimizar as controvérsias e os manifestantes vinculados à “direita”

27 Por conta disso, o MPL acabou sendo alvo de críticas realizadas por outros movimentos sociais que optaram por manter as mobilizações.

28 Por ações diretas os manifestantes entendem ações de caráter político que são realizadas pela própria população, sem intermediários políticos. Aqui uso como referência à um uso restrito dessas, como a utilização de táticas de ataque à imóveis ou enfrentamento com a polícia, por exemplo – por isso o uso das aspas. O termo será discutido no capítulo 5.

aos poucos deixam as ruas e só voltam a ocupá-las massivamente a partir de 2015 com os movimentos pró-*impeachment* que, mesmo não sendo foco desta tese, será discutido brevemente mais adiante a partir das perspectivas dos sujeitos desta pesquisa.

Depois de junho, as manifestações continuam em um crescente principalmente no Rio de Janeiro, São Paulo e em Belo Horizonte, dando origem a ações como ocupações de lugares públicos (praças, Câmaras Municipais, etc.), greves e outras formas de mobilizações. Grupos de esquerda já organizados se uniram em frentes e/ou coletivos maiores, outros grupos começaram a surgir.

No Rio de Janeiro, a onda de manifestações mantém seu ápice com o “Ocupa Cabral”, movimento que pedia a saída do então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Júnior; com a resistência frente a remoção da “Aldeia Maracanã”, ocupação de aldeia indígena urbana que foi desalojada pelas forças policiais de forma violenta após o governo do estado pedir reintegração de posse; com as manifestações realizadas por ocasião da Copa das Confederações de 2013; com o “Ocupa Câmara”, um movimento de ocupação de uma praça pública no centro da cidade e outros movimentos de categorias específicas, como a greve dos professores e a greve dos garis. Movimentos diversos continuaram tendo por foco pensar as questões de direito à cidade e também para discutir a presença massiva das Unidades de Pacificação (UPPs) nas favelas. Todas essas pautas foram consideradas ainda mais prejudicadas a partir da perspectiva de abrigar a Copa da FIFA (Federação Internacional de Futebol Associado) e as Olimpíadas, em 2016, uma vez que, além de contarem com o investimento financeiro que poderia ser injetado em causas populares, ainda são considerados como responsáveis por muitos casos de opressão e retirada de direitos, como remoções de casas em diversas comunidades.

Inúmeras manifestações sociais continuaram ocorrendo no Rio de Janeiro e em outras cidades. Embora durante a finalização da pesquisa de campo elas já não contassem mais com a mesma adesão e intensidade do Levante Popular de junho, militantes e ativistas consideram que essas manifestações tiveram enorme impacto político que, embora ainda difícil de se compreender, já se mostra perceptível.

Próximo à realização das eleições presidenciais de 2014, setores de oposição da então presidenta tentaram se utilizar das Jornadas de Junho como contra campanha eleitoral, afirmando que as manifestações do ano anterior tinham como principal pauta tecer críticas a sua gestão. Depois da reeleição de Dilma Roussef para a presidência, esses setores passaram a ganhar força pautando o *impeachment* e, a partir de 2015,

mobilizaram parcela da população para a realização de manifestações que culminaram em apoio popular a um processo oficial de *impeachment* no ano seguinte.

Conforme já exposto na introdução, o objetivo desta pesquisa foi o de estudar impactos e efeitos dos eventos de junho de 2013 e seus desdobramentos na perspectiva das pessoas que não se identificam com a prática política institucional partidária, auto identificando-se como *combativos*, *independentes*, libertários e/ou anarquistas, e como essas pessoas concebem tanto o chamado Levante Popular de junho como suas continuidades e que mudanças esses movimentos trouxeram na forma de conceber e fazer política. Conforme descreverei mais adiante, esses sujeitos e grupos trazem em suas mobilizações não apenas uma crítica às gestões governamentais, mas ao sistema político-partidário como um todo. E embora essa seja uma pauta mais tipicamente de movimentos anarquistas, a crítica às eleições e mesmo ao Estado também parece ter peso para eles.

Nesse sentido, a pesquisa de campo junto a esses sujeitos apontou para um questionamento em relação ao que seria o foco das manifestações e das demandas dos manifestantes. Como exemplo podemos pensar no caso dos movimentos em torno da bandeira “Não Vai Ter Copa” que a primeira vista efetuam uma crítica pontual contrária aos megaeventos devido aos prejuízos para a parcela menos abastada da população (como as remoções urbanas e a falta de verba para educação e saúde, por exemplo) e reivindicam determinadas políticas públicas por parte do Estado mas que, ao mesmo tempo, criticam a própria existência do Estado e dos modos tradicionais da política.

Além das demandas, a forma de organização das manifestações de rua também tem uma peculiaridade que convém ressaltar. Após um processo de intensa criminalização<sup>29</sup> de movimentos sociais diversos e os confrontos com a polícia, a tática *black bloc* passou a ser popularizada e usada por muitos ativistas como forma de se protegerem de possível ação policial violenta e também para exercitar a *ação direta* sem serem identificados. Devido à grande repercussão e uso dessa tática, sua popularização também é um dos temas abordados na pesquisa aqui proposta.

29 Entende-se por criminalização o processo (midiático, jurídico ou policial) de imputar conotações e consequências referentes ao Direito Penal em ações coletivas previstas e permitidas pela Constituição. Discutirei esse conceito e suas implicações no capítulo 6.

Rosana Pinheiro-Machado entende que as manifestações que passaram a ocorrer desde junho de 2013 no Brasil têm caráter contestatório que vai além da negociação por direitos e que também por esse motivo foram mais reprimidas. Nas palavras da autora, “são manifestações de indignação, de revolta e que querem passar uma mensagem para o Brasil e para o mundo, mais do que negociar com o governo, por isso, tende-se a ter uma repressão ainda mais forte” (Pinheiro-Machado, 2014).

Pesquisadores que estudam as manifestações de junho também tendem a entendê-las a partir de diferentes classificações temporais. André Singer analisa os principais atos públicos realizados em São Paulo e considera que a ebulição inicial se deu na cidade de São Paulo nos dias 6, 10, 11 e 13 de junho e que essa primeira etapa dos protestos teve como características a pauta específica da redução do preço das passagens do transporte público e cujos principais protagonistas eram representantes da classe média (Singer, 2013). O MPL nesse primeiro momento foi o responsável pela chamada e pelo formato que ocorreram as manifestações. Devido à intensificação dos protestos, o governador paulista Geraldo Alckmin adotou como política determinar maior rigor para as manifestações do dia 13 de junho, que foram duramente reprimidas pela polícia, sendo que essa repressão teve grande repercussão (Idem). Para esse autor, foi o uso indiscriminado de força policial que fez com que grande parte do público passasse a prestar apoio e solidariedade, tornando possível que acontecesse a segunda fase do ciclo de protestos que diz respeito às manifestações que ocorreram do dia 17 ao dia 20 de junho e tiveram grande adesão da população que multiplicaram “por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas” (Singer, 2013, p. 25). São Paulo perde a centralidade nos protestos e esses passam a ocorrer com grande adesão também nas cidades nas quais estavam sendo realizados jogos da Copa das Confederações. Centenas de milhares de pessoas passam a ocupar as ruas das principais capitais brasileiras com uma grande variedade de pautas e linhas políticas e, dentre as pautas, “um pouco daquele ‘que se vayan todos’ argentino, de 2001 apareceu no ambiente (Idem). Com a intensificação dos protestos ocorreu também grande adesão a práticas de *ação direta* que passaram a ser caracterizadas como vandalismo pelas grandes mídias corporativas. Para esse mesmo autor, essas manifestações “adquirem certo sabor de sublevação popular” (idem) na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com Singer, com a grande adesão e intensidade dos protestos, a prefeitura de São Paulo – e posteriormente de outras cidades

– suspende os aumentos que supostamente deram origem aos protestos já no dia 19 de junho, mas no dia 20 ocorrem manifestações ainda maiores em várias cidades do país e a presidenta Dilma Rousseff propõe, então, um resgate da pauta da Reforma Política<sup>30</sup> como um diálogo mais eficaz com os manifestantes (Singer, 2013). A terceira e última etapa dos protestos, ainda de acordo com esse autor, ocorre do dia 21 de junho até o final do mês e é caracterizada pela fragmentação das mobilizações em termos de pautas (Singer, 2013).

Venturini entende que com os acontecimentos de junho de 2013 ocorre um ponto de ruptura na história dos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro e se inicia um ciclo de mobilizações mais amplo que se encerra em agosto de 2014, com o final das manifestações que criticavam a Copa do Mundo da FIFA (Venturini, 2016).

De acordo Giuseppe Cocco, o levante corresponderia aos acontecimentos que ocorreram entre os meses de junho a outubro de 2013. No mês de outubro, de acordo com esse autor, já não estariam mais presentes as contradições que marcavam as ruas em junho, se constituindo, assim, protestos de caráter essencialmente esquerdistas (Cocco, 2014).

Para Bringel, existiram dois ciclos de movimentos sociais com o advento da redemocratização. O primeiro deles ocorre no período dos anos 1970/1980, período no qual tem início a abertura democrática na sociedade brasileira, com o movimento de saída da ditadura. Para esse autor, o segundo tem início a partir dos anos 90 e tem como resultado a criação de um laço entre movimentos sociais e Estado através da ação através de Organizações Não Governamentais (ONGs), orçamentos participativos, trabalho de base de partidos esquerdistas, etc. Bringel coloca em questão se as manifestações de junho poderiam ser consideradas como o marco do fim de um ciclo político (Bringel, 2013) – coisa que apenas a história poderá dizer.

Também nesse sentido Pál Pelbart afirma que “ainda não temos como saber se o mês de junho foi uma explosão efêmera ou o início de um ciclo inaugural na política brasileira em ressonância com tantos outros que pipocaram pelo mundo afora” (Pál Pelbart, 2014). Ou, ainda, se não é nada disso. Mas não podemos negar que junho está aí com seus muitos significados a serem problematizados e (in)definidos.

30 Propostas que surgem a partir da década de 1990 em forma de projetos de leis (PLs) e propostas de emendas constitucionais (PECs) com objetivo de melhorar o sistema eleitoral e diminuir índices de corrupção.

Além das discussões mais clássicas sobre a natureza e dinâmica dos movimentos sociais, ativistas e pesquisadores têm discutido que os movimentos de junho falam de uma nova forma de mobilização social no Brasil e no mundo. Para Harvey, por exemplo, “[u]ma das coisas que temos de aceitar é que está emergindo um novo modo de fazer política. No presente, ainda é muito espontaneísta, efêmero, voluntarista, com alguma relutância a deixar-se institucionalizar” (Harvey, 2014).

David Harvey pensa as manifestações de junho como inseridas dentro do que se discute por “direito à cidade”: são protestos caracteristicamente urbanos que têm por demanda, de forma geral, um acesso mais democrático à cidade. Para Harvey, as cidades são desde sempre alvo de violência e de disputas uma vez que, mesmo que exista uma ideia de heterogeneidade que tente contemplar e incluir a diferença, essa não deixa de surgir como mote de conflitos.

Harvey afirma que as cidades são criadas e crescem de maneira alinear e desigual e que “os desenvolvimentos urbanos desiguais traçam o cenário para o conflito social” (Harvey, 2013, p. 29) no mundo todo desde que se começaram a se construir cidades, e que isso tem características tanto com potencial destrutivo quanto criativo, pois permite também que a cidade esteja a princípio aberta para ser construída igualitariamente por todos os que a habitam (Harvey, 2013). Os conflitos que têm como palco a questão urbana, no entanto, são pautados por forças desiguais e conectados a interesses sociais, políticos e econômicos mais amplos. Na atual conjuntura e para o objetivo desta análise é interessante pensar em como os preceitos neoliberais afetam as crises urbanas. Entendendo que o direito à cidade não pode ser tomado como um direito simplesmente individual neoliberal, David Harvey aponta que é também contrário a tais interesses neoliberais que os movimentos sociais que reivindicam o direito à cidade se colocam.

Esse mesmo autor defende ainda que o direito à cidade não se restringe ao uso de uma cidade já pronta, mas ao direito de intervir ativamente em sua construção permanente. Essa discussão transcende a problemática da definição de quais direitos são legítimos e acaba por colocar em jogo a própria ideia de cidade. A cidade que é reclamada pelos movimentos sociais não é a mesma que é almejada pelos seus governantes e seus investidores: como quase tudo no capitalismo, também a cidade passa muitas vezes a ser vista como empresa ou mesmo como um conjunto de mercadorias. A lógica empresarial, quando empregada na esfera administrativa da cidade, passa a fazer as questões urbanas terem como foco a produção (lucro) e não o bem-estar da população e nesse sentido a decisão de ser sede de megaeventos é

uma decisão pautada pela lógica de investimento e lucro e não para garantir melhorias para a população em geral (Vainer, 2013). Sob essa lógica, as cidades funcionam como empresas, competem entre si e se passa a considerar cada vez mais a necessidade de uma flexibilidade e agilidade e de parcerias público-privado. Nesse cenário, de acordo com Brito e Oliveira, “num contexto de empresariamento urbano, as lutas territoriais não só ampliam como ressignificam as suas perspectivas: cidade não é só o palco das lutas, mas é também aquilo pelo que se luta” (Brito e Oliveira, 2013, p.69).

Se são os confrontos urbanos os maiores responsáveis para fazer valer as liberdades e os direitos, logo, eles não são dados, mas conquistados. Nesse sentido, “[o] direito à cidade não é um presente. Ele tem de ser tomado pelo movimento político” (Harvey, 2013, p. 32), as lutas fazem parte essencial do que se entende o direito. O direito à cidade surge com as lutas e elas têm o direito (e a necessidade) de existir. Mas como pensar isso em um contexto em que são instituídas leis que tendem a criminalizar as ações dos movimentos sociais, quando quase 2 bilhões são gastos em segurança pública para a Copa (Cazajeira, 2014), quando militantes são presos e perseguidos e quando tantas pessoas foram e continuam sendo feridas e mesmo mortas?

Outro aspecto que precisa ser problematizado diz respeito ao que ficou conhecido como a “Lei Geral da Copa”, medidas relativas à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa.<sup>31</sup> Essa lei altera leis e medidas anteriormente previstas na Constituição brasileira no que diz respeito a questões como liberdade de expressão e liberdade de manifestação, por exemplo. Depois das Jornadas de Junho, algumas leis que previam proibição de máscaras e mesmo a realização de aglomerações foram redigidas e aprovadas em alguns estados como medida de combate a possíveis ações “terroristas” (Martins, 2013).<sup>32</sup>

31 Ver:

<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=107941&tp=1>.

32 “A partir da proliferação dos protestos no Brasil em junho, além das legislações que já são historicamente aplicadas para restringir a liberdade de expressão, novas leis têm surgido, como forma de repelir e gerar receio naqueles que queiram ocupar os espaços públicos para apresentar as suas demandas. A esse respeito, é possível citar diversas leis e decretos estaduais que criminalizam o uso de máscaras em protestos e o fechamento de vias públicas, muito por conta do comprometimento com a FIFA de que as vias públicas não poderão ser interrompidas durante a Copa do Mundo, e das restrições à liberdade de expressão previstas na Lei Geral da Copa” (Martins et al, 2013).

Às vésperas da realização das Olimpíadas, com sede no Rio de Janeiro, o governo brasileiro se incumbiu de criar uma lei específica antiterrorismo com objetivo de aprimorar investigações e defesas contra possíveis ataques terroristas durante a realização do megaevento, de repercussão mundial.<sup>33</sup> A implicação dessas leis no que se refere a temática do presente trabalho será melhor discutida no capítulo 6, ao discutir as formas de repressão e criminalização de movimentos, mas por ora cabe ao menos levantar que houve muitas controvérsias no Congresso Nacional sobre os movimentos sociais poderem ou não serem um parágrafo dessa nova lei. Em um mundo ainda marcado pela década da Guerra ao Terror de Bush e que presenciou a realização de atrocidades em nome do combate ao terrorismo, qualquer proximidade com a ideia de *terrorismo* é bastante significativa. Há anos que discussões são realizadas sobre a questão de uma grande criminalização dos movimentos sociais no país, mas as questões atuais podem ser consideradas as mais severas desde a redemocratização.

Martins *et al* discute como existe atualmente no Brasil uma “lacuna jurídica” quanto ao direito de protesto e que essa lacuna se tornou maior na ocasião dos preparativos para realização da Copa do Mundo. Como exemplo, cita a ausência de legislação que regulamente a utilização do uso da força policial durante os protestos sociais (de acordo com os padrões internacionais), fator esse que dá margem à aplicação das mais diversas leis para as situações particulares que ocorrem durante os protestos (Martins *et al*, 2014).

Desde o final do período de ditadura brasileira houve grande proliferação de movimentos sociais e sindicais e de alguns anos para cá as manifestações de rua se tornaram o modo pelo qual muitos sujeitos e movimentos tentam chamar a atenção para seus direitos. Muito se tem discutido que, mesmo que previstos na Constituição de 1988, a grande maioria dos movimentos e mobilizações de rua são marcados por dura repressão do Estado (Martins *et al*, 2013), e essa é uma discussão também central nesta pesquisa.

A questão da repressão policial e jurídica está bastante presente nos desdobramentos dos movimentos de junho de 2013. No Rio de Janeiro, cerca de 200 manifestantes foram presos durante a ocupação de uma praça pública em outubro e vários passaram alguns dias em um sistema penitenciário de segurança máxima na capital. Durante a Copa

33 A adoção dessa lei ocorreu em função de pressões por parte do comitê organizador olímpico.

do Mundo de 2014, 28 mandatos de prisão foram expedidos a ativistas que participavam de manifestações, sendo que 19 desses ativistas ficaram presos entre 5 e 12 dias. Ao ler o inquérito e discutir as acusações, advogados da OAB entenderam que as acusações eram infundadas e denotavam uma arbitrariedade ou mesmo uma perseguição política (Consultor Jurídico, 2014).<sup>34</sup> Posteriormente, um desses ativistas ficou preso por mais de 7 meses e 23 dessas pessoas ainda respondem inquérito policial e não podem sair da comarca, além de sofrerem outras penas restritivas.

O caso mais grave, no entanto, é o de Rafael Braga, preso desde julho de 2013 tendo como única prova contra ele o porte de desinfetante. Desinfetante normal, desses que se vendem em supermercados para limpar a casa. Nenhuma alegação de agressão e nem mesmo de reação à prisão ilegal: apenas o porte de desinfetante como prova de suas intenções de crime. Digo: como única prova apresentável. O que movimentos sociais, principalmente aqueles relacionados às pautas negras, é que Rafael Braga foi e continua preso<sup>35</sup> por ser negro, pobre e morador de periferia e que cada qual desses três fatores são motivos suficientes para prisão no Brasil.

No que se refere às Jornadas de Junho, Rosana Pinheiro-Machado afirma que não há ainda um norte direcionador, categorias ou narrativas que deem conta de explicar o que aconteceu e está acontecendo com os movimentos sociais brasileiros. Para ela, “qualquer explicação ainda é superficial. O campo da narrativa da história ainda terá muitas disputas discursivas” (Pinheiro-Machado, 2014). Nesse sentido, entendo que um dos desafios do presente projeto é procurar por significados que estão sendo negociados a cada momento em um campo de uma luta que é tanto política quanto subjetiva.

Além dos significados negociados pelos ativistas, convém ressaltar que há um grande esforço midiático e um grande esforço acadêmico/teórico para tentar dar conta dessas novas manifestações políticas, e também essas deverão integrar os esforços de análise. Tendo essas discussões em mente, o foco desta pesquisa está voltado para o

34 Além de arbitrárias, alguns procedimentos que constam no inquérito foram consideradas claramente ilegais, como escutas realizadas sem autorização inclusive para advogados. Ver: <http://www.oab.org.br/noticia/87561-oab-impede-a-tj-que-escutas-ilegais-sejam-retiradas-de-autos>.

35 Atualmente Rafael Braga segue em prisão domiciliar, após ter contraído tuberculose na prisão e ter sua saúde bastante comprometida. A prisão de Rafael Braga será discutida no capítulo 6.

estudo de manifestações e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro em junho de 2013 e seus desdobramentos posteriores, as possibilidades de novas configurações de ativismos políticos e como os sujeitos envolvidos nesse processo percebem e vivenciam suas experiências políticas nesse contexto, procurando pensar como suas experiências e críticas podem ser pensadas sob as lentes da antropologia política.

Imagem 01: ônibus incendiado fotografado através de vidraça quebrada de outro ônibus. Greve Geral, 28.04.2017



Foto: Ana Carolina Fernandes. Disponível em: <https://www.facebook.com/coletivomariachi/photos/a.281089355364256.1073741827.280853248721200/911183745688144/?type=3&theater>. Acesso em maio 2017



## Capítulo 2

### Ética, política e métodos

*Poder!*  
*Poder para o povo!*  
*E o poder do povo*  
*Vai fazer um mundo novo!*<sup>36</sup>

#### 2.1 Antropologia, Poder e Política

O que pode a antropologia com a política?<sup>37</sup>

Pensar sobre uma etnografia que tenha suas bases tão enfiçadas em movimentos políticos também coloca em evidência o aspecto político da antropologia. Mas, se considerarmos que a antropologia em si já é política, como gosto de pensar, qual a justificativa de estudar especificamente movimentos políticos? Quais contribuições a antropologia pode trazer a política e vice-versa? E como uma antropologia deve ser política?

Essas questões já foram pensadas e debatidas muitas vezes na história da disciplina. De modo geral, atentar para a politicidade dos nossos resultados e métodos é uma prática que sempre volta em questão. Ou, se não pela questão política, ao menos pela questão do poder. Em primeira e última análise, estamos lidando com pessoas, em suas vidas e contextos, e nossa relação com elas é sempre uma relação de atravessamento. E se esse atravessamento implica que enquanto pesquisadores somos acometidos, também implica uma posição de poder. Ao longo da história da disciplina, muitas vezes a antropologia foi pensada como uma forma de imposição de um poder mesmo que impensado que o antropólogo exerceria por sua função pesquisador enquanto instituição de saber dominante (L'Estoile, 2002; Ribeiro, 2006). E embora muitas das nossas intenções serem para com aqueles que pesquisamos, a inocência da nossa disciplina é por vezes questionada nas acusações de ímpetos e heranças coloniais, estatais ou institucionais.

Para L'Estoile, por exemplo, a ciência – e também a antropologia – enquanto “instância de racionalização e progresso por excelência, torna-se um elemento de legitimação essencial para o poder do estado” (L'Estoile, 2002, p. 65), fornecendo assim tanto recursos

36 Palavra de ordem

37 Inspirada no título do Colóquio do Núcleo de Antropologia do Contemporâneo (TRANSES/PPGAS), realizado em junho de 2017: *Sujeitos, Estado e Políticas Públicas: o que pode a antropologia em tempos de retrocessos?*

para racionalização dos instrumentos de controle como servindo para legitimar as práticas estatais. Seguindo uma linha de raciocínio parecida, Ribeiro argumenta que a antropologia euro americana esteve desde os seus primórdios a serviço dos Estados, seja diretamente na forma de serviço para os governos ou indiretamente, em um entendimento e uma relação colonial para com seus nativos (Ribeiro, 2006).

E, com essas críticas, voltam as questões: para quem deve ser a “lealdade” do antropólogo? Pode o Estado influenciar em nossa pesquisa quando nos financia? Como nossa pesquisa é permitida, como nossa pesquisa reverbera? Pode ser instrumento para além do saber, e por quem?

O rigor de códigos de ética que nos garantem a posição de defender nossos nativos (por vezes, de nós mesmos) não nos impede de cair em várias armadilhas sobre o uso do conhecimento produzido, por exemplo, ou de ver nossas pesquisas serem submetidas à aprovação de verbas por parte de instituições (Ribeiro, 2006). A relação antropologia/instituição é por vezes tão forte quanto nossas relações com os nativos.

Pensar questões de poder e política em antropologia tem outras implicações. Que há relações de poder que não passam pela política institucional (Clastres, 1982; Radcliff-Brown, 1970, entre outros) e que a política se exerce em inúmeros espaços não institucionais (Chaves, 2000; Goldman, 2004) não são argumentos novos. Nesse sentido, parto das discussões antropológicas para pensar em formas políticas que, ao contrário do que preconiza o senso comum ocidental, não são práticas restritas a poucos grupos institucionalizados. Dessa forma a antropologia nos fornece ferramentas para romper com esse senso comum também ao estar ao serviço de uma “descolonização do pensamento” (Viveiros de Castro, 2009). As manifestações mostram quando o político extravasa e passa a ser central em si, e não “apenas” aspecto de uma dada experiência, quando a margem toma o centro do debate política e as questões sociais antes corriqueiras passam a ser vistas sob o prisma do político. Já não é mais a cotidianidade da polícia abusando do poder nas favelas ou a agenda da corrupção do senado, mas nos efeitos sentidos no dia a dia, transformados em demandas e críticas e levados para as ruas aos berros. Existe um inimigo, ou vários, e eles estão mais ou menos localizáveis: os megaeventos, a bancada evangélica, a bancada ruralista e tudo quanto possa estar relacionado ao governo, tanto o que se mantém como a oposição. Inimigos nomeados, demandas esclarecidas; o político é o centro e pivô dos debates, causa e solução. Mas as dinâmicas que possibilitaram esse cenário, que consolidaram

essas ações, são mais implicadas, mais estreitas e talvez mais fugidias. E me interessa saber o que está à tona nesse debate tanto o que o mobiliza, o que o mantém, o que o aprisiona e o que ele pode esconder. São tempos políticos no Brasil, dizem, e sempre foram. Mas o que significa dizer isso agora? O que torna esse político atual tão nomeável?

Em outras palavras, entender, tal como propõe Zizek sobre o *Occupy*, que não caberia ao pesquisador postular respostas para essas manifestações, mas sim entendê-las como respostas a algo, ao que o papel do pesquisador seria tentar entender quais as questões que originaram esses movimentos (Zizek, 2012).

Wolf considera que a percepção dos arranjos de uma sociedade tornam-se mais visíveis quando eles são desafiados pela crise e entende que o papel do poder também se torna mais evidente nos casos em que grandes transformações organizacionais colocam a significação em situação de desafio uma vez que o poder não está localizado exterior à significação mas é intrínseco a essa (Wolf, 2003). Nesse sentido, as manifestações e os diversos conflitos que estamos vendo podem estar trazendo à tona aspectos não tão visíveis até então, e que podem trazer elementos interessantes a partir de uma perspectiva antropológica.

### *Por uma metodologia não cooptável*

Gostaria de, primeiramente, efetuar algumas considerações sobre uma politicidade na antropologia e como essa está em muito relacionada com nossas escolhas ético-metodológicas.

John Law fala do “pós método” tomando como ponto de partida que o uso de métodos não deveria descrever uma realidade dada de antemão, mas que a produz a medida que a representa. O problema dos métodos convencionais, para esse autor, é que esses tomam a realidade como única, exterior e alcançável a partir de um determinado rigor metodológico (Law, 2004).

Não se trata aqui de propor simplesmente quebrar com a ideia de um rigor ou pureza científicos que possibilitaria distinguir método (ciência) e política e que já foi discutido por diversos autores (Latour, 2000; Foucault, 1994). Também a ideia de não existir uma realidade, mas versões<sup>38</sup>, não é uma ideia nova na antropologia, mas talvez a

38 Por exemplo, ver: GOODMAN, Nelson. “The Way the World Is”. In: Problems and Projects. Indianapolis and New York: The Bobbs-Merrill Company, 1972.

importância da contribuição de Law seja pensar a politicidade em termos mais estritamente metodológicos e não apenas nos resultados da pesquisa. De maneira semelhante, Latour afirma que não há uma realidade social para além do modo de seguir por ela. Mas, se para Law trata-se de esboçar um método, o método latouriano é não seguir necessariamente um método (Latour, 2002).

John Law coloca como uma de suas questões centrais a possibilidade de pensar a produção de conhecimento sobre o mundo considerando que esse mundo é dinâmico, criativo e em constantes rearranjos. Law aponta que nossa ideia de método como forma de explicar a realidade é herança do século XIX e considera a importância de conceber o método para além disso, como forma de criar a realidade estudada. Nesse sentido, John Law também parece estender sua visão do método para uma possibilidade de pluralização de realidades (Law, 2004).

Além de chamar a atenção para os modos possíveis em ciências sociais, chama a atenção para a responsabilidade para a implicação política dos trabalhos realizados. Nesse sentido, aponta que um método nunca é meramente técnico: “The consequence is that method is not, and could never be, innocent or purely technical [...] Method, then, unavoidably produces not only truths and non-truths, realities and non-realities, presences and absences, but also arrangements with political implications.” (Law, p. 143).

Pensar as implicações políticas de nossos trabalhos é uma questão que frequentemente surge na antropologia, principalmente quando discutimos premissas metodológicas e éticas. Nesse sentido, pensar o próprio método antropológico como ação política pode nos possibilitar pensar nossas práticas de pesquisa a partir dessa perspectiva.

Um debate sobre politicidade no método antropológico, acredito, em muito se assemelha a uma discussão sobre ética. Desde a célebre denúncia realizada por Franz Boas sobre um uso da antropologia com fins de espionagem<sup>39</sup>, algumas práticas antropológicas não puderam mais passar livres de problematizações (Fleischer & Schuch, 2010). Somando-se a isso as muitas críticas sobre a relação da antropologia com a questão do colonialismo (Fabian, 1983; L’Estoile, 2002; entre outros), a dimensão ética se vincula a uma questão política que se

---

<sup>39</sup> Em 1919, Franz Boas envia ao jornal americano *The Nation* uma carta intitulada “Scientists as spies” na qual denunciava e criticava veementemente a participação de antropólogos norte-americanos na Primeira Guerra Mundial.

desdobra em problematizações sobre como vamos falar de nativos sem explorá-los, submetê-los, colonizá-los ou exaurir essa alteridade em nome da ciência que a nomeia.

E, em antropologia, “a ciência do outro”, pensar nisso tem algumas implicações sérias. Primeiro, porque nosso projeto inicial de compreensão da alteridade passa a ser pensado em termos de um compromisso para com esta. Muitas das questões metodológicas que surgem na pesquisa antropológica aparecem implicadas com a dimensão ética e refletem em uma busca por teorias cada vez mais refinadas e que nos permitam cada vez mais vislumbrar, talvez, o quanto estamos longe do nosso caminho, mas que nos direciona cada vez mais para uma responsabilização com as questões éticas tanto da disciplina como das alteridades pesquisadas.

Quando proponho problematizar o método antropológico e tomo como pressuposto que este deva ter implicações ético-políticas, não estou querendo afirmar o uso do recurso chamado “método antropológico” como uma espécie de escudo ético-político. Isso seria, no mínimo, uma trapaça baixa. Pensar que problematizações éticas estiveram presentes desde os primórdios da disciplina não nos garantiu nem garante uma situação confortável para falar desse “outro”, quando não nos movimenta exatamente em sentido contrário. Como apontam Langdon, Maluf e Tornquist, aplicar o “método etnográfico” não garante a resolução de nenhuma questão uma vez que não se trata de simplesmente aplicar um método no sentido de uma série de procedimentos, mas adotar uma postura reflexiva e crítica no que diz respeito à própria pesquisa (Langdon, Maluf e Tornquist, 2008).

Não basta, assim, atentar para a politicidade de nossas práticas e acreditar que exista um método que garanta um comprometimento ético, mas de sempre estar nos colocando, junto aos nossos nativos, em perspectivas.

John Law propõe pensar politicamente não apenas nossos resultados, mas os métodos e como produzi-los de maneira a não dissipar a alteridade nem sobrepô-la às nossas expectativas (Law, 2004). Essa leitura em particular me chamou a atenção por se encontrar indo ao encontro a algumas ansiedades que estava sentindo com esse momento inicial de minha pesquisa. Desde antes de minhas idas a campo tive um receio que também percebi como algo compartilhado por algumas pessoas com quem conversei, o que me levou a pensar em como elaborar um trabalho que não acabasse servindo como ferramenta colonizadora, que deixasse vir à tona algumas informações que seriam úteis para entender e mesmo ajudar, se possível, o tema estudado mas

sem produzir dados de nenhum tipo de mapeamento de movimento social, grupo ou pessoas.

Em tempos de prisões, repressões e nos quais discute-se tão seriamente como a lei antiterrorista tem aplicabilidade em grupos de militantes cujas ações e direitos estão garantidos pela atual constituição, a produção de qualquer dado sobre o assunto me pareceu muito incongruente com a ideia de respeito ao *nativo*, de modo que a pesquisa parecia não poder cumprir com as prerrogativas éticas que eu assumia como ideia, o que apontava uma inviabilidade para sua realização. Mas algumas conversas com militantes acabaram sendo animadoras, e como alguns ativistas se mostraram interessados em participar da pesquisa, passei a pensar em como levar a pesquisa a cabo de forma a não expor seus participantes, ainda sem certeza se iria concluí-la ou não. Passei, assim, a pensar estratégias que me possibilitassem respeitar o sigilo e que não produzissem mapeamentos de nenhuma forma – na tentativa de evitar efeitos colaterais, por assim dizer. Mas, mais importante do que construir uma relação de confiança com os nativos, me pareceu ser elementar pensar meios de não quebrar essas relações de confiança.

Um dos pontos mais básicos foi pensar meios de proteção das informações recebidas. Não apenas embaralhar nomes e gêneros, mas não divulgar nomes de movimentos, locais nem deixar transparecer relações de amizades. Pensar em militâncias anarquistas, tanto em sigilo, como nas formas de atuação espontaneístas e mesmo nas tendências a fragmentação como formas dos movimentos se “manterem” (em linhas de fuga e não em estratos) e sempre tendo como horizonte a questão: como fazer com que os dados levantados e mesmo as análises não sejam o contrário de tudo o que eles prezam?

Em suma, entendo que a antropologia é uma disciplina bastante política e que, assim, precisa se preocupar do início ao fim (o que inclui construção dos métodos, ética durante a pesquisa, resultados, etc.) com as questões políticas pertinentes não às próprias demandas e principalmente dos grupos estudados. Nesse sentido, não gostaria de pensar no “pós método” de Law como o fim da era do método, mas como um modo de pensar as implicações de uma metodologia que se coloque constantemente em xeque e que não se apresente desatrelada de preceitos ético-políticos.

Quando partimos do princípio de que nossa metodologia é política, assim como nossas pesquisas, a questão que surge é em relação ao grau de comprometimento que temos/ esperamos ter com o grupo e indivíduos que estão fazendo parte dos nossos estudos.

## 2.2 O lugar da antropóloga: motivações pessoais para a pesquisa, inserção no campo e outras especificidades do meu trabalho de campo

Sabemos que nosso trabalho de campo começa bem antes da chegada presencial em um dado local e com a proclamação, quase oficial, da célebre frase “oi, tudo bem? Eu sou antropóloga e estou aqui fazendo uma pesquisa...”. Nossa pesquisa começa no interesse pelo tema, na procura por autores, na seleção dos problemas e recortes, na formulação de perguntas e tem a ver, de certa forma, com o que nós somos, o que já estudamos e o que vislumbramos que deve ser uma pesquisa. Tendo isso em vista, acho importante entender um pouco como foi o processo que levou à pesquisa que originou esta tese.

Vou começar por um “prólogo” histórico. Pesquisei saúde mental por 6 anos, durante 4 anos da graduação (2 anos como bolsista CNPq) e durante os 2 anos do mestrado, em geral sob uma perspectiva de uma antropologia política, dos estudos de *biopolítica* e dos modos de subjetivação. Na graduação, meu foco era com pessoas (principalmente com mulheres) que receberam algum diagnóstico em saúde mental, principalmente os transtornos mais comuns de ansiedade e de humor. No mestrado, optei por uma visão complementar do assunto ao estudar “o lado de lá”, ou seja, como profissionais da saúde, principalmente psiquiatras e estudantes de psiquiatria, concebiam questões referentes a diagnósticos e tratamentos, tendo como foco o período de residência médica. Em um primeiro momento, escrevi um projeto pensando em dar continuidade a essa proposta de pesquisa continuada, dessa vez tendo por foco o que eu considereei ser uma disputa entre os defensores e os críticos da lei 10.216, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que prevê o fechamento dos hospitais psiquiátricos e investimentos em outras formas de atenção psicossocial.

Já no doutorado, passei a considerar que para dar conta da minha intenção de pesquisa seria mais proveitoso se eu estudasse essa temática da saúde mental e a questão relacionada à Reforma Psiquiátrica a partir da perspectiva dos movimentos sociais em saúde mental, fechando, por assim dizer, uma tríade da temática: *usuários* do sistema público de saúde, profissionais e por fim os movimentos sociais, cada qual com uma perspectiva e uma experiência sobre as questões que dizem respeito às políticas de saúde mental no Brasil.

Paralelo a isso, eu vinha desenvolvendo há algum tempo certo interesse por outras áreas de pesquisa, como antropologia em zonas de conflitos e/ou em territórios autônomos e algumas linhas da *cyber*

antropologia, principalmente sobre forma de ação política e relações de anonimato em redes sociais.

Meu interesse por um tema que envolvesse algo como uma antropologia dos conflitos ou uma antropologia das insurgências sociais se intensificou durante a Primavera Árabe em 2011, que acompanhei via mídias e redes sociais. Na época tinha recém-finalizado minha graduação em Ciências Sociais e ia começar a cursar o mestrado, e a realização de uma etnografia em local tão distante era inviável por vários motivos. Paralelo a isso, desde uma viagem que fiz para o Rio de Janeiro em 2009 eu procurava acompanhar notícias e conversas sobre as implementações das UPPs na cidade e sobre as discussões sobre as modificações que estavam sendo realizadas para receber os megaeventos.

Quando explode o chamado Levante Popular de junho, passei a acompanhar notícias dos lugares distantes e participar das manifestações na cidade em que morava, Florianópolis. O mês de junho, por fim, acaba mas as manifestações continuaram em diversas cidades, com menor intensidade e repercussão social, mas com acontecimentos marcantes, principalmente em Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Rio de Janeiro. Ao continuar acompanhando essas mobilizações com crescente interesse, passei a conversar com minha orientadora, Dra. Sônia Weidner Maluf, sobre uma pesquisa nessa temática. No desenvolvimento do projeto de pesquisa previ inicialmente a realização da pesquisa de campo nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e cheguei, inclusive, a conversar com militantes de movimentos sociais dessas cidades para ver a viabilidade de uma pesquisa com eles. Mas logo ficou evidente que seria impossível aprofundar o trabalho de campo em mais de uma cidade. Optei por fim pelo Rio de Janeiro devido às continuidades nos movimentos de rua e ocupações durante todo o segundo semestre de 2013 e início de 2014, um período longo, no Brasil, para a continuidade de movimentos de insurgência.

Durante o tempo que antecedeu minha estadia presencial no Rio de Janeiro, fiz acompanhamento dos eventos que ocorriam na cidade através de mídias convencionais e principalmente alternativas/ativistas e através de algumas conversas via internet com conhecidos que moravam na cidade do Rio de Janeiro.

Minha primeira saída de campo ocorreu em novembro de 2013, quando pela primeira vez viajei para o Rio de Janeiro para verificar a viabilidade da pesquisa. Nessa ocasião, procurei ativistas para uma conversa franca sobre a possibilidade de realizar a pesquisa. Essas pessoas me colocaram em contato com outras pessoas que me

apresentaram outras, em um típico efeito *bola de neve*. Nos próximos meses consegui manter contato mesmo à distância.

Quanto mais falava da pesquisa para amigos, mais esses ajudavam com alguma informação, contato de alguém que morava no Rio de Janeiro ou mesmo com sugestão de literatura e *sites*, entre outras coisas. Essas ajudas informais foram essenciais para ir me colocando nos rumos que tomou, por fim, esta pesquisa.

De dezembro de 2013 a maio de 2014 continuei a acompanhar as novidades das ruas cariocas à distância. Conversava com pessoas, acompanhava perfis públicos de notícias no *facebook*, via as notícias. A essa altura já tinha decidido que o melhor momento para iniciar nova etapa da pesquisa de campo mais aprofundada seria durante a realização da Copa do Mundo de 2014, ocasião na qual muitos ativistas afirmavam que haveria atos públicos, greves e outras formas de demonstrar as insatisfações quanto à realização do evento, entendido por eles como um péssimo investimento do governo que investia em estruturas para o evento em detrimento de garantias de direitos da população, basicamente. Como esse é um ponto extenso, ainda voltaremos a ele algumas vezes.

Posso dizer que dividi meu trabalho de campo no Rio de Janeiro temporal e analiticamente em cinco partes, cada uma delas tendo também como diferencial a forma e intensidade da aproximação com diferentes grupos. A primeira parte foi realizada em poucos dias de novembro de 2013, como já referido, e a segunda parte foi minha ida ao Rio de Janeiro em maio de 2014. A terceira parte corresponde ao período de realização da Copa do Mundo de 2014, as prisões da Copa e as campanhas pela liberdade dos presos e campanhas que criticavam o processo de eleições institucionais, entre outras. A quarta parte se refere ao ano em que fixei residência na cidade, 2015, ano no qual, embora tenha conseguido imersão profunda em campo, também tive outras questões – família, vida, moradia, doenças e demais aspectos da vida que insistem em continuar com suas mesmas demandas sem levar em consideração se nós estamos em trabalho de campo, confecção de tese, etc. E a quinta parte diz respeito aos movimentos que surgem na cidade em 2016, como os movimentos de ocupação de escolas e universidades e vai até a discussão sobre os jogos olímpicos.

A seguir, realizo uma pequena resenha de cada um desses momentos da pesquisa de campo.

*Trabalho de campo, parte 1 de 5*

Em uma visita rápida à cidade (cerca de 5 dias), estabeleci contato com participantes das manifestações e militantes de movimentos sociais para conversar sobre a conjuntura política e a viabilidade de realizar a pesquisa. Tinha uma preocupação ética sobre realizar uma pesquisa com pessoas e movimentos que, senão criminalizados, estavam passíveis à criminalização e queria antes de mais nada ter uma conversa franca sobre a aceitação da pesquisa e pesar com eles seus riscos e benefícios. Como as pessoas contatadas foram bastante receptivas e de acordo com as questões éticas e metodológicas da proposta, segui a tarefa de finalização e defesa do projeto de pesquisa.

*Trabalho de campo, parte 2 de 5.*

Em maio de 2014 voltei à cidade com a intenção de passar alguns dias e estabelecer mais contato com as pessoas e preparar minha ida a campo durante a Copa do Mundo. Conversei com pessoas que havia encontrado em novembro do ano anterior para conversas amigáveis, participação em eventos de caráter político, tomar uma cerveja, um almoço, dar uma volta pela cidade ou tomar um café. Nesses encontros falamos de manifestações, mas também de coisas da vida, relacionamentos, trabalho, problemas pessoais, etc. Uma menina, que tinha atuado como *black bloc* algumas vezes, me contou que estava deprimida desde o final do seu relacionamento que tinha tido um caráter abusivo, e conversamos durante dias sobre questões de gênero e movimentos sociais. Durante uma caminhada na chuva discutindo política com um desses conhecidos sofremos um assalto, em outra conversa com um amigo discutimos a questão de segurança envolvendo movimentos sociais e de como muitos manifestantes estavam com medo. E foi partir de conversas como essas que percebi que a parte mais significativa do trabalho de campo se daria através de conversas informais sobre as mobilizações, mas ao mesmo tempo seriam também essas conversas as que eu teria que trabalhar com mais cuidado em relação a questões de ética e segurança. Costumava dizer que 70% do meu trabalho de campo era “impúblicável” e que tinha que fazer certa mágica com os 30% que restaram. Por “impúblicável” não digo que se tratavam de conteúdo ou temas perigosos e que oferecessem riscos à população, mas que, se mal interpretados, poderiam colocar as pessoas participantes da pesquisa em risco. Questões pessoais e questões de segurança passaram a fazer parte integralmente de minhas dúvidas

metodológicas, principalmente em relação a pensar uma metodologia para a pesquisa que tivesse a ética como ponto de partida e de chegada, ou seja, que pautasse toda e qualquer relação da pesquisa.

É preciso dizer, quanto a isso, que longe de encarar a ética como um entrave de pesquisa, passei a concebê-la como uma aliada, um potencializador do trabalho de campo que me dava segurança para continuar a pesquisa e me desafiava a ser mais criativa, a pensar em aspectos não comuns aos interesses etnográficos usuais e na possibilidade de fazer uma antropologia sem esmiuçar o cotidiano particular das pessoas (o que poderia trazer elementos que as identificassem facilmente) mas transbordando esses espaços. As questões éticas, enfim, acabaram por me ajudar a desenvolver uma ótica diferenciada para lidar com a pesquisa e seus pormenores.

Durante essa ida a campo também aproveitei para conhecer mais pessoas e movimentos, ver estadia, combinar encontros quando estivesse de volta em junho e, de forma geral, ampliou bastante minha perspectiva acerca da atualidade dos movimentos na cidade. E foi também dessa vez que participei de minhas primeiras manifestações políticas na cidade. Vou falar um pouco delas.

### **Remoção de ocupação urbana**

Uma noite antes da minha chegada na cidade do Rio de Janeiro, uma sexta-feira, policiais militares, sob ordem da administração pública municipal, haviam efetuado a remoção de pessoas de um movimento de pessoas sem-teto, que ocuparam por meses um prédio abandonado na zona norte da cidade. Essa desocupação, de acordo com os relatos e imagens veiculadas pelas mídias, ocorreu de forma bastante truculenta e teve como resultado inúmeros feridos, adultos e crianças. Os ocupantes, sem local para ir, foram para a frente da prefeitura e passaram o final de semana ali, ao relento ou abrigados na passarela que conecta a calçada da prefeitura ao metrô.

Só consegui ir lá dois dias depois. Fiquei sabendo que os policiais mais uma vez os expulsavam e fui para lá o mais rápido que consegui. Era uma segunda-feira chuvosa e fria (mais fria do que o costume para um maio carioca) e cheguei lá pouco depois do meio dia. A primeira coisa que vi foi uma senhora com algumas crianças, todas enroladas em pequenas cobertas e com os rostos brancos – por conta do leite de magnésia utilizado para amenizar os efeitos do gás lacrimogênio disparado contra eles pela polícia. Olho em volta, quase todos estavam assim: rostos brancos e olhos lacrimejados e vermelhos. A polícia tinha

se retirado fazia pouco tempo e eles voltavam a se acomodar entre as escadas e o corredor da passarela. Disseram de alguém detido, levado pela polícia. Não conhecia absolutamente ninguém ali, mas não foi tão difícil começar algumas conversas ao longo do dia, mas a maior parte do tempo fiquei observando de longe. Algumas vezes havia movimentação na frente da prefeitura, quando alguém que tinha ido negociar voltava, outras vezes as pessoas paravam para ouvir uma ou outra pessoa do movimento de ocupação que tinha algo a dizer.

Conheci Anônimo quando essa, sentada no chão da passarela, fazia uma atividade recreativa de pintura com algumas crianças ao redor. As crianças pintavam e desenhavam em folhas brancas e ela conversava e cuidava delas. Após um tempo começamos a conversar e depois que me apresentei como pesquisadora perguntei se podia tirar uma foto não das crianças, mas apenas dos desenhos. Ela falou que sim e me encorajou a tirar foto também das crianças. Era a primeira vez que usava uma câmera fotográfica durante uma pesquisa de campo e não estava me sentindo nada a vontade, mesmo assim não resisti a tirar foto de um desenho particularmente simbólico: na folha branca, uma casinha desenhada e uma menina ao lado, feliz. Em cima, no lugar em que tradicionalmente estaria o sol nos desenhos infantis, tinha um A na bola, cor-de-rosa. Tirei aquilo que chamei “a foto da minha vida”: a menina sorrindo segurando feliz esse seu desenho. Infelizmente, uma hora depois fui assaltada do outro lado da pista, próxima à Central do Brasil e minha “foto do ano” se foi junto com a câmera que eu havia ganhado recentemente – bem como minha rápida vocação fotográfica, diga-se de passagem. Sem condições para adquirir novo equipamento, passei a contar apenas com fotos feitas por outras pessoas<sup>40</sup>.

Continuei acompanhando essa ocupação durante os poucos dias em que estive na cidade. Eles tiveram seu desfecho parcial com um *racha* (palavra que eu ouviria muitas vezes durante o trabalho de campo) entre as pessoas que aceitaram assinar um acordo com a prefeitura para entrar em uma lista do programa Minha Casa Minha Vida<sup>41</sup> e aqueles que se negaram por considerarem que era uma oferta mentirosa e que não contemplaria suas expectativas. Esses ocupantes foram expulsos da

40 O que acabou se mostrando interessante também uma vez que me ajudou a pensar melhor nas imagens das manifestações também como formas narrativas.

41 Programa governamental lançado em 2009 com objetivo de permitir acesso a casa própria por parcelas da população brasileira de baixa renda.

frente da delegacia e se instalaram, na medida do possível, embaixo de uma marquise no quarteirão vizinho<sup>42</sup>.

## **Manifestação nas ruas**

Cinco dias depois que cheguei na cidade participei do primeiro ato de rua carioca. Fiquei sabendo dessa manifestação através de duas pessoas que tinha conhecido recentemente. Apenas uma delas iria e combinamos de nos encontrar lá, mas ela me avisou que tiraria fotos e, por isso, circularia muito durante o ato, de modo que não poderia ficar muito tempo comigo. Falaram-me de um grupo de pessoas que se encontrariam antes no IFCS para fazer faixas e de lá iriam para a Candelária, local de concentração da manifestação. Fui com eles. Me apresentei como pesquisadora e fui bem recebida. Era um grupo de não mais que 15 pessoas, a maioria jovens, composto por alguns comunistas e anarquistas, e tive a impressão de serem, em maioria, *organizados*, isso é, vinculados a alguma organização política. Conversamos um pouco sobre perspectivas de manifestações, ajudei a pegar uma ou outra faixa e logo na saída do IFCS, um deles me incumbiu de carregar uma bandeira e me perguntou se não me importaria de carregá-la até encontrarmos com outros militantes que poderiam segurá-la, já que estavam todos cheios de coisas para levar.

Seguimos caminhando juntos até a Candelária, onde cerca de 300 pessoas já se agrupavam para o ato. Pelo menos dois grupos vestidos de preto já estavam *caracterizados*, ou seja, de máscaras e vestidos de forma a se proteger de serem identificados. Não pareceu ser um todo homogêneo e tampouco apenas uma soma de pequenos grupos, mas algo de certa maneira bem desenhado, com afinidades.

Ficamos ali um tempo e depois o ato enfim saiu, rumo à Central do Brasil. O itinerário já tão percorrido por esses militantes era inteiramente novo para mim, mas se reduzia à caminhada em uma rua reta, a Presidente Vargas, principal rua de acesso ao centro da cidade.

A faixa de abertura do ato era preta com tinta branca com os dizeres *Não Vai Ter Copa*, em alusão à realização da Copa do Mundo no

42 Posteriormente também foram expulsos dali e foram para a frente da Candelária, da qual foram novamente retirados pelas forças armadas do Estado. Depois disso, muitos deles foram para um grande acampamento provisório na zona oeste da cidade e lá permaneceram por pouco mais de um ano, quando ficaram novamente desabrigados e voltaram às ruas e eventuais ocupações urbanas. Alguns deles atualmente são moradores de rua.

Brasil (que ocorreria no mês seguinte). Pouco à frente da faixa de abertura uma linha de pessoas vestidas majoritariamente de preto, *caracterizadas*, andava de braços dados, um cordão *black bloc*. Atrás da faixa algumas outras pessoas e grupos *caracterizados*, cada qual com bandeiras de suas organizações, coletivos, frentes. Mais atrás pessoas com rosto limpo. As mídias circulavam pelo ato. Encontrei com um moço que tinha conhecido na ocupação e que também fazia pesquisa e conversamos um pouco. Conversei com algumas pessoas aleatórias, Anônimx por vezes me encontrava. A toda hora se ouviam *palavras de ordem* gritadas. Policiais andavam em grupos à frente e atrás do ato, a pé e em carros.

Quando perto da Central, o clima ficou mais tenso, as pessoas mais próximas. Durante as manifestações, a região da Central do Brasil é conhecida por usual tensão entre policiais e manifestantes, tensão essa geralmente associada também à proximidade do final dos atos e que pode se tornar em confronto a partir de qualquer ação disparadora: as vezes pelo simples trancamento das vias efetuado pelos ativistas, às vezes pela possibilidade de *catracaço*<sup>43</sup> ou ainda por provocações entre policiais e manifestantes.

Além disso, havia cerca de três meses que Santiago Andrade, cinegrafista da BAND, foi alvejado por um rojão durante um dos confrontos entre policiais e manifestantes e veio a óbito dias depois. Dois militantes foram presos acusados de homicídio culposo e houve intensa propaganda midiática criminalizando os protestos. A memória do evento recente ainda parecia bastante presente esse dia. Depois de algum tempo em trabalho de campo, alguns manifestantes me diriam que a morte do cinegrafista foi um divisor de águas e que marcou o fim de um ciclo de protestos – assim como a saída de diversos militantes das ruas que passaram a ter maior receio de serem criminalizados.

A chegada à estação da Central do Brasil, assim, carregava todo esse peso. Manifestantes começam a gritar “Uh! Uh! Uh! Uh!”, coro que antecede muitos confrontos e marca um posicionamento de resistência ou embate. Policiais de cassetete nas mãos, a tropa de choque posicionada para confronto, a manifestação avança.

De repente olhei em volta e não reconheci ninguém e me percebi em meio a um momento de tensão sozinha, com a cara limpa, sem equipamento de segurança, sem conhecer praticamente ninguém (já

43 Quando militantes fazem e incentivam as pessoas que voltam do trabalho a não pagarem as passagens de ônibus, trem e/ou metrô, pulando por cima das catracas de controle do acesso às plataformas.

que mesmo minha única conhecida ali era algo extremamente recente), sem saber me guiar nas ruas se precisasse correr e sem possibilidade de comunicação de emergência, já que estava sem celular pois havia sido assaltada dois dias antes. Acabou não havendo confronto, os manifestantes conversaram e decidiram apoiar o movimento das pessoas recentemente desocupadas da Oi-Telerj, de modo que a manifestação seguiu até o local em que essas estavam, próximo à prefeitura.

Quase chegando ao novo destino, uma menina *black bloc* estava brincando de sombra com um dos policiais da tropa de choque, que pareceu não se incomodar. Outros grupos vão à frente e há tensionamento quando os policiais não deixam os grupos se encontrarem, mas ainda assim não há confronto físico. Policiais ameaçam e esbravejam, manifestantes gritam as *palavras de ordem*. Aos poucos os grupos se juntam, conversam, pensam no que fazer. Algumas pessoas sugerem seguir com o ato, outras defendem terminá-lo, outras criticam o ato ter ido até os sem-teto se não havia intenção real de se juntar à resistência deles. Algumas pessoas começam a se organizar para fazer um sopão e passar a madrugada com os removidos. Os demais manifestantes começam a dispersar aos poucos e Anônimx e eu nos encontramos e vamos embora juntas, já que estávamos indo para o mesmo bairro.

No ônibus ela mostra algumas das imagens, conversamos sobre o ato, sobre junho de 2013, sobre as formas de organização política brasileira. Depois paramos em um bar próximo a onde eu estava hospedada e continuamos a conversa. Nossa outra amiga chega e discutimos militância no Rio, junho, manifestações contrárias aos grandes eventos e formas de organizações da cidade.

Já de volta, sozinha, encontro Anônimx, que me hospedava e ficamos na sala ainda falando sobre junho, ele conta suas experiências, seus confrontos, suas corridas. Ele vai dormir, fico escrevendo o diário até amanhecer o dia, a cabeça cheia de fatos, ideias, teorias, métodos, um esboço do projeto. E, principalmente, com algo muito bem claro: o trabalho de campo era viável, tinha importância, eu tinha a proposta de um método e de meios para fazê-los. A pesquisa aconteceria, enfim. Na verdade, já estava acontecendo.

*Trabalho de campo – Parte 3 de 5: “Não vai ter Copa”, “Não vai ter Voto”, prisões e protestos*

Em junho de 2014, depois de um mês que havia deixado o Rio de Janeiro, retornei à cidade. Cheguei no dia de estreia da Copa do

Mundo e bem a tempo de esbarrar, já pela manhã, com o primeiro ato que repudiava a realização do evento. Professores das redes municipal e estadual, em greve, protestavam pela Avenida Presidente Vargas. Alguns apanharam e outros foram detidos logo na hora do almoço. No final de tarde, em Copacabana, estava programado passar a abertura da Copa do Mundo em um enorme telão nas areias da praia e que contava com enorme infraestrutura. Para o mesmo horário estava marcada uma manifestação contrária aos gastos sociais da Copa do Mundo, ato esse que contou, ao seu final, com 5 helicópteros (da polícia e da imprensa) sobrevoando as ações. Naqueles dias, a possível ameaça dos grandes levantes e confrontos ainda estava bastante acesa, e as cerca de 2000 manifestantes em um dos locais com maior visibilidade no mundo no momento – país-sede da Copa do Mundo – consistia em considerável ameaça.

Nas semanas que se seguiram me dediquei a participar de reuniões, atos, assembleias, almoços, plenárias, conversas informais, mais atos e do que mais conseguisse participar. Conheci muitas pessoas nesses eventos e pude realizar cerca de dez entrevistas e combinar muitas outras, que achei melhor fazer depois que a Copa do Mundo acabasse, em parte por respeitar o tempo pessoal dos futuros entrevistados e em parte por entender que posteriormente teria maior maturidade com as questões do campo. Também acompanhei a greve dos professores – greve puxada pela mesma categoria que havia sido responsável pela mobilização de vários atos grandes na cidade em outubro do ano anterior, mas que nesse ano, embora contasse com bastante presença nas ruas, era de menor intensidade.

Cabe ressaltar mais uma vez que, embora essas reuniões e *atos* muitas vezes envolvessem pessoas com diferentes visões e práticas políticas, sempre priorizei no trabalho de campo a interlocução com pessoas que tivessem a perspectiva de não se vincularem a partidos políticos institucionais, priorizarem a *ação direta* em defesa da população e que assumiam uma postura política nesse sentido.

Eu já sabia muito antes de participar dos protestos, tanto através de experiências anteriores como a partir de relatos e imagens dos quais tive acesso, que presenciaria detenções, correrias, ações violentas e confrontos entre manifestantes e policiais. E por mais que já esperasse encontrar bastante truculência policial, não esperava ainda que tão intensa, aleatória e gratuita como presenciei.

A segunda manifestação de que participei durante a Copa do Mundo (minha terceira manifestação na cidade) foi na ocasião do primeiro jogo realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Estádio Mário

Filho, popularmente conhecido como Maracanã. A manifestação, marcada para começar em uma Praça próxima e rumar para o estádio, jamais cumpriu seu objetivo: depois de 15 minutos de caminhada, policiais barraram o avanço dos manifestantes que, indignados, cantavam

*Deixa passar a revolta popular!*

Desse encontro, seguiu-se a tentativa de mudar de percurso e seguimos por ruas menores e cercados pela polícia; comecei a tossir e a engasgar com o efeito do gás lacrimogêneo e dos sprays de pimenta liberados gradativamente no chão, como forma de intimidar e enfraquecer os manifestantes. Estava, muito ingenuamente, com uma máscara de pano muito simples e sem usar óculos de proteção e, diferente das pessoas ao meu redor “mais acostumadas” aos gases, tossi sem parar por muito tempo – para ser mais específica, minha tosse durou quase dois meses depois desse dia. Quando a polícia impediu novamente o avanço da manifestação, alguns manifestantes lançaram dois *coquetéis molotovs* que não causaram nenhum dano, apenas uma chuva de faíscas perto de uma fiação. Depois disso a polícia avançou com muito mais força. Corri seguindo as direções que um amigo, pouco antes, tinha me mostrado – a cada nova rua, aliás, ele me mostrava as possíveis fugas e percursos para chegar a locais mais seguros<sup>44</sup>. Manifestantes se dividiram em dois grandes grupos e, com o grupo que estava, vi que alguns manifestantes descontavam suas raivas através de pedras direcionadas a agências bancárias. A polícia, atrás, fazia com que os grupos se dividissem em grupos cada vez menores. Ao final, corri por uma rua menor, troquei de camiseta e fiquei em pé próxima a um ponto de ônibus. Ao lado, policiais armados revistavam alguns meninos aleatoriamente.

Os protestos que seguiram durante os próximos dias foram um pouco mais calmos que esses. Presenciei algumas detenções – em uma só manifestação, certo dia, vi nada menos que 5 pessoas serem detidas. Mas outro ponto que se tornou central para continuar pensando meu trabalho de campo se deu um dia antes do final da Copa do Mundo com a prisão de 19 manifestantes. Seguindo a lógica latouriana de seguir os atores, a pesquisa passou a seguir a repressão policial e as formas de respostas a ela como foco. Acompanhei de perto militantes, amigos e

44 Caso você chegue até aqui na leitura, saiba que te agradeço muito por me ajudar nesse momento tenso a desbravar as ruas da cidade!

familiares dos presos políticos durante e depois dos *habeas corpus* e muitas questões surgiram nessa época em relação à repressão de manifestantes então não mais apenas de caráter policial, mas também nas formas de repressões midiática, econômica e judicial.

Foram semanas intensas e com muitas novidades e a pesquisa de campo fluía surpreendentemente bem – eu sinceramente não esperava que desenvolvesse tanta proximidade em tão pouco tempo – até a época das prisões, quando comecei a desconfiar ainda mais sobre os eventuais benefícios de minha pesquisa. *Afetada* (no sentido mais deleuze-guattariano possível, como bem pontuou uma colega antropóloga que conheci durante esse período) pelas minúcias do campo, também senti o pavor das perseguições, medo dos grampos, indecisão sobre onde ir e onde não ir e principalmente passei a sentir muito medo de que minha presença em campo pudesse ser um fator de risco adicional a essas pessoas. Além disso, conhecendo o *modus operandi* de militantes de movimentos sociais e compartilhando com esses uma mesma análise de conjuntura básica do funcionamento do sistema de repressão, sabia que a minha recente aproximação também estaria, muito provavelmente, sendo vista como algo perigoso por algumas pessoas. Uma delas me disse isso abertamente sobre a natureza da pesquisa, mas eu também sabia que, dada a natureza política somada ao aumento da repressão, era provável que algumas das pessoas tivessem receio de eu ser uma possível infiltrada. Não recebi acusações diretas ou indiretas, mas já sabia desde antes da pesquisa que isso podia acontecer e, para ser honesta, aconteceu com menor intensidade do que eu previa. No ápice desses *afetos* minha paranoia era tamanha que eu mesma cheguei a duvidar se eu não acabava sendo também uma infiltrada, mas, no caso, ignorante desse aspecto dado pela natureza da pesquisa. “O Estado implodiu meu campo”, disse algumas vezes e por um momento a realização da pesquisa de campo me pareceu inviável, impraticável. Fim de jogo, vou embora. O que me tirou desse estado de paralisia foi uma conversa com um dos meninos que eu havia entrevistado. Quando lhe relatei um pouco do meu drama ele logo riu de um jeito provocador e me perguntou: “vai *arregar*<sup>45</sup> agora?” Bom, como dizem tanto esses militantes: não, “não tem arrego”. Em conversa posterior com minha orientadora, Sônia Maluf, ficou ainda mais claro que essa sensação de que meu campo havia sido implodido por conta da repressão e criminalização não era uma barreira para minha pesquisa, mas parte dela, e uma parte essencial, aliás. É engraçado como na antropologia

45 Entendido como recuar, desistir, se deixar vencer.

frequentemente pensamos que estamos prontos para as mudanças de percursos das pesquisas, mas demoramos tanto para percebê-las e mais ainda para aceitá-las. Minha pesquisa era em situações de risco, eu sabia. Mas esse risco não era algo periférico na pesquisa, ele deveria ser trabalhado como central nela, algo que permeia as ações, reações e que delimitou a maior parte das minhas relações em campo.

Para militantes, familiares e profissionais legais, as prisões foram consideradas inconstitucionais. A ideia de *inconstitucional* surge como uma forma de não apenas recorrer ao código de leis e remeter a uma crença infundada sobre esse, mas quase uma lembrança de que temos uma Constituição e que isso se opõe diretamente às leis arbitrárias, próprias de regimes ditatoriais. Como se a grande mensagem da Constituição Brasileira fosse de que essa surge para selar o fim da ditadura e garantir que as atrocidades cometidas por esse regime não voltariam jamais, que vivemos enfim em uma democracia.

Inconstitucional. Lembro que, quando criança, assisti uma reportagem – dessas que a família assiste meio sem assistir quando não acham nada melhor para ver ou fazer – que falava sobre a maior palavra do dicionário brasileiro, “inconstitucionalissimamente”, e eu a ficava repetindo para poder decorá-la, mesmo sem entender, talvez querendo saber essa grande palavra que, a meu ver, era proclamada com certa pompa. Poderia fazer uma pequena justificativa do meu interesse pela longa palavra também fazendo uma breve contextualização histórica, momento em que sabemos que temos uma nova Constituição, que buscava superar os anos de ditadura, e em que algo contrário a essa conquista histórica poderia ser algo vil e impensável para um cidadão que recém-havia adquirido sua liberdade. Com o passar dos anos, a palavra desceu do topo das maiores palavras ao mesmo tempo que seu significado perdeu um pouco do seu vigor. *Inconstitucional* atualmente é só mais uma parte do funcionamento normal da sociedade brasileira, afinal. Mas pensei muito sobre isso e em como essa dicotomia constitucional/ inconstitucional remete à outra, democracia/ditadura para nós, brasileiros, que saímos de uma ditadura há tão pouco tempo.

Nesse sentido, as prisões e detenções arbitrárias, quando chamadas de ilegais ou inconstitucionais, são também entendidas como ações de governos autoritários, seja em resquícios administrativos e vícios funcionais ou por uma questão estrutural através da qual a democracia seria uma ilusão ou, na melhor das hipóteses, uma promessa.

As narrativas das prisões são sempre chocantes: ouvi poucos relatos de torturas sofridas, mas nem tão poucos de torturas assistidas. A visão de homens recém-chegados na prisão sendo afogados por grupos

de policiais; assistir e ouvir espancamentos e xingamentos e presenciar negligências programadas (como falta de comida e exposição ao frio) foram algumas das ações relatadas. A maior parte das vezes, sofridas por pessoas negras e pobres – sem direitos. Difícil argumentar que vivemos em um regime democrático em vigor para essas pessoas, me diziam meus *nativos*.

Claro que essa suposta ditadura pode ser problematizada a partir de outras perspectivas e outros autores. Alguns autores já problematizaram uma dominação que existe nas sociedades que passam por outras formas de controle que não o formal legal/policial, mas em formas mais criativas e produtivas de conseguir obediência. Mas o que as pessoas com quem tenho conversado, esses meus *nativos*, têm falado, é que a ditadura jamais acabou nas favelas e periferias. Torturas e assassinatos nesses locais são uma constante, e as pessoas que têm uma perspectiva mais crítica e *combativa* e que convivem com essa realidade, direta ou indiretamente, acabam tendo uma sensibilidade maior sobre o funcionamento do regime. O que explicaria, ao menos em parte, porque tanta adesão à ideia de que não haveria como mudar a condição de vida das pessoas através de políticas representativas/eleitorais. Para os que estão com a vida na ponta do fuzil todos os dias, a democracia não é ao menos uma ilusão.

Voltei para o Rio de Janeiro em outubro e novembro desse ano e acompanhei ações como as campanhas que criticam as eleições e as reuniões e manifestações em apoio aos *presos políticos* ou *Presos da Copa*, como ficaram conhecidos os presos um dia antes da final da Copa do Mundo.

#### *Pesquisa de Campo – Parte 4 de 5*

Em 2015 passei a morar na cidade, com a intenção de ficar lá temporariamente para fazer trabalho de campo. Como a vida tem algumas questões pessoais que se desenvolvem para além das nossas pesquisas, acabei não conseguindo sair da cidade no tempo planejado<sup>46</sup>.

46 E como o âmbito pessoal é também político, um dos motivos de ter estendido minha permanência no Rio de Janeiro é não ter conseguido financiamento para fazer meu doutorado sanduíche mesmo após ter sido aceita pela universidade escolhida e estando dentro do meu cronograma previsto. O fato de não ter conseguido financiamento está relacionado a uma política de austeridade com cortes de verbas para gastos públicos, dentre eles a educação,

Em resposta a isso, avalio que tive uma permanência estendida no trabalho de campo, mais longa que o planejado, mas que ao mesmo tempo funcionou em fases, em altos e baixos. E se posso dizer que em 2015 o que esperava de um trabalho de campo teve muitos desses períodos de “baixa”, posso afirmar também que esses não estão desvinculados com certo declínio que os movimentos com os quais eu pesquisava passavam em termos de ações, visibilidade e impacto. Grupos desfeitos, perseguição política e muitos relatos de problemas ao lidar com a constante sombra de ansiedade e de depressão foram algumas das possíveis efeitos desse período, como muitas das pessoas insistiram em afirmar. Em outros momentos, a análise era de que, se 2013 foi um ano no qual as pautas esquerdistas estiveram mais fortes, 2015 teria sido o ano das pautas *coxinhas*,<sup>47</sup> ou seja, pautas que contemplam diretrizes da direita e na maior parte das vezes em sintonia com as elites brasileiras. Nessa conjuntura, estar nas ruas não era tão simples, mas, mesmo assim, a cidade contou com alguns atos memoráveis.

#### *Parte 5: #ocupatudo, #nãovaitertocha*

Se 2015 foi um ano mais calmo em relação às expectativas *combativas*, em 2016 as pessoas e grupos com os quais realizei esta pesquisa voltaram a falar mais animadas - mesmo com o primeiro semestre do ano tendo presenciado o espantoso processo de *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. No Rio de Janeiro, cerca de 70 escolas foram ocupadas por estudantes secundaristas, indígenas ocuparam por alguns dias o Museu do Índio, houve greve dos professores da rede estadual e de universidades públicas, greve de técnicos e estudantes de universidades e dias de paralisação geral que abrangeu diversos setores. Com a proximidade da realização dos jogos olímpicos, algumas palavras de ordem voltadas às Olimpíadas começaram a ser gritadas durante manifestações e escritas em muros da

---

que por sua vez faz parte de programas políticos específicos e suas eventuais crises.

47 Termo que ficou popular a partir de 2013 para denominar pessoas e grupos políticos de esquerda contrários as práticas de ação direta. Inicialmente o termo “coxinha” foi utilizado pela esquerda apartidária para denominar a esquerda governista, mas essa segunda ressignificou o termo em questão que passou a ser atribuído aos manifestantes de direita. O termo passou a ser sinônimo de diretista, nacionalista ou mesmo uma pessoa despreparada politicamente e que defende pautas sem maior conhecimento dessas.

cidade, houve aumento da repressão policial e as ações por parte de manifestantes voltaram a ter caráter mais radicalizado. Passaram a ocorrer mais confrontos entre manifestantes e policiais e ações diretas de destruição contra os símbolos do capital voltaram a ser mais frequentes, embora com menor frequência e intensidade do que ocorria na cidade a partir de junho no ano de 2013.

A suposta calma de um ano não é vista como um *recuo* ideológico pelas pessoas que participaram da pesquisa, mas como uma pausa em um processo em andamento que modificou muito da forma de conceber e fazer política na cidade após os eventos de 2013. Ao final do ano de 2016 e meados de 2017, com o aumento dos efeitos da crise sobre a população e com as constantes decepções com os políticos eleitos e seus esquemas de fraudes e golpes, parte da população se mostra ainda mais descrente do sistema eleitoral. Em 2016 acontece um retorno ao uso da tática *black bloc* mas essa aparece como uma tática mais pontual e não de uso generalizado como foi em 2013. De acordo com as perspectivas das pessoas com quem realizei esta pesquisa, as crises na política institucional e na economia aumentaram as vozes e, por vezes, previam um retorno ao ano de 2013. Mas 2013 não voltou. Um dos motivos, a meu ver, é que ele ainda não acabou de todo, não se esgotou ou finalizou seu ciclo.

### **2.3 Questões de ética e método em antropologia**

A antropologia se caracteriza muito por um constante repensar de si mesma e de seus conceitos. O encontro com o outro raramente é indiferente para nós enquanto pesquisadores, e isso se reflete no desenvolvimento da disciplina. Ao longo dos anos, vemos na antropologia a quebra da barreira que dividia dicotomias estruturantes do nosso trabalho, como natureza e cultura, cultura e sociedade e, o que mais me interessa aqui, sujeito e objeto, fenômeno que alguns autores têm apontado como “repovoamento da disciplina” principalmente trazido por Ingold (2012), mas também por Latour (2002) e Viveiros de Castro (2009).

Dentre esses autores, Latour traz uma discussão que é mais adequado ao que estou propondo. Fazendo corpo junto a uma série de teorias que visam ultrapassar as limitações causadas pelos chamados “grandes divisores”, Latour vai procurar substituir a clássica dicotomia sujeito/objeto para o par humano/não-humano e vai pensar as mediações e transformações que se passa ao entender as redes múltiplas como

compostas não por pares dicotômicos causais, mas por um sem fim de relações que implicam mais relações (Latour, 2001).

O par humano/não-humano permite a Latour pensar em algumas quebras significativas das concepções modernas. Primeiro, que não existe uma relação dual entre atividade e passividade, mas posições ativas que são multiplicadas pelos agentes envolvidos. Segundo, que humanos e não humanos não formam uma dicotomia em contraste, mas posições de mediação e que, assim, não se trata de pensar em uma realidade exterior e uma mente interior, mas nas mediações: não uma natureza governada por leis impessoais e nem nossa concepção sobre essa. O par humano/ não humano permite entender essas mediações para além das dicotomias e pensar natureza e mundo a partir de uma historicidade (Latour, 2011).

Latour propõe, assim, pensar em “redes sociotécnicas” trazendo a questão de como realizar uma descrição de modo que um ator não se sobreponha a outro, ou seja, que os atores sejam descritos como aparecem nos fluxos e de acordo com suas agências, sejam esses atores humanos ou não-humanos. Esse autor concebe a análise das redes sociotécnicas para além da simples ideia de construção social, separando “camadas semânticas” e construindo uma “genealogia das associações” (Latour, 2001).

Nesse sentido, a proposta de “seguir os atores” é válida tanto para os humanos como os não-humanos. No que diz respeito a presente tese, não se trata de propor uma etnografia apenas dos sujeitos militantes, mas de pensar relação entre esses sujeitos, as militâncias, as repressões, os megaeventos, o uso à cidade e as muitas controvérsias que perpassam esses fatores.

Quando os manifestantes argumentam coisas como “o problema não é a copa, é o modelo de cidade que está sendo posto” (Cajazeira, 2014), eles trazem para o debate muito mais do que demandas específicas de moradia, transporte e saúde, e vão além também da crítica dos megaeventos e da ação violenta policial. Muito do que está sendo colocado em questão se trata do “modelo de cidade” que está sendo imposto a uma população que é sempre prejudicada e já não está mais disposta a arcar com esses prejuízos. E entender como essas críticas e dinâmicas estão acontecendo agora é entender um mundo diferente do que estamos vivendo no dia a dia e que deve impactar mais ainda o que será pensado depois dos megaeventos e que causa impactos consideráveis desde a política institucional até a concepção mais imediata de cidade.

*Sobre a abordagem, aproximação e limites*

“Olá, tudo bem? Meu nome é Marina, eu sou antropóloga e estou fazendo uma pesquisa com pessoas envolvidas engajadas politicamente...” A pessoa ao lado conversa com outra pessoa, que, tendo ouvido apenas parte do que eu disse, imediatamente pergunta:

“O quê?”

“Então, meu nome é Marina e eu sou antropóloga, estou aqui no Rio fazendo uma pesquisa com pessoas que atuam politicamente e estava aqui falando com seu amigo sobre isso, se você tiver interesse...”

E isso se repetiu várias e várias vezes: a cada pessoa que conhecia, repetia a mesma frase. Senti-me muitas vezes algo como um papagaio que sempre dizia a mesma coisa ao conhecer qualquer pessoa, recitando um cartão de visita verbal que dizia a todos quem eu era e porque estava ali e que quase trazia a tarja “cuidado”, como se o fato de ser pesquisadora pudesse ser considerado algo ruim para as pessoas com as quais eu conversava, que tivesse um caráter investigativo que pudesse expô-los a riscos. E algumas pessoas realmente me encararam dessa forma. Mesmo assim, acho que consegui fazer um trabalho de campo bastante completo. O ponto central que me guiava era que as pessoas precisavam saber quem eu era e o motivo de estar ali, o entendimento de que essas tinham o direito de escolher fazer ou não parte da pesquisa. Mas frequentemente me sentia como se exalando um perigo tóxico, como se a pesquisa fosse algo potencialmente prejudicial apenas.

Eu posso dizer que apesar de todo meu medo e cuidado (ou talvez justamente por isso) eu fui muito bem recebida pelas pessoas e com algumas dessas desenvolvemos relações de amizade. Mas a grande maioria das pessoas que conhecia já no começo falava comigo animada. Algumas meninas e meninos mais novos contavam orgulhosos suas proezas *black bloc*, de vidros quebrados e histórias de grandes confrontos e amizades. Pessoas mais velhas discutiam teoricamente comigo, me chamavam para as mesas de bares para continuar as conversas, me explicavam os detalhes que me passavam perdidos nas reuniões. Pessoas aleatórias me puxavam para a frente dos atos, algumas seguravam minhas mãos antes de sairmos correndo, outras procuravam me proteger de eventuais machucados ou detenção: tanto pessoas que me são até hoje desconhecidas, aquelas que vi apenas em um único dia como outras que convivi por mais tempo se mostraram tão atenciosas e interessadas na pesquisa que me motivou e me deu certa segurança para continuar a pesquisa.

A intensificação da minha percepção da repressão me deixou não apenas cuidadosa, mas com medo de prejudicar quem quer que fosse. Ainda hoje, escrevendo, luto para não pensar apenas nos riscos da pesquisa, mas acabou que escutei tanto dessas pessoas com quem conversei que minha pesquisa era importante e que contar essas histórias seria de grande ajuda, que passei a aceitar e superar a fase nebulosa de achar que meu trabalho seria apenas um potencial colonizador teórico e praticamente. Essa fase superada, percebi que podemos – e devemos – estar sempre além disso.

Depois dessa introdução feita, eu mesma apresentava meus receios. Não queria de maneira alguma sentir que estava extrapolando, usando de algum lugar de autoridade para conseguir informações ou me aproveitando das relações que estabelecia. Não queria apenas as informações para confeccionar um trabalho distante e não queria que me vissem assim: como antropóloga em campo, eu queria as relações, as intensidades e que as motivações de luta dessas pessoas passassem por mim e que fossem também as minhas. Ou seja: depois de fazer questão de me apresentar e pontuar possíveis riscos e cuidados que eu tinha com a pesquisa, minha terceira preocupação ético metodológica foi estabelecer uma relação autêntica com todos que me foi possível. Não estranhei, assim, que alguns laços de amizade e confiança foram formados, mas também não me senti triste quando esses não aconteceram: a maior parte das relações que estabeleci foram relações de respeito, e ter ou não um laço de amizade não foi nunca uma prioridade ou mesmo questão de pesquisa.

Nesse sentido, preciso considerar o que discutimos nas ciências humanas sobre a necessidade e o modo de retorno da pesquisa: durante todo o processo de pesquisa eu soube que esse teria que ser dado *a priori*, como condição mesma para a realização do trabalho de campo. A partir do momento que um pesquisador se propõe tecer uma relação ética? Com quem constrói sua pesquisa, o retorno não deve ser pensado como algo a ser realizado depois através da entrega do texto, mas na ajuda e participação cotidiana da vida e atividades que dizem respeito a essas pessoas. Claro que, cabe dizer, essas partes foram as mais fáceis para mim. Ao escolher como objeto de pesquisa algo próximo às minhas próprias convicções, o distanciamento foi um problema maior do que a aproximação. Mas tentei ir além disso, tentar entender através das desavenças e das situações de risco.

A parte mais complicada foi quando comecei a ter que escolher não “recolher” dados de pesquisa. Claro que nosso campo não é literal e não estava fazendo nenhuma colheita para poder decidir onde colocar ou

não meus olhos e atenção, mas decidi que algumas coisas vistas ou ouvidas não deveriam sequer constar nos diários pessoais. Atividades potencialmente perigosas, como detalhes do momento exato do lançamento de um coquetel *molotov* ou mesmo aparentemente simples, como delinear o modo de processo de decisões, todas elas passaram por uma peneira: a tal perspectiva mais crítica já na colheita de dados que me referi acima. E isso começou a ocorrer em situações que me colocariam em posição de “saber mais” do que eu deveria problematizar. Assim, mantive distância de linhas de frente que pudesse eventualmente reconhecer um ou outro olhar que fizesse alguma ação ilegal, em entrevistas jamais perguntei sobre *ações diretas* realizadas por quem quer que fosse e me mantive tanto quanto possível distante de conversas que pudessem tocar em assuntos mais delicados. E, dos assuntos que acabei sabendo acidentalmente, jamais os relatei ou considerei para a análise.

Tal escolha não prejudica de forma alguma a forma e resultado das análises da presente tese, mas servem antes como um direcionador. Se qualquer coisa da escrita pode prejudicar uma das pessoas com quem faço a pesquisa ela não tem o potencial de ser uma escrita verdadeiramente antropológica – e acredito nisso quase como um princípio ontológico, como uma essência da disciplina. Ou o trabalho antropológico teria essa implicação e condição mais política ou ele não aconteceria: um outro trabalho não seria uma opção, essa seria a única forma que me permiti ser possível fazer essa etnografia. Ao contrário de pensar a segurança daqueles meus interlocutores como impedimento para a realização da escrita, também a questão da segurança foi ao final um possibilitador. Uma condição para a escrita que não acontecia *apesar de* aspectos de segurança, mas só a partir desses.

Cada uma dessas medidas e posturas, a meu ver, me deram um pouco mais de confiança e me ajudaram a amadurecer os pontos que precisava pensar para a pesquisa e quais poderia prejudicá-la e também foram uma forma de ganhar confiança das pessoas com quem realizei essa pesquisa. Fui sempre muito sincera quanto às minhas percepções e receios e em nenhum momento tentei convencer alguma pessoa que ela seria beneficiada ao participar. Realizei ao todo 35 entrevistas com auxílio de gravador e por questões de segurança todas elas foram salvas com a tecnologia de criptografia e apenas escutadas e transcritas por mim. Essas entrevistas aconteceram em diferentes locais: uma escadaria no bairro da Lapa, cafeterias, livrarias, minha casa, casa das pessoas, universidades e centro culturais. Algumas com pessoas que tive mais proximidade, outras com pessoas que nunca mais vi. Todas elas foram

abertas. Eu apenas explicava inicialmente minha proposta de pesquisa, falava basicamente do meu projeto e do porquê estar ali e pedia para falarem do que tivessem mais vontade e que eu faria perguntas eventuais ao longo dos relatos, de modo que alguns dos relatos tiveram característica de conversas. As perguntas que realizava tinha a ver com dúvidas e com pontos que me chamaram atenção das falas e não tinha necessariamente ligação direta com os problemas de pesquisa – às vezes, serviam apenas para satisfazer a curiosidade mesmo. A entrevista mais curta durou 40 minutos e a mais longa 3 horas e 40 minutos, mas no geral elas duravam em média 2 horas.

Recebi também alguns relatos escritos sobre alguns eventos ou temas da pesquisa e estive presente em muitas reuniões, plenárias, assembleias e manifestações com diferentes objetivos e pautas, e tomei muitas notas sobre falas, propostas, etc., que foram devidamente registradas no diário de campo e foram fundamentais para as análises que trago aqui.

Devido ao caráter público e midiático de muitos elementos presentes no cotidiano da pesquisa de campo também acabei incorporando na análise reportagens de mídias independentes e convencionais das formas escrita e audiovisual.

Além desses registros, tive inúmeras conversas pessoais informais com uma ou mais pessoas em diversos locais: casas onde moravam, minha casa, praças, restaurantes, universidades, ônibus, metrô, esperando algum evento, durante as manifestações, táxis, etc. E sobre diversos assuntos: análises de conjuntura política, repressão judiciária e/ou policial, conflitos entre movimentos sociais diferentes, questões pessoais e muitos outros. Alguns deles não constam no registro metódico do diário e algumas dessas conversas podem muito bem terem sido esquecidas, mas foi a partir principalmente delas que comecei a compartilhar do universo de significados dessas pessoas com quem convivi esse tempo.

Ao lidar com os dados e principalmente com os relatos transcritos optei por fazer uma variação do que Cláudia Fonseca entende por “embaralhamento”, um recurso metodológico de fragmentar entrevistas em trechos e atribuir a esses heterônimos diferentes de forma a não possibilitar que se identifique determinado sujeito de pesquisa a partir de suas narrativas (Fonseca, 2007). Nesta tese optei por uma variável de identificar todo e qualquer relato como autoria de “Anônimx” de forma a não traçar possíveis perfis que poderiam prejudicar as pessoas desta pesquisa e fazendo a redação do texto de acordo com as prerrogativas éticas e políticas discutidas acima. Mas além disso, a ideia

desse anonimato das pessoas por trás dos relatos pode também ser entendida como uma máscara utilizada em um protesto e que, enquanto tal, tem dupla finalidade: a proteção da individualidade da pessoa por questões de segurança e a afirmação da possibilidade da existência de uma política que leva a horizontalidade no sentido mais radical, ao ponto de não esperar da ação política nenhuma forma de representação, nem mesmo um nome, e entender desse anonimato um dos seus maiores potencial político.

O diário de campo, redigido quase compulsivamente nos primeiros três momentos de atividade de campo, foi um pouco menos intenso quando passei a fixar residência na cidade, às vezes por questões bem práticas: passar semanas procurando onde morar ou indo a médicos, por exemplo, eram atividades que não tinham nada a ver com o que eu precisava fazer e me eram extremamente enfadonhas. E mesmo minha participação nas reuniões e atos políticos foram reduzidas, em partes porque elas mesmo passaram a ocorrer de maneira diferente a partir de 2015. Mas há uma grande diferença ao olhar meu diário de quando fiz as primeiras idas e de quando passei a fixar residência. No começo, quando tudo era muito novo, detalhava cada pequeno acontecimento, ânimo esse que por vezes perdi durante o ano de 2015 mas que voltou, coincidentemente ou não (provavelmente não), com as novas atuações políticas de 2016.

Ao todo, tenho para análise pouco mais que 400 páginas de diário digitadas de diário de campo, cerca de 80 horas de entrevistas gravadas e transcritas, mais de 300 notícias de mídias diversas e dados jurídicos que envolve o processo dos 23 “presos da copa”, estando entre eles áudios, vídeos, inquérito, adendos, etc. Obviamente que não tenho a pretensão de esgotar todos os dados recolhidos e espero ter tempo em momentos futuros para tratar os pontos que não vieram a compor a tese, como não haveria deixar de ser. Acho que o maior desafio de uma escrita é deixar alguns dados de lado, mas acredito que também essa escolha é parte do processo de amadurecimento do tema.

As pessoas que participaram desta pesquisa constituem um grupo bastante heterogêneo: conversei com pessoas na faixa etária de 16 à 70 anos; mulheres, homens e outras formas de gênero; brancas, índias, orientais e negras, brasileiras ou não; estudantes secundaristas e estudantes universitários, cotistas ou não, de universidades públicas e privadas; estudantes e professores cursando pré-vestibulares populares, autogeridos ou não; trabalhadores formais, trabalhadores informais e desempregados; escolaridade variável entre Ensino Fundamental e pessoas com Pós-Graduação; moradores de periferias, de favelas, de

bairros de classe média e moradores de rua; politicamente organizados em grupos ou *independentes*; com rostos desconhecidos, mascarados ou não. Aqui a impossibilidade de se traçar um perfil é, além de desejável por questões de segurança, também um fator para análise: quase todos os setores da sociedade foram contemplados. Como diz Agamben, “nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem comum” (Agamben, 2005, p. 16) para os poderes dominantes. Os revoltados estão por toda parte.

### *O tal retorno*

Discutimos muito, na academia, sobre a questão do retorno à comunidade ou grupo estudado – e, mesmo assim, ousou dizer que não discutimos o bastante. Há um sem fim de relatos que acusam nós, pesquisadores, de não voltar ao campo para “devolver” os resultados da pesquisa. Por esses dias em que escrevo esse parágrafo, sei de, pelo menos, dois grupos de estudos sobre a questão das pesquisas em favelas e a existência e qualidade do retorno a essas, por exemplo.

Por vezes isso que damos em troca – nosso conhecimento em forma de texto acadêmico – é ainda muito pouco para o grupo estudado. Acaba sendo comum que, infelizmente, sejamos nós, os acadêmicos, os maiores beneficiados com nossas próprias produções. Há muita discussão e não vou me estender demais aqui, mas me é bastante óbvio que há abismos entre os conhecimentos produzidos e como esses podem – deveriam, devem – ser voltado aos interesses dos pesquisados, que lhes sejam algo útil na prática e não apenas em uma análise distante.

Esta tese surge também com tal preocupação e me coloquei no desafio de pensar qual o melhor modelo e método de realmente contribuir para com os grupos e pessoas com quem pesquisei junto, tanto a partir da literatura como a partir de experiências próprias que adequassem à ética do pesquisador à ética do pesquisado. Primeiramente, me propus repensar as formas de abordagens, com base na literatura antropológica, nas quais a pesquisa não deveria ser pensada como a tradicional coleta de dados para posterior análise. Discutimos muito em antropologia que nosso conhecimento se constrói a partir da *relação* com o nativo, não é algo intrínseco a esses nossos “outros” e também não é uma análise nossa, mas uma síntese quase dialética: não uma soma de análises e culturas, mas algo novo. Mas quis procurar outras formas de contemplar esta pesquisa e as leituras e considerações sobre as implicações políticas de nossas escolhas metodológicas foram rigorosas e metodicamente repensadas. Era preciso ir além, de construir na prática

uma metodologia que contemplasse tanto a minha ética e política quanto às “deles”.

O retorno à pesquisa deveria seguir a mesma lógica. O retorno foi pensado nas discussões à nível da *reciprocidade* já no momento da pesquisa, e não algo a acontecer apenas posteriormente (como, por exemplo, a entrega da tese impressa) ou anteriormente (como acontece às vezes com os presentes que os etnólogos compartilham com seus nativos). Nada contra, aliás, essas formas de retornos, pelo contrário: acho elas perfeitamente válidas. Mas elas não pareciam se adequar à proposta desta pesquisa.

Assim, a maior forma que estabeleci de retorno foi a de contribuições em assuntos cotidianos e políticos, desde, é claro, que não ferissem minhas perspectivas pessoais. Acabei formando laços de amizades com algumas dessas pessoas, o que tornou a questão da reciprocidade algo extremamente fluído, natural e mesmo agradável. Nunca foi um fardo a retribuição e nunca foi algo descolado da pesquisa em si: pesquisar era ao mesmo tempo retribuir. Com algumas pessoas contribuí mais política ou teoricamente, participando de manifestações, reuniões, sendo *apoio* para grupos e pautas. Com pessoas com as quais estive poucas vezes, não pude praticar esse retorno de forma mais direta, mas entendi que essas concordavam com os pressupostos da pesquisa e entendiam que a pesquisa em si poderia ser um reconhecimento e uma contribuição no que diz respeito a valorizar as narrativas de junho.

Não tenho dúvidas de que o que eles me deram foi infinitamente maior do que pude dar em troca e por vezes prefiro pensar que a reciprocidade não tem que ser tão simétrica. Nada disso me protege das críticas que devo receber – se foi algo que aprendi com a militância carioca é que há sempre algo a mais a ser problematizado, e suponho que isso seja uma coisa boa.

Demorou mais de um ano para eu me convencer de que a pesquisa em si era uma forma de reconhecimento e que era uma forma válida de ajudar as pessoas a contar um pouco de suas histórias. Minhas preocupações político-metodológicas foram intensas e procurei fazer todo esforço possível para não estar me apropriando de seus conhecimentos e formas de ser e agir politicamente e no mundo.

Sobre as aproximações com as pessoas, desde o início evitei contato com pessoas que tinham cometido algum tipo de opressão severa e me distanciei daqueles que descobri depois como praticante essas opressões (ou que foram praticadas depois), por uma questão ética e de preservação pessoal. Nessa categoria, tem um grande destaque a questão do machismo. Como feminista, não quis usar de um recurso

metodológico para relativizar essas opressões e agressões de forma a continuar próxima de homens que tinham problemas mais sérios envolvendo essas questões. Seria possível em outra perspectiva, mas ao menos faria sentido nesta pesquisa.

E, no mais, posso afirmar que o retorno a uma pesquisa dessa natureza mais política não deve acabar com a escrita da tese, mas ser contínuo. Eterno, mas não do mesmo.

### *Sobre o trabalho antropológico (1): os afetos neste trabalho*

Trazer a discussão sobre afetos neste trabalho é importante não apenas para discutir a natureza do trabalho antropológico como um todo, mas para ajudar entender também questões que foram essenciais para a realização desta tese em particular. Como sempre pesquisei com alteridades mais ou menos bem delimitadas, que por vezes mesmo em afetos conseguia diferenciar tão bem de mim mesma, sabia – e queria – que essa atividade com uma alteridade não exotizada e delimitada me colocasse outras questões, outras formas de fazer um trabalho antropológico e outros desafios. Da mesma forma que Said (1990) escreve que o Ocidente cria o Oriente como seu resto, imagino que por vezes a antropologia em seus primórdios contribuiu muito para essa reificação do Ocidente como parâmetro e que muito mais do que desvendar os *outros* o que foi feito tantas vezes é reforçar essa ideia do *mesmo*, de nós.

Viveiros de Castro (2009) defende que a antropologia, antes disciplina em muitos aspectos colonial, traz em si um potencial processo de “descolonização do pensamento” através de trazer a voz e perspectivas *nativas* de modo a contemplá-las e deixá-las nos influenciar em um encontro de mundos no qual caberia a *nós* nos recriar a partir desse modo de mundo *deles* – esses nossos *outros*. Considero ser esse um esforço nobre que cabe a cada antropólogo em cada trabalho de campo procurar fazer da melhor forma possível, mas entendo que seria pretensão afirmar conseguir isso plenamente em uma tese. Mas parti de uma lógica parecida para pensar a antropologia como local de não reificação de alteridades e de pensar em formas que nosso trabalho não precise ter suas peculiaridades a partir do que uma perspectiva ocidental acharia exótico por ser exógeno. Marcel Mauss, na conclusão do Ensaio sobre a Dádiva, já nos advertia para nossa incapacidade de considerarmos nós mesmos enquanto reificamos alteridades rituais exóticas (1981). De forma um pouco diferente do que apenas pensar em conhecer a nós mesmo a partir dos outros (Wagner, 2010) acredito que o

trabalho antropológico não deve ser nunca um acúmulo de exotocidades a partir das quais teorias são criadas para nós, mas sim em que teorias *nativas* podem ser potencializadas e estendidas a nós (Viveiros de Castro, 2009). Também por essa razão me abstive desde o momento de construir um memorial de quem são esses meus *outros*. Para além da questão de segurança, não interessa às análises aqui realizadas procurar entender quem são os *black blocs*, por exemplo, como vivem, como se relacionam, o que fazem, como fazem... Procurei, em vez disso, elementos para pensar no modo de fazer um trabalho em que as peculiaridades não precisassem passar por um processo de exotização para que fossem consideradas objetos válidos de análise.

Também acredito que uma das maiores motivações de uma etnografia são os afetos. Escolhi um tema no qual os afetos me atingem *a priori* de forma semelhante aos desses *outros* que escolhi: mesma sociedade, concepções políticas parecidas, algumas histórias parecidas. Nesse sentido, também me recusei a deixar fazer parte da pesquisa *outros* que poderiam ser o lado oposto ou contrário ao que eu propunha ou cujas perspectivas políticas agredissem de alguma maneira a proposta do próprio recorte aqui efetuado.

Não quero, dessa forma, sentenciar que nossa escrita tenha que passar exclusivamente por temas com os quais temos afinidade, pelo contrário: dentro das ciências humanas, é essencial poder escrever também sobre aquilo que criticamos. Por vezes respondia algo parecido quando me perguntavam do porque não pesquisar “o lado de lá”, os *inimigos*: polícia, governo, partidos, os detentores do capital...<sup>48</sup> Mas se trataria de um outro recorte, um outro método, outro trabalho. Aqui, no entanto, trata-se de outros tipos de *afetos*.

Acontece, é claro, que dentro desse universo da pesquisa os afetos são sempre muito variados, seja pela natureza das relações humanas, seja pelas questões políticas ou mesmo pela abrangência do tema. O que me possibilitou escrever essa tese foram as afinidades, mas também inimizades, brigas, relações de confiança e desconfiança meio a confrontos e discussões. E, é claro, o fato de estar, como a maioria da população carioca, afetada por regimes bastante peculiares de afeto que não poderiam ser deixados de fora das análises.

48 Durante a realização desta pesquisa muitas vezes me falaram que pesquisar esse “lado de lá” poderia ser de extrema importância para os movimentos sociais, para entender os funcionamentos, falhas e arbitrariedades desses que são considerados inimigos.

*Sobre o trabalho antropológico (2): uma visão romântica*

... E como voltar para casa agora e simplesmente escrever sobre política sem falar nos tanques do exército que estão ocupando a cidade? Como que se sai de um trabalho de campo quando se esbarra nele, se respira nele, e ele envolve questões urgentes e absurdamente cotidianas como direitos, vida e morte? Onde que congela a análise? (Diário de campo, 01 de agosto de 2017)

O trabalho antropológico pode ser considerado como um modo intenso de se relacionar. Em que nos colocamos mais abertos, sem tantas barreiras e rodeios como agimos cotidianamente com nossas relações e emoções. Procuramos tirar nossa carga emocional e o que nos traumatizaria em nossas relações diárias. Ao contrário de um terapeuta, que se protege, nós nos abrimos para a experiência, algo surge e de repente a experiência que se intensifica em nós mesmos. Favret-Saada fala do *afeto*, Viveiros de Castro da *relação*, Malinowski da convivência...

O que estamos fazendo não é ir ao encontro do outro, mas deixá-lo entrar em nós.

Não há como ser imparcial, mas isso não significa que não é possível ser científico. Não quero me demorar nisso: várias das ciências já se debruçam sobre a impossibilidade de uma neutralidade há décadas, tanto nas áreas humanas com em áreas exatas. Talvez seja mais interessante pensar em porquê isso ainda é um problema do que entender isso como um problema em si. Mas o fato é que a imparcialidade é também científica, ela faz parte de qualquer trabalho. O que nós, antropólogos, estamos fazendo, é trazê-la como método de pesquisa e problematizar como ela atinge e constrói o conhecimento que estamos produzindo.

E sobre esse trabalho especificamente, eu percebi como é difícil escrever sobre pessoas que você gosta, desgosta, ama, é amigo, briga; sobre afetos. Não apenas no sentido deleuziano, de *ser afetado* pelas mesmas intensidades que atingem esses outros, mas no sentido talvez mais psicológico. Empatia. Discernimento. Mundo. Nosso trabalho nos potencializa a infinitos mundos e temos que achar o local limite onde ele ainda é ciência e separar a ciência de nós. A parcialidade não é um problema, afinal, mas um caminho que leva além dela. Acredito – talvez românticamente – que seja possível problematizá-la para entender seus

limites e mesmo superá-la. E talvez, se deixarmos o *outro* entrar em nós de fato, teremos ainda mais parcialidades. O objetivo é ser científico, não imparcial. E não há nenhuma contradição nisso. Esse é o nosso trabalho, esse é nosso *modus operandi*.

Mas é também literatura. Algo como extravasar na escrita, nos detalhes, de fazer alteridades transbordar através de nós. *Nós* – porque agora não somos mais eu e outros, mas o plural, multiplicidades. E multiplicidades não tendem a ser contínuas.

No próximo capítulo, trago um pouco dessa multiplicidade e suas descontinuidades através de relatos das pessoas com as quais realizei esta pesquisa com a intenção de deixar que contem a história das manifestações de junho de 2013 a partir da seleção do que essas pessoas acharam essencial, peculiar ou digno de ser lembrado. Não tenho ilusões de que essas transcrições não carreguem uma interferência minha, mas busco trazê-las no sentido literal, para depois reinseri-las no plano etnográfico e analítico da tese. Dessa maneira, o próximo capítulo pode ser lido na sequência da tese, mas pode também ser lido depois dos demais capítulos, ou lido e relido como um hipertexto que permite sair e retornar para a linearidade da tese.

### Capítulo 3

## Sobre canções e revoltas: relatos e imagens do Levante Popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro

*Se não há igualdade para os pobres  
Que não haja paz para os ricos!!  
(Operação 81<sup>49</sup>)*

Imagem 02: manifestantes levantam faixa sobre a luta das favelas



Disponível em: <http://jornalocidadao.net/a-favela-os-megaeventos-e-as-manifestacoes/>. Acesso em jan 2016.

49 Banda punk da cidade do Rio de Janeiro.

## **CRONOLOGIA DOS ACONTECIMENTOS**

Principais eventos relacionados ou citados nas entrevistas

Segue abaixo breve cronologia dos eventos que foram mencionados pelos sujeitos desta pesquisa e/ou que, durante o trabalho de campo, percebi que tiveram maior impacto e reverberação na cena ativista da cidade do Rio de Janeiro.

### **2011**

Ocupa Rio

### **2012**

Criação do Comitê de Luta pelo Transporte

Ocupa dos Povos

### **2013**

#### **22 de março**

Desocupação da Aldeia Maracanã<sup>50</sup>

#### **27 de abril**

Ato contra privatização e remoção do Complexo do Maracanã - Violência e truculência policial.

#### **06 de junho**

Primeira manifestação contra o aumento das passagens no Rio de Janeiro, com cerca de 100 manifestantes tomando as ruas e marcado por forte violência policial.

#### **10 de junho**

Cerca de 500 manifestantes voltaram às ruas para protestar contra a repressão policial, contra o aumento das tarifas e contra o governador Sérgio Cabral.

50 Ocupação indígena no antigo Museu do Índio.

#### **13 de junho**

Protesto MPL/SP com grande violência policial e repercussão midiática

Passeata Rio de Janeiro

#### **16 de junho**

Protesto contra os gastos abusivos da realização da Copa das Confederações no Maracanã

#### **17 de junho**

Batalha da ALERJ<sup>51</sup>

#### **19 de junho**

Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, confirmou em entrevista coletiva a redução da passagem de ônibus de R\$ 2,95 para R\$ 2,75. Governo do Estado também informa a decisão de anular os reajustes das tarifas dos trens, barcas e metrô.

#### **20 de junho**

Passeata com 1 milhão de pessoas na Avenida Presidente Vargas  
Prisão de Rafael Braga

#### **30 de junho**

Ato no final da Copa das Confederações

#### **04 e 05 de julho**

Ato na frente da casa do governador Cabral - “Fora Cabral”

51 Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

**1 de julho**

Passeata da Greve Geral chamada pelas Centrais Sindicais

**14 de julho**

Desaparecimento do Amarildo

Passeata Fora Cabral no Palácio Guanabara

**17 de julho**

Ato no Leblon/ casa do Cabral

Manifestação Papa no Palácio Guanabara

**26 e 27 de julho**

Ato - "Papa, veja como somos tratados!" e contra à Jornada Mundial da Juventude

**28 de julho**

Ato contra Cabral

Primeira noite do Ocupa Cabral

Marcha das Vadias RJ

**01 de agosto**

Tentativa de ocupação da Câmara.

Confronto com PM

Ocupa Cabral

Protesto dos moradores da Rocinha por conta do desaparecimento de Amarildo.

**05 de agosto**

Reocupação da Aldeia Maracanã

**08 de agosto**

Ato no centro pelo impeachment do gerente estadual Sérgio Cabral Rede municipal e estadual da educação entram em greve por tempo indeterminado

**09 de agosto**

Ocupação da Câmara

**12 de agosto**

Professores ocupam o Palácio Guanabara e são expulsos com truculência pela polícia

**20 de agosto**

Atos no centro contra o governador Sérgio Cabral

Liminar de reintegração de posse da Câmara

**21 de agosto**

Desocupação da Câmara

**03 de setembro**

Manifestação contra a criação de uma nova lei que proíbe o uso de máscaras em protestos no Rio de Janeiro

**07 de setembro**

Grito dos Excluídos

**27 de setembro**

Professores ocupam a Câmara

**28 de setembro**

Desocupação ilegal (sem mandado) dos professores da Câmara dos Vereadores

**30 de setembro**

Protesto na Cinelândia em apoio aos profissionais da educação, em greve há dois meses.

**01 de outubro**

Professores e população em ato pela Educação no Centro

**07 de outubro**

“Outubro negro”<sup>52</sup>

**15 de outubro**

Manifestação dos Professores PMERJ deteve mais de 200 pessoas na Cinelândia

**19 de outubro**

Liberação dos Presos da Câmara

**16 de dezembro**

Novo despejo da Aldeia Maracanã

**20 de dezembro**

Ato contra o aumento da passagem de ônibus

**21 de outubro**

**Contra o leilão do Petróleo**

52 Manifestação dos professores marcada por muitos confrontos e repressão por parte da polícia.

**2014****28 de janeiro**

Manifestação contra o aumento das passagens na Central do Brasil.

**30 de janeiro**

Segunda manifestação contra o aumento das passagens na Central do Brasil.

**06 de fevereiro**

Ato MPL

Acidente que levou a óbito o cinegrafista Santiago Andrade

**10 de fevereiro**

Ato contra aumento das passagens

**13 de fevereiro**

Manifestação contra o aumento das passagens

**20 de fevereiro**

Manifestação contra aumento da tarifa

**25 de fevereiro**

Manifestação dos garis exigindo que a prefeitura reconheça a greve

**02 de março**

Manifestação dos garis durante o Carnaval – início da greve

**04 de março**

Manifestação dos garis durante o Carnaval

**06 de março**

Manifestação dos garis na Tijuca e Centro

**12 de março**

Ato “Não vai ter Copa”

**11 de abril**

Despejo de famílias na Comunidade Telerj

**14 de abril**

Ocupação na frente da Prefeitura OI/TELERJ

**15 de abril**

Ato “Não vai ter Copa”.

**07 de maio**

Greve dos Rodoviários

**12 de maio**

Início da Greve dos Professores da Rede Estadual

**15 de maio**

Greve dos Professores

Ato Unificado Rodoviário, estudante e professor

**12 de junho**

Abertura da Copa do Mundo

Ato dos Educadores de manhã no Centro

Ato contestando a Copa do Mundo à tarde em Copacabana

**15 de junho**

Ato contra a Copa do Mundo no entorno do Maracanã

**23 de junho**

Ato "A festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas" em Copacabana

**28 de junho**

Ato “Não vai ter Copa”

**12 de julho**

Prisão dos manifestantes que viriam a ser chamados “presos da Copa”

**13 de julho**

Ato final da Copa, cerco policial de 5 horas na Saens Peña

**15 de julho**

Ato a favor da Liberdade dos Presos Políticos - RJ

**03 de dezembro**

Mandado de prisão para 3 ativistas no processo por quebra de medida restritiva

**28 de outubro**

Manifestação dos camelôs

**16 de dezembro**

Ato “Pela Libertação dxs Manifestantes Presxs e Pelo Fim aos Processos e Perseguição Política”

Início das audiências do Processo dos 23

**2015****08 de janeiro**

Ato contra aumento da tarifa do transporte público

**09 de janeiro**

Ato contra aumento da tarifa do transporte público e pela liberdade dos presos políticos

**16 de janeiro**

Ato contra aumento da tarifa

**23 de fevereiro**

Manifestação no Complexo da Maré - RJ

**25 de julho**

*Habeas Corpus* de três ativistas

**2016****15 de janeiro**

Manifestação contra aumento da passagem

**02 de março**

Greve da Educação na Rede Estadual do RJ

**03 de março**

Ato dos estudantes em apoio à greve dos professores

**21 de março**

Colégio Estadual é ocupado por estudantes na Ilha do Governador  
Início das ocupações de colégios no Rio de Janeiro.

**20 de maio**

Secundaristas em Luta fazem segundo ato contra o autoritarismo da Secretaria de Educação

**21 de maio**

Desocupação da Seeduc

**27 de maio**

Ato Pela Autodefesa das mulheres

**30 de maio**

Estudantes ocupam a Secretaria de Educação

**01 de junho**

Ato feminista “Por Todas Elas”

**24 de junho**

Estudantes desocupam a secretaria de educação do Estado do Rio de Janeiro.

**06 de julho**

Ato Unificado de Servidores contra as Olimpíadas

**05 de agosto**

Ato de abertura das Olimpíadas

**06 de dezembro**

Servidores do Estado do Rio protestam contra pacote de austeridade de Pezão

**2017****01 de fevereiro**

Ato “Contra a privatização da Cedae”

**09 de fevereiro**

Ato “Contra a privatização da Cedae”

**15 de março**

Manifestação contra a reforma da previdência no RJ

**28 de abril**

Greve Geral - protesto contra as Reformas no RJ

Trago nesta sessão uma seleção de relatos organizados de forma a contar, de uma maneira próxima de uma linearidade histórica, os eventos ocorridos no Rio de Janeiro e que considere importantes para entender um pouco melhor como foram as manifestações de junho para essas pessoas com quem mantive contato. Conforme já discorrido, todos esses relatos são anônimos.

Complementar aos relatos trago aqui algumas imagens registradas por pessoas ou grupos comprometidos com ativismos midiáticos e/ou sugeridas por ativistas, entendendo essas imagens como parte constitutiva do repertório dessas narrativas através do uso de outra forma de linguagem. A partir daqui, deixo um pouco mais a minha voz de lado, mas ainda implícita no trabalho de edição, e deixo que esses relatos e imagens contem essa história.

Imagem 03: Tapume na frente de banco com a frase: “este banco quebra vidas!”



Foto: Frente Independente Popular (FIP)

*Foi tudo muito espontâneo. Começou a ter ato todo dia, mas a gente sabia que duas vezes por semana eram os atos grandes. E aí a gente começa a reconhecer pessoas, grupos, bandeiras, as sopas de letrinhas começam a não ser tão sopa... E as pessoas começam a se reconhecer – se reconhecer e não se conhecer: se reconhecer, que é totalmente diferente.*

## ANTECEDENTES DAS REVOLTAS

Imagem 04: Ocupa Rio, novembro de 2011



Crédito: Centro de Mídia Independente (CMI)

Imagem 05: linguagem usada nas assembleias, Ocupa Rio, 2011



Crédito: Centro de Mídia Independente (CMI)

Acho que no despejo da Aldeia Maracanã [em maio de 2013], acho que comecei a perceber ali que algo grandioso ou maior do que nossas pernas poderiam imaginar estava pra acontecer. Acho que junho ali pra mim, aquele despejo, da forma como que foi violenta, a resistência que foi, o significado e a repercussão internacional que teve aquilo também - “o país da Copa do Mundo, olha o que está acontecendo com a população indígena, com os povos originários” - acho que ali foi um marco, né?

Acho que todo trabalho que era feito – no Rio de Janeiro, por exemplo nas ocupações urbanas, no movimento sindical mais combativo, da Aldeia Maracanã - ele está ali atuando e estimulando e impulsionando também. Então não foi um raio que caiu do céu e de repente as coisas aconteceram, do nada, como as pessoas tentam às vezes colocar, né? Não, foi fruto de um trabalho.

O primeiro grande ato que aconteceu, ocorreu pela questão do aumento das passagens e foi puxado por uma galera que já estava se mobilizando contra os aumentos desde 2011 e faziam atos inicialmente esvaziados até meados de 2012, onde ocorreu um *boom* de pessoas nas ruas do centro da cidade. A coisa começou a esquentar ali, era favela descendo, estudante chegando da escola, geral abrindo ônibus... A polícia já estava sendo violenta antes, mas depois que a Providência queimou os pneus em frente à Central e geral (manifestantes inicialmente e depois os próprios trabalhadores em geral) começou a abrir os ônibus, o batalhão de choque resolveu responder como o treinamento deles manda, largando bala, gás, spray e descendo a porrada em todos os atos. Ainda lembro o que ocorreu o fim do IASERJ<sup>53</sup>, desalojos urbanos ocorridos nesse e anos antes por conta do porto “maravilha”<sup>54</sup> e mais muitas outras coisas que não apareciam nos jornais, mas quem tá na rua sente no dia a dia, é isso, mexeram com saúde, educação, moradia e o ir e vir.

53 Instituto de assistência dos servidores do estado do Rio de Janeiro, centro de saúde hospitalar fechado em 2012 a partir de decisão judicial. As remoções dos pacientes foram realizadas com o uso de força policial. Devido à confusão, alguns internos morreram na transferência.

54 Referência a obras de revitalização da zona portuária da cidade que teve como consequências remoções diretas e indiretas.

## MARCHA DAS VADIAS, manifestações feministas

*Se o papa fosse mulher,  
Se o papa fosse mulher  
O aborto seria legal.*<sup>55</sup>

Imagem 06: Manifestação feminista em Copacabana



Foto: Das Lutas

Imagem 07: pichação com frase feminista



Fonte: Desconhecida

<sup>55</sup> A partir daqui as epígrafes dessa sessão foram ou são palavras de ordem gritadas por manifestantes durante as manifestações aqui tratadas.

## **BATALHA DA ALERJ**

### **17 de junho de 2013**

*Eu vi o CHOQUE*  
*Correr do Black Bloc!*

O trajeto foi o mesmo do ato de antes: saímos da Candelária, seguimos até a Cinelândia, e de lá para a ALERJ. Nesse dia, no entanto, os policiais não quiseram deixar os manifestantes tomarem a escadaria da ALERJ, formando um cordão de isolamento em frente às escadas, com cerca de 60 policiais. Enquanto o impasse se desenrolava, mais e mais manifestantes iam chegando da Cinelândia, e o conflito parecia inevitável caso se mantivesse o bloqueio à escadaria. Passando por cima dos gritos de 'sem violência', alguns manifestantes atacaram a fileira de policiais com rojões, pedras, socos e chutes, enquanto os primeiros protegeram-se como puderam, revidando com bombas de gás e golpes de cassetete. Como estavam em minoria, os policiais acabaram recuando e a única saída para eles foi se fechar dentro do prédio da ALERJ, onde tiveram que ficar pelas próximas horas, enquanto os manifestantes tornavam território deles a praça em frente à ALERJ e as ruas de acesso.

A população, o povo, né, conseguiu tomar a ALERJ, não entrou por pouco - na verdade alguns entraram, pela janela lateral, mas não conseguiram ficar lá dentro porque entrava pouco e eles estavam lá dentro em muitos. Eu no caso fiquei até o final naquele dia e no final foi uma caça às bruxas, assim, polícia tentando atropelar todo mundo, mirando, dando tiro de verdade também, dando tiro de bala de borracha.

E você está ligada que a polícia se escondeu? Porque a polícia se escondeu na ALERJ e começou a jogar coisas na galera, foi o dia que o choque correu dos *black blocs*.

Quando os policiais começaram a atirar pro alto pros manifestantes não avançarem mais - isso na ALERJ. Aí meia-noite o choque começou a invadir e a gente botou o choque pra correr, o choque não deu conta, aí veio o BOPE. Aí com o BOPE não teve conversa: eles cercaram todas as ruas em 8 bairros, eles fecharam tudo. Então eu corria pra lá, corria pra cá, eu consegui sair por pouco.

Imagem 08: manifestantes na escadaria da ALERJ



Fonte: Desconhecida.

## DIA DO UM MILHÃO

*Não acabou  
Tem que acabar!  
Eu quero o fim da Polícia Militar!*

Naquele dia podia ter morrido dezenas de pessoas, cara. Se aquela cavalaria passa, como eles saíram pra cima do povo, as pessoas iam ser mortas. Muita gente ia morrer, ser atropelada, ia ser um caos pior do que foi. E não aconteceu isso em razão da coragem da defesa das pessoas adeptas da tática do bloco negro que foram pra ali. E não era ninguém organizado nem nada, a maior parte dali eram jovens, inclusive jovens da área central do Rio de Janeiro... Tinham alguns de classe média também, mas o grosso daquela galera que fez a defesa da população era uma galera do centro da cidade, dos morros centrais do Rio. Fizeram a defesa, conseguiram resistir por uns 50 minutos mais ou menos, pelo meu cálculo, até a chegada da tropa de choque, já estava na frente, né?

Estava todo mundo no meio daquela confusão e aí eles jogando bombas e todo mundo passando mal e tal e tinha um cara que estava com um mastro e com uma bandeira preta e o cara ia rasgando a bandeira e aí com os pedaços ele ia dando, encharcado de vinagre, pras pessoas... E aí as pessoas iam saindo com um pano amarrado na cara e então era pra tentar se defender do gás. Mas acho que simbolicamente aquilo... Por que pra que serve uma bandeira? Não é só uma bandeira que você vai lá levanta e fala “eu sou isso, eu sou aquilo”, tem toda uma ideologia e uma solidariedade por trás.

Uma parte muito significativa também nesse dia, pra todo mundo, né? Não só pra quem estava como pra quem viu mesmo acomodado no sofá, vendo na sua televisãozinha assim, sentiu, né? Porque a imagem do caveirão é o que: o caveirão vai na favela pra matar, né? Caveirão é o poder máximo que a polícia militar tem. Naquele dia vi todo mundo em cima do caveirão pulando e aquele monte de porco lá sem saber o que fazer, foi uma coisa que mexe com você dentro. Aí que fala: “po, *perai!* Eu não preciso ter medo deles! Eu não tenho que ter medo deles. Eles que tem que ter medo da gente!” Porque, né, o poder mesmo vem do povo.

... foi falado na internet, que se você usasse a bandeira do Brasil a polícia não podia te atacar. Aí um menino ajoelhou no chão na frente do caveirão e aí botou a bandeira do Brasil assim, ficou e aí veio um cara do CHOQUE de trás do caveirão e deu um tiro na cara ele, com a 12 lá de borracha. Mas foi na cara. O moleque caiu, assim.

Imagem 09: manifestantes impedem avanço da Polícia



Foto: Fernando Rabelo. Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/coletivomariachi/photos/?tab=album&album\\_id=298908203582371](https://www.facebook.com/pg/coletivomariachi/photos/?tab=album&album_id=298908203582371). Acesso em dez 2014.

## CONTINUIDADES

*O povo unido  
É povo forte  
Não teme a luta,  
Não teme a morte.*

*Avante companheiros que essa luta é minha e sua  
Unidas venceremos e a luta continua!*

Estava em uma onda de atos sem policiamento e outros com a polícia metendo porrada sério, então cada ato um lado ganhava e ficava nessa onda. Em um ato anterior a esse a polícia exagerou na dose, acho que um dos mais violentos de 2013, aí por conta desse ato violento que a galera foi pro ato já armada pra se a polícia chegar pra revidar forte.

Então esse ato que a polícia não foi, se ela fosse ia se *fuder* forte.

Quando chegou na ALERJ e viram que polícia não estava começou a chuva de *molotovs* na Câmara [...] Aí a galera entrou numa de entrar o ônibus igual lá em São Paulo. Tem uma foto desse ônibus quase entrando no Santander. Ele estava indo pra Cinelândia, a galera mandou o motorista o descer, o ônibus tava vazio e aí começaram a empurrar ele pro meio da Rio Branco na altura da Cinelândia pra poder usar de barricada, porque estava vindo um carro do choque na Rio Branco, a ideia era colocar o *bus* na pista atravessado pra atrasar. Numa dessas por sorte tinha uma árvore na frente do Santander, a galera começou a empurrar e perdeu a mão, empurrou com muita força e ele quase foi parar no banco. Esse bagulho foi muito foda. Aí quando ele já tava no meio da pista a galera concretizou a vontade de botar fogo.

Aí eu lembro do dia que a Rocinha desceu por causa do Amarildo<sup>56</sup>, a Rocinha desceu em massa, assim... veio um bloco de gente – que tinha tido um ato no Centro, eu não lembro o que era, aí veio um bloco negro gigante, assim, e mais um monte de gente em ônibus, juntou lá no Ocupa Cabral.

<sup>56</sup> Amarildo Dias de Souza, ajudante de pedreiro e morador da Rocinha, foi torturado e assassinado por policiais militares em serviço. Seu desaparecimento e posterior resultados de investigação da condição de sua morte levaram a uma onda de protestos Brasil afora.

Porque nessa época tinha ato de manhã, de tarde e de noite, em Copacabana, no Centro, você escolhia pra onde você ia, de tanta coisa que tava acontecendo.

Imagem 10: manifestantes estendem faixa com os dizeres: “Cadê o Amarildo?” durante Ocupa Cabral



Foto: Linhas de Fuga

**OCUPA CABRAL**

*Fora Cabral  
E a farsa eleitoral!*

O Ocupa Cabral [...] era especificamente contra o governador Sérgio Cabral e a questão do transporte já falando, da máfia dos transportes – que depois a gente destruiu o casamento da neta do Barata lá, da Dona Baratinha (aquele casamento foi o máximo). E foi ali que na verdade a carreira do Sérgio Cabral politicamente vai estacionar por um bom tempo.

O Ocupa Cabral surge num dia, várias pessoas vão lá na porta, na esquina – lá no Leblon – na esquina do prédio dele e montam acampamento. No primeiro momento é na calçada. No dia seguinte, durante a noite – acho que no mesmo dia – vêm a PM e arranca eles à força, leva pra delegacia, prende uma galera, e no dia seguinte aparece muito mais gente. Aí eles ocupam a rua.

Teve muito dia de bomba lá. Teve um dia também que não tinha nenhum tipo de bloco negro e do nada o choque chega e resolve atacar e começa a caçar as pessoas na praia, assim, eles vão prendendo as pessoas, tacando gás de pimenta. É o que a gente falou: “a gente obrigou o pessoal rico do Leblon a cheirar gás” - porque cheirava muito gás.

Na hora do Jornal Nacional eles começam a tacar bomba, um pouquinho antes do Jornal Nacional a galera vai fazer a defesa, vem o helicóptero, filma e aí acaba o Jornal Nacional e eles vão embora e aí acaba tudo. Na época era só pra parecer que tinha os vândalos, foi muito cronometrado pra ser coincidência. Só que aí o bloco negro não fugiu, aí eles se reagruparam ali na parte de trás da praia e depois vieram por trás e aí pegaram eles de surpresa. E aí eles botaram lá os PMs pra correr e depois foram descendo o Leblon inteiro, até Copacabana.

Aí reagrupou e desceu ali, foi do Leblon até Copacabana, tudo quanto é capitalista foi caindo e tinha dois carrinhos da PM indo atrás deles, vigiando, assim, mas não fazendo nada... Acho que tinha umas 200

[pessoas]... E só bloco negro. Só bloco negro. O da Toulon foi lindo porque a galera tirou a roupa lá de dentro e foi dando pros moradores de rua... E depois a Globo chama o dono da Toulon pra ficar chorando e eu me lembro que na internet as meninas que trabalhavam lá começaram a postar assim que “lágrima de crocodilo, ele me rouba e não sei o que” e aí começou a viralizar.

Ele [Sérgio Cabral] saiu depois, ele ainda ficou. Mas a imagem dele já tinha caído, assim, despencado. Ele não conseguiu mais se recuperar, os negócios de popularidade ficavam saindo, ele tava sempre em baixa.

Imagem 11: Ocupa Cabral



Foto: Linhas de Fuga

## OCUPA CÂMARA

*Se a passagem aumentar  
A catraca eu vou quebrar!*

E quando é que ela começou: no dia 09 de agosto do ano passado um grupo, numa sexta-feira, entrou na plenária da Câmara dos Vereadores e resolveram ocupar. Quase 40 pessoas. Boa parte dessas pessoas era do PSOL. Então eles resolveram ficar lá dentro pelo menos por um dia e sair no sábado, né? A imprensa noticiou. No sábado quase meia noite ouvi a notícia de que esse grupo ia sair. Eles já tinham atingido o objetivo político que era ficar de sexta para sábado e eles iriam sair sábado à noite. E eu ouvi isso, mas eu não fui o único a ouvir, muita gente ouviu. E essas pessoas não achavam que eles deveriam ficar. Então foi um grupo pra lá: um grupo de pessoas que não se conhecia, eu cheguei lá e não conhecia ninguém.

O PSOL saiu e levou uma vaia "uhhhhhh" e ficaram 11 ocupantes lá dentro. Nesse mesmo dia, sábado a noite, se verificou o seguinte: “eles, os 11 lá dentro, estão muito fragilizados, nós temos que ficar aqui fora pra dar força”. Alguém falou: “seria bom a gente fazer uma ocupação”. “Twuita aí, pede barraca” e saiu um grupo pra pegar barraca naqueles supermercados que ficavam 24 horas. Então, Marina, em um momento meio que espontâneo, que você bem não sabe definir como aconteceu foi aparecendo barraca, foi aparecendo cobertor, foi aparecendo sopa... Tu não sabia bem da onde vinha. Foi aparecendo sapato, foi aparecendo café, foi aparecendo tudo.

Esse dia que teve molotov, na Câmara, aí jogaram os molotovs todos na Câmara, os policiais na Câmara depois veio o choque... Não teve tanto confronto com o choque, a gente correu. Eu lembro que tipo assim, foi ter um ato, o ato foi rolando, desenrolando, desenrolando e a gente tomando porrada da polícia, corria depois se reunia, todo mundo na Câmara dos Vereadores, na Cinelândia, e aí o ato foi durando, durando, durando. Ninguém conseguia dispersar a galera. Não, a gente era atacado na Câmara, dispersava, cada galera ia pra um lado. A gente fazia uns 10 minutos e voltava e a galera se reunia de novo na Câmara e

aí formava aquele bloco de novo e daí entrava em confronto com a polícia, isso aconteceu umas quatro vezes.

Surgiram uns professores na Câmara, junto com a gente, ficou uma galera muito grande e aí a gente resolveu atacar a polícia que tava assim, perto só pra tirar eles dali. E a gente arrancou essa polícia, botou eles pra correr legal, assim, tipo eles correram da gente com bastante medo. Eles correram – tanto que ele pegou, um dos policiais, pegou um fuzil e atirou pro alto – e nessa hora a gente correu pra Câmara de volta, com medo dos tiros do fuzil, aí cercaram a gente. Saíram polícia dos três lados e da frente e cercaram a gente pra entrar.

Imagem 12: Ocupa Câmara. Em uma das barracas, projeção da frase “transporte público não pode gerar lucro”.



Fonte: Desconhecida

**07 de setembro**

*Não acabou  
Tem que acabar  
Eu quero o fim da polícia militar!*

Aí eu fui pro 07 de setembro. Eu fiquei o dia todo na manifestação... E muito gás. No 5º Batalhão ali na Tiradentes muito gás, spray de pimenta e gás lacrimogêneo, nego jogando *malvina* pra cima da PM, pra dentro do batalhão, mó confusão, mó correria. Aí a gente foi pra Presidente [Vargas] ali por uma rua perto da Tiradentes e quando chegou lá a gente conseguiu parar a passeata do 07 de setembro porque a PM começou a jogar muito gás lacrimogêneo e começou a acertar a arquibancada, começou a acertar os P.E. (policiais do exército) aí os P.E. falando pra gente: "porra cara, vamos, vamos nessa, a gente pega eles juntos! Vamos!" Assim mesmo, querendo que a gente batesse de frente com a PM, queria ajudar.

Nós não éramos filiados à nenhuma organização política seja qual for, a gente não participou de plenária, fóruns... Então nesse dia 7 de setembro fomos lá os 3 juntos, aí a gente encontrou um bloco de pessoas do Grito dos Excluídos e tal, aí o pessoal queria ir pra Presidente Vargas mas a repressão policial não estava deixando. Então quando, assim, aumentou um pouco o contingente de pessoas a gente resolveu o pessoal foi por trás, se afastando da Presidente Vargas pra entrar contornar por outras ruas e chegar na Presidente Vargas depois. A gente deu uma volta num pedaço razoável—sempre cantando palavras de ordem e tal, bastante agitação – e todo mundo pacífico, todo mundo tranquilo, a gente conseguiu na Presidente Vargas. Foi uma vitória, assim, e a gente conseguiu ocupar mesmo que a pista mais externa da Presidente Vargas (que nas pistas centrais estava tendo desfile militar, aí tinha palanques com autoridades civis e militares), a gente chegou lá e até então tudo tranquilo. A polícia começou a esboçar uma reação pra jogar gás ou alguma coisa e as pessoas demonstraram claramente que estavam pacíficas, levantaram as mãos, sentaram no chão, uma atitude de grande pacifismo, assim, ninguém estava com pedra, com coquetel *molotov*, nada disso, a maneira mais pacífica possível e isso aí foi indiferente pra polícia, eles começaram a reprimir mesmo assim, começaram a jogar

bombas, spray de pimenta e tal, agredir algumas pessoas. E o que acontece, aí as pessoas obviamente correram, né? Aí nisso que correram tinha uma arquibancadazinha montada na rua e pessoas comuns, digamos assim, que poderiam assistir ao desfile militar, os caras jogaram spray de pimenta, gás lacrimogêneo, mesmo com civis lá que não tinha nada a ver com a manifestação, crianças, pessoas idosas [...] E nessa agitação teve um momento com muito gás, com muito spray de pimenta, as pessoas que estavam na pista mais externa da Presidente Vargas derrubaram a gradezinha de isolamento móvel – não era fixa – e invadiram a pista central e as pessoas correram desesperadas, assim, não foi “ah, vamos invadir todo mundo” até porque foram poucas pessoas que invadiram, na correria, no desespero de não ter espaço para todo mundo, derrubaram a grade e correram da pista central.

Imagem 13: policiais atropelam manifestante durante confronto que ocorreu no final do Grito dos Excluídos



Crédito: Mídia Independente Coletiva (MIC)

## ALDEIA MARACANÃ

*Aldeia Resiste!*

Imagem 14: ocupação do antigo Museu do Índio, agosto de 2013



Crédito: Federico Venturini

*Junho* começa na Aldeia Maracanã – você deve ter ouvido isso de várias pessoas.

O grande *boom* de 2013 não foi só nas grandes manifestações mas também no caso da Aldeia Maracanã. Pra mim foi até mais intenso, a repressão da Aldeia Maracanã foram mais intensas que 2013, de todas que eu participei.

Eu acho que a pedra basilar desse processo é a Aldeia Maracanã porque os índios se articulam na Aldeia e lá passa a ser um ponto de ativismo carioca inteiro, né? E isso eu acompanhei de longe.

## GREVE DOS PROFESSORES

### Outubro da Educação

*O professor é meu amigo  
Mexeu com ele mexeu comigo!*

Imagem 15: A jornada da educação



Crédito: Mídia Independente Coletiva (MIC)

Todos os atos dos professores foram violentos, sem exceção. Pegaram pesado com os professores, foi bem feio mesmo.

Eu lembro que teve uma manifestação em outubro, uma das muitas que tiveram da educação, que na frente do ato tinha um *black bloc* com umas 700 pessoas. Nunca vi um negócio daquele tamanho. 700 pessoas mascaradas se colocando como linha de frente<sup>57</sup> pra defender os trabalhadores da educação.

Outubro eu acho que tem um salto qualitativo importante porque por mais que em junho tenha tido essa discussão do transporte e da educação pública ainda não tinha o elemento do setor dos trabalhadores mais claramente mobilizados envolvidos nesse processo. Acho que junho faz um recorte mais classista ali, né? Sindicato dos profissionais da

<sup>57</sup> Pessoas ou grupos que aderem à prática de ficar na frente nas manifestações.

educação em greve com uma pauta de reivindicação clara e clamando pelo apoio da sociedade, apoio de outros setores né? Aí acho que nesse contexto que surge esse Outubro da Educação. E ao mesmo tempo, claro, todo esse espírito de junho também está na educação, também está na nossa greve que vai pipocar com mais força em outubro.

A greve de 2013 dos profissionais da educação ela foi com as duas categorias – municipal e estadual – separados. A gente [rede municipal] não atuou conjuntamente via SEPE mas na rua a gente acabava atuando conjuntamente. Foi a primeira greve da rede municipal depois de anos e levou muito professor da rede municipal pra rua, foi uma greve muito forte.

A gente optou por levantar um acampamento em frente à ALERJ pra tentar dar visibilidade, ter um espaço ali, pra poder construir política no cotidiano e tal, sensibilizando a população, mas a greve foi esvaziando, esvaziando – principalmente por conta da repressão. As manifestações que foram acontecendo foram duramente reprimidas pela polícia militar. Nessa conjuntura diversos professores foram detidos, a gente teve dias de tiro, porrada e bomba o dia inteiro. O dia, por exemplo, que os profissionais do município ocuparam a Câmara foi um dia tristíssimo, assim, eu nunca vi tanta bomba de efeito moral, tanta bomba de gás, tanto tiro de borracha, assim, nunca vi mesmo quanto nesse dia.

A galera tentou resistir todos os dias. Mas foi muito difícil, sabe? Até porque nossa categoria tem muitos professores e professoras idosas.

Acho que outubro é uma greve que vem com muita força, uma greve combativa, dentro desse espírito, recorrendo a métodos históricos da classe trabalhadora, de *ação direta* e o mais bonito e importante: com um profundo apoio da comunidade escolar e com um profundo apoio popular. Foram as maiores manifestações da história do nosso sindicato. 100 mil na rua, 100 mil pessoas na rua apoiando a pauta dos educadores. Uma coisa muito bonita e muito importante. Histórico, né?

E o que tem a ver com esse espírito de junho também é que está se questionando a burocracia sindical. De falar “poder para o povo”, etc., né? De certa maneira isso também está dentro do nosso sindicato.

## *Black Prof*

*O black bloc é meu amigo  
Mexeu com ele, mexeu comigo!*

Imagem 16: manifestação realizada em 10 de outubro de 2013 durante a greve dos professores estaduais



Crédito: Bruna Freire

Como é que eu posso falar do *black prof*? O *black prof* foi isso, né? Acho que ali naquele momento de outubro a galera percebeu que começou a se inverter o discurso, de não é que a gente tem que criminalizar o *black bloc*, o problema não é o *black bloc*, o *black bloc* tem que estar com a gente. A gente precisa fazer – o *black prof* foi uma brincadeira com isso – o debate que rolava em certos setores da categoria e a categoria precisa construir a sua forma de autodefesa, né? Aí como que tava em voga essa coisa do *black bloc* o pessoal optou por usar, né, por fazer esse trocadilho "*Black prof*", entendeu? Seria um instrumento de autodefesa das manifestações dos trabalhadores da educação, né? Então era isso, organizar a galera pra se defender, pra não ficar apanhando eternamente nos atos.

Nas manifestações da educação, depois do fenômeno *black bloc*, quase sempre a molecada *black bloc* se colocava nas nossas manifestações, fazia uma linha pra proteger professores, etc. E muitas vezes eram muito malvistas, né? “Estão se infiltrando na manifestação, esses vândalos, marginais”, né? Pessoal da categoria ainda muito conservador em relação a isso. A partir da ocupação da Câmara a coisa inverte de uma maneira bizarra, assim [...] Quando tem a desocupação, extremamente violenta – os professores apanharam sem resistir, praticamente sem resistir, fazendo o cordão ali, todo mundo: senhoras, senhores, aposentadas, aposentados ali naquele espaço sendo severamente agredidos, espancados – aí saem da ocupação e vão sofrendo ainda com gás de pimenta, com cassetete, com violência da polícia e quem vai em socorro dos professores e de mais trabalhadores da educação é justamente essa molecada, os antes “vândalos”, “marginais”, vão oferecer, enfim, leite de magnésia, bandana, vão proteger as senhoras, professoras e professores e vai se colocar fisicamente para proteger esses trabalhadores da educação. E aí que viu “po, quem é o inimigo, né? É a polícia que está batendo ou é essa molecada que antes a gente via como marginal, mas que está oferecendo socorro, a sua vida, pra defender a gente?” [...] E a partir, no dia seguinte da desocupação da Câmara, bombou nas redes sociais: “eu achava que aqueles meninos eram vândalos, mas hoje eu vejo que eles são anjos, são anjos que vieram pra nos salvar”, “são nossos heróis maravilhosos”, né? Então aqueles “vândalos mascarados” do dia pra noite – não foi pela Rede Globo, pela experiência da mídia burguesa, não! Pelas redes sociais e pela experiência concreta da classe na luta assim como foi em junho, essa coisa que eu estava falando que a luta educa, pela experiência concreta as pessoas viram que era uma galera que estava lá pra defender, pra atuar como linha de frente pra proteger os trabalhadores, né? Eles não estavam ali pra atrapalhar o movimento, muito pelo contrário. Quem estava tentando destruir o movimento era a polícia militar.

*15 de outubro*

*Presos políticos  
 Liberdade já!  
 Lutar não é crime  
 Vocês vão nos pagar!*<sup>58</sup>

15 de outubro de 2013 foi o ato dos professores, foi um ato que começou super cedo e já começou muito violento, foi extremamente violento, assim. A polícia veio com sangue nos olhos, assim.

Eles [policiais militares] cercaram o centro inteiro, eles cercaram o centro inteiro, não tinha pra onde fugir e as pessoas voltavam sempre pro Ocupa Câmara - porque não tinha aonde ir. Aí no final, já - nisso já tinha um menino baleado, uns 3 ou 4 professores no hospital quase morrendo, uma loucura, triste demais - e aí quando aparentemente já tinha acabado o normal é que no final de todos os atos a gente ia pra Câmara que a gente fazia lanche, pra quem morava e pra quem não morava, a gente fazia pra todo mundo porque todo mundo estava com fome. Então a gente distribuía lanche e não sei o que. Eu, inclusive, estava na cozinha quando o cerco começou e aí a gente [...] aí estava eu e um pessoal dentro da cozinha fazendo sanduíche, juro por deus. Aí eu escuto a gritaria, olho pra fora e está um monte de policial cercando e fazendo assim com o escudo [simula o gesto de bater com o escudo enquanto simula o som]: PUF! PUF! PUF! – Igual os vikings. A gente achou que estavam ali pra encher o saco, né? E a gente começa a cantar... E eles cercaram, mandaram 50 de cada lado, assim, dos três lados, cercando. Aí eles chegaram dando cacetada em todo mundo, tinha muita gente machucada, gente sangrando na escadaria, assim. Muita gente machucada e eles chegaram enfiando a porrada com o cassetete. Eu, inclusive, só não apanhei muito porque um companheiro ficou em cima de mim, mas ele levou, ficou todo roxo. Aí cercaram todo mundo, não deixaram ninguém. Aí eles tiraram algumas pessoas – uns midiativistas – e os que quiseram ficar foram presos. Aí eles cercaram todo mundo aí separaram metade homem, metade mulher. Aí cercaram, dividiram os homens e as mulheres – depois de ter enfiado a porrada em geral. Aí chegou ônibus, ônibus, ônibus e a gente começou a se apavorar. Lógico, né, apavorante.

<sup>58</sup> Palavra de ordem

**2014****Protestos pela redução da tarifa do transporte público urbano**

*Ô abre alas que eu quero passar  
Olha que eu pulo e até quebro essa roleta  
Eu tô na rua pelo transporte popular!  
(Bloco Pula Roleta, marchinha de 2014)*

“Rio de Janeiro sensacional tomou a ALERJ e a Central” - porque era só “tomou a ALERJ com pedra e pau”, mas aí depois que a gente teve aquela vitória (a gente eu digo todas as figuras que compõem aqui) que tiveram aquela vitória na Central do Brasil que foi o catracaço, que a galera conseguiu que várias pessoas foram embora pra casa.

Aí infelizmente foi repetir a mesma dose – que aí a coisa saiu de controle, a galera que chegou foi correndo pra fazer o catracaço e aí é óbvio que a polícia não ia deixar 2 vezes.

Cara, foi lindo, assim. A gente estava lá e inclusive a gente fez depois o número do fogo na catraca, aquela coisa bem legal. Cara, foi assim, muitas pessoas passando. E pouquíssimas, pouquíssimas mesmo falava “não, eu vou pagar a passagem” e porque não tem um entendimento ainda... E as pessoas indo indo, indo, por cima, por baixo, pelo lado, várias catracas.

## GREVE DOS GARIS

*Não tem arrego!*

Imagem 17: manifestação durante a greve dos garis



Crédito: Rafael Daguerre

No mês de fevereiro, antes da nossa data-base que seria primeiro de março, nós no finalzinho fomos até a diretoria do sindicato e fomos pedir a ele uma reunião com a diretoria – o que nos foi negado. Quando negaram essa reunião nós marcamos outro dia de voltar lá e voltamos com intuito de – isso já no final do mês de fevereiro – com intuito de pedir que ele decretasse a greve a partir do dia primeiro. O sindicato a princípio viu isso como uma rebelião, porque todos os anos eles faziam lá a pauta de reivindicação da categoria e mandavam pros locais de trabalho, ninguém participava de nada, era algo autoritário. Mas essa turma, umas 100, 200 pessoas, nós fomos lá e fomos lá exigir que a partir do dia primeiro decretar essa greve da categoria. Nós chegamos lá por volta de 16 horas, né e fomos sair de lá por volta de 22 horas da

noite porque a diretoria do sindicato não queria assinar o papel decretando a greve a partir do primeiro de março, seria a nossa data-base.

Isso depois de muita pressão, muita muito bate-boca lá dentro do sindicato, nós conseguimos com que eles botassem uma nota lá e avisasse nos locais de trabalho e avisasse a diretoria da CONLURB que a CONLURB ia entrar em greve. Aí a partir dali nós passamos o que? A fazer mais chamada de *facebook*, de internet, com o intuito de mobilizar os outros trabalhadores [...] aí nós tínhamos traçado uma estratégia de se encontrar quase que diariamente, pra não perder o foco da coisa. Dali a gente tirava "olha, companheiros que puderem ir na gerência próxima ali, que você achar melhor, vai lá de grupo, de 20, 30 pessoas, 10, vai lá e avisa que não é pra trabalhar e não sei o que, leva o papel que tá assinado pelo sindicato. Aí começamos a fazer piquetes pela gerência, avisar os companheiros.

Por que deu resultado? Porque as pessoas também abraçaram, gostaram da nossa reivindicação.

Eu lembro que foi até num dia bem marcante, que foi no dia 8 de março, que você se lembra, né, que é o dia internacional da mulher, aí a prefeitura chamou pra mesa de negociação lá no TRT – o TRT em pleno sábado abriu suas portas lá, pra atender a categoria, e nós já tínhamos decididos a pauta, o que nós queríamos, foi colocado a pauta de reivindicação e a pauta foi toda ela atendida: o aumento de 37% no salário-base, o aumento acho que de 85% no ticket refeição, não houve punição pra nenhum trabalhador, não houve demissão de ninguém e o resultado nós saímos vitoriosos.

## NÃO VAI TER COPA

*E no Maraca  
Enquanto a bola rola  
Não tem saúde,  
Não tem transporte,  
Não tem escola!*

A campanha “Não Vai Ter Copa” colocou muito medo na elite, no Estado... Tanto é que eles tiveram uma contrapropaganda em relação à nossa, eles fizeram a propaganda “Vai Ter Copa Sim” e depois eles fizeram a campanha “Está tendo Copa”.

Em Copacabana e na manifestação dos professores nesse mesmo dia foram mais de 5 mil pessoas, foi importante para mostrar que não era uma unanimidade a Copa do Mundo, e repercutiu muito lá fora. Lá fora a galera repercutiu muito isso, mostrou que a FIFA estava sendo contestada dentro do “país do futebol”. Isso não é pouca coisa! Muita gente quer tirar a importância: “ah, era milzinho contra a Copa”. Não! Não era milzinho contra a Copa, era muito mais, Tinha mil numa manifestação? Sim, tinha mil, mas não quer dizer que a população não estava apoiando aquilo. Também não quer dizer que a população que estava vendo o jogo não estava apoiando as pautas do “Não Vai Ter Copa”, sabe? A gente fez uma panfletagem, por exemplo, na favela – panfletagem pra final, assim – um monte de gente falando que ia no ato, a gente parava pra conversar com a galera e a galera cheia de raiva mesmo, cheia de ódio da Copa.

Mas aí felizmente umas semanas antes de começar a Copa a gente começou a realizar algumas manifestações. A universidade que eu estudo é a UERJ, que fica do lado do Maracanã, e a universidade ia ser usada como estacionamento durante a Copa, ia até entrar dinheiro disso aí e ninguém sabia de nada, assim, não tinha transparência nenhuma, tudo por debaixo dos panos.

Dia 12 [de junho de 2014] foi decretado meio período de feriado, meio feriado né, por causa do jogo foi dado meio expediente, as pessoas saíram mais cedo do trabalho e tal aí a frente de lutas tinha um calendário pra esse período de Copa e esse primeiro ato que eu fui foi da Frente Independente Popular, foi a tarde em Copacabana, a intenção das

... pessoas era protestar em frente a um centro de imprensa que tinha sido instalado em Copacabana, só que também estava tendo *Fifa Fan Fest*<sup>59</sup>. E teve aprovação por parte de algumas pessoas, hostilidade por parte de outras. Como área mais nobre, mais elitizada, de pessoas que realmente são beneficiadas pelo estado de coisas atual do Brasil, né, que residem nessa área, algumas pessoas são beneficiadas e residem nessa área... Então a gente teve hostilidade por parte claramente dessas pessoas que eram de camadas mais elevadas, assim, socioeconomicamente da população. A gente não teve uma repressão como de praxe, até por ter o *Fifa Fan Fest* e o Copacabana [Palace], uma área nobre uma área postal, então a polícia acabou não fazendo a repressão dela habitual e a gente conseguiu encerrar o ato.

Foi algo também que nesse período de Copa foi marcante que foi quando eu de fato me envolvi na militância, pude aprender bastante de política nesse período. Algumas coisas que esclareci ainda mais, a posição dos partidos que disputam eleição, poder ver a postura deles de encerrarem todas as greves antes da Copa, de serem contrários de deixar que as greves continuassem durante a Copa – e a única greve que persistiu foi a dos profissionais da educação, pelo menos aqui no caso do Rio eles também fizeram de tudo para implodir a greve, uma postura extremamente recuada, impopular, né?

### *Final da Copa, ato na Saens Peña*

A Saens Peña não era muito fácil de cercar. Eles precisavam de muita gente: eles botaram muita gente. Porque tem muita rua que sai da Saens Peña.

E pra fechar o ato da Copa na Saens Peña onde a gente ficou 3 horas trancados lá dentro sem poder sair... Quando eu ouvi... Eu falei: "Anônima!!! A gente não tem pra onde ir, a gente está cercado!" E a gente cantando: [canta] "Hoje o quilombo vem dizer/ Favela vem dizer/ A rua vem dizer/ Que é nós/Por nós". E aí ela: "vamos cantar, é o que

59 FIFA FAN FEST foi um espaço montado na praia de Copacabana com shows, exposições e telões para torcedores e turistas acompanharem a Copa do Mundo de 2014.

tem pra hoje”. E a gente com a bandeira e indo... Eu: “meu deus a gente não tem pra onde ir”. A gente ia: polícia. A gente voltava: polícia. A gente ia pro lado: polícia. A gente ia pro lado: polícia. A gente só ficou indo e voltando, indo e voltando até que uma hora eles começam a tacar bomba aí eu lembro que eu caí e alguém veio: “levanta!” E a gente correu desesperadamente só que estávamos cercados, né? Todas as ruas fechadas e esse dia foi emblemático também porque era só a gente mesmo: anarquistas, FIP, favelados... Tinha uma galera de partido? Tinha, mas era menos. E a gente foi tipo final da Copa, então a gente já sabia o que ia esperar só que viver aquilo na pele é muita coisa. Então aquele dia foi bem chocante, assim. Foi chocante e importante porque eu vi aquele dia como um ato de coragem porque porra, a gente tinha noção, né? Era final da Copa!

[Sobre o gás de lacrimogêneo azul] “Estão testando essa porra na gente, cara!” A gente não sabia nem que porra era aquela. Tá no nosso corpo ainda...

Foi apavorante aquele dia, mas foi importante. E Olimpíadas a gente está aí, né? Está aí pra negócio.

Imagem 18: gás lacrimogêneo azul disparado durante cerco policial contra os manifestantes na Praça Saens Peña



Fonte: desconhecida.

## Prisões da Copa

*Oh Polícia diz pra mim  
Cadê o Bakunin?*

... Ligaram pra gente – não sei quem foi – e falaram: “um monte de galera está sendo presa”, eu falei: “ah, estão brincando com a gente, né?”

Quem é esse telefone? Bloqueado o telefone, o número não está dando pra retornar. Meia hora depois um amigo fala: “pô, a polícia!” Saí do quarto e, pelo menos, uns 7 policiais da CORE dentro da sala de fuzil,

balaclava<sup>60</sup> e falando:

– Cadê as armas, cadê as armas?”

E eu: - "que armas? Calma aí!"

– Cadê as armas, fuzil, pistola, as drogas?

– Não tem nada disso aqui.

– Como que não?

– Não tem.

Aí depois de muita conversa assim – conversa entre aspas – eles vieram falar pra gente que estavam achando que era mandado pra uns traficantes de drogas, que foi passado pra eles isso. Que eles nem sabiam. Isso eles falaram pra mim. E automaticamente botaram no meio da rua pra tdo mundo ver, na frente dos carros, pararam os carros, algemados.

E o tempo inteiro dentro da viatura um terror psicológico absurdo, falando que “vandalismo não é só quem faz, mas é quem manda também”, “você merece estar sendo presa sim, para de ser ridícula e ficar falando que isso é uma perseguida política porque não é”, “fica na moral, cala a tua boca”. Eu estava bem nervosa e só eles falavam, mas quando eu tentava rebater eles falavam: “fica na moral cala tua boca e só ouve”, sabe?

Eles bateram, chamaram, fui lá receber.

– Bom dia.

– Bom dia. O senhor que é o Sr. Anônimo?

– Sim, sou o Anônimo e tal e tal. Pois não?

<sup>60</sup> Um gorro que cobre o rosto todo, deixando apenas os olhos a mostra. É também chamado de passa-montanha ou gorro ninja.

- O senhor pode vir aqui fora que a gente quer conversar com o senhor?  
– Não. Não tenho o que conversar com vocês. O que vocês querem conversar comigo? Primeira coisa: vocês tem mandado?  
– Temos. Temos mandado.  
– Então por favor quero ver o mandado.  
Aí mostrou o mandado pra mim. Com o dedo aqui em cima. Aí eu perguntei:  
– Mandado de busca e apreensão ou de prisão?  
– Então, está aqui o mandado.  
– Não, estou perguntando: que mandado é esse? – ele colocou o dedo justamente onde estava especificando o que era o mandado.  
– Não, quero saber: só vou abrir se você tiver um mandado!  
- [faz tom de voz mais brusco, imitando o policial] Tenho os dois, *mermão*, de busca e de apreensão e de prisão, abre essa porra agora senão a gente...  
Aí mudou, né, aquela abordagem. Eles tentaram, primeiro, tranquilos, pra que eu saísse, pra tentar me pegar ali fora. Aí mudou totalmente a abordagem: “vamos arrombar essa porra e que não sei o que”. Aí veio os caras já – era um delegado com dois caras com fuzil – aí abri a porta, aí mostraram o mandado com a minha foto, apelido e não sei o que e tinha ali os 5 dias, mandado previsto pra 5 dias de prisão.

## 2015 – Refluxo

Não acho que a gente sofreu uma decadência. Acho que existiram falhas. E é normal de todo movimento, sabe? Em toda história, todos os lugares do mundo: existe fluxo e refluxo, sabe? Porque é muita porrada de volta, nem todo mundo vai... As pessoas uma hora falam: “não, agora quero estudar, trabalhar”, sabe? E aí você vai fazer o que?

Era muito confusa a rua, né? 2013, até 2014, as pessoas se identificaram, entende? E as pessoas foram desistindo. É muito uma questão de ciclo. Tenho muito claro que é... Tem um ciclo de 3 à 4 anos pras coisas acontecerem e os grupos se perderem e as coisas mudarem... Enfim, outros atores. E talvez seja por isso que são de 4, 5, 6 anos e existem nos próprios grupos não institucionalizados eles duram isso... ONGs também... Tem toda uma questão desses ciclos. Mas eu já estou divagando demais.

Entre 2014 pós prisão dos 23, final da Copa, simplesmente parece que acabou tudo: as pessoas se retiraram no geral e quem manteve coisas acontecendo nas ruas foram as Assembleias... Muitos atos, chamando muitas manifestações – porque as pessoas pararam de chamar, as Assembleias chamavam – e como as Assembleias não eram nem partidos nem grupos organizados, no sentido tradicional, né (de grupo anarquista, grupo comunista, grupo não sei o que, grupo estudantil), várias pessoas iam grudando naqueles atos.

2016

## Sobre os legados e continuidades das lutas e pautas das manifestações de junho de 2013

Imagem 19: manifestação feminista 08 de junho de 2016



Fonte: Feministas ao Combate (FaC). Disponível em: <https://www.facebook.com/feministasaocombate/photos/a.1551168018512828.1073741828.1550211551941808/1557254591237504/?type=3&theater>.

## OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

### *Ocupação de escolas estaduais*

*Bateu uma onda forte  
Tá tendo ocupação  
Da Zona Sul à Zona Norte*

É uma experiência muito grande você ocupar um colégio e colocar em prática a autogestão, é uma experiência muito boa.

Inspirados pela galera de São Paulo eles pensaram: “o pessoal ocupou, deu certo, resistiram, acho que o esforço vale aqui também”. Aí os alunos, junto de outros apoiadores, ocuparam [a escola]. Aí tipo da noite pro dia já era 70, 80 colégios ocupados no Estado, muitos fora do município do Rio e foi um movimento muito lindo, com a ideia de autogestão dentro deles, tipo resistência contra o Estado, sabe? Tipo se ele não der o que a gente quer então a gente ocupa e paralisa as funções do Estado, as funções que não nos contemplam.

Sempre foi a ideia da ocupação na [escola] e de outras escolas de ser autogestionado [...] A gente pensa em prol da mesma coisa e a gente luta pelo mesmo objetivo, nossa ideia é igual: eu não mereço ter mais voz do que você. Então a ideia sempre foi essa. E a gente sempre... Tipo, nunca quis apontar lideranças, nunca quis colocar liderança, não é essa a particularidade de um movimento horizontal

Deu um problema e o *Desocupa* ficou cada vez mais agressivo. Eles iam no colégio quase todo dia, tacavam bomba, tacavam pedra... Teve uma tentativa de desocupação que acertaram uma pedra na cabeça de um colega meu... Tacaram um colega meu do segundo andar do colégio, isso foi bizarro.

Aí o *Desocupa* na nossa escola foi bem brutal... E em outros colégios.

Antes do Estado perseguir a gente, depois e durante da ocupação da Seeduc, a perseguição aconteceu muito com o *Desocupa*. Até hoje a gente acha, tem quase provas, de que o *Desocupa* foi financiado. Essa galera tava atrelada ao governo do Estado, atrelada à secretaria de educação... A Secretaria de Educação uma vez divulgou no twitter, no

twitter da Seeduc que ia ter uma manifestação contra a ocupação na porta de um colégio estadual! Inclusive o movimento do *desocupa* teve uma liderança que era um aluno e que não foi indiciado até hoje, sabe? Que não vai responder por nada que ele fez, por toda a discórdia que ele fez... O Governo do Estado simplesmente se calou.

### *Ocupação da Secretaria Estadual de Educação (Seeduc)*

*Ocupa tudo!*

*Ocupa tudo!*

Imagem 20: ocupação da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro.



Crédito: Mídia 1508

Tinha pessoas de todos os colégios lá, de todos os colégios que foram independentes, todos os colégios que estavam interessados na resistência.

Aconteceram, se não me engano, que eu me lembre, 4 ocupações da Seeduc, entre aspas. Duas foram realizadas com todas as entidades e não duraram mais do que 24 horas. Não porque não teve resistência, sabe, é porque decidiram sair mesmo, porque tiveram migalhas jogadas nas mãos e decidiram sair [...] Duas vezes tentaram ocupar e só na segunda

conseguiram, na primeira teve... Tentaram resistir à desocupação do choque e foi tipo... Tem até vídeos, foi absurdo. Foi um massacre.

Porque foi uma ocupação que a gente nem imaginava que ia durar três semanas e foi uma coisa muito grande, ninguém de lá nunca se imaginou ocupando a Secretaria de Educação pedindo por melhorias. E foi uma pressão muito grande. Teve um período que a gente foi impedido de comer, sabe? A Polícia Militar não tava deixando, por ordem dos comandantes, entrar comida. Por isso que os professores ajudavam muito a gente. Clandestinamente eles jogavam comida pra gente do lado de dentro, jogavam água... Cara, tinha horário pra eles entregarem galão de água – depois de eles não permitirem, sabe? Aí aconteceu muito de a gente passar horas sem comer, passar muito sufoco, ou às vezes ficar um dia sem tomar banho porque ficava sem água... Eles tiravam a água o tempo todo, a gente já tomou banho de mangueira e tudo.

Pelo menos três ou quatro viaturas do lado de fora, todo dia, espiando pra ver se ninguém ia entrar na ocupação. Se a gente saísse, a gente sempre voltava a entrar clandestinamente. Toda pessoa que precisava dar um apoio do lado de dentro entrava clandestinamente, a gente sempre dava um jeito [...] Algumas pessoas iam pro trabalho e voltavam pra ocupação, entravam clandestinamente [...] Aí lá a gente tinha aquele foco específico: a gente tá aqui pela luta, pela resistência, porque a gente tem o que pedir do governo ainda. Que eram as pautas gerais.

A gente pegou no coração do estado, que foi a secretaria de educação. Aí devido a isso da Polícia Militar estar do lado de fora, a gente teve que mudar a conjuntura da ocupação.

## MANIFESTAÇÕES CONTESTANDO AS OLIMPIÁDAS

*Não Vai Ter Tocha!*

Imagem 21: manifestação durante a cerimônia de abertura das Olimpíadas em 05 de agosto de 2016



Crédito: Rafael Daguerre

Imagem 22: bomba de gás lacrimogêneo colorido, manifestação de abertura dos Jogos Olímpicos em 05 de agosto de 2016



Crédito: Bruna Freire

**“VOLTAMOS”**

*Olha eu aqui de novo!  
Olha eu aqui de novo!*

Imagem 23: manifestantes na frente da Câmara Municipal ao final da manifestação do dia 18 de outubro de 2016 contra as reformas trabalhistas.



Fonte: Desconhecida

### *Considerações sobre o capítulo*

A História mostra que não importa quanto e como as forças repressivas avançam: elas nunca são plenas e entre suas lacunas sempre surgem pontos e linhas de resistência. E quem está nas ruas sabe que cada manifestação traz em si um mundo de possibilidades e revoltas. Os manifestantes sabem, a polícia sabe: cada *ato* isolado traz em si uma guerra. Às vezes uma guerra fria, às vezes uma guerra apimentada, mas sempre uma disputa de forças antagônicas que anseiam por diferentes caos. Os cassetetes em punho anunciam um massacre que é rapidamente replicado pelos rostos cobertos e gritos urgentes. *Uh! Uh! Uh! Uh! Uh!* O momento de caos é o momento em que o inesperado se torna óbvio, que as multidões não são mais pessoas isoladas, mas *bandos*, *potência*, criação. No caos, as injustiças sociais são vingadas nos vidros dos bancos ao mesmo tempo em que são reforçadas pela força de repressão do Estado sobre a população desarmada ou, quando muito, provida de algumas pedras ou um rojão. A pólvora do povo, a máxima de sua força, mata menos do que o gás da repressão, o mínimo de sua capacidade. O que faz o povo ser mais forte, então? O que levam as pessoas a continuar nas ruas? Para eventuais forças repressivas lendo esta tese procurando um meio de calar mais enfaticamente as multidões, eu adianto que há, sim, um meio simples de calar a revolta: que ela não seja necessária. A destruição completa das fronteiras, dos preconceitos, dos lucros, dos privilégios, das desigualdades, da verticalidade de todas as formas de ação política... Assim a revolta se dissolve no ar, pois ela é uma resposta imediata às violências. Enquanto isso não acontece, sempre haverá revoltas, mesmo que as repressões acreditem que as tenha sanado.

Alguns relatos de junho de 2013 parecem trazer, para os mais velhos na militância, a consagração de um sonho, ao passo que para os mais novos seria algo como a criação de novas possibilidades. E o que será dessa juventude que nasce nessa militância? De repente caiu uma cortina e a revolta se fez mais do que necessária, pois isso ela sempre o é, mas ela se fez, enfim, mais uma vez possível. Ninguém sabe ou pode dizer o que foi junho de 2013 de fato, pois foram muitos junhos em um só mês e cujos efeitos nas ruas permaneceram. Não quis tratar aqui da ameaça fascista então em ascensão: parece uma fórmula, como pontua Pál Perbart (2003): a relação entre resistência e controle não estão desvinculadas, afinal. Inegável o aumento de fascismos tanto

institucionais como em microesferas, cotidianos. Igualmente inegável são as conquistas contra este.

Entre os sujeitos desta pesquisa, com os quais procurei estabelecer uma relação mais próxima, junho de 2013 foi mais do que uma explosão, foram faíscas que pousaram em muitos lugares e que, tantas vezes adormecidas, despertam rapidamente ao som de um trovão.

“Voltamos”, com um A na bola no meio, escrito na Câmara Municipal com spray em uma manifestação no dia 17 de outubro de 2016. Quem volta? Aqueles que surgem ao mesmo tempo aqueles que permanecem, aqueles que jamais deixaram a militância, aqueles que começaram, aqueles que se afastaram por um tempo, tudo isso e um pouco mais: quem volta são *as ruas*. A própria possibilidade de revolta. O Levante de junho de 2013 despertou mais do que revolta, da certeza de que se é possível mudar: trouxe também uma nova paixão, um querer de mudanças e *ação direta*. Depois dos levantes, muitas manifestações surgem querendo manter ou reviver esse espírito de 2013, um espírito de revolta latente. E é essa talvez a maior consequência de junho: a certeza interiorizada de sempre existir uma possibilidade a mais de revolta.

No próximo capítulo gostaria de deixar essa parte mais poética de lado e passar às minúcias do trabalho antropológico mais clássico, por assim dizer. A partir da seleção de relatos, gostaria de trazer e discutir questões que apareceram de maneira mais centrais para a problemática em questão.

## Capítulo 4

### Vozes e formas: a rua como palco do político

*Os gays, as bi, as travas e as sapatão  
Tão tudo preparada pra fazer revolução!*<sup>61</sup>

Minha perspectiva nesta tese reconhece que as manifestações de junho de 2013 foram e continuam sendo alvo de uma disputa por seus significados políticos e ideológicos e que esse processo ocorre em diversas frentes e através de diferentes *platôs* de atuação e é reclamado por grupos políticos distintos. As diferentes forças políticas defendem versões variadas do que foram as manifestações de junho através da identificação das suas pautas, causas, finalidades e efeitos.

Alguns militantes do PT, por exemplo, defendiam que as manifestações foram uma farsa articulada pela Rede Globo e pelas elites dominantes para derrubar um governo legítimo de esquerda. Nesse sentido *as ruas* realmente teriam levado a um golpe de Estado ou, ao menos, contribuíram com isso. Esses argumentos começaram a surgir já em 2013 no auge das manifestações, antes mesmo das eleições de 2014, e ganharam força por ocasião do *impeachment* da então presidenta Dilma Rouseff.

Outras narrativas defendem que junho de 2013 deu origem a um momento de ascensão da direita ou mesmo do fascismo e outras, ainda, apontam que era apenas uma massa acéfala se deixando levar para todos os lados. Mas também existem defesas de que junho de 2013 foi um salto político histórico. E, como tenho afirmado, é sobre essa última narrativa que me debrucei na pesquisa de campo e nas análises que busco desenvolver neste trabalho.

De acordo com Lincoln Secco, as pautas das ruas foram duplicadas no final de junho de 2013:

de um lado a pauta popular, organizada de baixo para cima nos primeiros dias, na qual era central a questão da tarifa de transporte, induzida pelo Movimento Passe Livre (MPL)<sup>62</sup>. De outro, uma pauta que veio de cima para baixo. Essa era a pauta

61 Palavra de ordem

62 Convém ressaltar aqui que, conforme mostrou a pesquisa de campo, as pautas de massa surgiram muitas vezes independente desse movimento.

de massa. A questão aqui não é o conteúdo, mas a forma, ou seja, o que importa é como a ‘vanguarda’ interpela os demais. A linguagem de cima é apelativa como a publicidade. A de baixo assemelha-se ao jogral, escolhido pelo MPL em contraposição ao tradicional uso de carros de som e palanques (Secco, 2013, p. 72).

Seguindo linha de análise parecida, autores como Bruno Cava e Giuseppe Cocco entendem que era parcela da esquerda organizada em partidos e sindicatos que acusava as manifestações de serem desordeiras, desprovidas de razão ou mesmo que traziam traços fascistas (Cava, 2014; Cocco, 2014). Para a filósofa Camila Jourdan foram as pessoas que haviam sido expulsas das ruas que tentavam posteriormente vencer essa disputa dos discursos (Jourdan *apud* O que Resta de Junho, 2015).

Giuseppe Cocco entende que, com a ascensão da multidão nas ruas em junho de 2013 o governo, assustado, conseguiu reproduzir como regime discursivo apenas meios de negar e deslegitimar as manifestações, de forma que rapidamente as (des)qualificaram como *coxinhas* ou golpistas. E, assim como a mídia, procurou separar uma manifestação *pacífica* das ações atribuídas a uma minoria *baderneira*. Seguindo a lógica de desqualificar as manifestações no sentido de entendê-las como golpistas, defensores do então governo federal e mídias convencionais taxaram os jovens adeptos da tática *black bloc* de vândalos ou mesmo de fascistas (Cocco, 2014).

Para esse autor, muito foi falado de *fascismo* durante o Levante Popular de junho de maneira abusiva ignorando o fato de que “é o neodesenvolvimentismo que funciona numa lógica do progresso duplamente totalitária: pela racionalidade instrumental que mobiliza, e pelo pacto de governabilidade que o sustenta [...]”. E, sob tal perspectiva, “[f]ascista é o teleférico do complexo do Alemão” (Cocco, 2014, p. 13).

Essa inversão dos discursos foi referida pelos sujeitos da pesquisa como parte constituinte que embasou as pautas das manifestações juninas. Nesse sentido, a compreensão de que vândalo é o Estado e que fascista é a lógica como esse atua foram ferramentas de defesa da legitimidade das mobilizações de 2013.

Para Jourdan, ainda existem efeitos que se estendem dos protestos de junho de 2013 e essa é a razão pela qual as forças repressoras procuram criminalizar e/ou deslegitimar as forças que continuam nas ruas disputando suas pautas e reafirmando suas histórias. Nesse sentido junho é, ainda, aquele momento que aponta que um levante popular é possível e é por isso que a disputa de significados é tão acirrada (*apud* O que Resta de Junho, 2015).

As narrativas no começo da próxima sessão, de certa forma, demonstram uma consciência dessa disputa discursiva e buscam, assim, ocupar seu espaço de se colocar como verdades frente a esse permanente campo de disputas e de criação de significados. É nessas narrativas, que buscam contar os eventos a partir de dentro dos movimentos e na ótica dos sujeitos protagonistas, que foco este capítulo voltado a uma compreensão *das ruas* como palco da política.

Em um primeiro momento apresento e discuto as manifestações a partir das perspectivas dos sujeitos desta pesquisa e trago uma visão retrospectiva e crítica sobre o que eles entendem ser as consequências e desdobramentos das manifestações de 2013, para depois analisar as dinâmicas e as performances das ruas durante as manifestações de junho e suas continuidades. Na sequência, desenvolvo uma discussão sobre a multiplicidade de pautas das manifestações de 2013, sobre o contexto anterior a essas e seus legados. Depois analiso as trajetórias dos sujeitos na militância e finalizo discutindo essas experiências como modos de subjetivação que atravessam a divisão entre política e vida.

Seguem abaixo dois mapas desenhados por um estudante de Belas Artes procurando retratar os protestos sob uma estética marginal, trazidos aqui para ajudar a situar os leitores na visualização dos percursos das manifestações. O primeiro deles tem por foco as ruas do centro da cidade e, o segundo, o entorno do estádio Jornalista Mário Filho (Maracanã).



Imagem 25: mapa dos confrontos no entorno do Maracanã



Crédito Felipe Frieb de Carvalho

#### 4.1 “Nós avisamos”

*Tanto que tudo que a gente denunciou lá veio à tona, tudo, tudo. Os escândalos envolvendo Sérgio Cabral, a Odebrecht<sup>63</sup> por conta das obras no Maracanã também. Tudo. Tudo (Elisa Quadros apud Freire, 2017)<sup>64</sup>.*

“Nós avisamos”.

Ouvi isso em mesas de bares, em debates acadêmicos, em debates de militância, em conversas na internet. Comecei a ouvir essa sentença com frequência já a partir de 2015 e o coro foi aumentando com o passar dos meses e, depois, dos anos. A cada grande esquema de corrupção que era descoberto e publicizado, a cada político e grande empresário preso, foragido e/ou processado, a cada órgão público fechado, a cada salário atrasado, a cada denúncia de funcionário perseguido ou demitido, a cada promessa de golpe. O coro é repetido inúmeras vezes com certa revolta. As pessoas que o entoam são diversificadas: militantes em movimentos sociais, estudantes, trabalhadores e/ou pessoas que minimamente estiveram nas ruas em junho e que, por vezes frustradas, falam que o contexto atual era facilmente previsto, que qualquer análise mostrava isso.

*“O Balancê Balancê  
Escuta o que eu vou te dizer:  
Eike Batista vai se fuder!  
E leva o Cabral com você!”*

Difícil não lembrar dessas músicas agora 4 anos depois com tantas provas contra eles, com as prisões e tudo. A gente estava falando, né? Em 2013. E agora? (Anônimx, 2017).

63 Sérgio Cabral, ex-governador do Estado e Jacob Barata, um dos maiores empresários do ramo do transporte público da cidade. A referência à empreiteira Odebrecht diz respeito às denúncias de desvio de verba realizadas em obras públicas.

64 Disponível em: <https://ponte.org/elisa-quadros-sininho/>

Tudo o que estávamos denunciando em junho está aparecendo agora. Cabral, Odebrecht, Barata<sup>65</sup>, estão caindo um a um. A gente apanhou, foi preso, perseguido, processado e agora a própria justiça burguesa reconhece que nossas pautas estavam certas, que a gente estava certo (Anônimo, 2017).

Eu já havia formalmente saído de campo, mas, como acontece frequentemente nos trabalhos antropológicos, o campo demora um pouco para também sair de nós. Convivendo cotidianamente com o cenário político do Rio de Janeiro e do país como um todo, algumas questões frequentemente voltavam a receber minha atenção – e as lembranças que falavam desses “avisos” acabaram se tornando parte essencial da análise.

É comum as pautas de movimentos sociais serem rebatidas pelos seus críticos com argumentos que as neguem por seus pessimismos, seus vieses comprometidos ou por supostamente não entenderem a situação econômica como um todo. Infelizmente, também é comum que essas previsões se concretizem.

Os sujeitos desta pesquisa entendem que governantes e empresários fizeram inúmeras promessas - de que os megaeventos trariam desenvolvimento econômico e até bem-estar social - na tentativa de neutralizar as vozes dissidentes que apontavam que os gastos exorbitantes dispendidos às obras desses eventos não seriam recuperados pelo país da forma que se prometia e que os custos sociais jamais seriam sanados.

A crise desencadeada no contexto da organização dos megaeventos não aconteceu de forma repentina, mas foi se constituindo e sendo acentuada ao longo de um processo. E a cada novo marco desse processo – a notícia de um hospital falido, um empresário ou político preso acusado por esquemas de corrupção relacionados aos megaeventos, a notícia de mais uma morte em uma favela pacificada – essas vozes lembravam que já tinham avisado.

Além da questão da preparação da cidade para os megaeventos também eram mencionadas com frequência outras políticas públicas e formas de governar que, aos poucos, passaram a ser parte cotidiana do imaginário da população. Os *avisos*, assim, não se restringem aos

65 Jacob Barata, empresário, acusado de deter monopólio de licitações do transporte público da cidade.

eventos, mas talvez por uma proximidade histórica e impacto sociopolíticos eles foram constantemente citados pelos sujeitos. É no que se refere aos megaeventos cabe aqui algumas problematizações.

De acordo com Martin Curi os organizadores dos megaeventos, sejam eles membros de federações esportivas ou membros do governo, apresentam esses eventos como produtores de inúmeros benefícios para o país de forma automática e indubitável e, nesse sentido, os “megaeventos são entendidos como um meio de desenvolvimento acelerado do país anfitrião” (Curi, 2014, p. 66).

Tão logo foram anunciados, as críticas a esses eventos estiveram presentes principalmente por parte de pessoas ligadas aos movimentos sociais e, no caso das universidades, às áreas das ciências sociais e humanas, gerando uma divisão entre defensores e opositores dos megaeventos na qual um lado defende suas possíveis contribuições positivas para a economia do país e o outro lado denuncia seu caráter socialmente nocivo.<sup>66</sup>

Ao analisar os efeitos causados pelos megaeventos para a população carioca, Alexandre Magalhães discute como a preparação para os megaeventos implicou uma *reatualização* das práticas e discursos sobre a *remoção* de favelas da cidade. Esse autor entende que embora a favela sempre tenha sido vista como um problema social, foi através de suas lutas nos anos 1970 e 1980 que ela passou a ser vista como parte integrante da cidade e não apenas como algo provisório (Magalhães, 2013).

Com a iminência dos jogos olímpicos os poderes públicos passaram a investir nas (ou contra as?) favelas. Magalhães discute que se durante o regime de ditadura militar foi predominante uma política pública de remoções de favelas, no período de abertura democrática se iniciou um novo debate sobre como lidar com as favelas e as periferias em geral. Na tentativa de impedir qualquer associação com as políticas

66 Curi chama a atenção para o fato de que tanto os defensores como os críticos se utilizavam de cálculos financeiros extremamente precisos para justificar sua posição, seja ela a favor ou contra. Partindo das mesmas fontes de cálculos e chegando a resultados tão diferentes, o autor coloca que os números apenas aparentam uma objetividade. Para o autor, “o legado de um megaevento esportivo é algo tão complexo que dificilmente pode ser resumido em poucas palavras ou números. (Curi, 2014)

do regime anterior, o termo *remoção* deixa de ser utilizado para as representações e práticas sobre as favelas. Magalhães ressalta, porém, que “embora deslocada, a ‘remoção’, enquanto um dos elementos da linguagem prática que constitui a favela como um problema, persistiu nas intervenções do Estado nessas localidades, embora de forma residual” (Magalhães, 2013, p. 92-93). Com o advento dos megaeventos tanto o termo *remoção* quanto sua prática são reincorporados nas políticas públicas da cidade (Magalhães, 2013).

Outra política de grande impacto para a população que vive nas favelas foi a implementação gradual da força militar dentro dos espaços das favelas através das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), como será discutido no próximo capítulo.

Para Bruno de Vasconcelos Cardoso, os megaeventos têm sido utilizados nos últimos anos com a pretensão de ser uma forma de desenvolvimento para os países emergentes, sobretudo no que diz respeito ao aprimoramento da segurança pública, através de planos e investimentos para uma “modernização tecnológica” (Cardoso, 2013). Para esse autor, as medidas de segurança pública como um todo são um dos legados prometidos pelos megaeventos tanto no Brasil como em outros países, mas os investimentos em tecnologias de segurança mobilizam a indústria privada internacional através de um discurso no mercado de segurança especializado imposto pelas diretrizes das organizações desses eventos (Cardoso, 2013).

O Brasil é um país com grande índice de desigualdade social e no qual os investimentos com segurança pública têm ultrapassado os investimentos em políticas sociais. Além disso, faz parte da história recente dos governos militares o uso de dispositivos de repressão e intimidação da população. Para as pessoas com quem conversei nesta pesquisa, o investimento em segurança significa, na prática, investir em controle e repressão da população. Embora os sujeitos desta pesquisa entendam que não foram os megaeventos que acarretaram a crise como um todo, esses são considerados como propulsores e agravantes de problemas sociais na cidade e que também tiveram parcela de responsabilidade nas políticas de austeridade em âmbito nacional. E, conforme afirmavam os sujeitos da pesquisa, todas essas críticas já vinham sendo feitas, todo esse contexto já tinha sido *avisado*.

Rio de Janeiro, 2013. Multidões vão para as ruas. Meio a heterogeneidade dos protestos, as perspectivas de alinhamento político de direita tentaram impor suas pautas e demandas, mas *as ruas*, mesmo

em sua heterogeneidade, mantiveram como tendência a priorização das pautas de caráter mais popular e esquerdista. Véspera da Copa do mundo, gastos exorbitantes em estádios e infraestruturas temporárias para alojar as demandas dos megaeventos, morte de trabalhadores, tensão entre favelados e as UPPs e milhares de pessoas removidas de suas casas para dar espaço a essa nova cidade a ser construída como uma maquete turística de uma pretensão emergente.

Rio de Janeiro, 2017. Faz três anos que as empresas de serviços terceirizados deixaram de pagar seus funcionários regularmente, quando o fazem. Já faz mais de um ano que os salários dos servidores públicos do Estado estão sempre atrasados, sem perspectiva de regularização. Percebem-se rombos enormes em setores centrais como saúde e educação. Discurso de crise econômica, tensão política. E a denúncia que não quer se calar: “nós avisamos”.

Casamento da dona Baratinha 13.07.13, quase quatro anos depois [02.07.17] Barata é preso. Vocês tão vendo tudo isso que tá passando na mídia corporativa sobre a RELAÇÃO MAFIOSA entre empresários e políticos no RJ, como esse caso do Jacob Barata e Cabral?

VOCÊS TÃO LIGADO QUE AQUELAS PESSOAS QUE ERAM CHAMADAS DE VÂNDALOS E TERRORISTAS PASSARAM ANOS DENUNCIANDO TUDO ISSO, NÉ? AH TA.<sup>67</sup> Jamais vou esquecer do meu celular grampeado, da Conta bloqueada, dos carros me seguindo, dos amigos processados, presos e na clandestinidade. Pq isso aconteceu? PORQUE A GENTE DENUNCIAVA TUDO ISSO AÍ! Quem são os bandidos da história msm?! (Anônimx, 2017).

Por trás dessa aparente previsão não se encontra uma questão de vaidade sobre quem detém a verdade dos fatos, ou, pelo menos, não apenas. Tampouco diz respeito a se afirmar como certo a partir de uma perspectiva de análise de conjuntura passada, mas de se disputar ainda o

67 Trecho extraído da internet, em maiúsculo no original.

que sobrou do tempo presente de junho de 2013 uma vez que aqueles que tanto *avisaram* também eram os que defendiam que as ruas em junho eram compostas em muito pela esquerda, que não foram cooptadas pela direita, que não foram marionetes de interesses escusos e que não traziam uma maioria confusa ou da minoria fascista.

Muita coisa mudou, é claro, da conjuntura política macro de 2013 para 2017. Em 2013 ainda se tentava segurar a crise econômica que tinha se iniciado a partir da crise imobiliária estadunidense de 2008. Um dos argumentos para se manter o otimismo era a promessa de melhoras consideráveis após os megaeventos, o que logo se mostrou falso. Mesmo antes do término das Olimpíadas a crise era evidente principalmente na cidade do Rio de Janeiro, cidade que foi sede de tal evento. Semanas antes da realização dos Jogos Olímpicos o governo do Estado lança um decreto de calamidade pública do Rio de Janeiro que visa priorizar gastos com os eventos olímpicos em detrimento de serviços públicos para a população (O Globo, 2016). Depois da realização dos jogos, o Estado entrou em situação de déficit ainda maior, chegando a fechar serviços públicos nas áreas de saúde, educação e cultura e atrasar pagamento dos funcionários da rede estadual.<sup>68</sup> Dessa forma, se entende que os benefícios prometidos de melhorias estruturais e econômicas para a cidade e o estado jamais foram alcançados e se mostraram, no melhor dos casos, um erro de cálculo e, no pior, um cálculo muito bem realizado mas que beneficiaria apenas uma parcela específica da população.

Independente de qual dos inúmeros lados se assume desse discurso, se engana quem defende que a crise política brasileira se iniciou a partir dos protestos de 2013. Ao passo que Lula foi eleito nas suas duas gestões com bastante aceitação de quase todos os setores da sociedade, a eleição que deu origem ao governo Dilma mostra um país bem mais dividido. Ao final das eleições os gráficos eleitorais mostravam um país metade azul e metade vermelho e discursava-se que isso refletia uma grande tensão no cenário político e eleitoral brasileiro. Mas mais importante do que isso, é importante enfatizar que é a partir dessas eleições que se acentuam esses diversos discursos de ódio que tinham se mantido impronunciáveis nos anos anteriores. As saídas criativas da crise econômica iniciada em 2008 já se esgotavam e, meio

68 Trago como fonte aqui os relatos dos sujeitos nesta pesquisa, minha própria experiência na cidade e através do acompanhamento das notícias locais.

ao cenário de uma iminente crise econômica, acabaram sendo acentuados os discursos neoliberais contra os benefícios sociais de redistribuição de renda implementado pelos últimos governos. De alguma forma, o imaginário popular associa essa política de benefícios sociais como algo realizado exclusivamente pelo governo petista e como um dos fatores responsáveis pelo estado de crise econômica do país.

Em 2016, além da crise econômica avançada, a crise social e até mesmo subjetiva se acirrou bastante ao ponto de termos passado por um processo de *impeachment*, incontáveis processos de grandes esquemas de corrupção e desvio de verba que em alguns poucos casos resultaram em prisão. Embora esses casos tenham sido raros, é difícil pensar que a prisão de figuras políticas importantes como o ex-governador do Estado e de sua esposa não afetaria o imaginário social da população. A crise de representatividade, entendida como um possibilitador das manifestações de junho se acentua ainda mais e, mediante a esse cenário, faz sentido que as pessoas lembrem o que foi, mais do que avisado, tentado evitar que acontecesse. E é nesse sentido que as leituras e tentativas de entender a história recente são também um campo de disputa ideológica.

De forma simplificada, parte da esquerda que atua na forma de partidos institucionais defende que 2013 foi o prelúdio de um golpe uma vez que o cenário político instável foi acirrado e culminou com as manifestações de 2015, manifestações essas que, por sua vez, teriam sido as responsáveis pela implementação do processo de golpe institucional. Os partidos de direita e que se identificam atualmente com as políticas neoliberais defendem que o que levou aos protestos foi uma insatisfação com as últimas administrações presidenciais. Nesse discurso, as pautas consideradas legítimas dizem respeito às falas contra corrupção e contra o Partido dos Trabalhadores, entre outras, e se considera que a revolta acometeu a população em geral, principalmente estudantes e cidadãos preocupados com o futuro do país, mas que as ações radicalizadas e os confrontos eram causados por uma minoria *vândala* que, enquanto tal, não tinha legitimidade. Outra parcela da direita com tendências militaristas ou mesmo neofascistas usam a conjuntura de protestos para propor uma saída para essa situação de caos que passe por medidas extremas, desde reformas políticas e sociais até uma possível intervenção militar. Em contrapartida a esse último discurso, uma esquerda partidária, temerosa de que o golpe militar se repita, decidiu sair das ruas. Esses discursos surgiam e se disseminavam

de forma não linear, relacionais entre si e de acordo com a conjuntura das manifestações de rua e seus impactos.

Como dito anteriormente, esse trabalho não vai abordar nenhuma dessas perspectivas a não ser para confrontá-las a partir das perspectivas da militância *combativa* e *independente* carioca. E, dentro de tal perspectiva, os sujeitos desta pesquisa entendem que as direitas tentaram se apropriar de uma revolta genuinamente popular e que um levante conservador não aconteceu, mas somente se tornaram mais visíveis os afetos conservadores que já aconteciam nos últimos anos e que, em parte, isso aconteceu em resposta às pautas colocadas pelas esquerdas nas ruas. Fenômeno como a iconização de políticos como Jair Bolsonaro, nesse sentido, seria um tipo de resposta de um grupo que se sentiu verdadeiramente ameaçado tanto pelas perspectivas de anos de um governo caracterizado como esquerda como pela possibilidade de que esse cenário se acentuasse ainda mais. Desde o auge das manifestações de 2013 surgiu a problematização de uma potencial extrema direita reacionária tomando conta das pautas das ruas. Secco narra que no dia 20 de junho em São Paulo grupos neonazistas expulsavam uma parcela da esquerda partidária das ruas e era aplaudido pelo povo de verde e amarelo, gerando uma confusão de interpretação das intenções das pessoas nas ruas e que um movimento que começara *apartidário* estava se tornando *antipartidário* (Secco, 2013).

No que se refere aos partidos de esquerda, a vertente *combativa* e *independente* carioca efetua uma análise de conjuntura mais ampla sobre as alianças realizadas pelo governo petista - com grandes empresários, agronegócio, bancada religiosa, etc.<sup>69</sup> - e consideram que essas tiveram parcela de responsabilidade pelo afastamento das massas nas políticas do partido.

Embora contrários ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Roussef e de acordo de que esse foi resultado de um golpe político, a argumentação geral dos sujeitos desta pesquisa se concentra de que outro golpe – o eleitoral em si – já estava dado de antemão e apontam para algumas medidas públicas adotadas pelo governo Dilma para afirmar que esse, ao contrário do que defende os petistas, não foi um governo do povo. Dentre os principais eventos criticados pelos

69 Para uma discussão aprofundada sobre o tema, ver: SANTOS, Wanderley Guilherme. A democracia impedida: o Brasil no século XXI. FGV Editora: Rio de Janeiro, 2017.

interlocutores destacam-se a militarização e a presença constante do exército nas favelas, as medidas repressivas aos movimentos sociais como os processos, prisões e a Lei do Terrorismo, promulgada já durante o processo de *impeachment*. Nesse cenário, a procura por deixar claro o que estava em pauta nas ruas durante as manifestações de junho se reatualiza nos discursos *combativos*:

Só diz que 2013 foi de direita quem:

1 – não estava lá.

2 – tem interesses eleitorais com essa afirmação (Anônimx, 2017).

Tinha gente de direita em 20 de junho? Sim, e vocês esperam o que em uma convulsão social além de tudo amplamente divulgada pela Globo, quando ainda tentava dirigir os protestos? Felizmente, a esquerda independente tomou a dianteira e deu o tom daquele e dos protestos seguintes. Basta ver as pautas. A esquerda eleitoreira fugiu apavorada, ou viu que a crítica era inclusive àqueles que estavam no poder, se diziam de esquerda e mantinham as velhas práticas. Achar que oposição ao PT é necessariamente de direita é má fé ou visão muito estreita de mundo (Anônimx, 2017).

Muitos amigos meus tiveram medo. A coisa ficou feia mesmo. Mas viram nessa reescritura dos fatos uma boa desculpa para terem deixado as ruas. A consciência fica mais tranquila. Mas, gente, ter medo é normal. O que não é normal é mentir, dizer que 2013 foi de direita, apenas pra tentar salvar a imagem do PT, esse mesmo que reprimiu os protestos com mão de ferro (Anônimx, 2017).

Um ponto de argumentação que defende que 2013 foi de caráter esquerdista *combativo* e *independente* diz respeito às principais pautas que estavam nas ruas e que continuaram nas ruas após o ápice das Jornadas de Junho. A pauta do transporte, que se entende como o pivô das mobilizações a nível nacional, teve também um papel importante no Rio de Janeiro. A primeira ocupação da Câmara Municipal realizada nas

Jornadas de junho tinha como principal pauta exigir a CPI dos transportes. Entre ocupações internas e externas (na praça da Cinelândia, frente à Câmara Municipal), entendia-se que a população estaria submetida à máfia dos transportes e exigiam que fosse instaurada uma CPI para averiguação dos contratos firmados a partir de 2010 envolvendo empresas de ônibus e a prefeitura da cidade. A ideia de instaurar uma CPI tinha como precedente a insatisfação da população em relação ao transporte público e indícios de que estaria se formando um cartel das empresas de ônibus na cidade, como já mostrava um relatório de 2012 assinado pelo Conselheiro Antônio Carlos Flores de Moraes<sup>70</sup>. A insatisfação pela qualidade do transporte aliada ao fato de que algumas famílias controlam o sistema de transporte ao longo de anos<sup>71</sup> foi um dos grandes desencadeadores desse processo. Com a proposta da CPI em andamento, os ocupantes da Câmara exigiam que os vereadores que não assinaram o documento pela criação da CPI renunciassem à comissão<sup>72</sup>. Entre os processos de instauração da CPI, em 09 de agosto de 2013, e inúmeros recessos e suspensões pela justiça<sup>73</sup>, algumas medidas foram tomadas em relação a empresários e políticos acusados: em junho de 2017, com o decreto de prisão de Jacob Barata Filho<sup>74</sup>, um dos maiores e mais conhecidos empresários do ramo das empresas de ônibus, e outros 10 indiciados em desdobramento da Operação Lava Jato que investigava corrupção no setor de transporte (O Globo, 2017). O alerta de que “nós avisamos” volta a ser presente nas falas. A pauta de melhoria do transporte urbano e redução das tarifas continuou presente nas ruas como central para muitos ativistas.

70 Ver: <http://ge.tt/9OsFW0k/v/0?c>

71 <https://oglobo.globo.com/infograficos/conglomerado-onibus/>

72 Ver: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/grupo-que-ocupa-a-camara-do-rio-nao-participa-de-reuniao-com-vereadores.f91e7c62c1470410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>;

73 Ver: <https://diariodotransporte.com.br/2014/03/12/cpi-dos-onibus-do-rio-de-janeiro-continua-suspensa-pela-justica/>,

<https://www.facebook.com/CPIdosOnibus/photos/a.479498245462099.1073741828.478111568934100/605555052856417/?type=3&theater>.

74 <https://www.portaldn7.com.br/noticias/rio-operacao-cumpre-novos-mandados-contra-mafia-do-transporte/>

A renúncia em 2014<sup>75</sup> e posterior prisão<sup>76</sup> do ex-Governador Sérgio Cabral em 2016 são outros argumentos usados nas narrativas para mostrar que as ruas não apenas eram fortes, mas que estavam certas. O acampamento denominado Ocupa Cabral, colocado na vizinhança do governador, somado aos inúmeros atos e manifestações nas redondezas, é colocado como principal responsável para isso vir à tona. Afirmar que suas narrativas estavam certas implica também afirmar que as causas e demandas eram justas e que centenas de pessoas foram agredidas e/ou presas injustamente, ao que a frase “nós avisamos” traz, assim, também essa denúncia de uma grande injustiça cometida contra aqueles que *avisavam*.

## 4.2 A dinâmica das ruas em 2013 e suas continuidades

Nesta seção gostaria de trazer alguns dos elementos sobre como se entendia a organização e performance das manifestações e também algumas questões sobre o uso do espaço urbano como palco desses protestos.

Em meio às ruas lotadas, grupos que já atuavam na militância política e/ou que tinham afinidade de linha política permaneciam próximos, levando suas próprias faixas e bandeiras, assim como os partidos políticos também atuavam. A maior parte das pessoas nas ruas na primeira fase do levante, no entanto, eram pessoas que não tinham histórico de participação política, de forma que “ir para as ruas” tinha conotações bastante diferentes. Para esses manifestantes de primeira viagem bastava estar nas ruas com seus cartazes e gritar palavras de ordem de suas escolhas, mas as pessoas com experiências prévias em ativismos tendiam a pensar manifestações como algo organizado com antecedência e obedecendo alguns critérios básicos como discussão do

75Ver: Ribeiro, Marcelle. Sérgio Cabral renuncia ao cargo de governador do Rio. TERRA. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/sergio-cabral-renuncia-ao-cargo-de-governador-do-rio.5d8dd32003925410VgnVCM3000009af154d0RCRD.html>. Acesso em junho de 2014.

76 Ver: Marcelo, Fausto. SÉRGIO CABRAL É PRESO EM OPERAÇÃO CALICUTE, NOVA FASE DA LAVA-JATO. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-deflagra-operacao-calicute-nova-fase-da-lava-jato>. Acesso em novembro de 2016.

percurso, qual a pauta de reivindicação, quais táticas seriam utilizadas (panfletagem, catracaço, passeata, etc.), quais equipamentos seriam empregados (carro de som, bandeiras, faixas, etc.), qual seria a faixa de abertura da manifestação e qual a estratégia se houvesse repressão policial, entre outras. Mas meio à multidão recém-formada, nada desse acordo prévio tinha espaço para acontecer.

A própria chamada para atos de rua, antes responsabilidade de centrais sindicais ou grupos militantes, passou a ter outro caráter e pessoas chamavam manifestações públicas a partir de seus próprios perfis pessoais nas redes sociais, principalmente o *facebook*. No auge das manifestações não era necessário que essas fossem chamadas previamente: bastava ir para as ruas porque sempre haveria mais pessoas manifestando ou dispostas a manifestar.

Conheci Anônimx durante as manifestações contrárias à Copa do Mundo de 2014 e, em uma conversa que estávamos tendo, eu disse levemente que tinha certa facilidade para perceber quem usaria ou não da tática *black bloc* durante os protestos. Ele me corrigiu prontamente e disse que eu não estava lá em 2013 e, assim, não tinha ideia do que era uma grande multidão onde todos em algum momento usavam ou usariam da tática: “era todo mundo”, disse. Sua fala me levou na direção de tentar entender mais a fundo como eram as manifestações em 2013 e como elas modificaram e foram modificadas pelos levantes populares de junho.

Em um primeiro momento predominou a *multidão*<sup>77</sup> que era heterogênea em diversos sentidos: em métodos, pautas, experiência política, idade, classe social, etc. Esse momento dura pouco pois logo se começam a dar nomes a essa multidão e aqui, para instituir sua relação de dominação sobre essa, o ato de nomear e atribuir sentidos traz consigo o poder de (ao menos tentar) gerir muitos grupos rebeldes que eram, até então, inomináveis. Com a instituição dos nomes surgem aos poucos as discordâncias e a autoafirmação a partir da negação do outro, que leva a uma nova disposição de discursos e lugares. Se proliferam as disputas pelas ruas.

As bandeiras nos atos têm funções específicas. Além de fazerem propaganda e dialogar com a sociedade, elas também são responsáveis por agregar pessoas afins. Através das bandeiras as pessoas

77 Entendida aqui como o ator político do contemporâneo (Hardt e Negri, 2005) e das manifestações juninas (Hardt, 2014).

se encontram em seus grupos de afinidades e militâncias ao mesmo tempo que reforçam suas subjetividades e identidades manifestantes. Em junho de 2013, em meio à grande insatisfação com o sistema eleitoral, bandeiras de partidos diversos foram atacadas por grupos de manifestantes não porque esses defendiam pautas específicas, mas porque elas, como um todo, eram entendidas como uma materialização do sistema eleitoral representativo que gerava descontentamento na população. Os partidos se materializaram em suas bandeiras que, como demais aspectos simbólicos que materializavam aspectos daquilo contra o qual se manifestava, viraram alvos de destruição. “Sem partido!” passou a ser um grito potente que unificava pessoas de ideologias diversas nas ruas. Mas se esse “sem partido” em um primeiro momento unia pessoas para se colocarem críticas ao sistema político vigente como um todo, em um segundo momento passou a ser instrumentalizado por ideologias fascistas e de repente o problema já não era o sistema representacional; para esse discurso de caráter fascista não bastava eliminar todo e qualquer partido, era necessário a existência de um partido único que desse conta de colocar em ordem essa grande bagunça no país. E então surgem as palavras pedindo *impeachment* da presidenta eleita e essas palavras se tornam gritos de ódio contra o PT e esse ódio contra o PT passa a ser um ódio contra todos os comunistas até que se chega ao ponto em que esse exercício associativo afirma que todas as camisetas vermelhas são símbolo dos comunistas rancorosos que querem destruir os cidadãos de bem, a igreja e os bons costumes.

Quando os manifestantes criam a divisão entre si mesmos começam a surgir lados específicos em disputa, mas não mais do povo contra o poder, mas do povo contra o povo. A partir dessa cisão as ruas ganham, de novo, certa ordem. Se antes as ruas eram miscigenadas, a partir desse momento os manifestantes de verde e amarelo não mais se juntavam aos temidos mascarados; manifestantes declaradamente militaristas e/ou fascistas tiveram espaço para aparecer e delimitar seu território e as ruas tiveram lugar para a disseminação de discursos de ódio diversos. E foi nesse cenário que as políticas redistributivas e afirmativas do PT dos últimos 11 anos passaram a ser criticadas por serem uma suposta imposição comunista para o restante da população.

As bandeiras resistem nas ruas, mas apenas aparentam estar juntas pois na prática estão em constante disputa ideológica e marcam lugares de pertencimento. As bandeiras formam blocos e esses têm seus

locais mais ou menos determinados. Por exemplo, uma bandeira preta no início da manifestação vira um *para raio de black bloc*, ponto em que adeptos da tática se reconhecem e se preparam. “O fato de estarem *caracterizadas* era um motivo para elas se juntarem”, diz Anônimx. E isso tende a acontecer com diversos grupos:

As pessoas tentavam entender aonde é que elas iam, com quem que elas ficavam. Tinha um bloco do PSOL, né, que ficava a bandinha, então elas viam a bandinha elas iam pra lá... O bloco do PSTU era bem estruturado, eles tinham assim uma coisa bem fechada (Anônimx, 2015).

A ideia base para a realização de uma manifestação de rua é geralmente fazer uma passeata com ou sem final definido, tomando as ruas para parar e/ou atrasar o trânsito com a finalidade de chamar atenção para a causa, divulgar as pautas para a população através de palavras de ordem e/ou panfletagem e provocar alguma reação nos órgãos públicos. Geralmente se iniciam depois de um período de *concentração* em determinado ponto de encontro (praças, frente de prédios públicos, etc.) no qual pode ocorrer alguma oficina de construção de cartazes ou faixas e gritos de palavras de ordem. Quando existem instrumentos, esses são tocados e quando é uma manifestação com carro de som as pessoas começam a fazer suas falas já se utilizando do recurso.

Quando agrupa um número considerável de pessoas, a manifestação se prepara para andar. Os manifestantes assumem as posições nas fileiras com as quais se identificam. Um bloco é formado por pessoas adeptas de políticas não institucionais, comunistas não partidários, anarquistas, independentes, *black blocs*. Os partidos se organizam cada qual em seu bloco, os sindicatos se organizam de modo a direcionar as falas. E a manifestação segue. Palavras de ordem são gritadas às vezes contra o carro de som que acompanha o ato. Algumas palavras de ordem unificam, faz a manifestação parecer só um bloco, ao passo que outras tem alcance apenas para pequenos grupos. “*Oooooooooo! Não Vai Ter Copa!*”, por exemplo, era uma das que mais agregava pessoas durante as manifestações que ocorreram por ocasião da realização da Copa do Mundo.

A repressão quase sempre acontece, de uma forma ou de outra. Nas manifestações na época da Copa do Mundo FIFA de Futebol,

quando os atos eram marcados na Praça Saens Peña, mal andávamos e já podia se sentir o cheiro ardido do spray de pimenta sendo jogado no ar. Também nessa época, um protesto chamado pelo MPL no centro da cidade em dia de jogo do Brasil, com concentração na frente da igreja Candelária, não conseguiu sair e policiais revistaram pessoas e impediram que essas se juntassem antes mesmo da manifestação começar.

As manifestações no centro da cidade que acompanhei seguiam mais ou menos um padrão. Chamadas por sindicatos ou centrais sindicais e com viés de pautas trabalhistas, faziam concentração na praça da Candelária para sair rumo Cinelândia, ALERJ ou Central. Os carros de som, impedidos de seguirem à frente do ato depois das manifestações de junho de 2013, seguem atrás da manifestação. Um bloco independente abre a manifestação seguido de blocos de partidos, escolas, coletivos, etc. Às vezes há também mais de um bloco independente. A polícia segue os manifestantes em todo o momento. Às vezes decidem revistar alguém que lhes pareça suspeito e algumas pessoas já podem ser detidas nesse momento – por porte de objetos como máscara de gás, por exemplo. Na maior parte das vezes, depois de uma pequena confusão, o ato segue.

O confronto começa de diversas formas.

Durante a Copa do Mundo e Olimpíadas, de repente todo um bloco está caracterizado e canta “*Uh! Uh! Uh!*”, indicando que o momento é para ser *combativo*, de forçar a entrada por ruas fechadas pelos policiais para impedir acesso às proximidades dos megaeventos: “deixa passar a revolta popular!”, gritam. Tomar as ruas é, aqui, retomar a autonomia da rua e, assim, da própria manifestação. O impedimento do ato seguir acirra os ânimos e logo uma bomba é lançada ou algum manifestante é detido ou se machuca, iniciando as revoltas. Alguns correm, outros se juntam em escudos. Um *black bloc* lança um coquetel molotov, a polícia lança bombas de gás lacrimogêneo e muitas pessoas começam a correr, mas outras, mais acostumadas com as ruas, pedem calma:

“Agrupam!”

Isso pode acontecer repetidas vezes.

No centro, às vezes no final do ato e sem nenhum motivo aparente, surge uma bomba vinda da polícia. Presidente Vargas ou Cinelândia lotada, aquela bomba de gás jogada bem no meio da

multidão. Algumas pessoas correm: “agrupa!” Um *black bloc*, com um martelo, tira pedras do chão e faz pequenos montes para outros poderem pegar. As pedras são arremessadas contra prédios públicos e o que entendem ser os símbolos do capital (como bancos, estabelecimentos comerciais de grandes corporações e a bolsa de valores, entre outros), mas também contra a polícia que avança. Linhas de escudos delimitam o espaço da resistência que é sempre muito fluída, é *dispersada*, mas logo se junta de novo. Isso acontece algumas vezes enquanto a polícia faz cercos cada vez mais agressivos nas vias pelas quais caminha o ato, expulsando e dispersando os manifestantes remanescentes até que esses não resistam mais e avaliem ser hora ou não de recuar ou, mais comumente, até que algumas pessoas decidam parar e outras continuem no confronto - ou simplesmente permanecem por não conseguirem sair da zona de ofensiva da polícia. Nos atos mais *radicalizados*, ou seja, quando os manifestantes conseguem reagir, é comum que vidraças de banco sejam quebradas, ônibus queimados e que as ruas tenham barricadas, com ou sem fogo, ao longo dos percursos de fuga sendo traçados.

E não existe um roteiro para essas ações. Por mais organizados que sejam esses atos, a reação é sempre isso: uma reação a uma ação anterior que machuca, humilha, aprisiona. As reações são defesas e essas, mesmo que previamente imaginadas, só conseguem ocorrer de forma espontânea, são inclusive aprendidas de forma espontânea.

E as pessoas começaram a se tocar que esse era o mecanismo delas se esconderem ali nesse meio, ali literalmente com as pedras mesmo, com o estilingue, era uma bomba de tinta, era botar a luva e devolver a bomba. Era simplesmente tentar (Anônimx, 2015).

Nesse sentido, cada *ação direta* que acontece na rua pode ser considerada em si uma ação de autodefesa e/ou de defesa da população tanto no sentido físico como no sentido político, de se adquirir direitos.

Porque quando as pessoas começaram a se armar - pegar um escudo pra se proteger - essas pessoas começaram a ser reprimidas: “não, fique e apanhe”, né? O direito de manifestação cai por terra. E assim, é muito absurdo, porque quando o governo quer,

quando o Estado quer eles fazem uma grande festa, um comício ou não sei o que pode parar tudo. A gente não pode parar a cidade por um descontentamento (Anônimo, 2014).

As manifestações que ocorriam no auge do Levante Popular de junho se concentravam no centro das cidades. As continuidades de manifestações, no entanto, foram se espalhando pela cidade. De acordo com Almeida e Grandi, durante os meses que se seguiram a junho de 2013 passou a ocorrer uma dispersão das manifestações que ocorriam nos centros das cidades e essas passaram a ocorrer também com pautas mais específicas e localizadas. Ou seja, descentralizada com pautas específicas em vez de centralizadas com múltiplas pautas ao longo do país. Em São Paulo, o MPL declarou que sairia das ruas após terem conseguido que o aumento de R\$ 0,20 centavos fosse retirado, mas voltou a atividades nas periferias de São Paulo poucos dias depois (Almeida e Grandi, 2015). No Rio de Janeiro passaram a ter mais atos de e nas periferias. Ao mesmo tempo, outras manifestações passaram a ter como alvo a Zona Sul, parte nobre da cidade e onde se entende estar a maior concentração de renda.

Os atos da Zona Sul foram engraçados. Às vezes a gente andava do Leblon à Copacabana, de Copacabana ao Leblon e às vezes depois ia pra Lapa, andando, fechando túnel, chovendo... Era uma andação, a gente andava, passava às vezes o dia inteiro andando pra cima e pra baixo (Anônimo, 2015).

Além disso, se destaca o caráter mais dinâmico dessas manifestações.

Ia andando no meio da rua, o ato ia se movendo. “Ah tá o que a gente vai fazer?” “Vamos pra Lapa”. “Ah, vamos pra lapa”, “e agora vamos fazer o que?” “Ah, tá rolando uma festa da Globo em Ipanema”, “vamos todo mundo”. Decidiam pelo microfone humano. Quando alguém queria falar era microfone humano e todo mundo se respeitava, qualquer um

podia falar. Esses atos eram de 500 pessoas, 1000 pessoas e era microfone humano e dava certo, se comunicava. E sempre no final ia pra alguma ocupação. Ocupa Câmara, Ocupa Cabral ou Aldeia (Anônimx, 2015).

Diferente das manifestações com grandes multidões nos centros das cidades com suas pautas heterogêneas, essas manifestações tinham recortes esquerdistas bem delimitados e traziam como pauta questões como o direito à cidade, denúncia das vítimas de policiais nas favelas, exposição do governador do estado, a questão indígena, a denúncia da cidade vista como um grande negócio para os megaeventos, etc.

Mas mesmo em seu auge e com toda sua heterogeneidade, as manifestações de junho são vistas pelos seus protagonistas como uma ruptura com o modo de ocupar as ruas que estava sendo praticados desde pelo menos o período da redemocratização.

As lutas pós anos 60, a construção da ALN, a morte do Marighela, do Lamarca – desses grandes nomes que eram realmente insubmissos ao Estado e tal – quando essas figuras foram tiradas de cena o que sobrou foi a esquerda partidária, né? [...] As Diretas Já é um movimento pacífico, os cara-pintada contra o Collor, tudo pacífico. Junho acabou com essa porra, entendeu? Isso foi lindo (Anônimx, 2015).

A seguir vou discutir mais profundamente sobre a heterogeneidade de pautas nas ruas em junho de 2013 e como, mesmo em meio a essa multiplicidade, consegue-se perceber o delineamento de pautas características das esquerdas.

### **4.3 Multiplicidade e heterogeneidade dos protestos, predomínio de pautas populares**

Apesar da defesa consensual de que eram as pautas da esquerda que predominavam nas ruas durante o Levante Popular de junho, não se nega que havia uma multiplicidade de pautas, grupos e pessoas.

Tinham pessoas de direita ali, na verdade tinham pautas saturadas, tudo misturada, tudo muito coisa. Mas a maior parte não era de direita, muito pelo contrário: a maior parte era de esquerda, mas uma boa parte dessa esquerda uma esquerda progressista, de classe média... (Anônimo, 2016).

E é importante lembrar também sobre junho que, diferente dessas manifestações de hoje [em 2015] - como parâmetro de comparação - são manifestações que surgem com demandas que têm toda essa questão “ah, manifestação de direita, manifestação de esquerda, a direita tentando dominar, tomar o movimento em determinado aspecto” mas a gente não pode esquecer que ela surge da questão do transporte público, né, e que as principais pautas que estavam nas ruas era saúde e educação pública - que são pautas históricas da esquerda. Não são pautas da direita: as pessoas não estavam reivindicando, enfim, pauta de classe média ou mais elitizadas... No meio daquele bolo todo a direita sempre vai pra rua, né? Foi assim em 64, foi assim em vários momentos de crise (Anônimo, 2015).

Além dessas diferenças também ouvi muitas afirmações de que devido a seu caráter heterogêneo *as ruas* eram compostas por uma massa por vezes também contraditória:

Eu lembro de uns atos, bem no início, que era uma coisa muito mesclada... Eu lembro de vários atos ali na Rio Branco, tu olhava pro lado e tinha um ator da Globo... A galera gritando... E era um bagulho muito esquizofrênico porque a galera gritava contra a Globo quando tinha um helicóptero da Globo filmando, aí quando o ator ou atriz aparecia do lado ali começava a pedir autógrafa. Aquela galera que ia pro ato pra tirar *selfie*, que ia com bandeira do Brasil, de verde e amarelo (Anônimo, 2016).

No metrô naquele dia 20 [de junho de 2013] tinha muita gente que não tinha uma visão muito crítica da sociedade e tudo o mais, mas estava ali na onda. Tinha gente de tudo quanto é tipo de pensamento lá no dia 20 – claro que ela tinha uma tendência à esquerda principalmente porque as organizações e movimentos sociais puxaram isso pra esquerda, mas tinham pessoas ali até de direita, tinha até alguns fascistas ali tentando disputar aquele movimento, na manifestação em geral (Anônimx, 2016).

Quando a gente chegou tinha aquela galera classe alta, moralista, olhou aquela galera boa parte da favela, negra, né? Todo mundo mal-encarado, com raiva da polícia, dizendo que ia se vingar da polícia, gritando, botando a máscara no começo, então todo mundo olhava meio espantado, assim, “olha!”. Mas aí quando chegou na linha de frente, antes de começar o *caô* já estava normal, ninguém mais olhava daquele jeito (Anônimx, 2016).

Essas falas têm como referência as primeiras manifestações, aquelas que aconteceram em junho e meados de julho de 2013 e as quais chamei no começo dessa tese como as manifestações do Gigante.

E o que me chamou a atenção esse dia foi a quantidade de pessoas na rua e a repressão. E foi uma das primeiras manifestações. E a dúvida, né: o que está acontecendo? Cada um estava com uma pauta na mão, mas estamos na rua. Aí o carro de som estava cantando o hino nacional enquanto a gente estava cantando contra a polícia (Anônimx, 2015).

Como podemos ver, dentro daquilo que se entende como essa multiplicidade, destaca-se a presença de pessoas e grupos de atuação política que muitas vezes têm suas relações pautadas por rivalidades, mas esses ainda são considerados e se consideram entre si como representantes de movimentos democráticos. Para além desses, no entanto, merece destaque a presença de perspectivas fascistas e ultraconservadoras que também se fizeram notar e assustaram os setores

de esquerda, de forma mais ou menos intensa conforme eram confrontadas por essas.

Em 2013 teve ainda os *white blocs*, que queriam confrontar os *black blocs*. Era tipo a reaçada, tá ligada? Só que não deu certo, não, fizeram um ato, fizeram uma página, mas não apareceram em nenhum ato (Anônimo, 2015).

Acho que abriu a caixa, né? O descontente vai pra rua. Pô, 64 foi a Marcha dos 100 mil e foi a Marcha com Deus em defesa da Família e da Propriedade no mesmo contexto. A esquerda vai pra rua – o proletariado marginal vai pra rua – mas a direita também vai. A diferença é que a gente, nesse contexto em junho a coisa foi uma marcha só com vários setores ali tentando disputar e hegemonizar o movimento (Anônimo, 2014).

Se por um lado uma militância esquerdista *independente* tendia a ver que meio a essa mistura existiam muitos significados implícitos, uma parte da esquerda partidária passou a defender que toda e qualquer afirmação contra os partidos seria passível de ter um viés fascista e exercê-lo de fato. A relação, claro, é sempre complexa. Em um contexto no qual as militâncias organizadas e partidos se diferem da *base*, saber diferenciar linhas inimigas e pessoas com as quais é possível o diálogo ou mesmo alianças é essencial. A presença de pautas pró ditadura militar e a formação de grupos de justiceiros, por exemplo, deixam claro suas perspectivas e ação. Pessoas vestidas de verde e amarelo contra a corrupção, no entanto, poderiam se tratar de casos mais ambíguos e merecem ser tratados com maior atenção. E mesmo posturas amplamente defendidas, como o grito “Sem Partido!”, se mostraram passíveis de inúmeras interpretações.

A gente não pode confundir o sujeito que bota uma camisa do Brasil verde e amarelo, vai com a bandeira, né, com a direita. Todo mundo entrou nessa pira: “caramba, todo mundo de verde e amarelo, fascismo!” Não, a galera está viajando. Não é fascismo, é outra coisa que está

acontecendo... Despolitização, pode ser, pode ser um monte de coisa, mas não era fascismo, não era a Direita naquele contexto – era uma galera que estava inclusive em disputa, né? (Anônimx, 2015).

Mas tinha um setor fascista, sim, que foi pra rua também. É um setor que eu acho minoritário, perigosíssimo, mas ainda minoritário – tem que ser combatido – mas que faz muito barulho e aparece bastante. Ou seja, através da questão estética, aparecendo nos atos, ou seja, através da sua afirmação através da força física, um setor que apareceu bastante. Até agredindo, né, alguns, tentou uma bandeira, até agrediu entrando em enfrentamento com setores da esquerda, né? Algumas pessoas equivocadamente atribuíram isso aos anarquistas – de forma irresponsável, certos partidos né? (Anônimx, 2015).

Não se nega, contudo, o aumento de um discurso pró direita e, em menor escala, também de um discurso fascista que surge quando as ruas são acalmadas ou, como se pode ver nas manifestações que ocorreram em 2015 e que tinham como pauta o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef, com todo o processo de golpe institucional e com a ascensão de políticos reacionários que se seguiu. No entanto, mais do que um aumento de discursos o que podemos perceber é maior visibilidade e ferocidade desses.

Assim como a esquerda debate a questão do transporte público que tem e vai ter inserção e apego nessa massa descontente, a ideia do “sem partido” também. O fascismo e o integralismo também são sem partido, pô! Então aproveitam desse momento de crise pra tentar capitalizar em cima dessa bandeira que não é só deles, mas que também pode colar e conseguir argumentar uma parcela desse pessoal que está na rua, mas que eu volto a afirmar: não consegui. Se a gente fizer um retrospecto das Jornadas de Junho eu acho que esse setor não conseguiu – naquele momento pelo menos – capitalizar o que eles queriam. Aí voltam agora nesse momento [julho de 2015] que o recorte

está mais claro: o recorte mais de direita, o projeto político com disputa de poder (Anônimo, 2015).

Quanto a isso, convém pensar na questão de um processo de *fascistização* de algumas ideologias e métodos libertários, conforme se aponta que aconteceu em 2013. A título de exemplo, podemos pensar na apropriação de símbolos esquerdistas, como ocorreu com a máscara de Guy Fawkes<sup>78</sup> por grupos que tinham pautas de direita. Jovens enrolados com a bandeira nacional e usando essa máscara acrescida por traços verde e amarelo (com a intenção de representar a bandeira do Brasil) se tornou uma das imagens marcantes das manifestações de junho. Na História, Guy Fawkes foi um religioso que planejou explodir o Parlamento inglês, mas a versão da história escrita por Alan Moore e David Lloyd – a partir da qual o uso da máscara passou a se disseminar em manifestações esquerdistas no mundo desde os primeiros anos desse século - fala de uma resistência anarquista em uma sociedade distópica. Um símbolo anarquista e antinacionalista, assim, associado ao nacionalismo exacerbado que chama a atenção nas Jornadas de Junho. Se por um lado isso nos permite pensar na confusão dessa heterogeneidade nas ruas, por outro podemos pensar em processos mais sofisticados de apropriação de símbolos e mesmo pautas.

A máscara de Guy Fawkes também foi muito popularizada pelos *Anonymous*, *legião*<sup>79</sup> ativista de linha anarquista que atua por meio da internet tendo por foco principalmente a divulgação de informações, entre outras ações. Também em relação a esse grupo e no que diz respeito a sua atuação no Rio de Janeiro, vemos uma apropriação e outros significados pelos grupos que surgiram depois dos protestos de 2013: com a popularidade digital do grupo, outras páginas de internet foram construídas, mas utilizando-se apenas de sua parte estética e ignorando seus preceitos políticos. Se existe um caráter esquerdista declarado e pautado pelas ideias anarquistas nas primeiras *páginas* de

78 Popularizada pela obra *V de Vingança*, de Alan Moore e David Lloyd.

79 Como eles mesmos se definem originalmente. A ideia de legião se refere à multiplicidade anônima que não pode ser restrita a um ou mais grupos fechados e que está por toda a parte. Não são um grupo, mas uma legião, algo múltiplo, incontável e que se coloca como uma alternativa às perspectivas cartesianas de discursos fechados e grupos homogêneos para valorizar as multiplicidades (Souza, 2015).

rede sociais dos *Anonymous* no Rio de Janeiro, as páginas que surgem depois das manifestações de junho têm características contraditórias.

Só que por mais que o recorte seja claramente anarquista no surgimento do *Anonymous*, no Brasil – isso não acontece em nenhum lugar do mundo – a figura da máscara que simboliza começou a ser cooptado por movimentos fascistas, nacionalistas... E começou a ser muito difícil. A página tinha alcance, não ia sair, abandonar a página porque era a partir dela que tinha toda essa visibilidade e alcance e tentar mostrar a partir dela que nós não somos fascistas, que nós somos anarquistas – que o coletivo<sup>80</sup> era anarquista (Anônimx, 2015).

Tem algumas páginas que surgem com o mesmo nome e movimentos fascistas acabam aparecendo assim em blocos, em páginas virtuais com o termo *Anonymous* e com a máscara, mas com característica ultranacionalista. E aí começa dividindo o entendimento do que é *Anonymous* nesse momento, porque existe a gente com caráter anarquista e existem aqueles caras que vão com a máscara pintada de verde e amarelo. E aí como não existe – o *Anonymous* não é algo muito recente, em 2008 mais ou menos que surge – não existe uma característica, um roteiro ideológico sobre o que é *Anonymous*, então as pessoas acabam percebendo através da visualização mesmo e tentando entender o que é aquilo, assim. Aí muitas pessoas achavam que “eles são fascistas porque eu vi um grupo de verde e amarelo com a máscara falando ‘contra a corrupção’” e outro: “não, eles não são fascistas porque eu vi um outro grupo se dizendo anarquista”... Então não existe uma característica, fica nesse puxa, sabe? Um puxa de um lado e um puxo do outro... (Anônimx, 2014).

Então, teve essa *fascistização* do que é *Anonymous* no Brasil de 2013 pra cá, assim, rolou isso

80 Entende-se por coletivo uma forma de organização com fins políticos em torno de uma causa específica e compartilhando objetivos e princípios afins.

mesmo... Muito triste porque o que a gente tinha conquistado e entendido foi... Nossa, realmente foi uma briga ideológica que aconteceu que a gente chegou à conclusão de que hoje eu não digo mais, eu tenho vergonha de me dizer *anonymous* porque o fascismo ganhou o rosto, sabe? Mas a ideologia ela é inteiramente anarquista, não é nem um pouco fascista essa ideologia, esse ideário. É aquela... É uma frase que pra mim é uma das fortes que surge é “estamos em todos os lugares” - que é exatamente isso, todos os rostos: somos todos os rostos, somos todas as pessoas, somos todas as esferas sociais, somos as filhas, os filhos, as mães, os pais, qualquer um. Não existe... Porque uma coisa que sempre incomodou muito é quando vem uma galerinha ou alguém se dizendo *anonymous*... Não, velho! Se você se diz *anonymous* você não é mais, sabe? Porque você está se personificando, a ideia é exatamente essa de você não ter uma personalidade, sabe? “Somos todos” isso, somos quem compõem as massas o 99% (que surge em Wall Street, essa ideia do 99%), “somos os 99%” - que acaba se tornando também um dos jargões do ideário, assim, essa coisa do 99% (Anônimx, 2015)

Nesse sentido, não se nega um processo de aumento de fascismos e discursos afins, mas se torna possível relacioná-los a uma ingenuidade ou mesmo uma instrumentalização a partir do que foi feito durante o Levante Popular de junho. A disputa por significados do que foi esse levante nos leva a pensar sempre em uma conjuntura política mais ampla, na qual anos de um regime discursivo esquerdista e voltado às demandas populares criou descontentamentos da oposição partidária. Esse descontentamento era mais perceptível por uma parcela da esquerda que não concordava com as alianças e os rumos políticos dados à gestão no poder, mas também pela ala da direita que se aproveitou tanto das alianças com os governos petistas como das revoltas populares para se fortalecer como oposição ao governo.

Como os interlocutores insistiram, não foram as Jornadas de Junho que trouxeram essas pessoas à tona, mas um processo lento que vinha se estendendo desde as últimas eleições ou, se quisermos retomar

a história, desde o início do século passado no Brasil, mas que ganha muita visibilidade com os eventos de 2013. Nesse sentido, podemos afirmar que se esses gritos vieram como uma voz dissidente que tentava ganhar as ruas é porque se tinha claro que essas ruas estavam em disputa, mesmo que, em certa medida, a maior parte dos discursos eram pautas de esquerda e popular e que isso assustou os mais conservadores durante o Levante Popular de junho.

### *Advertência*

Depois de tanta insistência em deixar claro que a crise representacional e contra os partidos é um dos pilares das revoltas e prerrogativas que unem muitos manifestantes com perspectivas políticas distintas dentro do enfoque aqui atribuído, cabe ressaltar que o momento de golpe não passou despercebido e imune às análises dos grupos que se autodenominam *combativos*. Mesmo sendo praticamente consensual que o Partido dos Trabalhadores sofreu consequências de seus atos ao se distanciar de sua base para fazer alianças com uma elite que o traiu, existe a defesa de que o processo de *impeachment* foi de fato um golpe institucional. Em meio às tantas vozes de direitas que discordam e afirmam a legitimidade do processo de *impeachment*, é importante deixar claro que existe um entendimento por grande parte das esquerdas não institucionais e com a qual dialogo na presente tese quanto à existência de um golpe de fato, mesmo que essas enfatizem que outros golpes foram dados continuamente no regime democrático instituído atualmente.

As manifestações que surgiram contra o *impeachment* e, posteriormente, contra a permanência do presidente Michel Temer no poder são consideradas como outra série de eventos que, embora não constitua parte do Levante e desse se distingue amplamente, algumas das formas de tomada de rua se assemelham.

Uma das controvérsias sobre os movimentos *Fora Temer* diz respeito às críticas que os movimentos *independentes* passaram a sofrer dos movimentos de esquerda institucional e, dentre elas, a acusação de “fascismo” ganha destaque. A acusação de “fascismo” já acontecia nas ruas em 2013 por parte desses mesmos grupos e está relacionada a inabilidade em entender as diferenças entre apartidarismo e antipartidarismo. O advento dessa inabilidade pode ser associado também as peculiaridades desse momento de “refluxo dos movimentos

sociais” e com a “caída para a institucionalização” referida em alguns momentos como uma das reviravoltas das dinâmicas de rua que aconteceram com a iminência do golpe antidemocrático.

Embora não endossem amplamente as manifestações com a pauta “Fora Temer”, muitos ativistas e grupos sociais *combativos* e *independentes* estiveram nas ruas também, mesmo contrários à política institucional, por entender que se tratava de defender o país de um golpe. Muito foi discutido nas redes sociais sobre a presença e ausência desses grupos nos protestos. Por um lado, uma parte dos militantes partidários reclamavam por mais solidariedade; por outro lado, uma parcela tendia a ser agressiva com militantes adeptos de perspectivas consideradas mais radicais, como foi o caso da expulsão e mesmo agressão de adeptos da tática *black bloc* por militantes de partidos políticos em São Paulo para impedir que esses se juntassem às manifestações, por exemplo.

#### 4.4 Antecedentes das revoltas de 2013

*De não ter começado com os 20 centavos, não ter começado com a questão do transporte e sim do espaço público (Anônimx, 2015).*

Falar sobre possíveis causas do Levante Popular de Junho não é uma tarefa simples. Em primeiro lugar porque não se tem consenso algum do que foi esse Levante e depois porque não é nada fácil falar de uma história recente como se ela estivesse acabada – o que nunca está, é verdade – e ainda no fervor da disputa de seus significados. Não cabe, para o escopo desta tese, fazer uma retrospectiva ou análise da conjuntura nacional e mundial mais aprofundada; o importante aqui é saber como os interlocutores da pesquisa buscam explicar os precedentes, as causas e os significados desses movimentos.

No caso do cenário político carioca, é importante destacar as manifestações por acesso ao transporte, realizadas principalmente por estudantes secundaristas da rede pública em 2007, a Revolta dos Cocos, também em 2007, a atuação de movimentos sem-teto principalmente de perspectiva *independente* e não partidária, os movimentos de favela, movimentos indígenas que atuam na cidade e demais movimentos sociais e também as crescentes insatisfações com as novas configurações espaciais e sociais causadas pelas mudanças nas cidades

com o advento dos megaeventos – como os grandes investimentos em construção civil e implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) - que passaram a ocorrer a partir de 2008. Além desses, importante ressaltar a importância de movimentos que ocorreram de maneira *independente* e influenciados pelo movimento *Occupy*, o Ocupa Rio no final de 2011 e o Ocupa dos Povos, que ocorreu em 2012 paralelo e em contrapartida ao Rio +20 e mesmo à Cúpula dos Povos. Assim como em outros lugares do Brasil, a iminência de pautas gatilhos como a questão do transporte urbano também passa a ser cada vez mais presente dentre as pautas de descontentamentos sociais. As revoltas de junho, ao contrário do que foi entendido muitas vezes no calor do momento, não podem ser consideradas como explosões arbitrárias e sim como parte de um processo mais longo cujo início é impossível se localizar, mas que alguns de seus efeitos já podem ser vislumbrados quando olhamos um pouco para trás.

2013 foi a conjuntura que culminou tudo: Aldeia Maracanã, professores, Passe Livre, né? É o que eu estou falando: é o efeito toupeira. Os movimentos estão trabalhando, né? Você não está vendo o que está acontecendo por baixo, mas você está alimentando essas bombas (Anônimx, 2014).

Algumas das pessoas que já atuavam em lutas sociais na cidade entendem que existe uma relação entre os movimentos sociais da cidade e seus trabalhos de informação junto à população para que as pessoas compartilhassem de indignação com as questões urbanas consideradas cada vez piores.

Assim, de 2007 a gente veio falando isso e a galera cagando... Só que, assim, de 2007 pra 2013 são seis anos... Eu tenho pra mim que de tanto a gente ficar lá uma hora alguém assimilou. Ou então era algo que já era um incômodo pra todo mundo. E aí sabe aquela coisa tipo você está a fim de brincar com alguém, está de frente pra pessoa aí alguém empurra e tu embola na porrada? Era bem isso. A galera só estava esperando um empurrão, alguém chegar e tipo dar o susto: está aí e agora? (Anônimx, 2014).

Carlos Vainer entende que os movimentos sociais brasileiros já estavam desencadeando o que Marx chamava de “a velha toupeira”, uma longa série de trabalhos que preparam o povo aos poucos para a revolução (Vainer, 2013). Sob esse ponto de vista não podemos falar que o Levante Popular de junho foi simplesmente algo espontâneo. O entendimento do Levante como algo inesperado pode mostrar, antes, a incapacidade dos detentores de poder de compreender os motivos latentes das revoltas que a eles só interessa acalmar independente da legitimidade e possibilidade de satisfação de suas demandas. Vainer argumenta que foi essa inabilidade dos setores do poder em perceber as demandas sociais que possibilitou que tantas correntes divergentes encontrasse um ponto de união que eclodiu em uma mesma massa de revoltas (Vainer, 2013). Esse autor entende que a trajetória do MPL em âmbito nacional, movimentos dos trabalhadores sem-teto e muitos outros movimentos sociais são os responsáveis para que a série de revolta ocorresse. Para ele,

Embora muitas vezes encerrados em suas realidades particulares ou seduzidos pelas comissões oficiais que nada produzem a não ser fumaça e retórica, são eles que trabalham o tecido social da nossa cidade. Tão ou mais importante, a multiplicidade de grupos culturais, em que todas as tribos, através de mil e uma formas de expressão, mais ou menos transgressoras, se insurgem contra um sistema social e uma cidade que lhes negam lugar e passagem (Vainer, 2013, p. 40).

Ao mesmo tempo, a intensidade e extensão da adesão aos protestos foi inesperada, abrupta e mesmo militantes mais antigos não souberam como lidar com muitas das controvérsias que um movimento tão heterogêneo das ruas trouxe. A população estava, enfim, nas ruas: mas que população era essa? Como lidar com ela?

O Levante Popular de junho traz uma forte impressão e impacto com o caráter de novidade, mas a ocupação massiva das ruas não é algo novo na história das cidades modernas e muito menos na história recente dessas.

A partir do final da década de 90 passaram a ocorrer e a se popularizar os movimentos antimundialização ou, como ficaram

conhecidos depois de campanha midiática, como movimentos antiglobalização, que passaram a ter como posicionamentos a horizontalidade e o apartidarismo. Elaborando outro aspecto da crítica anticapitalista, em 1994 os zapatistas declaram que passariam a viver em um território autônomo, desvinculado do Estado do México, mas sem criar um novo Estado.

Em 1999 havia ocorrido em Seattle, nos Estados Unidos, um movimento antiglobalização que teve muita visibilidade por algumas razões. A primeira delas diz respeito às pautas contrárias ao neoliberalismo e às grandes corporações mundiais. Em segundo lugar, a valorização da forma de organização política autônoma e sem partidos e, por último, o uso em larga escala da tática *black bloc*, tática de autodefesa que havia surgido uma década antes na Alemanha e que passou a ser conhecida mundialmente depois dessa série de protestos em Seattle. Sobre a tática *black bloc*, falarei com maior aprofundamento no capítulo seguinte.

A partir dos anos 2000, com a popularização do acesso à internet em muitos países, algumas práticas de militância passaram a se dar no espaço virtual, principalmente através de *ciberativismo*, *hacktivismo* e criação de mídias para produzir e veicular informações de ativismos, protestos e ações sociais autônomas ao redor do mundo. *Ciberativismo* e *hacktivismo* implicam ações que tenham por meio e fim a própria internet e que são realizadas por pessoas que entendem a internet como um novo campo de batalha política. Dentre as ações mais usuais, destaca-se a promoção de boicote a sites de empresas e bancos, pirataria e divulgação de materiais para uma maior democratização do acesso a informações e ataque DoS Attack<sup>81</sup> contra grandes corporações, governos e bancos, entre outras. Nessa perspectiva surge a *legião Anonimous*, jovens ativistas internautas que se consideram uma ideia em ação e que, assim como o movimento *Occupy*, também se definem como sendo os 99% da população que luta contra o 1% mais rico que querem controlar o mundo (Souza, 2015) e se tornaram mundialmente famosos depois de ações de boicote a sites de bancos e governos, contrapropaganda, divulgação de documentos secretos do governo americano, ataques e exposição de pedófilos e defesa da liberdade de informação.

81 Do inglês “Denial of Service”, negação de serviço, consiste em formas de tornar sites e servidores indisponíveis e inacessíveis para seus usuários.

Fora (mas nem tanto assim) da internet, os anos 2000 registraram alguns protestos ao redor do mundo, mas foi a partir de 2010 que as coisas se agitaram novamente no cenário dos protestos mundiais e passaram a ocorrer novas manifestações principalmente a partir de acontecimentos como a Primavera Árabe e o *Occupy*, conforme discutido no capítulo 1.

Além das mobilizações com pautas mais específicas, percebe-se também na primeira década do século XXI o aumento de movimentos ecológicos e daqueles que são voltados a grupos de pertencimentos como os movimentos feministas, negros, trans, *queers* e indígenas, entre outros (Gohn, 2011).

No Brasil, além dos novos movimentos sociais e dos movimentos identitários, passam a crescer os movimentos antiglobalização no início dos anos 2000. Nos anos 1990 haviam predominado na agenda militante do país as pautas relacionadas aos movimentos sem-terra e sem-teto. Os primeiros são movimentos de camponeses que pautam a redistribuição de terra a partir de uma reforma agrária e têm por método a ocupação de territórios rurais improdutivos. O movimento sem-teto atua na área urbana e se utiliza de metodologia semelhante, a ocupação de imóveis abandonados por aqueles que não têm onde morar. Com esses movimentos consolidados, entra em pauta na militância brasileira a questão do acesso à cidade.<sup>82</sup>

A partir dos anos 2000 as pautas urbanas passam a abordar a questão do transporte público. Nesse sentido ocorre no começo dos anos 2000 a Revolta do Buzu<sup>83</sup> e a Revolta da Catraca<sup>84</sup>, manifestações que trouxeram como pauta questões referentes à melhoria de condições de acesso ao transporte público e que chamaram a atenção por sua forma de organização horizontal, a descentralização das práticas e tomadas de

82 Sobre os movimentos sem-terra e sem teto, ver: TATAGIBA, Luciana; PATERNIANI, Stella Zagatto; TRINDADE, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. Opin. Publica, Campinas, v. 18, n. 2, p. 399-426, Nov. 2012 ; FERNANDES, Bernardo Mançano. MST: formação e territoriali- SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma metodologia de pesquisa ação. São Paulo: Hucitec, 1996; entre outros.

83 Ocorrida em Salvador, 2003. Ver: Manolo, Teses sobre a revolta do Buzu, disponível em: <http://passapalavra.info/2011/09/46384>. Acesso em out. 2014.

84 Ocorrida em Florianópolis em 2004 e 2005. Ver: VÍNICIUS, Leo (2005).

decisões e a realização de *ação direta*. Em 2005, no Fórum Social Mundial realizado em Porto Alegre, pessoas e movimentos que entendiam tanto a pauta do transporte como a forma que ela estava sendo colocada nas ruas como necessárias, fundaram o Movimento Passe Livre com abrangência em diversas cidades. O distanciamento de formas hierarquizadas de organização surge mediante as necessidades sentidas pelas pessoas que compunham as ruas e acabaram por influenciar um modo de organização de protestos massivos que não se via no Brasil (MPL, 2013). Ao longo dessa década o MPL foi se mostrando, para além das conquistas pontuais – como aquelas referentes ao direito ao passe livre estudantil e à redução de tarifas de ônibus urbanos algumas vezes - como um movimento capaz de articular cada vez mais pessoas com perspectivas políticas de forma que podemos considerar que as ações do MPL é responsável por influenciar um *modus operandi* dessa última década em âmbito nacional, ao mesmo tempo que surge também influenciado por esse modo de ação que é demanda de ativistas e demais pessoas que já não se contemplam com a hierarquia e a verticalidade da ação política consolidada nas últimas décadas. Além disso, o movimento considera que sua forma de organização e manifestações puxadas por esse faz parte de uma ideia mais ampla de organização da sociedade: “a organização descentralizada da rua é um ensaio para uma outra organização do transporte, da cidade e de toda a sociedade” (MPL, 2013, p. 17). O MPL considera ainda que “as lutas por transporte no Brasil formam um todo muito maior do que o MPL. Contudo, a tomada direta e descentralizada das ruas, a radicalidade das ações e a centralidade dos aumentos tarifários dá a tônica dessas lutas” (MPL, 2013, p. 17).

De acordo com o MPL, “ao fugir de qualquer receituário pronto, a revolta deixava em aberto o sentido das mobilizações, tanto no que se refere à organização do transporte quanto à do próprio movimento” (MPL, 2013), o que por vezes ocasionou o tensionamento entre estudantes organizados horizontalmente e entidades estudantis vinculadas a partidos políticos durante a história de lutas do movimento. Dentro da perspectiva dos militantes do MPL, as entidades estudantis agiam com a intenção de tomar a liderança, cooptar a pauta e tentar negociar com a administração pública mesmo quando não aceito por demais pessoas que estavam nas ruas e/ou que compunham o movimento.

Com o passar dos anos e com o amadurecimento político das pautas, o MPL passou a defender não apenas o Passe Livre para os estudantes, mas para toda a população – a Tarifa Zero – entendendo o transporte gratuito e de qualidade como uma das questões centrais que dizem respeito ao direito à cidade.

Ao discutir os protestos de junho de 2013, Peschanski (2013) defende que sua maior peculiaridade está no caráter propositivo por parte dos movimentos que estavam nas ruas, principalmente no que se refere ao Movimento Passe Livre, que tem por política se manifestar a favor de algo e não apenas em reação contrária a alguma política ou prática.

As propostas de Tarifa Zero levantada pelo MPL são elaboradas de modo a calcular os custos financeiros e sociais do sistema de transporte como um todo. O atual sistema investe em infraestrutura para suportar os automóveis utilitários que aumentam cada vez mais de preço, movimentando tanto a indústria automobilística como empreiteiras responsáveis pela construção de novas pistas constantemente (Peschanski, 2013). Não é um sistema que integra a sociedade como um todo, mas que privilegia alguns setores e atua sob a lógica empresarial, de entender o serviço de transporte como um sistema apto a gerar lucros. Movimentos sociais que trabalham com a questão do transporte criticam essa lógica por entenderem, em vez disso, que o sistema de transporte deve estar ligado a uma discussão de acesso à cidade por parte de seus habitantes.

Peschanski (2013), entre outros, apontam que na prática os usuários de transporte público favorecem toda a sociedade uma vez que não usufruem do sistema automotivo, considerado exploratório social e ambientalmente. Por essa lógica, beneficiam a todos os habitantes – inclusive aqueles que não se utilizam do transporte público - e a tarifa seria em si injusta, pois apenas uma parcela dos beneficiados paga por essa taxa. Em vez de incentivar e indenizar os usuários de transporte público, os órgãos públicos privatizaram as empresas de transporte e sob essas impõem poucas contrapartidas, transformando todo o sistema de transporte em um sistema empresarial (Peschanski, 2013). Em si, a lógica do lucro aplicada na administração do transporte é a lógica inversa do direito ao transporte público e do acesso à cidade e, não bastassem estarem perdendo direitos imprescindíveis, os usuários ainda são ampla e abusivamente tarifados por isso. Nas palavras de Castells:

“tempo de vida roubado e pelo qual, além de tudo, deve-se pagar” (Castells, 2013, p. 144). Diante de tal cenário, não é de se admirar que tantas lutas que pautam o transporte público tenham se destacado no país nos últimos 10 anos.

Não é sem razão que se considera que as manifestações chamadas pelo MPL tenham sido uma espécie de estopim para a disseminação de manifestações em 2013. Até o Levante Popular de junho, o MPL já fazia movimentos de rua em várias cidades do país e, mesmo que essas manifestações não chegassem a somar, em seus ápices, 10 mil pessoas, elas foram de fundamental importância para dar visibilidade à pauta do transporte urbano.

Mesmo que se entenda que no Rio de Janeiro as manifestações já estavam explodindo de muitas outras formas – e mesmo a pauta do transporte já estava bastante avançada nessa capital –, é também presente uma influência dos protestos de São Paulo para a intensificação da tomada das ruas cariocas.

O movimento Passe Livre São Paulo foi importante, mas só o Passe Livre não daria conta... Houve um contexto, uma conjuntura elaborada no Rio de outros movimentos que vinham fazendo seus trabalhos. Não foi só por causa de 20 centavos, tinha muito mais do que isso... Mas é lógico que existe sempre uma coisa que vai começar, que vai ser o pavio da bomba. Digamos que o pavio da bomba foi os 20 centavos, mas a bomba como um todo não foi o Passe Livre. Tanto que não era só o Passe Livre que estava na rua e não foi só a pauta dos 0,20 centavos que estava nas ruas (Anônimx, 2015).

Convém ressaltar que, ao mesmo tempo, existem relatos de influência da militância carioca sob os movimentos paulistas, de modo que podemos considerar que o eixo manifestante Rio-São Paulo já se encontrava em certa sintonia e retroalimentação. E, para além desse nicho de militância mais hegemônico e com maior visibilidade, outras mobilizações vinham ocorrendo no país em várias outras cidades periodicamente e são também parte constituinte da construção do cenário militante contemporâneo.

Para Secco, o MPL de São Paulo foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos. Sendo um movimento com prerrogativas esquerdistas e horizontais, tinha uma história e um *modus operandi* de protesto já consolidados no cenário dos movimentos sociais brasileiros na última década. A ascensão do MPL dentro desse cenário foi possível, de acordo com Secco, devido ao fato de o movimento não ser dirigido por organizações tradicionais de esquerda, já desgastadas e desacreditadas pela população em geral (Secco, 2013).

Durante as manifestações de junho, várias cidades do país puderam colocar em prática formas de gestões populares e horizontais e foram palco de experiências sociais autônomas diversas. Dentre essas experiências se destacam as ocupações de espaços públicos, realização de assembleias populares, organização de mutirões, coletivos, frentes e eventos. O movimento indígena que se destaca por propor formas de vivências autônomas, por exemplo, teve grande destaque meio aos protestos dos levantes populares.

Crítica ao regime político vigente, apartidarismo, *ação direta*, autonomia, horizontalidade, descentralização, ausência de liderança, anticapitalismo, anticorporativismo, grande uso de redes sociais: essas são algumas das questões-chaves reivindicadas pelos movimentos acima citados e que os aproxima em uma espécie de narrativa descontínua porque ao mesmo tempo em que conta uma única história é também múltipla. Uma mesma narrativa de revolta através de revoltas múltiplas.

Castells entende que as manifestações brasileiras podem ser incluídas dentro do que ele considera “um mesmo movimento, coletivo e global, que não é político e sim social”, e do qual fazem parte eventos globais supracitados, como a Primavera Árabe, o *Occupy*, os Indignados e o grupo Anonymous (Castells, 2013b). Esse autor salienta que todos esses eventos globais aconteceram em contextos sociais e políticos distintos, mas que todos têm em comum o fato de os cidadãos reconhecerem a submissão a poderes políticos instituídos autoritários, sejam essas ditaduras formais, como no caso da Tunísia, seja no caso do que o autor e manifestantes entendem por “pseudodemocracia”, como no caso dos Indignados na Espanha (Castells, 2013).

De acordo com Castells, os manifestantes entendem que a democracia tenha sido “sequestrada por profissionais da política que, em suas diversidades, estão quase todos de acordo em que a política é coisa dos políticos, não dos cidadãos” (Castells, 2013, p. 144). O autor

continua afirmando que a democracia está reduzida a um sistema eleitoral que na verdade funciona como um “mercado de votos” que é motivado por clientelismo, manipulação midiática e pelo capital (Castells, 2013). Além disso, esses movimentos todos trazem em comum uma crítica ao modelo centrado no desenvolvimento a qualquer custo – mesmo que no caso do Brasil esse modelo tenha sido acompanhado por políticas públicas de caráter social e redistributivo.

As discussões acima, já problematizadas no primeiro capítulo, foram retomadas aqui para ressaltar algumas aproximações das mobilizações brasileiras com as questões globais, surgidas nas narrativas das pessoas com quem pesquisei, como mostram os relatos abaixo:

2013 não foi só reflexo do Brasil, 2013 foi reflexo de 2008, quando acontece a crise econômica lá na Europa e começa a ter as ocupas de rua, e aí surgem os Indignados de Londres e aí contato com essa galera... O que aconteceu no Brasil foi muito parecido do que aconteceu no Egito, eu lembro que na época da revolução egípcia eu tinha contato com o pessoal do Egito e a forma como eles contavam que aconteceu foi exatamente como aconteceu aqui no Brasil. E como as mídias virtuais elas foram essenciais para a criação do que foi a revolução do Egito e o que foram os grandes movimentos do Brasil e o papel de mídia ali era exatamente o de proteção da própria resistência de rua e [a proteção da] resistência black bloc (Anônimx, 2015).

A gente tem 2013 aqui, né, que foi logo depois ali de 2012, do *Occupy Wall Street*... Bom, 2011 a gente tem lá na Síria, em toda aquela área, todos esses levantes. Só que ele não foi pegando todos esses países igualmente. E aí a gente 2013 junto com a gente - mas assim, junto, as datas batem várias, o levante da Praça lá na Turquia. E lá o movimento foi exatamente igual o daqui, só que todo voltado pra questão da praça lá, da ocupação, e teve as mesmas coisas: levantes enormes, o uso da tática *black bloc*, violência policial sinistra, tudo sendo chamado pela internet, movimentos horizontais, movimentos de base, muitos movimentos anarquistas e comunistas novos se

formando e aí a gente tem várias trocas - na internet pelo menos - do que tava acontecendo aqui e o que tava acontecendo lá [...] A diferença é que a Turquia o governo era de direita, especificamente, e aqui era falsa esquerda. E aí o que acontece lá é um golpe militar - um falso golpe militar - enquanto aqui é um falso golpe parlamentar. Mas a estrutura do que vai acontecendo é muito igual. E assim, morre gente igual aqui que morre gente lá (Anônimo, 2016).

Os últimos eventos que tomaram as ruas massivamente no cenário político brasileiro foram a “Diretas Já”, campanha para a efetivação da democracia através da realização de eleições diretas para a presidência, e os “Cara-Pintada”, série de manifestações pedindo o *impeachment* do presidente então eleito, Fernando Collor de Melo.

As esquerdas que continuavam nas ruas oscilavam em termos de adesão e impacto nas manifestações de rua localizadas. Em junho de 2013, pela primeira vez em 21 anos, as manifestações passaram a ocorrer com grande número de pessoas e simultaneamente em vários locais.

E aí como é que se lida com isso? Porque era uma coisa nova... Era uma parada tipo você consegue achar vídeos e vídeos de atos ocorrendo pela Europa, sei lá, na Grécia, na Alemanha, pra cima e pra baixo. Esses atos de rua que tinham aqui em 2013, 2014 até hoje, já era uma coisa comum fora, então a gente ficava assistindo achando que essa porra nunca vai acontecer aqui, “imagina 500 pessoas na rua”, era inimaginável (Anônimo, 2015).

Pessoas ligadas a manifestações esquerdistas partidárias e *independentes* que estavam nas ruas há mais tempo contam um pouco de suas experiências posteriores e de sua surpresa quanto às manifestações de 2013:

Pra você ter ideia, quando a gente fazia catracaço, de 2007 até 2012, sei lá, a gente conseguia botar uma ou duas pessoas dentro do ônibus com muito

esforço ... e a galera simplesmente não queria entrar, eles ficavam com medo ou tipo ficavam olhando assim tipo, não queria. E aí quando você vê um catracaço no início de 2014 onde entra sei lá, um milhão de pessoas, sei lá quantas pessoas entram – que foi no horário de rush, a galera voltando pra casa e uma cacetada de gente entrando por baixo, pulando... Você vê e: "como assim? Onde é que a gente apertou que deu isso?" Se é que foi a gente. De onde veio isso? Como é que mudou de uma hora pra outra? (Anônimx, 2015)

Tinha participado quando era mais novo, quando estudava em uma escola pública e os estudantes da escola participaram pela luta do Passe Livre e tal – foi na época que estavam colocando os cartões eletrônicos e limitando o número de passagens diárias dos estudantes [2007] (Anônimx, 2016).

O *Occupy* acabou [em 2011 no Rio de Janeiro] mas ficou essa discussão. Não foi um movimento muito combativo, mas foi um movimento que ficou no imaginário carioca. Carioca abraça muito causa cultural (Anônimx, 2014).

[Em 2012] tinham atos pequenos mas todos os atos tinha catracaço. Era hora que a gente rachava, o PSTU tinha um lugar na Central que eles sentavam pra ver a gente fazer catracaço. Às vezes tinha ato de 50 pessoas e 25 ia sentar e 25 ia fazer catracaço, mas não tinha muita repressão (Anônimx, 2014).

Em 2012 eu me lembro que teve um ato até muito importante no final de 2012 ali na Prefeitura... E a gente fechava as ruas – são 4 pistas, né? – a gente fechava uma e ficava correndo modificando. Aí a polícia não conseguia segurar a gente. Eles também estavam apreendendo ainda, a gente fechava uma rua aí corria pra fechar a outra. E ali a repressão já vinha, ali já começou aquela coisa do choque (Anônimx, 2015).

Em 2013, antes de junho já tinham acontecido algumas movimentações: você tinha tido a Aldeia Maracanã e a gente começou a ver no Fórum contra o aumento das passagens a gente começou a participar dos primeiros atos, mas a gente já percebeu que estava rolando por fora das estruturas oficiais, sem os partidos burocráticos, então tinha no máximo a juventude dos partidos (Anônimo, 2015).

Porque aquele ato de um milhão, quantas vezes eu me peguei parado no meio do ato, parado, olhando a volta assim, sabe? Porque em 2007 a gente fazia ato que quando o ato estava cheio a gente fechava a calçada... Ato cheio a gente fechava **a calçada!** Tipo a galera não comprava a ideia e a gente não tinha espaço pra trocar essa ideia, de começar a se ligar, do trabalhador e trabalhadora começar a “caralho, o que esse moleque está falando está realmente batendo no meu bolso” (Anônimo, 2014).

A partir de 2013, no entanto, esse cenário começou a mudar:

Aí começou a aumentar, começou a divulgar na internet, o *Anonymous* começou a fazer muita propaganda, eles cresceram muito no Rio – tem *Anonymous* que são de direita, mas eles você percebe que são claramente de esquerda – aí começou a crescer bastante as manifestações e teve um ato que teve 5 mil pessoas... 5 mil, depois 10 mil, depois 50 mil e depois 100 mil – é assim que a gente conta (Anônimo, 2014).

Devido à intensidade e repercussões em relação às mobilizações globais, algumas comparações críticas foram feitas e refeitas constantemente. Apesar de se entender que as manifestações brasileiras fazem parte de um movimento heterogêneo e que tem repercussões a nível mundial, as especificidades de cada local não são e nem podem ser desprezadas para análises. Como exemplo, podemos pensar em como, durante a Primavera Árabe, questões de ordem religiosa logo se

tornaram centro de muitas controvérsias, a Revolta dos Pinguins<sup>85</sup> chilena trazia pautas especificamente estudantis, é incomparável a realidade das manifestações brasileiras com a realidade de Seattle.

Eu acho que tem muitas singularidades em termos de tática, em formas de mobilização, a importância ou novo elemento que são as redes sociais, isso aí é em comum, mas eu vejo que o projeto político, aqui no Brasil, Rio de Janeiro específico, a gente tem alguns elementos que são diferenciados desses contextos. Por exemplo, da Grécia, né? A gente tem aqui o elemento da cultura das favelas, das periferias, questão racial nesse sentido do povo negro muito mais enraizado nessa discussão... A gente vai discutir hoje o *black bloc*, por exemplo, diferente desses movimentos que você vê em Seattle, você vê em Genova, o *black bloc* aqui no Rio de Janeiro, por exemplo, era só você ir numa manifestação: era protagonizado majoritariamente por jovens negros das periferias e muitos alunos da escola pública, por exemplo. Isso é um elemento que, pelo menos, eu não vi, não percebi, na realidade em Seattle e na realidade europeia, né? Não houve essa... Eu não sei se em Seattle eu colocaria como levante do proletariado marginal, tenho minhas dúvidas, por exemplo, em relação a isso... Eu acho que no Brasil tem esse diferencial. O sujeito que atuou nesses eventos eu acho que é um pouco outro – e que eu vejo como um saldo positivo. Mesmo não tendo essa esquerda se enraizado efetivamente nesses movimentos de favela, de periferias, mesmo assim a gente vê a capacidade e a força criativa de uma organização e auto-organização desses setores, né? (Anônimo, 2015).

85 Em 2006, no Chile, estudantes ocuparam mais de cem colégios. O evento foi chamado Revolução dos Pinguins por causa dos uniformes usados pelos estudantes. Para mais informações, ver: Pronzato, Carlos. A revolução dos pinguins. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HpqD5B257zo>. Acesso em ago 2016.

Dentre as questões que serviram como pano de fundo ou como propulsor da eclosão das revoltas populares, também têm destaque questões com precedentes subjetivos mais gerais, como uma iminente crise de representação que vinha se instaurando na população.

O que motivou essas Jornadas de Junho é exatamente o descontentamento com os partidos. Que se a gente ainda tivesse alguma expectativa de conseguir transformação via partidária, a gente ainda estaria nos partidos, podia estar no PSTU, no PSOL: mesmo que você recusasse o PT você poderia estar no PSOL. Mas a sensação é que a via partidária não atende os menos favorecidos (Anônimo, 2014).

Devido às inúmeras interpretações que tentaram ser feitas a partir de discursos sobre as manifestações de junho de 2013, é importante ressaltar, mais uma vez, que aqui se entende por *crise de representatividade* uma questão que se estende aos partidos em geral e não apenas ao PT, então no governo federal. E nesse sentido alguns autores que têm estudado o Levante Popular de junho também apontam a crise de representatividade como uma das questões centrais que foram responsáveis pela intensidade das manifestações. Gohn afirma que a população não se sente mais representada no quadro político-institucional existente e que, associada a uma crise de representação social, ocorre uma crise de legitimidade das instituições públicas (Gohn, 2014).

Outros fatores que são considerados importantes para dar início ao levante pode ser relacionado às lutas realizadas por movimentos sociais ao longo dos últimos anos. Contrários à ideia de um levante que foi simplesmente espontâneo, o que tenho observado são inúmeras possíveis influências e razões para que esse ocorresse. E dentre esses fatores, destacam-se tanto as opressões quanto as resistências:

Tem a questão do Estado, a criminalização da pobreza, a questão histórica, a Copa do Mundo também, mas aí a gente dentro desse contexto também tem uma importância, a ação desses movimentos históricos tem uma importância

também. Basta você pensar que se não tivessem ocorridos as chamadas manifestações pelo Fórum de Lutas – que é um fórum construído pela gente, da esquerda, há muito tempo a gente constrói o Fórum sistematicamente quando tem a questão do aumento das passagens – não teria acontecido muitas coisas que rolaram no Rio de Janeiro. Tem os fatores do Estado, externo, etc., mas o movimento soube propor à sociedade as pautas corretas no momento certo. Agora não acho que ninguém estava pensando, do alto de sua sapiência, de fora “olha, vamos propor aqui, essa pauta vai gerar um levante popular”. Não é fácil assim. São múltiplos fatores... Taticamente o Estado não ter aumentado a passagem no começo do ano, ter aumentado no meio do ano... A violência policial ter sido enorme e ter fermentado o movimento, todo esse acúmulo anterior, a conjuntura (Anônimo, 2015).

Porque as Jornadas começaram e culminaram com a Copa, né, foi muito bom a Copa ter sido colada com as Jornadas de Junho porque as pessoas começaram a ver de perto... porque se você não estava lá pra ver a remoção era alguém que estava, né? As pessoas começaram a ver que o buraco é mais embaixo. E pros movimentos sociais isso foi bacana: deu uma inflada em alguns movimentos, outros novos surgiram (Anônimo, 2015).

Acho que tem uma relação profunda com a questão dos megaeventos. Que o megaevento em si não é o único problema – contra o capital, etc. – só que nesses períodos a burguesia usa esses megaeventos pra poder maximizar seus lucros e ocorre um acirramento da luta de classes e enfim: remoções das favelas, aumento do custo de vida, né? Expulsão branca dos mais pobres de determinados pontos da cidade, a ideia de revitalização, gentrificação... Isso gera uma tensão, né? Então eu acho que junho é uma resposta a esse estado de coisas desses setores mais marginalizados (Anônimo, 2016).

Além disso, há considerações acerca da conjuntura global na qual se inserem os eventos que originaram as manifestações de Junho.

A gente estava próximo do que aconteceu na Turquia, na Grécia, o que tem acontecido nesses movimentos desde Seattle – movimentos ditos antiglobalização – acho que a gente estava nesse nível de enfrentamento (Anônimo, 2014).

Acho que junho, acho que o zapatismo, acho que Egito, Grécia, não é que sejam todos levantes anarquistas - nem devem ser - mas que são todos levantes, insurreições e mobilizações compatíveis com o anarquismo. Acho que floresce muito e é compreensível que ele venha como uma alternativa pra classe trabalhadora e pros demais movimentos nesse contexto (Anônimo, 2015).

Nenhuma dessas explicações procura resumir uma causa que explique o que foi e continuou sendo junho e não podemos esquecer que escolher por uma delas é também escolher um caminho de análise e lugar de fala político.

#### **4.5 Legados das manifestações de junho**

Costumo dizer que me mudei pro Rio pra levar “tiro, porrada e bomba”, no final de maio de 2013. Estava me recuperando de uma crise depressiva que me levou a trancar a matrícula na faculdade [...] Eu olhava para as paredes brancas da minha nova casa de vila, perguntando-me o que fazer dessa vida insana que somos obrigadas a viver nesse sistema. Mas aí veio junho de 2013, e tudo mudou. Após viver esse momento histórico do país, lidar com o fascismo escancarado perpetrado por braços do Estado, seja por meio da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) ou do TJRJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro), através de torturas, choque elétrico, prisões e processos ilegais, grampos telefônicos

também ilegais, sempre pesando a botina mais forte pra quem é pobre e experimentar um pouco do que li e reli de relatos sobre perseguições políticas na época da ditadura, a energia de resistência, força, e consciência política que senti gerar da união de todas aquelas pessoas que passavam pelas mesmas coisas dentro ou fora das manifestações, mesmo sem conhece-las, é o que me mantém em essência até hoje na luta (Anônimx, 2016).

Muitos autores e quase todas as pessoas com quem realizei esta pesquisa estão de acordo de que não é possível fazer uma análise fechada sobre o Levante Popular de junho e o mesmo se aplica quando pensamos nos seus legados. Embora seja impossível prever seus legados a longo prazo é possível e desejável traçar alguns impactos que já podem ser percebidos no fazer política contemporâneo e na vida cotidiana das pessoas.

Alguns desses pontos são mais amplos, como o descrédito crescente frente ao sistema eleitoral:

Fala um “vota que melhora” num ônibus lotado pra você ver: vai todo mundo começar a falar de política. As pessoas falavam de política o tempo inteiro, cara, nas Jornadas... Em 2013 era muito, em qualquer lugar que você ia, do mais burguês ao mais humilde, as pessoas estavam falando de política, de seus problemas e “vamos solucionar”, “vamos quebrar tudo”, “é uma merda mesmo” (Anônimx, 2015).

E outros, mais específicos, dizem respeito às influências pontuais de eventos que aconteceram no decorrer dos levantes populares e suas continuidades como aprendizado prático sobre teoria e prática política, instauração de uma cultura de falar sobre política com mais seriedade, extensão da crítica ao sistema político-eleitoral instituído, maior visibilidade para as lutas chamadas *identitárias*, maior articulação e diálogo entre os movimentos de asfalto e de favela, entre outros.

Aí foi uma coisa que renovou meu horizonte, sabe? Naquela época a galera estava em um processo de evolução ideológico. Muita gente saiu de lá com a

cabeça formada – muita gente que não tinha a menor noção do que era a vida, do que era o governo, entende? Saiu com cabeça formada (Anônimo, 2016).

E eu acho que foi um dos maiores legados [as manifestações da educação] porque nossa, eu vejo professores meus que tive no Ensino Médio e Fundamental, que eu tenho no *facebook*, como foi a mudança de discurso deles depois do caso, antes da greve e depois da greve. Pô, você tem professores mudando a forma de ver o mundo, mano, sabe? Aí o bicho está pegando mesmo (Anônimo, 2015).

Nesses anos aí de luta, assim, mais especificamente – dentro da minha categoria e procurando colaborar dentro de outras aí – eu acho que eu tive um grande aprendizado que fez com que tenha uma conscientização que sempre que eu vou assim pra algum ato, ver meu companheiro de outra categoria, eu tenho contatar com ele, conversar para que ele leve essa luta pra categoria dele, tente mobilizar porque quando nós mobilizarmos todas as categorias, a massa trabalhadora que produz riqueza pro país, que faz com que o país se movimente, tenha aí o seu enriquecimento, acho que lamentavelmente nós não desfrutemos dessas riquezas isso aí me deixa meio que preocupado e querer participar das lutas, para fazer, levar alguma mensagem, algum conhecimento pra empolgar os companheiros, né, para que venham pra rua, porque somente a mobilização de toda a classe operária vai fazer com que nós possamos ter um país que seja justo (Anônimo, 2015).

A galera viu que tem uma terceira via, acho que o que ficou de 2013 é a mostra desse caminho: você tem a esquerda partidária, você tem a direita e tem essa via autônoma, essa via independente. Que pra você fazer algo você não precisa estar dentro de uma estrutura partidária, você não precisa estar se rendendo a essa galera, você não precisa estar se

rendendo à ONG ou a coletivo ligado a partido, você pode se organizar entre os seus e fazer coisas dentro do seu território, dentro da sua causa e sem precisar depender de alguém (Anônimo, 2016).

Pô, você pega a porcentagem de gente que não votou ou votou nulo nessas eleições [de 2014], deu quase 40% no Rio de Janeiro, isso é muita coisa. A galera está começando a pensar fora da caixinha, sabe, sair desse lugar-comum do menos pior e ver que se os dois são uma merda vou eu e não voto porque eu entendo que isso aí não é pra mim, que esse sistema político não é uma coisa que vai me entender e eu vou porque não tem nenhuma das opções que vai me trazer algo de interessante (Anônimo, 2015).

Acho que depois de 2013 isso, essa coisa do pensamento político: as pessoas agora não falam das coisas de forma banal, até em uma conversa de boteco as pessoas, sabe, fala de política de uma forma mais crítica (Anônimo, 2016).

Hoje, se você faz uma piada sexista, pode ter certeza que alguém daquele grupo vai falar “*perai*, essa piada é sexista.” 2013 acentuou isso, essa coisa já vem de antes, as pessoas já reclamam do que te ferem há muito tempo, só que em 2013 as pessoas começaram a reclamar muito aí a gente começa a perceber mais isso. Se antes você era uma pessoa preta que não percebia como uma determinada coisa era racismo, tipo, você está no trabalho, tu está de *black power* aí seu patrão manda você cortar seu cabelo, você não entende que aquilo é racismo. Passado 2013, de tanto a galera falar disso, você começa a entender isso, e você começa a falar sobre isso (Anônimo, 2016).

Sob o meu ponto de vista as manifestações de 2013 elas deram uma enorme contribuição pra uma mudança de cultura política, assim. A gente vinha anos e anos sendo massacrados por governos, por sistemas econômicos e a partir de 2013 você vê o

povo na rua. A rua tentou conferir um significado a isso dizendo que eram manifestações de filhinhos de papai e etc., mas quem estava nas ruas viu, quem eram as pessoas que estavam ombro a ombro. Os partidos políticos tentaram se apropriar dessas manifestações também, principalmente alguns sindicatos, mas eu acho que houve uma vitória gigante dos movimentos sociais, assim, mais populares, porque a gente conseguiu mostrar que não tinha como se apropriar disso: quem estava na rua era povo mesmo, indignado com toda a conjuntura e com o nosso sistema representativo, né? Isso eu acho que é outro legado dessa conjuntura: já existia um mal-estar há um tempo de que nossos governantes não agem em nosso nome. Mas eu acho que a partir dessa conjuntura isso ficou ainda mais latente. E isso hoje inclusive se reverte nos votos nulos, nas campanhas de voto nulo, voto em branco e abstenção de voto, assim, e se revela muito no discurso, assim, porque hoje eu vejo muito mais presente no discurso de muita gente com uma enorme clareza de que transformação política não vem pela via eleitoral (Anônimx, 2015).

Eu acho que 2013 foi isso, foi o momento em que o Estado e a mídia perderam controle da manipulação, assim, eles ficaram desesperados literalmente, de não conseguir controlar o que estava acontecendo, ato sempre puxado em cima de ato, pessoas solidarizando com outras. 2013 deu uma quebrada muito forte na mídia, deu uma quebrada muito forte no governo, a gente vê pelos votos nulos e abstenções... (Anônimx, 2016).

A *ação direta* passou a se tornar também, pelo menos pra uma parte da população, uma estética positiva - e isso com toda a luta da mídia corporativa e empresarial e dos bancos de tentarem colocar isso como uma coisa depreciativa e tentar ridicularizar ou assustar. E ainda assim, principalmente nos que sentem a corda mais apertada, eu acho que esse modelo estético

funcionou. Isso é uma coisa que eu me orgulho de ter ajudado isso (Anônimo, 2015).

Interessante observar nessas falas como alguns dos legados são também considerados partes do que os antecedeu, como a questão de se considerar ter aumentado o uso de *ação direta*, apartidária e a crítica às formas de liderança e verticalidade nas organizações, por exemplo, de forma que a insatisfação que gera as revoltas é também retroalimentada por elas, as consolidam e as tornam mais presentes discursivamente.

Além de questões mais amplas, o legado de 2013 na cidade do Rio de Janeiro engloba a criação de novos coletivos e organizações políticas apartidárias, como foi o caso das Assembleias Populares de bairros que, tendo sido iniciadas meio aos protestos, permaneceram ocorrendo com periodicidade em alguns bairros e realizam atividades culturais e reuniões públicas semanais.

O que ficou desse legado: algumas coisas bem positivas: as assembleias, né? A gente está agora com 5 Assembleias Populares espalhadas pelo Rio e é legal isso de ter o pessoal ali nas praças, ocupando, trazendo as pessoas ainda pra dialogar... (Anônimo, 2015).

As conversas, as aulas que ocorriam ali no ocupa Câmara, a Assembleia Popular que ocorre toda quarta-feira até hoje são coisas que ajudaram bastante na percepção de vida das pessoas, mudaram o cotidiano das pessoas, mesmo depois. Porque a galera passava pela Cinelândia todo dia, o pessoal passa todo dia, são milhões e milhões de pessoas que passam por lá. Então a gente conseguiu influenciar bastante, assim. E agora na Copa a gente vê isso: porque em 2010 era uma festa e hoje está sendo no Brasil e não está uma festa, está bem mais caído que 2010 então a gente está conseguindo afetar as pessoas, isso é um ponto muito importante (Anônimo, 2014).

Além delas, também houve novas formas e intensidades de organização e participação política:

Assim, tem muito menos gente do que tinha em 2013, isso é fato, mas as pessoas começaram a se organizar também. Como eu, por exemplo, que não fazia parte de nada agora tô querendo organizar (Anônimo, 2016).

E teve os secundaristas também agora, que foi uma coisa sensacional, que até os professores falavam “pô, a gente achou que nossas greves, que tudo que a gente fez foi meio que em vão, mas aí a gente viu que não, porque os secundas vieram inclusive pra apoiar os professores (Anônimo, 2016).

Aqui no Rio teve um movimento autonomista forte. O movimento autonomista nunca vai disputar eleições, não tem interesse disso. Não querem, não vão – e não podem, inclusive, que senão perde a credibilidade. Então a influência disso no movimento estudantil é muito forte. Tanto é que está surgindo essa nova geração de midiativistas, de garotos novos, que são alunos das escolas, estão aí saindo do ensino secundário pra filmar, pra tudo o mais (Anônimo, 2015).

A partir de 2016 aconteceu uma série de ocupações de escolas públicas e da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro que foram inspiradas pela Revolta das Pinguins no Chile e pelas ocupações de escolas de São Paulo, mas também foram entendidas como possibilitadas devido aos estrondos realizados pelos protestos desse junho *combativo* que continuou se estendendo ao longo do ano de 2013, compartilhando com esses seus *modus operandi* e algumas das diretrizes políticas básicas.

A *luta* aqui relatada é vista como uma condição permanente da vida de algumas pessoas, com mudanças perceptíveis entre suas atuações antes e depois de 2013 para alguns. Mesmo para aqueles que realizavam alguma atividade política antes disso, 2013 é considerado um marco para outros entendimentos políticos que ainda não estão claros, mas que começam a tomar formas. Nas ruas em 2015 e 2016, principalmente, encontrei com rostos novos, jovens ao ponto de não poderem estar nas jornadas de 2013 mas que são também embalados por

elas: o uso de *balaclavas* ou camisetas escondendo os rostos, a preferência pelas roupas pretas, o orgulho de ser adepto da tática *black bloc*, as palavras de ordem como as que estavam nas ruas em 2013, ou mesmo anteriores:

*UPP chegou pra matar trabalhador!*

*Ocupar, resistir!*

*Lutar pra garantir!*

*É barricada!*

*Greve geral!*

*Ação direta que derruba o capital!*

Mas, em alguns casos, com algumas variações para dar conta do tempo histórico com mudanças tão velozes. O já clássico “não vai ter copa” foi adaptado por diferentes movimentos e pautas (“não vai ter voto!”, cantam alguns; “não vai ter golpe!” ou “não vai ter tocha!” proclamam outros). Em algumas das canções muda-se o nome do político “homenageado” e, outro exemplo, uma canção de 2013 que falava dos *black profs*, que se referia à defesa da educação pública durante a greve de outubro de 2013, foi modificada para satisfazer as novas demandas. A canção original:

Se você for um pelego<sup>86</sup>

Trate logo de correr

Black **profs** são guerreiros

Eles vão surpreender

**Magistério** é assim mesmo

Bota o choque pra correr

Mas que beleza!

Que beleza

O black **prof** não tem medo de morrer

Olê lê

Olá lá

A **educação** vem aí

E o bicho vai pegar!

<sup>86</sup> Conceito histórico do movimento sindical para definir quem tem medo, que não se arrisca. Também uma forma de chamar coletivos e organizações com tais características.

Teve alguns de seus termos modificados, principalmente trocando *black prof* por *black bloc*:

Se você for um pelego  
 Trate logo de correr  
 Black **blocs** são guerreiros  
 Eles vão surpreender  
**Black bloc** é assim mesmo  
 Bota o choque pra correr  
 Mas que beleza!  
 Que beleza  
 O black **bloc** não tem medo de morrer  
 Olê lê  
 Olá lá  
**Os estudantes** vem aí  
 E o bicho vai pegar!

As sutis diferenças trazem junto uma diferença de momento nas ruas. Se a greve dos professores de 2013 foi considerada um momento de alta *combatividade*, a qual a música se refere e popularizou, em 2016 quem garantiu maior força na ação política autônoma foram os estudantes. A resignificação da música não altera a força de sua origem e nem desmerece os primeiros contemplados, pelo contrário: uma das professoras que compôs a música diz que se sentiu elogiada pelo novo uso dela. Como se fosse uma garantia de que a *luta* que teve tamanha força e repercussão em 2013 estivesse seguindo e mesmo fortalecendo não em intensidade e explosões de bombas, mas através do incremento do discurso *combativo, independente e autônomo*.

Esse novo fazer política, é preciso ressaltar, não é um *modus operandi* delimitado, mas um processo que está acontecendo agora, e que de forma geral está sempre se modificando, mas que em alguns momentos é mais fixo do que em outros. Essa movimentação atual do processo não o torna um fim em si e não garante nenhum porto fixo de chegada, apenas direções. O que escrevo aqui sobre o futuro, do alto do meu congelamento temporal (Fabian, 1983), é o que percebi e o que me falaram, de meras tendências ou mesmo promessas. É um tempo histórico que pode ou não ser contínuo, mas aqui é principalmente o meu presente etnográfico. E com uma permanência em campo

relativamente longa, ousou dizer que são essas as tendências e promessas que estiveram mais sólidas e presentes entre a forma de fazer política de esquerda, principalmente da esquerda aqui abordada.

Vale ressaltar que o entendimento do Levante Popular de junho como um evento não acabado implica percebê-lo como parte de um processo que visa, em meio aos muitos futuros possíveis, material e discursivamente, estender a continuidade do que se iniciou. Apesar de muitos incêndios e explosões (metafóricos, mas também concretos), a maior parte das pessoas não entendia as manifestações como uma grande revolução. O que não significa, no entanto, que ela não possa ser considerada um momento de ruptura e que, como Bringel (2013) afirma, pode significar um novo ciclo de forma de fazer política.

Junho foram *pipocagens* pré-revolucionárias, né? Por isso que foi um salto político. Foram movimentos pré-revolucionários que já acontecem só que teve visibilidade porque o povo estava quebrando banco, o povo estava derrubando ponto de ônibus, queimando ônibus - mas já faz, a favela já faz isso - o povo estava derrubando tudo quanto é poste na Presidente Vargas (Anônimx, 2014).

Tendo noção do momento histórico que a gente está vivendo eu achava que a gente estava bem longe, né, do processo revolucionário, com construir o poder popular e derrubada do Estado, isso a gente com certeza estava bem de longe (Anônimx, 2014).

Do ponto de vista da experiência individual, ouvi relatos diversos sobre influências de linhas e diretrizes políticas que ocorreram nas manifestações de junho e suas continuidades na cidade e que foram possibilitadas por essas. Dentre elas, chama atenção aqui o aumento de identificação com as esquerdas ditas *combativas* - apartidária, contra o sistema eleitoral e adeptas de *ação direta* – de linha não definida, comunistas, socialistas ou anarquistas, essas últimas mais presentes nesses relatos:

Atuando em partido político percebi muitos problemas. Por mais que o PT seja um partido com milhões de filiados, quanto à cúpula é elitista, né? É uma elite e é elitista, por mais que se reivindique

popular. Tinha problema com o modo de operar dos partidos e me afastei e não fui mais pra rua. Então quando eu volto, nas manifestações de 2013, eu volto compreendendo que aquele era um processo muito diferente de todo processo que eu já tinha vivenciado e que aquilo ia impactar, sim, na minha vida e na vida de muitos jovens. E a partir dessa conjuntura eu fui conhecendo outras realidades de movimento social, fui conhecendo movimentos sociais mais a fundo, movimentos de favelas e tal, e fui me aproximando do anarquismo. E pode parecer muito bizarro essa transformação de um militante de um partido político para um militante anarquista, mas, ao mesmo tempo, eu acho que me traz muito mais clareza de conjuntura política, de como os partidos se aproveitam de determinados movimentos sociais, como se apropriam, né, de reflexões, manifestações e atos de movimentos sociais. Eu acho que foi uma trajetória que, pelo menos, me traz uma clareza. Eu tenho clareza dessa minha trajetória política e ela tem um significado que eu não abro mão, das coisas que eu fiz e das escolhas que eu fiz (Anônimx, 2015).

Me aproximei do anarquismo nas manifestações, eu via vários grupos anarquistas e aí eu comecei a me aproximar dessa galera por afinidade estratégica, de análise de conjuntura e de estratégia. Achava que pra me tornar anarquista tinha que ler muita coisa antes de ser anarquista e depois eu percebo que a prática anarquista ela está na gente muitas vezes. A leitura é importante, é conhecimento e todo conhecimento é importante para a militância, mas fundamental é a prática que eu já tinha e era muito coerente com o que eu pensava e aí eu descobri que era muito mais anarquista que muitos anarquistas (Anônimx, 2014).

Eu comecei a me inteirar mais na ideia do anarquismo a partir de 2013, eu já tinha algumas posições que eram anarquistas e eu não sabia, mas comecei a estudar e pesquisar mais e fazer que não

necessariamente só estudar, mas aprender na prática também [...] Mas eu só me interessei pelo anarquismo até justamente pela prática, eu fui vendo na prática primeiro a questão da organização de forma autogestionária, questão de autogestão... (Anônimx, 2016).

O principal não só autogestão, mas *ação direta*, também, que eu já tinha essa crítica que não adianta ficar na burocracia porque a burocracia não ajuda, não faz nada, só atrapalha, come nosso tempo, nossa disposição, pra não dar em nada. Eu sempre tive essa crítica, mas nunca tive um contraponto pra isso, achava que eu ia estar sempre presa e que aquilo nunca ia pra frente, que ia ficar naquela meio que quase que depressão, assim... De achar que está sempre preso naquilo, que não vai mudar e que não tem o que fazer. Aí surgiu um contraponto, e um contraponto que não era só uma ideia, também, que antes eu ficava “ah, pode ser que tenha um contraponto, mas ah, muito utópico, isso aí não existe...” Mas aí fiquei sabendo que existe, que já existiu várias vezes na história e que estava tendo uma tentativa de construção disso aqui também. Aí foi mais o que me chamou a atenção, ver isso acontecendo (Anônimx, 2016).

Até muita gente que eu até converso, dos “anarquistas que surgiram em 2013” aí falaram a mesma coisa “a gente estava lá nos atos e tal aí quando vê a porrada começa, aí o pessoal foge e outro fica, um pessoal de preto lá, tacando pedra na polícia lá e não sei o que” e “isso aí que tem que ser feito”. Aí que se interessaram pela tática *black bloc*, pelo anarquismo, pela *ação direta*... Não só *ação direta* no ato, mas *ação direta* no geral (Anônimx, 2014).

Percebi que muitas vezes a proliferação de ideias e da estética anarquista aparece como um dos legados das manifestações de junho e, como procurei discutir acima, pesquisadores do tema também apontam para uma convergência do aumento de ideias não necessariamente anarquistas, mas que possuem alguma aproximação com tal abordagem,

seja pelo compartilhamento de críticas similares ou seja pelas formas de pensar organização.

O anarquismo, assim, era tratado como uma coisa que ninguém falava sobre, aí depois que a tática ficou mais falada o anarquismo entrou na pauta nacional, assim - por mais que muita gente falando mal (Anônimo, 2014).

Devido a tática [*black bloc*] que depois de 2013 chamou mais atenção pra anarquia. Todo mundo de preto com bandeiras pretas, a galera botando A na bola. A cidade ficou toda pichada com A na bola em certo momento, tinha A na bola em todas as esquinas. O centro da cidade tinha A na bola em todas as ruas, entendeu? Então, assim, não tinha como não ver (Anônimo, 2016).

Embora a parte estética que chame atenção para as aproximações com anarquismos – como o bloco negro frequentemente a ela associado – o que pretendo afirmar aqui é que a maior influência que esse exerceu ultrapassa a questão de delimitação entre ser ou se auto definir com o anarquismo para abordar questões que são mais estruturais no modo de fazer política e que estão relacionadas como conceitos-chaves do anarquismo – como a auto-organização, a coletividade, a horizontalidade, a autonomia, etc. – mas que estão aquém e além desse.

#### **4.6 As motivações de ter escolhido a militância**

No desenrolar da pesquisa de campo, percebi como as manifestações de junho influenciaram diferentemente pessoas que já vinham de uma tradição ativista e outras que tiveram seus ativismos despertados com a iminência dos protestos.

Minha militância sempre foi onde eu queria estar, nos extremos, no limite, né, da luta de classes, onde realmente acontecem os verdadeiros conflitos e que são invisibilizados esses conflitos. Eu sempre quis estar nas favelas, nas comunidades, nos presídios, nos hospitais (Anônimo, 2014).

Talvez a revolta por ver por tanta injustiça, essas Jornadas de Junho aí veio coincidir com outro ponto de vista de situações que eu convivia diariamente no meu local de serviço, isso aí contribuiu também, eu me vi na situação de ter que participar dessas Jornadas de Junho aí, era algo que eu via que ia de encontro ao meu ponto de vista, assim, com relação às situações adversas que eu particularmente vivia, assim, no local de trabalho e também até em determinadas situações, às vezes por almejar querer fazer um curso superior, uma faculdade pública, que eu nunca consegui (Anônimo, 2015).

Antes eu ficava presa mais em questão na área da saúde, em trabalhos assim, eu ficava mais nessas partes burocráticas e nem tanto assim, porque antes eu não gostava de me envolver muito porque eu não gostava muito dessa dinâmica. E foi 2013 que me mostrou uma outra dinâmica também, que essa outra dinâmica é factível, ela não é só uma ideia, ela não é uma fantasia, ela existe e tava sendo colocada, formada pelas pessoas que estavam na rua (Anônimo, 2016)

Em reunião para uma campanha de apoio aos professores, surgiu o slogan “Lutar não é uma escolha”. A ideia de que as pessoas lutam porque são defrontadas com uma realidade que as força a isso é bastante presente de várias formas nos discursos de pessoas e movimentos sociais cariocas, com destaque para os movimentos de favela, que colocam a luta política muitas vezes atrelada às questões de sobrevivência. A ideia de que depois de se iniciar na *luta* é difícil ou mesmo impossível ver a realidade de outro jeito também é bastante disseminada, como mostra o relato abaixo:

Uma vez militante, cara, ninguém deixa de ser militante. Pouquíssimas pessoas, eu não conheço ninguém e sou militante há 17 anos. Inclusive pessoas que sofrem processo de resguardo, que se afastam um pouco por algum motivo, ainda assim elas atuam. Nem que seja na produção de textos, na

análise de conjuntura. Ninguém deixa de se indignar. Ninguém liga uma chavezinha dentro de si e para de se importar com as coisas. E a conjuntura é tão dura que é impossível você deixar de se importar (Anônimo, 2016).

Diversas foram as motivações expressas para começar a fazer parte das manifestações. Aqueles que já tinham uma trajetória de militância em lutas políticas já se sentiam de alguma maneira responsáveis por participar de eventos políticos, e percebi que muitos desses que já tinham consolidado neles mesmos tanto a ideia da importância da luta quanto a certeza de pertencimento dela começaram a acompanhar as manifestações de forma fluída, a vontade de estar dentro de um cenário do qual, mesmo muitas vezes confuso, já faziam parte.

As pessoas que não tinham essa trajetória de militância, no entanto, narram suas experiências de contato com as grandes manifestações como um desabrochar, uma tomada de consciência nova ou como consolidação de ânsias antigas que não tinham encontrado antes espaço para serem consolidadas.

Porque pela solidariedade e empatia que começam a surgir mais pessoas e colar mais pessoas nas manifestações. Quanto mais a mídia criminalizava, mais apareciam pessoas, era impressionante aquilo (Anônimo, 2014).

Então o que me chamou a atenção, assim, além das mobilizações começarem a ficar maiores, foi também a autodefesa e o ataque, muitas vezes em relação à polícia. Isso claro que me chamou muita atenção e eu tinha que estar lá (Anônimo, 2014).

Nos primeiros eu fui sozinho mesmo. Aí cheguei lá e você acaba fazendo uma aliança momentânea com a galera, mesmo que você não conheça, assim. Você se reconhece como mascarado junto com outros mascarados (Anônimo, 2014).

Foram mais ou menos junto com as pessoas, quando vê que tem um monte de gente indo e falar

“agora é a hora, tem que ir, tem que juntar, tem que somar, pra ver se sai alguma coisa dali” (Anônimx, 2014).

Eu trabalhava há 2 anos num bar e como talvez centenas de pessoas que foram às ruas também provavelmente de saco cheio de uma rotina de trabalho estressante, de condições de trabalho que são as que a gente conhece, né? Exaustivas. Aí uma pessoa, uma menina que trabalha comigo me chamou: “pô, amanhã vamos na manifestação”. E aí eu não podia porque eu tinha que trabalhar no dia seguinte. Aí ela falou: “ah, a gente vai no hospital, pega um atestado, traz aqui e vai pra lá e se foda.” Pô, eu já estava de saco cheio, né, porque entrava 4 e meia da tarde e muitas vezes saía 4 horas da manhã, já era bem estressante, a rotina era bem estressante e eu já estava querendo sair de lá. Daí a gente foi e foi estranho, talvez pela primeira vez eu vi uma possibilidade de resistir a uma rotina que acaba te sugando, assim, que te leva quase que toda a vida, né? As pessoas acabam entrando num trabalho e saem de um, vão pra outro e vão se deixando levar, enfim... Se elas não têm nenhuma estrutura ou pra fazer alguma outra coisa você acaba sendo levado. E aí foi a primeira vez. E aí eu gostei daquilo. E aí teve uma hora que a gente estava na Presidente Vargas que os caras do choque estavam vindo pra cima. Aí eu estava de calça jeans, estava de blusa bege, branca – estava normal, assim – aí essa menina que foi comigo ela falou: “cara, vai dar merda, vou embora”. Eu: “não, como vai dar merda? Agora que vai começar a ficar bom tu vai embora?” E aí eu falei: “eu vou ficar” (Anônimx, 2015).

Ao chegar lá na Jornadas eu notei que ali havia várias demandas e pedidos de várias coisas, na luta pelo aumento de passagem, havia por uma escola pública 100% pública, por um Sistema Único de Saúde 100% público e eu com meu pouco entendimento que eu tinha de luta falava “poxa acho que aqui também é um bom lugar pra gente,

como trabalhador, a gente tentar reivindicar alguma coisa, ou ver e aprender com alguém, contata com alguém pra levar essas mensagens aqui pra mobilizar os trabalhadores” (Anônimox, 2015).

Mas o que eu acho que mais me manteve também, na rua, não só nessa explosão que foi tendo, de 2013, mas manteve junto, se organizando mais, foram os locais autônomos, de construção de organizações autônomas que foram surgindo, até que já existiam, mas não eram tão conhecidas (Anônimox, 2016).

Você não tem ninguém que tem coragem de ir com você aí você vai sozinho, tá ligado? Mais pela sua vontade política. Aí você conhece uma galera lá, sempre conhece uma galera lá (Anônimox, 2014).

Porque eu não queria estar mesmo que se nós sofrêssemos repressão ou não tivéssemos tido êxito, essa coisa, eu queria mesmo era ter contribuído, colaborado de alguma forma. Eu queria estar. Porque o trabalhador ele tem que tirar esse carma dele de querer, é, de colher fruto de vitória, pra quem não participou isso é muito... Muito... Eu no meu ponto de vista eu acho que é muito, vamos dizer, é muito individualismo da pessoa, né, pois você vê ali o companheiro se mobilizando por algo ali pra você e você não participar, eu me sentiria assim ultrajado, né? Poxa, recebendo de algo que eu não colaborei, que eu não contribuí, eu acho meio emblemático, né? Então daí a razão de eu manter ali de alguma forma, estar presente, que eu falei. Não podemos estar fora disso (Anônimox, 2015).

#### **4.7 Lembranças de um levante qualquer**

Apesar da centralidade das questões à primeira vista de caráter exclusivamente político que passa pelas manifestações, podemos perceber a presença de uma noção de política que é mais extensa do que

se entende pelas políticas que tem por base as eleições, nas quais a vida cotidiana passa uma linha divisória entre a vida pessoal e a instância política.

Hannah Arendt discute como essa divisão, presente na *polis*, passa aos poucos a ultrapassar formalmente os cenários políticos da modernidade e que cada vez mais a esfera privada passa ao público, oficialmente. Mas o que Foucault e, a partir dele, também Agamben, discutem é que o poder sempre incidiu na vida das pessoas.

Nas revoltas de junho e talvez nessas ondas de revoltas globais da atualidade a extensão da biopolítica não se apresenta apenas na questão do exercício da soberania e do controle, mas se coloca na questão das resistências contra essas formas de poder. A vida passa a ser considerada a instância política por excelência. A praça já não é mais um lugar neutro ou ocupado pelas margens, mas um local no qual a ação política e a vida privada já não podem mais ser desvinculadas: são as barracas, a comida, as aulas, as assembleias, tudo acontecendo ao mesmo tempo. O limite entre a vida pessoal e política do governador já não pode mais ser tolerado: se o poder influi nas vidas e nos corpos daqueles nos quais se instaura, nada mais lógico do que se voltar contra aqueles que o impõe. “Se não há igualdade para os pobres/que não haja paz para os riscos” (Operação 81), cantam as ruas e elas vão até lá tirar essa paz que reinava na vida privada do governante. E por isso que as revoltas são emocionantes, elas tocam em um local que é alienado do ser humano em sociedade que é precisamente essa linha divisória entre a vida pessoal e a política. A resistência passa pelo afeto entre as pessoas, pela possibilidade concreta de uma nova vida, pelo amor às causas. “Não se apaixonem por si mesmos”, avisa Zizek (2017) aos ocupantes de Seattle porque não são os momentos de êxtase o que realmente muda o mundo, mas tampouco o mundo muda sem essa paixão se pensarmos que “si mesmo” não se refere ao indivíduo, mas ao coletivo e a todo o potencial de coisas que se criam juntos. Contra esses afetos e esses ideais nada ainda foi inventado e é por isso que nada disso é perdido.

As tarifas sobem, as ocupações resistem, os empregos se evaporam, os golpes cotidianos e extra cotidianos são dados, mas as ideias permanecem, assim como as experiências. Importante ressaltar aqui que os momentos de lembranças, aqueles que parecem ser apenas de ordem pessoal, são também em si um legado político, daquele tipo que nenhum discurso altera. Nesses momentos, nessas lembranças, mesmo que pequenas, mesmo que fragmentadas, existem ainda as

resistências e mesmo certas verdades. Achar em algum lugar esquecido do quarto um projétil encontrado nas ruas e trazido quase como *souvenir* e sentir o cheiro residual do gás lacrimogêneo nele contido traz de volta esse tempo de manifestações e a vida volta a ser ocupada pela política em vez de, como ocorre cotidianamente, ser apenas regida por ela.

As cenas mais marcantes pra mim era quando a polícia dispersava, a galera dava um rolê pelo centro e voltava pra Cinelândia. E teve um dia que a galera voltou 5 vezes. Teve uma galera que ficou na escadaria durante meia hora tomando bomba de gás da polícia deitada no chão e não saiu, sabe? Essas resistências, assim (Anônimo, 2014).

Nada vai apagar. Naqueles 6 meses em muitos dos atos eu ia mais pra assistir do que fazer alguma coisa porque era tudo muito novo, você nunca imaginou aquilo. Você passa na Cinelândia você não vai imaginar que um moleque daquele ali já tacou pedra no cara do BOPE. Nunca. Só em 2013 (Anônimo, 2014).

Pô, cara, os 6 meses de 2013 ali foi o sonho de qualquer militante, né? Acho que ninguém esperava viver aquilo (Anônimo, 2014).

Toda vez que você sente o gás lacrimogêneo vem mil memórias na sua cabeça, é muito louco. Que é tipo uma droga, mesmo, gás lacrimogêneo, é viciante. Não é questão de você gostar do gás... Você sente falta do gás. E isso não foi só eu que falei, muitas pessoas falaram essa mesma coisa. Você começa a sentir falta do gás. Eu tinha uma latinha – eu te falei isso – eu tinha uma latinha vazia em casa que quando às vezes eu estava assim sentado, lembrava das coisas aí eu cheirava a lata e muita coisa assim, trazia uma sensação de felicidade. Já não ardia mais. Só aquele cheiro, mesmo, do gás (Anônimo, 2015).

Você ter sede é intenso. Porque é um descobrimento, é todo dia uma pauta nova, pessoas novas... Todo dia um absurdo do governo aí não sei se é todo dia você inserido naquilo e você começa a ver tudo de outra forma e aí você começa a entender realmente o sofrimento diário das pessoas. Você não consegue mais ver um ônibus lotado e achar um ônibus lotado normal. E aí é muita pauta, muita coisa, muita dor, é muita história, é muito choro... Então tudo é muito intenso. Eu lembro de cada dia, cada noite, eu tenho uma memoriuzinha de todos os dias, de desde que estourei as Jornadas de Junho e eu me larguei (Anônimx, 2014).

Essa coisa de entender a política de outra forma, de entender a comunidade de outra forma, de se criar uma outra forma de fazer política, de se romper com o clássico, com o duro da forma de se fazer política e que não dá certo e de tentar criar outra coisa com a própria experiência, a questão horizontal, de todo mundo ter fala Esse descobrimento é muito interessante (Anônimx, 2015).

Foi um descobrimento pra muita gente, até pra quem tinha muita experiência foi uma coisa nova. Pros que nunca pararam de militar foi uma coisa nova, para os que nunca militaram foi uma coisa nova. Porque não era mais alguém que tem experiência vem cagar regra, não tinha mais isso, não pode ter. Ao contrário: se você tem experiência você fica quietinho aí porque os que não tem vão falar. Acho que foi ao contrário, rompeu muita barreira do “eu sei”, do professor e aluno, eu acho que foi novo pra todo mundo (Anônimx, 2015).

Foi tudo muito intenso, cada dia uma coisa nova. Todo dia você estava em uma delegacia ou num hospital, todo dia era uma pauta nova, um sofrer novo... Você não vivia normal, você vivia pra aquilo (Anônimx, 2014).

Que tá todo mundo unido em prol de uma causa. Então se eu me machucar ali – eu já pensei várias vezes nisso [...] se alguém se machucasse ali todo mundo prestava solidariedade àquela pessoa, ela não tava sozinha, sacou? Número um você tem disso: você tem união [...] Número dois que quando você quebra uma vidraça de banco você dá um prejuízo estético pro banco, mas você tem também aquela questão que você se sente melhor, entendeu? Você tá destruindo uma coisa que te destrói, sacou? Que destrói pessoas, que escraviza pessoas. Você quebra aquilo, cara, você se sente melhor, você se sente bem fazendo aquilo (Anônimo, 2015).

Foi uma coisa muito boa porque até o momento de a gente se conhecer e ficar pela primeira vez a gente nunca tinha visto o rosto de cada um. A gente começou a conversar e do nada a gente se ligou quem era do ato. Foi paixão logo que conheci. Pelo caos, pelo caos que fez isso (Anônimo, 2015).

Nunca gostei do viés partidário, nunca curti, sempre fui pro viés independente. E com isso o que aconteceu em junho era tipo um sonho meu, eu sonhava que aquilo um dia ia acontecer, mas eu não achei que fosse acontecer ao ponto de eu participar. Achei que um filho meu vai participar e eu vou estar em casa, velha, assistindo pela internet ou sei lá por onde, né? E aconteceu: 2013 veio e eu fiquei vidrada (Anônimo, 2015).

Agora eu realmente vejo que era isso que eu sempre quis, aquele desejo de criança de ver uma coisa assim era verdade (Anônimo, 2014).

Tive muita dificuldade para escolher entre os relatos a serem colocados na tese porque, além de serem muitos, passei a ter por eles alguns afetos que, com o tempo, percebi que não eram apenas meus, mas afetos que também compartilhava dessas pessoas com quem conversei e pesquisei junto. Às vezes as conversas tomavam rumos tão

tensos que o ar em volta parecia pesado, o coração acelerava, dava vontade de sair e gritar contra as torturas e as injustiças sofridas por eles. Mas quando conversamos sobre os dias de manifestações, detalhes de como aconteciam e como eram os dias e noites nas barricadas, os medos desapareciam e davam lugar de novo à força, ao sorriso, à resistência.

Não sei, pessoalmente pra mim eu já estava muito... Sem muita vontade, não feliz com a minha vida pessoal: trabalho, ganhava bem, casada. Mas eu não estava mais feliz, aquilo era falso pra mim. Hoje em dia é muito mais fácil eu entender o quanto aquilo era falso. E as Jornadas de Junho foi isso, foi uma esperança de vida. É muito difícil por tudo que aconteceu, por toda a repressão, mas de certa forma hoje em dia eu me sinto muito mais feliz (Anônimo, 2015).

Ao fazer da política parte integrante e cotidiana da vida, a vida em si adquire novo sentido. Não se trata mais aqui do sujeito que obedece, trabalha, vota – o voto mesmo é visto como um sinônimo de obediência e da falta de escolha e ação da própria vida – constitui família e se esvanece, mas da constituição de novos corpos que, em vez de simplesmente permanecerem em seu determinado espaço-tempo, experimentam novas formas de afeto e de política. Essas novas formas são então fluídas e já não se excluem entre si, se completam. A autonomia do fazer político atualiza a esfera da vida e torna ela, senão livre, ao menos um pouco menos submissa aos poderes que as desenham. Acima de tudo, a militância que se diz *combativa* é uma esfera de desejo, as ideias são desejo e, como já disseram, não há armas o suficiente contra essas resistências.

### ***Considerações sobre o capítulo***

Desse movimento que surgiu, mesmo, que eu fico zoando de “doismiletrezista”, assim, mas às vezes quando eu zoo assim, nem é querendo dizer uma coisa negativa, é porque realmente tomou uma efervescência maior, né? A gente tem nesse movimento muitas pessoas que já militavam antes em outras organizações e saíram pra se dedicar mais a esse movimento que surgiu em 2013, se

dedicar à formação, organização, estrutura e tudo o mais desse movimento que surgiu. Porque foi necessário a construção de uma coisa séria, assim. Não era “ah, todo mundo se reúne toda terça e toda quinta aqui na Cinelândia então isso é o movimento”. Não! Tinha que ser feito o que foi feito: reuniões, conversas, plenárias... Os grupos de afinidade foram se criando e se encontrando com um grupo de outras afinidades (Anônimx, 2015).

Uma das questões levantadas para esta pesquisa dizia respeito ao que se considerava como novidade ou como um diferencial do Levante Popular de junho. Um dos pontos que foi amplamente discutido pela literatura e que já apareceu em variados pontos desta tese se refere à não identificação com a política institucional e/ou partidária. Além disso, os pontos acima tratados, como a multiplicidade de pautas, a forma de organização dos protestos e reuniões e princípios norteadores que seguem a lógica do apartidarismo e da horizontalidade chamam a atenção, além da proximidade temporal e operacional de outros eventos na história e conjuntura mundial recente. Outros pontos que fazem parte do que se entendeu ser essa novidade e que também encontram consonância com esses protestos mais globais foi a importância das redes de comunicação via internet e, mais especificamente no Brasil, no surgimento e proliferação de mídias independentes de caráter ativista.

A possibilidade de escrever suas próprias pautas em cartolinas, as ruas sendo lotadas por pessoas consideradas iguais, sem serem guiadas por lideranças, e o surgimento de mídias e grupos que passaram a viver um período de militância intensiva são outros dos pontos que chamam a atenção nas manifestações de junho se formos comparar com os protestos que ocorriam usualmente no país.

No próximo capítulo vou analisar as práticas da tática *black bloc* e os dispositivos de defesa que mais percebi nas ruas e os quais considerei centrais para analisar os acontecimentos de junho de 2013.

## Capítulo 5

### Tecnologias de autodefesa

*Deixa passar  
A revolta popular!*<sup>87</sup>

Nesta e na próxima sessão será discutido o que entendo aqui por *tecnologias de combate*, partindo do pressuposto de que de um lado as forças repressoras vinculadas ao Estado desenvolveram mecanismos de contenção de revolta popular e, de outro, as pessoas e grupos sociais acabaram desenvolvendo métodos, táticas e formas de se defenderem contra essa contenção e seus excessos para fazer valer, mesmo que à força, o direito de se manifestarem publicamente.

*Combate* é usado aqui em um sentido abrangente, incluindo várias instâncias e formas de ação da luta política e não se restringindo, assim, às ações de confronto entre manifestantes e policiais nas ruas.

É bastante discutido na academia que as coisas na realidade concreta não são tão separadas quanto nós fazemos parecer no momento de análise. Assim é esse capítulo. Mesmo que discursivamente podemos ver uma diferença substancial entre aqueles que manifestam e aqueles que reprimem, essa fórmula “nós” versus “eles” nem sempre é tão bem delimitada. Tampouco os lados da defesa e da repressão atuam como forças homogêneas. Mas existem algumas razões para essa dicotomia da análise e, talvez, a principal delas seja a forma como os manifestantes (e também os policiais) entendem a dinâmica de suas disputas. Nos relatos, podemos perceber que o entendimento dessa divisão “nós” e “eles” aparece bastante enraizada quando se trata do posicionamento de manifestantes e de policiais.

Quando a polícia para em qualquer lugar, na Lapa, dá uma certa raiva, já é irracional. E eles também. Eles escutam "Uh! Uh! Uh!" – A gente pode brincar fazendo isso – e eles ficam doidos (Anônimx, 2016).

Mas isso não quer dizer que as provocações ocorram de maneira unilateral. Já em uma das minhas primeiras manifestações no Rio de Janeiro, antes mesmo de chegar nessa, pude perceber como era a

<sup>87</sup> Palavra de ordem.

recepção dos manifestantes por parte dos policiais. Estava andando acompanhada de um grupo com cerca de 10 manifestantes, indo em direção à manifestação, quando um carro do choque<sup>88</sup> passou por nós. Quando próximo, diminuí a velocidade e os policiais começaram a nos ameaçar usando palavras de baixo calão e a nos chamar para entrar em confronto. Além dessa, presenciei várias experiências parecidas, algumas em que policiais inclusive chamavam os manifestantes por seus nomes ou apelidos – mostrando a operação de inteligência que existe por trás de suas ações e que implica por vezes na perseguição de ativistas dentro e fora das manifestações, como será discutido mais à frente nesse capítulo.

Em outras situações as ameaças podem ser sentidas por parte de aparentes aliados e, nesse caso, as técnicas de defesa passam por outros tipos de enfrentamento como, por exemplo, uma disputa por inclusão de pontos de pauta nas assembleias sindicais. Nesses casos também é reconhecido o delineamento, senão de um inimigo declarado como no caso da polícia e do Estado, ao menos de posições inimigas que precisam ser disputadas ou combatidas.

O conjunto dessas tecnologias aqui descritas partem da perspectiva dos sujeitos com os quais conversei para esta pesquisa, exclusivamente manifestantes e ativistas envolvidos nesses movimentos, e devem ser entendidos sob tal perspectiva. Do mesmo modo, as tecnologias de repressão aqui tratadas também são discutidas a partir do ponto de vista desses interlocutores da pesquisa.

## 5.1 Tecnologias de defesa

*12 orientações pro IM e pros demais protestos:*

*1: Vá para o ato com tênis ou bota, use roupas fechadas. De preferência, leve máscara com filtros contra gás e óculos de “ampla visão”, ou algum outro que vede ao redor dos olhos. Use luvas de proteção parar arremessar bombas de gás de volta contra o choque e proteger manifestantes, caso não tenha e alguma bomba de gás caia perto, chute-a na direção do choque.*

<sup>88</sup> A polícia de choque é uma unidade corpo policial especializado em controlar e dispersar multidões em manifestações e fazer cumprir mandados de reintegração de posse de imóveis ocupados.

2: Caso não tenha máscara de gás, tenha algum pano, lenço, camisa reserva para molhar com vinagre e amarrar no rosto tapando boca e nariz e “filtrando” o gás, reduzindo os efeitos da inalação.

3: Leite de magnésio é bom para passar no rosto todo, alivia a queimação no nariz, olhos e boca e tem o efeito mais rápido que o vinagre. Compre nas farmácias. Compartilhe vinagre e magnésia com demais companheiros que necessitem, e caso não tenha e esteja inalando gás ou vendo alguém precisando, peça aos demais.

4: Procure parar em áreas abertas, de preferência em encruzilhadas, onde você tenha rota para sair. Evite ruelas apertadas.

5: Ande acompanhado, vá com companheiros às manifestações. Combine estratégias de saída e pontos de reagrupamento. Caso se perca do seu grupo, aproxime-se de outros companheiros de luta.

6: Ocupe as ruas, nada de ficar parado nas calçadas. Pare o trânsito, pois carros tendem a acelerar com velocidade para sair do tumulto e atropelam manifestantes, além do que ruas interditadas ajudam quanto tática de defesa nos confrontos.

7: Não deixe feridos no caminho. Ajude os feridos e debilitados sempre que possível. Esteja em alerta por onde estão as equipes da cruz vermelha para atendimento de emergência.

8: Tenham calma na hora da dispersão, faça a retirada numa caminhada rápida, no lugar da corrida. Cuidado para não cair e com quem cai.

9: Pessoas correm sem saber o que está acontecendo, olhe primeiro antes de agir.

10: Evite usar bolsas: pochetes e o uso dos próprios bolsos são melhores para se movimentar. Caso precise carregar mais pertences dê preferência a mochilas.

11: Compartilhe informações sobre o que está acontecendo pelos trajetos, áreas barricadas e de confrontos com a PM, estações de metrô fechadas, socorristas, e qualquer informação que possa ser importante.

12: Em caso de confronto com o choque, procure usar tapumes “de obra” (costumam estar protegendo vidraças de agências bancárias) como escudos para proteger a si e aos demais companheiros das balas de borracha, e armar barricadas retardando o avanço do choque e protegendo assim os demais manifestantes do ato. O lixo comum das lixeiras e papelão são ótimos para iniciar fogo em uma barricada, utilize isqueiros e desodorante aerossol para acelerar o processo. Caçambas de lixo e viaturas também são úteis para retardar o avanço de veículos da PM, devem ser empurradas e viradas em grupo.<sup>89</sup>

Entendo aqui, por tecnologias de defesa, estratégias, táticas, técnicas e demais mecanismos que operam sob a lógica da resistência de um modo mais amplo, não restrito às atividades imediatas das ruas (como o uso de escudos, barricadas, etc.). São formas diversas que pessoas e movimentos sociais usam para se defender. Uso aqui o termo “defesa” de acordo com a perspectiva de movimentos sociais, no sentido de considerarem que as muitas injustiças impostas pelos representantes do Estado e da elite dominante são ataques violentos aos direitos mais básicos da população. Dessa forma, as variadas formas de lutas sociais são vistas como um modo legítimo e necessário para defender tais direitos.

As tecnologias de defesa surgem de forma variada. Muitas vezes como reações espontâneas à repressão, mas são aprendidas tanto pela prática como pelo exemplo, de forma que estratégias usadas por outros grupos sociais para resistências são frequentemente compartilhadas e avaliadas em seus erros e acertos.

*Ação direta é uma estratégia. Tática black bloc é uma tática, greve é uma tática, barricada é uma tática, manifestação é uma tática. Ação direta é estratégia. É um conjunto de táticas a longo prazo (Anônimx, 2015).*

*Teve vários dias que o choque correu do black bloc. Que a galera foi pra cima do caveirão. Várias vezes o choque correu, não foi uma vez. Eu sempre acho que vai voltar e vai ser pior. Eu sempre acho que os moleques vão se fuder muito e eles conseguem se safar porque eles correm que nem uns desgraçados... Aliás, os piores dias eram ali no Palácio porque não tinha muita rota de fuga e era uma correria, com aqueles cavalos, a cavalaria atrás, o cavalo fungando atrás da gente, uma correria (Anônimx, 2014).*

*Tudo que a gente tem é que a gente corre mais que a polícia. Mas se eles vão de carro e cavalo... Ah, e quando eles passam atirando na gente, assim, bala de borracha... Todos encapuzados, tipo na caçamba da caminhonete, todos... Porra!... O Anônimx foi*

baleado na minha frente, a gente foi correndo, correndo, correndo aí veio o carro, né... Não sei se foi bomba, não sei o que foi, acho que foi bala de verdade. A gente correu muito e na hora que a gente entrou na São Salvador tinha outro carro vindo, assim, não dava mais (Anônimo, 2014).

O Rio tinha acabado muito antes se não tivesse a rede de solidariedade que teve. Acho que continuou porque tinha isso de “tá, eu vou ser presa, mas a galera vai me tirar, a galera vai ficar do meu lado, vai ter solidariedade e eu vou voltar pra rua no dia seguinte porque eu não vou ficar com medo”. E rolou solidariedade bonito quando eram presos (Anônimo, 2015).

Dentre as muitas formas de se pensar e praticar a *defesa* trago para análise nesta sessão os principais recursos utilizados pelas pessoas para defender a si mesmas e/ou aos seus direitos que foram usadas nas e através das ruas durante o período de pesquisa.

As tecnologias aqui abordadas podem todas ser consideradas como formas de **ação direta**.

É muito comum que o termo *ação direta* remeta à interpretação de ações violentas, muito embora movimentos sociais, ativistas e teóricos dispendam esforços contínuos para explicar que esse tipo de ação, na maior parte dos casos, não corresponde a uma ação violenta. Uma *ação direta* pode ser a ocupação de um prédio, o fechamento de uma rua para estender uma faixa durante uma manifestação ou dar aulas em um pré-vestibular social, por exemplo. Outros exemplos de *ação direta* podem ser: fazer parte de um coletivo midiativista, ministrar oficinas de gênero, participar de hortas comunitárias, comunicação comunitária, etc. Por *ação direta* se entende

tudo aquilo que não é ação indireta. Ação indireta é você ir lá pedir pra um político fazer uma coisa e resolver seu problema. Outra coisa é você ir lá, se juntar com pessoas que querem resolver essa questão e diretamente agir naquilo, né? (Anônimo, 2014).

A *ação direta* não se resume só a confrontar polícia e tudo o mais, tem também a questão de construir os movimentos sociais, construir as ações revolucionárias... Propaganda – fora a propaganda pela ação – tem outras formas de *ação direta*, né? (Anônimo, 2015).

*Ação direta* pode ser entendida, assim, como um fazer política autônomo e que não passa por vias institucionais ou, caso seja imprescindível avais institucionais para a concretização da atividade (por exemplo: efetivação de uma moradia), que tenha por meio cobrar dessas instâncias que se cumpram direitos básicos, mas sem se comprometer politicamente com tais instâncias.

Segundo a historiadora Christiane Lopreato, o termo *ação direta* é atribuído a Fernand Pelloutier, militante sindical do século XIX que defendia o sindicalismo revolucionário francês. Para ele, *ação direta* seria “estratégia de luta política em contraposição à ação eleitoral e parlamentar defendida pelos socialistas franceses como meios de se obter melhorias para a classe trabalhadora” (Lopreato, 1996, p.7). Ainda de acordo com a historiadora, a *ação direta* está relacionada ao exercício pleno de autonomia política e pode ser considerada como “expressão da crença de que o proletariado só se libertará quando confiar na influência da sua própria ação, direta e autônoma, prescindindo de intermediários no conflito capital/trabalho” (Lopreato, 1996, p. 7-8). Além disso, se considera que a *ação direta* tem aspectos pedagógicos uma vez que ensina os indivíduos a pensarem a partir de si mesmos.

Para Lopreato, os principais métodos históricos de *ação direta* são o boicote, a greve e a sabotagem. Dentre essas, a greve é considerada a mais educativa uma vez que, ao deixar claro os interesses contraditórios entre patrão e empregado, a greve torna explícita a luta de classes e permite o desenvolvimento de sentimentos de apoio mútuo e estreitar laços de solidariedade entre trabalhadores (Lopreato, 1996). Para essa autora, “a ação direta é concebida como um princípio político de dignidade coletiva” (Lopreato, 1996, p.8).

Como estou trabalhando aqui com manifestações que têm como palco as ruas, vou me ater nas ações diretas que mais frequentemente são utilizadas nesses espaços e para esses contextos e que se fizeram notar durante a pesquisa: a tática *black bloc*, *greve*, *advogados ativistas*

e *ferramentas de contrainformação*. Além disso, trago também nesta seção discussões sobre outra estratégia de defesa que foi utilizada pelos manifestantes durante o Levante Popular de junho, as *políticas de segurança*, entendidas aqui como uma forma de possibilitar que as demais ações aconteçam.

### 5.1.1 Tática Black Bloc

*Eu vi  
O choque  
Correr do black bloc!*<sup>90</sup>

A tática *black bloc* pode ser considerada um dos exemplos mais emblemáticos de *ação direta*.

Estranho colocar como mera subseção os *black blocs* já que esses foram tão evidenciados e estigmatizados tanto pelas mídias como pessoas no geral – politicamente leigas ou não – a partir dos eventos e protestos aqui tratados. De acordo com Fiuzi, foi a grande repercussão midiática que fez com que a tática *black bloc* atingisse considerável popularidade no país (Fiuzi, 2013).

O fenômeno *Black Bloc* é sem dúvida uma das particularidades que nos fazem remeter às Jornadas de Junho um aspecto de caráter mais libertário ou anarquista – bem como as críticas aos partidos institucionais e a tendência às organizações horizontais.

A tática em si não é uma novidade: ela surge na Alemanha na década de 80 por ocasião de uma onda de remoções de ocupações urbanas na cidade, os *squats*. Militantes alemães de perspectiva anarquistas a desenvolveram meio às remoções como forma de se defenderem da ação policial. Posteriormente, a tática passa a ser usada como forma de defesa da permanência nas ocupações depois de a polícia invadir a ocupação e expulsar violentamente os ocupantes. A tática se popularizou mundialmente depois do seu uso em 1999 em Seattle nos protestos contra a globalização e a partir daí esteve presente em muitos protestos antiglobalização pelo mundo, inclusive no Brasil (Dupuis-Déri, 2003). Mas mesmo com ações localizadas no país, principalmente nos Dias de Ação Global<sup>91</sup> realizados em São Paulo, a tática nunca tinha

90 Palavra de ordem

91 Articulações mundiais ocorridas na década de 1990 que tinha por objetivo organizar protestos em vários países simultaneamente “contra as reuniões das

sido denominada como *black bloc* pela mídia brasileira até junho de 2013 (Fiuza, 2013).

É apenas em junho de 2013 que o *black bloc* passa a ser utilizado com grande adesão e ganha, assim, maior visibilidade. Para Cocco, foi a partir de 30 de junho, ao final da Copa das Confederações, que os jovens que praticavam a resistência nas manifestações passaram a ser chamados de *black blocs* (Cocco, 2014).

Muito se especula como exatamente surgiu e se multiplicou a adesão a tática: improvisação intuitiva de resistência, estratégia de autodefesa já utilizada nas periferias ou influência internacional são algumas das explicações mais recorrentes. Há alguns relatos bastante diferentes sobre seu surgimento primeiro - sua inauguração, por assim dizer - na cidade do Rio de Janeiro.

Acho que no primeiro ato já tinha pessoas que foram para o *black bloc*. Todo ato tinha um contingente grande de *black bloc*. No dia 17 já tinha gente com máscara e equipamentada assim, mas eles não estavam em bloco. Foram várias pessoas que viram que aquilo existia aí elas foram pra rua aí elas foram se identificando e algumas se juntavam em blocos de 10 pessoas, aí tentando identificar... (Anônimxs, 2016).

Acho que o pessoal que não era de organizações puxaram a tática e o pessoal de organizações veio depois se colocando também dentro da tática. Mas não foram as organizações que trouxeram a tática – pelo menos que popularizaram a tática, não (Anônimxs, 2015).

[No dia 20 de junho de 2013] eu me lembro dos garotos de rua já com escudos, eles arrancaram – que tava tendo muita obra ali – eles arrancaram os tapumes tanto de madeira quanto um de tipo um alumínio... (Anônimxs, 2015)

---

instituições internacionais que sustentavam a globalização neoliberal” (Fiuza, 2013).

Quem começa a usar escudos e pensar estratégias de defesa aqui são os meninos de rua. Foram os meninos de rua. O *black bloc* naquele dia eram os meninos de rua. Foram eles que defenderam naquele dia (Anônimo, 2016).

Dia 27 não teve *black bloc*, tinha uma galera pronta pra fazer o *black bloc*, mas essa galera estava dispersa, era uma galera que estava procurando alguém pra orientar o método. E a partir do dia 27 nequinho começou a mimetizar o método, entendeu? Dos maoístas e de uma galera assim que fez fila, botou escudo, entendeu? Galera começou a mimetizar, até aí não tinha escudo. Tanto que depois disso que foi “oficina de produção de escudo” (Anônimo, 2015).

No dia 27 que foi o outro ato que foi estabelecido, era geral de escudo, todo mundo andando em fila! Os pelegos pararam o carro de som na Cinelândia e a galera falou “vamos até a ALERJ”, a ALERJ toda cercada, a rua da Assembleia toda cercada, geral de escudo e tal, “agora fudeu, estamos cercados e tal” e aí:

- "Calma aí! Segura!"

- “Vamos, vamos andar!”

Andou, pá, muito organizado, em fila... E se livrou da merda. Entendeu? Voltou pra Cinelândia e se livrou da merda. Não teve confronto, mas foi muito mais importante até não ter tido porque ia ser massacre. Mas, pelo menos, mostrou a forma de organização. Essa galera se organizava, eles tinham coisa de se organizar... Agora, eles se organizavam em uma conjuntura de crista da onda, de estar acontecendo coisa toda semana, eles se organizavam baseado naquilo (Anônimo, 2014).

Aquele dia ali [20 de junho de 2013] eu tava, teve um momento mais pra frente, quando o choque fez isso, que a galera começou a recuar. Que se não estão esses garotos lá [usando a tática do bloco negro] que fazem essa defesa durante 50 minutos ia dar morte com certeza. Teve gente que perdeu o olho e o caralho a quatro, mas ia ter gente que ia

morrer. Então eles passaram 50 minutos defendendo a população e depois quando chega o BOPE pelos flancos, pelas laterais, dando tiro na cabeça de todo mundo, é quando se afasta e aí eles tomam conta da Presidente Vargas e aí tomam conta do Centro inteiro, da Lapa, de todos os lugares... Da Glória, Praça Paris... Não era *black bloc* institucionalizado. Era uma coisa espontânea (Anônimxs, 2016)

Mas como tinham jovens que estão acostumados com essa luta no dia a dia, na favela – porque isso lá acontece... Na favela o povo tem que se defender da maneira que pode, com pedra, pau, coquetel *molotov*... Porque a polícia entra pra matar mesmo... Então eles tiveram essa expertise. Tanto essa expertise de botar a máscara como a expertise de fazer a defesa... Com rojão... Pô, a população tem que se defender com as armas que tem (Anônimxs, 2016).

Muitas bombas que pegava ali na frente aí eu pegava a bomba e jogava no valão, né? Porque aí apagava a bomba... Pegava com a mão mesmo, quente! Depois começou a se usar a luva. Não tinha tecnologia nenhum esse dia, foi tudo espontâneo (Anônimxs, 2017).

Teve a ALERJ, o próximo teve resistência muito foda mesmo. Foi a galera botando a polícia pra correr, jogavam pedra... tanto que chegou o caveirão, a galera parou o caveirão e aí depois disso, depois das agressões da polícia, surgiu a ideia da tática *black bloc* (Anônimx, 2015).

Pelo que eu me lembro, assim, estava tendo já a resistência, o pessoal estava fazendo autodefesa de massa contra a polícia, mas não tinha aquele aspecto da tática *black bloc*, o pessoal se mascarava e jogava pedra na polícia. Mas aí surgiu na Copa das Confederações uma página na internet, em português [...] Aí ela explicando o que era o *black*

*bloc*, a tática e sei o que lá... E ela cresceu muito rápido, muita gente ficou divulgando em grupos de *facebook* e aí logo depois, na primeira manifestação grande que teve depois dessa página surgir, foi no final da Copa das Confederações [13 de julho de 2013], já um grupo pequeno de dez pessoas já estavam caracterizados lá, se encontraram na frente mas ninguém se conhecia – talvez foram de 3 em 3, entendeu? E já ficou aquele aspecto da tática *black bloc* mesmo, de preto, mascarado... Essas pessoas não se conheciam (Anônimx, 2015).

Chegamos no ato, a gente se colocou na frente do ato... Tinha um dos moleques com bandeira preta né, a gente se aglomerou na frente da bandeira e já fizemos um cordão na frente do ato, de mãos dadas... e escolhemos o percurso também, o pessoal foi atrás. No ato seguinte foi no centro, já foi um número bem maior assim, pessoal já levou escudo... Foi um avanço exponencial. O pessoal que fazia já a autodefesa nas manifestações, que jogava pedra na polícia, se converteu à tática *black bloc*, né? (Anônimx, 2015).

Primeiro a gente marcou a manifestação pra galera ir de *black bloc* mesmo. Junto com o ato, aí apareceu umas 200 pessoas de preto e tal. Aí depois teve mais uma. E aí depois teve uma que foi muito forte que foi a da CUT, tinha a central de união dos trabalhadores. A manifestação era deles, a gente marcou junto, apareceu uma galera muito foda, assim, tipo, umas 500 quase mil... Sei lá, de 500 a mil pessoas, assim aderindo a tática e a gente chegou a ter um conflito com o pessoal da CUT e tal, assim, no boca a boca e a polícia (Anônimx, 2016).

Vendo como surge os *black bloc* no Brasil isso ficou muito claro, assim: que começam a surgir nas redes informações de que existe uma coisa chamada "black bloc". E a partir do momento que começa a surgir nas redes a informação de que existe algo em outros lugares que se chama *black bloc* começa a

aparecer bloco negro... Não que antes não existisse resistência e não existisse o pessoal que ficava na linha de frente segurando a porrada, né? Como te contei a história da Aldeia, sabe? A gente levava porrada, a gente estava na linha de frente e a gente estava noticiando, exatamente pra gente poder ver. Mas é que não se chamava "bloco negro", não se chamava "black bloc" (Anônimo, 2016).

No ato seguinte ao do dia 20 já tinha um bloco negro grande, muito grande, que tomou a frente da manifestação. E assim foi sempre (Anônimo, 2015).

Acho que a primeira vez que eu vi a juventude recorrendo à tática *black bloc* aqui foi no ato - se não me engano - de 30 de julho, das centrais sindicais. No ato anterior apareceu uns 5 ou 6 moleques mascarados mais aí foi um fenômeno mesmo, eram uns 70 de repente tinha um *black bloc* no ato, no enfrentamento ali com a polícia na manifestação (Anônimo, 2015).

Tantas versões diferentes nos dizem, antes de mais nada, que a tática não teve um nascimento único, mas foi parte de um aprendizado coletivo, múltiplo e descentralizado que aconteceu tal qual a explosão das revoltas: em muitos locais simultaneamente, com muitas práticas e com muitos sentidos. O que "surge" é o fenômeno *black bloc* exaltado pela mídia e redes sociais.

Mesmo que múltiplas, o que podemos perceber em comum nas narrativas acima é a ideia de um momento específico do nascimento da tática no Brasil quando, na verdade, o mais comum é que se entenda que ela surge a partir de um processo por parte das ruas, bem como um processo de desenvolvimento da informação que é bastante auxiliado pelas mídias e redes sociais. O *black bloc* se define por sua potência e sua potência se atualiza quando em *bandos*, quando é múltipla. O bloco negro é acima de tudo *multidão*.

A nomeação e a conceitualização da tática a torna mais facilmente difundida tanto pela repressão quanto por aliados. Por parte da resistência, a atribuição do nome gera a potência, o efeito de contágio: de repente, todos poderiam *ser* um *black bloc*. Para a repressão, no

entanto, atribuir um nome é criar um sujeito perigoso. Se a tática em si é temporária, a criação de um sujeito acontece de forma a reificar esse sujeito como fixo – e perigoso. Em um mundo que não consegue se desfazer das consequências do 11 de setembro estadunidense, os *vândalos* foram os nossos potenciais terroristas. Antes do *black bloc*, diz Anônimx, “era só o pessoal chamado de vândalo, né?”

“Só que chamar de ‘vândalo’ não é um grupo”, continua. *Black bloc* tampouco o é, mas acaba sendo mais fácil para as forças repressoras o entenderem assim e disseminarem tal interpretação como fato. Meio à confusão heterogênea e à disseminação da ideia da tática como algo violento a ser combatido, os *black blocs* foram também muitas vezes incompreendidos e malvistas por demais manifestantes:

O pessoal que tava lá atrás, que não tinha a menor noção do que tava acontecendo [na linha de frente], estava culpabilizando eles (Anônimx, 2015).

O pessoal que tava na linha de frente, que tava vendo o que tava acontecendo, que eram eles que estavam defendendo, né? (Anônimx, 2014).

A disseminação da tática *black bloc* no Brasil vem rodeada de muitas controvérsias sobre o que especificamente seria um adepto da tática. E, conseqüentemente, definir o que não era um “verdadeiro” bloco negro.

A gente não usava a tática *black bloc* em si porque a tática *black bloc* é um bloco negro, quer dizer é você impedir a chegada da PM. Ponto. Você é a linha de frente, independente de tudo. Então essa parte da fúria e tal é uma forma de reagir à repressão que nós, aqui, escolhemos. E que muitos *black blocs* pelo mundo também escolheram (Anônimx, 2015).

Com o tempo, passa-se a considerar que a tática estava sendo realizada de forma diferente do bloco negro original, feita *à brasileira*, de modo que as ações brasileiras seriam, assim, uma apropriação ou uma adaptação da tática original.

Criou também a tática *black bloc* brasileira que era o que: reagir à repressão de uma maneira totalmente furiosa e vandalizada. Assim, todo mundo dizia assim. Uma onda de fúria pela cidade, do povo. Uma rebelião do povo [...] Porque no meu entendimento, assim, no que eu vi, o *black bloc* se formou quase como uma identidade aqui no Rio – acho que no Brasil em geral – ele não se formou como uma tática, ele se formou como uma identidade. E essas pessoas começaram a ir e elas não tinham muita noção do que era... Um pouco mais assim, não era “eu sou comunista”, “eu sou anarquista”, eu sou isso... Elas entenderam assim: “esse pessoal é de esquerda, esse pessoal são os trabalhadores, são as pessoas indo pra rua, eu quero fazer parte do *black bloc* e a função do *black bloc* é defender as manifestações” (Anônimx, 2015).

Os *black blocs* foram importantíssimos porque foram eles que começaram e o povo veio atrás. Então é o que o povo quer fazer realmente. O povo quer destruir, quer quebrar e o povo faz isso. Então o povo é *black bloc*. (Anônimx, 2015).

Nesses relatos podemos perceber, no entanto, que se coloca em jogo a originalidade do uso da tática, mas não a sua legitimidade – no máximo, as críticas apontam para erros estratégicos que poderiam colocar as pessoas em mais situações de risco e/ou garantir menos eficácia. Por outro lado, a *adaptação* da tática por parcelas da população brasileira mostra que essa pode ser menos disciplinar e mais espontânea. E isso mostra que essa tática não é rígida, pode ser fluída, pode se adaptar à variadas culturas e tomar outras formas sem perder sua função principal da autodefesa e sem perder seus princípios básicos, como anonimato e horizontalidade.

Existe um debate também sobre o que seria autenticamente um *black bloc*. Anônimx, em uma manifestação puxada pelo MPL durante a Copa do Mundo em 2014, acompanhado de mais anônimxs, todos vestidos de preto, mostrava para mim, em seu celular, arquivos sobre a origem da tática e manuais de *ação direta* baseado nas experiências europeias e estadunidenses. Me disse que a tática no Brasil era muito

bagunçada, que não formava um bloco negro de fato como é feito em outros locais: com as muitas fileiras de pessoas todas vestidas de preto, mascaradas, que se juntam em marcha de forma organizada, formando um “verdadeiro” bloco de autodefesa. Ele e as pessoas próximas a ele, adeptos da tática desde 2013, procuravam se inteirar do assunto e aprimorar seus conhecimentos e práticas.

Essa crítica de que a tática usada no Brasil não era autêntica também foi referida por não adeptos ou mesmo por não manifestantes. O fato de não ser uma marcha organizada e que as roupas não são sempre homogeneamente pretas são um dos pontos mais criticados. E, de fato, podemos perceber facilmente no meio das manifestações (ou nas imagens dessas) que a multidão mascarada tende ao preto, mas não é homogênea. Além do fato de que algumas linhas comunistas reivindicam o vermelho, também podemos perceber mascarados com camisas de time de futebol e usando camisas brancas ou cinza de forma improvisada para esconder seus rostos, por exemplo.

Outro fato é que não se trata de um bloco único e homogêneo, mas uma mistura tática de pessoas grupos variados. Alguns grupos que se reivindicavam como *black blocs* criaram páginas no *facebook*, algumas pessoas vão já organizada. Alguns grupos fazem parte de torcidas organizadas e têm suas próprias formas de ação, outros não fazem questão de usar vestes pretas e muitas pessoas simplesmente improvisam na hora quando, ao se ver em perigo no meio de um conflito, se adaptam e se adequam a esse como pode: qualquer camisa extra vira um lenço para se proteger do gás, objetos das ruas como tapumes e lixeiras se tornam objetos de defesa. Ficou conhecida também a imagem de *meninos* usando chinelos, bermudas e camisas – muitas vezes entendidos como moradores de rua ou de favelas – de início improvisando meio às manifestações atacando a polícia, mas, com o tempo, se aprimorando em suas táticas de autodefesa.

Os meninos – muitos – começaram a militar há pouco tempo, estão maravilhados com aquilo ali, né? Não são tão... São fruto desse processo, então vamos entender isso também (Anônimo, 2014).

Uma tática, enfim: não uma estratégia, não um grupo organizado (DUPUIS-DERI, 2014; LUDD, 2013). É assim que a prática *black bloc* é definida pela maior parte de autores que estudam o assunto e, principalmente, pelos seus adeptos. E aqui reside uma questão sutil,

mas extremamente central: pois se é a uma prática que o *black bloc* se refere, as críticas a ele usualmente atribuídas perdem seu contexto e mesmo seu valor.

Como exemplo, podemos começar com sua crítica mais comum, de que as práticas de ações diretas em si são práticas irresponsáveis e, por vezes, mesmo apolíticas. Que colocam em risco as grandes e verdadeiras manifestações democráticas. Outra crítica, relacionada a essa, diz respeito aos “infiltrados” - sujeitos policiais ou traidores mal-intencionados que se misturam às massas com objetivo de incitar ações violentas para, assim, justificarem a ação violenta da polícia. Não há falta de relato sobre a “minoría vândala”, tão citada pela mídia, nos tempos primeiros de uma onda de protestos: foi assim no Brasil em junho de 2013, foi assim nos protestos antiglobalização, nas manifestações gregas, nas ocupações de praças e em outras manifestações que ocorreram anteriormente no país, como na Revolta da Catraca em Florianópolis nos anos de 2014 e 2015.

A denominação dos *black blocs* como sujeitos perigosos pode ser nova no Brasil, mas não sua prática. Antes de seu surgimento “formal” na Alemanha na década de 80 e de sua popularização efetiva depois dos protestos contra o G20 em Seattle as mídias convencionais já trabalhavam contra essas “minorias vândalas” que atrapalhavam o andamento ordeiro das chamadas manifestações pacíficas (DUPUIS-DÉRI, 2003). E se sua difamação não é nova, tampouco são novos os elementos da prática: esconder rostos, praticar a autodefesa e a destruição dos símbolos do capital é algo extremamente comum nos protestos que ocorreram no final do século passado, especialmente na América Latina onde a instabilidade da democracia se faz mais visível devido aos longos períodos de ditadura militar. As críticas são impreteríveis: não há porque esconder os rostos em uma manifestação democrática a não ser que o indivíduo esteja mal-intencionado, já que o regime democrático prevê direito à livre manifestação. E as respostas são enfáticas: essa suposta democracia vendida e ilustrada em belos discursos é apenas uma ilusão na prática e esconder seu próprio rosto pode ser considerada uma estratégia mesmo de sobrevivência.

De acordo com Dupuis-Déri, muitos jornalistas, reformistas, conservadores e manifestantes que se dizem pacifistas tendem a ver o *black bloc* como um recurso necessariamente violento e/ou ligado ao anarquismo. O autor analisa que tais críticas negligenciam três aspectos:

que todas as ideologias políticas e religiosas foram capazes de justificar a violência de seus partidários quando era conveniente para eles; que o anarquismo tem linhas de ação não violenta e, finalmente, que existiram muitos blocos negros que não chegaram a recorrer a nenhum tipo de violência. Para esse autor, a influência anarquista no bloco negro não é por causa de seu potencial violento e sim pela disseminação da horizontalidade de sua estrutura, na forma de tomada de decisão e de praticar ações - através processos não autoritários e não hierárquicos (Dupuis-Déri, 2003).

Além disso, esse autor também aponta que eles não são os únicos que às vezes usam a força em manifestações sociais. A diferença seria que muitos adeptos do *black bloc* produzem e disseminam um discurso que justifica o uso da violência (Dupuis-Déri, 2003).

Para Dupuis-Déri, muitas críticas que são feitas aos *black blocs* e seus aliados têm consequências negativas para o movimento: incentivam a repressão policial e a deslegitimação do movimento político, uma vez que essas críticas apresentam a tática como recurso de pessoas que não são o suficiente comprometidas politicamente (Dupuis-Déri, 2014). No Brasil, após as manifestações de 2013, houve críticas que associavam a prática *black bloc* a fundamentos fascistas. De acordo com o historiador Bruno Fiuza, essas críticas têm por base o desconhecimento e a falta de informação sobre história e uso da tática em questão (Fiuza, 2013).

Adeptos e defensores do *black bloc* defendem que esse tem como funções a autodefesa da população, e essa por vezes pode ser realizada atacando os símbolos do capital. Esse ataque, contudo, se restringe a objetos inanimados (e que são posse do Estado, bancos ou grandes corporações) ao passo que se entende que o que esses objetos representam estão destruindo e mesmo aniquilando vidas:

É uma tática de ataque aos símbolos do capitalismo, né? E os caras estão destruindo aquilo que é o capitalismo, não vidas. O capitalismo destrói vidas, todo dia está matando... E os caras não, estão destruindo aquilo que material e que realmente acaba com nossa vida que são os símbolos do capitalismo (Anônimx, 2014).

Para Dupuis-Déri a crítica feita pela ação também é expressa posteriormente de forma indireta através de sua repercussão na mídia

que, mesmo ao criticar, divulga as pautas e demandas responsáveis pela ação (Dupuis-Déri, 2003).

Fiuza atenta para o fato de que a tática em seus primórdios era voltada à autodefesa de ocupações urbanas e que foi apenas após a sua disseminação em Seattle que ela passou assumir a quebra dos símbolos do capital como forma de contestação. Para esse autor, essa forma de manifestação fazia sentido meio à conjuntura e demandas dos protestos de Seattle, contrários ao capitalismo neoliberal globalizado e seus representantes (Fiuza, 2013).

Fiuza também aponta que é interessante que a tática tenha sido associada às ocupações públicas, como o Ocupa Cabral (no Rio de Janeiro), e entende isso como um retorno às suas origens: “justamente no momento em que caiu na boca do povo no Brasil, a tática black bloc estava voltando às origens, atuando como uma organização popular de defesa dos movimentos sociais” (Idem).

A máscara protege o rosto da perseguição pela repressão, “porque a gente precisa se esconder por causa da criminalização” (Anônimo, 2016), mas ela é algo mais que isso. Uma multidão mascarada, sem rostos, deixa emergir outras potências garantidas pelo anonimato. O anonimato não protege apenas o indivíduo, mas coloca *a causa* acima desse. O movimento, horizontal e não hierárquico, não tolera lideranças, estrelismos e, principalmente, que rostos sejam mais importantes do que as pautas.

Não é uma violência *a priori*, portanto, que tornam necessárias as máscaras. Na verdade, não é a violência que rege as principais razões do bloco negro. Embora seja considerado por grande parcela da população como um recurso violento, o *simbólico* é uma das questões centrais para o uso da tática.

E simbolicamente pra mim é bem importante, [por] que cria um símbolo que torna todo mundo igual, o mesmo rosto, né? É como se fossemos um realmente (Anônimo, 2015).

Acho que foi natural, foi importante até no sentido pedagógico mesmo, de mostrar pro povo que esse é um caminho. E que simbolicamente é importante isso porque é isso que a gente quer destruir: o Estado (Anônimo, 2014).

Aí quando eu olhei a tática é uma coisa reveladora, assim: você atacar o símbolo do capital, foi muito foda assim. “Para de destruir o patrimônio público: tem que atacar só o capital”. Sacou? (Anônimx, 2014).

É na associação da ideia de *ação direta* com esse âmbito simbólico que opera uma das maiores forças da tática *black bloc*. Ao atentar contra um símbolo do sistema capitalista, algumas partes desse sistema são atacadas de fato, mas essa ação é considerada simbólica por considerarem que os prejuízos causados não anulam uma parcela ínfima dos lucros que bancos e grandes corporações obtém diariamente de maneira abusiva. Além disso, a *ação direta* contra algo proporciona uma materialidade para as ações de rua. O que se quebra, nesse sentido, é apenas uma tentativa de materialização das inúmeras ameaças a direitos e a vida que a população sofre cotidianamente e esse ímpeto de destruição também é considerado, muitas vezes, como uma forma de divulgação da tática e das pautas em questão.

Eu tava em dúvida de como lidar com a manifestação: se eu fosse pra manifestação e não quebrasse nada, a manifestação ia ser vão... Não marcou nada - ainda mais com a mídia que a gente tem. E se eu fosse e quebrasse tudo ia sair do meu bolso, porque se eu quebrasse poste ia ser do meu bolso, se eu quebrasse lixeira ia ser do meu bolso... Se eu pichasse a parede da ALERJ ia ser do meu bolso, então ficava em dúvida. Quando veio essa ideia da tática de que podia atacar banco e atacar símbolo de capital, porra, foi foda, tá ligada? Foda, muito foda! (Anônimx, 2014).

Eu vi na página lá [no *facebook*] eles estavam falando coisa tipo: “você conhecem a galera do black bloc e tal? Eles pregam em atacar os símbolos do capital e tal”... Eu comecei a pesquisar sobre a tática. Eu vi a página e comecei a pesquisar, na mesma hora, tipo eu botei já o nome direto no *youtube* e já achei um vídeo explicando o que era a tática e porque que eles faziam isso. Aí cara, eu olhei aquilo e falei: “é isso que eu quero fazer!” (Anônimx, 2015).

Também para com Dupuis-Déri a *ação direta* violenta é um meio de criticar o capitalismo e o Estado liberal, baseando sua legitimidade no entendimento de que esses a quem ataca operam em modos autoritários e hierárquicos e, assim, são eles mesmos violentos na imposição de seus valores, distribuição de renda e modos de produção e de vida. Dentre os principais alvos simbólicos, se destacam bancos e filiais de grandes corporações (Dupuis-Déri, 2003).

Se por um lado o uso político da tática é bem delimitado, seus significados mais subjetivos tendem a variar de pessoa para pessoa. Alguns militantes mais experientes ressaltam a importância da autodefesa da população em si como essencial para luta. Outros analisam que aspectos subjetivos acabam sendo importantes para que ocorra a identificação com a tática, mas apenas se entendermos aqui que os processos de subjetivação (bem como os de resistência) não ocorrem paralelos à vida política, mas originado dessa.

Mas eu vejo assim: a forma de desabafo da juventude. Naquela vidraça ali do banco, por aquele segundo que o jovem tacava uma pedra, o capital se materializava naquela vidraça ali e era a forma que ele tinha de atacar. Já que individualmente ele não tem como atacar a estrutura, então era a forma que ele tinha que dar vazão (Anônimo, 2016).

... Porque além de ter a questão de que é bom bater no seu repressor, no repressor do povo, naquele que mata nas favelas, né? O povo mais precarizado tem muita raiva da polícia, né? Então motivos não faltam pra confrontar a polícia, confrontar o Estado, quebrar o banco que ferra todo mundo, ferra muitas vidas... (Anônimo, 2014)

Dentre as pessoas que começaram a atuar politicamente ao mesmo tempo que conhecia a tática, essa experiência é narrada de forma mais sentimental e emotiva:

Nossa! Foi super fácil [fazer a tática], foi adorável. Nossa, gente, foi uma fase bem legal, assim, - como

é que se diz? - foi uma fase bem legal desse movimento, dessa coisa de 2013. Não sei se eu tenho saco pra usar hoje, tá ligada? Mais foi muito bacana porque era uma coisa espontânea - quer dizer, que tinha seu grau de espontaneidade [...] Mas a gente só se olhava e sabia que o outro estava pensando, querendo dizer: “ó, se liga que agora o bicho vai começar a pegar”, “ó já tem choque lá sei aonde, dois - três quarteirões”... Só de olhar a gente já sabia quem ia pra linha de frente, quem ia fazer contenção, quem ia armar a linha de fuga - tanto os próprios adeptos da tática quanto pro resto do pessoal que estava na manifestação - quem ia ajudar os socorristas, isso tudo sem falar, sabe uma coisa, assim (Anônimx, 2016).

Eu vinha sozinha pro centro, mas chegou uma época que já encontrava um pessoal tipo fora do ato pra gente: “ah, se rolar confronto hoje Fulano vai fazer o que” e assim a gente foi se organizando. Inclusive até pra ir embora, também, a gente nunca deixava uma pessoa ir embora sozinha. Ia todo mundo junto. A gente *dissipava, descaracterizava*, e depois voltava todo mundo de novo com outra roupa, sem máscara, sem touca, sem porra nenhuma, pra meter o pé pra casa, assim. E aí tiveram épocas que eu encontrava mais dois amigos na Central e ia andando da Central pra não chegar direto na Cinelândia, assim (Anônimx, 2015).

A gente começou a se conhecer depois porque começou a ficar sempre as mesmas pessoas na linha de frente, sempre as mesmas pessoas na contenção, assim... E aí a gente passou a ter uma amizade, assim, a gente passou a conhecer quem estava por detrás daquelas máscaras... Mas nossa, foi... Era libertador, sabe? Jogar uma pedra, jogar um *molotov*... Dava uma descarregada, assim (Anônimx, 2015).

Foi muito falado pela grande mídia que os integrantes do bloco negro eram apenas jovens viciados em adrenalina, sem maiores questões políticas e que apenas participavam dos protestos para gerar o caos.

Embora muitos desses jovens tenham passado a ter uma relação com a tática que ultrapasse a questão apenas política, é errado afirmar que eles não tinham agenda política ou mesmo uma ética de manifestação. O uso da tática, aliás, corresponde a fazer parte de um código de ética bastante completo no qual se delimita quem é o inimigo (Estado, grande mídia, polícia ou a elite, por exemplo), quem são os aliados e quem precisa ser protegido: o povo.

Indiferente a isso, ainda é consenso nas mídias corporativas noticiar que os *vândalos* são uma minoria sem apoio popular, aspecto que tem sido amplamente debatido pela população.

O terrorismo de Estado, o terrorismo da imprensa monopolista pode usar pra falar isso: “olha como eles são violentos!” Mas o que é mais violento: um jovem atirar uma pedra numa vidraça de banco ou uma criança de 3 anos ser morta numa favela de bala perdida? (Anônimo, 2015).

Como estou procurando deixar claro nas discussões aqui realizadas, seria falacioso afirmar que a autodefesa em manifestações começou com o surgimento da tática *black bloc*. Mas também seria irresponsável não analisar as eventuais mudanças concretas e simbólicas que ocorrem antes e depois da disseminação do uso da tática em questão.

As revoltas de junho popularizaram o *black bloc* como uma tática, mas muitas das leituras sobre seu uso passaram por um processo de fetichização.

Até achei engraçado quando começou a pegar o nome *black bloc*, um nome americano, em inglês... Muita gente que nem fala inglês sabia o que era *black bloc*. Na favela onde a galera fazia algumas atividades de movimento social nas favelas as criancinhas sabiam "ah, os tios *black blocs* ali!" (Anônimo, 2014).

A gente sabia que não era assim: "a galera vai quebrar bancos aí o Estado vai desaparecer", não é assim. Seria muito fácil se fosse assim, mas não é. Inclusive em certo momento aconteceu um

fetichismo com a tática *black bloc*, assim, ela tem os seus limites, assim (Anônimx, 2015).

Virou um fetiche pra polícia gente de preto e o medo dos *black bloc*. Aquele último ato de terça [19/06/2016] tinha muito mais polícia que o ato de sexta [chamado pelo sindicato] e a gente acha que é porque o *Anonymous* que tinha chamado... *Anonymous, black bloc*: fetiche da polícia. Deixa a polícia maluca (Anônimx, 2016).

Acho que foi até mistificado demais a importância do que foi o *black bloc* em todo esse processo. Também acho que por um lado foi importante, fundamental, mas acho que sem o *black bloc* teria ocorrido também autodefesa, talvez por outro caminho, mas foi esse que acabou ocorrendo, né? (Anônimx, 2016).

O *black bloc* foi importante, mas o importante não é o *black bloc*: o importante é *ação direta* e autodefesa da classe trabalhadora. O *black bloc* foi um instrumento naquele momento disso: então perfeito, o *black bloc* foi ótimo. Agora tem questões: são pessoas que fazem aquilo, que participam daquela tática e vão em determinados momentos vão errar, vão acertar, acerto-erro... Acho que todo método da classe é assim, né? Também tem isso: você se colocar pra autodefesa da manifestação em determinado local da manifestação com determinada vestimenta, ao mesmo tempo que você faz uma propaganda forte da autodefesa, fala "estamos aqui pra fazer isso", você também se expõe pra repressão, né? É uma faca de dois gumes. (Anônimx, 2016).

[A tática *black bloc*] é combativa em um certo limiar aí, eu vejo dessa maneira. Eu acho que tem que defender, enaltecer o que é correto no *black bloc*, mas também desmistificar um pouco desse peso, até botar essa responsabilidade toda nas costas dessa juventude eu acho uma sacanagem também, né? (Anônimx, 2015).

Esse processo de mistificação e exaltação é reconhecido como existente também aos adeptos da tática uma vez que, para alguns militantes, às vezes se recorre ao uso dela de maneira exagerada e desnecessária:

Nem sempre é necessário você fazer manifestações com bloco negro a frente, tem certas manifestações que tem que ser outro tipo de efetivo mesmo... É uma tática e como tática tem os momentos certos de ser utilizada, não é uma estratégia tipo "ah sempre isso, sempre isso". Não é assim que funciona (Anônimo, 2015).

Quando, por exemplo, algumas pessoas acham que só é interessante manifestante se é manifestante que vá confrontar a polícia. Não! Na verdade, o que eu defendo é que uma parcela esteja pronta pra se defender da polícia, mas tem que ter a mobilização social de massas também, assim. Uma coisa não exclui a outra, uma coisa não pode excluir a outra (Anônimo, 2016).

A mídia os vendeu como *vândalos* ou *baderneiros* e muito se falou que o bloco era composto por jovens de classe média entediados. O que percebi durante a realização dessa pesquisa, no entanto, mostra que o bloco negro era composto por pessoas de idades e classe sociais variadas. A adesão da periferia, como podemos ver em trechos de entrevista acima, é considerada fundamental desde o início para a prática, assim como foi importante a presença de pessoas de classes médias com tradição militante de esquerda não institucional.

Os adeptos do uso da tática em questão não formam um grupo – muito menos um grupo coeso –, mas com o tempo alguns pequenos grupos de afinidades passam a se distinguir. E, como todos grupos de caráter político, também as pessoas que são adeptas da tática mantêm divergências entre si. As críticas são diversas: por não compartilharem da mesma análise do momento das ações, de como elas devem ser feitas, discordarem do momento de recuada... Alguns criticam grupos militantes organizados por os acharem autoritários; os mais organizados

criticam a falta de responsabilidade na hora de ação. Outras críticas se referem à imposição do bloco negro de sempre estar na frente da faixa de abertura da manifestação e escutei algumas vezes sobre a incoerência de adeptos da tática atuarem como um grupo. Anônimx, por exemplo, considera que existe um pessoal mais novo que tende a entrar em confrontos sem medir consequências, não têm conteúdo teórico ou mesmo análise política clara:

Eles não querem saber de discussão teórica, não tem, assim, o que se fazer...Eles têm isso na cabeça deles: “odeio comunista”, tanto quanto a direita odeia... Mas eles acham que são anarquistas, mas não... São *antifas* na maioria das vezes. Muito *black bloquinho* fala contra a corrupção. (Anônimx, 2014).

E tem toda essa coisa de o ato é de sei lá, do movimento, mas quem vai estar na frente são eles (Anônimx, 2014).

Mas, de todo modo, essas intrigas entre diferentes linhas de como se deve ocorrer a ação não se dão de forma a deslegitimar ações operadas por pessoas se utilizando da tática do bloco negro.

Entre os manifestantes em geral houve apoio, mas também houve posições contrárias ao uso da tática. Entre os argumentos principais, há uma narrativa de medo que afirma que os *black blocs* incitam a violência nas manifestações. Almeida e Grandi (2015) defendem que esse discurso foi criado e difundido pela mídia corporativa a partir de um ponto específico do Levante Popular, quando essa mídia se percebeu incapaz de impor sua versão dos fatos e, acuada, usou da criação da categoria dos *vândalos* para criar novo discurso de verdade, que teve certa aceitação junto à parcela da população (Almeida e Grandi, 2015). Mas para aqueles que estiveram juntos nas ruas e passaram a conviver com essa forma de ação política, essa visão não era tão recorrente.

E dentro da manifestação tinha aquelas pessoas contra eles. Eu lembro de uma manifestação que eu fui... Quando chegou o pessoal de *black bloc*, eles começaram a ser vaiados. E aí uma galera se juntou pra defender e tal e aí um menino pegou o

microfone, tinha um megafone e falou assim: “nós estamos aqui pra ajudar vocês! A gente tá apanhando há não sei quantos dias e bla bla bla”, tentando ensinar assim, bem triste, que ele tava lá pela galera. Elas pararam de vaiar. Algumas, assim, que estavam mais perto, pessoal ficou meio que com vergonha. Ele tirou a máscara e falou assim: “eu sou estudante, eu tenho 15 anos, eu to aqui pra defender vocês e bla bla bla” e o pessoal mais velho que tava ali - gente que era de sindicato ou participou de partido algum dia - ficou meio que com vergonha e tal (Anônimx, 2014).

Em muitos dos relatos, conversas, posts e um sem fim de formas de comunicação pessoal e pública é bastante claro que uma das questões centrais percebidas pelos participantes das manifestações, sejam eles já com prévia experiência militante ou não, é a importância do bloco negro para a segurança da população nas ruas nos momentos de manifestação, ao passo que os representantes das forças repressoras do Estado – as polícias – inúmeras vezes colocam a população em risco sob o discurso de protegê-la.

E ali se não existisse *black bloc* na hora que começou a repressão na prefeitura tipo, tinha um milhão de pessoas correndo. Foi isso: tem um milhão de pessoas tentando correr pra todo lado. Se não existir *black bloc* e se a polícia tivesse conseguido avançar na velocidade que eles queriam, ia ser não sei quantos mortos esmagados... Seria uma desgraça (Anônimxs, 2014).

A polícia veio com um caveirão pra cima. Tanto que veio com aquela foto com os meninos em cima do caveirão... Se não tivesse ninguém ali no meio atrasando minimamente a polícia... Aqui um valão do rio Maracanã que passa ali... Caiu gente ali, mas acabou que todo mundo ficou bem... Sem os *black blocs* teria caído e machucado muito mais, teria sido horrível, assim, teria sido o absurdo dos absurdos (Anônimxs, 2016).

[...] Nunca a primeira pedra veio do lado de cá... Não estou falando no sentido literal da palavra porque muita gente ali estão cansadas de apanhar e ser reprimidas porque a repressão também é sempre muito forte, ele vêm ameaçando, jogando bomba e bala de borracha em qualquer pessoa e tem hora que a gente não aguenta mais. (Anônimx, 2015).

Um momento bastante significativo para maior aceitação popular do bloco negro ocorreu durante as manifestações dos professores em greve, que coincidiu de acontecer no mesmo momento que o Ocupa Câmara. Em um dos dias, os profissionais da educação em greve pediram para as pessoas vestidas de preso e em formação se retirarem dos atos deles pois eles seriam favoráveis apenas a manifestações *pacíficas*. Depois de algumas horas sendo perseguidos e sofrendo agressões por parte da força repressora do Estado perceberam, na prática, que era essa quem começava toda a violência. Depois de horas apanhando e sendo perseguidos, atacados e encurralados por spray de pimenta, bala de borracha e gás lacrimogêneo, um grupo de adeptos da tática apareceu para ajudar os professores, prestar solidariedade aos feridos e fazer uma linha de frente e para segurar a onda de violência para eles.<sup>92</sup> Depois disso passou a ocorrer grande aceitação por parte dos profissionais da educação; os antes *vândalos* que a mídia tinha criado se tornaram “anjos salvadores” (Anônimxs). Em apoio a eles, a base do sindicato estadual de educação votou pela criação do *black prof*, uma forma simbólica de prestar solidariedade aos adeptos da tática, além de defender a legitimidade e a importância da autodefesa.

Enfim, os professores sentiram que a polícia não estava lá pra fazer a defesa deles - muito pelo contrário, estava lá pra atacar eles e que eles precisavam de um sistema de autodefesa, assim (Anônimx, 2014).

*Black prof* é uma galera dos professores que se juntou... Mas assim, eles não fizeram a tática porque senão iam sair dizendo que foram os professores que quebraram tudo. Eles aprovaram a

92 Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/coordenadora-do-sepe-diz-que-adeptos-da-tatica-black-bloc-ajudaram-professores-10258008>. Disponível em out 2017.

tática *black bloc* com autodefesa deles, eles estavam legitimando que a tática *black bloc* viesse defender eles (Anônimx, 2015).

Uma coisa que marcou muito foi a aprovação pela categoria dos professores - não digo o sindicato, pela categoria - durante uma assembleia lotada, com milhares de professores, a aprovação da tática *black bloc* como autodefesa da manifestação dos professores. Isso logo depois de eles terem apanhado da polícia, terem sido colocados pra fora da Câmara na porrada, né? Aí e algumas pessoas que estavam lá fora - do Ocupa Câmara inclusive - defenderam os professores, né um pouco, assim, ajudaram com a questão do gás lacrimogêneo e tudo o mais e depois eles se recuperarem, né, levando leite de magnésia e tudo o mais (Anônimx, 2014).

Aquilo ali que aconteceu em outubro, essa - entre aspas - “aliança” *black bloc* e educação, era uma questão de solidariedade de classes. Pra mim eu vejo um fenômeno muito antigo acontecendo, mas em uma dinâmica muito bonita. E a necessidade da classe trabalhadora da autodefesa - se tem a violência da polícia as pessoas precisam se proteger - então eu acho que é muito... É histórico e é algo muito simples que vem com uma nova roupagem ou num novo nome *black bloc*, o que quer que seja. Mas é algo muito bonito e importante (Anônimx, 2014).

Dupuis-Déri afirma que muitos participantes do *black bloc* decidem pelo uso da força depois de uma reflexão política baseada em experiências prévias e decepção com os meios pacifistas, que entendem que não funcionam uma vez que aceitam jogar nas regras impostas pelo poder (Dupuis-Déri, 2003). Os *maus encontros* com as forças policiais também parecem ser fundamentais para perceber a necessidade do uso da tática a partir de experiências concretas.

Quando eu saquei qual era a situação que é: você está ali na frente de um cordão da polícia, sacou, os caras eles vão te mirar e eles vão usar depois isso pra poder te ferrar de cara limpa tu não pode fazer muita coisa, né? E aí também é aquilo, né? Você vai ali, participa de uma briga, de um confronto com policial de cara limpa e depois você cruza na rua com eles... Sendo que eles mesmo botam balaclava, ficam sem identificação (Anônimx, 2014).

Eu também confesso que a estética assim, a questão da organização, de confundir eles - de ter uma tática - porque senão você fica ali jogado no meio da multidão, não sabe o que está acontecendo. Agora quando você já vai mais ou menos sabendo o que você tem que fazer e o que você espera que seja feito e usando alguma coisa pra se defender disso, de qualquer possível repressão, isso pra eles também tem um outro efeito. Uma coisa é todo mundo solto, disperso, assim... E você vê que eles usam isso: eles ficam em formação, bater o escudo - toda essa coreografia que eles fazem, ridícula, é pra intimidar, sabe? Então quando você do lado de cá, que não é uma instituição militar, consegue estabelecer um padrão e se organizar... Isso na rua, né? Quer dizer, os caras usam todas essas artimanhas, todos esses recursos - tanto físico quanto de armamento, de organização - você tem que usar alguma coisa pra poder rebater, senão você fica ali embaixo e os caras lá em cima, só atirando. É muito desigual. E aí a coisa de vocês estar de preto, sacou? Eu acho que tudo, visualmente tudo. Tanto que um amigo meu que não é ativista ele falou: “cara quando eu vi as fotos das pessoas alinhadas, assim, com escudos artesanais e pedaços de pau e bandeiras atrás” ... Sabe, aquilo passou uma imagem pro Estado de que “cara, esses caras têm capacidade de se auto organizar. A gente transformou a educação pública numa merda, ensinou as pessoas como serem desorganizadas e as pessoas ainda assim conseguiram se organizar” ...

Então acho que isso foi a maior influência (Anônimx, 2015).

A necessidade concreta de constante aprimoramento também leva a reflexões que ultrapassam a tática e fazem pensar em outras formas de continuar a luta, principalmente na ideia do *trabalho de base*.

Mas o que eu sempre procurava passar que a gente não podia ficar preso a isso, limitado a isso [...] É muito legal a adrenalina, é ótimo, revigora, assim, mas um movimento social não se faz apenas disso. E a mudança não vai vir apenas disso, a mudança vai vir no dia a dia, não é só no quebrar o banco, é você conversar com o cobrador do ônibus, com o motorista, com aquela doméstica que está indo trabalhar no metrô lotado, no ônibus lotado (Anônimx, 2014).

A generalização da ideia de autodefesa da população talvez tenha sido um dos maiores legados que o Levante Popular trouxe para a dinâmica dos protestos de rua no Brasil.

Tanto que teve uma vez que um trem da Supervia quebrou, deu defeito, e a população depredou a porra toda, até as placas da estação foram quebradas, assim. Aí a polícia chegou procurando gente mascarada, de preto, e não tinha ninguém, tá ligada? Não tinha ninguém assim, foi o povão mesmo que quebrou o negócio. Isso é a tática? Isso é a tática, pô! Não tem esse estereótipo, assim. É óbvio que numa manifestação vai sim todo mundo de preto e tudo o mais - não só os anarquistas, mas pela simbologia do preto, “preto não é luto, é luta” e é ao mesmo tempo a cor neutra... Mas porque a tática em si originalmente os adeptos agem assim, de ir de preto e tudo o mais. Mas na hora do povão aderir, vai com a camisa do Flamengo, mesmo, foda-se, tá ligado? “É o que eu tenho aqui? Vai ser isso” (Anônimx, 2014).

Um dos maiores legados de junho foi ter ensinado a gente a ser inteligente em questão de segurança, em questão do que vale a pena a gente se desgastar, até que ponto a gente pode ir, até que ponto a gente tem que se resguardar. E fazer que a gente perceba também a importância de estar unindo força nessa conjuntura, né? Porque movimento social isolado nessa conjuntura não sobrevive e acho que isso é uma lição... A gente está pensando em estratégia pra sobreviver (Anônimo, 2015).

De acordo com Bringel, a partir do Levante Popular de junho de 2013 ocorreu uma abertura sociopolítica que levou a um novo ciclo político no país. Para esse autor, as consequências são visíveis nas manifestações que ocorreram de 2013 a 2016, mas também no surgimento de novos espaços e atores sociais que questionam as ações políticas tradicionais que ocorrem no país desde a redemocratização (Bringel, 2016).

### **5.1.2 Greves**

A realização de greves como instrumento de negociação utilizado por trabalhadores para exigir maiores salários e direitos já é uma ferramenta histórica esquerdista desde o século XVIII. Suas formas de ação, regulamentação e demais características sofreram mudanças de acordo com o tempo e com o local em que ocorriam e pode-se dizer que hoje é uma ferramenta de mobilização bastante difundida no mundo todo.

O movimento trabalhista brasileiro já recorreu ao uso de greves muitas vezes na história e podemos afirmar que, nos últimos anos, as greves são eventos constantes principalmente em serviços públicos relacionados à educação, saúde e transporte. No que diz respeito a educação, a ocorrência de greves de professores, técnico-administrativos e/ou estudantes são parte da agenda política de diversas escolas e universidades brasileiras.

Não foi com espanto então que foram recebidas as notícias de greves pouco depois da explosão do Levante Popular de junho de 2013.

E a conjuntura de 2013 acabou mobilizando pra outras greves... Depois da greve dos professores

veio a greve dos garis no início de 2014 que os próprios garis falaram que aprenderam muito a construir a greve com os profissionais da educação e construíram uma greve inclusive por fora do sindicato (Anônimo, 2015).

Em junho de 2014 havia pelo menos cinco categorias de profissionais em greve na cidade. Cada setor tinha reivindicações próprias e estava presente nas ruas em manifestações nos dias de decisões importantes por parte de poderes públicos que discutiam suas demandas. Dentre as categorias em greve, destacam-se os professores (da rede estadual e da rede municipal), funcionários da área da saúde, da área de segurança e demais servidores públicos. Tinha havido a Greve dos Garis em fevereiro desse ano, considerada como uma greve vitoriosa, e setores como os rodoviários e metroviários também tinham recém-saído de uma greve. No cenário político de 2013 essa mobilização era ainda mais intensa e teve greve de outras categorias, como bombeiros e transporte.

Dentre as greves de 2014 têm destaque a greve dos garis e a dos professores e as análises que trago aqui são principalmente a partir dessas categorias. Sobre 2013, maior ênfase será dada à greve dos professores, que contou com grande adesão por parte de profissionais, estudantes e apoiadores e pode-se considerar que foi uma luta importante para manter as chamas do Levante de Junho acesas.

E a gente [professores] se revelou enquanto categorias fundamentais pra mobilizar povo, pra mobilizar o resto da sociedade. Nas nossas greves [de 2013 e de 2014] a gente conseguiu levar um bom quantitativo de companheiros e companheiras que apoiam nossas causas, sabe? Então é fato que a gente impactou na sociedade de uma maneira geral. (Anônimo, 2014)

[Em 2014] foi uma greve que a gente não estava pleiteando aumento salarial somente mas que a gente estava fazendo uma análise de que era fundamental estar atuando junto com outros movimentos sociais, inclusive com o movimento Não Vai Ter Copa, né? A gente fez uma análise

naquele contexto - muito correta - de que haveria uma crise na educação, haveria uma crise na saúde depois dos grandes eventos no Rio de Janeiro e foi uma análise pô, perfeita, a gente está passando por isso exatamente agora... (Anônimx, 2016).

Dentre as pautas dos professores, além da questão salarial, destacavam-se pautas de caráter político-pedagógico como a valorização do plano de carreira, contra o fechamento cada vez maior de escolas e turmas, precariedade de infraestrutura das escolas, imposições curriculares e avaliações dos professores, por exemplo.<sup>93</sup> Algumas questões bastante debatidas eram como conter a imposição de medidas meritocráticas, tanto para estudantes como para profissionais, e a crítica da lógica da educação como algo que visa atingir metas de produção.

Não existe a meritocracia: não vai acontecer de você vir de uma escola pública e pa pa pa pa e você superar... Vai ter aquela figura de destaque, aquele jogador que vem da periferia: tá, e quantos são? (Anônimx, 2014).

A greve do ano passado [2014] também se posicionou contra a meritocracia - inclusive eu que recebi um prêmio me posicionei contra - porque o que acontece: as escolas estavam recebendo prêmios pelo número de alunos aprovados. Uma das pautas da greve do ano passado era contra a meritocracia. E se você reprovava seus alunos a direção falava pra tentar aprovar esses alunos... porque não há concurso pra diretor do Estado do Rio de Janeiro, é indicação das secretarias e metropolitanas, as regionais dos seus espaços por metas<sup>94</sup> (Anônimx, 2015).

93 Não cabe aqui fazer um compilado de todas as pautas. Para maiores informações, ver: <<<http://www.seperj.org.br/index.php>>>

94 A pauta da eleição para direção foi novamente retomada na greve de 2016 e pelas ocupações estudantis desse mesmo ano e graças a essa segunda foi contemplada pela prefeitura como uma das pautas de negociação para a desocupação.

Professores e apoiadores do movimento consideram que o ápice da greve de 2013 foi o *Outubro da Educação* quando os grevistas contaram com maior adesão, apoio e visibilidade. Isso ocorreu em parte depois de muito apanharem das forças repressoras. Como discutido anteriormente, a categoria dos professores passou a apoiar a tática *black bloc* depois de terem sido “salvos” da polícia por esses algumas vezes e, como forma de apoio aos integrantes do bloco negro, criaram o movimento *black prof* que, embora não aderisse à tática oficialmente, os apoiava e legitimava ao reforçar a importância da autodefesa.

A autodefesa e apoio à tática *black bloc*, que acabou sendo legitimada em uma das assembleias do Sindicato Estadual de Educação do Rio de Janeiro, é considerada também como resultado de uma maior aceitação de preceitos horizontais, *combativos e independentes* de fazer política que passou a aumentar com o Levante de Junho. Esse aumento também levou à maior tensionamento interno dentro desse e de outros sindicatos na cidade.

Sindicatos: a partir do século XIX são as instâncias que têm a legitimidade para reunir as categorias de trabalhadores, organizar as assembleias e instituir o estado de greve em vários países, em especial nos países europeus. Muito se discute sobre as diferenças das funções dos sindicatos ao longo da História. Se no começo as formas de organizações operárias eram consideradas quase criminosas pelos detentores do poder (Lopreato, 1996), atualmente suas atividades são protegidas e até estimuladas em diversos países, se consolidando o sindicato não apenas como espaço de garantir direitos trabalhistas, mas para facilitar o diálogo e negociação entre trabalhadores e empregadores, sejam eles de caráter público ou privado.

No Brasil o surgimento dos sindicatos está atrelado à vinda de imigrantes europeus, sobretudo anarquistas, entre os anos de 1850 a 1920 (Lopreato, 1996). De acordo com essa autora, com o final da escravidão se iniciou no país um fluxo de imigração subsidiada principalmente pelo governo de São Paulo com objetivo de trazer imigrantes europeus para trabalhar nas fazendas onde antes trabalhavam escravos. Esses imigrantes foram incentivados a vim para o país através da promessa de condições melhores de vida e de trabalho, mas logo se depararam com uma realidade abusiva na qual imperavam condições de trabalho precárias e péssimas condições de vida. Alguns desses imigrantes conseguiram retornar à Europa, mas a maior parte deles

passou a ocupar os grandes centros urbanos. Dentre esses imigrantes encontravam-se operários anarquistas que, indignados com as condições de trabalho e de vida, começaram a se organizar <sup>95</sup> (Idem).

A linha anarco-sindicalista foi formada principalmente em torno do jornal *O Amigo do Povo*, que começou a circular em 1902, e a organização sindical passa a ser predominante em São Paulo, onde antes existia uma abordagem assistencialista. Foi realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro em 1906 que deliberou a *ação direta* como estratégia e no ano seguinte, 1907, a Federação Operária de São Paulo chamou os operários para uma greve pela redução da jornada de 8 horas, inspirada nas recentes atuações dos sindicatos franceses. Primeiramente os metalúrgicos e em seguida diversas outras categorias deflagraram greve. Essas, assim como as demais greves que ocorreram durante a Primeira República, foram duramente reprimidas pela polícia através do uso de violência e prisão. Nesse período, predominava a ideia, largamente difundida pelas mídias, de que não havia conflitos entre capital e trabalho e, sob tal lógica, os grevistas eram considerados desordeiros, estrangeiros que tinham vindo para o país para causar caos (Lopreato, 1996).

Ainda de acordo com Lopreato, outras greves ocorreram de forma espaçada temporalmente e por categorias isoladas até que, em 1917, o país viveu sua primeira greve geral, paralisação simultânea de todas os serviços comerciais e industriais da cidade. A partir disso, operários de várias cidades do interior de São Paulo e depois do país todo também deflagraram greves. Além das conquistas de pautas específicas, a greve de 1917 é considerada importante por legitimar a organização operária e, assim, forçar as negociações entre empregados e empregadores.

A greve foi finalizada depois de intensa propaganda contra anarquistas e comunistas veiculada pelas mídias que, a partir de acordo prévio realizado com as elites e poderes dominantes, reclamavam postura extrema do Estado contra esses grevistas, chegando a afirmar que as reivindicações já haviam sido atendidas e que continuava em greve apenas esses poucos “elementos subversivos” e “conspiradores” que se utilizavam da boa índole do operário brasileiro com a finalidade

95 De acordo com Lopreato, os imigrantes anarquistas começaram a ser perseguidos pela polícia e pelos jornais mesmo antes disso, tão logo ou mesmo antes de chegar ao Brasil, baseado na construção que já havia se estabelecido em outros países de anarquistas como pessoas perigosas (Lopreato, 1996).

única de subverter a ordem<sup>96</sup>. Depois da greve geral suspensa, atividades policiais levaram à prisão alguns grevistas, que foram mantidos em condições precárias. Houve protestos que se seguiram as prisões e contra a deportação dos presos estrangeiros. Alguns veículos de imprensa ainda denunciaram a arbitrariedade das prisões, invasões de casas e sedes e fechamento de organizações, todas essas ações realizadas sem provas (Lopreato, 1996).

Durante a Primeira República, com a ausência de leis que possibilitavam pensar as negociações entre empregadores e operários, as greves foram consideradas como casos de polícia e tratadas como tal (Idem). A greve de 1917 também teve como consequência que operários passassem a se organizar a partir de sindicatos. A partir de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, foi criado o Ministério do Trabalho com o intuito de se aproximar das ações sindicais com objetivo de contê-las com mais rapidez e eficácia. O movimento operário só voltou a ganhar força nas décadas de 1950 e 1960, mas sofreu profunda repressão com o golpe militar de 1964: sindicatos foram fechados e seus líderes presos e exilados. Apenas com o final do regime militar e com o advento da redemocratização que os sindicatos voltaram a se organizar.

De todo modo, não faz parte dos objetivos deste trabalho dar conta das especificidades que envolvem as instâncias sindicais. Neste trabalho, vale ressaltar, eu trago perspectivas específicas e sobre um recorte temporal específico. Disputas internas são comuns dentro das organizações sindicais e são desencadeadas por diversos fatores: divergências quanto à linha teórico-política, afinidades e inimizades entre partidos, discordâncias sobre táticas e estratégias, desacordos sobre prioridades de pautas, etc.

Souza (2017) e Gohn (2011), entre outros, têm discutido as formas de militância nos últimos anos no Brasil e apontam que a partir da década de 1980 e 1990 houve uma maior aproximação entre Estado e formas de organização da sociedade civil. Esses diálogos, embora tenham permitido uma maior participação no cenário político brasileiro, acabaram reduzindo a participação política dos movimentos sociais, uma vez que esses foram atrelados a partidos ou instituições governamentais e são esses últimos quem têm maior poder de

96 Qualquer semelhança com a criação da “minoridade vândala” não é mera coincidência, mas estratégia histórica de criminalização de movimentos sociais.

direcionamento de pautas e demandas a serem pleiteadas. Gohn defende que o processo de institucionalização de movimentos sociais diversos levou ao distanciamento entre direções e bases e possibilitou que esferas da sociedade não se sentissem mais contempladas com essas instâncias. (Gohn, 1997). Nesse cenário e no que se refere as organizações sindicais, novos grupos começaram a se formar dentro das instâncias sindicais, alguns deles reflexo das rupturas entre os partidos políticos de referência.

Para Lincoln Secco, os trabalhadores nos últimos anos se dividiram entre aceitação e forte oposição ao governo PT. Se por um lado esse é considerado responsável por aumentar a renda da parcela mais pobre da população, também é associado a ele maior enriquecimento das elites. Essas críticas se manifestam em rachas e novas estruturas de partidos e grupos afins que, por sua vez, se manifestam na cotidianidade de fazer política nesses espaços, como os sindicatos (Secco, 2013).

Pessoas que se dizem *independentes*, não filiadas à partidos políticos, têm atuação e participação política no sindicato da rede estadual dos professores do Rio de Janeiro (SEPE) já há alguns anos, mas entendem que os movimentos de oposição *independentes* ficaram mais fortes depois da onda de protestos de 2013, uma vez que passaram a surgir mais pessoas e grupos que prezam por *ação direta* e que tecem críticas ao modo de representação sindical. No SEPE, assim como em outras instâncias de atuação dos movimentos sociais, grande parte da base não se sente representada pelas lideranças. Além dos muitos relatos, acompanhei duas greves do sindicato dos professores (em 2014 e 2016) e nelas pude ver uma tendência ao tensionamento entre base e direção dos sindicatos. A tensão pode ser resumida na crítica de que as direções, geralmente compostas por pessoas vinculadas a partidos políticos, tendem a seguir as diretrizes desses - mesmo quando essas diretrizes não contemplem as demandas da categoria. Em épocas nas quais a diretoria do sindicato pertence ao mesmo partido que estava no governo, como aconteceu em muitos sindicatos<sup>97</sup>, suas formas de deliberar e levar as negociações tenderam a ser vistas com ainda mais suspeitas tanto por *independentes* quanto por militantes associados a outros partidos de oposição.

97 A CUT, uma das maiores centrais sindicais do país, por exemplo, tem muitos de seus militantes filiados ao Partido dos Trabalhadores.

Mesmo contrários à forma hierárquica do sindicato, os *independentes* não negam a necessidade da instância sindical: pelo contrário, afirmam a importância de se manter sua estrutura e funcionamento. Alguns remetem a formas sindicais históricas, quando os sindicatos tinham influência anarquista.

Dentre as tensões políticas variadas, as diferenças entre formas de agir entre partidários e *independentes* tem destaque. As pessoas com quem mantive contato e que se diziam *independentes* consideram que embora as assembleias sejam a instância máximas para deliberação, muitas das decisões são tomadas previamente. As formas de tentar impor posicionamentos relatadas e acompanhadas são inúmeras e variam, mas destacam-se a chamada para conselhos deliberativos apenas entre diretoria, o modo pelo qual a *mesa* escolhe organizar as pautas e campanha para que professores de outras cidades que compõe os partidos venham para as reuniões de maior tensão, em ônibus patrocinados pelo sindicato.

Anônima me chama para mostrar as arquibancadas cheias e diz que são de pessoas trazidas de ônibus pelo sindicato. Placas como “hoje a boiada veio votar! Golpe!” e “Direção vendida. Não tem arrego!” são erguidas por umas meninas um pouco atrás de mim (Trecho do diário de campo, 27 de junho de 2014).

Segundo ela, a maior parte das pessoas já chegam com posições demarcadas. Na assembleia que votou a saída da greve de 2014, o clima era tenso desde antes da assembleia e discussões sobre a forma de discutir, quantas pessoas teriam voz e como seria o regime de votação demoraram em torno de 2 horas. Algumas pessoas já estavam convencidas de suas posições e, assim, faziam da assembleia palco de manifestações simbólicas.

Muitas pessoas com pedaços de cartolina vermelhos e amarelos, como cartões de futebol, e levantam eles várias vezes quando os “pelegos” falavam (Idem).

Ao mesmo tempo, Anônima me diz que a assembleia está “nas mãos” de quem fará as falas, levando em conta a capacidade retórica para convencer os indecisos e acontecem inúmeras discussões acaloradas apenas para garantir que as falas sejam mais “democráticas” e contemplem todos os posicionamentos.

“O SEPE somos nós, nossa força e nossa voz”, gritam os professores nas assembleias estaduais quando entendem que a mesa da assembleia tende a levar a tomada de decisões para seus interesses próprios. “Nós” é entendido como a base da categoria, aqueles que não têm interesses ou ganhos com a militância. Algumas vezes, a mesma frase é cantada pela oposição. Quem é esse “nós” também é algo pelo qual se disputa.

Ao mesmo tempo que a ideia de *base* diz respeito a quem não é da direção, esse termo também remete a pessoas que não participam de grupos políticos ou mesmo para aquelas que não têm uma posição política bem delimitada. Desse ponto de vista, *base* pode ser considerado como algo que está sempre em disputa para ser levada a participar de um lado ou de outro (ou de outro, ou de outro ainda, já que os grupos políticos não são apenas dicotômicos), ou mesmo para apenas ser mais um voto na disputa.

Momentos inesquecíveis da assembleia do Sepe na greve de 2014. Direção criticando a oposição da base:

- "Primeiro vocês vêm com esse papo de NÃO VAI TER COPA, depois NÃO TEM ARREGO, e amanhã? O que vai ser?!"

A base responde: “AMANHÃ VAI SER MAIOR! AMANHÃ VAI SER MAIOR! AMANHÃ VAI SER MAIOR!” (Anônimx, 2014).

Essas questões de tensionamento entre os que se dizem falando em nome da *base* e a direção sindical não são uma novidade em relação à conjuntura anterior as manifestações de junho e, como já foi discutido, estão presentes em análises sobre os *novos movimentos sociais* (Gohn, 1997). Mesmo assim, se considera que uma das influências dos protestos de junho foi o aumento de discursos e adeptos de uma política não institucionalizada, aqui entendida como *independente*, e que esse aumento também foi sentido pelos professores grevistas da rede pública fazendo com que, na prática, houvesse um aumento de pessoas que se

dizem *independentes*, tornando a disputa dentro do espaço sindical mais acirrada. Além disso, essas disputas passaram a ser percebidas com maior nitidez dentro de outros sindicatos, como os petroleiros, os garis e os rodoviários.

A maior crítica dos *independentes* diz respeito à burocracia e à forma de atuação dos sindicatos.

A culpa da situação atual é do Estado, que intimida e agride, e da burocracia sindical, que emperra as lutas e utiliza do sindicato para a sua política legalista e institucional! (OATL, 2013).

Isso é importante lembrar: foi uma greve legal porque a gente conseguiu unificar a rede estadual e a rede municipal, né? Isso foi um salto qualitativo enorme, até hoje a gente tenta juntar e a direção não deixa porque sabe que eles perdem espaço quando se juntam (Anônimo, 2016).

Existe uma análise de muito movimentos de que os sindicatos estão tomados por uma burocracia, por uma forma de operar que é extremamente conciliadora. Por mais que uma greve pressuponha algum nível de organização, qualquer greve não pressupõe que você abaixe a cabeça desde o início pra qualquer proposta do patrão, sabe? (Anônimo, 2014)

Hoje a gente está com uma categoria muito desmobilizada muito por conta das perseguições, muito por conta de como a direção do sindicato continua agindo, né, passando o rodo mesmo na categoria, com uma visão política de que a direção detém sabedoria e a categoria não, que a questão política tem que ser tocada dentro de uma sala e enfim, existe aí uma resistência gigante hoje... (Anônimo, 2015)

Uma greve considerada vitoriosa e impactante foi realizada pelos garis em fevereiro de 2014. Influenciados pela onda de protestos

do Levante Popular de junho (alguns trabalhadores já estavam presentes nas ruas com a pauta dos garis desde então), organizaram uma greve pautada nos princípios da horizontalidade e *ação direta*. Tal greve foi iniciada pela base da categoria sem a intervenção e apoio das direções sindicais e o fato de ter sido realizada “não com [a diretoria d]o sindicato, mas apesar desse” (Anônimx, 2015) chama atenção. A forma consolidada e considerada legítima de deflagrar greve passa por uma série de procedimentos que têm início na discussão sobre o tema em Assembleia Geral da categoria chamada pelo sindicato responsável. Mas, no caso dos garis, foram trabalhadores da base que iniciaram o movimento grevista e, não conseguindo apoio da direção do sindicato, decidiram por mobilizar a categoria independente desse. De acordo com Anônimx, a direção sindical ainda teria tentado deslegitimar a greve no começo, mas acabou a apoiando quando percebeu que uma parcela muito grande dos trabalhadores havia aderido. Por ser realizada no período de carnaval, quando a cidade passa a ser palco de muitas festas e turismo, essa greve teve repercussão no país e também fora dele – tanto devido à maior visibilidade da cidade como pela grande quantidade de lixo que se acumulou nas ruas em decorrência da greve.

Então eles [garis] construíram uma greve muito brilhante no sentido de estar se organizando mesmo por fora do sindicato deles, uma greve vitoriosa - porque eles conseguiram o aumento - uma greve que gerou impacto econômico e político na sociedade, durante o carnaval principalmente, chamou muita atenção do povo carioca e da mídia internacional, né... É uma greve que ficou como exemplo, pra gente aprender muito com essa galera também e que acabou mobilizando outras greves, outros processos de greves e outras categorias culminando inclusive em 2014 na greve dos profissionais da educação novamente, né? (Anônimx, 2015).

O caráter *combativo* e radical dado à greve pelos interlocutores foi percebido como um pressuposto no modo mesmo de fazer a greve. Anônimx considera que isso se deve ao fato de ter sido uma greve organizada e botada em prática pelos trabalhadores da base que, inclusive, se posicionaram contra o sindicato.

E dentro da greve tem várias formas de fazer, né? Tem greve com piquete, tem greve sem piquete. O bom dos garis é que eles não discutiram "vamos fazer piquete", os garis não teve essa discussão de fazer ou não fazer piquete: não existia fazer greve sem piquete, assim (Anônimo, 2015).

Eu ficava até sem ir em casa, por que não teria como ir em casa, aquela coisa, a gente dormia na porta da gerência, pra poder... pra facilitar pra gente chegar no Centro ou em outro lugar de trabalho mais cedo, né, então a gente dormia aqui em porta de gerência, fazia piquete, conversando ali com os companheiros... Então esses momentos eu acho que foi de grande significado porque poxa, a gente tinha força ali pra estar ali na rua 24 horas, entendeu? Isso, poxa, era algo gratificante, que eu não sei de onde a gente tirava força pra toda essa disposição pra andar, fazer ato durante o carnaval e depois ir na gerência fazer piquete, isso aí foi um momento bem significativo (Anônimo, 2015).

[Dormia] ao relento mesmo, embaixo de marquise... Porque o que acontece: o gari trabalha 24 horas por dia, o gari de domingo a domingo ele trabalha aí, é de manhã, de tarde e à noite o gari tá trabalhando aí na cidade do Rio... Sol, chuva, neblina, granizo: o gari está aí presente. Então havia essa necessidade de a gente tentar sair de determinado lugar "pô, tem tal lugar que o pessoal tá furando e não sei o que", a gente ia lá pra convencer o companheiro que poxa, pra vir pra luta, pra vir... Entendeu? (Anônimo, 2015).

Um dos momentos que talvez eu considere emblemático foi justamente o dia em que a prefeitura chamou para a mesa de negociação [08 de março de 2014], pra se reunir lá no Tribunal Regional do Trabalho, queriam atender as reivindicações. No meu ponto de vista, ali, eu acharia que nós deveríamos continuar na greve porque eu entendi da seguinte forma: durante

aqueles 7, 6 dias eles diziam que “ah, 300 ali que tavam baderneiros”, na televisão falavam que eram bandidos que estavam lá dentro, todos esses argumentos foram utilizados para nos marginalizar. A partir do momento que eles chamaram para sentar ali, em pleno sábado, isso aí eu senti que era o momento de desespero deles. No meu ponto de vista, era o momento de tirarmos mais (Anônimx, 2014).

Quando o opressor ele te chama é porque tá vendo que a situação está fora de controle. Mas como eu lhe disse, só eu e alguns companheiros tivemos esse discernimento, mas a massa da categoria não teve esse conhecimento, aí já estavam ali na mesa de negociação aí foi algo emblemático que, para mim seria um ponto para tirar mais deles (Anônimx, 2015).

Uma das características bastante discutidas por alunos e profissionais da educação se refere à entender os processos de lutas sociais, principalmente as greves, do ponto de vista pedagógico. Paulo Freire já discutia que são os movimentos sociais que propiciam as lentes para enxergar as realidades opressoras (Freire, 1981). Também para esse autor, a pedagogia deve ser emancipadora e deve se valer de experiências anteriores a essa para ser constituída (Idem). Na prática cotidiana das escolas sem ventiladores e às vezes mesmo sem janelas, problematizar o processo social inserido é atividade do educador e, quando essa realidade se torna insuportável é também pedagógico esse momento de não aceitação e de luta pelos direitos.

Os movimentos sociais são considerados locais onde mulheres e homens se constituem como sujeitos (Freire, 1981), compartilham aprendizados e aprendem a realidade de forma concreta e duradoura. Dessa forma, momentos de grandes mobilizações sociais e culturais são momentos de grande aprendizagem política e social (Sousa, 2001). Os relatos abaixo trazem um pouco desse aspecto:

Vê como é você ter o conhecimento da luta, você já tem, assim, esse embasamento, mas como nós, os trabalhadores, a maioria, a grande massa tava ali só mobilizada, ali, saindo pra rua, aquela coisa, não

tinha essa... Tempo pra pensar. O que me levou a esse discernimento: é participar de outras categorias, estar aí presente em 2013, tudo isso foi dando uma pequena colaboração, contribuição, para que você estar fazendo como organizar, como fazer a luta de classe. Isso vai te dando, ali, um embasamento, conhecimento pra você ter um conhecimento maior em relação aos outros companheiros, né? Durante o processo de luta é de grande valia que as pessoas têm que ver, captar ali os acontecimentos e tirar aquilo ali pra si, pra sua categoria. É por aí que a luta vai crescer, entendeu? (Anônimo, 2015).

E ainda que a greve dos profissionais da educação de 2014 não tenha sido uma greve vitoriosa, foi uma greve que eu tenho consciência de que serviu pra nossa formação política (Anônimo, 2015).

Idealmente, militantes de diversas linhas políticas dentro do escopo esquerdista consideram que a ferramenta por excelência da greve é quando ela é acatada por diversas categorias, a chamada Greve Geral. Em algumas capitais brasileiras ocorrem dias específicos em que centrais sindicais conseguem mobilizar categorias diversas para uma paralisação pontual, geralmente acompanhadas por manifestações de ruas.

O interessante das greves das categorias juntas é porque uma categoria fala com a outra (Anônimo, 2014).

A gente vê a vitória dos garis e, pô, teve derrota dos professores, mas teve vitória dos garis e aí teve isso e aquilo (Anônimo, 2014).

Essas iniciativas são bastante pontuais e não conseguem, de forma geral, retornos econômicos ou mudanças estruturais, mas têm apresentando como ganho a repercussão para suas demandas, a solidariedade na luta entre as categorias e o aprendizado que se considera obter coletivamente nas lutas políticas.

### 5.1.3 Advogados ativistas

Outro mecanismo de defesa que se tornou bastante popular com os levantes de junho foi o grande número de advogados que passaram a atuar de forma militante, ou seja: incentivados por causas políticas e sem, com isso, obter ganhos financeiros ou outros benefícios próprios. Embora a prática já existisse, ela passou a ter mais adeptos e ficar mais conhecida pela população em geral. E, conseqüentemente, também chamou atenção da repressão.

Advogados ativistas eram responsáveis por achar os manifestantes nas delegacias às quais tinham sido levados, consultar e representar os detidos, procurar e emitir documentos, entre outras atividades.

Chegar uma decisão de madrugada e ter que fazer uma nova peça na madrugada pra entrar ainda aquele dia é punk, não é qualquer um que faz não. Eu já bati mais de 24 horas na delegacia, no dia 15 de Outubro eu fiquei (Anônimx, 2014).

Não existia isso de se a galera for presa nós acionamos os nossos advogados, botamos aqui uma rede de pessoas... Como acontecia de madrugada o que acontecia era o seguinte: 5ª DP. A 5ª DP estava tranquila que tinha um advogado nosso que a casa era do lado, então a gente ia pra casa dele que era do lado da 5ª DP, fazia a procuração, imprimia e trazia pro pessoal assinar. Aí quando chegou na 9ª DP um coletivo de mídia cedeu o espaço deles pra gente ficar fazendo as peças, quando foi no Leblon outra pessoa cedeu... E era muito bom porque as pessoas não se conheciam e cediam a casa pra ficar 10, 15 advogados lá escrevendo, assim (Anônimx, 2015).

Tanto os advogados que já militavam como advogados que não atuavam politicamente, comovidos com as prisões ocorridas em larga escala nos protestos, passaram a frequentar as manifestações com intenção de prestar apoio jurídico.

Inclusive nesse dia eu encontrei vários advogados, amigos, que não tem nada a ver com ativismo e eles falaram assim “não, a gente se encontrou na OAB no dia seguinte e a gente fez um pelotão enorme de advogados” - gente que nem se liga pra política, mas foi pra rua no dia 20 pra defender as pessoas porque eles tinham visto o que tinha acontecido em São Paulo e na Batalha da ALERJ (Anônimo, 2015).

Foi criada uma rede de solidariedade entre detidos, advogados e manifestantes. Nesse sentido, a palavra de ordem “ninguém fica para trás” foi e é um lema de solidariedade que reforça a ideia de que sempre haverá quem apoie os que estão lutando.

Os relatos abaixo mostram um pouco das formas de apoio entre advogados ativistas e a população:

Não tinha organização, mas tinha uma rede de solidariedade muito grande... Pô, a gente [advogados ativistas] comprava comida pra todo mundo que estava na delegacia, a gente comprava pizza, pão com presunto, qualquer coisa... Tinha dia que a gente ia pro ato cheio de biscoito porque a gente sabia que alguém ia ser preso... (Anônimo, 2014).

Quando a gente tinha que ficar na delegacia, às vezes preso ou não preso, demorava muito. E a galera ia levar pizza, salgadinho... Tinha gente que mandava coisas pra gente, pedia por telefone, pagava no cartão de crédito, sei lá... **Mandava** coisa pra gente! (Anônimo, 2014).

Tinha gente que não ia no ato ou não era do Rio que ficava vendo streaming, contando quem estava sendo detido, pegando nome e ligando pra delegacias pra gente, assim, pra falar que tinha achado a delegacia que tinha sido levado (Anônimo, 2014).

No começo das manifestações, os detidos eram levados para as delegacias mais próximas. Contudo, com o decorrer dos atos, as delegacias de destino eram frequentemente incertas. Começou a ocorrer o “espalhamento dos presos” (Anônimo, 2015) em delegacias diversas da cidade, dificultando o acesso de manifestantes para prestar apoio e de advogados para interceder pelos detidos. De acordo com a advogada Priscila Pedrosa, no começo das manifestações de junho de 2013 se respeitava a jurisdição do bairro em que ocorria a prisão, mas com a intensificação dos protestos e com o trabalho insistente dos advogados, a Secretaria de Segurança Pública do Estado determinou que os presos deveriam ser levados para qualquer delegacia da cidade. Para a advogada, tal determinação tinha como propósito “dificultar o trabalho dos advogados nas delegacias” (Pedrosa, 2016, p. 54). Apesar dessa prática ter sido incorporada, ela se mostrou “incapaz de alcançar o resultado pretendido pelos órgãos de segurança, já que advogados estavam espalhados por todas as delegacias da cidade e mantinham uma atuação coordenada na rede” (Pedrosa, 2016, p. 55).

Quando começaram a pulverizar a galera na delegacia bateu um certo desespero, assim: “pô, cara, a gente vai perder as pessoas, a gente não tem condições”, a gente passava muito tempo procurando (Anônimo, 2014).

E a gente tinha um grupo de advogados, mídia livres e socorristas. Todo mundo no mesmo grupo trocando informação e por isso que a gente se achava (Anônimo, 2014).

A gente tinha todo o tempo que fazer chamada porque eles [delegacias] escondiam eles [detidos] da gente na carceragem... Com 3, 4 advogados [presentes], eles escondiam na cara dura! A gente tinha muito medo, esse “ninguém fica pra trás”, a gente tinha muito medo de vacilar com... Medo de esquecer alguém (Anônimo, 2014).

Eu já perdi mais de 3 horas procurando uma pessoa. Eles mentem. Ligar até atendem, mas eles mentem, não confio. Já chegaram a mentir com um garoto menor de idade, dentro da delegacia. De chegar na delegacia e “não estar aí não”... Eu fiquei catando e teve uma hora que olhei, segunda vez que eu estava

ali na 5ª DP – tinha ido até a Tijuca, tinha voltado – e aí quando eu olhei um garoto sentado, quietinho na delegacia... E nossa, o delegado na minha cara dizendo que o garoto não estava lá. O delegado mentindo. Um menor de idade, 3 horas que a gente não achava ele... (Anônimo, 2015).

Contávamos os presos ou detidos na hora da prisão, nas ruas; levantávamos os vídeos e fotos com os midiativistas ou com pessoas que filmavam, anotávamos a identificação do policial que efetuou a prisão, o número da viatura e a hora. Com os aparelhos de comunicação, pela internet, chats e redes sociais conseguíamos controlar todos os presos e o tempo de condução do local da prisão até a delegacia (Pedrosa, 2016, p. 55)

Devido ao caráter ativista de tais advogados, também eles começaram a sofrer perseguições e ameaças.

Nesse dia [na manifestação na final da Copa das Confederações] tinha um grupo de advogados da OAB e eles jogam bomba nos pés dos advogados: eles odeiam advogados (Anônimo, 2015).

Muito advogado saiu por medo de alguma coisa acontecer, [recebem ameaças] por telefone... A gente não tinha uma estrutura. Quando eles começaram a espalhar as pessoas [nas delegacias] a gente começou a perder as pessoas. Então a gente espalhou o nosso telefone pessoal na internet, uma lista de advogados grande espalhou e falou “pô, se alguma coisa acontecer liga pra gente”. Só que aí veio junto as ameaças: “advogado *black bloc* vou te pegar” e tal... Aí teve muito advogado que saiu porque teve medo de muita ameaça (Anônimo, 2014).

Eles [policiais de São Paulo] não tocam em advogado. Aqui não: aqui eles batem. Quando eles

prenderam a Anônimx eles me deram um mata leão, pô! (Anônimx, 2014).

[Houve] muitos advogados detidos em ato. Inclusive algemado no dia do ato das centrais sindicais. Teve advogado que apanhou também, a Anônimx apanhou feio... Teve um dia que tacaram bomba nos advogados com os advogados com a OAB na mão e gritando "OAB!OAB!" (Anônimx, 2016)

Com o tempo, o que eram perseguições pontuais começou a tomar formas de uma criminalização mais geral dos advogados que acompanhavam os protestos. A prática da advocacia ativista passou a sofrer maior repressão; uma advogada foi presa e levada para Bangu nas Prisões da Copa e muitos advogados foram citados no inquérito policial que deu origem a essas prisões. Alguns advogados tiveram, inclusive, seus telefones grampeados.

Eu fui a primeira advogada a chegar quando os ônibus [vindos do Ocupa Câmara] chegaram, só tinha eu e uma estagiária... A delegada me coloca como liderança porque todo mundo me conhecia um pouco e eu sempre brinco com eles pra ficarem mais tranquilos na delegacia... Na hora que eu falo séria isso pra ligar pros pais, alguns me conheciam, começa a cair a ficha e a galera murchou, se ligou que era sério. E aí a delegada relata isso dizendo que é sim uma parada organizada, tem sim liderança e que os advogados fazem, aí bota meu nome que na hora eu tinha poder de voz e liderança porque eu mandei todo mundo calar a boca. Eu não mandei ninguém calar a boca! (Anônimx, 2014).

Dentro da perspectiva de uma advocacia ativista, alguns profissionais consideram que o Direito tem muitas limitações, como mostra o relato abaixo:

Então desde o início eu quis decidir se sou advogado ou sou militante: decidi ser militante. "Mas você não ajudaria mais sendo advogado?" Não: se a revolução pudesse ser feita por

advogados não precisaria ter manifestantes na rua, nós já teríamos feito. Por que os advogados não conseguem fazer: porque o exercício da advocacia, o exercício do Direito, ele é a manutenção do *status quo*. O Direito é feito pra defender uma categoria em relação à outra categoria e ele é um instrumento de uma opressão. As leis são feitas pelos mais favorecidos. Todo arcabouço jurídico é voltado pra reproduzir a ordem social vigente. Se você quer alterar o *status quo* você tem que ir além da lei porque essa serve para manter o *status quo*. E o advogado não vai além disso. Quem faz além disso é o militante (Anônimx, 2014).

Grupos de advocacia em defesa dos direitos humanos são hoje os maiores responsáveis por acompanhar casos de militantes dentro da cidade. As práticas de advogados ativistas continuam ocorrendo, mas em menor escala - assim como os protestos.

#### **5.1.4 Políticas de segurança**

Desde que comecei a pensar meu projeto de pesquisa a questão de pensar em políticas de segurança passou a ser considerada fundamental, em partes por perspectivas próprias e em parte porque sabia que essas eram preocupações recorrentes nos meios militantes.

A preocupação com a segurança própria e coletiva gira em torno de pensar que existe um inimigo instituído, aqui chamado genericamente de *repressão*, que está sempre procurando informações de ativistas para incriminá-los e puni-los de alguma maneira. E, dado ao caráter aleatório da construção de *criminosos*, nunca sabemos exatamente quais dados podem ser usados como ferramenta para a repressão. E é nesse sentido que um nome, uma idade ou mesmo um trajeto se tornam informações perigosas.

Os movimentos sociais brasileiros tinham por método a preocupação com a segurança na época da ditadura, quando pessoas contrárias ao regime vigente eram presas, torturadas, exiladas ou mortas. Com a abertura democrática, no entanto, essas preocupações deixaram de ser consideradas pertinentes para muitos militantes que passaram a entender que em um regime democrático não configura crime discordar

do regime instituído ou mesmo se colocar contra ele. A Constituição de 1988 assegurou novos direitos ao povo brasileiro e a democracia estava, enfim, garantida.

Mas eis que se percebe que o problema não era apenas em regimes ditatoriais. Que antes perseguidos simplesmente por razões políticas, militantes continuavam sendo presos e ameaçados, mas por questões discursivamente diferentes. Na década de 90, com grande popularização do Movimento Sem-Terra, existiu grande repressão policial acompanhada de esforço midiático para deslegitimar suas ações como políticas e as adaptar para serem interpretadas de acordo com o código penal. A própria narrativa sobre as prisões mudou: se na época da ditadura o “preso político” era apresentado pelo regime militar ditatorial como o tipo de preso mais temido, com o advento da democracia tais militantes passaram a ter certo status heroico, de forma que o termo “preso político” passou a adquirir estatuto de legitimidade: foi “preso político” quem tinha sido preso lutando pela democracia enfim reconquistada.

Com a democracia instituída, no entanto, passou a ser feito esforço contrário, ou seja, uma despolitização e atribuição de estatuto criminal a atos que, se fossem considerados meramente políticos, não seriam passíveis de punição. Em si é esse o processo de criminalização: tornar em crime algo que em essência não o é.

Se por vezes a busca por garantias de segurança são tão rígidas por parte dos manifestantes não é por estarem esses escondendo algo ilegal sendo feito ou planejado, como falam as críticas, mas acima de tudo porque essas pessoas sabem, por experiência própria ou narrativa de próximos, que o limite entre a legalidade e a ilegalidade de suas ações é um limite frouxo e que a qualquer hora uma incitação à revolta *democrática* pode ser considerada como discurso perigoso, que a formação de grupos militantes pode ser interpretado como formação de quadrilha e/ou associação criminosa, que o atentado contra um prédio público é rebaixado de sua intenção política para ser considerado simples ato de *vandalismo*, facilmente passível de penas legais.

Para se pensar segurança, alguns horizontes são traçados. Classicamente já existem mecanismos de precaução sobre como formar grupos de militância só com pessoas de confiança, cuidado ao fazer trabalho de base, atenção à possíveis infiltrados, entre outros. Anterior à

massificação da comunicação digital <sup>98</sup>, algumas das precauções sobre segurança já incluíam cuidados ao falar alguns assuntos ao telefone e ao esconder o rosto de câmeras, por exemplo. Com o advento da era digital, a comunicação ficou mais fácil, mas a repressão também se desenvolveu a partir dos novos recursos digitais, como veremos mais à frente.

O grau de preocupação com as questões de segurança varia de pessoa a pessoa, assim como a forma de garantir mecanismos de segurança variam de acordo com os grupos. Não há “fórmulas” prontas, mas existe uma ética quase consensual da necessidade de se proteger e, assim, também proteger aos demais. Sol essa lógica, algumas práticas de segurança são por vezes praticadas por militantes nas manifestações de ruas: levar uma muda de roupa extra para estar com uma roupa diferente depois das manifestações e não ser tão facilmente identificado por possíveis policiais depois de terminado o ato, na hora de *dispersar*; evitar falar nomes e grupos de militância em voz alta perto de policiais e desconhecidos; não dar informações pessoais a estranhos; proteger o rosto com máscara, lenço ou capuz; não ir nem sair das manifestações sozinho para não correr o risco de ser preso e ninguém saber; não ir nem dispersar das manifestações em grupo com muitas pessoas para evitar chamar a atenção da repressão; evitar o uso de telefone durante as manifestações e, se for possível, nem levar o aparelho, a fim de evitar rastreamentos, entre outras.

Algumas medidas de segurança dizem respeito mais especificamente aos momentos de tensão no ato. Estar atento às bandeiras que indicam os momentos de avanço e recuo, não ficar sozinho, trazer de volta para a manifestação possíveis pessoas presas arbitrariamente, não levar panfletos em grandes quantidades nas mochilas, cuidado tático ao levar escudos ou fazê-los no local, cuidado tático maior ainda ao levar rojões e demais artefatos pirotécnicos, etc.

Essas medidas, em essência protocolares, são exercidas livremente, de acordo com o bom-senso de cada um ou de acordo com a disciplina e acordo prévio com o grupo. No entanto, na prática sempre ocorrem muitas falhas de segurança que acontecem, em parte, em

98 Uso esse termo com ressalta já que se estima atualmente que 4 bilhões de pessoas, mais de metade da população global, não têm acesso a internet. Ver: <http://tecnologia.ig.com.br/2017-03-02/internet-offline.html>.

função da necessidade de comunicar e informar sobre o movimento. Em alguns casos, o protocolo era totalmente cumprido:

Em ato a gente tem que ficar unido, junto, mas tem que evitar a aglomeração de determinados grupos sempre, acho que tem que ter uma estratégia de mobilidade pra não caracterizar esses indivíduos (Anônimo, 2016).

Muitos dos casos em que as medidas básicas de segurança falhavam ou não eram cumpridas podem ser considerados como uma lacuna de entendimento sobre a necessidade e/ou importância de pensar em segurança.

Nossa, quantas vezes eu vi o pessoal assim: saía de ato e fazia exatamente isso, tirava a camisa da cara e começa a batucar no meio da rua, acho foda. Adoro batucar, adoro a galera com... Mas não, ali não é o momento de você fazer isso. Dispersa, volta – mesmo que você volte pro mesmo lugar – mas dispersa, tira tudo que você está ali e você é outro ali e você não é mais o sujeito anônimo que compõe o coletivo, ali você é um sujeito que está exercendo seu direito de estar conversando e bebendo uma cerveja, cara (Anônimo, 2016).

Eu sempre achei a maior furada, assim: a militância não é mesa de bar. Militância não é diversão. Se eu quiser sentar na mesa de bar eu procuro em outros lugares - ainda que sejam pessoas que pode ser que estejam ali também. Que o que eu mais quero é que toda a população esteja. Mas não vai ser a partir desse lugar que eu vou puxar isso. Acho que esse é um princípio muito importante de se ter (Anônimo, 2015).

O fato também de naquela época também as pessoas não terem tanto noção de política de segurança na internet e fora dela foi uma coisa que ajudou muito, também, na repressão, né? (Anônimo, 2016).

Uma das questões centrais que passa pela questão de segurança diz respeito a proteger seu próprio anonimato.

Eu ficava o tempo inteiro com a blusa no rosto e se tinha que conversar não perguntava o nome de ninguém... Aí quando dispersava eu dispersava mesmo e ia embora, não ficava ali... Não parava pra sentar em mesa de bar, saca? Dispersou, dispersou (Anônimx, 2015).

A não preocupação com o próprio anonimato tende a não ser bem vista por se considerar que o militante displicente pode ser um risco para o grupo maior ou mesmo porque em alguns casos ela é considerada como sinônimo de imaturidade, despreparo e, no pior dos casos, uma maneira de conseguir status e se projetar através das lutas:

Sabe o que eles faziam? Eles tiravam foto com a camisa na cara e marcava... Olha só, o objetivo não é o anonimato? Porque você está publicando, saca? (Anônimx, 2015).

Em alguns casos, pensar segurança ultrapassa o âmbito de seguir um protocolo ou uma ética e se coloca como uma questão mesmo de sobrevivência:

Tinha uma boa parte de pessoas na rua que era classe média mas por exemplo, se você vê *os meninos black bloc* que todo mundo fala: pô, a molecada de classe baixa que na real tampou o rosto porque morava de área de milícia e favela e não tinha como ficar andando por aí... É muito fácil quando você volta pro seu apartamento na Zona Sul, você é branquinho, você é uma doutora, um intelectual... E esses meninos eles voltam pra favela, eles voltam pro morro. Tem mais é que tampar o rosto mesmo que é pra se proteger. E aconteceu muito, a gente tem várias histórias de assassinato de militantes, de meninos... Espancamento, atropelamento, uma professora foi assassinada na

Baixada – a casa dela pegou fogo e ninguém sabe porquê. (Anônimx, 2015).

Mesmo quando não se trata de sofrer ameaças de vida, o medo da repressão através de violência física, prisões e processos é grande, fato esse que não vem de forma alguma descolado da realidade.

Assim como discuti acima no caso específico dos *black blocs*, aqui a questão do anonimato ultrapassa a esfera da segurança e assume forma de potencializar diretrizes políticas que valorizam pautas e formas de agir coletiva - e não a centralização de ações e debates em indivíduos com personas bem definidas.

Então eu acho que a questão do rosto coberto não só uma questão de segurança, mas uma questão também de não haver representantes porque são iguais ali... (Anônimx, 2014).

E é bem característico né, como os zapatistas, a coisa do tapar o rosto, é uma coisa bastante simbólica (Anônimx, 2014).

Que não é só por uma questão de segurança, de não aparecer e ninguém saber quem eu sou, é uma questão de que a partir do momento que você é anônimo você é igual, você não personifica a luta e você não coloca o mártir ali, você não tem uma figura que parece que foi o fio condutor de tudo, sabe? (Anônimx, 2015).

A importância de não ter rostos é porque não existem rostos, sabe? Existem pessoas e a sociedade é composta disso, pelas próprias pessoas, e daí quem vai conduzir uma nova sociedade vão ser pessoas, não vai ser **um** indivíduo... Porque se é um indivíduo na verdade é o que a gente já tem: figuras de liderança que pra mim falam de – falam de utopia, né? – mas pra mim é mais utópico uma sociedade acreditar que vai colocar um grupo ou uma pessoa no poder e essa pessoa realmente vai pensar no coletivo e não só nela e quem está em volta dela, sabe? Isso é bem mais utópico de tudo. Para uma sociedade diferente a necessidade que se tenha não é que não tenha um rosto mas que todos

tenham rostos. Então se você tiver que dar evidência a um você vai dar evidência a todos. E isso que é o anonimato, não é a ausência de uma personalidade, é a presença de todas (Anônimo, 2015).

Ideia semelhante de anonimato é defendida pelos *Anonymous* que, conforme já discutido no capítulo 2, atuam via internet e priorizam o anonimato não apenas para garantir a segurança de seus membros, mas também como forma de resistência à própria ideia de uma sociedade do espetáculo e da individualidade em rede. A proposta é deixar surgir as potências do anonimato como oposição aos declarados inimigos que os querem catalogar, vigiar, fazer perfis de consumo e venda: não fornecer dados, não fornecer imagens que enriqueçam interesses obtusos e, ao mesmo tempo, priorizar a ideia de que a individualização não ajuda na resistência.

E essas questões nos levam a outro ponto: a segurança na internet.

Se a internet no geral é considerada como um avanço democrático, de alguns anos para cá se tem grande discussão sobre essa exercer também a função de controle. Há muitas discussões e críticas sobre não haver privacidade real na internet, que a localização do sistema de dados não fica em locais considerados seguros e que é impossível saber quem tem acesso aos conteúdos.

Na rede não existe nada seguro: a nossa tese é essa. Tudo que é comprometedor não pode estar na rede. O que está na rede tem que passar pelos protocolos de segurança: não identificar o manifestante e não sei o que, essas coisas básicas (Anônimo, 2015).

Alguns procedimentos de segurança dizem respeito a analisar a necessidade real de produzir e armazenar dados em sistemas virtuais e na internet. Como regra, entende-se que se deve evitar ao máximo colocar dados que possam ser comprometedores ou criminalizáveis na rede. Mas como a maior parte das pessoas e dos movimentos sociais operam sob a lógica da necessidade de divulgação de informação e sendo a rede web um meio por excelência para atingir tal finalidade, a saída é criar páginas que não tenham perfis pessoais e acessá-las através

de procedimentos considerados seguros. Anônimx, midiativista desde 2011, afirma que “o que está na rede e que precisa ser arquivado tem que ser arquivado com segurança com locais específicos”.

Nós começamos a nos atentar a isso porque existe um inquérito na Polícia Federal sobre o midiativismo... Os caras estão monitorando a gente e a gente sabe disso, então existe uma série de protocolos de segurança que a gente teve que aprender... Hoje em dia as mídias estão organizadas, estão em segurança. Essas imagens hoje em dia estão em segurança, espalhadas em lugares específicos (Anônimx, 2016).

Ao mesmo tempo, alguns mecanismos de precaução mínimas foram desenvolvidos com o decorrer dos anos visando proteger a privacidade e/ou driblar as possibilidades de controle. Recursos como e-mails *seguros* (são considerados e-mails seguros aqueles que, entre outras coisas, são arquivados em servidores de países com leis de proteção ao sigilo, utilizam criptografia no texto do e-mail e que não rastreiam endereço físico do computador -IP), *criptografia* dos dados (sistema de chaves de códigos que torna praticamente impossível acessar os dados sem a devida senha) e auxílio de ferramentas que dissimulam o IP de origem são alguns dos recursos difundidos por movimentos sociais e militantes ao redor no mundo desde o final da década de 90.

A preocupação com segurança traz uma discussão importante sobre a possibilidade de ação. Se para algumas pessoas ela é vista como uma forma de impedir que a ação aconteça, em outros casos ela pode ser considerada como uma garantia de que ações possam continuar acontecendo.

A gente tirou uma estrutura, assim, que garantiu a comunicação nos piores períodos, né, que foi sendo desmontada, os caras estão ligados nisso então foi sendo desmontada. E meio que você não precisa passar dado - hoje é difícil de conseguir conta de e-mail que você não precisa passar dado... Tem, mas é difícil conseguir e são situações complexas. Tem que pensar, tem que fazer pra não ficar imobilizado mesmo, de fato (Anônimx, 2015).

A questão sobre anonimato e segurança tende a evoluir para questões mais complexas e para a discussão de uma necessidade do desenvolvimento de uma “cultura de segurança” que deveria ser presente dentre as pessoas ligadas a movimentos sociais e ativismos, como denuncia Anônimx.

A necessidade do que os pesquisados chamam de “cultura de segurança” é justificada meio aos vários recursos de vigilância presentes no cotidiano da maior parte da população e seguindo a lógica de que o aparato repressivo do Estado tem ou pode ter facilmente acesso a tais mecanismos.

A gente negligencia muito segurança em vários sentidos. Segurança virtual, segurança de imagem. A gente esquece que na verdade a gente tem ruas com mil câmeras a cada momento e falta essa cultura (Anônimx, 2014).

A gente não percebe que com nosso telefone desligado ele pode pegar nossas informações (Anônimx, 2015).

Tem rastreadores em todos os lugares, a televisão pode ser mecanismo de rastreamento. A diferença é que quando eles têm interesse de pegar os indivíduos eles vão lá e puxam. Então o rastreador vai fazer isso, reconhecer pelo tipo de voz... Por exemplo, os orelhões: eles são da Oi. Todas operadoras são obrigadas a... Então se dentro da central telefônica da Oi eles reconhecem um timbre de voz o programa já encaminha aquele timbre de voz pra uma central de triagem (Anônimx, 2016)

Depois a gente descobriu que tem uma prática deles pra investigar os ativistas que eram mais frequentes nas manifestações: tinha uma coisa que chamava “ronda virtual”. Então assim, tem um período do dia que eles percebiam que as pessoas trocavam mensagens e que elas postavam chamadas dos atos, que páginas faziam convocações de grupos... Então

eles começavam – é como se fosse uma viatura virtual e eles chamam por esse nome: “ronda virtual” (Anônimx, 2015).

Como mostrou os dados desta pesquisa, os mecanismos e dispositivos de segurança são de fundamental importância para todas as formas de militância, mas sobretudo para coletivos e grupos vinculados à esfera de ativismo através de contrainformação, conforme será discutido abaixo.

### 5.1.5 Ferramentas de contrainformação

A grande diferença, que faz com que a gente hoje tenha alguma possibilidade de realmente alcançar o fim último revolucionário que a gente pretende é pela facilidade hoje que a gente tem de comunicação (Anônimx, 2016).

Assim como as greves e a tática *black bloc*, as ferramentas de contrainformação são bastante disseminadas pelas militâncias esquerdistas. A produção e circulação de jornais independentes de linhas comunistas e anarquistas já ocorria quase simultâneo ao nascimento de tais ideologias e, historicamente, muitas revoluções e movimentos sociais fizeram benefício desse recurso.

Com a popularização e maior acesso às tecnologias a partir do final do século passado, a informação passou a ser produzida e difundida com maior facilidade. A comunicação comunitária cresceu bastante no Brasil nos anos 90 e é ferramenta frequentemente utilizada em ativismos de periferias e por movimentos sociais em geral. Dentre suas principais ferramentas, destaca-se o uso de rádios livres e, mais recentemente, sites de internet.<sup>99</sup>

Dentre as esquerdas com as quais dialogo neste trabalho, é comum que se priorizem formas de comunicação organizadas de forma

99 Sobre mídia independente e comunicação comunitária antes de 2013, ver: TÁVORA, Fernanda. Entrevista//Gizele Martins. *Médium*. Disponível em: <https://medium.com/data-labe/entrevista-gizele-martins-e228bfad9c39>. Acesso em jan 2018; FIGUEIREDO, G. G. Um laboratório de comunicação livre no Médio Solimões. In: Bruno Fuser. (Org.). *Comunicação para a Cidadania: caminhos e impasses*. 1ed. Rio de Janeiro: E-papers, 2008, v. , p. 199-208; entre outros.

horizontal e que tenham caráter popular. Mídias alternativas, rádios comunitárias, blogs, elaboração e distribuição de zines, panfletos e jornais são algumas das ferramentas mais comuns de contra informação. Nesta sessão, no entanto, vou focar nas ferramentas e formas de utilizá-las que possibilitaram maior repercussão das manifestações de 2013 e problematizar algumas das consequências de seus usos.

### **Mídias independentes e midiativismo**

Alguns jornalistas e ativistas mais antigos consideram que existe midiativismo desde pelo menos Eisenstein, cineasta que atuou na Revolução de 1917 na União Soviética. Como exposto acima, existem muitos meios para disseminar a informação, mas o nascimento do midiativismo como conhecemos atualmente pode ser associado ao aumento do alcance e popularização da internet que ocorreu principalmente no final da década de 1990. Em 1999, foi criada a *Indymedia* para cobrir os protestos que aconteciam contra o encontro da Organização Mundial do Comércio em Seattle. A *Indymedia*, criada com caráter provisório, acabou se consolidando e posteriormente se espalhou ao redor do mundo e consiste, atualmente, em uma rede de comunicadores de caráter de esquerda anticapitalista e que atuam independente de interesses governamentais ou mercadológicos (CMI, 2016). No Brasil, é chamada de Centro de Mídia Independente (CMI) e atua desde o começo dos anos 2000.<sup>100</sup>

Por *midiativismo* se entende um processo de produção de imagens e forma de veicular informações que ocorre de maneira paralela às grandes mídias com a finalidade de divulgação e defesa de causas sociais. A mídia ativista também preconiza por práticas baseadas em diretrizes e princípios ético-políticos pré-estabelecidos. Anônimo, midiativista desde 2013, considera que “o midiativismo sempre existiu” e, nesse sentido, ocorreu um “renascimento do midiativismo a partir de 2013”. Além disso,

100 Sobre CMI, ver: SANTOS, Carlos André. A rebeldia por trás das lentes: o Centro de Mídia Independente no Brasil. Editora emdebate: Florianópolis, 2013; CMI. Brad Uma Noite Mais Nas Barricadas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IL7eA4nTxFU>. Acesso em jan 2018.

esse midiativismo que a gente faz hoje, que é uma coisa voltada pra internet, pra comunicação direta, ele eu acho que ele tem um ponto de início com o CMI (Anônimx, 2016).

Podemos pensar em um “renascimento” se pensarmos que, embora existente desde os anos 2000, essa forma de comunicação midiativista era bastante localizada e acabava restrita a círculos militantes já consolidados. O desenvolvimento e popularização de tecnologias que possibilitaram que mais pessoas tivessem acesso às estruturas básicas de filmagem e edição também são fatores que não podem ser negligenciados para esta análise.

Mas existem algumas novidades a serem consideradas sobre a forma de midiativismo que no Brasil surge em junho de 2013, mas que já havia sido popularizada mundialmente como recurso de resistência desde a Primavera Árabe.

O aumento do uso de ferramentas de disseminação de informação pode ser considerado um dos maiores efeitos que os movimentos de junho trouxe e é, ao mesmo tempo, algo que aproxima os movimentos brasileiros da onda de mobilizações mundiais, como também foi discutido no capítulo 2. Outro fenômeno que passou a ocorrer foi a formação de alguns coletivos midiativistas e o reagrupamento de coletivos com a mesma proposta que tinham parado suas atividades. Algumas pessoas contam que simplesmente sentiram que era “impossível não se mobilizar” frente aos estrondos de manifestações:

...a gente estava bebendo cerveja e conversando, passam assim umas 100 pessoas protestando e cara, já vem helicóptero, o choque – **o choque!** - , o caralho a quatro, tem uma porradaria... E a gente vê aquilo da varanda e fala: “pô, vamos descer, vamos filmar”... Aí descemos. Efetivamente não existia a gente como coletivo, como nada, mas efetivamente é o primeiro trabalho que a gente pega e vai, desce ali e tal... Aí começamos a conhecer o pessoal também que estava na luta e coisa de um mês depois acontece... (Anônimx, 2016).

Mas também nesse meio haviam pessoas que já estavam mobilizadas:

Algumas dessas pessoas que foram pra mídia independente já faziam trabalho como mídia... 2013 ele enfatizou muito a mídia livre, mas muitos desses canais já existiam (Anônimo, 2015).

Aqui é importante compreender que muitas imagens foram feitas dos protestos com variados fins, mas o que estamos analisando aqui enquanto *mídia independente* tem o sentido claro de pessoas e grupos que baseavam suas produções e divulgação de imagens a partir de objetivos explicitamente políticos. A maior parte das mídias passaram a funcionar a partir de perspectivas horizontais de organização e tendo por parâmetro a luta anticapitalista, crítica ao Estado e combate às opressões de modo mais amplo.

Apesar de a gente ser cineasta a gente viu que não dava pra pegar aquelas imagens e segurar pra botar num filme depois pra disputar festival nem nada disso... Tinha que botar aquilo na hora pra mostrar e esclarecer a população de que o que estava acontecendo ali era o Estado mostrando o que ele é, que a democracia é uma farsa, democracia institucional é uma mentira (Anônimo, 2015).

Essas mídias surgiram em momentos diversos, mas é considerado que a maior parte delas se formaram no calor do momento dos protestos de 2013, quando as manifestações eram intensas e generalizadas, e que se consolidaram com o decorrer dos eventos políticos que se seguiram, como o Ocupa Câmara e o Ocupa Cabral. Em determinado momento, essas mídias se aliaram e se comprometeram umas com as outras para prestar solidariedade nas lutas e definir alguns objetivos em comum do que se começava a se entender por midiativismo. Dentre seus preceitos, destaca-se a luta popular anticapitalista e “a defesa contundente dos adeptos da tática, tentando no que fosse possível descriminalizar as coisas” (Anônimo, 2016).

Quando surgiram nessa época tinha umas 20 mídias, aí foi filtrando... Acabou que essas duas foram absorvendo também uma galera... Essas que têm

mais essa linha da defesa da *ação direta*, que simpatiza com modelos anarquistas, essas duas conseguiram se renovar e hoje em dia elas têm uma nova geração de midiativistas trabalhando isso (Anônimx, 2017).

Nossa mídia surgiu em 2013, uma roda de amigos: “vamos fazer um canal porque a gente tem uns vídeos muito bons que precisam ser divulgados pra população saber o que está acontecendo nas ruas” e eis que surge a [nome do coletivo da mídia]. E tomou uma proporção muito grande, a gente está com dezenas de milhares de curtidas no *facebook*... (Anônimx, 2016).

E tem o 17 de junho: tudo isso a gente ia, filmava e colocava nas nossas próprias redes. Não tinha a ideia de se construir um coletivo. Só que quando teve o 17 de junho, que teve o incêndio na ALERJ, as fotos começaram a bombar muito e muitas pessoas começaram a adicionar a gente, querendo saber quem a gente era e o diabo a quatro, aí eu tive essa expertise e falei pro Anônimo: se a gente não criar uma marca que nos dissocie desse processo daqui a pouco a polícia vai estar atrás da gente (Anônimx, 2016).

Com o advento das manifestações de junho e sua consequente disseminação da prática cotidiana de manifestações, as militâncias que envolviam mídias faziam de tudo para acompanhar o ritmo dos eventos, como mostra o relato abaixo:

Cansei de ir dormir 3 horas da manhã pra escrever coisa pro [nome do coletivo de mídia independente]. Não que era uma exigência do coletivo, mas a gente necessitava, a gente sentia que tinha que escrever aquilo, aquela matéria tinha que sair no dia seguinte. Virar madrugada junto com o pessoal editando vídeo, ver qual imagem que tem que entrar, o que tem que cortar... “Olha tem um fulaninho ali tacando pedra e está com o rosto destampado, corta aquele Fulano, mostra só a pedra” (Anônimx, 2015).

As mídias independentes serviam como meio de divulgação de manifestações, reuniões, etc., e, muitas vezes, foram importantes formas de comunicação entre a multidão manifestante que não conseguia se comunicar de outra forma.

Eu lembro de um relato que eu recebi de uma menina que entrou em contato com a página pedindo pra publicar um agradecimento que ela não pôde fazer na hora, que ela desmaiou no ato aí um rapaz pegou ela no colo, levou, cuidou dela e levou ela até o metrô, esperou ela fica bem, comprou água pra ela e colocou ela dentro e ela foi embora. E ela não chegou nem a perguntar o nome do menino aí ela escreveu agradecendo. E isso acontecia a todo momento, depois disso a gente teve um *boom* de casos assim, pessoas agradecendo outras pessoas pela ajuda que teve através da página (Anônimx, 2014).

E o tempo inteiro – isso foi a coisa mais linda – se pedia divulgação de atos em cidades distantes do Rio de Janeiro porque a página deixou de ser regional e passou a ter visibilidade nacional, e aí as várias cidades pedindo divulgação e o tempo inteiro a gente divulgando e a gente precisava não perder essa demanda porque a gente sabia que era um veículo de mídia que estava tendo visibilidade, então a gente precisava fazer isso (Anônimx, 2015).

Ao contrário das mídias convencionais, que afirmam ter por finalidade principal a transmissão de informação com suposta neutralidade política<sup>101</sup>, as mídias independentes são publicamente posicionadas politicamente. Além disso, criam redes mais ativas entre si e com seus acompanhadores de forma que essas mídias não são apenas veículos de informação, mas ferramentas de diálogo ativo.

<sup>101</sup> Mas, na prática, essas mídias atuam a partir de diretrizes tendenciosas, como será discutido no próximo capítulo.

O “ativismo” implicado na mídia coloca necessariamente como foco a militância. Elas não são mídias pretensamente neutras e ao mesmo tempo não são veículos de formação de opinião, como atuam as grandes mídias hegemônicas. As midiativistas também cumprem muitas vezes funções de defesa jurídica para levantamento de prova da violência policial, além de exercer a função prática de comunicação em tempo real entre manifestantes, conforme conta Anônimo: “e a galera fica acompanhando vários *ninjas*, se um for ferido eles falam pra outro ir lá ajudar (Anônimo, 2015).

Em um primeiro momento também inspirados na Mídia Ninja<sup>102</sup>, muitas pessoas e coletivos passaram a fazer transmissão ao vivo através da internet:

O Ninja deu um pontapé importante pro *live*. O pessoal [falava] “ah, vamos assistir à manifestação sem ser pela Globo: ah, coloca lá no canal dos ninjas” (Anônimo, 2015).

E ficou engraçado: quem assistia *twitcasting*?<sup>103</sup> E a galera viciou em assistir. Todo *twitcasting* é um bagulho que não dá pra entender nada, o áudio fica atrasado, balança, você não consegue enxergar direito – mas ninguém tira o olho. É um negócio tosco e ficava todo mundo grudado na frente do computador assistindo aquilo (Anônimo, 2016).

Isso [*twitcasting*] foi de uma importância sem tamanho, acho que foi uma das melhores coisas que 2013 nos beneficiou, assim... Porque uma coisa é você gravar do seu celular. Então se acontecer alguma coisa, se pegarem seu celular ou te pegarem, as pessoas não vão ficar sabendo do mesmo jeito, porque você não publicou. E o *twitcasting* não, é ao vivo. Então se acontece alguma coisa - pode ser uma porrada, uma prisão, um sequestro, uma bala de borracha: as pessoas que estão assistindo na

102 Depois de um tempo, ainda durante o auge das manifestações, essa mídia não passou mais a ser considerada independente já que se descobriu que tinha viés institucional.

<sup>103</sup> Ferramenta para acompanhamento e compartilhamento virtual ao vivo das manifestações.

mesma hora já vão arranjar advogados, socorristas e o caralho, tá entendendo? Foi uma coisa muito importante também que a favela aprendeu, no caso (Anônimx, 2015).

Meio a um movimento generalizado de não aceitação de mídias convencionais, as mídias independentes passaram a contar com grande aceitação popular tanto por parte da população em geral, que passou a acompanhar as páginas de notícias com mais frequência, como pelos manifestantes.

Depois no final os caras cercou a gente: “seus filhos da puta da Globo vamos arrebentar vocês agora”, pensei: “caralho!”  
 - *Mermão*, a gente não é da Globo não, pô, a gente é da mídia independente!  
 - Pô que porra é essa de mídia independente? Mídia *black bloc*? Do bonde da Sininho? Então beleza, então tá bom! (Anônimx, 2016).

Além de cobrir manifestações de ruas, os coletivos de mídia independente passaram a estar presentes na divulgação de casos de violência que aconteciam dentro de favelas e regiões periféricas da cidade, estendendo a perspectiva política cada vez mais para questões consideradas populares.

A gente fez uma cobertura história naquele dia da insurreição da Maré, com o exército lá dentro, em 2014, com o exército lá dentro e o caralho a quatro, que a Maré se levantou lindamente. Eles botaram o batalhão do choque pra correr, eu filmei essa porra toda (Anônimx, 2015).

Aí são uma série de trabalhos icônicos que a gente faz a cobertura tipo a morte do Jonathan, *as mães*<sup>104</sup> também começam a se organizar também nesse processo, a gente organizou um pouco com elas

<sup>104</sup> Movimento de mães que tiveram seus filhos assassinados pelo Estado.

nesse sentido, divulgando a dor, o sofrimento e o processo de organização delas (Anônimx, 2016).

Mas sim, são coletivos de mídia que surgiram sim no calor de 2013, mas sobreviveram. Não ficaram lá na poeira de 2013, não. A gente foi se reinventando, sabe? Porque a gente tem que ter nosso vídeo original, não é só ficar compartilhado dos outros. tá ligada? Tipo você quer fazer alguma coisa mais séria? Então vamos partir pra vida real, né? Não é só essa brincadeira de faroeste na Rio Branco, assim (Anônimx, 2016).

A partir de 2014 as mídias independentes passaram a adquirir maior comprometimento com movimentos e organizações de periferia. Ao mesmo tempo que essas mídias que surgiram no asfalto começaram a se popularizar, a comunicação popular, que já era presente em inúmeras favelas e zonas de periferia, passou a contar com maior visibilidade e apoio da população.

A disseminação em larga escala da gravação de imagens como provas de agressões das forças repressoras foi uma das consequências consideradas mais importantes das midiativistas. Nesse sentido, existiu também um trabalho de divulgar modos de utilizar câmeras como uma tecnologia de defesa.

Muitos deles [dos midiativistas] se organizaram pra agregar o pessoal da favela em oficinas de vídeo e tudo o mais... Assim, aquela parada do vídeo como prova, não sei se tu viu... Tinha um *banerzinho* rolando no facebook com algumas etapas de como algumas dicas de como usar vídeos como prova de violência policial sem correr muito risco. Era uma coisinha bem simplesinha (Anônimx, 2016).

Vários casos de abuso policial foi resolvido por conta de ter alguém escondido gravando – como o caso do menino ano passado que o policial botou a arma na mão dele e atirou e tal: se não tivesse alguém gravando, o menino ia ser dado como um

traficante porque pra população é assim, né?<sup>105</sup> (Anônimo, 2015).

Você vê agora estão invadindo as casas lá [cita nome da favela]. Eles iam fazer isso e ia ficar por isso mesmo, o [coletivo local] pegou a porra da câmera e começou a filmar e foi tudo pra lá: foi a Comissão de Direitos Humanos, foi tudo que é pelego foi pra lá defender e agora as famílias estão voltando pras suas casas porque repercutiu (Anônimo, 2016).

De forma geral o midiativismo não é considerado um grupo, mas uma tática:

Da mesma forma que a tática *black bloc* não é um grupo, é uma tática, o midiativismo na verdade tem adeptos do midiativismo: tem o cara que é cineasta e é adepto do midiativismo, tem a mulher da Providência que filmou e naquele momento ela foi a maior midiativista do Brasil<sup>106</sup>... Então são táticas, são táticas de defesa e auto-organização diante da força do capital e do Estado. Eu vejo dessa forma. Então tem grupos específicos que praticam o midiativismo, que tentam ensinar a tática midiativista e isso está muito relacionado (Anônimo, 2015).

Essa relação implica em uma proximidade com muitas áreas de atuação da militância política. Mais especificamente durante as

105 Uma mulher moradora da favela Providência filma momento que policial dispara em garoto que já tinha se rendido e depois alterou provas. O vídeo causou grande repercussão na cidade e alguns protestos ocorreram em solidariedade à Eduardo, garoto que foi assassinado. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/testemunha-diz-que-jovem-se-rendeu-antes-de-ser-morto-na-providencia.html>. Acesso em jul 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/imagens-mostram-pms-mexendo-em-cena-de-homicidio-na-providencia-rio.html> Acesso em jul 2016.

106 Idem

manifestações ruas, existe uma espécie de sintonia entre os midiativistas e adeptos da tática *black bloc*:

A questão da tática, o que ajuda o midiativismo na rua, na questão da autodefesa... Inclusive já tive casos de eu estar no meio, de eu estar ali tonto, e ser retirado. Estar tonto no meio da confusão por conta de tanta bomba... Acho que tem uma reciprocidade, são complementares (Anônimx, 2014).

E isso acontece também porque se considera que existe um “interesse comum de autodefesa do povo” (Anônimx, 2016).

E a própria estética do midiativismo influencia os adeptos da tática. Eu não acho isso ruim não, eu acho isso legal, acho isso importante. Acho que tem que mostrar pras pessoas que elas têm o direito de lutarem pelo que elas almejam, de se auto organizarem (Anônimx, 2016).

Um cineasta veio falar: “você romantizaram essa [tática *black bloc*]”... E eu falei: “nunca nós romantizamos isso. O que nós fizemos foi realmente realçar e ressaltar isso, mas fizemos isso porque era necessário, porque se fosse depender de vocês o povo estava aí na merda sendo oprimido, seu cagalhão” (Anônimx, 2016).

Paralelo às questões políticas direcionadoras, há forte discussão sobre a ética do midiativista, sendo a principal dessa a defesa dos manifestantes. Dessa forma, se considera que nenhuma ação que possa servir de dados para a repressão deve ser publicada ou, caso se considere muito essencial a publicação da imagem, recursos técnicos devem ser utilizados para um “mascaramento digital”, ou seja, não mostrar o rosto ou partes do corpo que possam ajudar a identificar essas pessoas. Uma das questões centrais diz respeito à

como trazer essa questão afirmativa da revolta – que é digna - e como trazer isso em sintonia com as discussões sobre segurança... até que ponto é importante reforçar essa narrativa e esse lugar que

as pessoas estão falando e até que ponto que a gente tem que cuidar e como isso é lidado (Anônimo, 2016).

No entanto, há relatos que mostram que a preocupação com a segurança dos manifestantes e das mídias, ela passa a ocorrer sistematicamente apenas depois de 2 ou 3 meses do Levante Popular:

Até setembro, outubro de 2013 - até antes disso da segunda insurreição (que é a revolta dos professores) era um caos. Nego botava vídeo de qualquer jeito... A gente tinha alguma responsabilidade por bom senso, mas a gente não tinha os protocolos de segurança, não tinha isso. A partir daí a gente começa a receber esse apoio técnico - que é trazido por pessoas que já são acostumadas a fazer isso (Anônimo, 2015).

Teve gente que filmou um companheiro quebrando um cadeado na Câmara Municipal durante a invasão e isso foi usado contra esse companheiro num processo. A gente já não fez mais isso, não faz esse tipo de burrice... E a gente procura repassar pra outras pessoas também (Anônimo, 2016).

Às vezes a pessoa estava essa cena com o rosto tampado, mas você via a característica da pessoa inteira, tipo a estampa da blusa, o sapato, a mochila e tal. E aí depois de 5 minutos está a pessoa aparecendo de novo no vídeo com aquela mesma roupa - óbvio, né, a pessoa não vai trocar de roupa no meio do ato - com aquela mesma roupa e o rosto destampado já... Então se quiser mostrar essa cena da pessoa fazendo isso, isso e isso com o rosto tampado não vai poder mostrar depois a mesma pessoa com o rosto destampado (Anônimo, 2016).

Não é aquilo de “ah, está na chuva é pra se molhar”, nem tanto: o guarda-chuva existe, é uma segurança, né? (Anônimo, 2016).

Aos poucos, algumas dessas mídias estenderam suas atuações para também acompanhar conflitos em favelas nas quais se lida com ameaças militares como tráfico, polícia e milícia. Nesse sentido, existem momentos nos quais ter um código de ética voltado para a questão da segurança é considerado sob uma lógica de vida ou morte.

Porque as mídias ganharam repercussão na favela. Aquela moça que filmou o vídeo na primeira pessoa, as duas primeiras pessoas que receberam o vídeo foram nós... A gente recebeu isso e na hora a gente não publicou porque a gente pensou “meu, essa mulher vai morrer!”. Liguei pro Anônimo e falamos “vamos fazer o que?” E ele: “vamos atrás de advogados e vamos lá pra dentro”. Só que ela, achando que a gente não tinha visto, não tinha respondido, ela mandou pra Globo... Os filhos da puta da Globo não quiseram nem saber se ela estava em segurança, publicaram na hora. Só que a gente já estava chegando com os advogados e ela entrou no sistema de proteção à testemunha e está viva até hoje (Anônimx, 2016).

Com linhas ativistas traçadas sob a perspectiva da *combatividade* e com a grande repercussão, adesão e apoio que começaram a ter, as mídias independentes também passaram a sofrer um processo de criminalização e repressão.

Nesse momento que a gente começa a receber diversas ameaças e certeza de perseguição política a gente também tinha medo de nesse momento estar colocando mais gente lá porque a gente não sabia se podia estar botando um P2, né? (Anônimx, 2015).

Em 2013 como as mídias ganharam muita potência [os agentes repressores] cortavam o 3G, não funcionava... No começo a gente conseguia publicar da rua mas chegou um momento que não dava, e o que a gente fazia era uma base, alguém tinha que ficar em casa pra receber as informações e repassar quando não tivesse acesso à internet (Anônimx, 2015).

Foi dito e feito o que aconteceu: os ativistas que não se protegeram dessa forma, inclusive os midiativistas, eles passaram posteriormente no inquérito da DRCI estão todos apontados e tudo o mais... (Anônimo, 2016).

E aqui, como em tantos outros aspectos que venho trabalhando na presente tese, as questões entre repressão e resistência não aparecem descoladas:

Teve uma perseguição muito grande com a galera midiativista sim, pra tentar ver se a galera parava de filmar. Só que foi o que bombou o midiativismo: quando eles começaram a prender os ninjas que filmavam, todo mundo virou midiativista (Anônimo, 2016).

Até o início de 2014 é considerada “a fase áurea do midiativismo [...] que a gente tinha muita força de virar a opinião pública” (Anônimo, 2017). Uma das questões mais destacadas é a capacidade de combater midiaticamente a versão dos fatos com os gigantes corporativos que mantém o monopólio das redes de comunicação.

A gente conseguiu virar a Globo várias vezes - uma delas é na desocupação do Ocupa Câmara, uma galera é preso, tem a capa da vergonha no Globo, ali a gente conseguiu virar (Anônimo, 2016).

Anônimos dizem que consideram que o momento de descendência das midiativistas aconteceu junto com um refluxo maior das manifestações que ocorre após a morte do cineasta Santiago Andrade, da Bandeirantes. Filmando no meio da linha de confronto entre policiais e manifestantes sem uso de qualquer equipamento de segurança, acaba sendo atingido por um rojão disparado contra os policiais e vêm a óbito poucos dias depois.

E durante esses 6, 7 meses, até fevereiro, a gente tinha esse poder. As mídias independentes agiam

em bloco e elas tinham o poder de virar a mídia. Pós caso Santiago Andrade isso diminuiu muito e aí foi quando se estabeleceu essa bolha a qual nós estamos presos até hoje (Anônimx, 2016)

A perda de força também é atribuída a questões técnicas que passaram a restringir acessos às páginas no *facebook*. Mesmo bastante críticos ao uso dessa rede social, a maior parte das mídias independentes que tenho acompanhado não consegue sair da rede social citada uma vez que se considera que essa permite maior visibilidade e alcance.

No final de 2013 já o *facebook* alterou a forma como ele se comportava, alterou o código dele, fazendo muito mais difícil fazer com o que se fala dentro da bolha sair da bolha... Coisa, por exemplo, [a ferramenta de criar] eventos: na época de junho de 2013 as pessoas criavam eventos e chamavam todas as pessoas que conheciam pros eventos. Depois foram limitados, você não pode hoje em dia chamar todo mundo pra um evento. Várias outras formas de dificultar: antes você via as mensagens que todo mundo, que todas as páginas, colocavam. Com o tempo o *facebook* mudou a forma de ele agir, mudou o código dele e agora ele seleciona só as coisas que teriam mais a ver com você, entendeu? (Anônimx, 2016).

A centralidade da rede social *facebook* para a disseminação de informações é algo que também merece destaque. No auge das manifestações de 2013, a rede foi considerada responsável pela disseminação dos protestos. E, com as críticas às grandes mídias se generalizando, a rede social acabou sendo um local também de divulgação de informações. Além do *facebook* e do *twitter* o uso de outras redes também aconteceu, mas com menor intensidade. Em especial a ferramenta de criar e compartilhar *eventos* disponibilizada pela *facebook* foi responsável pela divulgação em larga escala de muitos dos protestos e, de forma geral, o uso ativista da rede contribuiu para colocar grupos e causas afins em contato e divulgar informações pertinentes. Porém, essas redes sociais não se propõem ao ativismo, mas tão somente a ser uma ferramenta corporativista: funcionam sob a lógica da propaganda e do lucro e não se constituem em recursos por

excelência para uso em manifestações. Para alguns ativistas, o modo como os militantes usaram os recursos foi considerado como um erro de programação e logística da rede, que se apressou em corrigi-lo.

O *facebook* hoje em dia atua pra pressionar as páginas pra pagar pra impulsionar publicação (Anônimx, 2016).

Além disso, o uso dessas plataformas não dispõe de ferramentas de segurança básicas e houve casos nos quais militantes foram presos por terem sido expostos nessas redes sociais. Mesmo assim, se considera que na maior parte das vezes, se usada com cautela, elas podem ser ferramentas aliadas.

Apesar das muitas críticas à rede, as mídias não conseguem sair desse circuito simplesmente porque, por considerar a divulgação de informação como principal meta, tendem a ficar onde também estão as pessoas. Aos poucos começaram a trabalhar nesse processo e passaram criar sites em páginas mais seguras. Dentre as estratégias para conseguir fazer a informação chegar ao público sem passar por meios corporativistas se destaca o plano de

voltar pra ideia do CMI original, sair das mídias sociais. A primeira iniciativa foi fazer o site, é um site que reúne diversas mídias coletivas. O *midia.org* reúne a galera toda e eles estão conseguindo em torno de dez mil visualizações por dia. Comparado com as páginas do *facebook* não é nada, mas já é uma coisa que está fora, que não depende do *facebook* (Anônimx, 2016).

Ao mesmo tempo que há planos de cada vez mais atuar diretamente com pessoas e causas fora do espaço virtual:

muito mais do que isso [atividade de mídia virtual] é a *ação direta* real, fora da internet. É o processo de aprofundamento da educação popular e o que nós podemos fazer nisso é ajudar do ponto de vista da comunicação - ensinar as pessoas a filmar, a

escrever na internet, a fazer esse tipo de coisa - e a partir disso começar a reverberar (Anônimo, 2016).

A nossa ideia é: não adianta, nós não vamos fugir da bolha se nós estivermos presos ao mundo virtual. O nosso conhecimento tem que ser repassado do ponto de vista prática (Anônimo, 2016).

Mas pra você ver, a iniciativa do midiativismo ela deixou de ser uma coisa técnica, de gente que veio da academia, que se formou, que é do cinema, que é jornalista, que é não sei o que, produtor cultural... Não, ela vai deixar de ser isso e ela vai passar pras mãos de quem verdadeiramente necessita desse processo, que é o sujeito que está no campo sendo perseguido, é o indígena... é o povo, né? (Anônimo, 2015).

Nesse sentido, o que se coloca em jogo é autonomia no processo de disseminação de informações, não depender mais de grandes redes e começar a “fazer as próprias mídias”. Mesmo assim, se reconhece que é um processo com alcance reduzido e que dificilmente vai ter alcance tão amplo quanto as mídias corporativas:

Teve um movimento de contrapropaganda, mas o midiativismo e os movimentos sociais têm um alcance limitado, assim. Que muitas vezes acaba entrando numa bolha de que só se importa com as questões sociais ouvem, assim... Mas quem não está ligado, quem não é ativista e tudo o mais acaba às vezes nem sendo atingido pela contrapropaganda. Às vezes estoura essa bolha, mas na maioria das vezes não... Enquanto a grande mídia tem total influência (Anônimo, 2015).

Mais uma vez é importante ressaltar aqui que, quando falo de mídia independente, estou me referindo a grupos específicos que, embora compartilhem de alguns direcionamentos básicos, cultivam intrigas entre si de caráter ideológico, político, técnico ou ético. Mas

quando um é perseguido, na defesa do Rafael Braga<sup>107</sup>, na defesa dos 23<sup>108</sup>, quando são coisas basilares do movimento, efetivamente nós estamos totalmente unidos (Anônimx, 2016).

Além de vídeos, materiais de informação como textos publicados online, panfletos e adesivos são utilizados para conseguir um diálogo cada vez maior com a população, dentro e fora dos canais de militância. Anônimx conta que com as manifestações de 2013 “começa a ter demanda e a gente não passava nenhum dia sem fazer um ou dois textos porque havia essa demanda” (Anônimx, 2015). Algumas ferramentas de humor podem, às vezes, ser utilizadas para atingir maior repercussão da causa. De 2013 para cá, com a popularidade dos *memes*<sup>109</sup> nas redes sociais, redes de militantes diversas - vinculados ou não às mídias - passaram a se utilizar também desse recurso.

Essa coisa de *meme* viralizou muito. A gente usava muito isso. Mas foi uma forma de acesso porque a gente fazia muito texto – e muitos textos que tinham milhares de compartilhamentos, textos grandes – só que os *memes* eles são acessíveis, eles dialogam, né? (Anônimx, 2015).

Fazendo uso de imagens e poucas palavras, geralmente com conotação irônica e/ou engraçada, muitos memes se tornaram virais e se mostraram importante ferramentas de disseminação de informação e obtenção de apoio por parte da população. Contra a tentativa de criminalização dos manifestantes através da construção da imagem de vandalismo generalizado, por exemplo, o seguinte meme foi amplamente compartilhado:

<sup>107</sup> Será explicado no capítulo seguinte.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> Meme usada para descrever um conceito de imagem, vídeos, gifs e/ou relacionados ao humor, que se espalha através da internet. O termo é referência ao conceito de [memes](#) criado para uma teoria de informações culturais de Richard Dawkins. De acordo com o dicionário Priberam, meme é uma “imagem, informação ou ideia que se espalha rapidamente através da internet correspondendo geralmente à reutilização ou alteração humorística ou satírica de uma imagem” (Dicionário Priberam, 2017).

Imagem 26: *meme* ironizando formas pacíficas de revolução

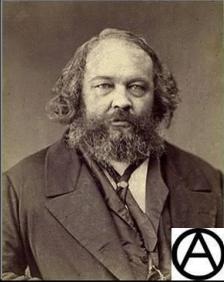


Fonte: Desconhecida

Geralmente os *memes* não contam com autoria definida, aspecto esse que também se enquadra no processo de maior valorização de ações horizontais que ocorre a partir das manifestações de junho de 2013. Na imagem acima, vemos uma crítica feita ao vandalismo associando o momento presente a grandes momentos históricos nos quais as mudanças – hoje consideradas essenciais para que a sociedade como conhecemos hoje fosse estruturada - só ocorreram a partir de processos que foram considerados violentos.

Em outro momento, depois das “prisões da Copa” (como será discutido no próximo capítulo), a divulgação do cartaz de “Procurado” com a foto do intelectual e militante anarquista Mikhail Bakunin foi uma das formas de disseminar as críticas sobre a ilegitimidade do processo judicial que originou as prisões. A ironia crítica da imagem se refere ao fato de tal teórico ter sido citado como potencial suspeito no inquérito que levou ao mandado de prisão manifestantes em 2014, mas esse tinha falecido em 1876 na Suíça.

Imagem 27: Bakunin procurado.



**PROCURADO**

**BAKUNIN**

Ajude a Polícia do Rio a prender o Anarquista  
acusado de perverter a juventude com ideias de  
Liberdade e Fraternidade Universais.

**DENUNCIE**  
**2253 1177**  
ANONIMATO GARANTIDO

**RECOMPENSA**  
**R\$ 5 MIL**

Fonte: desconhecida

Clarissa Moreira afirma que as mídias, antes de *veículos de massa*, passam a atuar enquanto *multidão de mídias* a partir das manifestações juninas brasileiras de 2013. Para essa autora, foi em reação à tentativa das mídias corporativas de imporem suas verdades que os manifestantes passaram a atuar de modo a mostrar o que estavam vivenciando nas ruas: “a multidão das ruas ousou reportar a si mesma nos muros, nas transmissões em *streaming* e nas narrativas que eram produzidas simultaneamente de dentro dos movimentos” (Moreira, 2014, p. 240) de modo que a narrativa do movimento passa a ser protagonizada por aqueles que estavam nas ruas de maneira horizontal e sem hierarquias.

Formas de mobilização sempre existiram historicamente, assim como formas de comunicar e dialogar sobre elas. Para Castells, os movimentos sociais sempre se utilizaram de mecanismos de comunicação específicos. A diferença que ocorre nas formas de comunicação atual não se dá apenas na rapidez, mas na autoria dos dados que passam a ser produzidos de maneira menos centralizada e autônoma<sup>110</sup>. A internet como instrumento de comunicação e organização acaba por praticamente substituir os métodos usados pelos movimentos sociais anteriores (Castells, 2013).

Para esse autor, esses movimentos não acabam quando saem das ruas e/ou perdem suas visibilidades, mas continuam a ocorrer *online* onde, através de fóruns de discussões em redes sociais, o debate e a resistência continuam a ocorrer.

Quando vem a repressão física, eles se retiram das ruas, rediscutem online. Não têm líderes nem programa, mas têm a capacidade de resistir e de renascer a qualquer momento. Isso só acontece porque há a capacidade de autocomunicação de massa que os permitiu existir (Castells, 2013b).

Esses movimentos têm origem ou são impulsionados através das redes virtuais ao mesmo tempo que têm na ocupação do espaço urbano sua concreticidade: para Castells, é um espaço *híbrido* que decorre dessa mistura do ciberespaço com o espaço urbano.

Paralelo a essas possibilidades de comunicação autônomas, surgem inúmeras críticas aos meios de comunicação instituídos. De acordo com Leonardo Sagrillo Santiago, no Brasil de 2013 houve muitas investidas contra meios de comunicação através de ataques diretos e pela prática de boicote. Para ele, essa demonstração massiva de repúdio às mídias ocorreu porque, em um primeiro momento, elas foram contrárias às manifestações, ao mesmo tempo em que as pessoas começaram a perceber a possibilidade de exercer comunicação independente das mídias corporativas. Para esse autor, as imprensas não mais têm hegemonia de construção de discursos e verdades desde a popularização da internet (Santiago, 2016). É assim que aparece a situação com as grandes mídias também para os sujeitos desta pesquisa. Entre relatos de simples expulsão de jornalistas de manifestações,

<sup>110</sup> Ver a discussão sobre autocomunicação de Castells no capítulo 1.

passando por boicotes em larga escala até chegar nas narrativas das vitórias no campo de disputa pela informação, destacam-se que as mídias independentes, além de exercerem a função de mídias, também podem ser consideradas como formas materiais de concretizar um projeto de disseminação de informações de modo autônomo, jamais visto antes na história do Brasil.

Eu acredito que as mídias – a internet, o advento das tecnologias dos canais de informação – nos permitem hoje ter acesso, conversar de forma horizontal (não é como a televisão, que uma pessoa fala e alguém tem que escutar), a gente conversa de forma horizontal e a gente consegue se organizar (Anônimo, 2016).

A questão da comunicação não aparece de forma restrita, relacionada apenas à divulgação de informações. Em um mundo dinâmico, a usual passividade das informações se transforma em possibilidade de ação. E é nesse sentido que a internet surge como uma das maiores possibilitadoras de conquistas concretas. De certa forma, se projeta sobre tal ferramenta muitos futuros sem a qual não seriam alcançados.

A grande diferença, que faz com que a gente hoje tenha alguma possibilidade de realmente alcançar o fim último revolucionário que a gente pretende é pela facilidade hoje que a gente tem de comunicação (Anônimo, 2016).

Diante da possibilidade concreta de exercer suas autonomias e não mais depender dos meios de comunicação corporativos, esses estão sendo cada vez mais rechaçados pela população e pelos movimentos sociais. As denúncias contra as grandes emissoras existem há tempos dentro dos espaços ativistas, mas nunca antes tinha sido tão disseminada. As redes sociais e demais sociabilidades através da internet têm se mostrado enquanto ferramentas que servem de instrumentos para esses novos movimentos sociais, uma vez que permitem uma velocidade de comunicação até então jamais vista. Através das redes as pessoas se organizam, se encontram, discutem política, divulgam suas pautas

políticas, sentem e causam euforia ou revolta. E também os sentimentos e emoções são essenciais para que se concretize as revoltas (Castells, 2013b).

### *Considerações sobre o capítulo*

As técnicas de defesa não podem ser resumidas todas aqui. Existem mais, muito mais. Existem detalhes. Aulas populares em cursinhos pré-vestibulares, trabalho de base em ocupações e escolas. Oficinas de confecção de escudos, códigos, olhares, ruas pelas quais se caminha e outras que se evita, locais de reuniões, praças que são melhores para marcar uma manifestação. E, como procurei deixar claro aqui, às vezes a defesa também é o ataque. Não um ataque pernicioso, planejado, maniqueísta, mas como uma resposta a situações de opressão. Se não trago uma sessão “tecnologias de ataque” aqui é porque ataque e defesa se fundem, mas apenas nesse sentido. A lógica manifestante não prevê o ataque, mas sempre a defesa de algo essencial que está sendo negado e esse algo é, frequentemente, algum direito fundamental, constitucional ou mesmo direito de existir: o direito a andar na própria cidade, o direito a morar, a comer. Se o capitalismo prevê apenas exploração do povo, revoltar-se não é apenas possível, mas extremamente necessário. A manifestação em si é sempre considerada legítima desde que também o sejam as suas pautas.

No próximo capítulo vou entrar na discussão sobre os mecanismos que impedem essas ações e que chamo aqui de tecnologias de desmobilização e repressão.

Imagem 28: Tapume com pichação, foto que ficou conhecida durante os protestos de junho de 2013



Fonte: Desconhecida.

## Capítulo 6

### Tecnologias de desmobilização e repressão

*Polícia do Rio  
A mais fascista do Brasil  
No asfalto é de borracha,  
Na favela é de fuzil!<sup>111</sup>*

Neste capítulo serão abordados alguns dos mecanismos utilizados com objetivo de sanar, punir, reprimir e/ou deslegitimar ações políticas coletivas. A partir das perspectivas das pessoas que participaram desta pesquisa, a *repressão* é entendida aqui como uma categoria mais ampla que passa a ser utilizada com intenção de englobar punições de caráter econômico (como demissões e multas por fazer greve), penal, jurídico (detenções, prisões, inquéritos, protestos) e moral (calúnia e difamação) entre outras, todas elas de fundo amplamente político.

#### 6.1 Perseguição e agressão por parte de policiais

E ali, na orla de Copacabana, no meio da *Fan Fest*, percebi que estávamos ficando cercados. Anônimo, do meu lado, diz que pela dinâmica dos últimos acontecimentos e pela lógica do que tem visto, logo os policiais iriam começar a jogar as bombas. Respondi que tudo estava calmo e questionei se eles jogariam bombas ali, no meio da *Fan Fest* da FIFA e sem nenhum motivo para isso. Ele me olhou bem sério e disse: “Marina, só tem uma única situação em que a polícia não pode jogar bombas: quando as bombas acabam”[...] Pouco tempo depois estávamos correndo meio àquele caos de gente e fumaça e quando consegui parar pra tomar fôlego contei 5 helicópteros sobrevoando acima de nós. (Trecho do diário de campo, 12 de junho de 2014).

Em pouco tempo a ingenuidade inicial expressa em minha surpresa quanto às bombas jogadas pela polícia em plena *Fan Fest*

tornou-se o compartilhamento do terror coletivo frente as ações policiais. Depois de participar de apenas duas manifestações nas quais tinham ocorrido *confrontos*, me peguei assustando à toa quando um dia, caminhando pela praça da Cinelândia, um vendedor ambulante jogava para cima algum tipo de brinquedo que girava no alto com luz colorida. No reflexo, o brinquedo inocente me pareceu algum tipo de bomba que foram tantas vezes atiradas pelas forças armadas contra nós durante as manifestações.

Quando se ouve falar de autodefesa se pensa em mil planejamentos e estratégias, mas existe algo muito anterior a isso, existe uma autodefesa que surge como reação quase instintiva, o corpo que começa a se preparar para se defender. A liberação de adrenalina, os olhos atentos, a musculatura rígida e alguma mudança no andar acontecem antes mesmo do pensamento da autodefesa surgir. A partir daí o que se desenvolve são técnicas lógicas, reativas, quase instintivas: é sobre esse tipo de defesa que os manifestantes e ativistas se referem em seus discursos. Mesmo quando essa autodefesa aparece de maneira mais elaborada, como uma oficina de confecção de escudos, ela ainda traz em si traços dessa forma mais espontânea. E mesmo a preparação para o confronto não é algo bem estruturado. Mas o mesmo não ocorre com a atuação policial.

O braço armado do Estado não surge de uma reação do momento, de uma raiva pela opressão, da fome, da dor ou da fadiga. O braço armado do Estado surge de cima para baixo, como um corpo de técnicas delimitadas. O corpo, o suor ou a adrenalina não fazem parte disso, são os desvios, os erros de operação de uma máquina. Nesse sentido, toda e qualquer agressão policial, mesmo que impulsionada por algum “desvio humano” que essa máquina opera, ela ainda é estruturalmente uma ação treinada com antecedência. Sob nenhum ponto de vista o termo *combate* utilizado aqui pode ser entendido como um combate travado por adversários em níveis equiparados, seja técnica ou politicamente.

Mesmo se desconsiderássemos todas as agressões policiais ainda não conseguiríamos fugir da constatação de que a própria presença de uma única força armada considerada legítima a exercer a violência estatal (Weber, 1997) é em si uma forma de exercer a violência através da ameaça constante (Foucault, 2008). “Estamos de olho em você”.

De acordo com o Artigo 19, aconteceram pelo menos 696 manifestações no Brasil em 2013 e em pelo menos 170 delas foi constatada situação de violência policial (Artigo 19, 2017). Na maior parte dessas manifestações estima-se que o contingente policial foi numericamente desproporcional, sendo que em alguns dos protestos o número de policiais chegou a ser igual ou superior ao número de manifestantes (Artigo 19, 2017). Se levarmos em consideração que um policial, além de todo seu armamento (letal e menos letal) ainda conta com o treinamento, a vantagem que ele tem sobre os manifestantes se intensifica ainda mais quanto menor for o grupo que ele tem que controlar.

Entre as armas menos letais mais utilizadas têm destaque o cassetete, munição projétil de borracha, arma taser, granada de gás lacrimogêneo e spray de pimenta.

No geral, a polícia utiliza de recursos de armas consideradas **menos letais** em situações de manifestações e multidões. Antigamente chamada de armas **não letais**, essas tiveram a nomenclatura mudada depois de muitas iniciativas ao redor do mundo que atentaram para a letalidade dessas armas, mesmo que em menor grau e incidência. As empresas que as fabricam, no entanto, ainda se referem a elas com a nomenclatura antiga, ou seja, “não letais”. Dessa forma, é possível presumir que, como os treinamentos para o uso de tais armas também são proporcionados por essas empresas e/ou seguindo suas diretrizes, a falsa ideia de não letalidade tende a ser difundida entre os profissionais da área.

Nos protestos do Brasil de junho de 2013, estima-se que, pelo menos, duas pessoas tenham falecido em complicações devido à inalação de gás lacrimogêneo, por exemplo (Artigo 19, 2017). A letalidade desses recursos também aumenta com o mau uso e/ou uso abusivo, como podemos ver nos casos de gás lacrimogêneo vencido há mais de 5 anos (facilmente verificável pois as cápsulas, com a data de validade impressa, ficam jogadas pelas ruas), não respeitar a distância mínima de disparo para balas de borracha e não disparar tais projéteis acima da linha de cintura (Anistia Internacional, 2015) – ataques que aconteceram e que causou perda de visão permanente em algumas pessoas durante os protestos. Importante ressaltar aqui que tanto o uso permitido quanto o uso abusivo podem ter consequências irreparáveis ou mesmo fatais para as pessoas que são vítimas dessas armas (Artigo 19, 2014).

Dentre os principais efeitos apontados para o gás lacrimogêneo CS (O-chlorobenzylidene malonitrile), se usado com moderação e cautela, destacam-se congestão nasal, rinorréia, tosse, produção de secreções copiosas, broncoespasmo e laringoespasmo (sistema respiratório); sensação de queimação, eritema e dermatite de contato alérgica (na pele), perda de apetite, náuseas, vômitos e diarreia (no sistema gastrointestinal), taquicardia leve e curta (sistema cardíaco). Efeitos prolongados ou por exposição excessiva incluem cataratas, hemorragia vítrea e neuropatia óptica traumática e danos na córnea (nos olhos), edema pulmonar, pneumonia química ou insuficiência cardíaca congestiva (sistema respiratório), queimadura química (pele) e danos hepatocelulares agudos (sistema gastrointestinal). Pacientes com doenças respiratórias preexistentes correm maiores riscos de desenvolver asma e doença pulmonar crônica além de possível piora em suas condições subjacentes. Em pacientes hipertensos ou cardíacos também pode ocorrer taquicardia exacerbada. Além disso, estudos apontam relatos de síndrome da disfunção reativa das vias aéreas em indivíduos anteriormente saudáveis expostos ao gás e atenta que a tosse prolongada e a função respiratória prejudicada podem durar muitos meses (Worthington e Nee, 1999).

Há relatos de estudos que apontam óbito devido à inalação excessiva de gases químicos utilizados com o fim de dispersar multidões e também por lesões decorrentes do contato com o veículo de explosão do artefato (Clarot, Papin e Vicomte, 2003; Heinrich, 2017).

Aqui nesta tese me refiro basicamente ao uso *spray de pimenta* (*Oleoresina Capsicum* -OC- um tipo de gás lacrimogêneo feito do princípio ativo capsaicina e utilizado na forma de aerossol) e o *gás lacrimogêneo* (gases que tenham como componente 2-Chlorobenzalmalonitrile -CS- e que são disparados através de granadas ou projéteis). Esses são, junto com o disparo do projétil de borracha, as principais armas de contenção de multidões utilizadas nas manifestações brasileiras. Além dessas, também há relatos do uso do *taser* (arma de choque), arma sônica (emissão de frequências sonoras altas), entre outras, além do tradicional uso do *cassetete*.

Em todas as conversas que tive durante esses mais de três anos na cidade em pesquisa de campo nunca ouvi falar e também não presenciei um único confronto que não tenha se iniciado a partir da violência policial.

Porque realmente começou muito do nada o confronto, assim, porque quase ninguém foi pra cima da PM, as pessoas correram e a polícia foi atrás de todo mundo que estava correndo e toma tiro de borracha e toma gás lacrimogêneo (Anônimx, 2014).

A seguir, trago alguns relatos sobre como pessoas em situações diversas percebiam e se situavam diante das intervenções policiais.

No dia da desocupação dos professores o choque usou de uma tática que usava na época da ditadura, que é o funil, né? Eles fazem um funil pra ninguém poder sair nem nada: eles cercam, fazem um funil e quando todo mundo tem que passar ele vai e entra na porrada, vai ter que apanhar (Anônimx, 2015).

Eu no caso eu fui desmaiado, né? Tomei madeirada na cabeça, da polícia... Acordei com Anônima e uma galera me socorrendo. Deram por trás, madeirada, desmaiei e acordei com um galo enorme. Me levaram pro médico vomitando e coisa... (Anônimx, 2014).

E aí eu me escondi atrás de um desse [cones de trânsito] no Metrô de São Cristóvão...E aí eu não conseguia tirar o lenço pra me tampar e quando eu levantei a cabeça os policiais estavam na nossa frente e aí eles viram eu levantando a cabeça, tá ligada? Conforme eu olhei ele foi lá e mirou e a bomba caiu ali, entre eu e a menina... Se aquilo ali estourasse a gente ia se dar muito mal, ali, e a gente estava encurralada. A gente correu, correu, correu, correu - ainda não tinha aquela prática de pegar a bomba e jogar de volta (Anônimx, 2016).

E a nossa linha de frente estava bem pequena, infelizmente tinha pouca gente, aí a gente resistiu ao máximo só que foi impossível porque começou a vir helicóptero tacando gás lacrimogêneo junto. E aí foi impossível e a gente acabou dispersando. E aí dispersa e a Radial Oeste é uma rua só, não tem rua

paralela ou transversal, então é você seguir direto em direção à UERJ ou não tem como... Cara, no caminho teve uma hora que eu deitei no chão e desmaiei, aí eu consegui junto porque a galera me levantou porque era uma quantidade absurda de arma química pra um lugar que não tinha saída, eu não sei como eles conseguiram empestiar a Radial Oeste que é uma avenida enorme (Anônimo, 2014).

Até que teve uma sequência, jogaram duas ou três bombas, um barulho ensurdecedor... Quando a última bomba estourou foi um barulho muito alto, eu perdi a audição em um momento, eu não ouvia nada... Aí com o tempo eu fui recuperando a audição parcialmente. Mas era aquela bomba ensurdecedora, pra você perder os sentidos, assim (Anônimo, 2015).

E eu não conseguia respirar mais, não conseguia aí pô, bateu logo desespero, né? [...] Aí eu tentava puxar o ar e nada de ar entrar e o gás entrando (Anônimo, 2014).

... Eu consegui pular a correr pra estação também. Só que todo mundo estava fazendo a mesma coisa, então os policiais encurralaram a gente ali e foram subindo, subindo e dando tiro, dando tiro, dando tiro... E as pessoas foram espremendo a gente. Nisso o que eles fizeram, os policiais: eles deram a volta e foram por aquela rua da Quinta da Boa Vista e subiram por ali também. Então estava todo mundo cercado na estação de São Cristóvão e tinham fechado a estação. Aí tu imagina 500 pessoas naquela coisa ali e todo mundo se empurrando, se empurrando... E eu não conseguia olhar pra cima, só olhava pra baixo com medo de estar pisando em alguém, sabe? Então isso pra mim foi muito desesperador. E aí logo em seguida algumas pessoas correram pra Quinta da Boa Vista e eles fecharam a Quinta da Boa Vista e eles ficaram presos lá dentro (Anônimo, 2015).

Eu fui num ato da JMJ (Jornada Mundial da Juventude) ... Aí foi no dia que tentaram criminalizar o menino que tava num ato lá no Palácio Guanabara, aí que um policial tacou molotov no outro policial, aí o menino foi o criminalizado, pegaram ele – os infiltrados jogaram ai depois deram a volta e entraram de novo pro cordão do choque, mas aí *filmaram* todos os passos deles dando a volta e entrando e foi isso que salvou o menino, que ele tava lá, pegaram ele no meio da rua, ele desmaiou, falaram que ele tava com uma mochila cheia de molotov, que ele tinha jogado molotov (Anônimx, 2016).

É interessante observar que o poderio de fogo chamado **menos letal** conta com alguns níveis de letalidade/ efeitos nocivos aos corpos que os recebem e o uso de níveis mais ou menos elaborados também está relacionado às táticas de ataque da polícia. Às vezes pela quantidade maior de bombas e gases, às vezes pela opção de se utilizar materiais mais potentes.

Quando não tinha escolha começaram a apelar: *rubberball*<sup>112</sup>, *bluehell*<sup>113</sup> - uma coisa que é proibida, que dá câncer... O *ruberball* é uma bolinha... Uma bolinha de borracha. É lacrimogêneo. E tipo, você joga ela daqui e como ela é de borracha ela quica, então ela quica várias vezes - pra uma bola de gás lacrimogêneo é uma longa distância. é bem forte, já sofri bastante com ela também. E não tenho o que fazer, entende? Com essas bombas. Então quando eles começaram a apelar a gente não tinha o que fazer. Simplesmente corri (Anônimx, 2014).

A *bluehell* é uma bomba que acho que ela é, tipo por fora, ela é azulada, tá ligada? Só que o gás dela é muito mais forte que a comum. Inclusive essa

112 GL 309, Granada Lacrimogênea (RUBBERBALL). Disponível em: <http://www.condornaoletal.com.br/produtos-granadas>. Acesso em jul 2017.

113 Projétil Fumígeno Colorido – Disponível Em Diversas Cores. Disponível em: <http://www.condornaoletal.com.br/produtos-granadas>. Acesso em jul 2017.

*bluehell* é proibida pela ONU, o uso dela aqui no Brasil... Foi mais pra outubro, por aí. Foi antes do pessoal ser preso no 15 de outubro. Eles usaram essas bombas e inclusive eles usaram umas bombas em que o gás era colorido: tinha rosa, tinha amarelo, tinha azul... E se você pegasse na bomba aquela cor ficava na sua mão, na luva, tá ligada? Então eles conseguiam te identificar depois (Anônimx, 2014).

Foi muito louco porque foi o único dia que eles usaram todas essas coisas assim. E depois foi uma repercussão do caralho e depois eles não usaram mais. Mas naquele dia estourou uma *bluehell* do meu lado e os óculos que eu estava não estava vedando direito, então embaçou meus óculos e meu olho estava ardendo e eu não conseguia enxergar... Aí eu não enxergava nada... Eu não senti a porra da bomba caindo, só senti estourando... Nossa, Marina, fiquei de quatro na Rio Branco babando igual um gato com a doença da madeira morrendo... Tipo eu só abria a boca e só saía baba, baba, baba... Eu babava horrores. E eu olhava pro lado e eu só via pessoas correndo, eu não via rostos das pessoas, eu não via se eram homens ou mulheres correndo, só via as pessoas correndo tipo vultos, parecia que eu estava no umbral, tá ligada? As pessoas correndo loucamente (Anônimx, 2015).

O uso de armas menos letais é previsto pela força policial apenas para fins de ordenar multidões descontroladas que oferecem risco para a população e/ou para si mesmas. Na prática, porém, inúmeros relatos mencionam uso excessivo e abusivo. A utilização desses recursos, além de não cumprir com a função de acabar com a manifestação, também coloca em risco a população, esteja ela nas manifestações ou não.

E ela [transeunte que não participava da manifestação] também foi agredida, chegou ao ponto de jogarem ela no chão, um policial se aproximou dela e disparou aquilo [projétil de borracha] à queima roupa, não devia passar de um

metro de distância, isso na cabeça, coisa que teoricamente não é permitido... Isso foi tão grave que os pinos metálicos ficou alojado na cabeça dela (Anônimo, 2014).

Ela queria comprar uma coca e ela entrou [em um posto de conveniência] e era aquela porta automática e nisso que ela entrou um policial entrou [...], desligaram a porta e eu não consegui entrar. E o cara [policial] descarregou o spray de pimenta em mim, descarregou, assim, total... E eu fazia assim pra baixo e ele pegava o spray e fazia assim [faz sinal mostrando que levantava a cabeça dela]... E eu desesperada batendo na porta de conveniência "abre, abre pelo amor de Deus"... Aí abriram a porta porque atrás de mim estava vindo um frentista do povo também passando muito mal por conta da bomba que o policial tinha jogado lá... Muita irresponsabilidade, né cara? Jogar uma bomba de lacrimogêneo no posto! Aí nisso que abriram pro frentista entrar o próprio frentista me pegou pelo ombro e me empurrou pra dentro da loja, por cima do policial... Conforme eles abriram a porta e ele estava jogando spray de pimenta em mim, empestou a loja de conveniência toda de spray de pimenta. Foi uma das piores experiências (Anônimo, 2014).

Saímos da Presidente Vargas, entramos em uma rua lateral e nesse momento que a gente entrou nessa rua adjacente tinha pessoas nas sacadas de alguns prédios, as pessoas estavam lá e a polícia estava vindo, jogando gás lacrimogêneo desenfreadamente, entendeu? Teve um momento que eu olhei pra trás e no momento que eu olhei eu pude ver um policial militar apontando a arma que dispara o gás lacrimogêneo apontando na direção de uma sacada... Ele não estava apontando nem na direção dos manifestantes, apontando na direção de uma sacada e ele disparou contra a sacada de um prédio para as pessoas não ficarem ali observando o que estava acontecendo (Anônimo, 2015).

Depois de respirar o gás lacrimogêneo na manifestação de abertura dos jogos da Copa do Mundo no Maracanã (dia 12 de junho de 2014) com pouca proteção (uma máscara de pano) fiquei um mês e meio continuamente com tosse que amenizava às vezes, mas logo voltava intensa. Não me lembro de ter tido alguma crise assim antes na vida. Acordava frequentemente no meio da noite para tossir e chegava a continuar tossindo por minutos seguidos. Nos dias seguintes às manifestações, ficava rouca e com dor de garganta, às vezes também com enjoo e ânsia de vômito. Meus olhos ardiam, doía a cabeça. Por incrível que pareça, com o tempo o corpo foi se acostumando – como me disseram que aconteceria. E eu apenas posso imaginar a quantidade dessas químicas muitas vezes vencidas que circulam no meu corpo agora.

Há bastante relatos sobre os efeitos colaterais de exposição ao gás lacrimogêneo, que pode variar de pessoa para pessoa. Os sintomas de que mais ouvi falar e/ou senti foram enjoo, ânsia de vômito, diarreia, dor de cabeça, taquicardia, dificuldade para respirar, dor nos olhos e tontura. Há poucos dados divulgados sobre o efeito a longo prazo ou em caso de doenças respiratórias, mas a experiência empírica leva a crer na possibilidade de desenvolvimento de doenças mais sérias ou mesmo óbito, como colocado acima (Artigo 19, 2017).

[depois das manifestações] Eu tossia muito... E eu tenho sinusite, rinite amigdalite... No dia seguinte já teve caso de eu ter febre no dia seguinte... Esse dia da *bluehell* no dia seguinte eu estava na merda, sem condições de levantar da cama, assim. Febre mesmo e tossindo... E conforme vai passando o tempo você vai acumulando muito isso. Então é foda: teve gente que teve pneumonia (Anônimx, 2015).

Eu tive um colega que ele teve pneumonia e não foi constatado que foi mesmo do gás. Mas pô, por mais que a pessoa já tenha propensão a ter doença com aquele gás ali fica muito mais fácil de ela desenvolver alguma coisa (Anônimx, 2015).

Depois disso comprei uma máscara melhor, mas que era ao mesmo tempo mais visada pelos policiais por chamar mais atenção uma vez que, de alguma forma que ainda não pude compreender, esses associam uma maior proteção por parte dos manifestantes como uma afronta ou um potencial perigo a eles. No Rio de Janeiro, assim como em tantas outras cidades do mundo, usar um equipamento de segurança leva você a ser visto como, no mínimo, mal-intencionado. É incrível a inversão de valores quando você quer se defender de um abuso usando uma simples máscara e teme ser criminalizada. No meio da multidão não existe a diferença entre pesquisadora e manifestante. Lógico que eu já tinha consciência disso, tanto por experiência prévia em manifestações como pela lógica das informações que recebia: se mídias convencionais, de grandes nomes, têm seus jornalistas alvejados, se advogados exercendo sua profissão apanham e são presos, não tem como esperar que uma simples pesquisadora, sem OAB e sem crachá, pudesse passar impune. Tinha sempre muito cuidado com minhas ações, mas estando dentro de uma manifestação as coisas ficavam claramente bem delimitadas: para a polícia, somos todos inimigos.

A quantidade de gás lacrimogêneo, balas de borracha e bombas de efeito moral jogada é incontável. Não parece haver um método, apenas a ordem para esvaziar a rua o mais rápido possível com o máximo de bombas possível. A multidão corre e reage. Percebi que muitas vezes, quando existe grande quantidade de fumaça lacrimante, as pessoas acuadas não têm outra saída senão atacar para conseguir sair do meio daquilo e conseguir, ao menos, voltar a respirar.

A formação de escudos de *black blocs* na frente das manifestações é muitas vezes apenas alegórica já que, no confronto, a multidão dispersa e são poucas às vezes que o bloco negro permanece naquela formação original. Muitos dos escudos que resistem na hora do *confronto* são improvisados com tapumes ou algum outro material a vista e os escudos mesmos são trocados de donos na confusão do confronto. As bombas são mandadas de longe: na hora do confronto a polícia não ousa avançar demais. Avanços e recuos ocorrem dos dois lados. Cercos de bombas são formados e às vezes simplesmente não há para onde fugir. Vendo as tantas detenções, parece um milagre eu não ter sido presa nenhuma vez.

Arbitrariedade parece uma palavra-chave para explicar as ações policiais. Certa vez, ao final de uma manifestação, paramos em pé próximo a um bar na Lapa e conversava com mais duas pessoas quando

uma bomba de gás lacrimogêneo caiu aos meus pés. Um menino, a poucos passos de mim, não teve tanta sorte: outra bomba caiu em sua cabeça. Ao olharmos para trás, vimos policiais em formação avançando. Corremos, todos, independentemente de termos participado do protesto ou não. Por um momento me perguntei o que tinha feito de errado, se a máscara de gás dentro da minha bolsa era incriminadora, se eu tinha cara de *black bloc*, se eu devia ter ido antes para casa. Tal qual quando nós, mulheres, somos assediadas e nos perguntamos automaticamente o que há de errado com a nossa roupa para só depois racionalizarmos melhor e perceber que a culpa do assédio é sempre do assediador e não do assediado: foi assim que senti a perseguição policial depois das manifestações esses dias. A gente simplesmente corre: quando a polícia te atira bombas você não tenta conversar, explicar, dissuadir; você sabe que naquele momento eles te desenharam como o inimigo e é apenas assim que você será tratado.

Durante uma manifestação contra o despejo da Aldeia Maracanã, Anônimx conta que tomou spray de pimenta diretamente em seu rosto a uma curta distância e durante tempo prolongado e que isso acarretou uma lesão permanente na sua córnea com uma consequente cegueira temporária que durou cerca de um ano. Como para exercer seu ofício dependia de plena capacidade visual, teve também por consequência a perda de emprego. Outro Anônimx mostra marcas de queimadura que tem no rosto causada por spray de pimenta em uma manifestação que tinha ocorrido há mais de dois anos. Em ambos os casos, essas pessoas estavam paradas e sem ter como correr ou se defender quando ocorreram esses ataques.

O spray de pimenta é utilizado também como medida “preventiva”, logo no começo das manifestações, quando policiais quase discretamente jogam spray no chão para constranger e coibir “possíveis” futuras ações manifestantes. Quando estava acuada e obrigada a inalar a pimenta que ardia, não conseguia pensar em outro motivo que levasse a isso senão o abuso de poder. Além, é claro, da incoerência que existe nesse método: ao supostamente tentar prevenir ações manifestantes que não teriam meios para saber se iriam ou não acontecer, os policiais não estariam, em vez disso, as incentivando? Incitando os manifestantes agredidos a se defender?

Outra arma considerada “menos letal” utilizada é o taser.

Inclusive eles usavam taser pra aterrorizar a gente, assim, tipo ah você está sendo revistada e nisso juntava um grupinho de pessoas pra fazer pressão pros policiais pra eles te soltarem aí já vinham outros policiais pra cima da gente ligando o taser só que pra baixo, assim, que aquele barulhinho... Eu tenho pavor daquilo ali (Anônimo, 2014).

Faziam isso pra baixo até com o spray de pimenta... Nossa aquilo ali é horrível, aquele negócio vai entranhando, entra certinho (Anônimo, 2015).

Durante o despejo da Aldeia Maracanã em março de 2013 a Polícia Militar do Rio de Janeiro recorreu ao uso do canhão supersônico<sup>114</sup>. Como essa foi a única ocorrência do uso desse recurso, manifestantes consideram que esse evento ocorreu como um “teste” para as manifestações que ocorreriam durante a Copa do Mundo da FIFA. O relato de Anônimo mostra um pouco dos efeitos dessa arma:

[Sentiu] enjoo, seu tímpano começa a vibrar, você fica perdido. Não só enjoado, mas sem sentido. Tipo uma labirintite. E o bagulho dá um calor interno esquisito. Então demora muito pra entender que estava todo mundo passando mal aí ninguém tinha se tocado... A gente nunca tinha visto aquilo na vida, demorou muito pra cair a ficha, pra alguém falar o que era aquele bagulho no meio que eles estavam lá usando... E eles nunca mais usaram. E aí eu acho até que nem os policiais estavam treinados pra aquilo... (Anônimo, 2014).

Entre algumas pessoas que não tinham participado de manifestações antes do Levante Popular de junho, as violências abusivas são relatadas em várias situações como o fator desencadeador de uma raiva contra a polícia e/ou sentimento de solidariedade com aqueles que são vítimas dessas violências. A partir de presenciar a violência policial,

114 Armas que utilizam ondas sonora e que funciona como um alarme de 4 frequências simultâneas entre 2 Khz e 5 Khz com potência de 123 decibéis. Ao entrar em contato com o alvo, a vítima fica desorientada e sente tonturas, náuseas e dores no peito e em alguns casos pode ocorrer desmaio. Fonte:

muitos manifestantes começaram a desconstruir a divisão entre manifestantes pacíficos e *vândalos* difundida pela mídia<sup>115</sup>.

Eu tava sentado no ponto de ônibus, esperando pra pegar o ônibus e aí os policiais passaram devagar e jogaram spray de pimenta. Aí no próximo ato que eu já fui eu já fui com raiva, sacou? "Porque esses filhos da mãe me jogaram spray de pimenta? Eu tava quieto sem fazer nada." Eles passaram de carro devagarzinho e jogaram spray de pimenta na minha cara... Na minha e dos três garotos que tavam comigo, assim... (Anônimx, 2014).

Então várias pessoas que foram praquele protesto com aquela mentalidade de que existiam vândalos mascarados infiltrados nas manifestações, financiados por sei lá quem, que esse era o grande problema das manifestações pacíficas e ordeiras. A partir daquela manifestação de um milhão, por ter sido massivo, acho que a forma e a abordagem e a extrema violência que a polícia agiu foi muito formativa. Acho que muita gente foi com uma mentalidade e voltou pra casa com uma outra concepção da violência policial e daquelas pessoas que praticavam formas de resistência a essa violência policial, né? Uma massa de um milhão de pessoas sendo atacada por helicóptero, né? Com helicóptero tacando aleatoriamente bombas de gás em boa parte da manifestação e as pessoas sem ter como voltar porque estavam prensadas naquela multidão, né? E o Rio de Janeiro parou, após o ato... As pessoas também não tinham como ir pra casa, não tinha ônibus, e foram pros bares próximos e a ordem foi aquela coisa do toque de recolher mesmo, né? Bombas de gás e fechar todos os bares do centro do Rio de Janeiro em uma repressão abissal, assim, absurda e que eu acho que acabou o tiro saindo pela culatra, que foi bastante formativo pra

<sup>115</sup> Como será discutido mais a frente neste capítulo.

boa parcela daquelas pessoas que participaram daqueles eventos (Anônimo, 2015).

A gente viu mulher grávida apanhando, a gente viu criança, bomba na cara da criancinha de 6 anos, viu idoso também sendo espancado... E isso fazia, naquele momento, dava uma coisa que eu não tô sentindo agora também, que naquele momento uma pessoa apanhava e muitas se solidarizavam, com raiva daquilo, e continuava... Principalmente o pessoal da tática *black block* que tava lá pra isso mesmo (Anônimo, 2015).

Mas tinha uma reação bem maior, assim, o pessoal que ia preso ia um monte de gente atrás, mandando libertar, nem conhecia a pessoa mais ia... Tinha uma relação, assim, de solidariedade bem grande, naquele momento (Anônimo, 2014).

Por vezes, a solidariedade ultrapassava a divisão dos dois lados bem delimitados do confronto:

Então era muito mais o pessoal se solidarizando, se alguém passava mal e ficava na merda por conta do gás ia um monte de gente ajudar, às vezes até a PM passava mal e o cara ia entregar, assim, em solidariedade até com os caras, pior que o PM pegava o vinagre e ia embora, com o vinagre. O pessoal tenta ajudar ele pega o vinagre e vai embora, até assim tem que roubar (Anônimo, 2014).

Existem relatos do uso de algumas estratégias utilizadas por policiais para saírem impunes dos abusos cometidos. Essas variam e incluem ações mais individuais como saber em quais locais do corpo é melhor bater com o cassetete para não deixar marcas, não usar identificação na farda, cobrir o rosto com balaclava, provocações verbais e destruição de equipamentos de gravação, por exemplo.

Mas existem estratégias que garantem a impunidade que são pensadas a nível estrutural e organizacional da corporação militar ou mesmo junto com outras inteligências de controle. Entre essas estratégias, destaca-se o desligamento das câmeras da cidade que, além

de ser uma forma de criar um ambiente mais ameaçador para os manifestantes, torna mais difícil provar as situações de violência.

E no dia todas as câmeras de segurança da CET Rio<sup>116</sup> foram desligadas – que é as câmeras da CET Rio que monitoram o trânsito – eles desligaram pra polícia poder bater no pessoal (Anônimo, 2015).

Para fazer o mapeamento de grupos e pessoas suspeitas a polícia e mesmo o Exército utilizam-se por vezes do expediente de colocar agentes infiltrados em meio às manifestações. Esses agentes, além de cumprirem com suas funções formais de serem responsáveis por flagrar suspeitos em casos de delitos, são comumente vistos como pessoas que incitam violências descabidas nos protestos.

Em vários atos que a gente tava, também, vinha uns policiais infiltrados e ficavam do nosso lado: “tem que fazer merda mesmo, vamos matar um policial? A gente tem que tacar pedra neles, machucar até matar, não sei o que”... A gente ficava: “não, não, ninguém vai matar ninguém, aqui!” Depois a gente já sabia (Anônimo, 2014).

Além disso esses agentes também infiltram armas nos movimentos, como podemos ver no relato abaixo:

Tipo, tinha um cara no meio dos *black blocs* falando “ah não sei que tem os molotov que a gente vai pegar aí e tal?” Aí tipo foi uma galera já meio alerta, tá ligado, a gente foi bem alerta... Aí chegou tinha uma caixa na esquina, assim, perto do poste, cheia de *molotov*. E aí a gente foi pegar e quando a gente foi chegar perto da caixa tinha uns caras bem fortões assim, de cabelo raspado, bem com cara de polícia mesmo, à paisana, olhando a gente. Aí já foi assim, quando a gente abaixou pra pegar os caras já vieram pra cima da gente e a gente já correu, tá

116 Companhia de Engenharia de Tráfego da cidade do Rio de Janeiro, possui câmeras de vídeo espalhada por toda a cidade.

ligado? Isso eu e mais umas quatro pessoas (Anônimo, 2014).

O processo de infiltração pode variar de processos bem ou mal elaborados e pode ter objetivos diversos. Nos relatos acima, vemos objetivos a curto prazo, de incitar alvoroço e prender possíveis adeptos de violência antes dessa se instaurar, mas também há relatos de policiais infiltrados que passaram a frequentar grupos e ter amizade com pessoas.

Conseguiram pegar o *telegram*<sup>117</sup> porque a galera botou o PM no grupo do *telegram*... Aí não tem jeito, se você botou o PM dentro do grupo (Anônimo, 2015).

Com o aumento das revoltas e a percepção de maior número de infiltrados, pessoas que tinham entrado recentemente na militância e que não tinham frequentemente tantos cuidados passaram a agir com mais cautela:

A gente tinha meio que noção porque já sabia como a coisa andava, já tinha visto outras vezes, aí já sabia que eles podiam tentar (Anônimo, 2015)

Eu cheguei numa sexta-feira [no Ocupa Câmara], tinha a galera lá... Aí eu tinha uma barraca de *camping* e tal e eu cheguei e coleí... A galera achou que eu era P2 no começo – todo mundo que colava lá, nos primeiros 3 ou 4 dias achavam que era P2, era fato. Todo mundo, todo mundo, entende? Rolava boato: “pô, esse aqui é P2, é P2” (Anônimo, 2014).

Alguns militantes relatam sofrer perseguição policial perto de onde moram – principalmente se moram em favelas militarizadas pela UPP e se foram reconhecidos por policiais como militantes dentro ou fora dessas favelas. Ameaças de vida com direito a apontar arma na cabeça, torturas, depredação material e invasão domiciliar são algumas das violências que ocorrem com frequência.

117Aplicativo de celular para troca de mensagens instantâneas utilizando a internet.

Então, são anos de milícia, polícia civil ameaçando... BOPE, polícia militar... Já recebi ameaça direta, cara a cara, já recebi por e-mail (Anônimx, 2016).

... Meia-noite e pouquinha e eu saindo do metrô fui andando, assim, pra direção do hospital que tem perto da entrada da favela lá e aí eu já tinha visto da passarela do metrô que tinha uma viatura policial parada perto de um ponto de ônibus, no caminho. Mas até então não liguei. Só que nisso que eu estava indo estava eu e perto de mim, mas que não estavam comigo deviam ter mais ou menos umas 6 pessoas, uns 5 moleques e uma menina. Na rua tipo zoando, falando alto e os caralho e tal. Nisso eu vi que tinha um outro carro policial - era uma blazer<sup>118</sup> - toda apagada, assim, um camburão mas não tinha visto ninguém, assim, mas continuei andando... Quando eu olhei do outro lado da rua perto de uma banca de jornal tinha um homem muito alto e perguntou pro pessoal se eles moravam ali e eles responderam que sim e continuaram andando. Como ele não se dirigiu a mim eu continuei meu caminho e ele foi e me chamou e falou que era pra eu parar: “você mesma, para, vem aqui”. Aí eu fui e tal... Só que ele estava tipo sem farda, todo de preto e não consegui ver se ele estava de colete ou não, sei que ele era bem corpudo, alto, negro... E ele estava com o boné e toda a aba do boné puxando o boné pra baixo indicando que não queria que eu visse o rosto dele - pelo menos foi essa postura que ele repassou pra mim. Mas eu tentei olhar, tentei ver com clareza o rosto dele, não foi possível: ele ficava baixando minha cabeça, empurrando minha cabeça pra eu não olhar pra cara dele e teve uma hora que ele se irritou e mandou que eu não olhasse pra cara dele de jeito nenhum: “não é pra você olhar”. Mas nessa coisa de ele fazer

118 Modelo de carro tipo furgão.

assim e eu olhar pra cima eu vi que o boné era da PM. E nisso ele me barbarizou, assim, jogou minhas coisas no chão e não sei mais, não sei o que, tipo me xingou, me bateu... Eu fiquei uma semana com um lado do rosto inchado. Tipo, em cima da minha sobrancelha, tipo, ficou uma bola dura, meio que como se tivesse massificado tá ligada? [...] Eu não chorei. Eu falei pra ele: “tua intenção é que eu chore?” Eu falei: “sua intenção é que eu chore? Eu não vou chorar”. E depois ele saiu falando pros outros policiais que estavam na outra viatura: “ah, eu quero ver se essa piranha não vai chorar”, ficou me xingando mesmo, botando abaixo de pano de chão, assim, e eu me mantendo ali o máximo que eu podia de forte (Anônimx, 2016).

E eles [policiais da UPP] têm contato com os policiais que fazem o acompanhamento das manifestações, entendeu? Então isso foi muito preocupante pra mim, assim: “até que ponto isso foi só por conta da favela?” E isso as coisas pioraram: eu comecei a receber ameaça por telefone, de número privado, começaram a me seguir (Anônimx, 2015).

Chegou abordando. Ele falou algumas coisas bem estranhas, sabe, mas tipo, com precisão, assim, eles falavam que era pra eu ficar ligado, pra eu aprender, “ah, tu quer dar uma de esperto tu vai se fuder e tal tal”, essas coisas assim. (Anônimx, 2015).

Tipo, os caras me ligavam e falavam que ia ver só, que era melhor eu ficar quieta na minha, que se eu fudisse mais uma coisa pra alguém eu estava fudida, que era melhor eu sair do Rio de Janeiro e tudo o mais... “Seu eu fosse você eu parava com essa merda” [...] Até que teve um dia que eu fui pra uma atividade [...], teve uma hora que eu saí pra fumar e sentei ali na frente perto de uma carreta, aí eu estava sentada com um amigo ali estou olhando pra trás e tem um carro parado. A gente achou estranho, mas pensou que podia ser alguém esperando alguém pra entrar, sei lá... Quando foi no

dia seguinte meu celular toca e era o cara. E aí eu atendi, escutei uma respiração e desliguei: “cara, não vou ficar nervosa dentro do ônibus”. Aí ele ligou de novo e deu toda a descrição da roupa que eu estava, assim: “você estava muito linda ontem com sua blusa vermelha e branca, sua calça preta e não sei o que. Mas tá certa, não fica muito sozinha não porque a gente tá no seu pé”. E ele sempre falava no plural, sempre falava: “a gente”. E algumas vezes as vozes eram diferentes... “Não fica muito assustada porque eu tô de olho em você, é capaz de você olhar pra trás e me ver”. Eu levantei e fiquei olhando pra trás do ônibus, não vi nada suspeito, não sei se ele me seguiu até onde eu estava porque foi muito estranho ele saber a hora que eu estava voltando... Quando eu desci do ônibus aí nisso que eu desci, que o ônibus saiu e eu fui atravessar veio um carro preto e foi com tudo, assim, e eu meio que caí em cima de um poste, assim. Aí ralei meu joelho, ralei meu braço todo. E o celular tocou de novo... Eu pulei pra fora [ele foi pra atropelar]... E aí me ligaram de novo. E aí falaram: “ou você aprende a atravessar direito ou você não anda desligada” - só que óbvio que não era um conselho aquilo, né? E na mesma hora eu reportei isso pro pessoal dos direitos humanos. Depois eu não sei o porquê, mas eles deram uma parada, assim. Mas foi um terror psicológica desgastante. Eu emagreci, fiquei muito doente, tinha medo de sair da favela e ir até o metrô, assim (Anônimo, 2017).

E desde então começaram os pesadelos de eu sendo morta, gente invadindo a minha casa... Falei com o pessoal do Justiça Global, do DDH, do Tortura Nunca Mais (Anônimo, 2016).

“Na favela a bala é de verdade”, dizem sempre. E a repressão também é mais acirrada. Em todas manifestações de rua em que estive presente em favelas da cidade ouvi tiros disparados com armas letais. Uma delas não durou 5 minutos: mal entramos na Avenida Brasil e

passamos a ser encurralados. Moradores e manifestantes correndo pelas vias e passarelas, empurrados de volta para dentro da favela onde a perseguição de militantes se confundiu com caça ao tráfico e continuou noite adentro, com militantes e moradores encarcerados em suas casas.

As manifestações chamadas por e nas favelas são recorrentes na cidade de tempos em tempos e geralmente têm como motivação atentar para assassinatos recorrentes de jovens por policiais. Após o Levante de junho elas se tornaram mais visíveis e contaram com maior apoio popular. Algumas manifestações nas quais “a favela desce” para o asfalto tiveram grande visibilidade e posterior adesão pela população, como foi o caso da campanha “Cadê o Amarildo?”.

Mas antes que a narrativa aqui apresentada leve ao raciocínio errôneo de que a polícia ataca com bala de fogo apenas nas favelas, é importante ressaltar que durante algumas manifestações no centro da cidade também houve casos de policiais atirando com armas de fogo contra manifestantes desarmados.

Na conjuntura de 2013 teve professor que tomou tiro de verdade, um tiro no pé, e tiveram outros casos... Na favela a gente sabe que o tiro é de verdade, mas em uma manifestação no centro da cidade isso ainda não tinha acontecido e a gente viu isso acontecer. E serviu inclusive pra gente refletir um pouco melhor, né? Pra gente perceber que o tiro na verdade é voltado pra qualquer divergente, então se você é divergente do sistema então você vai ser reprimido, não interessa como. A gente sabe que a impunidade pra quem está do lado do Estado ela está dada e a punição ela vem pra quem diverge da política de Estado (Anônimo, 2015).

Não faltam registros de ameaças informais realizadas a manifestantes em situações de manifestação e em situações cotidianas, presencial e virtualmente. Embora ocorra em menor intensidade do que nas favelas, também no asfalto a bala pode ser “de verdade”. Eu mesma presenciei em manifestações no *asfalto* ameaça e uso de arma de fogo por policiais não fardados (mas que foram reconhecidos por algumas pessoas) e por policiais fardados que escondiam seus rostos e números de registro. Também há denúncias sobre a ação de milicianos:

Um dia no Ocupa Câmara estava uma boa galera acordada veio miliciano bater na gente, tá ligada? De madrugada, pegou arma e apontou pra gente... com arma mesmo, de verdade (Anônimo, 2014).

Aqui, tanto na favela como no asfalto, tanto com as munições letais como com as menos letais, fica claro que o paradigma militarista ainda é dominante na forma de lidar com situações que ocorrem cotidianamente na sociedade brasileira, mesmo que essa se defina constitucionalmente sob o regime de valores democráticos. A instituição policial e a formação do profissional de segurança obedecem às mesmas diretrizes das antigas formações ditatoriais e nosso Estado é amplamente militarizado. No Rio de Janeiro, ocorre uma militarização de zonas periféricas sob a pretensão de combate ao tráfico que, na prática, têm imposto a população a permanência de um estado militarizado ainda mais intenso e permanente.

Os movimentos sociais de favelas cariocas argumentam que o Estado não chega nas favelas enquanto direitos, mas apenas para colocar em prática seu aparato repressivo. Existe longa trajetória de criminalização da pobreza e conseqüente incursões policiais agressivas e abusivas aos bairros pobres, nos quais todo morador é visto pelas forças armadas como potencial inimigo. Com a nomeação do Rio de Janeiro como uma das cidades a receber a Copa do Mundo de Futebol FIFA e para ser sede das Olimpíadas de 2016, o tecido urbano da cidade passou a ser re-arquitetado em novos moldes. Os poderes públicos, aliado aos interesses do setor imobiliário, passaram a ver a necessidade de intervir nesses espaços de modo mais constante do que vinha ocorrendo (Mello e Cunha, 2011). Dentro dessas novas perspectivas de cidade, as favelas e seus supostos índices de alta criminalidade (e, portanto, ameaçadoras para os megaeventos) passaram a ser alvo de políticas de segurança por parte de projetos estatais. Surgem então as UPPs – Unidades de Polícias Pacificadoras – para permitir que a força policial adentrasse nesses espaços de forma permanente e não apenas em incursões localizadas e seguidas necessariamente de violência.<sup>119</sup>

119 Sobre uma sociologia do processo de pacificação das favelas cariocas, ver: MENEZES, Paloma Valle. Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas. Tese de doutorado

De início, esse projeto abarcava a ideia de ser uma polícia comunitária, em diálogo com a população, mas tão logo foram implementadas essas unidades mostraram a contradição de sua missão pretensamente “apaziguadora”: embora tragam a paz como princípio, acabam por efetivar práticas contrárias (Mello e Cunha, 2011). Atualmente, grande parte da população das favelas concebem as UPPs como políticas invasivas e abusivas e não é raro aparecer nos jornais notícias de indivíduos mortos durante operações policiais.

Misse *et al* afirmam que em 1969 passou a vigorar na legislação brasileira um procedimento administrativo denominado “auto de resistência” que é uma forma de classificar uma ação policial como “legítima defesa” quando houver resistência por parte daqueles em confronto com policiais. Para os autores, esse procedimento possibilita que um homicídio praticado por um policial não seja reconhecido como tal se esse, em serviço, estivesse agindo em defesa da lei e/ou de sua integridade física (Misse *et al*, 2013). O maior problema desse procedimento foi que seu uso ao longo do tempo passou a se tornar padrão para classificar muitas das mortes causadas por policiais: entre os anos de 2001 a 2011 a polícia matou mais de 10 mil pessoas, a maior parte dessas em favelas cariocas (Idem). Para os autores, o uso do procedimento supracitado “têm se constituído como uma forma diferenciada de classificar e administrar burocraticamente a ação policial e, portanto, de naturalizar e legitimar certas ações ilegais” (Misse *et al*, 2013, p.413).

Estava um dia em uma manifestação que trazia como pauta a denúncia de mais uma vítima de balas policiais. Foi um caso de grande visibilidade, a morte de um garoto que estava brincando com seu celular quando foi alvejado por um policial – que, em sua defesa, alegou que se assustou porque confundiu o aparelho celular com uma arma. Desse susto resultou a morte do garoto de apenas 10 anos. Conversando com duas moradoras de uma das comunidades próximas, elas me disseram que lá “em cima” os policiais não estavam deixando os moradores descer para a avenida principal onde estava ocorrendo a manifestação e se utilizavam, inclusive, de suas armas para ameaça-los e intimidá-los. Ficamos conversando durante a manifestação e uma dessas mulheres me contou que, na ocasião de a UPP estar em fase de implementação, os

policiais eram simpáticos e atenciosos com os moradores e, assim, conseguiram apoio da população. Nesse cenário, essa moradora anônima relata que acreditou que seria uma melhoria e uma paz para a população, mas não demorou muito para que a polícia passasse a tratar os moradores com a violência rotineira de antes: invadindo suas casas sem mandado, apontando armas sem motivos, obtendo propina, etc. Sobre esse processo ela me diz que “antes eles chegavam e botavam os meninos para andar de cavalo com eles, tudo bonzinho. Agora eles matam os meninos”.

Misse *et al* entendem que a violência policial, assim como outras formas de violências, é uma categoria contextual e local, de forma que o alvo e o local no qual a violência se concretiza são mais importantes para defini-la do que seu nível de agressão ou sua legalidade. É dessa forma que as ações policiais são decodificadas como “violência policial” ou não a partir de tais preceitos e “a desigualdade na atuação da polícia reflete também a hierarquização das pessoas em mais ou menos humanas, mais ou menos cidadãs” (Misse *et al*, 2013, p.421). A ação policial, dessa forma, é desigualmente classificada “em função das vítimas que ela produz, do local onde ela atua e do contexto político no qual intervém” (Idem).

A bala de “verdade” e a bala de borracha são munições diferentes, disparadas de armas diferentes e com impacto bastante distinto entre si, mas têm em comum a presença de uma mesma técnica, da mesma abordagem, e estão embasadas pelo mesmo conceito de segurança. Para as crianças e para os manifestantes do asfalto, para aqueles que ainda não são *matáveis*<sup>120</sup>, percebe-se a reação de indignação da população. Mas por trás dessa indignação seletiva existe um discurso de convivência, constantemente reforçado por aqueles que estão no poder e por suas mídias e que reforça a legitimidade do uso da violência em todas as suas formas.

## 6.2 Prisões

O Artigo 19 contabiliza que “pelo menos 2.608 pessoas foram detidas nos protestos em 2013” (Artigo 19, 2017) no Brasil. Não

<sup>120</sup> Entendido aqui de forma semelhante ao discutido por Agamben em *Homo Sacer* (2010).

encontrei um levantamento específico da cidade do Rio de Janeiro e, forma geral, há bastante dificuldade para a computação desse tipo de dados, em parte porque, para realizá-lo seria necessário ir em todas as delegacias presencialmente, mas muitas das delegacias não disponibilizam esses dados facilmente.

Foram inúmeros detidos durante manifestações e cerca de uma centena chegou a ser encaminhada para presídios.

[No dia 17 de junho de 2013, na ALERJ) foi a nossa primeira prisão de ir pra Bangu... Eles acham um artefato - mas a câmera mostrou claramente que eles acham solto, tinha uns doze garotos já detidos no metrô, eles perguntam de quem é e ninguém responde e eles pegam um aleatório e aí eles pegam e prendem mesmo... Foi o primeiro que foi pra Bangu, foi pro pior lugar de Bangu, um garoto que tinha acabado de fazer 18 anos, morador de uma favela... Na defesa fica claro que ele entra no metrô e tem várias fotos que ele não tem mochila. Esse garoto ficou preso cinco dias, mas acabou que ficou mais sete porque a decisão saía - o alvará de soltura saía - mas ela não era cumprida. Foi o que passou maior perrengue: ficou no pior lugar, dividiu cela com 70 presos (Anônimx, 2014).

[Mesmo dia] Aí esse dia eles começam a loucura, assim, eles tentam prender 10 pessoas que nunca se viram, uma dona de casa da Santa Teresa, uma estudante de Belas Artes da Zona Sul, um ex agente penitenciário que mora em Bangu, um militante do [nome do partido]... Pessoas totalmente aleatórias, você vê pelo perfil que eles não se conhecem, e imputam quadrilha, foi a primeira vez que eles fizeram isso de quadrilha. Só que naquele momento a lei era diferente,<sup>121</sup> que eles botaram corrupção de menores, você pode ver também, mas cabia pagamento de fiança. Aí o movimento faz um ratatá gigante e consegue pagar a fiança de todos, assim (Anônimx, 2015).

Há muitos relatos de diversos tipos de arbitrariedade nas prisões, desde a escolha aleatória de pessoas nas ruas para ser imputado crime apenas posteriormente até a fabricação de flagrantes. Um militante preso acusado de ser pego em flagrante com posse de explosivos, por exemplo, consegue ser inocentado graças a filmagens feitas por uma pessoa:

Ele só foi liberado porque as pessoas deram as imagens, uma inclusive foi uma menina que filmou do prédio dela, pra filmar o P2 correndo e voltando lá pro choque, aí ela cedeu a imagem... Acho que depois que ela soube do que aconteceu, pela mídia mesmo falando do Anônimo, aí ela viu e não sei com quem ela entrou em contato (Anônimx, 2014).

Além da arbitrariedade, o relato de violência, ameaças e demais ofensas são constantes.

Aí eles falaram assim pra mim: “aí sua filha da puta, vem sua filha da puta, se tiver alguma coisa dentro da sua mochila você vai ser presa agora!” Aí eu na minha cabeça né: “po que bom porque eu não tenho nada dentro da mochila”. Aí eu abri a mochila tipo feliz da vida. Aí tinha tipo 2 máscaras de gás dentro da mochila. Ele olhou, assim... Ele olhou, olhou, olhou... Aí já tinha visto a mochila aberta, pegou as máscaras de gás e aí falou assim: "máscara de gás? Você tá de sacanagem, né? **Senta lá, senta lá!**" - e pegou assim pela minha camisa e me jogou assim, no canto assim, sabe? (Anônimx, 2016).

As detenções também podem servir como forma de catalogar possíveis suspeitos. Pessoas detidas em manifestações passaram a integrar dados para o Sistema de Arquivo (SARQ) de investigação, normalmente utilizado para averiguação de dados no sistema penitenciário. De acordo com a advogada Priscila Pedrosa, esse procedimento foi utilizado nas delegacias por pessoas que sequer estavam presas e tinha como finalidade a construção de um acervo sobre os manifestantes (Pedrosa, 2016). Para Pedrosa, “este ato administrativo também era usado antes de julho de 2013, com a finalidade de burlar o direito do advogado ao acesso à totalidade do inquérito. Ou seja, este

registro não gera outro número, mas fica em apenso à investigação principal, não sendo disponibilizado para vista do advogado” (Pedrosa, 2016, p. 56).

Algumas delegacias passaram a ser conhecidas por serem “menos bizarras” e por seus delegados não aceitarem “qualquer balela”, ou seja, qualquer motivo não justificado para ordenar a prisão. Antes do decreto da Secretaria de Segurança Pública do Estado que determinou ser possível um detido ser encaminhado à qualquer delegacia da cidade, houve algumas tensões entre policiais militares e civis para pressionar a efetivação das prisões. Anônims relatam um caso no qual essas tensões foram intensificadas:

Tinham uns 40, 50 detidos, a gente estava lá resolvendo, o delegado disse que não ia prender ninguém, que não tinha provas, que isso era um absurdo... Por exemplo teve gente que estava por destruir patrimônio público e o delegado perguntou onde foi, que dano foi, que aparelho público em que lugar. Aí o policial falava “uma lixeira em tal lugar” e o delegado: “então vamos lá agora”. E o delegado saía da delegacia e não tinha lixeira quebrada naquele local que os caras apontavam [...] Começou a confusão e pensei “ferrou” e aí de repente veio a inspetora gritando, xingando todo mundo e falando que quem tinha feito isso tinha sido a polícia e não os meninos... E aí ela começa a brigar com a polícia, a polícia taca uma bomba na porta da delegacia e ela fala “não faz isso” e a bomba explode quase no pé da inspetora-chefe (Anônimx, 2015).

O CORE vai lá, manda a PM sair – era um blindado do bope – e como ele não sai, o cara do CORE taca spray de pimenta dentro do carro do bope, tem um vídeo, assim.<sup>122</sup> Pessoal do CORE brigando com BOPE – não, foi o choque - foi feio, todo mundo gritando e mudou até o gritinho “eu vi o choque correu pro CORE!” (Anônimx, 2014).

122 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=9wm0MYz6TI0>. Acesso em dezembro 2016.

Essa tensão foi amenizada depois de possibilitado que os detidos fossem levados para qualquer delegacia, uma vez que os policiais insatisfeitos com a posição do delegado passaram a poder optar por levar o detido cuja prisão não tenha sido aceita para outra delegacia: “começavam a bater na DP, o delegado não prende, levavam para outra delegacia” (Anônimo, 2014).

Em dois momentos durante as manifestações houve um número grande de prisões que aconteceram concomitantemente: na manifestação que ocorreu no dia 07 de setembro de 2013 (no tradicional ato anual “Grito dos Excluídos”) e ao final da noite do dia 15 de Outubro do mesmo ano, na escadaria da Câmara, já tendo findado as manifestações do dia. Posteriormente se descobriu que as detenções ocorridas no dia 07 de setembro marcaram o início de um inquérito criminal sobre as manifestações e, assim, todos os detidos passaram a ser investigados pela polícia civil.

No dia 15 de outubro, grupos de policiais cercaram manifestantes que se encontravam na frente da escadaria da Câmara e nas proximidades do Ocupa Câmara e chegaram a levar 195 detidos para as delegacias. Desses, 84 foram encaminhados para presídios: as mulheres foram encaminhadas para o Complexo de Gericinó e os homens para a Cadeia Pública Juíza Patrícia Acioli (Pedrosa, 2016). Um desses presos conta que

Acusaram a galera de formação de quadrilha sendo que eram, sei lá, seis pessoas que nunca tinham se visto na vida... Tipo assim, tinha uma patricinha da zona sul, um outro sei lá que era morador de rua, aí tinha um estudante do Ensino Médio...Acusaram a galera de formação de quadrilha (Anônimo, 2014).

Imagem 29: manifestantes sendo levados por ônibus da polícia para as delegacias no dia 15 de outubro de 2013.



Fonte: Frente Independente Popular

Uma das coisas que chamam a atenção sobre essas prisões são os aspectos aleatórios e tendenciosos dessas. No caso das prisões de outubro, as pessoas não foram presas em flagrante e ao menos existia, no momento, contexto de manifestação. Nem a questão de “desacato”, frequentemente utilizada para a realização de prisões arbitrárias, foi acionada.

As prisões foram basicamente aleatórias. A tropa veio e alguns PMs fizeram assim: “amigo, olha só, com licença” e jogaram você pra cá e você não foi preso. Às vezes algum PM fez o contrário: “com licença, jogou pra lá, foi preso”. Fechou, e quem estava aqui foi - tinha casal de namorados, um ficou aqui e outro aqui, mãe e filho... O governo agiu muito mal e se desprestigiou (Anônimo, 2014).

Quando a polícia chega pra prender na Câmara muita gente fala que achou que naquela hora ia apanhar até um desgraçado. Nisso tinha um garoto passando, com a mãe, assim... Na hora que o garoto

viu a polícia fazendo o cerco ele tirou foto, ele foi lá tirar foto – essa mãe chorou muito. Ele foi lá tirar foto e na hora que ele estava tirando foto a polícia bota ele no cerco também. E ele vai preso. Ele vai pra Bangu. E a mãe dele estava do lado o tempo todo, assim, como a gente está, estava ele e a mãe. A mãe chorava desesperada na porta da delegacia dizendo que a culpa era dela porque ela estava do lado e o filho dela foi puxado assim: você está com seu filho, ele está do seu lado e de repente prendem ele. E mandaram pra Bangu <sup>123</sup>! (Anônimx, 2015).

Teve o Anônimo que voltou pra ver o que estava acontecendo e puxaram ele pra dentro do cerco, botaram ele lá dentro também (Anônimx, 2014).

O relato abaixo, contado por um desses presos, mostra a questão de apoio popular que sentiu por parte dos detentos:

Na cela a gente ficou junto com os próprios presos políticos, não misturaram a gente com os presos normais. Depois a gente foi transportado de novo com os presos de verdade no ônibus, aí os caras super idolatravam a gente, sacou? Os caras tipo: “cara, vocês são muito foda, vocês estão lutando por um bem que é nosso também, entendeu?” Eles entendem. Essa galera sofre as injustiças do Estado, eles entendem. Eles não tratam os manifestantes como vândalos [...] Que eu acho que sei lá, cara, o cara tá com uma vida muito ruim entende? Ele não quer continuar acho que a vida dele inteira daquele jeito... Então ele viu que a gente tava tentando mudar alguma coisa - mesmo a mídia manipulando e tal, ele devia ser o primeiro a apontar “cara, vocês são vândalos e tal” mas eu não vi isso não – acho que ele tinha uma mente bem mais aberta do que o resto da população que às vezes têm acesso à informação e não usa, sacou? (Anônimx, 2015).

Os presos foram libertos em tempos diferentes, em média depois de sete dias presos, e não responderam processo sobre essas prisões pois o Ministério Público não apresentou nenhuma denúncia. Mesmo assim, um deles permaneceu preso por dois meses.

Depois disso, as detenções continuaram a ocorrer durante os atos, mas, ao mesmo tempo, começaram a ser mais elaboradas. Já em 2014, um mês antes do início da Copa do Mundo de Futebol FIFA alguns ativistas tiveram mandado de condução coercitiva e mandado de busca e apreensão, alguns deles apenas por serem administradores de uma *página* ativista na internet. A Delegacia de Crimes de Informática (DRCI), instância responsável por tais procedimentos, apreendeu vários objetos de informática de uso pessoal, mas não retirou dos detidos os celulares que, de acordo com um dos presos, “era pra continuar me vigiando, me monitorando” (Anônimx, 2015).

E o detalhe é que eu não sou levado pra delegacia com mandado de condução, não tem mandado de condução, eles me levam coercitivamente sem mandado de condução. E aí chegando lá eu fui levada pra depor e as perguntas foram essas: se eu conhecia todo mundo e quem eu conhecia e como eu conhecia e qual era a função deles nos atos e manifestações e qual era o posicionamento político (Anônimx, 2015).

Durante a realização da Copa do Mundo FIFA houve muitas detenções em manifestações até que, nas vésperas da final, é emitido um mandado de prisão e 19 pessoas foram presas e levadas para a Penitenciária Complexo de Gericinó, em Bangu. Dentre essas pessoas existiam militantes, pessoas que já não participavam de questões políticas, amigos de militantes, estudantes, professores e uma advogada. Entre os presos, dois menores de idade endossavam a denúncia de “corrupção de menores”.

Acordei nesse dia 12 de julho e encontrei mensagem no celular com a notícia das prisões. Fomos para a frente da POLINTER<sup>124</sup> e as pessoas estavam muito assustadas pela forma e caráter das prisões. Prisão provisória, 5 dias, nos falaram. Passei o dia compartilhando de

124 Polícia interestadual onde são levados muitos presos antes de serem transferidos para presídios.

um estado de susto e paranoia geral. As coisas ocorreram de forma tão arbitrária que chegou ao ponde de uma das pessoas com mandado de prisão, antes de ser ela mesma presa, pensou em ir prestar solidariedade: nem passou por sua cabeça que ela pudesse ter feito algo de criminalizável para ser presa. Dado a forma que ocorreram as prisões ninguém sabia ao certo as acusações e se haveriam mais mandados. À noite, conversas sobre o medo do dia seguinte e a decepção entre pessoas que estiveram nas ruas em junho de 2013 e que, pelo menos por um momento, realmente achou que não haveria Copa do Mundo e de como o Estado consegue destruir os movimentos sociais de tantas formas. Nos dias seguintes houve atos, reuniões, mais reuniões para organizar a defesa, uma grande campanha de solidariedade iniciada, mais atos. Foram dias intensos esses em que eles estiveram presos. E se nós aqui fora sentíamos isso, como estariam eles?

Aí de madrugada ouvi umas porradas na porta e não deu tempo de nada, entraram arrombando a porta, entraram com a pistola no meu peito... Enfim, pedi pra ver o mandado e me mostraram uma folha que nem consegui ler de nervoso porque encostaram a pistola no meu peito, assim (Anônimo, 2014).

Eu já esperava de certa forma, eu tinha sonhado uns dias antes... E eu falei pra todo mundo não dormir em casa porque eu achava que isso ia acontecer. Eu falei pra todo mundo. Eu mesmo não segui o que eu falei, assim. Mas não por uma questão metafísica mas por uma análise mesmo de que a gente estava exposto, a gente sabia que estava sendo monitorado, que estava todo mundo grampeado... Mas mesmo assim a gente tinha que continuar a manifestação, nem por isso a gente fugiu da onça (Anônimo, 2015).

[Policial:] “Quero saber onde que está a porra dos coquetel *molotovs*, onde é que estão os casacos pretos, onde é que estão os escudos, onde é que estão os materiais de *black bloc* aí?” E eu falei: “olha só, eu não tenho nada aqui do que você está pedindo, não tem nenhum material *black bloc* aqui,

“você está procurando no lugar errado.” Aí depois mostrou o mandado e “a gente vai vasculhar, se achar alguma coisa aqui o bagulho vai ficar doido pra você e tal”, aí mostrou o mandado: prisão provisória de 5 dias. No dia antes do ato. Na hora eu “ah, entendi, vocês querem me deixar fora da manifestação de amanhã, isso aqui é pra desmobilizar a manifestação” [...] aí ele começou a procurar artefatos *black blocs*, achou uma máscara de gás e eu expliquei que usava em manifestações, que não era ilegal, vendia em qualquer loja de material de construção (Anônimx, 2015).

Aí pegaram uma máscara de gás, um casaco preto [...] e falaram “ah, um casaco black bloc” e Anônimx falou “meu filho, isso aí não cabe nem nele, olha o tamanho disso aí” - era um casaco apertadinho assim [...] Eu falei: “muito bonito, acordamos em 68 (Anônimx, 2014).

Quando a gente passa por uma espécie de triagem perguntam pra gente o motivo da nossa prisão e eu falo “cara, não sei, eu não sei porque eu fui presa porque não me deixaram ver o mandado”. Eu cheguei pro policial e falei “olha só, quero ver o mandado” e ele falou pra eu ficar na moral porque se eu não ficasse na moral ele ia me levar a força porque eu estava presa. Então eles não me mostram o mandado de prisão, nunca vi (Anônimx, 2014).

E aí lá eles não queriam que chamasse advogados, não estavam deixando ligar pra advogado, falei que queria ligar e eles “você já vai poder ligar, já vai poder ligar”. Aí começaram a perguntar várias coisas, assim, só que pô, eu não sou bobo né? Eu sei mais ou menos meus direitos e eles “não, você só vai responder um formulário aqui depois vai poder ligar pro seu advogado... Aí eles começaram: “qual seu nome? onde você mora?” Aí eu respondi. Aí ele: “qual a sua religião?” Aí eu “não vou responder minha religião, quero falar com meu advogado antes de qualquer coisa”. Aí o delegado: “ah, você é assim? Então bota todo mundo na cela

por causa dele!” E não deixou eu falar com meu advogado, me colocou já naquela solitariazinha que eles têm lá na POLINTER. E aí depois de um tempo vieram me chamar pra tirar foto e quando eu fui lá eu falei “pô eu não liguei pro meu advogado até agora e não sei o que lá” aí de tanto eu reclamar o cara que ia tirar foto deixou eu ligar, na salinha lá... Não foi o delegado, foi o cara que ia tirar foto que deixou eu ligar (Anônimo, 2016).

Mas enfim aí fui pra POLINTER, aí vi a galera chegando, né? Muita gente que eu conhecia do movimento popular, falei “*caraca*, então a parada é bem maior do que eu pensava”. Aí deu uma sensação muito engraçada, foi ao mesmo tempo um alívio de não estar sozinho e logo depois uma culpa de “putz grila! Foi todo mundo, fudeu!” (Anônimo, 2015).

A POLINTER é muito ruim, não tem estrutura nenhuma pra receber ninguém e é tipo uma solitária, né? Uma cela mínima, pequena, em que não tem cama, não tem colchão, não tem porra nenhuma, tem só uma inclinaçãozinha na parede que dá pra dormir uma pessoa meio torta, papelão no chão e o *boi*<sup>125</sup>, né – que é onde os presos fazem as necessidades básicas... Aí o pessoal da Anistia Internacional que esteve lá falou “cara, isso aqui é uma condição desumana, isso aqui é uma solitária que vocês estão sendo colocados” (Anônimo, 2015).

Depois de 24 horas na POLINTER, os presos foram encaminhados para o Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu.

Na porta do presídio o cara [responsável pela condução dos presos] [nos] entregou assim: “esses aqui são os *black blocs*” aí “beleza” e ligou lá pra

125 Espécie de buraco no chão feito para ser utilizado como vaso sanitário em presídios.

dentro: “olha só, as *black blocs* chegaram” (Anônimo, 2015).

Os homens foram mandados para a Ala B de Bangu 10 e confinados em celas individuais. As mulheres foram encarceradas em um Anexo de Bangu 8 que, de acordo com um dos relatos, foi construído com a intenção de conter presas políticas:

A carcereira fala que esse anexo foi construído pra isso e que antes da gente as únicas pessoas que tinham inaugurado tinham sido as mulheres grevistas do IBGE. Funciona só pra prisão política (Anônimo, 2014).

Embora oficial e legalmente não se opere a divisão entre presos políticos e presos convencionais, a organização estrutural interna do presídio funciona de modo a separá-los e impedir qualquer contato. Além disso, o tratamento recebido foi diferenciado.

Aí a gente foi colocada na Ala B, uma área que foi reservada pra gente, né? Não raspam a nossa cabeça, ficaram com um discurso no começo de apoio, sabe? “Ah, nós apoiamos vocês, vocês são os *black blocs*, vocês são fodas” - um discursozinho desse nível, “tem que fazer acontecer mesmo”. E a gente: “não, a gente não é *black bloc*, sou sindicalista, sou manifestante, não tem nada a ver isso”. “Não, eu sei que vocês são, tem que quebrar a porra toda mesmo, isso aí”, com esses discursinhos, dizendo que não gostava de polícia também porque são outra parada (Anônimo, 2015).

Rola uma preocupação por dois lados: tanto a galera dos Direitos Humanos fazia força pra não colocar a gente junto com todo mundo, eles tinham medo que outros presos fizessem coisa com a gente e tudo o mais, mas também tinha o medo da galera do próprio presídio de a gente instigar a revolta da galera... Isso aí está nas cartilhas dos presídios de séculos atrás. Se você pega essas cartilhas de presídios de séculos atrás você vai ver que eles colocavam que as pessoas com mais educação

tinham que ficar separadas do restante pra evitar que essas pessoas instigassem rebeliões, virasse algum tipo de liderança. Na verdade, dentro da prisão eles fazem uma diferenciação fora do que o juiz coloca, assim: lá dentro da prisão tem certos delitos, assim, que são na verdade mais perigosos pro sistema carcerário... Às vezes o cara pode ter matado, esquartejado, sei lá o que, feito várias paradas, e ficar junto com todo mundo. Mas outro cara que sei lá, é um perigo político eles deixavam [antigamente] com uma máscara de ferro, na solitária (Anônimo, 2015).

Uma das razões entendidas para o tratamento diferenciado foi a grande visibilidade que as prisões estavam tendo na mídia e a quantidade de apoio popular e de instituições de defesa dos Direitos Humanos. Outra razão, apêndice dessa, é a esfera de pertencimento social. Embora não fossem todos jovens de classe média, como a mídia convencional ressaltou, existiam entre eles estudantes, professores e uma advogada, fatores que ajudavam a repercussão das notícias.

Os outros presos chamavam a gente de “os *black*” porque no jornal só falavam que eram os *black blocs*. Até os seguranças lá da cadeia chamava a gente de “os *black*”. A galera se identifica com a revolta, sabe que a gente é contra o sistema que ferra eles também (Anônimo, 2015).

O medo de que as diretrizes militantes contagiem os demais presos foi bastante citado. Na prática, os presos que tiveram contato com os aqui chamados presos políticos demonstravam apoio, solidariedade e por vezes admiração.

Teve um [preso] que falou uma parada muito interessante: “cara, acho que eu também sou anarquista. Quando eu sair da prisão – isso vai demorar bastante anos – vou procurar vocês, vou ser *black bloc* também, eu também sou contra o sistema” (Anônimo, 2015).

Então eu lembro que ele [um detento que ficava no corredor ao lado] me perguntou qual era o crime que a gente tinha cometido. E eu falei “ah, parada de manifestação”. “Manifestação sobre o que?” Aí eu pensei pô, vou ganhar o cara “pô, manifestação contra os gastos da Copa do Mundo, a gente é de movimentos sociais que atua com a discussão da moradia e tal tal tal, a gente discute a questão da violência policial das favelas, a gente é contra a UPP e etc...” “Pô, caralho, os moleques são foda”, a galera ficou fã nossa (Anônimx, 2015).

Aí eu fiquei trocando ideia com o cara lá, ficava explicando pra ele o funcionamento do movimento, do porquê que a gente estava lá (Anônimx, 2014).

E por isso que a gente fica pra fora, porque aquilo: qual a diferença de um preso político pra um preso comum? Porque aquilo, a gente vive num Estado burguês, a gente vive num Estado fascista... Sendo bem claro, até pra não ser anacrônico, usar um termo da nossa época: é que é um Estado que prende para defender o capital, pra defender a propriedade, né? E nessa medida todo preso é preso político. Porque ninguém prende porque “nossa, aquele sujeito faz mal pra sociedade”, não! Se prende aquele sujeito se ele é um dano à sociedade burguesa, ele faz mal à sociedade burguesa. Então todo preso é um preso político sim porque só se prende pra isso. E o problema é quando esse preso ele se reconhece como político: aí ele se torna perigoso (Anônimx, 2016).

Não era permitido o contato com os demais presos, mas algum contato mínimo foi inevitável - o suficiente para se ter uma ideia de como funcionam as coisas para os presos regulares de forma geral. Dentro do presídio, relatos de inúmeras torturas cotidianas: espancamentos de “boas vindas”, afogamentos, insultos e submissão à frio intenso, entre outras.

As mulheres tinham contato com as demais presas regulares nas horas em que essas iam e voltavam de suas celas. Apesar da ordem de não comunicação que as detentas regulares tinham recebido das

carcereiras, elas conseguiram passar algumas mensagens e bilhetes para as militantes presas. À noite, podiam ouvir as mulheres gritando e sendo torturadas. Para Anônimo, “a forma como aquelas mulheres são tratadas, desumanizadas, é bem cruel”.

As presas tentam o tempo inteiro entrar em contato com a gente e prestando solidariedade e perguntando se a gente precisa de alguma coisa, se a gente precisa de dinheiro, se a gente precisa de ajuda, se a gente precisa de informação... E se arriscando pra falar com a gente, elas quando falavam com a gente avisavam: “olha só, se tu ver alguma carcereira falando você avisa” (Anônimo, 2015).

Depois de 5 dias, findado o primeiro mandado da prisão provisória, 12 dos ativistas foram soltos. Era por volta de 2 horas da manhã e estávamos na frente do Complexo Penitenciário há mais de 3 horas, esperando que eles saíssem. Um a um foram sendo liberados, com os braços esquerdos estendidos para alto, sinal de luta e resistência. Até sair o último dos presos que seria liberado nessa madrugada, recebíamos todos em silêncio, receosos de que qualquer barulho causasse a cessação da liberdade dos ainda detidos ou que atrasasse o processo. Quando saiu o último deles os presentes começaram a cantar palavras de ordem:

*Não acabou!  
Tem que acabar!  
Eu quero o fim da Polícia Militar!*

Ao final, todos estavam emocionados quando uma das libertas começou com o grito “Poder para o povo”, geralmente puxado por um vocal e seguido por um coro como se fosse um jôrgal.

*Poder!  
Poder!  
Poder para o povo!  
Poder para o povo!  
E do poder do povo  
E do poder do povo*

*Vai nascer um mundo  
novo!  
Vai nascer um mundo  
novo!*

Era a comemoração pela liberdade e, ao mesmo tempo, uma forma de afirmação da continuidade das lutas.

Um dia depois, no entanto, novo mandado de prisão foi expedido. Os que estavam libertos ficaram em situação de foragidos, “em luta pelas suas liberdades” (Anônimx, 2015). Cinco presos continuaram detidos. Desses, dois saíram depois de dois dias e foram desvinculados do processo criminal que se seguiu às prisões. Os demais saíram quando conseguiram um *habeas corpus* definitivo, 13 dias depois das prisões.

A sensação de prisão, no entanto, permaneceu para algumas pessoas. Do lado de fora, finalmente em liberdade, a realidade já não parecia a mesma:

Depois que eu saí em vez de me sentir livre eu me senti mais presa ainda... Porque eu entendi que eles prendem quem eles querem, sem motivo nenhum, eles matam... A prisão te dá um sentimento de tempo muito doido, o tempo da prisão ele é completamente do seu tempo... É outro tempo. E ali você entende que você não tem controle sobre a sua vida, nenhum. Se quiserem vão te assassinar, vão fazer o que quiserem contigo lá dentro e PAF PAF PAF [som de uma mão batendo na outra] vão falar o que for, que você estava tentando fugir ou que você bateu em um funcionário ou que você matou uma pessoa lá dentro... Ali você percebe que na verdade a gente não é porra nenhuma, assim, que você não tem controle de nada da sua vida, se eles quiserem tirar eles vão tirar, se eles quiserem dar eles vão dar... E aquilo me chocou muito. Bangu me chocou muito, assim. De entender quem a gente é perante o poder do Estado: não é nada. Nada, nada, nada! (Anônimx, 2016).

E isso me enlouqueceu porque se eu continuasse na minha vidinha, no meu dia a dia, jamais ninguém ia me encostar porque eu ia continuar sendo uma

classe média com meu apartamentozinho e que mesmo não votando não faria diferença porque não incomoda. Mas a partir do momento que eu começo a incomodar eu viro um inimigo do Estado. Muito louco você virar um inimigo do Estado quando você quer que melhore não o Estado, mas a vida das pessoas (Anônimox, 2016).

Pensava que podia ficar preso 10 anos, que não ia sair de lá... Mas eu sabia que eu não estava sozinho, eu sabia que outros anarquistas passaram por coisas bem piores... Quando você tem uma ideologia, assim, como é a ideologia anarquista, isso te dá força, né? Te dá força porque você sabe que não começou ontem, não começou com você e não vai acabar com você. Isso vai continuar, assim. Ao mesmo tempo eu sabia que não estava sozinho porque sabia que tinha muita gente apoiando mesmo, movimentos sociais, pessoas de esquerda (Anônimox, 2015).

Como 23 dos presos foram indiciados pelo Ministério Público a liberdade é condicionada às restrições previstas pelo *habeas corpus*. Dentre essas, destacam-se a impossibilidade de deixar a Comarca e o veto de participação de manifestações políticas. Em 15 de outubro de 2014, após participarem de uma atividade cultural na Cinelândia sobre um ano das prisões injustificadas que tinham ocorrido no ano anterior, três dos indiciados tiveram novo mandado de prisão expedido com a justificativa de que esses supostamente teriam violado uma das medidas restritivas, a saber, de proibição de participarem de manifestações públicas. Duas delas foram consideradas foragidas por sete meses, de dezembro a julho de 2015, mesmo período em que o terceiro deles passou na prisão - no começo em cela isolada e depois junto aos demais presos (Mendes, 2017). Voltarei ao tema dos processos adiante para discutir uma temática que aparece relacionada a essa, a questão da repressão judicial.

### 6.3 Torturas

Mesmo com intenso foco da mídia e da sociedade sobre os presos políticos, uma menor de idade presa, além de presenciar diversas cenas de tortura, foi ela mesma vítima de várias sessões. A menor de idade em questão conta que, dentre as torturas, teve que dormir algemada nas grades da cela uma noite e que de tempos em tempos as carcereiras passavam jogando *spray de pimenta* diretamente no rosto dela e demais menores na mesma situação. Esses sprays de pimenta tinham coloração diferente (azul e amarelo) e, de acordo com seu relato, provocavam mais ardência do que convencional (Mariachi e MIC, 2015).

Mas além da tortura física existem outras formas de tortura que são igualmente sádicas e eficazes. Ameaça à familiares, mentiras para criar tensão, ofensas e humilhações foram algumas das formas de tortura utilizadas sobre os ativistas presos. Para Cecília Coimbra<sup>126</sup>, as torturas psicológicas deixam marcas tão ou mais profundas do que as torturas físicas (Mariachi e MIC, 2015).

Em outra situação, uma menina menor de idade conta que, detida, ficou horas sendo levada a vários locais da cidade dentro de uma viatura policial. Em outro relato, uma mulher conta que, algemada em uma viatura, o motorista se divertia em dirigir e frear para vê-la cair de um lado para outro e se machucar a cada batida.

Mas o próprio cotidiano na prisão pode ser entendido como uma forma de tortura, exercida de maneira permanente e constante: o modo de andar (sempre em linha reta e de cabeça baixa), de falar com os carcereiros e policiais (“senhor carcereiro”), o fato de ser submetido à situações de temperatura e necessidades básicas das quais não se tem qualquer controle ou decisão, estar submetido à doenças e violências constantes... Ser impedido de falar com advogados, presenciar e/ou viver torturas físicas, viver sob constante terror psicológico. Para Foucault, a prisão enquanto medida disciplinar atua diretamente nos corpos e na produção de sujeitos obedientes e são todas as suas instâncias que contribuem para a consolidação de tal objetivo (Foucault, 1993), independentemente de fatores éticos e mesmo legais.

126 Psicóloga, historiadora e uma das fundadoras do grupo Tortura Nunca Mais, grupo fundado por ex-presos políticos com a finalidade de denunciar as torturas exercidas pelo regime militar brasileiro e atuar em defesa dos direitos humanos. Para mais informações ver: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br>. Acesso em jan 2018.

Assim, a própria situação de prisão se confunde e se mistura com os regimes de tortura: desde o modo como as prisões são efetuadas, passando pelo tratamento recebido, as condições de encarceramento de sujeira, ser submetido à fome e à sede, presenciar torturas físicas, entre outras coisas, são também formas de exercício de tortura. Os relatos abaixo trazem um pouco dessas torturas dadas cotidianamente nessas esferas:

O camburão é dividido em duas partes, estreito assim, e fica metade de um lado e metade de outro. Aí a gente ficou as 8 meninas nessa metade do camburão e sem poder se mexer porque a gente estava algemada... Tinha que ficar umas sentadas e outras encostadas num banquinho, o camburão foi uma merda, eu toda torta algemada e toda vez que puxava [as algemas] ela aperta mais... (Anônimx, 2015).

... Aí colocam a gente em uma outra sala do IML, uma cela bizarra, nunca fizeram uma limpeza naquela sala desde que ela existe e aí eles perguntam: “você quer água?” e nós: “queremos”. Aí ele abre um chuveiro lá de dentro e a água cai assim na cela inteira e espirra na gente, saca... Que ódio que me deu daquilo. Aí a gente teve que se aproveitar da água que caía pra beber, porque estava morrendo de sede, a gente não bebia água há muitas horas (Anônimx, 2014).

Não chegaram a me agredir fisicamente, me dar porrada, em mim não, mas cara, os presos em geral eles apanhavam muito, apanhavam muito, eles botavam a galera numa salinha, assim, e enfiava porrada na galera, na nossa frente, assim, no final do nosso corredor. Tinha gente até que desmaiava de tanta porrada que tomava (Anônimx, 2015).

Eles não gostavam que a gente olhasse, mas a gente via de rebarba de olho. Pô, teve um velhinho que eles bateram tanto que o cara desmaiou e se cagou todo, aí jogaram uma água nele e ficaram zoando

ele ainda: “se cagou todo seu nojento”. O cara não conseguia nem se levantar. Pra se levantar ele foi segurando a grade, com a perna tremendo pra se levantar... Era a galera que estava chegando, era o “bem-vindo deles” (Anônimo, 2015).

A gente estava bem visível [na mídia]. Porque os presos em geral são invisíveis, ninguém quer ver. A galera considera tipo “está preso tem que sofrer”, né? Não basta ser privado de sua liberdade, tem que ser sofrido, né? Tem que ser humilhado, espancado, isso tudo a sociedade aprova tudo isso, afinal “é o bandido”, né? O bandido é [considerado pela sociedade] menos humano. Eles não acham que os ricos e colarinho tem que sofrer assim. Mais de 90 por cento das pessoas que entravam lá eram negras, um racismo estrutural forte (Anônimo, 2015).

A gente não sofreu nenhuma violência física diretamente - fora a violência física de estar preso, que é terrível. Mas eu posso afirmar [...] eu sistematicamente vi todos os dias, todos os horários, torturas aos presos. Isso acontece sistematicamente. O preso quando entra, já na entrada, ele é recebido com [...] Todos os presos que entram em Bangu 10 são recebidos com uma sessão de espancamento. Naquele momento eles são espancados pra - eles dizem, né? - pra se colocarem no seu lugar, pra amaciar os presos, essa ideia mesmo. Eles são severamente espancados. Aí depois quando eles são colocados no convívio, né, nas celas, qualquer reclamação mínima, qualquer coisa que desagrade os carcereiros ou não, aleatoriamente mesmo, também são espancados (Anônimo, 2016).

Eu presenciei uma sessão de tortura lá dentro que era com água, me lembrou muito aquelas torturas que a gente ouvia relatar das torturas do DOPS: era um preso gritando muito, gritava, gritava, gritava... Depois você ouvia alguém pressionando ele, alguém gritando com ele, depois grito de dor absurda com barulho de água, muita água. Então,

assim, eu deduzi que era uma sessão de tortura com água (Anônimo, 2014).

Eu cheguei a ver um corpo no chão, primeiro dia foi a recepção: tinha um corpo no chão, todo espancado, ensanguentado (Anônimo, 2015).

A primeira também, a recepção, que eu vi como funciona o *modus operandi* da recepção de Bangu 10 - que acredito que deve ser uma política mesmo de cima pra baixo - eu pude ouvir, eu estava na mesma sala. Colocaram a gente de costas pra parede pra não ver, pra não testemunhar e aí começou a sessão de espancamento. E aleatório, mesmo: “pega aquele *neguinho* lá de camisa preta que eu não gostei dele não” [...] Aí você ouvia os socos, porradas, a pessoa gritando e tal. Bizarro, assim. E depois, sistematicamente no dia a dia, você ouvia essas sessões de tortura em todos os turnos (Anônimo, 2015).

Inclusive lá dentro [as detentas] fazem um pedido pra gente denunciar as torturas que acontecem no 4º andar... porque quando os Direitos Humanos vai lá ele só vai no primeiro andar e não vai pra onde tem tortura de verdade que é o 4º andar, né? (Anônimo, 2015).

Os primeiros quatro dias a gente não tinha cobertor e foi um frio muito grande e a gente teve que dividir o cobertor entre todas nós, só as três primeiras que receberam cobertor e aí a gente botou os colchonetes no chão pra dormir junto porque estava muito frio (Anônimo, 2015).

A gente não recebe talheres, na verdade se come com a mão dentro da cadeia... É humilhação, pra você realmente descaracterizar o indivíduo, humilhar o indivíduo (Anônimo, 2015).

A solitária [na POLINTER] fica o tempo todo acesa, pra você não ter noção do tempo que passa... E

você perde completamente a sua dignidade, porque por exemplo, assim, pra fazer xixi você tem que se agachar pra fazer e se eles tiverem que abrir – como aconteceu – a cela e um bando de homem – que não é mulher – enquanto você está lá eles vão abrir e você está fazendo xixi lá e um bando de homem vendo você fazer xixi... A gente só consegue beber água porque a advogada vai lá e fala que isso é contra os direitos humanos e exige que a gente beba água (Anônimx, 2015).

Porque a água que se bebe na verdade dentro da POLINTER, dentro de todas as cadeias a gente pede pra abrir o chuveiro e a gente bebe a água que cai do cano (Anônimx, 2016).

Tratamento diferenciado [dos carcereiros] muito em função eu acho que da repercussão – que poderia ter processo – que o procedimento no começo, quando não sabiam quem a gente era parecia que ia ser mais parecido... Fato isso, a gente sabe que o sistema penitenciário é extremamente racista e o fato de serem alguns professores, estudantes, talvez já fosse já ser diferente. Mas o fato de saberem que eram manifestantes que iam ser possivelmente libertados depois eu acho que foi o que pesou também boa parte pra eles darem uma aliviada ali no procedimento. Mas volto a afirmar: aquilo ali é um grande centro de tortura. Aquilo ali é um grande centro de tortura da juventude negra e pobre, é bizarro (Anônimx, 2015).

Cara, é uma merda ficar ouvindo... Você vai dizer “tudo bem, não era com você”, mas você tem alguma alteridade: po, vou conseguir dormir ouvindo grito a noite inteira de a pessoa sendo torturada? Uma merda, né? E é muito, é direto, tem uns momentos de tranquilidade, aí começa de novo (Anônimx, 2014).

Não teve nem banho de sol porque lá não tem banho de sol. A gente tomou sol quando a gente foi esperar pra ser atendido pelo médico e depois ter a

palestra com a assistente social, aí foi nesse momento que a gente acabou tomando sol por acaso, no pátio esperando... Foi muito bom, por incrível que pareça. Sensação assim: “caralho, tomar sol!” (Anônimo, 2016).

E chegou em Bangu foi aquele terror, né? “Ah, qual facção você é?” - Já sabiam que era de manifestação, não era de facção, mas... “que facção você é?” Eu falei: “não tem facção”. “Tem que falar facção.” E tinha mais ou menos uns 200 meninos pelados, sentados, assim e eu pensando: “pô, vou falar uma e se quem tiver aqui é outra?” E os caras botando um terror rindo, rindo (Anônimo, 2015).

Os carcereiros vinham pra humilhar a gente - a gente não podia fumar cigarro, eles ascendiam cigarro e dava assim: “olha, vocês tem que fumar todo mundo e tem que tacar de cela em cela, se cair no meio do corredor vocês perderam o cigarro”. E ficava todo mundo igual doido dando um trago e tacando pro outro. pra mim isso é uma forma de tortura psicológica (Anônimo, 2014).

Teve uns dois dias antes de a gente sair os carcereiros avisaram, em torno de umas 9 horas da noite, que chegaria mais de 90 presos e que nessa hora era pra gente não botar o rosto pra fora da cela porque senão a gente ia ser testemunho de que ia acontecer e isso não seria bom pra gente. E quando chegou a gente começou a ouvir os gritos, os choros, os estalos de madeira sendo quebrada... Isso na ala do lado. No momento que eu fui botar pra fora, assim, gritei aí um cara ali ameaçou, ele falou: “se vocês ficarem, continuarem assim, vocês vão ser testemunhas e vocês vão sofrer as consequências”. E a gente teve que aguentar os gritos na madrugada toda. Isso foi o que mais me doeu lá dentro: não poder fazer nada (Anônimo, 2015).

Eles avisaram pra gente não olhar o que ia acontecer, pra não gerar alvoroço, né? Porque aquilo ali era rotina padrão deles. Falaram que era padrão (Anônimo, 2016).

Quando a gente tava saindo também teve um inspetor lá que ele engatilhou a 12 atrás da gente, falou que aquilo lá era padrão deles: andar com a arma engatilhada e destravada atrás. Mandaram a gente alinhar. Falaram que era padrão. Mais de 5 metros pra sair, cada muro era isso (Anônimo, 2015).

Para Cecília Coimbra, existem muitas semelhanças entre as torturas sofridas no último regime ditatorial brasileiro com os atuais casos das prisões políticas (Coletivo Mariachi e MIC, 2015).

Ao contrário do que se entende pelo senso-comum e que os poderes públicos insistem em afirmar, os casos de tortura não se tratam de casos de exceção, mas o próprio *modus operandi* de delegacias, viaturas, presídios e zonas periféricas. A tortura, abolida oficialmente junto com a última ditadura militar, é parte constituinte do cotidiano daqueles que vivem à margem. E quanto há isso não há discussão: não pode existir tortura em uma democracia. Se essa está ocorrendo significa que nós não estamos operando em um regime democrático de fato.

#### **6.4 Perseguição judiciária e criminalização de movimentos sociais**

Entendo aqui por repressão judiciária tanto a construção de leis como seu emprego com a finalidade de reprimir, deslegitimar e tornar passível a imputação de crime a ações e movimentos sociais com finalidades políticas e cujas expressões são previstas constitucionalmente. Dentre o período aqui abordado, interessa mais especificamente analisar os efeitos da Lei Geral da Copa que foi redigida de acordo com as expectativas da FIFA como condição para realização da Copa do Mundo, a mudança da lei envolvendo Associação Criminosa e a Lei Antiterrorismo, promulgada em julho de 2016, às vésperas da realização dos Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro.

De acordo com a advogada Camila Valle, “a escolha do Brasil como país-sede para a Copa do Mundo de 2014, em 2007, trouxe obrigações internacionais para o governo brasileiro, que incluem tornar

o Brasil um ‘espaço seguro’ para o capital” (Valle, 2017, p. 13). Para que o Brasil fosse aceito como sede da Copa do Mundo o país teve que se submeter às imposições da FIFA, responsável mundial pelo evento. Em termos de segurança pública, foi aprovada em 05 e junho de 2012 a lei número 12.663 que ficou conhecida como Lei Geral da Copa e que, entre outras medidas, impõe restrições aos direitos constitucionais de realização de manifestações políticas (Artigo 19, 2014).

Houve uma mudança significativa no código penal durante o auge das manifestações brasileiras: em 02 de agosto de 2013 foi aprovada a lei número 12.850 (proposta em dezembro de 2009) que define organização criminosa e as condutas para investigação criminosa e altera o código 288 do Código Penal de “formação de quadrilha ou bando” para “associação criminosa”. Além da mudança do nome, essa lei muda o número mínimo de associadas para quatro indivíduos e altera as previsões de penalidade, aumentado o tempo de pena se houver participação de criança ou adolescente, emprego de arma de fogo e se a organização criminosa em questão mantiver conexão criminosa com outras organizações criminosas, entre outros. Além disso, a pena é agravada para quem exerce função de comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução. Com o aumento da pena, esse crime passa a ser inafiançável (Presidência da República, 2013).

Além disso, já havia sido proposto em 2011 o projeto de lei 729 que tinha intenção de fortalecer as diretrizes de segurança pública para os megaeventos. Esse projeto previa novos tipos de infrações administrativas e penais, limitava o direito de greve e criava o crime de terrorismo. Devido às inúmeras críticas recebidas, tal projeto não chegou a ser aprovado, mas em 2015 foi proposta e aprovada a lei antiterrorismo com disposições similares (Valle, 2017).

Para poderem ser enquadrados como crime, os movimentos sociais passaram a ser analisados sob mesma ótica usada para analisar as organizações criminosas. De acordo com a lei 12.850 acima citada, uma das características desse tipo de organização se refere à presença de liderança, hierarquia de posições e divisão de tarefas de acordo com cargos/funções atribuídas. Para criminalizar movimentos sociais, os inquéritos tomam como forma de análise um modelo de *modus operandi* a partir do qual muitas vezes se inventa ou cria uma liderança que, na prática, é inexistente (na maior parte das vezes por questões ideológicas).

Além disso, os processos investigativos tendem a atribuir as divisões de atividades, que acontecem de forma espontânea e rotativa, como cargos instituídos para adequar o máximo possível o movimento sob a lógica de uma “facção”.

O resultado dessa construção de investigação que parte do modelo para a realidade é muitas vezes inquéritos compostos por redação de textos tendenciosos e distantes da realidade.

Pra associação criminosa tem que ser algo cristalizado mesmo, que todo mundo é consciente daquela função. Aí tem que ser direção. Por isso esse paradoxo: pô, organização anarquista que tinha direção? Eles pensaram tudo mesmo, de trás pra frente: pensaram no crime pra depois criar o sujeito criminoso. E aí foram construindo... E aí naquelas categorias que eles tinham daquele crime lá foram preenchendo: “ah, essa função aqui é fulano” e alinhada a essa necessidade da mídia de criminalizar, né? (Anônimx, 2015).

O processo de criminalização passa necessariamente por instâncias judiciárias, mas apenas ganha respaldo e legitimidade junto à população através da articulação de discursos que tenham por base convencer da existência e periculosidade do que se quer legitimar como crime. E nesse processo discursivo entra o trabalho das mídias.

A primeira via de disputa, afinal, é o discurso. Definir o que é se considera crime; como imputar crimes; como enquadrar uma ação em um crime: todas essas questões trazem por trás sujeitos discursivos muito bem delimitados, mas cujo processo de construção é permanente. O processo de criminalização de movimentos sociais consiste em uma série de processos históricos que ocorrem em diferentes locais e épocas, se adequando a esses. Embora a criminalização já fosse corrente no Brasil, advogados ativistas entendem que antes do Levante Popular de 2013 o mais comum era que movimentos sociais fossem enquadrados por “contravenções penais” e, em vez de julgamento penal, fossem julgados em um juizado especial. A criminalização é entendida, ao menos teoricamente, como parte do processo de luta por direitos:

Acho que na luta popular é assim, né? É assim que funciona: tem o momento de ascenso, que a gente

está atacando, está golpeando o inimigo – que é o Estado, mas não é só o Estado, é o Estado que está a serviço da classe dominante. E tem momento que a gente também é golpeado e atacado. Em 2013 e 2014 foi esse ataque, golpeando o inimigo, e agora a gente está sofrendo a retaliação. Sofrendo um outro momento que é o momento da criminalização. Longe de mim naturalizar esse processo: não é natural. Não pode acontecer, ninguém pode ser criminalizado por lutar. Mas também a gente não pode surtar porque está sendo criminalizado, achar que a luta acabou, mas faz parte da dinâmica de repressão da classe dominante. Isso é histórico, né? Todo ascenso de mobilização e depois o Estado vem – a classe dominante vem, o patronato vem – criminalizando a classe (Anônimo, 2015).

O advogado Nilo Batista argumenta que o Direito é tido pela sociedade como um sistema fechado e acima da humanidade, mas ele é regido por questões sociais, políticas e históricas. Embora passe constantemente por um processo de naturalização, o Direito é algo criado socialmente. E é construído com diversas finalidades. Para o autor, o Direito Penal, assim como o Sistema Penal, é criado pelo Estado com a finalidade de controle social, para conservar e manter a ordem. Nesse sentido, Batista considera que os fins do Estado são congruentes com os fins do Direito e para entender os fins do segundo é preciso entender os fins do primeiro (Batista, 2007)<sup>127</sup>.

O sistema penal se apresenta sob pretexto de manutenção de ordem social, mas contradiz isso pois se apresenta como **igualitário** (atingindo igualmente as pessoas de acordo apenas em suas condutas), mas tem seu funcionamento **seletivo**, “atingindo apenas determinadas pessoas, integrantes de determinados grupos sociais, a pretexto de suas

127 Por Direito Penal se entende o conjunto de normas jurídicas que prevê crimes e sanções, disciplinam a incidência e validade dessas normas e por Sistema Penal se entende os conjuntos de normas que funcionam relacionados ao direito penal: direito processual penal, organização judiciária, lei de execução penal, etc. Ao todos, um conjunto dos três grupos de instituições se incumbem de realizar o sistema penal: Legislativo, Judiciário e Executivo (Batista, 2007).

condutas” (Batista, 2007, p. 25). Além disso, o sistema penal é frequentemente apresentado como **justo**, atuando de modo apenas com objetivo de prevenir o delito, mas sua prática é **repressiva**. Da mesma forma, se apresenta comprometido com a **dignidade humana**, mas na verdade é **estigmatizante**. De acordo com Batista, a “seletividade, repressividade e estigmatização são algumas características centrais de sistemas penais como o brasileiro” (Idem).

Para esse mesmo autor, desde o ensino de Direito Penal se percebe a tendenciosidade no Direito. A disciplina de criminologia, voltada ao exame causal e explicativo do crime, tem impasses metodológicos e equívocos positivistas. O autor define que prepondera uma criminologia incapaz de questionar a construção política do Direito Penal (ou seja, por que determinadas condutas são entendidas como ameaças e não outras) ou a aparição social de comportamentos desviantes ou, ainda, a reação social. Nesse sentido, defende que essa criminologia, ao não questionar nada disso, “cumpre um importante papel político, de legitimação da ordem estabelecida” (Batista, 2007, p. 30) e toma por base a ideologia dominante. Seguindo essa linha de análise, o autor defende a prática de uma criminologia crítica que não aceite *a priori* inquestionáveis e que tenha por prática o questionamento do código penal.

Para o jurista Eugenio Zaffaroni, o sistema penal tem como função “o controle social punitivo institucionalizado” que não necessariamente atua apenas dentro do ponto de vista legal, mas também se utiliza das práticas de ilegalidades estabelecidas cotidianamente (Zaffaroni, 2007) que se apresentam de diversas formas, desde os métodos de investigação criminal até a aplicação da lei, passando por todas as variantes interpretativas que se pode ter através da lei.

A “lei” ou os sistemas de leis, assim, não se refere a um sistema neutro e ao menos é um sistema fechado como se propõe, mas um conjunto de labirintos técnicos que pode ser usado de acordo com interpretações variadas, mas que obedecem uma diretriz fundamental de controle social pela esfera dominante. E é nesse sentido também que se rebelar, criticar e/ou atentar contra esse controle ou contra essa esfera dominante, com a interpretação devida, passa ser considerado ilegal pelos poderes dominantes – mesmo que constitucionalmente esse direito esteja assegurado.

A seguir gostaria de apresentar e discutir dois processos penais que se encontram em andamento e que se referem às manifestações de

junho de 2013 e suas continuidades: a prisão de Rafael Braga e um processo contra 23 ativistas políticos.

#### **6.4.1 *Eu apoio xs 23***<sup>128</sup>

No dia 12 de julho de 2014, véspera da final da Copa do Mundo de futebol de 2014, foram emitidos 26 mandados de prisão para manifestantes do Rio de Janeiro. Desses, dezessete foram encaminhados para o Complexo de Penitenciário de Gericinó, dois menores de idade foram encaminhados para unidades de internação de responsabilidade do Degase<sup>129</sup> e sete ficaram foragidos. Como essas prisões ocorreram durante a Copa do Mundo esses ativistas passaram a ser chamados de “presos da Copa”. Para algumas das pessoas com quem realizei esta pesquisa, as prisões ocorreram nas vésperas de uma manifestação programada e teve por objetivo ser uma repressão à tal manifestação ao mesmo tempo que exerceu as funções de ser uma prisão exemplar, ou seja, para intimidar demais ativistas.

Dentre os “presos da Copa”, 21 passaram a responder processo judicial, a maior parte do tempo em regime de liberdade, com a acusação de “associação criminosa armada”. Já em dezembro de 2014 tiveram início as audiências, mas até março de 2018, data de finalização da presente tese, o processo segue ainda esperando veredicto.

Já à primeira vista, sem necessidade de maior aprofundamento, alguns elementos da acusação chamam a atenção. O primeiro deles diz respeito à acusação de pertencimento a associação criminosa: para ser enquadrado por essa lei é necessário que se comprove que os acusados tenham algum tipo de relação entre si. No processo em questão, muitos dos investigados nem ao menos se conheciam. O segundo ponto diz respeito as supostas armas do crime: uma pistola e um artefato explosivo. A primeira delas consistia em uma pistola de um parente de um dos acusados e estava devidamente registrada. A segunda delas, o suposto artefato explosivo que se alegou ter sido encontrado na casa de uma das

128 Nome da campanha em apoio aos 23 ativistas que tiveram mandado de prisão cumprido nas vésperas da Copa do Mundo de Futebol de 2014.

129 Departamento Geral de Ações Socioeducativas, órgão vinculado à Secretaria de Estado de Educação responsável por promover socioeducação no Estado do Rio de Janeiro.

ativistas presas, perdeu seu valor como prova depois de prontamente ser contaminado pela perícia.

Depois das prisões, outros dois presos foram adicionados ao inquérito quando esse já se encontrava em fase de finalização. Esses dois novos supostos integrantes da “associação criminosa” se encontravam presos desde fevereiro de 2014, acusados de soltar o rojão que acertou o cinegrafista Santiago Andrade. Nenhuma relação foi comprovada entre eles e qualquer pessoa dentro do processo – nem ao menos o Ministério Público aceitou essa ligação. Os advogados de defesa dos réus entendem que a tentativa de articulação dos dois processos visa efetivar dupla criminalização: por um lado, atribuir à acusação de formação de quadrilha aos dois ativistas que já respondiam por assassinato doloso e, por outro lado, aumentar a suposta periculosidade da associação criminosa ao adicionar a ela dois integrantes com acusações sérias. O próprio Ministério Público, no entanto, entendeu que não havia nenhum elemento para que eles respondessem esse processo e pediu que fossem retirados.

O inquérito policial que levou às prisões foi chamado de *Firewall 2*, uma continuação do inquérito *Firewall* que levou à prisão de três administradores de uma página de *facebook* que divulgava ideias da tática *black bloc*.

A [página de *facebook*] *black bloc* não vira inquérito pelo mesmo motivo que a gente não vira: porque [a denúncia] não consegue sustentar a foto de uma mídia virtual não ser considerada mídia. A liberdade de expressão ela não pode ser impedida de forma tão brutal, de forma tão clara (Anônimo, 2014).

Porque as primeiras investigações foram com eles – com eles e a gente só que só eles são presos porque eles entendem que eles são, como se fossem dois blocos, e eles são os efetivos, os que realmente vão e fazem as paradas porque eles sabiam que não iam conseguir sustentar o inquérito, então de repente se pegasse o *black bloc* [no caso, os administradores da página de *facebook*], pelo fato de se associarem com os *black blocs*, eles iam conseguir sustentar, entendeu? Mas nem assim eles conseguem aí logo depois eles tentam pegar a gente (Anônimo, 2015).

As investigações continuaram sem apontar suspeitos e a Polícia Civil entrou com pedido para investigar todos os que foram detidos no dia 07 de setembro. O Ministério Público autorizou que se investigasse, dentre esses detidos, apenas os que portavam algum tipo de material que pudesse causar danos (pau, pedra, estilingue, bolinha de gude, etc.). A partir dessa investigação foram expedidos mandados de busca e apreensão para mais de 20 pessoas, mas nada que pudesse ser incriminador foi encontrado. Com a prisão do 15 de outubro de 2013, os investigadores passam a focar a investigação em pessoas que eram conhecidas midiaticamente, como *Emma* e *Sininho*<sup>130</sup> mas novamente a investigação seguiu sem resultados. Um mês antes das eleições, com a campanha “Não Vai Ter Copa” em alta, a polícia realizou nova busca na casa de algumas pessoas e, mais uma vez, não encontram nada de incriminador.

O inquérito apenas vai ganhar corpo depois de contar com o depoimento de um delator. A partir do seu relato, novos suspeitos foram apontados e investigados. E foi a partir principalmente desse relato, além da análise de redes sociais e do uso de escutas telefônicas, que os investigadores chegaram àqueles manifestantes que enquadraram como criminosos.

Assim, a defesa dos ativistas entende que esse inquérito toma por base de acusação as ligações telefônicas e o depoimento de um informante. De acordo com os advogados de defesa, as acusações são consideradas infundadas e há alguns fatos que anulam as acusações: as interpretações das ligações telefônicas foram feitas de forma recortada e tendenciosa; o flagrante, além de forjado, foi destruído pela perícia, perdendo sua validade; e existem provas de que o principal informante do processo tinha jurado vingança contra os acusados semanas antes de procurar a polícia para dar seu testemunho, fato esse que deveria invalidar seu depoimento. Além disso, se considera que haviam vários procedimentos ilegais no processo, entre eles a infiltração ilegal de um agente do Exército (D’Icarahy, Brasil e Maranhão, 2015).

<sup>130</sup> Ativistas que se tornaram capa de revistas e jornais de grande circulação e que foram associadas ao uso da tática *black bloc*. A segunda delas, Sininho, tem sido perseguida e explorada midiaticamente durante anos.

De forma geral o processo é considerado “completamente fantasioso, que junta diversos elementos e tenta criar uma história colocando a gente enquanto criminoso” (Anônimx, 2015) pelas pessoas nele citadas.

São sete mil páginas de uma investigação feita em que uma das principais fontes é o *facebook*. Aí então Bakunin<sup>131</sup> foi acusado, inclusive, de atos violentos por causa do *facebook* (Anônimxs, 2015).

Além disso, advogados e muitos dos ativistas presos acusam o processo de ser uma perseguição ideológica e instrumento de geração de medo dentre manifestantes com a intenção de inibir e desmobilizar grandes manifestações.

E a gente tem a total clareza que é um processo que na verdade criminaliza movimentos sociais, que visa gerar medo, que visa usar a gente mesmo como exemplo do que não pode ser feito, do que não será tolerado pelo Estado. A gente total tem clareza disso, é um processo que persegue politicamente militantes, a prova disso inclusive está nas formas de perguntas durante as audiências, que as pessoas sofreram: as perguntas do MP [Ministério Público], as perguntas do juiz, eram se nós éramos socialistas, anarquistas, se acreditávamos em processo revolucionário, se o processo revolucionário deveria ser violento, coisas do gênero, sabe? O que mostra o caráter de perseguição ideológica, sabe? Não foram fatos que foram questionados, enfim, é muito bizarro. E a gente está passando por isso, a mídia permanece a nos criminalizar, sabe? (Anônimx, 2014).

Eles [investigadores da Polícia Civil] utilizavam essa questão de inquéritos secretos, de ter vários inquéritos, justamente para servir como uma base de dados, né? E aí o que acontece: fica ali os dados dos movimentos sociais, das ativistas, pra eles

131 Referência a Mikhail Bakunin, teórico russo anarquista que faleceu no ano de 1876.

usarem como quiser. Se eles quiserem criminalizar certas pessoas eles vão pegar certas coisas de um inquérito qualquer, juntar em um novo inquérito, melhorar esse inquérito de acordo com o que eles querem e fazer isso virar processo, é isso que tem acontecido, eles mexem de um inquérito pra outro como eles querem, então... Está todo mundo palmeado<sup>132</sup> (Anônimx, 2015).

Além da forma de construção da narrativa criminosa que compõe o processo, chama a atenção o modo como ele é colocado em prática e as arbitrariedades do juiz responsável. Durante as audiências ditas públicas, as primeiras fileiras de cadeiras eram reservadas à mídia corporativa. As cadeiras restantes – cerca de 30 – deveriam ser divididas entre familiares dos 23 réus. Além do privilégio da mídia nas sessões, outro fator que chama atenção é a postura do juiz responsável. Estávamos todos emocionados quando um dos presos deu seu depoimento e, ao final, quando esse se levantou para ir embora, alguns de nós levantamos o braço esquerdo como forma de cumprimento. O juiz entendeu isso como desacato, expulsou os presentes (exceto as mídias) daquela sessão e de sua continuação no dia seguinte – além de colocar medida disciplinar para o réu.

Aqui no Rio a gente conta com um juiz que claramente já explicitou seu viés punitivo e de caráter um tanto quanto fascista, assim (Anônimx, 2015).

Esse arbítrio pode ser visto no modo como as acusações são construídas. Depois de investigadas sem obtenção de provas e sem conseguirem sustentar a acusação inicial, os investigadores continuam tentando atribuir algum outro tipo de crime.

Eles querem indiciar a gente. Assim: “ah, a gente não conseguiu essa vez com esse argumento então a gente tenta outro” (Anônimx, 2015).

Porque assim, o pedido que você fala que eu estou incentivando a violência, por quê? Porque se divulga os atos e porque se cobre os atos, então quando a Globo transmite ela está incentivando? Então nada do que eles conseguiam, do que o Itabaiana<sup>133</sup> argumentava, se mantinha porque você tem o contraposto de uma mídia grande que também dá a opinião dela, que também filma os atos, divulga, sabe? Então não conseguiram sustentar muito por isso (Anônimx, 2015).

Mesmo sem ter sido finalizado – e talvez por isso mesmo – o processo em andamento é entendido como uma forma de constrangimento das lutas sociais de modo mais amplo e como forma de servir de exemplo para novos possíveis manifestantes.

Pros movimentos que a gente atua foi bem danoso porque porra, 23 pessoas que não podem ir a manifestações, que não podem sair da cidade sem autorização, livres – entre aspas – mas presas a uma série de sanções. Então isso, nós somos tão poucos nesse campo da esquerda não institucional e combativa que é claro que afeta, né? Afeta bastante. Não porque somos lideranças ou mais importantes, mas porque esse campo – a esquerda como um todo ainda é um campo minoritário na sociedade, embora a gente às vezes ache que está quase fazendo a Revolução (Anônimx, 2015).

Aí de modo geral esse processo tem uma função: individualmente tentar tirar a gente de circulação, tentar calar esse setor mais combativo, mas ele também é um recado geral pra todos os movimentos e pra todas organizações políticas que lutam. Eu acho que a gente não pode cair no erro de achar que não tem uma especificidade de ter sido esse bloco, tem uma questão específica, mas não é uma perseguição com a gente só. É uma perseguição generalizada, que estão usando a gente como bode expiatório pra tentar atacar todo o

movimento de esquerda, todo movimento sindical, os trabalhadores, os movimentos estudantis. Todos esses movimentos que estão no campo de lutas, atacar todos aqueles que lutam. E acho que é esse que é o impacto: você prende alguns pra tentar conter e segurar outros. E lembrando que a gente tem em 2016 as Olimpíadas, né? Então tem toda uma articulação de porque a repressão. As pessoas agora têm ameaça de serem processadas em um outro contexto por associação criminosa armada, por associação criminosa, sabem essa tática do Estado, e ao mesmo tempo agora esse debate em torno da lei do terrorismo, também mais um elemento, então tem um acirramento bem grande da repressão. Com o intuito claramente de conter todos e todas que lutam. Prende especificamente, mas pra dar recado pro geral, né? Eu não acho, essa coisa megalomaníaca de achar que é tudo com a gente. Não, muito pelo contrário. Prisão exemplar pensando em 2016 e pensando em uma maneira de dismantelar os movimentos populares e os movimentos sociais de esquerda. A ideia central desse processo é essa. Só que aí é aquela questão, né? O medo não conquista direitos (Anônimo, 2015).

Do ponto de vista histórico, movimentos sociais e ativistas sempre foram perseguidos pelos detentores do poder. O processo de imputação de crime a processos democráticos de emancipação social é algo que tem se desenvolvido por vários governos em variados locais e tempos históricos. Sob esse ponto de vista, nada desse processo é considerado construído de maneira aleatória.

Isso aí, da criminalização é obvio que não é de hoje, né, que os movimentos sociais são criminalizados e que os militantes são perseguidos e perseguidas. Acho que o que tem diferente desse nosso processo é que foi uma articulação do Estado como resposta específica para conter as Jornadas de Junho. Porque eu tô dizendo isso: porque é algo que surge em reunião ministerial mesmo, no Ministério da Dilha,

com os governadores de cada Estado e que tirou uma política. E que política é essa: condenar os manifestantes de junho e manifestantes de posteriormente por crime de associação criminosa. Isso não é à toa que a gente, os 23 estamos sendo criminalizados por associação criminosa armada, não é à toa que os manifestantes de São Paulo foi a mesma tática também, de associação criminosa, não é à toa que a galera de Goiânia também foi a galera de associação criminosa. Então acho que é algo que é uma política de Estado pra conter esses movimentos e pra botar na conta de alguém tudo que aconteceu de junho pra cá (Anônimx, 2015).

Mesmo que adeptos de linhas políticas diferentes, a maior parte dos acusados têm em comum um questionamento do que denominam ser o modo institucional de fazer política. Dessa forma, o inquérito é entendido como uma forma clara de perseguição, mas também deixa ver alguns preconceitos sobre tais movimentos e o quão pouco se sabe sobre esses.

[...] Se tem uma criminalização do ser anarquista. Acho que no processo mesmo, a forma que é construída a narrativa dá pra perceber isso, sim. A parte que fala que “são movimentos que não acreditam em eleição, que não acreditam na via institucional – **logo** recorrem ao método da violência como forma de manifestação dos seus ideais anarquistas” e etc. etc. Acho que tem uma... “ah, não querem ir por esse canal? Logo tudo que está aí bota na conta desse pessoal”. “O único canal legítimo que é a legalidade, a institucionalidade, se eles não recorrem a isso é porque eles estão incendiando a cidade, queimando bancos... Logo necessariamente eles são responsáveis por isso”. Acho que incomoda o anarquismo porque ele questiona todos esses princípios que esse Estado defende tentando ir contra, né? Acho que a própria ideia de liderança mesmo. Eles não conseguem sair dessa dinâmica pra analisar a nossa organização, nossos grupos e movimentos (Anônimx, 2015).

O Estado tem medo da organização da população, né? Toda organização que é contra o Estado o estado vai combater, né? Se ele conseguir cooptar pra servir de fantoche, como ele faz com os partidos eleitores, melhor ainda. Mas e os que ele não consegue fazer isso? Ele tem que exterminar (Anônimo, 2016).

Além do trauma gerado pelas prisões e/ou pela clandestinidade, outras consequências são percebidas. Depois de anos do processo em andamento e com a incerteza sobre seu final, cria-se uma situação de constante terror psicológico entre alguns processados.

E é aquilo, a gente vive eternamente com um fantasma em nós. A gente vive diariamente com a incerteza de que a gente vai acordar amanhã e se vai ter polícia na nossa porta, a gente vai ser livre por mais quantos anos, se vai ter outro inquérito... Porque a gente sabe que o resto da vida a gente vai ser observada (Anônimo, 2015).

Os ativistas, no entanto, entendem que isso é um efeito colateral da luta que escolheram seguir e, assim, armam suas defesas psicológicas:

Eu acredito que possa, assim, enquanto eu estiver na luta eu acredito que a qualquer momento eu possa ser presa novamente. E se eu tiver que ser preso eu vou ser preso, se eu tiver que ficar clandestina eu vou ficar clandestina, saca? É parte do processo, é resultado de você estar numa luta contra forças que querem o tempo inteiro te explorar e te matar mesmo, você está lutando contra isso. Se você luta contra isso eles não vão conversar com você, eles não vão dialogar não, eles vão tentar te reprimir. Você tem que esperar a repressão pra que você saiba reagir a ela. Se você não espera a porrada você não tem como se esquivar da porrada, você não tem como se proteger pra pelo menos minimizar o impacto dela. É isso que eu hoje penso e vivo com essa realidade, sabe? E acredito na necessidade desse apoio porque na prática eu vi

como ter esse apoio faz completamente diferença, estar com pessoas que sabem, que sentem a mesma dor que você, que estão ali, que você não está sozinho. Isso chega ao ponto até de compreender realmente que mundo a gente quer e como esse mundo é realmente importante: um mundo solidário, um mundo empático. Você observa na prática de como é diferente quando há essa coletividade (Anônimx, 2015).

Eu tive o celular grampeado, também... Foi chatinho, sabe? Eu costumo falar pros meus amigos que não são de movimento social, eu falo: “gente se fosse pra voltar atrás eu faria tudo de novo, eu realmente sou disso e não tem como mudar. Mas se um de vocês chega e fala pra mim que quer participar eu vou ficar muito feliz mas eu vou falar: se prepara. Prepara o psicológico porque não é fácil, assim”. A gente nunca sabe quando vamos ter mais 23 presos. A gente sabe que o Estado está se preparando pra fazer isso, pra ter mais 23, mais 46, mais quantos mais puderem presos, né? (Anônimx, 2016).

E a luta não terminou depois da prisão. Provavelmente vou ser preso ainda outras vezes, talvez... Essa é a história de todo mundo que se coloca em posição revolucionária, de embate ao Estado, seja de forma pacífica, sabe que tem certas possíveis consequências, assim... Mas você luta apesar disso, né? (Anônimx, 2015).

Uma questão que diz respeito a terminologia *presos políticos* começou a ser levantada. Alguns grupos de esquerda que estiveram presentes nos movimentos contra a ditadura defenderam que não se poderia considerar tais ativistas como “presos políticos” pois não estaríamos vivendo, atualmente, em um sistema autoritário ou ditatorial. Nesse sentido, relatos apontam que tais críticas negam o Estado de exceção vigente e dizem que

a gente está numa democracia [ri] e as instituições - Poder Judiciário, Legislativo e Executivo - podem

estar com problema, mas estão funcionando de modo regular, então logo nós não somos presos políticos (Anônimo, 2016).

Tais afirmações foram bastante amplamente criticadas por seu enviesamento político e suas tendências elitistas, como mostra o relato abaixo.

E aí me veio na cabeça a quantidade de presos políticos que vivem nos sistemas ditos democráticos: uma é Jamal, Ângela Davis dos Panteras Negras - então não eram presos políticos? Então pra você ser preso político você tem que ter uma ditadura formal? Se você tem eleição de 4 em 4 anos não existe prisão política? E todas as revoltas no Brasil mesmo, Revolta da Vacina, Revolta da Chibata – que foram no contexto da República Velha que se diziam super democráticas – então é uma visão muito reduzida, muito elitista (Anônimo, 2015).

No sentido, alguns movimentos sociais defendem que vivemos continuamente em um Estado de Exceção que persegue sistematicamente pobres e negros em um processo constante de criminalização da pobreza e que, a partir dessa lógica, todo preso é um preso político.

Como discuti acima, dentro dos presídios essa não é uma questão ao menos colocada. Os presos que são manifestantes não são tratados da mesma maneira que os demais: são menos torturados (que coisa horrível de se pensar, uma escala métrica de tortura!) e ao menos podem socializar com os demais. Para a repressão, os perigos se atravessam e a experiência da época da ditadura militar brasileira ensinou que não se pode misturar presos políticos aos demais porque se entende que esses grupos têm perigo de *contagiar* um ao outro.

A garota menor de idade em regime de internação (presa), ao ver as condições de maus-tratos a que as meninas eram cotidianamente submetidas, começou a se indignar. As outras internas lhe pediram ajuda para colocar em prática algum tipo de manifestação, algo que as fizessem ao menos por um tempo ter voz. Organizaram, assim, um

sistema de bater canecas e gritarem palavras de ordem em horários combinados com antecedência. E também por isso foram “disciplinadas” – torturadas – através de medidas de exposição ao frio, algemas e rajadas diretas de spray de pimenta de várias intensidades e cores em espaço não ventilado. Foram castigadas mesmo que a referida “manifestação” tenha acontecido fora do horário de silêncio instituído – o que também reforça a ideia de que, mesmo ocorrendo de acordo com normas instituídas, as manifestações são perigosas não apenas pelos seus efeitos, mas também devido ao seu potencial de contágio.

Apesar de toda discussão sobre a existência ou não da categoria *preso político* atualmente, a questão material que se coloca em prática parte do pressuposto de que sim, são presos diferentes: os administradores dos presídios sabem que a distinção entre presos existe, que presos acusados de crimes políticos têm uma periculosidade diferente dos presos convencionais e que esses não devem se misturar.

As questões aqui discutidas levam a uma crítica mais ampla que diz respeito à democracia. A existência ou não de presos políticos em si nos remete ao debate sobre a existência ou não de autoritarismos políticos. Por isso o processo de *criminalização* se torna tão importante nas democracias, porque visa tornar crime algo que tem natureza política. E aqui entra uma questão mais ampla sobre o sistema político em que vivemos, a forma como opera hoje a democracia representativa brasileira e o que os responsáveis pela manutenção desse sistema fazem quando contrariados.

A gente tem a visão – a visão que ficou: Gabeira, Dilma Roussef – a galera que optou por gerenciar o Estado burguês ganhou notoriedade e visibilidade. Então a posição deles e delas ficam muito mais evidentes, aí viram porta-vozes do elo da geração deles para as gerações de hoje. Aí vão fazer: “ah, nós lutávamos pela democracia e hoje nós temos uma democracia e tal, tal”. E aí criou esse mito: que eles estão gerenciando essa democracia, então obviamente que eles querem defender esse projeto. Agora, que existe uma infinidade de companheiros daquela época que optaram por não gerenciar o Estado burguês, por não participar do PT ou saíram do PT e que continuam defendendo ideias revolucionárias até hoje. E essa galera não se vendeu. não quer aparecer na Globo, não quer

ganhar cargo no governo. E fica até essa ideia pra gente “caramba, o pessoal foi lá, era muito jovem, se envolveu com a luta, hoje repensou, era outro mundo, temos condições da democracia, de conseguir avanços pra classe”... Só que não, maior caô isso aí porque na verdade, na verdade, aquele setor que continua revolucionário não aparece e nem quer aparecer. E que defendem quase a mesma coisa que a gente e entendem que esses movimentos de hoje são uma continuidade do que eles fizeram no passado e que essa galera que está fazendo essa avaliação contra a autodefesa, contra *black bloc*, é uma galera que se capturou pro Estado burguês (Anônimo, 2015).

Porque a necessidade de desqualificar a prisão política é pra defender que o atual regime não é uma ditadura, é uma democracia... Revela o posicionamento não meu, mas sobre essa pessoa, sobre os valores, o que ela pensa [...] As pessoas querem dizer coisas sobre a gente mas revelam muito delas mesmas: admitir que nós não somos presos políticos é admitir que esse governo em certo sentido recorre a métodos ditatoriais. E o que é recorrer à lei de associação criminosa pra prender manifestante? Pra mim, se isso não é prisão política, o que é prisão política? (Anônimo, 2015).

Hoje, março de 2018, no dia que finalizo a escrita deste capítulo, os 23 processados seguem ainda em liberdade condicionada às restrições do *habeas corpus* e o processo segue em andamento. A crítica que se coloca é que os governantes mudam e muitas coisas mudam com eles principalmente em termos de políticas sociais, mas não há mudança de fato nos regimes de governabilidade voltados à segurança pública. O Estado não é único, mas seus inimigos estão bem delimitados.

### 6.4.2 *Liberdade para Rafael Braga!*<sup>134</sup>

O Rafael Braga foi tomado de exemplo. Ele é aquela bruxa que foi caçada e a cabeça dela está pendurada em praça pública, sabe? É ele. Já foi provado que *pinho sol* não é inflamável, já foi provado que ele não estava no ato, já foi provado que ele não é militante e está lá, continua condenado (Anônimx, 2016)

Rafael Braga era mais uma das pessoas nas ruas no dia 20 de junho de 2013, “Dia do um milhão”, mas, ao contrário da maioria, não fazia parte da manifestação. Trabalhava como catador e essa era apenas mais uma das noites em que dormia na rua para economizar com a passagem de ida e volta para casa. Uma manifestação atravessou seu caminho gritando por vários ideais, mas foi outra intervenção coletiva que fizeram para ele dessa noite um pesadelo sem fim. Policiais militares cruzaram seu caminho no ímpeto de prender manifestantes dispersos e eis que Rafael estava ali sozinho e indefeso, com a roupagem social do inimigo da sociedade: pobre e negro. Ao revistá-lo, encontraram entre seus pertences produtos de limpeza em garrafas plásticas. Foi preso e imediatamente levado para o Complexo Penitenciário de Gericinó sob a acusação de carregar produtos com potencial explosivo.

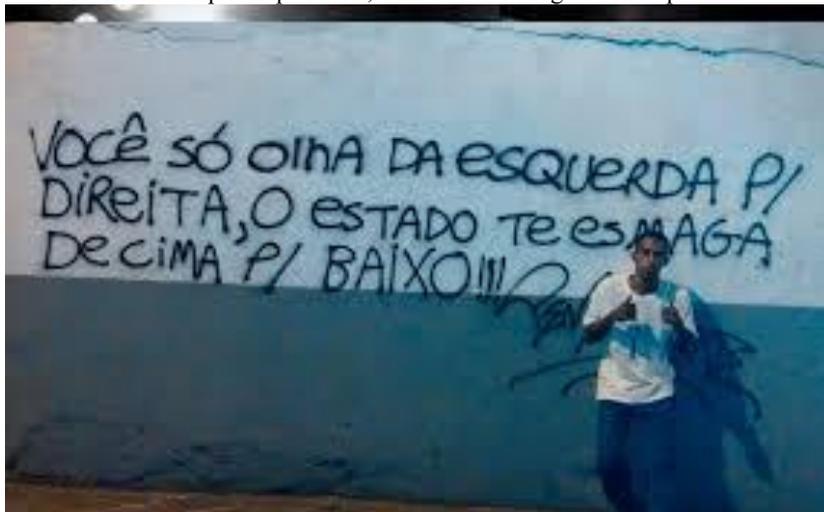
Grupos de advogados e ativistas passaram a se inteirar de sua prisão e a lutar por sua liberdade. Passado um ano das manifestações de junho de 2013, o único preso que essas tinham deixado era um homem pobre, negro e favelado, retrato do indivíduo alvo dos presídios cariocas. Depois de muitos esforços de coletivos diversos, seus advogados conseguiram fazer com que Rafael cumprisse regime de prisão semiaberto. Rafael passou a trabalhar durante os dias em um escritório e retornava ao presídio apenas para dormir. Mas eis que uma foto, tirada no caminho de volta do trabalho, teve grande repercussão nas redes sociais e chegou à instância judiciária, onde foi interpretada como um descumprimento de uma das condições para sua liberdade parcial. Como punição, passou um mês trancado em uma solitária e não teve mais direito ao regime semiaberto.

134 Nome da campanha pela liberdade de Rafael Braga, preso em 20 de junho de 2013 na Lapa acusado de portar materiais inflamáveis na manifestação.

Meses depois os advogados conseguiram que a pena se cumprisse em regime semiaberto mais uma vez. Um coletivo de apoio que havia se formado se responsabilizou por sempre acompanhar Rafael Braga para que esse não andasse sozinho nas ruas, uma vez que recebia cotidianamente muitas ameaças. Um dia que caminhava sozinho perto da sua casa, porém, foi enquadrado por policiais e incriminado por posse de drogas e voltou, assim, ao regime fechado.

O processo seguiu com Rafael encarcerado e, apesar dos muitos esforços dos advogados que o representam e dos movimentos sociais e apoiadores diversos, Rafael foi condenado a 11 anos de prisão. A defesa aponta que a acusação não tem prova de que ele manifestava e que foi comprovado que o suposto flagrante – um desinfetante – não tem capacidade explosiva. Em dezembro de 2017 os advogados conseguiram que Rafael tivesse prisão domiciliar para tratamento de uma tuberculose em estado grave. Até o momento da redação final desta tese, em fevereiro de 2018, Rafael segue condenado. Os advogados estão, atualmente, no processo de recorrer à recursos e de apelação para a terceira instância.

Imagem 30: Rafael Braga posa na frente de uma parede pichada com os dizeres “você só olha da esquerda p/ direita, o Estado te esmaga de cima p/ baixo”



Fonte: desconhecida.

Além das prisões, Rafael Braga, assim como tantos outros brasileiros, sofreu inúmeros maus-tratos no cárcere. Entende-se que a prisão dele é exemplar, uma forma de dizer ao povo que não, ele não tem o direito de manifestar e que tem menos direito ainda se ele for pobre e negro. É dizer, de forma prática, que para essa camada da população a democracia não chegou nem sob sua forma discursiva. É reafirmar que esse sujeito preto, pobre e favelado não pode ter voz e reclamar sair do local social que lhe foi designado.

## 6.5 Mídia corporativa

*A verdade é dura:  
A rede Globo apoiou a ditadura!  
– E ainda apoia!*<sup>135</sup>

A mídia mata tanto quanto a polícia mata porque ela influencia, ela consegue convencer toda uma sociedade que a gente tem que aceitar a UPP, consegue convencer a minha própria família. Consegue convencer que aquele local tem que ser destruído pra construir uma via pública pelo bem comum da sociedade (Anônimx, 2015).

Eu percebo que o jornalismo, que a comunicação em geral – cinema, publicidade – é um grande apoiador do Estado. Por quê? Porque quem controla essa maioria pobre, negra, favelada e nordestina, indígena? É também a comunicação (Anônimx, 2014).

Esses relatos vão ao encontro da argumentação de Chomski de que as mídias são empresas a serviço das elites e que através delas mantém o domínio e o poder sobre as pessoas (Chomski, 1997).<sup>136</sup> De

135 Palavra de ordem

136 Sobre antropologia, mídia e ressignificação das imagens pelo público, ver o levantamento feito por TRAVANCAS, Isabel. A mídia no foco da antropologia. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. Disponível em: [file:///C:/Users/bibia\\_000/Downloads/isabel-travancas.pdf](file:///C:/Users/bibia_000/Downloads/isabel-travancas.pdf). Acesso jan 2018;

acordo com Cocco, a mídia corporativa tem um viés totalitário que apoia as repressões a partir da criação de uma linha imaginária “que permita ao poder ultrapassar o limiar da legalidade mantendo as aparências da democracia. É a linha que governa soberana, por meio do terror, as favelas e os negros por meio da impostura da ‘guerra ao narcotráfico’. A repressão dependerá da capacidade de tornar real essa linha inventada” (Cocco, 2014, p. 17).

Nesta seção, gostaria de analisar o papel da mídia corporativa no Levante Popular de junho e problematizar seu papel enquanto função de repressão e desmobilização das manifestações.

Silvia Viana analisa as narrativas midiáticas que acompanharam os protestos de junho através de um episódio protagonizado por José Luiz Datena em um quadro de seu programa. Durante transmissão ao vivo, o apresentador propõe uma enquete a ser respondida pelo público através de telefone ou internet. Mesmo depois de narrar as revoltas populares de forma a recriminar as ações violentas e reproduzir um discurso contra a “baderna”, o público respondeu majoritavelmente favorável a “esse tipo de protesto”. Não conseguindo aceitar a resposta obtida, Datena interpretou que tal fato poderia ocorrer mediante a um erro de compreensão da pergunta e pediu para a produção reformular para “você é a favor de protesto com baderna?”, ao que o público respondeu novamente que sim. O quadro, ao vivo – logo, sem cortes de edição – teve grande repercussão na época por dois motivos: em primeiro lugar, por deixar claro o apoio popular que as manifestações estavam tendo junto à população em geral. Em segundo, porque mostrava o trabalho midiático de tentar controlar a opinião popular – nesse caso, sem sucesso (Viana, 2013). O coro midiático que preza por protestos “pacíficos” e atribua as recorrentes quebra da ordem à ação de alguns poucos “vândalos” e “baderneiros” simplesmente não surtiu o resultado esperado.

Aos poucos, no entanto, as grandes mídias corporativas elaboraram suas estratégias mais sutilmente e obtiveram resultados

---

TRAVANCAS, Isabel, NOGUEIRA, Silvia Garcia., orgs. A comunicação de massa no campo da antropologia. In: Antropologia da comunicação de massa [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. Paradigmas da Comunicação collection, pp. 9-25, entre outros.

diferentes. Almeida e Grandi analisam como ocorreu um extenso esforço midiático para criar a categoria *vândalo* no auge dos protestos de 2013. De acordo com esses autores, no começo das manifestações muitas mídias convencionais enfatizavam a violência policial e destacavam a legitimidade dos protestos, apenas criticando por vezes a destruição de ônibus, bancos e demais símbolos de descontentamento dos manifestantes. Com o advento de cada vez mais descontentamentos com a desproporção de violência policial – principalmente contra jornalistas e jovens de classe média – a mídia passa a dividir a legitimidade das manifestações a partir de manifestantes legítimos e *vândalos*. A categoria *vândalo* surge não apenas para deslegitimar algumas ações em protestos, mas também para justificar a ação policial contra um determinado grupo específico. Ou seja: esse discurso midiático torna possível tanto a criação do sujeito perigoso como legítima contra esse todo e qualquer uso de violência.

Em determinado momento, os próprios manifestantes passaram aderir a esse discurso e os recém-nascidos *vândalos* passaram a ser considerados tanto como ameaça para a lei e para a ordem como também para as próprias causas das manifestações. Dessa forma, a responsabilidade da violência que primeiramente foi atribuída à polícia passou a ser atribuída aos próprios manifestantes (Almeida e Grandi, 2015) e passa a ocorrer, assim, a criação de uma *exceção* que justifica e legitima a intervenção policial violenta. Ou seja: depois de um momento no qual a mídia mesmo perdia sua legitimidade perante a população e que a polícia, não só pelos abusos, mas também como instituição passava a ser criticada, a mídia convencional conseguiu retomar o nível de atribuição de normalidade às exceções já normativas. Essa categoria de *vândalo* não apenas legitimava repressões a essas *minorias* como também garantia a legitimidade do braço armado do Estado.

Tal qual os primeiros vândalos, a esses *vândalos* não é permitido o reconhecimento de uma racionalidade. Para Almeida e Grandi, a criação dessa identidade *vândala* permite que não se considere em nenhum momento a lógica que existe regendo suas ações, que os objetos alvejados (fachadas de bancos, prédios onde se instalam poderes públicos, lojas de luxo de grandes corporações) possam ser alvos racionais e que o modo de ação escolhido possui em si uma racionalidade. E esse processo de negação dessas racionalidades permite um processo de des-subjetivação dessas pessoas (Almeida e Grandi, 2016).

Se o alvo da polícia é única e exclusivamente esse desvio da ordem chamado então de *vândalo*, que se conseguiu extrair discursivamente tão bem da realidade, na prática a diferença não é tão elaborada assim e qualquer pessoa, manifestante ou não, pode ser enquadrada nessa categoria (Almeida e Grandi, 2015). Os próprios agentes que definem o sujeito *vândalo* são aqueles que os criam e esse processo de criação é contínuo e facilmente adequável à necessidade imediata.

Outras interpretações sugerem diferentes estratégias de manipulação midiática, como tentativas de invisibilizar os protestos ou de focar a criminalização especificamente ao MPL e aos grupos à ele relacionados, por exemplo. Os relatos abaixo trazem um pouco dessas perspectivas:

Primeiro a mídia simplesmente fingiu que não existiu, aquele ato do dia 16. O único canal que falou sobre foi o SBT, uma repórter que comentou que a polícia foi violenta (Anônimx, 2015).

Porque você vê como foi a mudança de discurso da mídia. Porque como a gente era mídia a análise de mídia era o que a gente mais fazia, né? Que a nossa função era exatamente pegar o que a mídia falava e tentar contar uma nova versão dessa história. E era muito evidente isso, assim. Começou primeiro falando: “vândalos fecham as ruas e atrapalham o tráfego” e teve um momento que não conseguiam mais falar sobre isso. E começou a falar em "minorias" nas manifestações "fizeram vandalismo" - porque falar "fechou as ruas" não era mais um problema. E ainda assim... Eu percebo que as manifestações na verdade começaram a *micar*<sup>137</sup> não porque eles continuaram falando, mas quando eles pararam de noticiar. E a função na verdade era tornar essas notícias mais evidente (Anônimx, 2016).

<sup>137</sup> Diminuir

Nesse sentido, as mídias corporativas negam a própria legitimidade das manifestações “normais” ao traçar limites arbitrários e não contundentes para suas formas de ação.

Durante os protestos de 2013 presenciamos momentos curtos, porém intensos, nos quais as mídias perderam a hegemonia de sua elaboração dos fatos e tiveram que se esforçar muito para reintegrá-la. Com a disseminação da ideia de que a grande mídia era inimiga, alguns jornalistas que trabalhavam para as mídias corporativas também passaram a não se identificar e a se “infiltrar” meio aos protestos para conseguir executar seu trabalho.

E foi exatamente o cara que estava filmando que a gente pensou que fosse da manifestação - não tem como saber, né? - era um P2 da Globo, era um cara... Porque eles não podiam mais entrar nos atos com uniforme nem com nada que identificassem eles senão eles eram expulsos, né? Então eles tinham que ir como P2 mesmo, tinham que ir à paisana (Anônimo, 2015).

No que se refere ao trabalho das mídias, se considera que os usos discursivos e edição das imagens são mais problemáticos do que as imagens em si, como mostra o relato abaixo:

E aí teve uma rua que a gente entrou que era uma rua tipo assim, sabe? Tipo um “U”. Aí do lado estava a polícia, atirando mesmo com bala de fogo e do outro lado tinha policial com spray de pimenta e gás lacrimogêneo, então você não podia sair. Só que esse “U” não era cimento, era porque estava tendo uma obra e tinham tapumes que estava fechando, a única forma que a gente tinha pra sair era empurrar o tapume e derrubando pra poder ir pro meio e não pegar a polícia nem de um lado nem de outro. E aí o que a gente fez: a gente foi derrubar os tapumes, né? E aí como estava no *boom* de gente filmando tinha uns caras filmando. E é óbvio que todo mundo estava com máscara, estava com blusa no rosto - até por uma questão de saúde, mesmo, que estava muito gás e pra não se identificar mesmo porque a situação estava meio tensa. E eles filmando. E aí eu chego em casa e quando Jornal

Nacional ligado e aquela notícia com barulhinho da rede Globo, assim, era de “vândalos derrubam tapumes” e filmagens do que aconteceu (Anônimx, 2014).

No entanto, a partir de certo momento as pessoas que faziam parte do público-alvo das grandes mídias passaram a perceber as tentativas midiáticas de golpes e manobras, bem como o conhecimento de que tais sempre vem acompanhados de interesses políticos mais específicos.

E também eu me lembro muito bem que tinha uma rádio, acho que era CBM, em vez de comentar o jogo, o que tava acontecendo, começou a comentar o que estava acontecendo na rua e aí mandaram tirar do ar, entrou lá e falaram que não era e depois deu isso... Então no dia 17 eu falei assim: não vai acontecer nada. Teve essa repressão toda, a FIFA falou pra nem rádio falar o que tava acontecendo (Anônimx, 2014).

Assim, as mídias corporativas seguiram um padrão inicial de lidar com manifestações públicas: ignorar ou tentar fazer parecê-las menores, e/ou menos impactantes. Em um primeiro momento tentaram acobertar e/ou diminuir suas dimensões, mas eis que surgem informações que ultrapassam essas grandes mídias e elas se percebem, assim, a mercê dos fatos. A solução encontrada foi usar, então, de mecanismos para a deslegitimação. O episódio do apresentador Datena narrado acima demonstra como esse processo falha: a população, já com opiniões formadas devido à proliferação de outras formas de informação e suas próprias experiências nas ruas, não aceitou pacificamente as interpretações e jogos de imagens que lhes estavam sendo empurrados. Cria-se, então, sujeitos perigosos - minoritários, específicos, localizáveis - e com esses a cisão entra bons e maus manifestantes, ações legítimas e ilegítimas, sujeitos *apanháveis*, *vândalos* que devem ser reprimidos ou mesmo extintos.

Eu lembro muito bem que quando saiu o ato, eu vi [...] que o Jornal Nacional foi obrigado a mostrar o

que tava acontecendo, quase no final do jornal – eles iam passar o dia sem dizer o que tava acontecendo né, devido à massividade de gente... Imediatamente começou a aparecer na internet fotos e *twitter* e... Porque não era mais uma coisa que a mídia conseguia falar que não estava acontecendo porque não era um grupo que eles podiam separar: “os partidos políticos” ou “sindicatos”, foi as pessoas do centro da cidade inteira que apareceram (Anônimo, 2014).

Importante ressaltar que a categoria do sujeito *vândalo* não se fez presente apenas nos discursos de ódio, mas na população como um todo e a extensão de sua marginalização chegou a ser incorporada também pelos sujeitos-alvo desse discurso:

É tipo o preso que se convence da sua própria marginalidade e na verdade ele nem é tão marginal assim como parece... Ou melhor: ele é marginal porque está à margem da sociedade mas ele não é um bandido, mas ele se convence que é mas eles te convencem... E eu vejo muitas pessoas que passaram por isso, se convenceram de que aquilo ali não era defesa e sim ataque. Não que o ataque seja ruim, mas é que não era (Anônimo, 2015).

O processo de criação do inimigo tem se mostrado uma ferramenta bastante utilizada pelo judiciário e pelos poderes dominantes (Foucault, 1993) que, na nossa sociedade, estão profundamente atrelados às mídias corporativas. A criminalização da pobreza e o racismo estrutural criam diariamente sujeitos com periculosidades atribuídas formalmente ao pertencimento ao crime e ao tráfico, mas que trazem junto um discurso implícito de criminalização da pobreza (Coimbra, 2015). As zonas periféricas e favelas tratadas como zonas de guerra, militar e midiaticamente, fazem da pobreza um espetáculo cujo protagonista se torna a criação desse ser *matável*, sujeito cuja vida regrada pela biopolítica pode ser extinta a qualquer momento (Agamben, 2010). Midiaticamente os manifestantes aqui tratados não são trabalhados como *matáveis*, mas são passíveis de toda forma de desprezo e punição e sobre eles também se aplica a lógica da *exceção*.

Além do processo de criminalização das manifestações que ocorriam ao longo da cidade, o processo midiático passou a ter como foco a criação de inimigos específicos nas manifestações. Esse processo ocorreu em dois estágios: a criação do sujeito *vândalo* e *black bloc*, mais genérico, seguido pela criação de supostas lideranças específicas, como foi o caso de *Emma* e *Sininho*, essa última ainda hoje presente no discurso midiático.

Por mais que a gente tampasse o rosto por conta do anonimato e também, eu creio, por conta de não haver representante porque você estando de rosto limpo você cria uma representação, a mídia corporativa bota uma representação em cima de alguém – foi o que aconteceu com a Sininho, assim (Anônimx, 2014).

A criação de lideranças obedece à lógica da criação de sujeitos que, além de icônicos, são passíveis de provocar emoções. A transformação de uma revolta massiva para uma revolta de grupos específicos passa pela personificação de pessoas “líderes”. Como afirma Pál Pelbart, para cooptar o sujeito, esse primeiro precisa ser constituído, localizável e desmembrável de acordo com os interesses da repressão (Pál Pelbart, 2005).

Como é que você vai conseguir conter e combater o movimento que surge com a natureza e com a peculiaridade justamente de não ter liderança, justamente de ser horizontal, se você não cria o mártir, não cria um ícone, a liderança? Pra você construir, jogar pedra, mistificar... Foi isso que eles fizeram, né? Foram mistificando a Sininho, criando um ícone e depois desmoralizando esse ícone, desmoralizando, desmoralizando pra depois jogar na prisão e aí fecha uma história muito fechadinha, né? (Anônimx, 2015).

De acordo com Freire existiu intenso esforço midiático para criar uma figura de liderança das manifestações e mais especificamente dos *black blocs* e esse esforço se concretizou através da construção da

personagem *Sininho*. *Sininho* passou a ser alvo de diversas manchetes e notícias de mídias corporativas - chegou a ser capa da revista *Veja* de 16 de fevereiro de 2014 - e foi citada por essas diversas mídias como suposta liderança, protetora e/ou facilitadora dos *black blocs* (Freire, 2017).

Interessante notar que *Sininho* foi construída como personagem que exercia uma função de liderança primeiramente pela mídia e só posteriormente pelo poder judiciário. Outras pessoas passaram por um processo inverso: entendidos com funções específicas dentro de um inquérito, tiveram sua imagem midiática de liderança intelectual ou executores apenas depois das prisões.

E aí usa outra lógica: vamos colocar esses professores aqui – cola também – a liderança intelectual... aí cria uma escadinha aí: a *Sininho*, depois vem as lideranças intelectuais, os executores. Porque o crime de associação criminosa precisa disso. Não existe associação criminosa se não tem essa estrutura, acho que é bem lembrando também isso. Então acho que a [construção de] liderança vem muito colado a isso. Pra criminalizar: como é que você vai criminalizar um movimento horizontal? A associação criminosa tem que ter funções definidas, delimitadas. Tem que ter a liderança, a direção (Anônimx, 2015).

Mas é todo um discurso que cola, né? “Peraí, vamos ver, o que a gente vai inventar aqui?” São ligações mais cabulosas, mais absurdas que se fazem, que não existe uma prova, que não existe uma relação (Anônimx, 2016).

Aqui a construção de inimigo é recíproca: se a mídia os cria enquanto inimigos, ela é a inimiga a ser combatida. Seus métodos e estratégias passam a ser, então, alvo de análises críticas.

Mas o impacto da mídia em tudo que está acontecendo, tanto em relação às manifestações quanto com relação às prisões é um impacto muito bem arquitetado porque a mídia age junto a um conjunto de sentimentos do senso comum. Então é senso comum dizer que manifestação atrapalha o

trânsito, é senso comum dizer que existe um inimigo público, né? É muito fácil você criar a lógica do inimigo público. É muito simples. E a mídia faz isso de maneira primorosa, né? Com monte de detalhes, ela sabe fazer isso, ela nasceu pra isso – as grandes corporações de mídia, né? Então eu acho que boa parte da população compra isso sim, o espetáculo: o espetáculo atrai a atenção das pessoas, a raiva de quem se manifesta, a raiva de quem está ali pleiteando direito - "que pleiteando direito o quê? fazendo zona!" Isso vende, sabe? Enfim, acho que a gente vive em uma grande sociedade do espetáculo onde um dos nossos principais hábitos é assistir televisão [...] Tendo uma TV você vai viver em torno de uma programação de alguma forma. Eu vejo como a gente é socializado desde novinho com isso: moleque de um ano não para quieto, os pais vão lá e põe na frente da TV pra ficar quieto vendo a galinha pintadinha. É assim que a gente é docilizado: de frente pra televisão (Anônimx, 2016).

No que se refere a pessoas que passaram a responder processo judicial, se considera que a mídia jogou um grande papel na criação desse sujeito perigoso, *vândalo* e, posteriormente, *terrorista*. Uma das advogadas que acompanhou o processo de prisão relatou que antes mesmo de a lei de organização ser criminosa ser imputada como o crime a ser respondido, a rede Globo já havia impresso os jornais do dia seguinte com a notícia, conforme mostra a denúncia do relato a seguir:

A gente chegou umas 8, 9 horas e eles tentando imputar e lei de organização criminosa e ela [Sininho] seria a líder. A noite toda isso. E o jornal da Globo saiu de manhã dizendo já que ela estava presa. Só aconteceu a acusação meio dia, mas o jornal já estava na rua: foi uma prisão encomendada (Anônimx, 2014).

Além disso, era comum que a grande mídia, em especial a supracitada, obtivesse informações e as publicassem antes mesmo dos

advogados terem acesso a essas. Dessa forma, o papel da mídia transcende a questão da informação e cobertura acirrada do caso para se tornar sujeito central deste.

À primeira vista, essa forma de criação do inimigo através da mídia pode parecer menos agressiva que as demais aqui tratadas, mas ela serve de referência e/ou justificativa para muitas dessas outras tecnologias invasivas de desmobilização e repressão, como procurei discutir acima.

Para Anônimx, a criação do inimigo é fruto de uma perseguição político-ideológica que tem na questão de classes seu foco central. Para os ativistas anticapitalistas e que se autodenominam *combativos*, as mídias corporativas são parte e representam interesses das elites e do Estado e, enquanto tal, é natural que os defendam. E é nesse sentido que também se propaga a ideia de que são esses os inimigos reais do povo e que, contra eles, devem ser feitos os ataques simbólicos. Apesar de se utilizarem de diferentes metodologias, as esquerdas tendem a um consenso sobre a defesa de igualdade social, distribuição de renda e de propriedade, e que o processo para se atingir esses fins pode se dar de forma mais ou menos enfática (ou mesmo violenta) de acordo com a linha política. Mas independente da violência - teórica ou não - a questão ideológica em si é sempre sentida como ameaçadora pelos poderes dominantes.

É uma ameaça: a gente quer derrubar os privilégios dele. Não é uma ameaça, é uma promessa: a gente está comprometido a acabar com os privilégios dessa elite. Se você tem apartamento nos bairros mais caros do Brasil, se você tem apartamentos caríssimos em Paris, Nova York, tem jatinho, tem isso e tem aquilo, se alguém ameaça isso, vivendo nesse luxo todo quem é que vai querer perder? Em qual momento da história que a elite abriu mão dos seus privilégios pra instituir uma sociedade mais justa? (Anônimx, 2016).

A associação da pobreza com a criminalidade é construída através da configuração das classes com menos acesso aos recursos do capital enquanto *classes perigosas*. Na prática, o que se opera é uma criminalização da pobreza, vista em si como perigosa pelas elites dominantes que, interessadas em manter a ordem das coisas, entendem

os segmentos mais pobres da população como suspeitos. E as mídias têm, aqui, papel essencial para a manutenção dessa ordem através da produção de subjetividades desses indivíduos que passam a ser considerados marginais pelo estado de pobreza no qual vivem e do qual o puro pertencimento os constituem enquanto ameaça (Coimbra, 2015).

Aliado a tal perspectiva do pobre enquanto sujeito perigoso, os militantes que denunciam essas estruturas de poder passam a ser considerados como portadores de um duplo perigo, uma dupla ameaça: de classe e de ideologia. E todo o processo de criminalização opera a partir dessa lógica, de entender essas ações como ameaçadoras à manutenção da ordem vigente e impedi-las de se propagar. “As ideias voltarão a ser perigosas”, disseram cartazes e muros. “Elas nunca deixaram de ser”, responderam outros muros e as redes sociais. E as instâncias de poder sabem disso – daí tamanho esforço para contê-las a qualquer custo e, quando não possível, mudar suas direções e zonas de afeto, como vimos um pouco nesta sessão.

As formas de comunicação possibilitadas com o advento das tecnologias é uma das características comum aos movimentos sociais da contemporaneidade e que potencializa suas ações, como discutido no primeiro capítulo. Mas a internet não é um território livre. As forças repressivas também sabem sobre essa potência de revolta e também a utiliza em seu favor. Desde questões diretas, como a perseguição de ativistas através das redes sociais ou a queda geral de internet provocada pelo governo no Egito (Castells, 2013) até questões mais sutis, a internet está cheia de disputas entre espaços livres e cooptados. Ao contrário do que afirma Castells, para o qual a internet seria um espaço isento de ferramentas de controle das insurreições, entendo aqui que a internet, assim como os demais espaços da vida cotidiana, é constituída como um espaço permanente de disputa. Nesse sentido, há perdas e avanços

A entrada massiva dos grandes jornais corporativos no meio virtual, a quantidade infinita de vírus e propagandas que se confundem em si e o monopólio de grandes corporações provendo os principais serviços da rede são algumas das principais formas de controle do fluxo virtual. Mesmo os sites que foram utilizados de maneira democráticas nas manifestações no Brasil e no mundo, como *facebook*, *twitter* e *youtube*, são propriedade de empresas mantidas por grandes detentores do capital e tem seu preço, como tudo no capitalismo.

Como procurei discutir aqui, no Brasil os instrumentos de repressão fizeram uso das redes sociais tanto para criar sujeitos culpados pelas manifestações como para coibi-las. No primeiro caso, através de trabalhos investigativos da Polícia Civil que construíram documentos e provas, algumas delas que, inclusive, fundamentaram um inquérito policial. No segundo caso, através de uma tecnologia de mudança de algoritmos nos quais as redes, antes abertas, ficam cada vez mais restritas, decorrendo daí que as pessoas ficam cada vez mais restritas às suas *bolhas* e sem expressão para fora delas, como foi o caso das referidas mudanças do *facebook*. Dessa forma, grupos que se organizam via essas plataformas passaram a ficar à mercê do controle de mecanismos dos quais não têm acesso e que poderiam ser cruciais para viabilizar sua organização.

Imagem 31: charge ironizando o foco de atenção da mídia durante os protestos

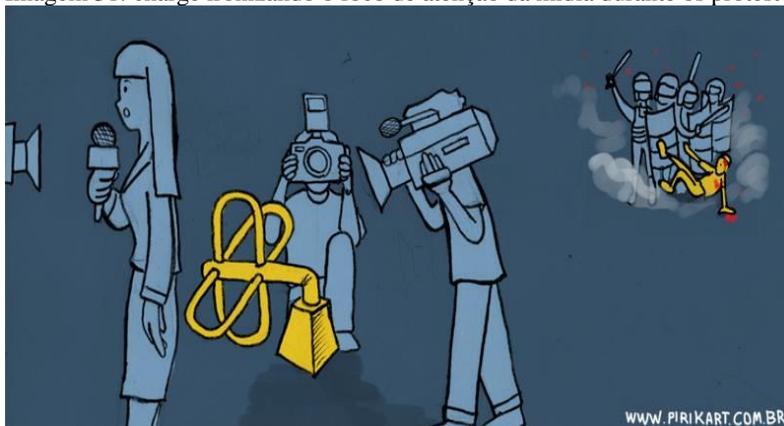


Imagem: Pirikart.

### *Considerações sobre o capítulo*

Além dessas formas de perseguição e construção do sujeito perigoso, as pessoas com as quais conversei para esta tese entendem que também existem outras formas de exercer repressão e desmobilização que não passam necessariamente pelo Estado (policial e judiciária) ou pela mídia. Essas formas podem ser exercidas a partir de ações subjetivas, como apropriações discursivas para reinterpretação e

ressignificação (cooptação) ou questões mais concretas, como a redução do salário de grevistas, perda de emprego, punições empregatícias, etc.

Após o final da greve de 2013, muitos professores foram realocados arbitrariamente de turmas. Centenas tiveram salários descontados pelos dias de greve e a maior parte dos grevistas passaram a sofrer perseguição política dentro das instituições de ensino nas quais lecionavam.

O processo de perseguição salarial ocorre sistematicamente em escolas, universidades e demais meios trabalhistas. E, mais uma vez, vemos as favelas como os locais mais suscetíveis das diversas formas de perseguições: militantes *combativos* moradores de favelas acabam sendo mais suscetíveis às diversas formas de perseguição, inclusive a salarial.

Ah, o Anônimo está sem trabalhar porque denunciou a ONG onde trabalhava e agora o ex-chefe persegue ele em todos os cantos e não tem emprego nenhum... Fulana quer ir pro mestrado e não vai conseguir ir porque enfrentou Fulano em tal lugar. Ou seja, as perseguições têm pessoas já marcadas nesses movimentos de favelas: que não vão conseguir emprego, que não vão conseguir mestrado, que não vão conseguir nada em lugar nenhum (Anônimx, 2015).

Na rede municipal, as greves de 2013 e de 2014 resultaram em descontos salariais durante até dois anos sendo que, alguns professores, receberam holerite negativados. Muitos professores da rede estadual também tiveram seus salários descontados e ocorreu ao menos uma demissão.

Uma das práticas consideradas repressivas e persecutórias trazidas neste capítulo diz respeito à difamação e à criminalização das manifestações, bem como dos manifestantes e suas práticas, realizados pelas grandes mídias, polícia e linhas políticas de oposição. Nesse sentido, a associação de que pessoas mascaradas eram necessariamente adeptas da tática *black bloc* e que esses eram necessariamente anarquistas e/ou vândalos levou a algumas arbitrariedades por parte dos próprios manifestantes:

Tanto que às vezes, mesmo dentro dos protestos, tinha briga dentro do próprio ato, por exemplo, partidários e anarquistas, que sempre tem, ou partidários e *black bloc*, que não necessariamente era anarquista... E literalmente, das pessoas indo, pegando os moleques que tavam de máscara e entregando pra polícia e falando “porra leva aqui” ou petistas na época brigando com anarquistas, literalmente, querendo ir pra cima, no braço... (Anônimx, 2016).

Teve um menino que apanhou porque tava com camisa preta, também, não era *black bloc*, não era anarquista, não era nada, foram e enfiaram a porrada nele, literalmente... Partidos, principalmente (Anônimx, 2015).

Durante a série de ocupações de escolas públicas no Rio de Janeiro, ocorreu uma forma bastante peculiar de ocupação, os *desocupas*. Influenciados pelos discursos intolerantes das grandes mídias, esses movimentos se utilizaram de muitas formas de agressão e há denúncias de que policiais e mesmo diretorias escolares tenham sido coniventes a suas ações. Formados por estudantes contrários à ocupação da escola, mas também por não estudantes e ex-estudantes (também houve denúncias sobre a participação de milícias locais), esses movimentos foram responsáveis por inúmeros ataques violentos às escolas ocupadas, conforme podemos ver em alguns relatos citados no terceiro capítulo.

Em determinado momento a Defensoria Pública reconheceu a legitimidade das ocupações:

A Defensoria foi lá e declarou que a ocupação era legítima – a Defensoria Pública – e marcou uma reunião na Seeduc pra definir pautas, que aquilo tinha ido longe demais (Anônimx, 2016).

Mas tal fato não mudou a reação negativa que as ocupações estudantis recebiam com frequência por parte das direções escolares.

Sobre as mobilizações de forma geral é importante compreender que muitas desmobilizações não ocorreram por algum tipo de impedimento externo, mas por falta de organização ou controvérsias entre militantes e grupos. Embora exista apoio entre grupos e causas,

também são presentes as intrigas e divergências de formas de atuação política que produzem rupturas entre movimentos sociais com linhas políticas em disputa. A falta de disciplina e organização também é entendida como um dos fatores que impossibilitam ou atrapalham a ação coletiva. Anônimo diz falta ainda “um diálogo mais acirrado” entre coletivos, movimentos e grupos sociais diversos que compartilham da mesma diretriz de ação apartidária dentro da esquerda *combativa*. Para ela essa aproximação é necessária

porque tipo a gente não luta sozinha, a gente tem que estar junto pelo mesmo objetivo: unir as massas. Unir as massas pelas pautas (Anônimo, 2016).

Como procurei discutir neste capítulo, o processo de construção desse sujeito inimigo é complexo e atua em diferentes níveis. A ação de separar os manifestantes entre bons e maus, pacíficos ou vândalos cria e reforça a ideia de uma periculosidade vândala a ser temida e evitada a qualquer custo dentro da ação política. Com a massificação dos protestos o trabalho midiático de construir verdades já não pode mais se referir ao costumeiro jogo de colocar espectadores passivos contra esses inimigos construídos uma vez que os espectadores adquiriram *agência* e se fizeram ser reconhecidos enquanto *agentes* que podem exercer maior autonomia do que vêm. O trabalho, então, teve que ser feito sobre esses novos agentes que se constituíam nos protestos. Quando as pessoas se manifestam elas passam a fazer parte de um potencial regime de subjetivação de si próprias e se constituírem enquanto sujeitos mais críticos e autônomos em uma sociedade na qual o exercício da autonomia em si é o perigo. E esse perigo precisa ser isolado e combatido antes que infecte os demais por *contágio* – daí a necessidade de distanciar os baderneiros de toda e qualquer possibilidade de racionalidade e porque essas tentativas têm que ser feitas e refeitas continuamente. Mais do que qualquer coisa, torna-se necessário quebrar as linhas de pertencimento, apoio e solidariedade, fazer com que inimigos sejam criados entre si.

Um policial chegou pra mim e falou: “olha só, eu sei que você não tem nada a ver com isso, que isso é só uma perseguição com você, só um mandado de

busca aqui, mas você sabe que a galera que está aqui não é tão boazinha e inocente como você. Quer ver? Dá uma olhada no que tem na outra sala, olha as coisas que a gente apreendeu na casa de pessoas”. E eram panfletos, cartazes, algumas máscaras, *máscaras do V...* E bandeiras. Eu falei: “olha só, o que tem de perigoso ali? Papel que vai cortar o dedo do policial? O panfletinho que eles entregam, isso que é perigoso?” (Anônimx, 2014).

Nesse sentido não bastava a acusação de que o povo nas ruas era *vândalo*, mas também criar outros sujeitos, o fascista ou o acéfalo, por exemplo. Era preciso dividir todos. Ao lado do *vândalo* outros sujeitos passaram a ser constituídos: o fascista, o *governista*,<sup>138</sup> o *anti-governista*, o playboy mimado, o militar, o *oportunist*,<sup>139</sup> etc. É preciso deixar claro que, mesmo onipresente, as mídias corporativas não têm poder para tamanho feito. Muitas forças atuaram para isso. Criado o *vândalo*, no entanto, a divisão central estava realizada e as fissuras estenderam-se mais rapidamente. A disputa ideológica pela narrativa oficial do que estavam sendo as manifestações passou a ser feita de modo a definir a que inimigo estas se dirigiam. Por exemplo: para a oposição do governo, a massa era contrária ao governo do PT, ao passo que para os petistas a massa tinha recortes fascistas. Para os sujeitos desta pesquisa, os inimigos são as elites dominantes que oprimem o povo e que se materializam na vida cotidiana de muitas formas, como as ações do aparato repressivo do Estado e das mídias.

Assim que uma minoria fascista ganhou maior visibilidade, os discursos de medo passaram a ganhar cada vez mais força. Os mascarados, que passaram por um momento de tanta adesão que chegaram a ser símbolo dos protestos juninos de 2013, se tornam então apenas *perigosos* e falam agora com um público menor que passou a se fragmentar cada vez mais. Paradoxalmente, quanto mais se criminaliza as máscaras, mais elas se tornam necessárias.

138 Diz-se dos partidos que estão no governo. De 2013 à 2016, referia-se aos militantes do Partido dos Trabalhadores (PT). Depois do impeachment, passaram a ser chamados também de ex-governistas.

139 Geralmente se refere aos partidos de esquerda como PSTU e PSOL.



## Capítulo 7

### Nuances democráticas: elementos para analisar políticas de participação no Levante Popular de junho

*A barricada fecha as ruas para abrir novos caminhos!*<sup>140</sup>

Este capítulo buscará abordar os movimentos do Levante Popular de junho para além das ruas, buscando sistematizar algumas questões referentes à sua forma de organização (horizontalidade), caráter popular (a favela e o asfalto) e a *ação direta* como modo de atuação e crítica prática ao Estado capitalista.

#### 7.1 Formas de organização – a horizontalidade

Concomitante às manifestações de junho passaram a surgir grupos, coletivos e outras formas de organização voltadas à discussão e à organização de ações políticas que priorizavam ou não manifestações de rua como modo de ação. Nesta sessão, vou me ater a duas delas, as Assembleias Populares e a Frente Independente Popular.

Cabe ressaltar assim que, para isso, abrirei aqui uma exceção da metodologia adotada na tese de não expor nomes de grupos ou organizações. Essa escolha pontual ocorreu devido ao caráter público e aberto tanto desses grupos como das informações aqui trazidas para análise<sup>141</sup>.

#### *Assembleias Populares*

As assembleias populares surgiram no Rio de Janeiro no auge das manifestações de junho de 2013. O Fórum de Lutas Contra o Aumento da Passagem, inicialmente formado por ativistas independentes e membros de partidos políticos de esquerda (que se tornaram a maioria com o decorrer do tempo), foi um ator chave para a

140 Frase escrita por manifestantes em uma faixa

<sup>141</sup> Sobre assembleias populares, ver: Lobato (2016). Sobre a FIP, ver Venturini (2016) e ALMEIDA, Brena Costa. “Estado e movimentos sociais: repertórios de ação e repertórios de criminalização dos movimentos sociais no Rio de Janeiro”. VI Seminário Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais Universidade Estadual da Bahia, Vitória da Conquista, 23 a 27 de agosto de 2016, entre outros.

chamada de manifestações e discussões sobre o transporte público na cidade, através de convocações para assembleias que ocorriam em uma praça no centro do Rio de Janeiro. Essas assembleias aos poucos passaram a aglomerar um grande número de pessoas, mas logo a divergência de pautas e modos de organização tornaram essas reuniões em disputas em torno do formato da assembleia e das demandas. Se no começo esse fórum atuava de forma democrática, considera-se que logo as lideranças partidárias tornaram-se hegemônicas e desequilibraram a dinâmica participativa. Aos poucos, os demais integrantes entenderam que lhes faltava oportunidades de ação e de exercício de autonomia nesse espaço e passaram a se articular de outras maneiras. Meus interlocutores de pesquisa e também outros pesquisadores apontam que o rompimento com o Fórum de Lutas estimulou o surgimento das assembleias populares de bairro (Lobato, 2016) e o fortalecimento de uma frente composta por grupos independentes (Venturini, 2016).

A partir desse ponto de ruptura, iniciativas via internet passaram a atuar de forma descentralizada para chamar reuniões menores em bairros, tendo por base a forma de ação horizontal e o caráter popular para o exercício do que denominam ser a prática de democracia direta. Surgiam, assim, as Assembleias Populares. As primeiras discussões que possibilitaram a descentralização das assembleias que deveriam, assim, ocorrer de forma espalhada em diferentes bairros da cidade, tinham participação de uma célula da legião *Anonymous*, que também tinha por bandeira a defesa da democracia direta e da forma de organização horizontal.

Aí surgiu primeiro a Assembleia da Cinelândia, depois a Assembleia do Largo que é a assembleia do Largo Popular, em frente ao IFCS e aí mais recentemente a Assembleia do Grande Meyer, agora tem a Assembleia do Largo do Machado que é recente também... Se eu não estou enganada ainda tem a Assembleia da Tijuca (Anônimx, 2015).

Cada uma dessas assembleias atuava com autonomia e independência em relação às outras. Anônimx me explica que não existe um grupo fixo que compõe as assembleias, mas que essas ocorrem com as pessoas que estão nas reuniões e que se propõem à construção de

ações como eventos ou manifestações públicas. As reuniões ocorrem semanalmente e são necessariamente em locais abertos, geralmente praças, para possibilitar e incentivar a participação de maior esfera possível da população. As pautas variam de acordo com o contexto e podem ser mais gerais ou mais específicas, como questões pontuais sobre organização política do bairro e aulas públicas, entre outras. Entre as pautas de caráter mais gerais, cabe citar, a título de exemplo a “Foda-se a Copa” (que tinha por foco críticas aos gastos realizados com a Copa do Mundo) e o evento “Não Deixe o Rio Secar” que, tendo por base aspectos ecológicos e políticos, chamava a atenção para a crise de falta d’água em São Paulo e nas periferias cariocas.

Desde o início as assembleias tiveram picos de maior ou menor participação, como podemos ver nos relatos abaixo:

As assembleias, todas elas, surgiram a partir de junho [de 2013] e todas estavam com um problema semelhante: as pessoas entendiam que a assembleia era um espaço só para especulação política e não para a execução de atos concretos que pudessem levar à transformação social [...] Aí fizemos uma assembleia que não foi mais especulativa, foi organizativa: cada um saiu de lá com uma função de agilizar algumas coisas. Fizemos eventos, apareceu mídia. Aqueles que achavam que a Assembleia era ineficaz e tinham se afastado voltaram (Anônimx, 2014).

As Assembleias também foram afetadas pelo período de refluxo que as manifestações e movimentos sofreram após 2014.

Para Anônimx, algumas pessoas que tinham contato com partidos políticos institucionais tentaram implodir a assembleia da qual participavam, principalmente levantando questões sobre a ineficácia e pouco impacto causado pelas ações das assembleias. As pessoas que continuaram nas assembleias “fortalecerem ainda mais essa ideia de organização autônoma, sem se jogar o jogo do sistema, que é o jogo do Estado, que é jogo dos partidos, que é o jogo da representatividade” (Anônimx, 2016).

Ainda sobre a incompatibilidade de métodos com as questões partidárias, ganha destaque a controvérsia que ocorreu em torno da

fundação do *Queremos!*, proposta de formação de um partido organizado a partir das experiências das Assembleias. Se para os proponentes as assembleias eram entendidas como um exercício inicial a ser desenvolvido numa escala em que partido era a instância organizativa mais evoluída, para as pessoas que iniciaram as assembleias nos bairros essa proposta foi considerada uma afronta ao exercício da democracia direta e uma tentativa de cooptar a iniciativa das assembleias, no sentido de levá-las para o caminho institucional.

O *Queremos!*, inspirado pelo *Podemos!* espanhol, era entendido como tendo a mesma finalidade e como adepto dos mesmos métodos desse: burocratizar as iniciativas autônomas através da cooptação. Tal como os ameríndios pesquisados por Pierre Clastres, a multiplicidade, na qual está implicada o conceito de assembleia, não poderia suportar a unidade, aqui entendida como o Estado atuando através do processo de formação de partido. Membros do *Queremos!* falavam de horizontalidade e de criar círculos de cidadania nos moldes das formas organizativas das assembleias, mas “queriam centralizar pra fazer uma luta eleitoral” (Anônimx, 2016). No fim a iniciativa não foi concretizada e os membros das assembleias que se colocaram contrários a tal empreitada relatam que se sentiram mais uma vez fortificados quanto aos seus ideais e quanto à possibilidade concreta de colocar em prática a autogestão e a horizontalidade.

Um dos fatores que se considera ter possibilitado que as assembleias não fossem burocratizadas, mesmo com o esforço constante de membros partidários, diz respeito ao seu próprio modo de funcionamento, que impede que toda e qualquer tentativa de imposição de uma unidade a partir da institucionalidade seja criada. Os partidários, aqui, são entendidos como os inimigos que vêm seduzir e cooptar pessoas *independentes* para levá-las de volta ao Estado – e as assembleias são as formas de resistir ao Estado através do exercício pleno de autonomia e liberdade.

Eles [partidários] vêm que não conseguem aparelhar e aí tudo que o partido não consegue aparelhar ele não vai, ele não compõe, que a ideia deles é justamente trazer sempre pro partido, sempre pro partido e nunca somar com outros [grupos]. Então geralmente quando eles vão só pra

tentar ou implodir ou cooptar, ou eles vão uma vez, vê qual é e depois também não voltam mais (Anônimx, 2015).

Eles tentavam pelo papo mesmo, assim, pelo discurso, até vencer no discurso, tentar ganhar pessoas, às vezes até a gente chamava de p2 parlamentar, porque eles pegavam os nomes das pessoas, você via que eles meio que queriam saber um pouco da vida talvez até pra tentar essa abordagem de criminalização depois. Acabou não tendo tanta força também, mas se não fosse o pessoal querendo que essas assembleias se mantivessem, muito provavelmente esse discurso ia engolir as pessoas que tavam lá participando. E também a forma de a gente manter essas assembleias foi uma forma de também manter esse discurso, manter essa outra possibilidade de organização, ela existe, ela tá aqui, tem pouca gente, mas tem, então é isso e os partidos não conseguiram, não conseguiram cooptar e não conseguiram desfazer, também, não conseguiram que acabasse e não conseguiram que se tornasse outra coisa, por isso que incomoda, por isso que é, que nem eu te falei, por isso que eles ficam falando que a assembleia é fascista, enfim, ficam tentando de toda forma depreciar o que tá acontecendo lá (Anônimx, 2016).

Além disso, é ressaltada a capacidade de resistir às repressões: “mesmo com as prisões que ocorreram, os nossos atos nenhum foi cancelado. Enquanto a polícia estava indo atrás de alguns manifestantes a gente estava na porta do Copacabana Palace xingando o governo e a FIFA de tudo quanto é nome (Anônimx, 2015).

Autonomia, resistência, horizontalidade e democracia direta são, assim, os pilares básicos para existência e continuidade das Assembleias Populares. Outra característica das assembleias é a presença de moradores de ruas e suas pautas. Devido à multiplicidade de sua forma, a configuração de pessoas participantes está sempre mudando, mas elas continuam como fluxos.

Com o passar dos anos, as assembleias populares perderam um pouco de sua intensidade e algumas não acontecem mais com a mesma regularidade. Assim como outros aspectos da luta social, essa perda de intensidade é entendida como parte do período de refluxo de um ciclo político e não significa necessariamente o fim dessa forma de organização. Para as pessoas que costumam compor as assembleias, a maior contribuição dessas foi ajudar na desconstrução do paradigma de que só é possível fazer política através da representatividade e de servir como ponto de encontro para pessoas que se sentem incomodadas pela lógica da representatividade.

Então bem ou mal a resistência da assembleia, mesmo com pouca gente, conseguiu ser um ponto de encontro pra pessoas que não vão sempre, mas que às vezes aparece e continuar incomodando essa lógica da representatividade pela própria existência dela [da assembleia] (Anônimo, 2016).

A concreticidade do exercício da democracia direta pode ser considerada parte das influências que o Levante Popular de junho deixou e a continuidade das assembleias populares é um exemplo disso.

### **Frente Independente Popular (FIP)**

A Frente Independente Popular (FIP) surge *nas ruas*, no auge das manifestações de 2013, a partir de uma união formalizada de diversos grupos e pessoas com intenção de ajudar na divulgação e organização de manifestações sociais com pautas populares. Segundo relatos anônimos, essa frente nasceu no calor do momento de uma manifestação no centro da cidade quando algumas pessoas e grupos, acuados pela repressão policial, conseguiram se reunir e praticar a autodefesa e a resistência conjuntamente no ato. Depois das ações coordenadas na espontaneidade terem dado certo, essas pessoas passaram a conversar com o objetivo de reunir pessoas, coletivos e organizações não partidárias para, através de plenárias semanais, debater os atos passados, encontrar seus limites e falhas e organizar as ações seguintes, geralmente manifestações ou sessões de panfletagem. Também pensando em termos de horizontalidade e democracia direta,

essa frente reuniu linhas teóricas distintas dentro do que consideraram como esquerda *independente* com destaque para as linhas anarquistas, comunistas revolucionárias, indígenas e maoístas. Desde o princípio se posicionou e se manteve contrária a formações e interferências partidárias.

Alvo de um processo intenso de repressão, a FIP chegou a ser tratada pelas instâncias policiais, midiáticas e judiciais como organização criminosa e alguns de seus membros respondem ainda hoje, no começo de 2018, processos criminais. Um aspecto que vale ressaltar é que essa frente não sofreu apenas perseguição pelas agências repressoras, mas também por parte de partidos políticos institucionais e mesmo alguns grupos de militância com linhas semelhantes, mas que, no entanto, teciam críticas ao discurso *combativo* que tal frente reclamava para definir suas práticas. Em parte como fruto da repressão e da desmobilização causada por uma série de controvérsias internas e externas, a FIP foi dissolvida no final do ano de 2015. Mas, mesmo assim, entende-se que ela cumpriu seu objetivo maior:

[a] FIP, pra gente, ela foi uma frente que cumpriu um papel que se esgotou com esse Levante Popular das Jornadas de junho. Não é que ela é má ou ruim, pelo contrário. Ela só esgotou com a tarefa que ela tinha que cumprir e cumpriu. Cumpriu inclusive muito bem e pra nós essa tarefa foi cumprida (Anônimx, 2016).

Gostaria de destacar também o nascimento de outros coletivos e grupos baseados nos princípios da autogestão com pautas e objetivos variados que passaram a surgir após as manifestações de 2013. Além desses, algumas das ocupações estudantis funcionaram como verdadeiros espaços autônomos nos quais as decisões e afazeres eram determinados conjuntamente, não havendo abertura para formação de lideranças. De forma geral, a proposta de experimentar e concretizar experiências políticas baseadas na horizontalidade, autogestão e autonomia reverberaram pela cidade em experiências localizadas e por vezes podem ser consideradas com algo semelhante ao que Hakim Bey denominou por zonas autônomas temporárias (TAZ) no sentido de

serem formas de confrontar os poderes instituídos: “uma operação de guerrilha que libera uma área (de terra, de tempo, de imaginação) e se dissolve para se re-fazer em outro lugar e outro momento, antes que o Estado possa esmagá-la” (Bey, 2004).

Esses foram exemplos de formas concretas de organização que ocorreram de maneira autônoma e não partidária e que, na prática, foram experiências sociais de exercício de autonomia e de *ação direta*. Mas muitos dos sujeitos desta e nesta pesquisa entendem não ser possível que todo espaço se consolide sem a presença de partidos e linhas ideológicas diferentes. Conhecem os limites e importância de suas disputas, mas também sabem que grande parte da população não se identifica com linhas ideológicas bem delimitadas e, quando se mobilizam, o fazem em nome de pautas concretas. São elas, as pautas concretas, que mobilizam grande parte da população. E para uma esquerda que se considera parte dessa população, que reclama para si esse pertencimento ao popular, com e para o povo, atuar com esse povo é considerado um dos objetivos principais, como se propõe a esquerda historicamente.

Um dos locais por excelência no qual se operam distinções variadas sobre entendimento e prática política, mas que consegue se mobilizar devido a existência da unidade pelas pautas são os sindicatos.

Entendendo os sindicatos como instâncias burocratizadas, mas legítimas em termos de história e mobilização das categorias, esses espaços são tidos como locais de disputa ideológica. Anônimos afirmam a necessidade de fazer com que os sindicatos voltem a pertencer aos trabalhadores: “os sindicatos abandonaram todas as categorias, todos os trabalhadores estão nas ruas, estão entregues à própria sorte e isso nós temos que reverter isso aí. O sindicato tem que ser do trabalhador”. Para isso são formados grupos de afinidades ideológicas e/ou táticas e que passam a disputar ativamente o ganho de espaços políticos para a base da categoria e que se organizam de forma horizontal entre si e, dentro da estrutura formal do sindicato, reivindicam a prática de formas que contemplem cada vez mais a base.

O termo *independente* é utilizado pelos meus interlocutores para se referirem a parcelas da esquerda que não se mobiliza a partir de instituições e/ou de partidos políticos. Mas existe outro sentido atribuído a palavra que diz respeito a pessoas que não fazem parte de nenhuma organização, partidária ou não. E aqui cabe uma breve discussão sobre a questão dos *organizados* e os *independentes*. Por organização se

entende grupos ou coletivos que atuam de acordo com as mesmas diretrizes teóricas e táticas de ação e que geralmente compartilham de linhas ideológicas em comum (mas ainda dentro dessas perspectivas, as formas de organização aqui tratadas devem ser horizontais e autogestionadas). De lado quase oposto surge a categoria dos não organizados, *independentes* que, quando vistos de forma depreciativa, também são chamados de *espontaneístas*.

Entende-se que os *espontaneístas*, por não estarem *organizados* com algum grupo, ficam mais suscetíveis a reproduzir falhas básicas de comportamento durante as manifestações e/ou que não tenham por prioridade entender a luta social como um escopo mais amplo, que envolve ações aquém e além das manifestações.

Por vezes a organização aparece como o que estimula e potencializa as ações nas ruas:

[n]as primeiras manifestações não tinham esse tipo de organização. Quem colocou isso foram grupos até mais organizados. Aí a galera começou a perceber e começou a mimetizar determinados comportamentos, entendeu? Do tipo de organização, de quantas pessoas andar, de como fazer avanço e recuo. Em 13 de junho, 17 de junho, foi isso. Você olha o 17 de junho e não tem nada a ver com o 20 de junho [...] No dia 20 de junho também nego já não deu bobeira, nego foi assim, certinho: em fila e tal, surgiram os primeiros três escudos lá na frente, entendeu, por uma galera que fez uma fila, e logo depois a galera mimetizou (Anônimx, 2014).

Os militantes que compartilham da ideia da necessidade de organização assumem que essas servem também de apoio e suporte para momentos nos quais as manifestações de rua não contêm tantos adeptos e tendem a pensar nas lutas sociais como processos longos e complexos. Dessa forma, tendiam a analisar cuidadosamente seus posicionamentos mediante a conjuntura.

Tem uma galera na crista da onda então as pessoas achavam que nunca ia ter refluxo, que sempre ia continuar. Então tudo que você falava de organização, assim, mais estrutural, era sempre secundarizado, as pessoas não ouviam, achavam

que não ia ter refluxo... Quando chega junho a gente pensa “vamos saber estruturar e tal” e pô a galera tava feliz na crista da onda... “Estão tentando burocratizar, a gente não precisa disso, as coisas têm que ser decididas aqui no calor do momento”. A gente já imaginava que ia dar errado... Não teve estrutura pra resistir à perseguição, à repressão, à burocratização, aos ataques desmobilizadores (Anônimo, 2015).

E, também, para conseguir resistir aos tempos de acirramento da repressão:

Pô, tá num momento de refluxo, não teve estrutura pra se manter, vai apanhar. Se achar que continuar se mantendo na crista da onda vai ser caldo atrás de caldo, entendeu? (Anônimo, 2015).

Além das questões táticas e ideológicas, estar organizado aparece também como uma questão de segurança:

Depois do ato, quando o pessoal tinha dispersado, um policial do batalhão do CHOQUE, um policial civil, à paisana, disparando até arma de fogo contra manifestante... Então isso me fez refletir também assim, que pra eu garantir a minha segurança eu tinha que estar organizado (Anônimo, 2014).

Durante a pesquisa, conversei com pessoas organizadas ou não, que deixaram de estar organizadas ou que tinham começado a atuar de forma organizada a pouco tempo. Acompanhei o nascimento e a morte de alguns grupos e estive próxima de muitas questões e descrições sobre as potências e os problemas do agir militante organizado.

Embora a organização seja preconizada pela maior parte desses militantes, as formas pelas quais ela pode se dar são múltiplas e controversas entre si. E se a espontaneidade surge na maior parte das vezes como sinônimo de falta de amadurecimento político ou mesmo como um problema a ser superado, não tem como deixar de avaliar também as suas potências.

A relação entre o que é espontâneo e o que é preparado não é uma contradição, né? [...] Você pode se preparar e ser espontâneo ao mesmo tempo... É óbvio que as coisas acontecem e tal e aquele negócio: você tem que saber e nem toda preparação é hierárquica. Estou falando “se preparar” é se preparar pro que vai acontecer, é bem isso, então, assim. A potência do espontaneísmo ela não é contraditória, na nossa visão, com a organização. Muito pelo contrário: a gente acha que a organização exponencia a espontaneidade da luta de massas. Ela exponencia: você estar preparado inclusive pra ter a visão de que você tem uma organização feita pra vencer, isso dá um grau maior à espontaneidade (Anônimx, 2016).

Ao contrário do que possa parecer à primeira vista, entendo que aqui a questão entre organização e espontaneidade não se trata de uma relação necessariamente contraditória mas que pode ser considerada sob o ponto de vista da dialética: se a experiência prévia permite que se mobilize para a ação, por vezes são as ações e iniciativas consideradas *espontâneas* que trazem a possibilidade de criação do novo, de novas formas, de novas técnicas. Ao passo que a organização prevê a forma, a espontaneidade se dá a partir de experimentos, na base de tentativa e erro e que, assim, eventualmente acabará se tornando em uma forma organizada de agir. A forma organizada, por sua vez, tem no espontâneo a possibilidade de se atualizar. Organização e espontaneísmo se constituíram como práticas que conseguiram se intercambiar durante as manifestações, e foi a partir dessa relação também que o Levante aqui tratado teve suas potências alcançadas

O Levante Popular de Junho não teria acontecido da mesma forma que ocorreu sem a presença da força da espontaneidade, se estivesse seguindo apenas a cartilha de ações pautadas pela boa e velha militância. Muitas pessoas não se relacionavam cotidianamente com a esfera política e não concebiam as formas de organização, suas estruturas e sutilezas, mas, mesmo assim, elas estiveram nas ruas e foi a partir dessas que passaram a pensar em formas de militar.

Com o final do período de maior intensidade dos protestos, essas pessoas que agiam a partir da espontaneidade seguiram basicamente três caminhos: voltaram para casa, se alinharam com

alguma forma organizada existente ou passaram a construir seus próprios grupos. Sem esse fluxo de pessoas dispostas a experimentar as ruas, enfático, não teria ocorrido o Levante Popular de Junho que aqui procuro problematizar e compreender a partir da análise ampliada; as manifestações poderiam ter acontecido, mas sem a amplitude e abrangência que tiveram. Por outro lado, o levante também não teria ocorrido sem as formas organizadas que, seja na periferia ou no centro, no asfalto ou nas favelas, estão há anos tecendo, através de críticas e ações, as possibilidades concretas para que a revolta não apenas ocorra, mas que ela se dissemine.

No próximo tópico trago as discussões sobre duas formas não apenas de organizar, mas de conceber as ações sociais no âmbito da militância e que se mostraram, ao mesmo tempo, centrais e marginais para entender o Levante Popular e suas continuidades.

## **7.2 Favela e asfalto - Sobre o popular**

E também não é ficar só nesse confrontozinho do asfalto de bola de gude e bala de borracha, entendeu? (Anônimo, 2014).

Meu trabalho aborda majoritariamente os movimentos que ocorreram no *asfalto*, ou seja, que não tiveram seu início nas favelas. Tratam-se de movimentos que em sua grande maioria contemplam as pautas já clássicas dos movimentos sociais e da esquerda, como o direito à cidade, ao transporte coletivo público, moradia, etc.

Nesta sessão, em vez de me basear simplesmente na dicotomia que asfalto/favela encerra, gostaria de utilizá-la para pensar mais a fundo as relações e diferenças que essas abrangem, bem como as diferentes consequências de cada um desses polos – sejam as consequências em termos de direitos, pautas e potências de ação, sejam as consequências no que se refere às represálias e perseguições políticas.

Sobre isso é importante ressaltar algumas coisas.

A primeira delas é deixar claro que seguir as ruas e esses movimentos surgidos no asfalto foi o recorte e o universo desta pesquisa. Não significa que os movimentos de favela são escassos, menos *combativos* ou que não mereçam discussões sérias. Aliás, pelo contrário:

quase todos os relatos e tudo que observei durante o trabalho de campo apontavam as favelas e os movimentos de favela como mobilização das principais pautas, a principal força histórica e – por isso mesmo – os mais reprimidos e afetados.

A luta da favela é extremamente antiga, muita antiga. Só o caso das Mães de Acari tem 25 anos, tem outras chacinas mais antigas [...] É porque eu acho que só agora que passaram a olhar lá pra dentro. Talvez de tanto a gente gritar, mas a gente vem gritando não é de 2013, faz muito tempo (Anônimo, 2015).

Dentro daquele território que ninguém quer ver e que já é vulnerável só por existir. Então em 2013 a gente coloca, né: a favela nunca saiu da rua porque a favela sempre resistiu indo pra rua. Aí a gente fala: "*black bloc?* Vem ver o que é *black bloc* da favela" sem pano nenhum na cara colocando fogo em ônibus, colocando fogo em carro, colocando o caveirão pra correr. Claro, eles colocando a gente pra correr também, mas a gente lá enfrentando, as mães enfrentando depois da morte dos seus filhos ou enfrentando a polícia pra não matarem os seus filhos (Anônimo, 2016).

E aí é isso: a favela nunca dormiu. A gente coloca isso. Se o Rio de Janeiro acordou a favela nunca dormiu porque desde o seu início a gente da favela está resistindo e com vida, com sangue, com nosso sangue derramado no chão (Anônimo, 2015).

Em segundo lugar é preciso deixar claro que dizer que este trabalho toma por foco os movimentos do asfalto não significa dizer que pautas, movimentos e pessoas das favelas não estivessem presentes nas ruas, reuniões, etc. E, de certa forma, tanto os movimentos de favela como os movimentos caracteristicamente de asfalto ocorrem tendo por principal pauta questões sobre a disputa pela cidade. Ainda mais em uma cidade que historicamente se construiu e opera a partir de muitas tensões.

Antiga capital federal, o Rio de Janeiro – assim como tantas cidades atualmente – passou a ser visto cada vez mais sob a lógica

empresarial. Já fazem décadas que de muitas maneiras o espaço urbano carioca é disputado, arquitetado, ocupado, re-organizado, revitalizado, desestruturado e recriado constantemente pelos diversos setores da população. A questão das periferias e do surgimento das favelas é talvez o aspecto mais marcantes dessa disputa no que se refere às formas populares de disputar o direito à cidade. Mas para esta análise, é imprescindível atentar especificamente para o modelo de cidade que tem sido construída desde que o país se candidatou para sediar os megaeventos.

Foi a partir dos compromissos travados com grandes comitês internacionais que as Unidades Pacificadoras adentraram as favelas ao custo de muitas vidas, que muitas famílias foram removidas de suas casas para dar lugar às grandes obras e que muitas novas alianças foram feitas entre órgãos públicos e empresas para construir essa nova cidade<sup>142</sup>. Muitos movimentos sociais apontaram isso desde muito cedo, desde antes de a UPP ser um projeto oficial e antes que o Estado sentisse a crise financeira: em uma matemática extremamente simples era possível prever quais seriam os resultados para a população quando todos os investimentos e atenções estivessem voltados para a consolidação dessa cidade-empresa sede dos megaeventos (Vainer, 2013). Contra essa gigante máquina de produzir estádios, leis e cidades, foram formados grupos e comitês que procuravam defender os interesses da população, mas eles não foram ouvidos. Aconteceram protestos pacíficos, radicais, mistos, se mostrou uma grande insatisfação nacional e os detentores do poder, assim que os ouviram, procuraram efetivar de todas as formas possíveis os seus silenciamentos. “Não Vai Ter Copa”, gritou as ruas. “Vai Ter Copa Sim” responderam os governantes: pessoas foram detidas e presas, houve inúmeros feridos e alguns mortos e muita campanha midiática foi feita, mas, para uma

142 Sobre gentrificação e preparação para os megaeventos no Rio de Janeiro, ver: PROVASI, Beatriz. Atos como Performance na Ocupação do Espaço Urbano: contra um modelo de cidade para os megaeventos. Revista Brasileira do Estudo da Presença. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbep/v6n3/2237-2660-rbep-6-03-00429.pdf>. Acesso em fev 2018; A “gentrificação periférica” das favelas no Rio de Janeiro. Observatório das Metrôpoles. Disponível em: <http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/gentrificacao-periferica-das-favelas-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em fev 2018.

parcela da população a almejada “A Copa das Copas” simplesmente não aconteceu. Ocorreram os eventos, as festas, as formalidades, mas mesmo sendo o futebol uma paixão nacional as pessoas estavam céticas, críticas e com ressalvas porque sentiam na decomposição dos serviços públicos os preços cobrados da população (Jourdan apud O Que Resta de Junho, 2015).

É preciso dizer também que essa dicotomia asfalto/favela não surge de um *a priori* dado, mas a partir de considerar a forma como as pessoas com quem realizei esta pesquisa colocam a questão da militância que, no caso, surge muito em referência à própria distribuição do espaço urbano. A diferenciação entre asfalto/favela já é antiga e muito estudada.<sup>143</sup> Aqui, no entanto, gostaria de usar dessa dicotomia para aprofundar a discussão especificamente em torno das duas formas de mobilização que esse dualismo encerra.

A principal diferença entre esses polos, podemos dizer, se refere às pautas que prevalecem em cada um deles. Se no asfalto as demandas frequentes são em relação à conquista ou manutenção de direitos, as pautas mais frequentes nos movimentos de favela dizem respeito ao direito à vida.

A opressão e a ação do Estado estão tão fortes que a gente não consegue parar pra pensar nessas coisas porque todos os dias a gente está contando mortos. Todos os dias têm alguém morrendo (Anônimx, 2014).

Outra diferença, é claro, pode ser relacionada aos sujeitos. Nas favelas, são os moradores que reclamam para si o protagonismo, ou seja, o local por excelência de prioridade de fala e ação. Não moradores podem por vezes ser apoiadores, ou seja, são vistos como tendo direito de ajudar nas pautas postas por moradores desde que não imponham sobre eles seus métodos e práticas, como mostra o relato abaixo:

143 Como exemplo, ver: Sobre a questão da dicotomia favela/asfalto, ver: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; LAGO, Luciana Côrrea di. A oposição favela-bairro no espaço social do Rio de Janeiro. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 15, n. 1, p. 144-154, Jan. 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000100016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100016&lng=en&nrm=iso)>. access on 17 Feb. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100016>.

Tipo: "vem atrás da gente, que a pauta é nossa. Mas vem!" É nesse nível. Tipo, a gente fez um ato - "A festa nos estádios não vale a lágrima das favelas" - é tipo: venham. Mas venham atrás (Anônimx, 2014).

Na prática dos sujeitos essas diferenças tendem a ser mais fluídas: um morador de favela pode muito bem se interessar mais pelas causas dos movimentos de asfalto e absolutamente todos os movimentos com quem conversei colocaram a luta das favelas como a mais autêntica, mais difícil e a mais necessária. E, ao mesmo tempo que as pautas do asfalto também surgem nos movimentos de favela, *as ruas* por vezes clamam justiça e pautas relacionadas ao direito à vida.

E os espaços também não ficam assim tão bem delimitados: os movimentos de favelas com frequência fazem manifestações em espaços mais centrais ao mesmo tempo que os movimentos de asfalto levam suas pautas para as favelas e procuram estabelecer diálogos com seus moradores – embora isso frequentemente não seja visto com bons olhos pelos movimentos de favela, convém ressaltar.

Assim, por mais que esse meu recorte das *ruas* como objeto de análise tenha essa característica de não ter como ênfase os movimentos já existentes de moradores de favela, esses estiveram e estão presentes nas cenas militantes cariocas e foram peças fundamentais para o direcionamento e ações do Levante Popular de junho.

Diante a crítica de que as ruas juninas de 2013 foram eventos de classe média, ativistas de movimentos em favelas apontam que a maior marca que a presença favelada nas manifestações deixou foi passar para a frente discursos e pautas que antes ficavam restritos aos espaços de militância de periferias como a questão da UPP, das remoções e da gentrificação, entre outras.

Não é à toa que as universidades começaram a pautar mais, não é à toa que começaram a olhar mais pras favelas e essa galera da classe média começou também ir mais pras favelas, tipo “vamos lá pra ver como é que é”, “vamos lá pro ato da Maré, do Alemão, pra ver qual é que é, vamos lá sentir isso na pele pra ver como é que é, que a parada não é tão fácil como aqui” (Anônimx, 2015).

E as pessoas passaram se questionar mais e começaram a se questionar mais sobre a favela também – porque em 2013 muito favelado foi pra rua, tá ligado? Só que é isso: não nos deram espaço, o espaço foi conquistado pela gente. Se a gente ficasse caladinho ou então seguindo a linha de certas vertentes a gente ia estar sendo o escravo da casa grande. A gente não ia estar falando dos nossos direitos, a gente não ia estar falando do direito à vida - porque na favela a luta principal é pela vida (Anônimo, 2014).

A sentença tão repetida “no asfalto a bala é de borracha” reflete um ponto fundamental das diferenças entre as mobilizações no asfalto e na favela ao enfatizar que os riscos que a militância de asfalto sofre não são comparáveis aos riscos aos quais os movimentos e moradores de favela estão submetidos. Essa frase nos leva a entender também o porquê das diferenças da pauta da conquista de direitos *versus* a pauta pela manutenção da vida: é porque “na favela a bala é de verdade” que a vida se torna tão mais ameaçada.

Muitas das pessoas com as quais conversei entendem que esses movimentos passaram a ter mais laços e proximidades entre si depois das manifestações de junho de 2013. Talvez o maior exemplo da força dessa junção seja “Onde está o Amarildo”, palavra de ordem que ecoou Brasil afora a respeito da tortura e assassinato de Amarildo, morador da favela da Rocinha, executado por policiais militares em serviço.

Importante ressaltar que não existe um movimento único de favela do Rio de Janeiro e sim grupos de favelas que já estão historicamente lutando pela permanência em seus territórios, pela conquista e manutenção de seus direitos a moradia, pela não militarização, por saúde, praças públicas, entre outros: “desde o início da favela a gente tem isso como luta histórica desse território”, diz Anônimo.

Assim como os demais movimentos sociais, os movimentos de favela atuam há muito tempo. Com menor visibilidade, mas sempre estão lá. E, no que interessa aqui, em 2013 eles também fizeram parte das ruas, mas além da revolta compartilhada com a população em geral, essa parcela da população em específico tinha também seus próprios motivos para a revolta.

Desde que o Brasil virou sede dos megaeventos muitas políticas públicas tiveram nas favelas seu público-alvo, principalmente com a entrada das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) e através das políticas de remoção. Segundo a jornalista Gizele Martins, na mesma semana em que o Rio de Janeiro foi escolhido como sede dos megaeventos o então prefeito da cidade, Eduardo Paes, anunciou o projeto de remoção de 119 favelas com um impacto previsto de afetar mais de 100 mil famílias (Martins, 2013).

De acordo com movimentos sociais que atuam nas periferias, a entrada das UPPs nas favelas marca um retrocesso na pauta de segurança pública.

Ao mesmo tempo em que entra a UPP nessas 39 favelas no Rio de Janeiro, 119 favelas entram na lista das remoções quando o Rio de Janeiro vira sede dos megaeventos. Ou seja: tem as favelas que não esperavam ser removidas e tem favelas que não esperavam esse massacre que está acontecendo hoje com as UPPs (Anônimo, 2015).

Embora os movimentos sociais já estivessem apontando para esse cenário, considera-se que foi a partir da série de manifestações de 2013 que essas pautas passaram a ficar mais conhecidas por grande parte da população. Alguns dos ativistas com quem conversei falam sobre essa experiência:

Então acho que isso serviu pra dar uma sacudida na gente mesmo e inclusive pra gente dialogar cada vez mais com os movimentos de favela, né? Porque acho que sempre houve alguma clareza de alguns movimentos dentro de sindicato da importância de a gente estar dialogando com outros movimentos sociais (Anônimo, 2015).

Mas enfim, eu acho que as Jornadas de Junho conseguiu dar mais visibilidade. Mesmo que não sustente e que não esteja com a gente no dia a dia, mas conseguiu dar mais visibilidade. E aí a gente consegue também trazer mais gente do nosso lado (Anônimo, 2014).

[Em] 2013 a gente conquistou nosso espaço em meio a esses movimentos todos. Sejam eles partidários ou apartidários, mesmo os independentes. Foi com muita porrada, com muito grito em 2013, mas conquistamos. Hoje em dia as pessoas estão, sim, olhando mais pra favela do que antes (Anônimx, 2015).

Muitos movimentos sociais têm histórico de atuação há anos nessa forma de relação simbiótica entre asfalto e favela, mas, como procuro demonstrar, houve uma ampliação qualitativa e quantitativa desse diálogo.

O centro da cidade é escolhido como local dos protestos não apenas porque é onde se encontram os prédios públicos nos quais os poderes simbolicamente operam e as sedes dos grandes bancos e corporações – considerados como sendo o coração do capitalismo – , mas também porque é nas regiões centrais que as ações atraem mais visibilidade.

Mesmo assim, a onda de protestos que ocorreu com o levante de junho intensificou os protestos por toda a cidade e em regiões periféricas nas quais as mobilizações, antes impraticáveis, foram possíveis. A descentralização dos locais dos protestos que passou a ocorrer depois do ápice do levante de junho (Almeida e Grandi, 2015) está relacionada em grande medida ao processo de comprometimento e de valorização das pautas de periferias.

E aí nos últimos anos a gente cada vez mais tem saído do Centro do Rio e estamos batendo o pé e cada dia mais nossas reuniões têm que ser dentro dos nossos espaços... Tem que ser em Campo Grande? Vamos pra Campo Grande. Tem que ser em Acari? Vamos pra Acari... Na Rocinha, na Maré, no Alemão... Teve cinco mortos assassinados essa semana. É lá? Então vamos. Porque a gente entende que são os nossos locais e que as pessoas precisam sentir o que a gente sente. A reunião vai ser em Realengo, vamos pra Realengo, são os nossos espaços (Anônimx, 2015).

Mas as manifestações nas periferias se diferenciam das que ocorrem no asfalto em termos de metodologia e performance e também no que se refere às demandas. Como disse acima, a configuração de demandas é construída de maneira diferente no asfalto e na favela também porque, para essa última, as questões de sobrevivência são mais urgentes. Embora aconteçam manifestações com pautas variadas, geralmente nas periferias ocorrem confrontos e manifestações quando existem assassinatos causados por policiais e a revolta torna-se, então, inevitável. Geralmente os casos que impellem a revoltas maiores são aqueles nos quais a polícia causa genocídio ou infanticídio.

O ato veio depois de uma série de assassinatos na favela [...] Então teve esse carro metralhado, teve o assassinato do pedreiro, no domingo um outro jovem assassinado e na segunda outra pessoa morreu assassinada. Aí os moradores: “vamos fazer um ato, vamos chamar atenção pro que está acontecendo”. Aí no ato quatro pessoas são assassinadas (Anônimx, 2015).

Mas a maior diferença das manifestações na favela e no centro da cidade diz respeito à forma e intensidade da repressão:

Então, já começa pela bala: no asfalto é bala de borracha, a bala da favela é bala de fuzil. E aí o ato na favela ele é cheio de tensões, né? Não tem um momento que você respira aliviado, “aí conseguimos fazer alguma coisa”. Você consegue, mas ele é cheio de tensões por estar ali em um território onde você pode ser massacrada a qualquer momento. Você está ali num território onde você sabe que quem manda são as forças militares. Tipo, não tem ninguém vendo aquele local. Tipo, os atos das favelas são cheios de tensões porque aquele território é cheio de tensão 24 horas: eu estou andando na rua e de repente pode ter um tiro, a polícia pode estar vindo, atirou, matou (Anônimx, 2015).

É fácil na Cinelândia? Não é fácil: a gente não está desmerecendo aquelas manifestações, pelo amor de Deus, porque foram tensas. Mas na favela vai morrer alguém. Na favela um tiro ali foi bala perdida e fica por isso mesmo - “ah, disparou”- ou vai dizer: “ah, pegaram a arma da minha mão e se mataram”. Ali pode-se inventar de tudo, dentro da favela (Anônimo, 2014).

Teve um ato no meu bairro, tava no auge desses atos da passagem de 2013 e aí ninguém quer ficar de fora da festa, né? E saiu tipo uma galera do bairro em peso, o ato estava cheio, tinha umas 400 pessoas na rua – eu nunca vi aquilo lá, pra nada, nem em título de time de futebol vi festa assim. E a galera saiu em ato, puxando palavra de ordem e tudo o mais [...] e o ato pela metade os policiais fecharam a pista e falaram: "vocês não vão sair daqui. Se vocês quiserem passar daqui vocês tentam a sorte" e puxou a arma pra todo mundo. Puxou a arma e ficou apontando! (Anônimo, 2015).

Eu lembro que teve um ato [no centro da cidade] que um companheiro meu tomou um tiro. Mas na Baixada é a primeira opção. Na baixada, na favela, a primeira opção é sempre a mais letal possível. Ninguém pega morador no morro com bala de borracha, com gás (Anônimo, 2016).

Mas assim, tipo essa semana, morreram três pessoas nessa favela: ninguém viu. Na manifestação lá quatro pessoas foram assassinadas: ninguém viu. Ou seja, o tratamento dado a favela é sempre completamente diferente dado nas manifestações no centro. Os nossos atos na favela é tipo “tiro, porrada e bomba”. É tipo ir, mas saiba o que você vai encontrar. Tem atos tranquilos nas favelas, feitos por movimentos sociais? Tem. Mas a maioria é: “morreu alguém, vamos fechar a Brasil agora!” (Anônimo, 2015).

Os moradores foram pra rua e a notícia era: só não tem mais gente porque tem tanque de guerra em

todas as esquinas e está tudo fechado porque o exército está dizendo pra ninguém ir pro ato (Anônimo, 2016).

A repressão nas manifestações de favela não fica restrita aos momentos de protestos, existe antes como forma de coibir que as manifestações ocorram, como deixam ver os relatos acima, mas também tende a perdurar por dias após os protestos:

E aí eu vejo que a semana inteira foi muito tensa, né, depois do ato – helicóptero, helicóptero, caveirão, tanque, tanque, tanque, tiroteio e mais tiroteio – deu uma acalmada nos assassinatos, mas semana passada mais gente foi assassinada na Maré. Mas a repressão hoje militante da Maré ela foi pior, conseguiu ser (Anônimo, 2016).

A popularização dos ativismos de junho, formas de militância *combativa* e das pautas das favelas aconteceu de modo relacional e possibilitou um aprendizado que se deu de maneira bilateral e contínua em uma espécie de retroalimentação de influências de modos de agir e pautar demandas.

Existem aqui duas narrativas: sob uma perspectiva, as pessoas usualmente mais preocupadas com as questões referentes ao asfalto falam de um “aumento de sensibilidade” em relação às pautas de favelas e como essas passaram a influenciar os seus métodos de atuação política e formas de ver o mundo.

Como a partir de 2013 tudo se misturou mais, as pautas, a sensibilidade, né? Porque tem uma sensibilidade muito grande dos anarquistas às nossas pautas. Isso eu vejo, de verdade. Eu acho que tende a se misturar... é uma outra relação, sabe? Uma outra relação de solidariedade (Anônimo, 2014).

Para além dessa “sensibilidade” aumentada, o encontro desses movimentos com suas metodologias e pautas ganha também em complexidade e dimensão sobre suas ações e estratégias. Os

movimentos de favela relatam aprendizado com os movimentos do asfalto que, por sua vez, entendem ter mais a aprender do que a ensinar.

Tá, quero aprender o que Bakunin escreveu? Quero! Mas assim, vamos aprender com o povo também? Porque assim, eu vejo a favela como uma autogestão desde o seu início. Só que ninguém valoriza essa porra [...] O que é um mutirão na favela? O que são as praças lotadas pedindo saúde, educação, moradia, água? É muita coisa. Então vamos aprender com o povo pobre, favelado, negro, o que é uma autogestão? Vamos aprender o que é organização com essa galera? O que é educação popular? (Anônimx, 2015).

Uma segunda narrativa diz respeito aos ideais e as metodologias de linhas de atuação *combativas* passarem a ser mais frequentes dentro dos movimentos de favelas e que isso passou a ser considerado um elemento perigoso para os poderes públicos que, segundo os ativistas, temem que a força da favela se politize ainda mais.

Ativistas de favelas, no entanto, colocam que as teorias conhecidas através do asfalto já faziam parte do aprendizado prático que aprenderam com a vida e a militância nas periferias.

Aí eu vim de uma forma sempre muito crítica a essa estrutura: já não votava... Tipo, eu não acredito, sabe? Não posso confiar neles. Minha luta é outra, minha luta é pela vida! Minha luta não é por um partido político, minha luta não é por manter essa estrutura de poder dessa sociedade. É por outra. Mas o anarquismo mesmo eu venho a conhecer desde 2013. Eu e muitos outros favelados e faveladas, de verdade. E assim: base teórica não tenho muita. Eu vou lendo um texto ou outro... Hoje é o que mais se aproxima do que eu acredito, longe de uma estrutura opressora e tal (Anônimx, 2014).

Sob a perspectiva do aparato repressivo, a ampliação desse diálogo entre militantes do asfalto e da favela passa a configurar uma ameaça dupla e retroalimentada: o militante do asfalto exercendo poder

de contágio com as teorias e os militantes das favelas contagiando com seu perigo enquanto “classe perigosa”. Isolados são perigos distintos, mas, juntos, passam a ser considerados ameaças mais sérias. Esse entendimento passa pela lógica de considerar que os ativistas de asfalto têm maior potencial de instrução através da teoria. Na prática, essa lógica é criticada por muitos militantes que, moradores ou não de favelas, praticam atividades sociais nesses espaços.

Aí eles acham que o cara que é de fora instrui muito mais a gente do que a gente se instrui, tá ligada? (Anônimx, 2015).

Muitos militantes de favela foram mais perseguidos por conta de 2013 porque vinham pra cá, pro centro, pros atos, aí voltava pra casa e isso rolava. Acho que eles [repressão] passaram a ver como um despertar, tá ligado? Por mais que você milite na favela parece que se você se juntar com um militante de fora e passar a ir mais pra fora ou esse militante de fora a ir mais pra favela onde tu mora eles começam a ver você como um alvo muito mais perigoso do que você era antes só militando ali dentro. É justamente pela junção... Tipo: “esse favelado aí vai dar trabalho porque uma hora esse ‘burguesinho’ aí - entre aspas, pra eles quem não mora na favela é burguês - qualquer hora esse burguesinho de merda também vai querer dar uma de revoltado com a polícia e aí fudeu pro nosso lado, fudeu pro Estado e tal” (Anônimx, 2015).

As forças repressoras temem esse potencial que as mobilizações do asfalto podem levar para a favela, mas o que os ativistas têm problematizado é o contrário, ou seja, que as experiências sociais nas favelas é que podem levar a níveis mais elevados de compreensão e consequente revolta contra os mecanismos do tecido social. Além dessa incitação à revolta, o modo de vida defendido e vivenciado nas periferias tende a ocorrer de forma mais solidária e autogerida, de forma que a favela passa a ser encarada como um laboratório de possíveis práticas sociais autônomas e que residem aquém, mas também além, das teorias.

Então acho que cada resistência a partir de cada um - é aquela frase: “a cada revolucionário cabe a iniciativa da ação”, e isso eu pude ver muito por parte deles. Mesmo não sabendo de Bakunin e Proudhon eles sabem o que é o caos e isso eles sabem. E no fundo eles sabem muito bem o que é anarquismo. E a gente já teve essa experiência e se você fizer isso em algum momento você vai perceber: se você subir o morro e conversar com os moleques sobre o que é autonomia, o que é autogestão. Você pergunta assim: “você já imaginou um morro praticando a autogestão?” E eles a princípio não vão sacar muito qual é a ideia, mas depois que você começar a fazer um paralelo com o cotidiano deles, com a realidade deles (Anônimx, 2015).

Não sou só eu, a maioria dos militantes de favelas eles são vistos como uma dupla face, assim: tanto é um perigo pelo fato de estar se instruindo politicamente, mas também é um alvo muito fácil por morar em favela, assim, entendeu? (Anônimx, 2016).

As favelas, caracterizadas pelo aparato estatal sob a ótica da falta de recursos (de ordem, de hospital, de saneamento, de estrutura), passam a se perceber como protagonistas da história e possibilitadoras de exercer outras formas de vivência. Mesmo que atacadas constantemente pelas ameaças das forças policiais e do tráfico, entende-se que essa falta de “paz” não é o Estado ou a polícia que são capazes de prover: não há paz que possa ser propiciada por uma força militar, seja ela policial ou traficante.

Porque o que é a favela: é um espaço de resistência, né? É um espaço de resistência que foi marginalizado, foi jogado pra escanteio porque você queria manter a cidade limpa. Aí quando você imagina esse espaço que está cercado de polícia em volta, se arma e organiza uma resistência e começa a autogerir aquilo ali – é ele que toma conta das escolas, é ele que põe a luz, que faz o gato, que faz

a segurança – aí eles: “é, pois é, a gente tá fazendo isso”. Só não é legítimo porque tem o tráfico (Anônimo, 2016).

Em março de 2017 foi publicado um documento chamado Carta da Maré, construído a partir do diálogo entre periferias vizinhas e que, entre outras coisas, aponta para o potencial que as áreas periféricas trazem em termos de convivência e solidariedade através de formas de sociabilidades que vão na contramão das expectativas neoliberais (CARTA DA MARÉ, 2017).

Então juntou essa galera das favelas que já têm essa experiência desagradável pra caramba da repressão mais forte do que a galera que mora no asfalto, por assim dizer. Então essa galera – também revoltada, né, que também é uma galera mais classe média – então começou a juntar todo mundo e a galera começou a ver que é devorador pra todos os lados. Que essa ilusãozinha da classe média é só uma coisa temporária, mero poder aquisitivo, mas que se você fizer qualquer coisa fora da linha você também vai levar. E se um dia você perder seu trabalho, seu emprego - como muitos professores estão ameaçados agora - também vai levar. Eles começaram a entender que esse lugar que a gente está, que esse conforto, ele é muito efêmero. E eu acho que, assim, eu infelizmente não quebrei nenhum lugar, mas eu precisei me defender muito de polícia, eu tomei – eu fugi – de várias bombas, fui quase atingida várias vezes (Anônimo, 2014).

A luta pela vida tem, aqui, seu sentido mais literal de sobrevivência, mas também diz respeito às formas de vida e resistência.

Todos os dias eu me pergunto “caralho o que eu fiz da minha vida?”, sabe? Adiantou? Valeu a pena? Mas pô, eu não poder entrar na minha casa, isso é muita coisa. Ou ficar na minha casa e com medo disso é muita coisa. Eu não escolhi isso. Não tem como você na favela escolher se quer militar ou não:

você, a sua vida já é uma militância. Eu escolhi um caminho para militar (Anônimx, 2016).

Se na favela a maior pauta é a vida – porque a maior ameaça é a vida - é também no âmbito da vida que as resistências operam, na forma de gerir a vida cotidiana e de lutar pelo reconhecimento da dignidade desse modo de vida. Esses sujeitos não são perigosos porque resistem com armas, mas porque resistem sobrevivendo, contando essas histórias e conseguindo obter cada vez mais apoio da população. Embora o esforço incessante de mostrar que a pobreza é perigosa, aos poucos as pessoas passam a perceber que o que impele a pobreza é o acúmulo de riquezas e não basta combater índices de criminalidade quando a questão é, acima de tudo, estrutural.

É o Estado que está estimulando isso. Matar alguém na favela está estimulando que as pessoas se revoltam. E ainda digo mais: um ônibus, uma barricada, um pneu queimado é muito pouco perante essa violência que essas pessoas estão sofrendo. Não seria nada indesejável que esse grau de revolta aumentasse no Brasil. Por que, porque a gente gosta de sangue, barricada? Não! Porque a gente quer que as pessoas parem de morrer. A gente quer que as pessoas não morram sistematicamente nas mãos da polícia e eu acredito que é legítimo sim essa forma de manifestação (Anônimx, 2015).

No relato acima, além de legitimar as ações sociais que recorrem ao uso da violência, podemos ver que essas ações são entendidas como reações a uma violência que ocorre de forma cotidiana, que está implícita nas formas de vida da população e que é entendida pelas pessoas desta pesquisa como provocadas pelo Estado enquanto instituição e forma.

Na sessão a seguir trago alguns elementos para pensar mais sobre essa forma-Estado entendida enquanto inimiga da população.

### **7.3 Crise de representatividade, Estado e democracia**

O Estado aparece, na compreensão dos sujeitos da pesquisa, como um inimigo, um sujeito que ataca: tira direitos, nega direitos, tira vida, nega vidas, reprime, prende, rouba. Nunca recua. Qualquer

benefício que se consegue dele é através de muitas tentativas de resistência meio a intenso aparato repressivo.

O Estado e todas as suas instâncias – Executivo, Legislativo e Judiciário – são fascistas e a gente enquanto movimento social foi pego como bode expiatório pra gerar terror nos movimentos sociais em uma conjuntura em que o capitalismo ele tenta se expandir de alguma forma, mediante uma crise de alguns anos, o capitalismo precisa de expandir e pra isso ele precisa de paz, né? O capitalista precisa de paz, o capitalista precisa de ordem, né (Anônimx, 2014).

Existe uma crise de representatividade que surge não apenas em relação a uma forma de fazer política, mas ao que concretamente se faz em nome dela. Para Castells, a insatisfação popular com a política partidária a serviço de uma pequena parcela da população foi um dos fatores para que explodissem as manifestações de junho. Conforme já discutido no capítulo 1, Maria da Glória Gohn considera que a população, ao não sentir representada pelo quadro político-institucional, recai não apenas em uma crise de representação social, mas também uma crise de legitimidade das instituições públicas E, nesse sentido, a própria democracia passa a ser vista sob suspeita:

Eu não quero que as corporações tenham o mesmo direito porque se isso acontecer é manter a exploração. Eles não têm que ter o direito da propriedade privada... Então não vem pra cá dizer que o que a gente tem que defender é uma democracia porque não é democracia. Porque numa democracia o direito lá do banqueiro, o direito do agronegócio está garantido e eu não quero que eles tenham direito nenhum, isso está garantido. Eles querem me matar, o direito deles é a violação do meu! Em nome disso a gente tem que se silenciar, de acordo com o Estado, o povo indignado. A indignação não pode ser expressa (Anônimx, 2015).

Abalam-se as crenças no Estado e no sistema democrático, a crise de representatividade se instaura ao perceber que existe uma lacuna entre a vida e o poder. Mesmo sendo a crise de representatividade parte de uma crise mais subjetiva e ampla, é na relação com os partidos que essa crise tem sua maior expressão prática. A partir do entendimento de que todos os partidos estão comprometidos com suas próprias pautas e alianças e que essas não dizem respeito a maior parte da população, é no rechaço às práticas eleitorais e de entidades políticas como um todo que essa crise se consolida.

[Em junho de 2013] a CUT foi distribuir panfletos e botaram eles pra correr, rasgaram todos os panfletos deles, tomaram as bandeiras... Novamente não deixaram o carro de som subir, pessoal bloqueou e falou “sai daqui! Sai daqui com sindicato, sai daqui com aparelhamento” (Anônimx, 2014).

Acho que a diferença foi essa, em 2018 ninguém mais vai votar. Se dessa vez [nas eleições presidenciais de 2014] a gente teve 30, 40 [de percentual de votos nulos, brancos e abstenções] da próxima vez a gente vai ter 50. Essas pessoas não querem, não estão caindo mais. Ninguém mais quer votar, quem quer votar? Acho que cada vez mais eles vão perdendo as cooptações, assim, as formas que eles vão cooptando (Anônimx, 2015).

Anônimx me diz que mesmo fazer campanha pelo voto nulo também parte da perspectiva de que a lógica eleitoreira é central e, para agir contra essa centralidade a saída é atuar nos movimentos sociais de base. Mas outros ativistas não compartilham dessa visão por entenderem que a lógica de escolher por um candidato está tão implicada no imaginário social brasileiro que, mesmo quando não as pessoas não acreditam nos candidatos ou em mudanças concretas a partir desse processo, tende-se a votar mesmo assim. Nesse sentido, a campanha pelo voto nulo é entendida não como uma forma de fazer parte de uma campanha eleitoral, mas porque se entende a necessidade alertar a população de que existe uma outra possibilidade além das escolhas prontas: a liberdade de não precisar escolher dentre candidatos apenas por pressão e que é possível outras políticas para além da instituição.

As pessoas com quem conversei durante a pesquisa entendem que o aumento no índice de votos nulos e abstenções no Rio de Janeiro teve por influência as mobilizações e que o Levante Popular aqui tratado teve por efeito alertar a população e produzir esse alargamento da crítica à representatividade que já vinha ocorrendo. “O Nulo ganhou”, diziam depois das eleições, na tentativa de mostrar que grande parcela da população (um terço, para ser mais específica) não se sente representada e/ou simplesmente se nega a fazer parte do processo eleitoral<sup>144</sup>.

Sobre isso, cabe ressaltar a análise de Bringel sobre maio de 1968. De acordo com esse autor, as eleições que ocorreram imediatamente depois das manifestações de maio de 1968 na França tiveram como resultado ampla vitória para a direita (Bringel, 2015). Para Luc Boltanski e Eve Chiappello, os resultados desse processo eleitoral foram menos significativos do que o maio de 1968 enquanto evento que influenciou amplamente mobilizações e formas de pensar política em vários países ao redor do mundo (*apud* Bringel, 2015).

Outro fator a ser considerado sobre as eleições de 2014 diz respeito a questão de como os efeitos dos eventos de junho estavam sendo disputados semântica e politicamente. Se para as mídias corporativas as manifestações de junho levaram a um congresso ainda mais conservador, as mídias independentes defenderam, através de estatísticas, que no Rio de Janeiro foi onde ocorreu a maior incidência de votos brancos e nulos e a cidade foi chamada, assim, de “capital do voto nulo”.

Aqui entendemos que a crise de representatividade atua a partir de críticas legítimas e inegáveis: as estruturas já não mais representam os anseios e expectativas de grande parcela da população. Mas elas, sozinhas, podem deixar um vácuo que, se não trabalhados, podem ser preenchidos com fascismos. É preciso ir além da crise da representatividade. De acordo com os sujeitos desta pesquisa, na impossibilidade de destruir o Estado, é preciso ao menos minimizar o impacto deste sobre as populações. No caso, ter por foco o ato de minimizar suas ações não no âmbito econômico, como preconizam os

144 As eleições presidenciais de 2014 apresentaram um total de 27,44 % de votos brancos, nulos e abstenções. Fonte: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/apuracao-votos-presidente.html>.

neoliberais, mas nas suas formas de gerir a vida - e por vezes a morte - da população.

## **Estado e democracia**

Resumindo: o Estado é fascista (Anônimo, 2015).

Judith Butler e Gayatri Spivak (2009) problematizam como o Estado é um lugar de poder, mas que esse nem sempre é a única forma de poder, e, principalmente, que nem sempre o Estado é o Estado-Nação. A título de exemplo, as autoras lembram a existência de Estados não nacionais, e aponta que a ideia do Estado sendo vinculado à nação é hoje uma naturalização que traz consequências sobre sujeitos que, não sendo considerados como pertencentes à nação, não se veem dentro do que se entende como direitos acessíveis aos verdadeiros cidadãos – como é o caso dos imigrantes ilegais, por exemplo. O Estado pode trazer tanto o pertencimento quanto o estado de não pertencimento. Para Butler e Spivak, o estado de não pertencimento é imanente à constituição própria do Estado-nação, ou seja, para esse existir ele precisa se afirmar por sobre um outro excluído. Uma identidade nacional é construída a partir de uma delimitação dos vínculos nacionais de pertencimento e não pertencimento. Nesse sentido, é o próprio Estado e seus aparatos jurídicos que delimitam as estratégias de pertencimento e de direitos que irão produzir o que as autoras chamam de sem-Estado. O contingente sem-Estado, assim, não se dá como um efeito marginal e acidental, mas tem sua origem na estrutura do Estado-nação. Nas palavras das autoras, “se o Estado é o que vincula, também é claramente o que pode desvincular” (Butler & Spivak, 2009, p. 45).

Butler e Spivak também discutem sobre uma parcela da população para a qual o Estado não chega enquanto provedor de direitos, mas tão somente enquanto mecanismo de privação de liberdade. Os “sem-Estado” não são alvos de políticas públicas de moradia e educação, por exemplo, mas são alvos de uma política de perseguição policial. Eles existem apenas na medida em que reforçam o Estado, que se incorpora de suas negatividades para se constituir: os “sem-Estado” estão submetidos ao Estado enquanto “exterior constitutivo desse”, como um não-ser que constitui o ser, como zonas de abjeção constitutivas dos sujeitos, esses sim reconhecidos pelo Estado como parte da Nação (Butler, 2009).

E é sobre esses sujeitos “sem Estado” que os principais efeitos colaterais da política dos grandes eventos se desdobram. Mas eis que essas pessoas isoladas talvez tenham ficado à margem por tempo demais e sobre elas o desejo consumista e produtivo não pareça mais tão adequado. De repente parece que nada mais se encaixa, que os marginais estarão sempre à margem e, então, sem a possibilidade de ascender, algo quebra. Não se quer mais entrar, mas sim constituir o fora. Os dispositivos de poder alcançam aquilo que eles conseguem capturar através da criação de sujeitos sem desejos, mas com ímpetos de consumo. E se esses ímpetos já não servirem mais? E se esses sujeitos começaram, enfim, a desejar o seu próprio desejo?

Deleuze & Guattari afirmam que o Estado se interioriza nos indivíduos na ideia de sujeitos: o sujeito-fixo, sujeitado, a todo momento produzido pelo Édipo, sujeito familiar e neurótico, com sexo, raça e identidade específicos e dotado de razão (Deleuze e Guattari, 1995). Em oposição a esse sujeito fixo e centrado está um outro sujeito, oriundo da subjetivação e não do processo estatal de sujeição: tal é o sujeito do desejo, o próprio desejo, sujeito nômade. Só “só há sujeito fixo pela repressão” (Deleuze & Guattari, 1976, p. 44), resumem os autores. E se o Estado tende a essa criação de sujeitos fixos e administráveis, os sujeitos também encontram seus muitos modos de resistência (Deleuze e Guattari, 1995).

Em perspectiva analítica semelhante, Peter Pál Pelbart entende ser possível que nesses protestos haja uma nova subjetividade política surgindo, uma força anônima e múltipla e que se caracteriza mais por aspectos como movimento, impulso e fluxos do que por partidos, disciplina e finalidade (Pál Pelbart, 2014). “Não vai ter copa”: de repente uma das maiores relíquias do imaginário social brasileiro é posta de lado. “Eu prefiro não”, diz Bartebyly, e é na recusa que as potências são incapturáveis (Agamben, 2007). Não afirmo aqui que existiu apenas essa nova subjetividade mais difícil de cooptar de que fala Pál Pelbart (2014) ou mesmo que ela foi majoritária, mas tão somente que ela surgiu. E que sua simples existência só foi possível por existir uma vontade de resistência compartilhada da população.

Junho de 2013 aconteceu. Aconteceu assim, aconteceu uma vez. Depois dele, novos desejos se transformaram em pautas e em reivindicações. Para Pál Pelbart, as reivindicações são capturáveis, mas não o é o desejo em si (Pál Pelbart, 2014). As reivindicações são

necessárias e movem a luta, exigir direitos do Estado é o mínimo que se pode exigir, mas não quebram a ordem. Nesse sentido, talvez *as ruas* ainda carreguem potência para algo mais. Ou talvez tudo sejam formas prontas e voltas ao que é normal. Mas, por ora, existe um Estado que está sendo colocado em xeque e que passa a não mais ser simplesmente local de encontro de desejo, mas mote de rupturas.

Quando os contratualistas postulam que o Estado é instituído visando a proteção de todos, estão dizendo que o Estado é uma Unidade que se cria em prol da segurança de todos. Todos deixam de ser indivíduos isolados e passam a ser a unidade estatal da sociedade. O que eles estão dizendo é que a sociedade é uma organização política e que o viver junto precisa desse contrato, precisa do Estado, que não é possível indivíduos conviverem se não for o Estado.

Pierre Clastres (1982) é pioneiro na antropologia para discutir sobre sociedades ameríndias que se organizam não apenas sem, mas contra o Estado, através de mecanismos que impedem a sua formação - como evitar que os chefes das tribos exerçam função de liderança plena e a não produção de excedentes que poderia levar a desigualdade, entre outros.

Mas nas sociedades consideradas complexas também existem exemplos de ausência de Estado. A título de exemplo, podemos pensar nas experiências com sociedades autogestionadas em pequenas comunidades que, mesmo localizadas dentro de alguma região ou país com fronteira política delimitada, conseguem fazer valer suas próprias diretrizes, princípios e formas de organização social. Além delas, existem experiências de revolução e reivindicação de território autônomo que tem sido bem-sucedidas em sociedades maiores como o território zapatista, localizado no que antes era parte do Estado mexicano, e a região de Kobane dos curdistãos – territórios esses que, quando atacados, mantêm suas independências através da resistência de exército armados.

Meio as experiências militantes, destacam-se as influências socialistas e anarquistas que tendem a combater a existência mesma do Estado e do capitalismo, mas também existem as heranças de movimentos quilombolas e, como eu pude presenciar durante esta pesquisa, nos movimentos de favelas. Se os primeiros, partem de uma teoria para a crítica, os segundos muitas vezes partem de uma realidade cotidiana na qual o Estado não precisa esconder suas facetas repressoras,

como acontece cotidianamente nas periferias urbanas e em casos de explosão de revoltas populares.

A gente está vivendo uma ditadura dentro das instituições e dentro do nosso país, sabe? E não é velada não, é uma ditadura bastante explícita. Mas ela interessa ao capital, então o capital não a chama de ditadura, a chama de democracia que é um nome mais bonitinho (Anônimo, 2015).

E eles querem as olimpíadas, né? Eles fizeram a Copa, eles querem os megaeventos - eles: o Estado. Não é à toa que querem esses grupos mais isolados. Não é à toa que eles querem botar medo, não é à toa que tem esse grupo de manifestantes que pode ser preso [...] Eles são donos de uma estrutura de poder, eles não querem perder o poder. Eles foram um pouquinho ameaçados nas manifestações, porque o povo foi pras ruas, mesmo o povo estando ali perdido sem saber o que estava fazendo. Mas aquilo ali foi muita coisa pra eles, eles querem uma população controlada. É por isso que tem a mídia pra controlar, é por isso que tem a polícia pra controlar (Anônimo, 2016)

Para os manifestantes, assim, a partir da iminência do Levante Popular de junho a faceta do Estado totalitário, antes destinada a um grupo bem delimitado, passou a se mostrar para grande parcela da população. Além de uma crise de representatividade, foi o próprio sistema democrático que passou a ser pautado.

Eu jamais subestimo 2013. Jamais, mesmo. Acho extremamente importante até mesmo pra manutenção da suposta democracia - porque depois de 2013 foi explicitada muita coisa da falsa democracia: "ué, que democracia é essa que a gente tem que apanhar na rua porque está se manifestando?", "que democracia é essa que a gente é detido pra averiguação?" e isso é totalmente errado, ninguém deve ser detido para averiguação. Que democracia é essa? (Anônimo, 2015).

Uma das formas pelas quais o Estado se mantém enquanto soberano se dá a partir de sua inserção na vida cotidiana das pessoas de modo a se fazer presente em várias instâncias organizativas, resultando desse processo a reificação da ideia de que a forma-Estado seria a única mediadora possível tanto para estabelecer o modo de organização em períodos de ordem como para sanar conflitos e guerras. Como isso ocorre desde o nível micro ao macro, desde revoluções até o escritório, da prisão ao *playground*, ocorre desse processo o constante reforço da narrativa que entende que toda e qualquer relação social se estabelece a partir da hierarquia. Para tal se criam leis e políticas públicas, os livros de história são reescritos e movimentos independentes são exterminados discursivamente.

E como a história apaga qualquer forma de organização horizontal e a sociedade é hierarquizada, imaginar algo que não seja isso é desesperador. Então é realmente pegar algo e construir do zero. E 2013 foi isso, 2013 foi o momento que se constrói algo que não existia. E daí a dizer que não existe, que não teve legado, cara, isso aí é de uma burrice bizarra, assim, né? Nossa, a gente viu! Hoje eu percebo, a sociedade... E eu lembro que uma menina, de uns 17 anos: “professor, ninguém vai ter líder aqui não, aqui é tudo horizontal” e aí todos os grupos se negando a um grupo assumir... Aí você vai me falar que não mudou a lógica, o regime de verdade da sociedade? E você vê isso em todas as instâncias, sabe? A negação da liderança, a negação do protagonismo de alguém em muitas, muitas instâncias, nas mais sutis (Anônimx, 2016).

O Estado, mais uma vez, é considerado o inimigo por excelência tanto a partir de sua faceta institucional como por seus efeitos e desdobramentos, como deixam ver os relatos a seguir:

Você só tem ódio daquilo que na verdade você teme, daquilo que você reconhece como perigo real pra você. E a gente tem ódio do Estado porque o Estado é o perigo. E o Estado tem ódio da gente

porque vê que a gente também é o perigo pra ele. Então nesse momento quem pode causar realmente algum mal pra gente é o Estado (Anônimx, 2014).

Mas o que significa acabar com o Estado? Quando se propõe acabar com o Estado a gente fala dessa máquina institucionalizada, burocratizada e tal, se você pensar nessa esfera no Estado eu acho que faz sentido fazer alianças e tal tal tal, mas se você pensar num Estado que ele age muito mais nas microesferas, que ele age nas formas, que ele age se reproduzindo numa reprodução constante de um fascismo mesmo, nesse Estado que surge nos pequenos atos, acabar com o Estado passa necessariamente por acabar com as pequenas instâncias de opressão (Anônimx, 2015).

Machismo é uma relação de opressão que um ser oprime outro ser e a gente só naturaliza a opressão do Estado porque nas nossas micro relações a gente entende como natural as relações de poder. Então se é natural as relações de poder, a do Estado é só mais uma. Então você não destrói o Estado sem destruir aquela cultura da opressão. E essa cultura da opressão é micro, é em todas as instâncias. Então você realmente precisa acabar com todas as formas de opressão (Anônimx, 2016).

Embora o Estado apareça nas narrativas enquanto instituição a serviço da elite dominante e poder repressivo, é a partir de seus efeitos e desdobramentos que se sentem suas práticas mais invasivas. Dentro das expectativas de movimentos sociais que partem de uma crítica mais radical ao Estado, podemos perceber como muitas práticas que são consideradas representação dos modos de repressão estatal são conjuradas dentro de espaços de reuniões, festas, relações interpessoais ou manifestações.

Cabem, aqui, as considerações de Butler (2016) sobre questões práticas envolvendo outras formas de benefícios baseadas no diálogo com a teoria anarquista. Para essa autora, existe uma grande contribuição dada pelos anarquistas no que diz respeito ao combate das

instâncias localizadas na forma pela qual o Estado opera, de modo que tal teoria poderia trazer suporte para atuações pontuais contra arbitrariedades legais impostas pelo âmbito estatal:

Quando a lei se torna um instrumento da violência do Estado (e sua força coercitiva que, de alguma maneira, está sempre implicada com a violência), então há que se engajar em formas de desobediência para exigir outra ordem de lei (Butler *apud* Heckert, 2016).

Mas o questionamento das práticas estatais e das instituições tem sido assumido por linhas teóricas e políticas para além do anarquismo. Nesse sentido, os manifestantes de junho podem ser pensados como constituintes de uma força nômade que não se deixa capturar (Pál Pelbart, 2014). Atuam a partir de linhas fluídas em que se colocam simultaneamente presença e ausência, dentro e fora dos espaços institucionais da família, do Estado, da ordem, entre eles e atravessando-os conforme lhes convém. Não aceitam jogar nas regras de um jogo que recusam. A linha *esquizo* que passa ao *nomadismo* age (mesmo sem perceber) contra o *império* – como a conjuração imanente do Estado em Clastres. Traz as intensidades do nomadismo, assim, como própria “potência de vida” e questiona-se como o império poderia se sobrepor a tais linhas de força. E essas linhas nômades surgem naquilo que é espontâneo e criador nas manifestações de junho.

De acordo com Pál Pelbart, o Estado se sobrepõe aos indivíduos através da apropriação da vida – entendida aqui sob o viés foucaultiano da emergência da disciplina e do biopoder nas sociedades disciplinares (Pál Pelbart, 2003). O Estado exerce seu poder de captura ao instaurar a gestão da vida, sua disciplina e a produção de desejos de vida consumíveis, manipuláveis, tangíveis. Opera na solidificação dos fluxos e dessa forma penetra a serviço da lógica do capital desde as esferas mais infinitesimais da existência humana e as mobilizam, ampliam, controlam. Mas ao mesmo tempo ele também remonta aos aspectos do poder soberano de forma que, na prática, se utiliza tanto de mecanismos disciplinares como soberanos para organizar e controlar as esferas de vida da população.

Instaura-se uma máquina de produção de subjetividades que, ao mesmo tempo, contempla as premissas estatais e econômicas com imensa capacidade de captura, apropria-se de redes e de fluxos e se

dissemina mesmo nos polos de resistência – o autor discorre sobre a “inclusão às avessas”, mercantilização do que era marginal ou, como diria Deleuze e Guattari, potências e linhas que passam a ser *molarizadas*, que entram na lógica do Estado e do capital. Para resistir, precisa-se transpor essa forma de ação e pensar nas capacidades de criação de outros territórios e outras instâncias de subjetividades através da produção do novo.

Para Deleuze e Guattari há modos de subjetivação que se colocam como resistências, em lutas que se estabeleçam contra a sujeição e submissão da subjetividade. Embora hábil em suas estratégias e formas de repressão, esse aparato que se entende por Estado tem suas falhas, disfunções, rachaduras e essas podem ser pensadas em termos de resistência através de uma *biopotência* da *multidão*.

Assim como em Negri e Hardt, Pál Pelbart também traz a ideia de *multidão* como algo que se opõe a ideia de massa enquanto conjunto homogêneo, uno e sujeitado, coesão estatal e não singularidades. A *multidão* é vista enquanto multiplicidades, centrífuga, passível de *agenciamentos-esquizes*, dispersão.

Contra um poder que centraliza, segrega e mata, surge uma força descentralizada que consegue atingir pontos de resgate do comum e que se instaura como resistência. Diferente da sociedade proposta pelo Estado, essa força preconiza formas de viver em comunidade (Pál Pelbart, 2004). Nesse sentido, as ocupações de praças e ruas trazem essa cotidianidade das propostas de resgatar o viver em comunidade. Se o Estado é responsável por burocratizar e centralizar a política, as muitas possibilidades de *ação direta* são as formas pelas quais torna-se possível resistir. Poder contra força, sociedade contra comunidade, Estado contra sua população fazendo uso da *ação direta*: essas são, em última instância, as duas partes inconciliáveis em confronto permanente e do qual as manifestações juninas foram e continuam sendo mais uma forma.

As formas de repressão e desmobilização abordadas no capítulo anterior, assim como os relatos e análises sobre prisões e torturas trazidos no capítulo 5 são denúncias de como as forças repressivas operam. Cabe ressaltar que essas forças, discursivamente atribuídas apenas aos corpos desviantes, acabam operando como definição de normas - da mesma forma como, para Agambem (2005), o *campo* nazista não se constitui em uma anomalia localizado no passado em um regime de exceção, mas como *nómos* que constitui o espaço político que

ainda vivemos e que pauta as relações de poder, relações essas que operam tanto em regimes totalitários como nos regimes democráticos (Agamben, 2005). De forma semelhante entendo aqui que as políticas de extermínio nas favelas e as perseguições políticas são medidas que correspondem a institucionalização da *exceção*, ou seja, estado de suspensão da ordem e materialização do estado de exceção no qual não se distinguem a norma e a *vida nua* (Idem).

Assim, podemos considerar que, em um Estado pautado por princípios de exceção, não se consegue desenvolver o que se entende ser democracia. E, diante tal cenário, as revoltas também não deveriam se constituir como exceção, mas enquanto ações políticas legítimas e a partir das quais a população aciona direitos e liberdades. Nesse sentido, a prática de *ação direta*, entendida como ação política que busca romper com as limitações colocadas pelas vias institucionais, surge como possibilitadora do exercício democrático desde sempre negado.

A crítica à representatividade de partidos institucionais, as formas de participação política horizontais e o recurso da *ação direta* são alguns dos aspectos que eventos globais recentes trazem em comum, conforme discutidos no primeiro capítulo. Aliados ao aspecto das pautas populares, são esses os três elementos que mais se destacam meio ao que ficou entendido como Levante Popular de junho na cidade do Rio de Janeiro. Dado a natureza política desses elementos, esse Levante pode ser considerado parte de uma teia global de manifestações de esquerda, mas que - ainda assim ou exatamente por isso - mantém suas peculiaridades.



## Considerações finais

*Amanhã vai ser maior!*<sup>145</sup>

Conforme discorrido ao longo da presente tese, o Levante Popular de junho se constituiu como uma série de manifestações que vai além de uma temporalidade bem delimitada: seus antecedentes haviam se constituído e suas continuidades ainda estão por aí, fomentando novas formas de praticar e conceber política. Se por um lado trouxe à tona movimentos e preceitos políticos que tinham caído no esquecimento da militância, por outro lado contou com elementos contemporâneos que endossam o que alguns autores têm chamado de *novíssimos* movimentos sociais. Ou seja: o mesmo momento histórico que traz como marco o re-ascenso de movimentos sindicais também traz novas formas de se comunicar e se organizar através de ferramentas mais dinâmicas, por exemplo.

Alain Touraine defende que os movimentos sociais são o coração da sociedade e que expressam “energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberte” (apud Gohn, 2011) e que, assim, movem as sociedades a tentar percorrer caminhos um pouco mais justos.

Acredito ser cedo para analisar como as semelhanças e diferenças no que se referem às construções analíticas em torno dos *novíssimos* movimentos sociais vão se constituir historicamente no desenrolar dos eventos aqui tratados. Mas para além de uma questão consciente parece haver algo que ainda não é totalmente *capturável* nas análises e que era anterior a junho e não podemos precisar exatamente de onde vem. E, talvez, nunca poderemos. Esse *algo*, algumas vezes, foi referido pelas pessoas com quem realizei esta pesquisa como um *espírito* de junho. Esse *espírito* aparece nas peculiaridades das mobilizações locais, mas também se faz presente de maneira mais ampla e global, nas muitas manifestações que ocorreram ao redor do mundo recentemente. Desse modo, esse *espírito* se insere na geopolítica mundial, mas não se reduz a essa forma que *local* e *global* se atualizam de maneira não dicotômica, complementares.

Tem uns movimentos sociais que tem o espírito de junho antes. O que é esse espírito de “junho”, que

<sup>145</sup> Palavra de ordem

eu acho que vem muito forte nesse contexto: por causa da conjuntura, de um caminho de esquerda que não deu certo e que aí entra - e volta e se retorna - o debate do anarquismo. Acho que isso é cíclico, sempre tem retornado. Por exemplo: maio de 68, crise de stalinismo, aí volta o debate em relação ao autonomismo, em relação ao anarquismo, movimentos de base, movimentos organizados através da democracia direta: isso volta em maio de 68 (Anônimx, 2015).

Acho que junho também traz novamente esse resgate [...] Essa ideia da horizontalidade, do questionamento da política eleitoral, da política institucional, do resgate das assembleias de base, do resgate das assembleias horizontais, da democracia direta, da democracia popular. Isso veio muito forte em junho (Anônimx, 2016).

E está – não no sentido de que junho influenciou outubro, isso também mas é porque eu acho que em certo sentido esse espírito que está no Occupy Wall Street, beleza, que está em Seattle, que está em maio de 68, que está hoje em Kobane, que está no zapatismo, também, muito forte, a gente tende a ver uma coisa piramidal e vertical, né? Mas acho que está em rede em todos esses processos que estão surgindo nesse contexto agora, né, com muita força (Anônimx, 2015).

E, de algum modo, é esse *espírito* o que perdura e que se faz presente em muitas greves e nos movimentos estudantis de 2016 na cidade, nas assembleias, nos coletivos e outros grupos horizontais, na forma de fazer e ser mídia independente e era também esse *espírito* que já se voltava contra as instituições com a iminência dos *novos movimentos sociais*, mas também podemos vê-lo implícito nas críticas do maio de 1968 francês ou, ainda, nas críticas anarquistas e libertárias que surgem no século XIX, na luta pela liberdade contra a escravidão, nas lutas pela sobrevivência nas favelas e também na Palestina e no Curdistão e todas as tantas formas de luta que, como poetiza La Boétie

(1986), se dá contra o Uno a fim de evitar o *mau encontro*, aquele momento em que se cede a liberdade em troca de uma forma de contrato de convívio, em prol da segurança e da sobrevivência. Esse *espírito* não é um tempo metafísico, ele se configura como a própria possibilidade de existir revolta contra a opressão e que tem se manifestado atualmente através de redes de comunicação, mas muitas vezes também sob a forma de *afetos*.

E também nessa perspectiva o Estado, tantas vezes afirmado como o inimigo por excelência, não é aqui aquela instituição una e fixa, mas seus desdobramentos, formas de agir e transbordamentos (Abrams, 1988).

Sem ter aqui a pretensão de reduzir o que foi o Levante Popular de junho, quais seus significados e implicações, ousou apenas pensar agora que esse foi *multidão*, enquanto possibilidade biopolítica de pensar em novas resistências.

Em seu discurso sobre o *Occupy*, Zizek afirma que esse evento colocou não apenas novas formas de atuar politicamente, mas de pensar e produzir formas para dar vazão ao que até então não tinha espaço semântico para ser proferido ou mesmo pensado: “[v]ocê, que está aqui presente, está dando a todos nós tinta vermelha”, a possibilidade de localizar as críticas e soluções a outro nível de entendimento, de prática, de vida.

### ***Multidão em revolta***

*As revoltas pertencem à história. Mas, em certo sentido, escapam dela (Michel Foucault)*

As revoltas populares de 2013 no Brasil chamam a atenção por algumas peculiaridades. O uso de intensa violência policial, o advento do *bloco negro* no emprego das estratégias de resistência e o aumento de perspectivas apartidárias, entre outras características que já foram extensamente discutidas na presente tese. Mas, talvez de forma paradoxal, outra coisa que essa série de manifestações apresenta como traço comum é a heterogeneidade dos grupos, de pessoas e de causas nas ruas, como já discuti neste trabalho. O que venho chamando de disputa de significados para tentar dar conta de entender a complexidade do que foi e é esse sujeito, *as ruas*, e que me refiro para falar das manifestações, também se situa como categoria mais ampla do contexto socioespacial

que se refere ao Levante Popular de junho e sua historicidade parcial. Ao questionar “o que foi junho” e disse ter como resposta questões como: “uma série de revoltas”, “uma heterogeneidade” e outras dessas respostas, assumo que as revoltas de junho de 2013 se configuraram como fato político relevante e estão inseridas em uma categoria mais ampla que se conveniu chamar *Levante Popular de junho* ou *Jornadas de Junho*, e aceito como prerrogativa - elaborada tanto através de revisão teórica e dos dados coletados em pesquisa de campo, como também na minha própria experiência empírica - de que *as ruas* são heterogêneas, mistas, por vezes conflitivas e contraditórias ou mesmo em *disputa*.

Mas o que é isso que se disputa?

Para além das especificidades problematizadas no caso de junho e suas continuidades no Rio de Janeiro, essas disputas precisam ser compreendidas sob uma perspectiva mais global e pensadas em relação às movimentações políticas que vêm ocorrendo nos últimos anos ou mesmo décadas<sup>146</sup>. No que se refere às pautas, vemos nas manifestações de junho problematizações sobre as lutas anticapitalistas, igualdade de gênero e raça, ecologia e escassez de recursos, entre outras que estão colocadas em diversas partes do mundo. Em um nível ideológico, poderíamos pensar nas discussões acerca de posicionamentos de direita ou de esquerda, conservadores ou revolucionários, libertários, liberais, comunistas, democratas, anarquistas, etc., e sobre como as disputas realizadas nas *ruas* são não apenas um reflexo, mas uma forma de luta mais ampla de imensas correntes ideológicas, pautas e metodologias constantemente em construção, desconstrução e reconstrução - e constantemente em disputas elaboradas entre si. Pequenas discordâncias metodológicas e pequenos desvios de um posicionamento ideológico sempre existem: a política está sempre à mesa, sempre trêmula, bem o sabemos. E compreender essas trepidações tanto em suas nuances como em um todo poderia ser a essência de um entendimento político mais complexo e completo. Obviamente não é o proposto aqui, mas dado à natureza deste meu *objeto* em questão não pude deixar de me ater a análises e desdobramentos relativos a tais problematizações tanto no

146 Mas para ter uma resposta mais honesta, deveria me referir aos últimos séculos, já que o embasamento ideológico da esquerda ocidental não existe independente de sua historicidade.

sentido das especificidades do micro para o global como o movimento inverso e complementar.

Dessa forma, gostaria de propor mais especificamente nesse momento um esforço teórico para elaborar uma questão que, mesmo pertinente à esquerda como um todo, se encontra especialmente mais adequada a essa esquerda que define novas linhas de força *combativa* nas mobilizações recentes. Essa questão diz respeito à dinâmica das ações e ideologias libertárias e aos riscos de desvio e cooptação. De forma mais geral e simplificada, a pergunta proposta é: por que repertórios de ação de característica mais *libertária* são, em diversos momentos, cooptados, adestrados ou corrompidos e podem reproduzir discursos e práticas consideradas autoritárias ou, na pior das hipóteses, mesmo fascistas?

Essa questão surge a partir de problematizações bem específicas que avalio sobre o Levante Popular de junho, seus efeitos e continuidades. Durante minha pesquisa de campo uma das questões que me deparava dizia respeito às causas atribuídas às manifestações de junho. Por vezes ouvi em campo que se 2013 foi o ano da esquerda tomar as ruas, 2015 foi o ano das pautas e manifestações direitistas prevalecerem – aqueles eventos com inúmeros carros de sons e atos ensolarados cheios de pessoas vestidas de amarelo, que sentiam orgulho ao abraçar policiais e apoiar ícones *fascistóides*. E que, entre outras coisas, pediam a queda do então governo petista de Dilma Rousseff.

As esquerdas, como sabemos, têm visões diferentes sobre seus métodos e ideologias políticas. Aqui, como venho defendendo, a crítica às políticas desenvolvidas pelo PT feita por uma parcela que se autodefine como mais *combativa* da esquerda é considerada um pequeno aspecto do que foi o Levante de junho. De acordo com tais pontos de vista, *junho* é popular e não segue as diretrizes da Globo ou da Veja ou de conglomerados empresariais que financiam os grandes meios de comunicação. A revolta não era em nenhum momento contra um governo específico, mas contra uma forma de governar que se mostrou insustentável. Uma revolta *legítima, autêntica* e bastante complexa.

Se podemos entender que as sementes de resistências não deixam de florescer em momentos de intensa repressão, o caminho inverso também pode ser percorrido: em tempos de fartura de posicionamentos e práticas libertadoras, pontos de fascismo adormecem e tentam recuperar suas forças até voltar à visibilidade. A linha do raciocínio aqui sugerida é de que, depois de anos de um governo que se

afirma enquanto esquerda, algumas forças conservadoras insatisfeitas com o rumo de algumas políticas e modo de pensar mais comumente associadas a uma política de esquerda acabaram se acumulando até o momento de explosão. No início do ano de 2018 estamos em um momento de retrocesso de direitos políticos: direitos trabalhistas duramente conquistados foram perdidos, as diretrizes educacionais passaram a ter intervenções conservadoras, há muitos dados sobre o aumento das violências de gênero e das homo e transfobias, entre outras formas de violências. Há um aumento inegável na visibilidade dos discursos de ódio: páginas de redes sociais que disseminam intolerâncias surgem a toda hora e conseguem milhares de *seguidores*; nos fóruns virtuais e reais os discursos *anti-esquerdistas* viraram praxe. Mas esses discursos se aproveitam de um lugar de posicionamento ideológico para associar uma série de críticas à esquerda generalizando e reduzindo “esquerda” ao governo petista – algo que muitos movimentos criticam. No que se refere às diretrizes aqui abordadas, a crítica mais comum de uma parte da esquerda *combativa* é afirmar que o governo do PT não foi na prática um governo de esquerda – além do fato de se considerar que a própria estrutura torna ingovernável um governo de esquerda propriamente dito.

Temos então, grosso modo, de um lado um país que passou por um processo conturbado de reestabelecimento da democracia e associou por muitos anos um partido de esquerda no governo à “ameaça do comunismo” (temido tanto pelos discursos da Guerra Fria como pela era ditatorial) e, de outro lado, uma parcela da esquerda que jamais se sentiu contemplada pela ascensão petista e que, no extremo, não legitima essa forma de ação política baseada no sistema eleitoral capitalista. Ou seja: de um lado o pêndulo para o fascismo, de outro para algo mais libertário. Se critica o mesmo alvo por vias totalmente divergentes e contraditórias.

Mas não importa o quanto o discurso fascista aumente e/ou se aproprie das manifestações libertárias, esses jamais terão os mesmos caminhos nem os mesmos fins. E cabe a essa esquerda *combativa* atentar para os pontos vazios que lhes são tomados; cabe a ela preenchê-los a seu modo. E embora não caiba à esquerda se culpar pelo advento do fascismo, é de sua responsabilidade fazer então a sua *autocrítica*, conhecer suas falhas e preencher suas lacunas – atualmente, isso significa problematizar se é possível ter seu ideal libertário desviado e *estratificado* em uma linha de força fascista e, se isso fosse pensado

como possível, entender como isso ocorreria: se desenvolveria a partir de quais processos? Quais mecanismos seriam acionados? Seria possível que uma pauta historicamente de esquerda pudesse levar a sistemas autoritários? Como a metodologia do anonimato poderia se tornar um escudo para fascismos?

A título de exemplo: da mesma forma que as manifestações contra os conservadorismos católicos não são vistas como favoráveis aos evangélicos, o Levante Popular de junho não pode ser apropriado como um levante que cria fascismos e a ascendência da direita ao poder. Nesse sentido, não são os manifestantes os culpados pela derrocada histórica que se seguiu ao levante: são os poderes instituídos e suas alianças e descompassos que configuram e possibilitam as ameaças, os golpes e os fascismos. Não é do povo, vítima que se rebela, a culpa de tais novas formas de opressão. Reduzir suas ações a isso é reafirmar e realocar a violência que os poderes dominantes exercem sobre essas vidas.

Em outras palavras: se os poderes assumem novas formas de repressão frente às inovações da resistência, não devemos simplesmente culpar os resistentes. Deve-se, sim e sempre, serem realizadas constantes análises de conjuntura, de ação, fazer a *autocrítica* porque, uma vez em jogo, as resistências precisam operar através de criatividade. Mas não podemos perder de vista que toda repressão é também parte de um processo histórico que se repete muitas vezes. As formas de resistência que surgem precisam ser constantemente renovadas porque são constantemente reprimidas e reapropriadas, e é a partir da criatividade de ação política que exercem sua liberdade no sentido mais pleno, no sentido do viver coletivo e político de que fala Mikhail Bakunin e demais teóricos anarquistas, mas que também falam os pesquisadores de movimentos sociais que abordamos nesta análise. Se os poderes se exercem de forma a constituir prisões tanto concretas como subjetivas, é a revolta contra esses poderes o que possibilita a liberdade.

E esse modo de procurar se libertar pode ocorrer a partir de várias formas, conforme discutido no capítulo 5. No que se refere às *ações diretas* nos protestos de junho, podemos perceber uma narrativa de potência que se constitui acima de tudo na vida e na produção de subjetividades.

Tanto a repressão cria o *vândalo* como esse mesmo se cria enquanto sujeito político ativo. E aqui talvez esteja o ponto de

convergência entre ativistas e repressão sobre o significado do *vândalo*: a saber, aquele que faz política com as próprias mãos.

Ao analisar a tática *black bloc* aqui percebemos que essa passa a efetuar enquanto produção de subjetividades, mas não se reduz a uma questão identitária. O *ser* do *black bloc* não é um ser ontologicamente dado, mas um *devir* no sentido deleuziano de compartilhar uma zona de afetos e potencialidades. Quando um anônimo diz *ser black bloc* ele não se refere a uma questão subjetiva identitária, mas a uma linha de fuga pela qual se permite criar eventualmente e através da qual se torna protagonista de uma possibilidade de *devir*. Ser um *black bloc* então não pode ser considerado como pertencimento a determinado grupo ou *ethos* político. Embora alguns grupos algumas vezes sejam formados e uma linha política mais ou menos direcionada seja contemplada, essa trata-se mais de princípios norteadores do que regras e a formação de grupos é geralmente bem pontual e com fins pragmáticos. Quanto às regras, elas existem e são bastante simples: possibilitar a autodefesa e destruir os símbolos do capital. São regras que ao mesmo tempo se confundem com os objetivos e os métodos. Uma tática, sim, mas uma tática elaborada politicamente a priori. Nesse sentido, não poderia existir um *black bloc* fascista, por exemplo. Aqui, como no anarquismo, não se pode almejar fins independente dos seus meios.

Assim como em Maio de 68, entender a conjuntura política é essencial. Semelhante desgaste da esquerda ortodoxa e do fazer política institucional tomou conta dos jovens franceses na década de 60 e se espalhou pelo mundo com a força da contracultura. De acordo com Marcuse, a revolução cultural ocorrida no maio francês não implicou em uma mudança estrutural política, mas trouxe uma crítica ao sistema democrático representativo europeu que não conseguiu ser sanada pelos poderes e Estados (Marcuse, 1996).

Não há como avaliar os efeitos a longo prazo. Para Pál Pelbart, “talvez esteja nascendo outra subjetividade política e coletiva, aqui e em outros pontos do planeta, para o que carecemos de categorias. Mais insurrecional, de movimento mais do que partido, de fluxo mais do que disciplina, de impulso mais que finalidades, com um poder de convocação incomum, sem que isto garanta nada, muito menos que ela se transforme no novo sujeito da história” (Pál Pelbart, 2014).

Para Agamben “aos olhos da autoridade – e talvez esta tenha razão – nada se assemelha melhor ao terrorista do que o homem

comum” (Agamben, 2005, p. 16). E esse nível essencialmente comum aos protestos é o que assusta os poderes dominantes ao ponto de tais poderes se verem forçados a utilizar de todas as suas armas contra essa ideia. Os aparatos de repressão e de controle se utilizam de todos os meios possíveis para negar e destruir os vestígios de que é o sujeito comum o perigo em primeira instância, e não um inimigo terrorista distante idealizado. E exerce iguais esforços para não deixar que a população entenda que é ela mesma o *perigo*. Daí o esforço de se criarem os *vândalos*, os *terroristas*: fazer com que, destoadas como minorias totalitárias, essas passem a ser vistas como contrárias e prejudiciais à população, à democracia e à paz.

Junto com as prisões de caráter político vieram as construções da prova da criminalidade atribuída a esses manifestantes e, nesse sentido, cabe analisar aqui os materiais apreendidos e exibidos em reportagens das grandes mídias como uma prova incontestável de que as prisões eram justas, de que esses sujeitos eram inimigos: panfletos, roupas pretas, máscaras de gás, jornais *independentes*.

Analisando as questões que envolvem os processos de criminalização e repressão, vamos ao encontro da ideia de que o próprio exercício de manifestação política é considerada como um crime em si, independentemente de estar acompanhada ou não de ações consideradas violentas ou ilegais. E é considerado um crime tão maior e mais impactante que ao menos pode ser previsto na maior parte das Constituições atuais porque as ultrapassariam: violariam suas essências ao ferir o suposto âmago das estruturas governamentais e de poder. E isso porque quando um poder é opressivo a resistência é, em si, entendida sob as lentes da criminalidade. Ou seja: a resistência em si é sempre um crime sob o ponto de vista da repressão.

Entendo que as linhas teóricas e ideológicas que correspondem ao anarquismo têm um tempo-espaco definido historicamente e delas decorrem algumas metodologias que são diversas, mas bem delimitadas. O que defendo aqui é que um conjunto de ideias comuns aos anarquistas – como não representatividade, horizontalidade, liberdade, igualdade e autogestão – estão sendo compartilhados por grande parte das pessoas com quem pesquisei e que afirmam que tais ideários estiveram fortemente presentes no Levante Popular de junho, assim como estão presentes em uma narrativa da esquerda global.

Esses ativistas que preconizam a *ação direta* e a *combatividade* são considerados ameaças quando questionam a ordem dominante, são

inimigos dessas formas instituídas de poder. Mas para além da militância puramente política, seus ideais transbordam e *contaminam* outras lutas e implicam resistências que tocam o âmbito da *vida nua*. Eles não representam um perigo distante e ameaça da tomada do poder, eles praticam esses perigos e concretizam essas ameaças diariamente e é essencialmente por isso que são perseguidos. Seus ideais vazam, contaminam, mesmo com todo aparato de repressão midiática, institucional e ideológica.

Bruno Cava traz as discussões foucaultianas sobre a peste para pensar as potências de contágio que junho de 2013 trouxe pelo país afora. Uma vez associada a peste com o colapso da sociedade, ela passa a ser temida e controlada a qualquer custo. E se contra ela se desenvolvem estratégias de controle e minimização de seu contágio é porque ela tem potencial de destruir toda a ordem instaurada. Para esse autor, a peste – entendida aqui enquanto potência de ação transformadora - se instaurou depois de junho e junto a ela se instaurou a intensificação da repressão. A única forma de conjurar a peste, para Cava, seria “admiti-la, acolher a própria ‘doença’ para criar uma vacina – uma campanha de vacinação contra a ausência de democracia da máquina representativa, o racismo institucionalizado, e a violência do Estado” (Cava, 2014, p. 374), algo impensável para os poderes dominantes que, assim, atuam como sabem e sempre sofisticando suas estratégias de repressão e deslegitimação. Mas a peste, instaurada, coloca essa ordem em cheque. Contra o *contágio* se investem os governos, os fascismos, as elites, mas ele continua como ameaça – senão concreta, ao menos como uma forma latente. Depois de instaurada a revolta, não se volta simplesmente atrás. O tempo vai dizer se o Levante Popular de junho terá impacto em uma transformação social mais ampla ou se continuará produzindo resquícios, ameaças, ervas daninhas que, se não conseguem colocar o concreto abaixo, aos poucos ameaçam cada vez mais as estruturas. Mas uma coisa é certa: esses meses de levante produziram sim impactos que continuaram e continuarão em *contágio*.

Amanhã *foi* maior e continuará sendo.

*Referências bibliográficas*

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty of studying the state. IN: **Journal of Historical Sociology** I, p 58-89. 1988.

AGAMBEN, Giorgio. **Bartleby**, escrita da potência. Lisboa: Editora Assírio & Alvim, 2007.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? In: **Outra Travessia**, n 5. Florianópolis: Curso de Pós-Graduação em Literatura, 2005.

\_\_\_\_\_. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALMEIDA, R. G.; GRANDI, M. S. 2015. Brazilian Uprising: The Spatial Diffusion of Protests During the June Journeys and the Politics of Identity. **PlaNext**. (1), 84-107.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova** n. 76 p 49-86. São Paulo, 2009.

ANISTIA INTERNACIONAL. **THE HUMAN RIGHTS IMPACT OF LESS LETHAL WEAPONS AND OTHER LAW ENFORCEMENT EQUIPMENT**. Omega Research Foundation: United Kingdom, 2015.

\_\_\_\_\_. **25% dos assassinatos no município do Rio de Janeiro em 2017 foram cometidos pela polícia**. Disponível em: <https://anistia.org.br/noticias/25-dos-assassinatos-rio-de-janeiro-em-2017-foram-cometidos-pela-policia/>. Acesso em jan 2018.

ANSELL, Aaron. **The Vinegar Revolts and the Diverse Faces of Democracy in Brazil**. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DENT, Alexander S (org). **Protesting Democracy in Brazil**, dec 2013. Disponível em: <http://www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil> Acesso em abril de 2014.

BACELAR, Carina. Dornelles, governador interino do Rio, decreta estado de calamidade pública. **O Globo**. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/dornelles-governador-interino-do-rio-decreta-estado-de-calamidade-publica-19529791>. Acesso em ago 2016.

BATISTA, Nilo. **Introdução crítica ao direito penal brasileiro**. 11. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BEY, Hakim. TAZ: zona autônoma temporária. 2.ed. São Paulo: Conrad, 2004. 88p.

BICALHO, Marcos Pimentel. O pesadelo da imobilidade urbana: até quando? *In: Carta Maior*. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-pesadelo-da-imobilidade-urbana-ate-quando-%250d%250a/4/25527>. Acesso em jul. 2015.

BRINGEL, Breno. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência** (Rio de Janeiro), v. 62, p. 42-53, 2013.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013: dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. **Nueva Sociedad**, v. 259, p. 4-17, 2015.

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha. Territórios Transversais. *In: MARICATO, Emilia (org). Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

BROWN, Nicholas e SZEMAN, Imre. O que é a multidão? Questões para Michael Hardt e Antonio Negri. **Novos Estudos** n 75 jul 2006.

BUTLER, Judith. Vida precária. *In: Contemporânea. Revista de Sociologia da UFSCar*, n. 1, jun-jul/2011, p. 13-33.

BUTLER, Judith e SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Quien le canta al Estado-Nación?** Lenguaje, política pertenencia. Buenos Aires: Paidós, 2009.

CAJAZEIRA, Danilo. Mario Sergio Conti: "**Modelo da Copa viola direitos da população**", afirma Danilo Cajazeira. Disponível em: <http://globovtv.globo.com/globo-news/dialogos-com-mario-sergio-conti/t/ultimos-programas/v/mario-sergio-conti-modelo-da-copa-viola-direitos-da-populacao-afirma-danilo-cajazeira/3382289/>. Acesso em maio de 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. (1991), "Direitos humanos ou 'privilégios de bandidos'? Desventuras da democratização brasileira". *Novos Estudos Cebrap*, no 30, pp. 162-174.

CARTA DA MARÉ, RIO DE JANEIRO - MANIFESTO DAS PERIFERIAS: AS PERIFERIAS E SEU LUGAR NA CIDADE. **Observatório de favelas** Disponível em: <http://of.org.br/noticias-analises/carta-da-mare-rio-de-janeiro-manifesto-das-periferias-as-periferias-e-seu-lugar-na-cidade/>. Acesso em mar 2017.

CARDOSO, Bruno de Vasconcelos. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 119-148, jul./dez. 2013.

CASTAÑEDA, Marcelo. Protests in Rio de Janeiro: Socio-Technical Overlap between "Networks" and the Streets. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DENT, Alexander S (org). **Protesting Democracy in Brazil**, dec 20 1013. Disponível em: <http://www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil> Acesso em abril de 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

\_\_\_\_\_. Redes de indignação e esperança. In: SEMINÁRIO FRONTEIRAS DO PENSAMENTO, São Paulo, apud MATIAS, Alexandre. O ponto em comum entre a praça Taksim e avenida Paulista. **Revista Galileu**, 12 jun. 2013b, p.1-4.

CAVA, Bruno. A cidade da peste e seus carnavais. *In: Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.* / Organização de Bruno Cava e Giuseppe Cocco. Prefácio de Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. – São Paulo: Annablume, 2014.

CHAVES, Christine de Alencar. Introdução. *In: A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o estado:** pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2003. 279p.

Clarot F, Vaz E, Papin F, Clin B, Vicomte C, Proust B (2003). «Lethal head injury due to tear-gas cartridge gunshots». **Forensic Sci. Int.** 137 (1): 45–51.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013. CMI (Centro de Mídia Independente). Política Editorial do CMI Brasil. Disponível em: <https://midiaindependente.org/pt/blue/static/policy.shtml>. Acesso em dez 2016.

COCCO, Giuseppe. Introdução – A dança dos vaga-lumes. *In: Cava, Bruno, Org.; Cocco, Giuseppe, Org. In: Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.* / Organização de Bruno Cava e Giuseppe Cocco. Prefácio de Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. – São Paulo: Annablume, 2014 pp 12-34.

COIMBRA, Cecília. *In: COLETIVO MARIACHI; MÍDIA INDEPENDENTE COLETIVA (MIC).* 2014. A verdade é filha do tempo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfxRCcSRXoY>. Acesso em jul 2015.

CONSULTOR JURÍDICO. OAB-RJ repudia prisões de ativistas pela Polícia do Rio de Janeiro. Publicado em 13 de julho de 2014. Disponível

em: <http://www.conjur.com.br/2014-jul-13/oab-rj-repudia-priso-es-ativistas-policia-rio-janeiro>. Acesso em julho de 2014.

CUNHA, Neiva Vieira da [e] MELLO, Marco Antônio da Silva. (2011), “Novos conflitos na cidade: A UPP e o processo de urbanização na favela”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 4, no 3, pp. 371-401.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris: Les Editions de Minuit, 1986. 142p.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo**. Rio de Janeiro: Imago, 1976

\_\_\_\_\_. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol. V. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

D'ICARAHY, Marino; BRASIL, Raoni do Céu; MARANHÃO, Luíza Melciádes Rodriguez. **Alegações finais da defesa**. Ref.: proc. 0229018-26.2013.8.19.0001. Comarca da Capital: Rio de Janeiro, 2015.

DUPUIS-DÉRI, Francis (2003). **Black Blocs: bas les masques**. Disponível em: [https://www.academia.edu/2399691/Black\\_Blocs\\_bas\\_les\\_masques](https://www.academia.edu/2399691/Black_Blocs_bas_les_masques). Acesso em jul 2017.

\_\_\_\_\_. **Black blocs**. Editora Veneta. São Paulo, 2014. 270p.

FABIAN, Johannes. **The Time and the Other: how anthropology makes its object**. 2. ed. New York: Columbia University Press, 1983.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população: Curso no Collège deFrance, 1977-1978**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1993. 277p.

FONSECA, Cláudia. **Refletindo sobre o método etnográfico**. Palestra realizada em 22 de novembro de 2007 e promovida pelo Programa de

Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

FIUZA, Bruno. Black Blocs: A origem da tática que causa polêmica na esquerda. **Vi o Mundo**, out 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/politica/black-blocs-a-origem-da-tatica-que-causa-polemica-na-esquerda.html>>. Acesso em set 2016

FLEISCHER, Soraya; SCHUCH, Patrice [orgs]. **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Letras Livres: Brasília, 2010.

FREIRE, Bruna. “Não me deram o direito de ser eu”, diz Elisa Quadros, a Sininho. **Ponte**. Disponível em: <https://ponte.org/elisa-quadros-sininho/>. Acesso em jan 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GOLDMAN, Márcio. Os Tambores dos Mortos e os Tambores dos Vivos. Etnografia, Antropologia e Política em Ilhéus, Bahia. IN: **Revista de Antropologia** (São Paulo), São Paulo, v. 46, n. 2, p. 445-476, 2004.

\_\_\_\_\_. Introdução: Políticas e Subjetividades nos "Novos Movimentos Culturais". In: HARTUNG, Mirian. **Revista Ilha** vol. 9 n.1,2. Florianópolis, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

\_\_\_\_\_. Participação de representantes da sociedade civil na esfera pública na América Latina. In: **Política e Sociedade**, volume 10 nº 18 p. 233-244, abril de 2011.

\_\_\_\_\_. A revolução será tuitada. In: **Revista Cult** fev 2013.

\_\_\_\_\_. A Sociedade Brasileira em Movimento: Vozes das Ruas e Seus Ecos Políticos e Sociais. Cad. CRH. 27(71), 431-441, 2014.

\_\_\_\_\_ Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo. Petrópolis: Vozes, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do império. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

\_\_\_\_\_. Declaração: isto não é um manifesto. São Paulo: n-1, 2014.

HARDT, Michael. Prefácio – Junho maldito. In: Cava, Bruno, Org.; Cocco, Giuseppe, Org. **Amanhã vai ser maior**: o levante da multidão no ano que não terminou. / Organização de Bruno Cava e Giuseppe Cocco. Prefácio de Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. – São Paulo: Annablume, 2014 pp 07-11.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

HARVEY, D.; TELES, E.; SADER, E.; et al. **Ocuppy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. Entrevista: David Harvey quer, além dos protestos, um projeto. In: **Outras Palavras**, Disponível em: <http://outraspalavras.net/capa/david-harvey-quer-alem-dos-protestos-um-projeto>. Acesso em junho de 2014.

HECKERT, Jamie. **Sobre ANARQUISMO**, uma entrevista com Judith Butler. Disponível em: [file:///C:/Users/bibia\\_000/Downloads/Butler%20e%20Heckert%20Sobre%20anarquismo,%20entrevista%20impresao.pdf](file:///C:/Users/bibia_000/Downloads/Butler%20e%20Heckert%20Sobre%20anarquismo,%20entrevista%20impresao.pdf). Acesso em jul 2016.

HEINRICH, U. **Possible lethal effects of CS tear gas on Branch Davidians during the FBI raid on the Mount Carmel compound near Waco, Texas.** Disponível em:

[http://www.veritagiustizia.it/docs/gas\\_cs/CS\\_Effects\\_Waco.pdf](http://www.veritagiustizia.it/docs/gas_cs/CS_Effects_Waco.pdf). Acesso em jul 2017.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012.

LA BOÉTIE, Estienne de; CLASTRES, Pierre; LEFORT, Claude; CHAUI, Marilena de Souza. **Discurso da servidão voluntária**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. 239 p.

LANGDON, Esther Jean; MALUF, Sônia Weidner & TORNQUIST, Carmen Susana. Ética e política na pesquisa: os métodos quantitativos e seus resultados. In: GUERRIERO, Iara; ZICKER, Fabio; SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. (Org.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede**. Bauru; Salvador: EDUSC; EdUFBA, 2012.

L' ESTOILE, B. de. 2002. Ciência do Homem e “Dominação Racional”: Saber Etnológico e Política Indígena na África Colonial Francesa. In: **Antropologia, Impérios e Estados Nacionais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. 61-93.

LOBATO, Caio Pereira. **Devir-democrático e alter políticas: ensaio etnográfico sobre assembleias populares horizontais do Rio de Janeiro**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta** (a greve geral anarquista de 1917). Tese de doutorado em História apresentada no Departamento de História do IFCH/Unicamp em agosto de 1996.

LUDD, Ned. Black Block: no singular ou no plural... mas do que se trata então? **Revista Aurora Obreira**, n. 29 – Agosto de 2013. Disponível

em: <http://anarkio.net/index.php/rvts/351-ao-29>. Acesso em dezembro de 2013.

MAGALHÃES, Alexandre. O “legado” dos megaeventos esportivos: a reatualização da remoção de favelas no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 89-118, jul./dez. 2013.

MARTINS, Gizele. A favela, os megaeventos e as manifestações no Rio de Janeiro. **O cidadão: do bairro Maré**. Disponível em: <http://jornalocidadao.net/a-favela-os-megaeventos-e-as-manifestacoes/>. Acesso em jun 2017.

MARTINS, Paula (direção) *et al.* Protestos no Brasil. In; **Article 19**, 2013.

MAUSS, Marcel. **Ensaio de sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981. 493 p.

MENDES, Igor. **A pequena prisão**. São Paulo: n-1, 2017

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro [e] NERI, Natasha Elbas. (2013), Quando a polícia mata: Homicídios por ‘autos de resistência’ no Rio de Janeiro (2001-2011).

MOREIRA, Clarissa. Notas sobre os devires da metrópole. In: **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou.** / Organização de Bruno Cava e Giuseppe Cocco. Prefácio de Michael Hardt. Introdução de Giuseppe Cocco. – São Paulo: Annablume, 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE DE SÃO PAULO. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/CartaMaior, 2013.

NEGRI, Antonio. Para uma definição ontológica da Multidão. **Lugar comum** n19-20 Número especial - Modulações da Resistência, pp.15-26. jan 2004–Jun 2004.

NUNES, Roberto Guimarães. A organização dos sem organização: oito conceitos para pensar o “inverno brasileiro”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, 12 ago. 2013.

Organização Anarquista Terra e Liberdade (OATL). Direção do SEPE/RJ: 1 ano votando contra a greve na educação estadual. *Jornal Terra e Liberdade*, maio de 2013. Disponível em: <http://terraeliberdade.org/wp-content/uploads/2014/02/4.pdf>

PEDROSA, Priscila. A ADVOCACIA-ATIVISTA NAS JORNADAS DE JUNHO. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Direito, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Orientador: Prof. Dr. Luis Antonio Cunha Ribeiro. Niterói, 2016.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. Preface, in **African Political Systems**, M. Fortes e E. E. Evans-Pritchard, eds., London: Oxford University Press, pp. Xi-xxiii, 1970.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Antropologias Mundiais: Para um novo cenário global na Antropologia”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21 (60): 147-165, 2006.

ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SANTIAGO, Leonardo Sagrillo. **Os “novíssimos” movimentos sociais e a sociedade em rede: a criminalização das Jornadas de Junho e a consolidação de um Estado delinquente**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação de Direito de Santa Maria. Santa Maria, 2016.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v.21,n1,p.109-130,jan/abr 2006.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais na América Latina: revisitando as teorias. Palestra proferida na Mesa Redonda “Ações coletivas, movimentos e redes sociais na contemporaneidade” no **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, realizado de 28 a 31 de junho de 2009, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais e pós-colonialismo na América Latina. In: **Revista Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 46, n. 1 , p. 18-27, jan/abr/2010.

SCHRER-WARREN, Ilse e LUCHMANN, Lígia. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. In: **Política e Sociedade** vol 10 n. 18, abr. 2011.

SCHUCH, Rafael. Protestos, política e cultura: uma conversa com Salo de Carvalho, professor de ciências criminais e advogado. In: **A toga** jornal dos estudantes da faculdade de Direito da UFRGS. Porto Alegre, set 2013 n 1 ano LXXVI. Disponível em: [https://www.academia.edu/4538999/Protestos Política e Cultura](https://www.academia.edu/4538999/Protestos_Política_e_Cultura).

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções. **Novos Estudos** n 97, 2013.

SOARES, Luiz Eduardo. A terra treme no país de desigualdades e paradoxos. In: **Los Angeles Review of books**, July 2013. Disponível em: <http://lareviewofbooks.org/essay/brazil-the-ground-shakes-in-the-country-of-inequalities-and-paradoxes#>. Acesso em abril de 2014.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte. Insurgências Juvenis e a nova política contra o instituído. In: **X Congresso Nacional de Sociologia**, 2001, Fortaleza. Sociedade e cidadania: novas utopias, 2001. p. 233.

\_\_\_\_\_. Os jovens anticapitalistas e a ressignificação das lutas coletivas. **Perspectiva** (Florianópolis), FLorianópolis, v. 22, n.2, p. 451-496, 2004.

SOUZA, M. (2013), 'Cidades brasileiras, junho de 2013: o(s) sentido(s) da revolta', **Passa Palavra**. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/07/80798>>. Acesso em julho de 2014.

SOUZA, Marcelo & LIPIETZ, Barbara. The 'Arab Spring' and the city. In: **City: analysis of urban trends, culture,theory, policy, action**. Published online: 12 Dec 2011. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/loi/ccit20>.

SOUZA, Rodrigo Ardisson, Arquipélagos de realidade: uma revisão hackerativista- entre piratas artesãos e rebeldes. **XI Reunión de Antropología del Mercosur**. GT 49. SIMETRIA, AGÊNCIA E ETNOGRAFIA: EXPERIÊNCIAS DE PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ENTRE HUMANOS E NÃO HUMANOS. Montevideo, dez. 2015.

PÁL PELBART, Peter. **Anota aí: Eu sou ninguém**. Aula aberta realizada na USP em janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0hpveQpOWoo>. Acesso me maio de 2014.

\_\_\_\_\_. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PINHEIRO MACHADO, Rosana. O legado de junho. In: DUARTE, Letícia. **Zero Hora** Caderno ProA. 08/06/2014, Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/proa/noticia/2014/06/rosana-pinheiro-machado-qualquer-explicacao-ainda-e-superficial-4520156.html>. Acesso em junho de 2014.

PINHEIRO MACHADO, Rosana & DENT, Alexander. The Protests in Brazil. In: PINHEIRO-MACHADO, Rosana; DENT, Alexander S (org). **Protesting Democracy in Brazil**, dec 20 1013. Disponível em:

<http://www.culanth.org/fieldsights/426-protesting-democracy-in-brazil>  
Acesso em abril de 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2013). LEI NO 12.859 DE 2 DE AGOSTO DE 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em out 2015.

RODRIGUES, Alex. Castells: as grandes mudanças globais apenas começaram. **Desacato**. Disponível em: <http://desacato.info/castells-as-grandes-mudancas- apenas- começaram/>. Acesso em jul 2016.

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 370p.

SCHERER-WARREN, Ilse.; LUCHMAN, Lígia. Movimentos sociais e participação institucional: introduzindo o debate. *Política & Sociedade*, v. 10, p. 09-24, 2011.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 149-165, Mar. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000100011&lng=en&nrm=iso)>. access on 09 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000100011>.

TÁVORA, Fernanda. Entrevista: Gizele Martins. **Médium**. Disponível em: <https://medium.com/data-labe/entrevista-gizele-martins-e228bfad9c39>. Acesso em jul 2017.

TROUILLOT, Michel-Rolph. The Anthropology of the State: Close Encounters of a Deceptive Kind. *Forum on Theory in Anthropology*. IN: **Current Anthropology**, n. 42(1): 125-38, 2001.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VALLE, Camila Oliveira do. **As manifestações políticas no Brasil contemporâneo de 2013 a 2016**. Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latino-americano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26 ao 28 de julho de 2017.

VENTURINI, Federico. A critical perspective on social ecology and urban crises: learning about, with and from urban social movements in Rio de Janeiro. Submitted in accordance with the requirements for the degree of Doctor of Philosophy. The University of Leeds: School of Geography, January 2016.

VIANA, Silvia. Será que formulamos mal a pergunta? *In*: MARICATO, Emilia (org). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

VINICIUS, Leo. **A guerra da tarifa**. São Paulo: Fafsa, 2005).

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Métaphysiques Cannibales: Lignes d'Anthropologie Post-Structurale**. Paris: PUF, 2009.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. 253 p.

WEBER, Max. TEXTOS SELECIONADOS. Traduções de Maurício Tragtenberg, Waltensir Dutra,; Calógeras A. Pajuaba, M. Irene de Q. F. Szmrecsányi, Tamás J. M. K. Szmrecsányi. Revisão de Cássio Gomes (Parlamentarismo e Governo). Título original: *Parlament und Regierung in Neuordneten Deutschland* (Cap. IV de *Parlament und Deutschland*); *The "Relations of the Rural community to Other Branches of Social Science"* (Congress of Arts and Science, Universal Exposition, St. Louis, 1904); *"Wahrecht und Demokratie in Deutschland"*. S. ed. São Paulo: Nova Cultural. 1997

WESLEY, Denis. Entrevista com Manuel Castells. Tradução de Cauê Seigne Ameni. Disponível em: <https://aprendendoapensarcomasociologia.wordpress.com/2011/03/10/entrevista-com-manuel-castells/>. Acesso em jul 2017.

WORTHINGTON, Elspeth; NEE, Patrick A. CS exposure-clinical effects and management. **Accid Emerg Med** 16, p. 168-170, 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **O inimigo no direito penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: R. dos Tribunais, 2007.

ZIZEK, Slavoj. A tinta vermelha: discurso de Žižek no Occupy Wall Street. **Blog da Boitempo**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>. Acesso em dez 2017.

### *Referências videográficas*

A Verdade é Filha do Tempo. Mic e Mariachi. 8'31''. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kfxRCcSRXoY>. Acesso em jul 2016.

Domínio Público. Paebiru Realizações cultivadas. 1:38:13 (2014). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dKVjbopUTRs>. Acesso em jan 2015.

O que Resta de Junho. Linhas de Fuga (2016). 1:24:17. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gQvK9RzOPP8>. Acesso em dez 2016.

Com Vandalismo. Nigéria Áudio Visual (2013). 70 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KktR7Xvo09s>. Acesso em jan. 2015.